



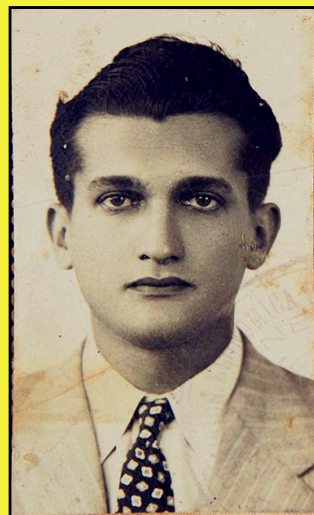
RUBENS RICUPERO • CARLOS
MALLORQUIN • ELISA KLÜGER •
ALEXANDRE DE FREITAS BARBOSA
• ANDRÉ BOTELHO • CARMEN
FELGUEIRAS • VERA ALVES CEPÊDA •
GUSTAVO LOUIS HENRIQUE PINTO
• RENATO NATANIEL WASQUES •
RÔMULO MANZATTO • ALEXANDRE
MACCHIONE SAES • ROBERTO
PEREIRA SILVA • CÉSAR BOLAÑO
• ANTONIO BRASIL JR. • LUCAS
CARVALHO • KARIM HELAYEL •
DARLAN PRAXEDES BARBOZA •
ELISABETE MARIN RIBAS • RAFAEL
PACHECO MOURÃO

revista



REVISTA DO
INSTITUTO
DE ESTUDOS
BRASILEIROS

Nº. 78 / ABR. 2021



CELSO FURTADO

A FANTASIA DESFEITA

Capa da versão datilografada da obra
A fantasia desfeita. Arquivo IEB/USP,
Fundo Celso Furtado, código de referência
CF-FD-002

Epígrafe da versão datilografada de
A fantasia desfeita.
Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado,
código de referência CF-FD-003

Recordemos a ficção platônica dos prisioneiros encarcerados na caverna, de onde não vêem mais do que as sombras das coisas. Um dentre eles, que lograra escapar, retornou ao antro e revelou aos companheiros que havia visto os objetos reais e quanto era errôneo imaginar que fora das sombras nada existia no mundo. Riram de seu delírio e o expulsaram.

Erasmus de Rotterdam

Elogio da Loucura

LYCEU PARAHYBANO

Luiz de Albuquerque

Aos quinze dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e trinta e seis no Lyceu Parahybano, presentes o Inspector Federal junto ao mesmo Estabelecimento de Celso Furtado o respectivo Director de Antônio Augusto de Sá a junta-examinadora composta dos lentes de Perito José Saavedra, Inglês, Leite, Gonçalves, Albuquerque, Brito, Lima, Barros, Leite, Mendes compareceram os alunos da 1ª série abaixo mencionados para prestarem exame de matrícula e prova e preencheram as formalidades exigidas pelo Decreto n.º 1241 de 14 de Janeiro de 1915 e Decreto n.º 11 de 12 de Dezembro de 1914 procedendo a revisão das notas da referida matrícula, feitas as provas, tomadas as respostas e prova escrita e despendidas as frações inferiores a um meio e contando-se como unidade as superiores, verificou-se o seguinte resultado:

N.º	NOMES	FILIAÇÃO	Naturalidade	Idade	MATERIAS											
					Portuguez	Francês	Latim	Historia	Geographia	Algebra	Geometria	Physica	Chymica	Botanica	Zoologia	
1	Alfredo Cavalcanti de Sá	João Rodrigues de Sá	Parahyba	17-2-71	34	46	68	49	62	75	27	41	45	51	52	
2	Antonio de Sá	Antonio de Sá	Parahyba	18-4-71	34	63	62	57	42	33	30	27	21	14	17	
3	Alcides Gonçalves de Sá	Augusto Gonçalves de Sá	Parahyba	15-8-71	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
4	Augusto Augusto de Sá	João da Silva de Sá	Parahyba	25-11-71	48	41	31	44	38	57	54	39	26	31	51	
5	Alfredo Augusto de Sá	Alfredo Augusto de Sá	Parahyba	17-12-71	44	68	67	46	40	44	17	14	14	14	52	
6	Alfredo Augusto de Sá	Alfredo Augusto de Sá	Parahyba	18-1-71	67	57	57	66	66	45	32	37	52	36	55	
7	Alfredo Augusto de Sá	Alfredo Augusto de Sá	Parahyba	14-2-71	76	63	58	58	65	65	56	62	62	62	62	
8	Alfredo Augusto de Sá	Alfredo Augusto de Sá	Parahyba	17-2-71	70	70	41	41	40	39	32	44	37	38	52	
9	Alfredo Augusto de Sá	Alfredo Augusto de Sá	Parahyba	17-2-71	46	51	54	37	59	44	41	60	41	40	61	
10	Alfredo Augusto de Sá	Alfredo Augusto de Sá	Parahyba	17-2-71	44	34	61	32	41	27	67	41	42	36	37	
11	Alfredo Augusto de Sá	Alfredo Augusto de Sá	Parahyba	17-2-71	64	51	50	68	71	70	64	60	57	62	70	
12	Alfredo Augusto de Sá	Alfredo Augusto de Sá	Parahyba	16-7-71	67	70	72	72	76	82	74	62	52	40	67	
13	Alfredo Augusto de Sá	Alfredo Augusto de Sá	Parahyba	16-11-71	47	61	61	49	42	44	50	37	24	27	47	
14	Alfredo Augusto de Sá	Alfredo Augusto de Sá	Parahyba	17-6-71	61	49	41	56	46	67	62	44	44	46	67	
15	Alfredo Augusto de Sá	Alfredo Augusto de Sá	Parahyba	17-6-71	62	57	57	36	33	61	67	62	59	62	67	
16	Alfredo Augusto de Sá	Alfredo Augusto de Sá	Parahyba	17-2-71	46	64	42	44	41	52	46	63	43	44	60	
17	Alfredo Augusto de Sá	Alfredo Augusto de Sá	Parahyba	17-10-71	69	54	48	52	57	45	46	40	40	41	67	
18	Alfredo Augusto de Sá	Alfredo Augusto de Sá	Parahyba	17-2-71	67	37	67	47	42	27	37	37	37	37	37	
19	Alfredo Augusto de Sá	Alfredo Augusto de Sá	Parahyba	17-2-71	61	41	57	47	54	27	63	45	61	41	51	
20	Alfredo Augusto de Sá	Alfredo Augusto de Sá	Parahyba	17-2-71	60	41	36	71	36	59	61	66	51	61	61	
21	Alfredo Augusto de Sá	Alfredo Augusto de Sá	Parahyba	17-2-71	47	33	36	31	41	56	57	46	37	37	52	
22	Alfredo Augusto de Sá	Alfredo Augusto de Sá	Parahyba	17-11-71	63	32	39	35	74	74	74	70	62	62	62	
23	Alfredo Augusto de Sá	Alfredo Augusto de Sá	Parahyba	16-4-71	44	60	63	64	67	74	62	46	45	47	52	
24	Alfredo Augusto de Sá	Alfredo Augusto de Sá	Parahyba	17-2-71	47	47	52	63	63	72	62	46	46	46	47	
25	Alfredo Augusto de Sá	Alfredo Augusto de Sá	Parahyba	17-4-71	49	61	61	33	31	51	57	33	34	34	70	
26	Alfredo Augusto de Sá	Alfredo Augusto de Sá	Parahyba	17-10-71	61	61	48	34	21	63	45	41	45	45	62	
27	Alfredo Augusto de Sá	Alfredo Augusto de Sá	Parahyba	17-11-71	62	82	44	66	62	41	61	61	61	61	61	
28	Alfredo Augusto de Sá	Alfredo Augusto de Sá	Parahyba	17-1-71	60	63	63	47	47	67	67	47	47	47	67	

Boletim escolar de Celso Furtado como
 aluno do Lyceu Parahybano, 4ª série.
 Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado,
 código de referência CF-FOR-001. Notas
 de CF encontram-se na linha 12

Nombre: **Celso Furtado**

Categoría: **Jefe Sec. Desarrollo**

División: **CEPAL-NU-México**

Dirección particular: **Montes Urales 465-A**

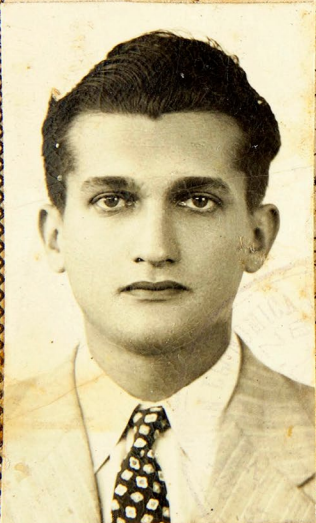
Estatura: **1.78** Peso: **76 kgs.**

Ojos: **Verdes** Pelo: **Castaño**

Ech: **2 de marzo de 1956**


Firma: *Celso Furtado*

Esta tarjeta es personal y no tiene otro fin que el de identificar a la persona a cuyo favor se expide.



Carteira funcional da Cepal. Arquivo IEB/USP,
Fundo Celso Furtado, código de referência CF-CEPAL-001

TARJETA DE IDENTIDAD NO. 29

 **NACIONES UNIDAS MEXICO**

CERTIFICAMOS QUE
el señor Celso Furtado

cuya fotografía y firma aparecen al reverso de esta tarjeta
es **funcionario** de la Comisión Económica para América Latina de las Naciones Unidas en México.

Firma autorizada: *S. Thane*
Jefe Administrativo

Celso Furtado

11, rue Guy de La Brosse
75005 PARIS

Tel. 43377331

Interior da capa de caderno de anotações de Celso Furtado, em que se lê o registro de seu nome, seguido de seu endereço e telefone.
Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-CADoor

Paris, 10.
8.89

Além da Fantasia

1ª Paris: O ambiente em Santiago e meados de
1964

2ª Paris: Os EEUU no seu período de poder

3ª Paris: A Europa em busca de um destino.
(1968)

4ª Paris: A crise do sistema bi-polar do poder. Os
campos do socialismo. A crise dos
países de centralização econômica. As
novas formas de capitalismo. Experimentos
socialistas. As novas sociedades afluentes,
na Europa.

5ª Paris: O Terceiro Mundo ^{entre a bipolaridade e o mundo}
~~em~~ O dirigismo econômico e suas con-
sequências no plano social. As ibe-
rias do liberalismo.

Primeira página do caderno de Celso Furtado, em que se vê a inscrição de local e data "Paris / 10.8.89". Ao lado se lê o título do livro – "Além da fantasia" –, posteriormente alterado para *Os ares do mundo*. Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-CADoor

100 PAGES

GRANDS
CARREAUX

Capa de caderno de anotações de
Celso Furtado. Arquivo IEB/USP,
Fundo Celso Furtado, código de
referência CF CAD001

CE

L



Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Vahan Agopyan

REITOR

Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

VICE-REITOR

 Instituto de
Estudos Brasileiros

Profa. Dra. Diana Gonçalves Vidal

DIRETORA

Profa. Dra. Flávia Camargo Toni

VICE-DIRETORA

Pedro B. de Meneses Bolle

CHEFE TÉCNICO DA DIVISÃO

DE APOIO E DIVULGAÇÃO



Credenciamento e Apoio Financeiro
do: Programa de Apoio às
Publicações Científicas da USP
Comissão de Credenciamento



Instituto de Estudos Brasileiros
Espaço Brasiliana
Av. Prof. Luciano Gualberto, 78
Cidade Universitária, Butantã
05508-010, São Paulo - SP, Brasil
(11) 3091-1149
www.ieb.usp.br

Revista do Instituto de Estudos Brasileiros

ISSN 2316-901X · n. 78, 2021 · abril

COMISSÃO EDITORIAL **DARLENE J. SADLER** (UNIVERSIDADE DE INDIANA, BLOOMINGTON) BLOOMINGTON, EUA; **FERNANDO LARA** (UNIVERSIDADE DO TEXAS, AUSTIN) AUSTIN, EUA; **FLÁVIA INÊS SCHILLING** (FE-USP) SÃO PAULO, BR; **HELOÍSA ANDRÉ PONTES** (UNICAMP) CAMPINAS, BR; **JOSÉ LUIZ PASSOS** (UCLA) LOS ANGELES, EUA; **LAURA DE MELLO E SOUZA** (PARIS IV-SORBONNE) PARIS, FR/(FFLCH/USP) SÃO PAULO, BR; **ŠÁRKA GRAUOVÁ** (UNIVERSIDADE CAROLINA DE PRAGA) PRAGA, CZ

EDITORES RESPONSÁVEIS **Fernando Paixão** (IEB-USP); **Inês Gouveia** (IEB-USP); **Luciana Suarez Galvão** (IEB-USP)

PRODUÇÃO **DIVISÃO DE APOIO E DIVULGAÇÃO** (IEB-USP)

EDITOR-EXECUTIVO **Pedro B. de Meneses Bolle**

DIAGRAMAÇÃO **Flavio Alves Machado**

PREPARAÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS **Cleusa Conte Machado**

PROJETO GRÁFICO **Camillo e Tressler Design**

CAPA **Flavio Alves Machado**

CONSELHO CONSULTIVO **ADRIÁN GORELIK** (UNIV. NACIONAL DE QUILMES, BERNAL, AR); **BARBARA WEINSTEIN** (UNIV. DE NOVA IORQUE, NOVA IORQUE, EUA); **CARLOS AUGUSTO CALIL** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **CARLOS SANDRONI** (UNIV. FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE, BR); **ETTORE FINAZZI-AGRÒ** (UNIV. DE ROMA LA SAPIENZA, ROMA, IT); **FERNANDA ARÊAS PEIXOTO** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **HELOISA MARIA MURGEI STARLING** (UNIV. FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE, BR); **JOÃO CEZAR DE CASTRO ROCHA** (UNIV. ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BR); **JORGE COLI** (UNIV. ESTADUAL DE CAMPINAS, CAMPINAS, BR); **LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO** (UNIV. DE PARIS-SORBONNE, PARIS, FR); **MANUEL VILLAVARDE CABRAL** (UNIV. DE LISBOA, LISBOA, PT); **MARIA CECILIA FRANÇA LOURENÇO** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **MARIA LIGIA COELHO PRADO** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **MARIA LUCIA BASTOS KERN** (PONTIFÍCIA UNIV. CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, BR); **PETER BURKE** (EMMANUEL COLLEGE CAMBRIDGE, CAMBRIDGE, RU); **REGINA ZILBERMAN** (UNIV. FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, BR); **RICARDO AUGUSTO BENZAQUEN DE ARAÚJO** (PONTIFÍCIA UNIV. CATÓLICA DO RIO/ INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BR); **RODOLFO NOGUEIRA COELHO DE SOUZA** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **SERGIO MICELI** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **WALNICE NOGUEIRA GALVÃO** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR)

Capa: **Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado**

Rubens Ricupero · Carlos Mallorquin
· Elisa Klüger · Alexandre de Freitas
Barbosa · André Botelho · Carmen
Felgueiras · Vera Alves Cepêda · Gustavo
Louis Henrique Pinto · Renato Nataniel
Wasques · Rômulo Manzatto · Alexandre
Macchione Saes · Roberto Pereira Silva
· César Bolaño · Antonio Brasil Jr. · Lucas
Carvalho · Karim Helayel · Darlan
Praxedes Barboza · Elisabete Marin
Ribas · Rafael Pacheco Mourão · Gustavo
Louis Henrique Pinto · Rubens Ricupero
· Carlos Mallorquin · Elisa Klüger ·
Alexandre de Freitas Barbosa · André
Botelho · Carmen Felgueiras · Vera Alves
Cepêda · Gustavo Louis Henrique
· Renato Nataniel Wasques · Rô
Manzatto · Alexandre Macchion
· Roberto Pereira Silva · César B
· Antonio Brasil Jr. · Lucas Carv
Karim Helayel · Darlan Praxedes Ba
· Elisabete Marin Ribas · Rafael Pa
Mourão · Gustavo Louis Henrique
· Rubens Ricupero · Carlos Mallo
· Elisa Klüger · Alexandre de Freitas
Barbosa · André Botelho · Carmen
Felgueiras · Vera Alves Cepêda · Gustavo

- 13 **Editorial - CELSO FURTADO, centenário**
- DOSSIÊ • DOSSIER)**
- 17 **Apresentação - Celso Furtado, transdisciplinar e contemporâneo**
- 25 **Celso Furtado, pensador global** [*Celso Furtado, global thinker* • Rubens Ricupero
- 35 **El desafío de la sustitución de importaciones de las categorías occidentricas: Celso Furtado**
[*The challenge of the import substitution of western categories: Celso Furtado* • Carlos Mallorquin
- 66 **Celso Furtado: por uma ciência econômica iconoclasta e inconformista** [*Celso Furtado: for an iconoclastic and nonconformist economic science* • Elisa Klüger
- 86 **Celso Furtado, intérprete do Brasil** [*Celso Furtado, interpreter of Brazil* • Alexandre de Freitas Barbosa
- 108 **“Pouco mais do que uma viagem de turismo”: as viagens de juventude de Celso Furtado** [*“Little more than a tourist trip”: the youth travels of Celso Furtado* • Carmen Felgueiras
- 135 **A teoria do subdesenvolvimento e o projeto desenvolvimentista de Celso Furtado: reflexões sobre os limites do liberalismo** [*The theory of underdevelopment and Celso Furtado developmental project: reflections on the limits of liberalism* • Vera Alves Cepêda • Gustavo Louis Henrique Pinto
- 156 **O pensamento de Celso Furtado sobre Estado e planejamento** [*Celso Furtado's thought about State and planning* • Renato Nataniel Wasques

- 182 **Celso Furtado, intérprete da dependência**
[*Celso Furtado, interpreter of dependency* • Rômulo
Manzatto • Alexandre Macchione Saes
- 206 **A história vista pelas lentes das ciências sociais: uma
interpretação de *Economia colonial brasileira nos séculos
XVI e XVII*, de Celso Furtado** • [*History seen through the lens of
the social sciences: an interpretation of “Economia colonial brasileira
nos séculos XVI e XVII” by Celso Furtado* • Roberto Pereira Silva
- 223 **Celso Furtado e a antropologia: notas para o
diálogo entre economia política e estudos culturais**
[*Celso Furtado and anthropology: notes for the political
economy and cultural studies dialogue* • César Bolaño
- 240 **Leituras em competição (à distância): dois
experimentos de pesquisa a partir da obra de
Celso Furtado** [*Readings in competition (at a distance):
two research experiments based on the work of Celso Furtado* •
Antonio Brasil Jr. • Lucas Carvalho • Karim Helayel
- DOCUMENTAÇÃO • DOCUMENTS)**
- 274 **Volta às fontes batismais: Celso Furtado e a profecia
da Sudene** [*Back to baptismal fonts: Celso Furtado and Sudene’s
prophecy* • Darlan Praxedes Barboza • Elisabete Marin Ribas
- RESENHAS • BOOK REVIEWS)**
- 303 **Celso Furtado, os Diários intermitentes e o Brasil:
as memórias de um intelectual público** [*Celso
Furtado, “Diários intermitentes” and Brazil: the memories
of a public intellectual* • Rafael Pacheco Mourão
- 315 **Destecer os 60 anos de Formação econômica do
Brasil** [*Unweave the 60 years of “Formação econômica
do Brasil”* • Gustavo Louis Henrique Pinto

EDITORIAL

Aos economistas brasileiros da
nova geração que não se deixa-
ram embair pelo brilho falso do
monetarismo.

Dedicatória da obra *A nova dependência, dívida
externa e monetarismo*. Arquivo IEB/USP,
Fundo Celso Furtado,
código de referência CF-NDDEM-003

EDITORIAL

CELSO FURTADO, centenário

Com a aproximação de 2022 – quando abundarão os eventos e reflexões em torno à Semana de Arte Moderna e à Independência do Brasil –, é mais que bem-vindo um número da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* dedicado a Celso Furtado, que foi um dos mais notáveis pensadores da vida brasileira. Nascido na Paraíba, em 1920, sua formação e maturidade praticamente atravessaram o século XX, conseguindo deixar um legado de independência crítica e de engajamento por uma sociedade mais justa que serve de inspiração para lidar com os anos sombrios que atualmente vivemos.

Como se sabe, sua maior contribuição se deu no campo da economia, sobretudo no que se refere ao entendimento estrutural da condição de subdesenvolvimento, que marca a posição dos países periféricos em relação ao capitalismo central. Em *Formação econômica do Brasil*, de 1959, desenvolve de maneira ousada e criativa o método histórico-estrutural para compreender os vários momentos de inserção da economia brasileira no sistema internacional, realçando os constrangimentos e potencialidades colocados para uma sociedade marcada pela desigualdade.

Nessa obra e nas demais que lhe sucederam, sem deixar de apontar os mecanismos de subordinação econômica e política, Furtado destaca as potencialidades abertas ao presente. A ferramenta teórica de compreensão do subdesenvolvimento deve agir sobre o processo histórico no sentido da sua superação.

Furtado também é atento às desigualdades regionais, herdadas da monocultura exportadora, pois representam uma dificuldade suplementar no âmbito de qualquer planejamento econômico. Segundo ele, o “desenvolvimento da primeira metade do século XX apresenta-se basicamente como um processo de articulação das distintas regiões do país em um sistema com um mínimo de integração. [...] e na segunda [metade] poderá aguçar-se o temor de que o crescimento intenso de uma região é necessariamente a contrapartida da estagnação de outras” (FURTADO, 1989, p. 236-237; p. 239). Para a superação dessas “disparidades regionais”, torna-se fundamental uma visão estratégica de futuro, em que o

planejamento comparece para a viabilização de um sistema econômico nacional autônomo.

A contribuição do autor, porém, extrapola em muito a tenacidade do economista para assumir as múltiplas facetas de historiador, sociólogo e geógrafo, capaz inclusive de colocar a cultura como dimensão constitutiva do desenvolvimento. Muito produtivo, escreveu dezenas de obras, dedicadas a diversos tópicos, sempre com o brilho de uma escrita clara, fluente e perspicaz, empenhada em coligar as ideias abstratas e gerais aos exemplos particulares e históricos. Como intelectual do seu tempo, entendia que a atividade do pensamento crítico devia estar comprometida com a ação objetiva, o que o levou a abraçar a carreira política, em momentos especiais de sua trajetória, sem se afastar do ideário emancipacionista.

Por isso mesmo, pode-se afirmar que Furtado é um pensador da *brasilidade*, conceito difícil de definir, mas que acena para uma particularidade histórica e social que deve ser compreendida, ou ao menos questionada. Pois, já que um país não é feito apenas de suas forças produtivas, deve-se levar em conta também o contingente humano que lhe empresta vivacidade e autenticidade. Portanto, é sob a condição de intérprete do Brasil que o nosso homenageado comparece nas páginas deste número da *RIEB* – antecipando temas e abordagens que certamente serão lembrados no ano que vem, por ocasião das comemorações da tríade de 22.

É importante destacar que este dossiê apenas existe graças à doação do arquivo e da biblioteca de Celso Furtado realizada por Rosa Freire d'Aguiar ao IEB no ano de 2019. As fotos e os documentos que os acompanham fazem parte desse valioso acervo.

Desde então o IEB tem promovido um conjunto de atividades com o objetivo de contribuir para a divulgação e o debate em torno ao pensamento dessa grande figura brasileira. Nesse sentido, como parte das atividades do seu centenário, o IEB organizou uma sequência de podcasts¹, os IEBinários Celso Furtado² e um curso de pós-graduação sobre o seu método, trajetória e obra, além de ter estabelecido parcerias para a realização de seminários e publicações sobre *Formação econômica do Brasil* e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Essas iniciativas culminam agora neste dossiê, preparado de forma criteriosa por seus organizadores, que trataram de resgatar novos olhares sobre o intelectual a partir da dupla chave da transdisciplinaridade e contemporaneidade.

Fernando Paixão³, Inês Cordeiro Gouveia⁴, Luciana Suarez Galvão⁵

Editores

1 Os podcasts 127 a 137, disponibilizados entre 9 e 26 de outubro de 2020, podem ser acessados em: <https://anchor.fm/difusieb>.

2 Os IEBinários Celso Furtado, realizados em 23 e 30 de novembro e 7 e 14 de dezembro de 2021, estão disponíveis em: <http://www.ieb.usp.br/iebinario>.

3 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

4 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

5 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

REFERÊNCIA

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 23. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.

SOBRE OS AUTORES

FERNANDO PAIXÃO é docente do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP).

fernando.paixao@usp.br

<https://orcid.org/0000-0001-5157-1506>

INÊS GOUVEIA é docente do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP).

inescgouveia@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-4783-9033>

LUCIANA SUAREZ GALVÃO é docente do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP).

lsgalvao@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-1369-688X>

Recebido em 5 de abril de 2021

Aprovado em 8 de abril de 2021

PAIXÃO, Fernando; GOUVEIA, Inês Cordeiro; GALVÃO, Luciana Suarez. Furtado, intérprete do Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 78, p. 13-15, abr. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i78p13-15>

O Longo amanhecer
~~A longa marcha~~

Subsídios para pensar o Brasil

Reflexões sobre o futuro do

A ROSA

que me ensinou
a ser paciente

Celso

DOSSIÊ

Capa da obra *O longo amanhecer*. Destaque para a troca de título, que inicialmente seria *A longa marcha*, e a dedicatória manuscrita, em que se lê "A Rosa/ que me ensinou/ a ser paciente Celso". Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-LA-001

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

Celso Furtado, transdisciplinar e contemporâneo

[*Celso Furtado, transdisciplinary and contemporary*]

ORGANIZAÇÃO DO DOSSIÊ

Alexandre de Freitas Barbosa¹

André Botelho²

Vera Alves Cepêda³

Alexandre Macchione Saes⁴

Recebido em 22 de fevereiro de 2021

Aprovado em 1^o de março de 2021

BARBOSA, Alexandre de Freitas; BOTELHO, André; CEPÊDA, Vera Alves; SAES, Alexandre Macchione. Celso Furtado, transdisciplinar e contemporâneo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 78, p. 17-24, abr. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1178p17-24>

1 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

2 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil).

3 Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, São Carlos, SP, Brasil).

4 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

O dossiê “Celso Furtado, transdisciplinar e contemporâneo” da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (RIEB)* é resultado da parceria acadêmica entre seus organizadores. Se a proposta surgiu motivada pelo centenário de nascimento de Furtado, desde o início se pretendeu fugir do tom encomiástico.

A rememoração e atualização da obra e vida de Celso Furtado expressa dois movimentos principais. O primeiro, do reconhecimento da importância que a produção intelectual brasileira tem como parte ativa na autopercepção da identidade nacional, na compreensão de nossa formação e de nossos velhos/novos dilemas e na produção de diagnósticos da estrutura social, material e cultural, que influenciaram, direta ou indiretamente, as escolhas e as trajetórias da nossa vida coletiva.

O segundo ângulo é o reconhecimento da importância da reflexão e da ação de Furtado no fluxo desse contexto, em virtude do seu legado intelectual potente em profundo diálogo com outras interpretações do país que lhe antecederam e sucederam.

O conjunto de artigos que compõem este dossiê orbita entre as várias faces desse reconhecimento: ora eles incidem sobre momentos específicos do trabalho furtadiano e seu diálogo epocal; ora sobre a dinâmica diacrônica da produção e da correlação de suas teses com o contexto em movimento; ora se observa a arquitetura das formulações e do processo de laboração intelectual do autor por meio dos temas abordados, das suas interlocuções teóricas e da adoção de métodos de análise para obtenção de respostas; ora ainda se observam a recepção e os efeitos de suas teses, em seu tempo ou ao longo do tempo, no âmbito do debate nacional (ponto de origem dos dilemas éticos, intelectuais, políticos e pessoais de Furtado), ou em sua necessária interlocução e forte impacto no debate mundial (quer no plano teórico, quer no epistemológico, geopolítico ou geoeconômico).

Tratar de Furtado e de sua obra ao longo dos 100 anos da vida do autor é refletir sobre as mudanças profundas que se gestaram na sociedade, na cultura e nas instituições brasileiras desde 1920 até hoje, e que estão enraizadas nos propósitos, formas e resultados da reflexão do autor. Há como que uma mescla de *fortuna* (as condições históricas que circunscreviam a experiência vivida de Furtado) com *virtú* (o hercúleo esforço intelectual, político e ético do autor ao eleger como *telos* de sua existência a compreensão do caudaloso rio da história que produzira as sociedades subdesenvolvidas, armando-se de ferramentas capazes de promover a sua transformação).

Assim, a obra de Furtado absorve, reflete e inverte o caleidoscópio dos múltiplos e combinados aspectos da vida social, apreendidos e compreendidos em uma dimensão racional também multifacetada e devolvida por meio de alternativas intelectuais e políticas à disposição da sociedade.

Isso explica o porquê do dossiê estar ancorado em torno de dois eixos básicos: a característica transdisciplinar do legado furtadiano, que explica a ampla circulação das teses do autor em domínios distantes da economia (talvez área *mater*, mas não *alma mater* de Furtado); e sua contemporaneidade, que não se restringe ao tempo que viveu, atuou e combateu pelo desenvolvimento nacional, atualizando-se para outros tempos (o nosso), revestida de novas roupagens e utopias, pois o seu método é vigoroso e assim o exige.

Não à toa, as numerosas celebrações do centenário do mais importante economista brasileiro realizadas ao longo dos últimos meses reuniram, por meio das telas dos computadores (efeito da pandemia de covid-19), gerações de economistas, cientistas sociais e intelectuais brasileiros e latino-americanos. As atividades percorreram todo o território nacional e vários eventos internacionais foram organizados.

Furtado foi celebrado também com a publicação de livros organizados para sua homenagem⁵. Dois deles merecem destaque: *Diários intermitentes: 1937-2002*, lançado em 2019, e *Correspondência intelectual de Celso Furtado (1949-2004)*, a ser publicado neste ano de 2021. Os dois livros foram organizados cuidadosamente por Rosa Freire d’Aguilar e trazem a público um conjunto de documentos valiosos que abrem novas frentes de pesquisa sobre o autor.

Os periódicos não deixaram por menos. Recebendo uma grande quantidade de artigos publicados em suas edições, alguns periódicos também organizaram dossiês exclusivos para discutir o centenário de Furtado. A revista *Cadernos do desenvolvimento*, do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, publicou “100 anos de Celso Furtado” (2020); a *Revista de Ciências Sociais* da Universidade Federal do Ceará, por sua vez, ofereceu o “Centenário de Celso Furtado” (2020); “Celso Furtado, 1920-2020: diálogo e interdisciplinaridade” é o tema do dossiê de *História Econômica e História de Empresas* (2021), da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica.

O dossiê “Celso Furtado, transdisciplinar e contemporâneo”, publicado agora na *RIEB*, se soma ao conjunto de estudos que surgiram em torno do centenário do maior economista e um dos mais importantes intérpretes do Brasil.

Entendemos que a originalidade da nossa contribuição se revela pela reunião de trabalhos que nascem da perspectiva transdisciplinar aplicada a movimentos particulares da sua análise em várias temporalidades. Nesse sentido, merecem destaque a dinâmica de produção da obra; a trajetória do autor; a trajetória da obra e das teses do autor; o repertório, o léxico e os temas; os efeitos e as permanências no campo intelectual; os efeitos e as permanências no campo político; os efeitos e as permanências no campo cultural; o estilo intelectual; o método e as matrizes teóricas, entre outros aspectos.

A chave transdisciplinar, aberta para a imaginação criadora e transformação do

5 Conferir: Quintela et al. (2020), Sousa et al. (2020a; 2020b; 2020c), Leitão et al. (2020), Saes; Barbosa (2021).

mundo, é o que permite pensar os temas contemporâneos por meio das ideias de Celso Furtado. Esse exercício está plenamente presente no artigo de abertura de nosso dossiê. O embaixador Rubens Ricupero, com “Celso Furtado: pensador global”, retoma a trajetória do economista, dando ênfase para o olhar de Furtado sobre as relações internacionais, por meio de *Brasil: a construção interrompida*, reiterando o papel fundamental da autonomia dos centros internos de decisão para a construção de projetos de futuro.

O dossiê possui mais dez contribuições que podem ser agrupadas em três grandes eixos analíticos. O primeiro eixo examina as contribuições basilares de Celso Furtado, investigando sua formação como economista e sua interpretação sobre o Brasil e a encruzilhada do subdesenvolvimento. O segundo eixo acompanha a trajetória de suas ideias, mobilizadas em diferentes contextos históricos, debatendo os limites do liberalismo e a centralidade do papel do Estado e do planejamento, num contexto de subdesenvolvimento e dependência. Por fim, o terceiro eixo expande a leitura do economista Celso Furtado para seus diálogos transdisciplinares, uma interpretação incapaz de ser contida na rígida e hermética teoria econômica.

Como abertura do primeiro eixo, Carlos Mallorquin, em “El desafío de la sustitución de importaciones de las categorías occidentricas: Celso Furtado”, retoma a produção do economista entre o período da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e o golpe militar para indicar como a concepção estruturalista de sua obra, ao negar os enunciados da teoria econômica neoclássica, abriu espaço para uma crítica teórica e metodológica que hoje pode ser caracterizada como uma das bases do pensamento decolonial.

Elisa Klüger amplifica, no artigo “Celso Furtado: por uma ciência econômica iconoclasta e inconformista”, os argumentos de Carlos Mallorquin ao avaliar a “ciência econômica iconoclasta e inconformista” de Celso Furtado. Ao percorrer a construção do método e da interpretação do autor, a autora destaca a originalidade do pensamento-ação de Furtado: como iconoclasta, ao romper com os paradigmas neoclássicos, e como inconformista, com seu projeto de transformação social.

Alexandre de Freitas Barbosa discute a obra mais conhecida e, possivelmente, mais debatida de Celso Furtado: *Formação econômica do Brasil*. Por meio da clássica obra, o artigo “Celso Furtado, intérprete do Brasil” produz um diálogo entre o economista e os chamados “intérpretes do Brasil” para reafirmar a posição de Furtado no panteão dos demiurgos do Brasil, como quer Francisco de Oliveira. Ao reiterar a relevância da obra de Furtado, e do seu método, para compreender o Brasil, o autor tece diálogos com Caio Prado Jr., Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, sugerindo que a obra clássica de Furtado deve ser lida em par com *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* e *A pré-revolução brasileira*.

Carmen Felgueiras, por sua vez, embarca nas viagens de juventude de Celso Furtado, interrogando seus registros deixados nos *Diários intermitentes*. Ao percorrer os espaços de sociabilidade, nacionais e internacionais de Celso Furtado, a autora de “‘Pouco mais do que uma viagem de turismo’: as viagens de juventude de Celso Furtado” apresenta o percurso de alargamento da vivência, da reflexão e da perspectiva de mundo do autor. Tratar a subjetividade como relação social e histórica permite não apenas redimensionar a relação entre indivíduo e sociedade, como também projetar novas percepções sobre a obra de Furtado.

Inaugurando o segundo eixo analítico, Vera Alves Cepêda e Gustavo Louis Henrique Pinto examinam, em “A teoria do subdesenvolvimento e o projeto desenvolvimentista de Celso Furtado: reflexões sobre os limites do liberalismo”, as críticas de Furtado às leis do mercado e à teoria econômica neoclássica, indicando como a adoção dos postulados liberais operou na construção do subdesenvolvimento, impedindo a sua superação. Na tese furtadiana, a intervenção do Estado, mediante um planejamento racional, é uma peça decisiva para a superação do subdesenvolvimento, dissociada, como reforçam os autores, da tradição autoritária brasileira. O texto destaca como o projeto desenvolvimentista de Furtado afasta-se das premissas liberais apresentando uma nova função para a defesa dos princípios democráticos.

Renato Nataniel Wasques dá prosseguimento à tarefa de investigar o papel do Estado na interpretação de Celso Furtado. Num sobrevoo pelas seis décadas de pensamento de Furtado, Wasques avalia no artigo “O pensamento de Celso Furtado sobre Estado e planejamento” como os textos de juventude, as obras cepalinas e de intervenção política da primeira metade da década de 1960, assim como as obras do período do exílio e aquelas do período de uma economia que se globalizava, mobilizaram os conceitos e as práticas do planejamento e do Estado como coordenador e orientador de decisões econômicas estratégicas.

Ainda como parte do segundo eixo, no artigo “Celso Furtado, intérprete da dependência”, o conceito de dependência é analisado por Rômulo Manzatto e Alexandre Macchione Saes. Se Celso Furtado é reconhecido como um dos formuladores do estruturalismo latino-americano, os autores defendem que o economista deve ser também elencado entre os pioneiros da teoria da dependência que pautaram parte do debate teórico da região nos anos 1970. Por meio da mediação das obras de Celso Furtado com seus interlocutores do período inicial do exílio, os autores apresentam o processo de revisão de suas ideias, momento em que a interdisciplinaridade assume dimensão central em sua obra.

Por fim, o terceiro eixo discute diretamente alguns dos diálogos transdisciplinares de Celso Furtado, intelectual que partiu da ciência econômica para construir sua interpretação, que interage e assimila, de maneira inovadora, a história, a sociologia, a ciência política e a cultura.

Assim, Roberto Pereira Silva se volta ao estudo da tese de doutorado de Celso Furtado para entender como o autor mobilizou os conceitos e os métodos das ciências sociais para produzir aquele que é reconhecido como o trabalho mais histórico do autor. Como indica Roberto em “A história vista pelas lentes das ciências sociais: uma interpretação de *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*, de Celso Furtado”, ainda que se valendo de fontes primárias e dos relatos de viajantes do Brasil colonial, as análises sobre a economia e a sociedade da colônia são também influenciadas pela renovação historiográfica em curso na França, deixando marcas profundas em sua interpretação sobre a história econômica brasileira.

César Bolaño, por sua vez, resgata em “Celso Furtado e a antropologia: notas para o diálogo entre economia política e estudos culturais” o diálogo de Furtado com a antropologia, trazendo elementos dos estudos culturais britânicos de Stuart Hall. Como afirma Bolaño, Furtado foi o autor do estruturalismo latino-americano que mais se valeu da antropologia e da economia da cultura. Para ele, Furtado confiava

na atuação na consciência crítica da classe média brasileira para formular um projeto nacional de desenvolvimento.

O último artigo do dossiê, “Leituras em competição (à distância): dois experimentos de pesquisa a partir da obra de Celso Furtado”, de autoria de Antonio Brasil Jr., Lucas Carvalho e Karim Helayel, apresenta um estudo cientométrico sobre a produção de Celso Furtado e do fluxo de buscas de verbetes da Wikipédia. O texto demonstra como Furtado permanece como uma referência importante para diferentes gerações. A abrangência dos temas tratados e a atualidade das ideias do economista podem ser entendidas como as principais razões da permanência de Furtado no debate econômico e social contemporâneo.

Neste número da *RIEB* que contém o dossiê Celso Furtado, o mestre aparece também na seção Documentação. O artigo “Volta às fontes batismais: Celso Furtado e a profecia da Sudene”, escrito por Darlan Praxedes Barboza e Elisabete Marin Ribas, apresenta “uma pequena mas significativa amostra dos materiais inéditos do acervo pessoal de Celso Furtado” no IEB, detendo-se sobre os itens documentais referentes à Sudene. Os autores articulam a trajetória de Furtado anterior à Sudene e mostram como a sua atuação no comando da agência de desenvolvimento cumpriu um papel estratégico de formação e inspiração para a juventude da época.

Além de mapear o debate em torno da Sudene e a sua condução pelo também “jovem” Furtado, são apresentados no texto os principais adversários do projeto de transformação do Nordeste, que ia muito além da transformação econômica. Com base nessa documentação, pode-se refutar de uma vez por todas a afirmação leviana de alguns economistas, para quem Furtado não teria se dedicado ao tema da educação. Uma das prioridades da Sudene era justamente eliminar o analfabetismo e ampliar a oferta de pessoal técnico, como o demonstra o plano estrutural de educação, de 1962, elaborado em cooperação com os governos estaduais, a Usaid-Aliança para o Progresso e o MEC.

O dossiê aproveita-se da onipresença de Celso Furtado – que segue aparecendo novinho em folha em livros inéditos organizados e apresentados por Rosa Freire d’Aguiar ou nas coletâneas sobre sua trajetória e pensamento – para oferecer ao leitor duas resenhas.

Rafael Pacheco Mourão, em “Celso Furtado, os *Diários intermitentes* e o Brasil: as memórias de um intelectual público”, procura apontar como as “facetas íntimas” de Furtado vêm à luz nos seus diários, e de maneira diferente da sua obra autobiográfica, revelando, sem filtro, os “processos de reavaliação e reposicionamento” durante a sua longa trajetória. Conforme o autor, temos diante de nós o ser humano, humanista e ético homem público, recontando os fatos que lhe parecem essenciais, realizando interpretações e traçando perfis de intelectuais e homens públicos com os quais contracenou durante cerca de 50 anos. A resenha é cuidadosa ao mostrar o seu ângulo de visão sobre a conjuntura, por vezes acompanhado de sínteses estruturais robustas, auxiliando o leitor na busca de novas chaves de compreensão e pesquisa.

A segunda resenha, “Destecer os 60 anos de *Formação econômica do Brasil*”, dedica-se à obra *Celso Furtado e os 60 anos de Formação econômica do Brasil*, organizada pelos professores Alexandre Macchione Saes e Alexandre de Freitas Barbosa. O livro é fruto do seminário realizado em 2019 por meio da parceria entre a Biblioteca

Brasília Guita e José Mindlin, o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) e o Centro de Pesquisa e Formação do Sesc. Gustavo Louis Henrique Pinto traça os vários eixos que cruzam os 16 artigos que compõem o livro, destacando os distintos horizontes de interpretação abertos pelo clássico ontem e hoje. Os artigos cobrem as várias dimensões da obra de Furtado, detendo-se sobre a sua vinculação ao gênero de formação, as pontes entre a economia e a história, bem como entre teoria, método e projeto político, e indicando a atualidade do livro e o potencial de pesquisa no arquivo de Celso Furtado no IEB.

Percebemos que as releituras possíveis da obra e da trajetória de Furtado carregam as marcas da transdisciplinaridade e da contemporaneidade, presentes na formação de sucessivas gerações, e ainda fundamentais para a compreensão deste país tão distinto – e ao mesmo tempo tão semelhante – daquele que obcecou Furtado desde o início de sua carreira.

No labirinto do presente, Furtado se reapresenta como guia, com sua imaginação criadora e seu método certo. Pensar a partir do mestre, como vários de nós o fazemos, ou procuramos fazer, não significa, porém, repetir fórmulas – que necessariamente se atualizaram, mas mantiveram, se não reiteraram, as tendências excludentes de uma sociedade conservadora como a brasileira. Ao contrário, significa compreender e atuar sobre nossa contemporaneidade de maneira transdisciplinar e mediante a responsabilidade com o futuro. Esse é o legado de Celso Furtado que desejamos compartilhar com as leitoras e os leitores em seu centenário.

SOBRE OS AUTORES

ALEXANDRE DE FREITAS BARBOSA é professor de História Econômica e Economia Brasileira do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) e bolsista Produtividade CNPq (categoria 2).

afbarbosa@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-0493-7488>

ANDRÉ BOTELHO é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pesquisador (1C) do CNPq e Cientista do Nosso Estado da Faperj.

andrebotelho@digirotas.com.br

<https://orcid.org/0000-0001-6815-9040>

VERA ALVES CEPÊDA é professora do Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

veracepeda@ufscar.br

<https://orcid.org/0000-0002-1419-0090>

ALEXANDRE MACCHIONE SAES é professor do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e bolsista Produtividade CNPq-2.

alexandre.saes@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-4274-1993>

REFERÊNCIAS

CADERNOS do Desenvolvimento. Dossiê 100 Anos de Celso Furtado. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, v. 15, n. 26, jan.-jun. 2020.

FURTADO, Celso. *Diários intermitentes: 1937-2002*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d’Aguiar. Prefácio de João Antonio de Paula. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FURTADO, Celso. *Correspondência intelectual de Celso Furtado (1949-2004)*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d’Aguiar. Prefácio de Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

HISTÓRIA Econômica & História de Empresas. Dossiê Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, v. 24, n. 1, 2021.

LEITÃO, Cláudia de Souza et al. (org.). *Anais do Seminário 100 anos de Celso Furtado: que desenvolvimento queremos para o Brasil?*. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, 2020.

QUINTELA, Adroaldo et al. (org.). *Celso Furtado: os combates de um economista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Expressão Popular, 2020.

REVISTA de Ciências Sociais. Dossiê Centenário de Celso Furtado. Periódico do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, v. 51, n. 1, 2020.

SAES, Alexandre Macchione; BARBOSA, Alexandre de Freitas. *Celso Furtado e os 60 anos de Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Senac/BBM, 2021.

SOUSA, Cidival Morais de; THEIS, Ivo Marques; BARBOSA, José Luciano Albino (org.). *Celso Furtado: a esperança militante*. V. 1 (Interpretações). Campina Grande: Eduepb, 2020a.

SOUSA, Cidival Morais de; THEIS, Ivo Marques; BARBOSA, José Luciano Albino (org.). *Celso Furtado: a esperança militante*. V. 2 (Depoimentos). Campina Grande: Eduepb, 2020b.

SOUSA, Cidival Morais de; THEIS, Ivo Marques; BARBOSA, José Luciano Albino (org.). *Celso Furtado: a esperança militante*. V. 3 (Desafios). Campina Grande: Eduepb, 2020c.

Celso Furtado, pensador global

[*Celso Furtado, global thinker*

Rubens Ricupero¹

RESUMO • Este texto compila as ideias apresentadas no IEBinário “Celso Furtado: entre as relações internacionais e a ecologia”, ocorrido em 14 de dezembro de 2020, a convite do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP). O evento, mediado por Rosa Freire d’Aguiar Furtado, escritora, tradutora e organizadora de diversas obras de Celso Furtado, contou com a participação do professor Alexandre de Freitas Barbosa (IEB/USP), do economista ecológico Clóvis Cavalcanti, pesquisador emérito da Fundação Joaquim Nabuco, e do diplomata e historiador Rubens Ricupero. Esse encontro pode ser acessado em: <https://bit.ly/3iw8o9N>. • **PALAVRAS-CHAVE** • Celso Furtado; relações internacionais;

ecologia. • **ABSTRACT** • This text compiles the ideas presented in IEBinário “Celso Furtado: between international relations and ecology”, which took place on December 14, 2020, at the invitation of the Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP). The event, mediated by Rosa Freire d’Aguiar Furtado, writer, translator and organizer of several works by Celso Furtado, was attended by professor Alexandre de Freitas Barbosa (IEB/USP), ecological economist Clóvis Cavalcanti, emeritus researcher at the Fundação Joaquim Nabuco, and the jurist and diplomat Rubens Ricupero. This meeting can be accessed at: <https://bit.ly/3iw8o9N>. • **KEYWORDS** • Celso Furtado; international relations; ecology.

Recebido em 21 de dezembro de 2020

Aprovado em 26 de janeiro de 2021

RICUPERO, Rubens. Celso Furtado, pensador global. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 78, p. 25-34, abr. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v11i78p25-34>

¹ Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

Nenhum outro pensador brasileiro do passado ou do presente, com exceção talvez de Caio Prado Júnior, foi tão global como Celso Furtado. Global no sentido de que, para ele, o processo histórico de desenvolvimento do Brasil, da mesma forma que qualquer processo de desenvolvimento, é sempre irredutivelmente inseparável do sistema internacional no qual se acha inserido. Não se pode sequer pensar o desenvolvimento a não ser como peça de um sistema maior, o da economia-mundo, o do conjunto das trocas econômicas de comércio, investimento, financiamento, migrações de trabalhadores, tecnologia.

Global no caso de Celso possui também uma outra acepção, a de pensamento *abrangente, totalizador, envolvente*, na percepção das características definidoras da evolução da economia brasileira. Há até um aparente paradoxo no destino de um intelectual que se celebrizou pela contribuição à compreensão do fenômeno regional do Nordeste, mas que, ao mesmo tempo, pensou o país dentro do contexto mais universal e abrangente possível, o da inserção do Brasil na “máquina mercante” do mundo².

Na longa sucessão de intelectuais que se esforçaram em entender e explicar a formação do Brasil, alguns privilegiaram os fatores internos, como Oliveira Viana, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Outros, como Celso Furtado, preferiram privilegiar os fatores internacionais, ponto no qual ele se aproxima de Caio Prado Júnior, muito mais que dos demais precursores, como se percebe, acima de tudo, em sua tese de doutoramento (RICUPERO, 2005)³.

Tanto Caio Prado Júnior como Celso Furtado compreendiam o Brasil como peça subalterna do grande sistema do capitalismo mercantilista europeu, que estabeleceu no país, como em outras colônias tropicais, unidades de produção com mão de obra escrava, especializadas em produzir *commodities* tropicais para os mercados europeus. A história do Brasil é indissociável dessa precoce inserção no mundo.

Por esse motivo, ele destacava o que hoje se esqueceu: quando se diz que o

2 Ver o soneto de Gregório de Matos, “Triste Bahia”: “A ti trocou-te a máquina mercante/ Que em tua larga barra tem entrado...”.

3 Originalmente o artigo “Celso Furtado e o pensamento social brasileiro” (RICUPERO, 2005) serviu de posfácio à edição mexicana da tese de doutorado de Furtado, sob o título de *La economía colonial brasileña* (2003).

caminho do desenvolvimento passa pela integração na economia e no comércio mundial, é preciso qualificar a afirmação. Não se trata de qualquer integração por si mesma porque, integrado, o Brasil sempre foi. Nosso país nasceu como uma etapa da expansão do capitalismo mercantilista europeu. Não é por acaso que somos o único país a ostentar o nome de uma *commodity*, o pau-brasil, primeiro produto de exportação que tivemos.

Fomos um país profundamente inserido no sistema mundial de comércio durante três séculos e meio, porque praticamente tudo o que se produzia de açúcar e, mais tarde, de ouro, diamante, cacau, borracha, café se exportava quase na íntegra. Não se poderia, portanto, imaginar um país mais inserido, mais plenamente integrado no sistema mundial de comércio do que o Brasil.

Já em meados do século XVII, Gregório de Matos podia afirmar no soneto citado: “Deste em dar tanto açúcar excelente/ Pelas drogas inúteis, que [...] aceitas do sagaz brichote”. É curioso até como a intuição poética de Gregório de Matos captava a essência do que os economistas do século XX denominariam de “desigualdade nos termos de intercâmbio”, a tendência secular de desvalorização nos preços de produtos primários em contraponto à elevação dos preços de manufaturas.

O que Celso Furtado e Caio Prado Júnior realçaram é que as mesmas forças que nos integravam no mundo nos desintegravam internamente, paradoxo que se prolonga até hoje. Os dois elementos centrais do sistema – a concentração da propriedade no latifúndio e a mão de obra escrava – constituíam poderosos fatores de desintegração social. Nada, efetivamente, desintegra mais uma sociedade do que dividi-la entre senhores e escravos, sujeitos de direito e objetos de direito; nada desintegra mais uma sociedade do que dividi-la entre poucos proprietários de terra e uma multidão de meros fornecedores de trabalho.

É essa verdade que se deduz das análises de Caio Prado e de Celso Furtado: o que importa de fato não é a integração em si, nem mesmo o grau, o volume e a intensidade de tal inserção. Como, por exemplo, no argumento frequente de que a proporção de exportações e importações no cômputo geral do produto interno bruto brasileiro é relativamente pequena (o que, aliás, costuma ser o caso em todas as economias nacionais de grande porte). O que conta em termos de transformação em profundidade da estrutura produtiva e do nível de avanço da sociedade é a *qualidade* não a *quantidade* de integração.

Coube a Celso Furtado demonstrar em suas análises históricas como a industrialização vai gradualmente romper o sistema anterior, nisso se diferenciando de Caio Prado, que valorizou menos o fenômeno. Celso assinalou, em contraste, de que maneira a industrialização pôs em marcha um movimento capaz de articular, entre si, pela primeira vez, as diversas regiões do Brasil que antes se integravam ao mundo separadamente, cada uma com seus circuitos próprios, mantendo muito pouco intercâmbio recíproco. Ao fazer isso, a industrialização lançou o processo de criação do mercado interno, responsável, por sua vez, pelo grande dinamismo do crescimento brasileiro, a fase de ouro que durou desde os anos 1930 até o fim dos anos 1970.

Em particular, os nossos 40 “anos gloriosos”, de 1940 a 1980, período em que a economia se expandiu em média 7% ao ano, em que multiplicamos por 15 o produto real

e por 5 o produto *per capita*, apesar de coincidir com a explosão demográfica brasileira, fase em que a população aumentava a taxas demográficas perto de 3% ao ano⁴.

Ao contrário do que sucederia na China e outros países recentemente industrializados da Ásia, o processo de transformação via industrialização infelizmente saiu dos trilhos e se desvirtuou no Brasil e na América Latina. Essa perda de rumo, antes de chegar à plena maturação e realização, marca os últimos livros de Celso Furtado. Foi ele possivelmente o primeiro a detectar com precisão os impactos destrutivos que viria a ter no processo de desenvolvimento brasileiro o abandono da estratégia de integração do mercado interno. No início dos anos 1980, quando o fenômeno mal engatinhava, ele já vislumbrava em *Brasil: a construção interrompida* que:

[...] a partir do momento em que o *motor* do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para ser a integração com a economia internacional, os efeitos de sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do país desaparecem, enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre elas. (FURTADO, 1992, p. 32).

Em seguida, prossegue:

Em um país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá, quase necessariamente, a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional. (FURTADO, 1992, p. 35).

Publicados há várias décadas, esses textos, estranhamente proféticos, soam agora muito mais atuais do que na época em que foram escritos. Naquele longínquo ano de 1982, início da crise da dívida externa, no melancólico ocaso do regime militar, apenas começavam a se esboçar de forma confusa as tendências que a poderosa inteligência analítica de Celso Furtado desvendava com absoluta lucidez.

O título *Brasil: a construção interrompida* antecipava o que em nossos dias se converteu em triste realidade: a desindustrialização avançada, a dependência cada vez maior das exportações de produtos primários (agora destinados sobretudo à China e a mercados asiáticos), o desemprego estrutural estacionado em taxas de mais de dois dígitos, a volta da “questão nacional” sob a forma da “guerra dos incentivos fiscais” para atrair investimentos de empresas transnacionais, a viabilidade ameaçada do projeto nacional.

Hoje mais fortes e definidos que quatro décadas atrás, esses traços bastam para confirmar a indiscutível *atualidade* do pensamento de Celso, sua permanente validade como luz para iluminar o Brasil problemático em que vivemos.

Como outra marca inconfundível desse pensamento, gostaria de assinalar sua notável *originalidade*. Antes e depois de Celso Furtado, o Brasil produziu economistas

4 Ver: Rogério L. Furquim Werneck, 1988.

de valor, neoclássicos, liberais ortodoxos, neoliberais. Intelectuais respeitáveis como Eugênio Gudín, Octávio Gouveia de Bulhões, Roberto de Oliveira Campos, Mário Henrique Simonsen, para citar apenas alguns dos já desaparecidos, foram todos homens de valor que trouxeram contribuições apreciáveis aos conhecimentos econômicos entre nós.

Não passaram, no entanto, e digo isso de modo objetivo, sem nenhum desdouro, de epígonos, de representantes competentes, por vezes até brilhantes, de doutrinas, de escolas de pensamento formuladas fora do Brasil e com escassa referência à nossa realidade.

Provavelmente por essa razão, esses economistas, mesmo quando açados a cátedras de universidades estrangeiras, não tiveram repercussão e influência perceptíveis na evolução das ideias econômicas mundiais.

Celso, em contraste, se distinguiu pela inovação, pela originalidade de um pensamento profundamente pessoal, ancorado no chão da realidade brasileira e latino-americana. Graças a essa originalidade de visão é que Celso Furtado se tornou, como escrevi há tempos, o mais “globalizado” dos economistas brasileiros, no sentido daquele que sem contestação obteve, fora do Brasil, maior reconhecimento, exercendo influência muito além de nossas fronteiras.

Tornou-se assim um pensador econômico brasileiro relevante, seguramente o de maior impacto fora do Brasil, traduzido, editado e admirado em inúmeras línguas, contribuindo para formar grandes economistas em nações em desenvolvimento de estrutura comparável à nossa⁵.

Rivaliza nesse sentido com Raúl Prebisch, do qual foi o principal colaborador. Prebisch costumava dizer que devíamos ler e estudar com interesse as teorias vindas do Norte porque continham muita coisa de valor. Deveríamos fazê-lo, contudo, de uma perspectiva crítica a partir da realidade latino-americana, buscando distinguir nessas teorias o que poderia ser válido para nós.

Tanto Prebisch quanto Furtado deixaram-nos como principal legado o compromisso ético com um desenvolvimento genuíno capaz de retirar da miséria as massas marginalizadas e excluídas. Na primeira conferência “Raúl Prebisch” da United Nations Conference on Trade and Development (Unctad) proferida no Palais des Nations, em Genebra, em 6 de julho de 1982, após descrever seus começos como jovem economista na Argentina da Grande Depressão dos anos 1930, dizia:

Aqueles anos da grande queda viram, na América Latina, o começo de um movimento de *emancipação intelectual* que consistia em olhar criticamente as teorias dos centros, não em uma atitude de arrogância intelectual – essas teorias possuem grandes méritos – mas com a percepção de que elas mereciam um estudo crítico. Devo dizer que as Nações Unidas tiveram um grande papel nessa inquirição crítica que nos levou a buscar nosso próprio caminho em direção ao desenvolvimento, ao invés de copiar outros; ponderar as realidades da situação e tentar corresponder às necessidades

5 Até 1972, apenas em português e espanhol, tinham sido vendidos 200 mil livros de Celso Furtado, dois milhões no mundo inteiro (RICUPERO, 2005, p. 377, nota 9).

econômicas, sociais e morais – o caminho da equidade. (PREBISH apud RICUPERO, 2004, p. 4 – destaque nosso).

Essas poucas linhas dizem tudo: a consciência ética e social do desenvolvimento, a indispensável referência à realidade e, sobretudo, a atitude crítica (note-se que a palavra “crítico” aparece três vezes na passagem). Com esse mesmo espírito rigoroso de exame da realidade, Prebisch constatava que os latino-americanos se tinham deixado seduzir pelos anos de prosperidade dos grandes centros, abandonando prematuramente políticas que estavam produzindo resultados, em favor da ilusão de que nosso futuro dependia somente do crescimento externo, da exploração dos mercados dos grandes centros.

Em palavras que dão a impressão de quase terem sido literalmente emprestadas às que Celso Furtado utilizava naquele mesmo ano, Prebisch lamentava que os latino-americanos tivessem permitido que se visse interrompida, nesses anos de ilusão, a busca de um caminho original e próprio para o desenvolvimento. Igualmente deplorava que o continente se houvesse acomodado ao ressurgimento das teorias neoclássicas, as mesmas que, no passado, se tinham provado incapazes de promover o desenvolvimento com equidade.

Há nesse texto de Prebisch passagens notáveis nas quais, embora descreva o que ocorria com as ditaduras militares dos anos 1970 e 1980, a sensação do leitor é que se refere com precisão profética ao que estamos vivendo hoje, a nossos impasses atuais. Assinala assim que:

Alguns países latino-americanos experimentaram os excessos do chamado liberalismo econômico, que só é viável quando se suprime o liberalismo político [...]. Em certos países, o estabelecimento do liberalismo econômico criou a necessidade, ou melhor, foi a consequência de governos repressivos que romperam o poder sindical e político dos trabalhadores, acreditando que as forças de mercado resolveriam seus principais problemas. Deixaram-se intoxicar pelas teorias convencionais. (PREBISCH, 1982, p. 8 – tradução nossa).

Reconhecendo a importância das forças de mercado, Prebisch salienta que, isoladamente, sem a ação corretiva e orientadora do Estado, tais forças jamais demonstraram a capacidade de resolver os problemas da exploração irresponsável dos recursos naturais, da degradação do meio ambiente, da distribuição da renda e da equidade. Referindo-se à insistência das teorias convencionais na racionalidade econômica, interpela: “Que racionalidade é essa que produziu os inúmeros males que enfrentamos no momento? Seria acaso uma racionalidade que serve em última análise aos interesses dominantes internos e externos? Há de fato aqui uma racionalidade, mas não a do ponto de vista coletivo” (PREBISCH, 1982, p. 8 – tradução nossa).

E conclui a conferência de maneira irretocável, tão válida hoje como 40 anos atrás:

Sustento que devemos buscar uma nova racionalidade, mas não a dos interesses hegemônicos; não a baseada meramente em objetivos econômicos e sociais e sim a baseada em objetivos eminentemente éticos [...]. Não se trata simplesmente de uma nova ordem econômica internacional, mas de uma nova ordem interna ética e social. (PREBISCH, 1982, p. 8 – tradução nossa).

No mesmo dia em que Celso nos deixou, escrevi um obituário para a *Folha de S. Paulo* (RICUPERO, 2004), no qual evocava a morte, meses antes, do grande pensador italiano Norberto Bobbio. Ao noticiar na manchete da primeira página a perda de Bobbio, *La Stampa*, o grande cotidiano de sua cidade natal, Turim, proclamava: “Morre Bobbio, o intelectual da outra Itália”. Parafraseando o jornal italiano, poderíamos ter escrito que perdíamos Celso, o intelectual do outro Brasil.

Celso Furtado foi o intelectual do outro Brasil, no sentido de que fechou, efetivamente, o ciclo da história cultural dos que acreditaram na construção consciente da nação (surge daí o título de *Brasil: a construção interrompida*). A possibilidade de um projeto nacional, de pensar o destino do Brasil como uma estratégia a longo prazo, dava sentido e valor à atividade intelectual e política.

A crença na ideia de um projeto de nação, que vinha de longe, pelo menos desde a Revolução de 1930, se não de antes, não havia sido alterada pelo regime militar, pois os militares tinham sido sempre participantes ativos da coalizão dos construtores da estratégia nacional. A perda da visão de futuro, da esperança de que o Brasil de amanhã seria melhor que o do passado deu-se mais recentemente, pelo efeito cumulativo do agravamento da crise brasileira a partir de 2014.

As revelações chocantes da corrupção sistêmica em larga escala, o colapso da esperança encarnada no Partido dos Trabalhadores (PT), o golpe desfechado nas instituições políticas pela operação Lava Jato somaram-se a uma dolorosa recessão, praticamente uma depressão, em termos da gravidade do retrocesso econômico, do agravamento sem precedentes do desemprego.

Tudo isso acabou por abalar a autoconfiança dos brasileiros, a precondição indispensável para o que Prebisch chamava de “emancipação intelectual”. Nada simboliza melhor o aniquilamento da confiança em nós mesmos, do abandono da autonomia intelectual e da busca de um projeto nacional brasileiro, do que a iniciativa dos governos Temer e Bolsonaro de buscarem a adesão do país à OCDE, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, com sede em Paris. Durante muito tempo denominada justificadamente de “clubes dos ricos”, a OCDE nada tem em comum com as organizações multilaterais de vocação universal como as pertencentes às Nações Unidas.

Trata-se de uma instituição plurilateral, originalmente formada pelos países participantes do Plano Marshall, que se converteu, a seguir, em entidade para promover a adoção, em escala universal, se possível, de padrões e princípios de organização econômica e financeira derivados da experiência das economias capitalistas de desenvolvimento mais avançado. Nenhuma instituição econômica é mais invasiva, mais intrusiva do que a OCDE. O país desejoso de aderir à organização deve passar por processo de exame de toda sua estrutura legal e organizativa,

comprometendo-se a modificar suas leis e práticas a fim de se conformar aos ambiciosos padrões da OCDE.

É exatamente o oposto da visão da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e da Unctad, de Prebisch e Furtado, a constatação, imposta pela realidade, de que as economias subdesenvolvidas apresentam estruturas fundamentalmente diferentes das economias de capitalismo avançado, que essas estruturas somente podem ser superadas por meio de um longo e trabalhoso processo de desenvolvimento que requer o recurso a políticas não convencionais incompatíveis com os padrões impostos pela OCDE.

A adesão à OCDE, nos termos em que vem sendo negociada, exigiu já ao Brasil renunciar, sem nenhuma compensação, ao estatuto de país em desenvolvimento merecedor de tratamento especial e diferenciado no seio da Organização Mundial de Comércio (OMC). Os advogados da adesão costumam utilizar o argumento de que pertencer a essa organização garantiria a adoção de políticas econômicas e sociais sólidas e eficazes e constituiria uma espécie de imunização contra a tentação de aventuras populistas irresponsáveis.

A falta de fundamento da alegação salta aos olhos quando se lembra que a Grécia, vilipendiada na crise de 2008 como modelo acabado de políticas macroeconômicas equivocadas, é um dos países fundadores da OCDE. Isso não a salvou dos erros de que foi acusada ou da censura mais grave de que teria falsificado os dados econômicos a fim de ingressar na área do euro.

O México, integrante há mais de 25 anos, nem por isso deixou de ser uma economia subdesenvolvida. Durante a maior parte desse período, não cresceu em média a taxas superiores às do Brasil, nem atraiu mais investimentos estrangeiros diretos do que nós. Suas mazelas, inclusive sociais ou de violações de direitos humanos, não se distinguem apreciavelmente das que caracterizam outros latino-americanos. Nem o suposto selo de garantia de boas políticas atribuído à incorporação à entidade conseguiu impedir que o atual presidente mexicano adotasse políticas econômicas de cunho indistintamente populista.

Se, como se vê, os argumentos em favor da adesão à OCDE se revelam frágeis e inconsistentes, o que explicaria, portanto, o fervor com que se advoga o ingresso do país à organização? A explicação real, que diretores do Banco Central e participantes do mercado financeiro se abstêm em geral de mencionar em público, mas não escondem em privado, possui caráter mais problemático e inconfessável. A razão verdadeira é o desejo de assegurar, por meio da adesão a uma organização de padrões rígidos e invasivos, a irreversibilidade de reformas econômicas apresentadas como cientificamente recomendáveis, mas na realidade ditadas por opções ideológicas.

Trata-se do argumento de que, em país instável, sujeito a oscilações de orientação econômica, é necessário *lock in* as reformas, prendê-las com cadeado de maneira que não possam ser modificadas pelo Congresso ou alteradas por efeito de eleições. Em outros termos, os propugnadores da adesão revelam sua verdadeira natureza de tecnocratas autoritários e antidemocráticos, reformadores iluminados do tipo dos funcionários do despotismo “esclarecido” da época do marquês de Pombal!

O que chama especialmente a atenção entre os promotores da adesão consiste em sua invariável proveniência dos setores comprometidos com a globalização e a

liberalização financeira. Não é, aliás, por acaso, que uma das principais ênfases da OCDE reside na adoção de medidas que suprimem ou constroem de forma extrema a autonomia das autoridades nacionais na imposição de limites ou restrições aos fluxos financeiros, mesmo em circunstâncias de crises no balanço de pagamentos.

É nesse ponto que devemos retornar a Celso Furtado, à advertência que nos fazia em *Brasil: a construção interrompida*:

Devemos aceitar a crescente internacionalização dos circuitos monetários e financeiros, com a conseqüente perda de autonomia das decisões, e fazê-lo numa fase em que o protecionismo dos países centrais se reafirma? Teremos de renunciar a uma política de desenvolvimento? Que conseqüências sociais devemos esperar de uma prolongada redução na criação de emprego? (FURTADO, 1992).

À luz do legado de Celso Furtado e de Raúl Prebisch, o tema verdadeiramente decisivo neste momento é saber de que maneira vamos decidir nossa estratégia de crescimento futuro. Vamos persistir na ilusão de que o fator dinâmico virá apenas da economia internacional? Vamos permitir que medidas impostas de fora para dentro, pela adesão à OCDE, mas refletindo o pensamento dos mesmos centros hegemônicos que hoje multiplicam as medidas protecionistas, eliminem o pouco espaço de políticas autônomas que nos resta?

Ou, ao contrário, seremos capazes de compreender que, no mundo atual, em países continentais como o Brasil, os exemplos de maior êxito de desenvolvimento econômico se deram pela harmonização de um crescimento interno dinâmico com a inserção qualitativa na economia mundial, que permita a inclusão das massas excluídas do processo de desenvolvimento, sem jamais alienar a capacidade de decisões autônomas?

Da resposta a essas questões, dependerá a retomada da construção interrompida do Brasil.

SOBRE O AUTOR

RUBENS RICUPERO é diplomata e historiador. Foi embaixador do Brasil em Genebra (1987-1991), Washington (1991-1993) e Roma (1995), ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (1993-1994) e da Fazenda (1994) e secretário-geral da Unctad (1995-2004).

mpricupero@uol.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-0105-0328>

REFERÊNCIAS

- FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, Celso. *La economía colonial brasileña*. México D.F.: Universidad de la Ciudad de México, 2003.
- MATOS, Gregório de. *Poemas escolhidos de Gregório de Matos*. Seleção e organização de José Miguel Wisnik. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- PREBISCH, Raúl. The crisis of capitalism and the periphery. 1st *Raúl Prebisch Lecture*, Genebra, Unctad, July 1982.
- RICUPERO, Bernardo. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, 2005, p. 371-377.
- RICUPERO, Rubens. Celso, o intelectual do outro Brasil. *Folha de S. Paulo*, 21 de novembro de 2004, p. A16.
- RICUPERO, Rubens. Unctad – Passado e presente: nossos próximos quarenta anos. *Economia Política Estratégica – Análise Estratégica*, Instituto de Economia da Unicamp, n. 2, julho-setembro 2014, p. 3-16.
- WERNECK, Rogério L. Furquim. *A longa transição dos anos 80*. Rio de Janeiro: Carta Econômica Anbid, ano VII, março 1988.

El desafío de la sustitución de importaciones de las categorías occidénticas: Celso Furtado

[*The challenge of the import substitution of western categories: Celso Furtado*]

Carlos Mallorquin¹

Agradezco el apoyo de materiales enviados por Luis Bernardo Pericás y Darlan Praxedes.

RESUMEN · El texto propone subrayar aspectos importantes del pensamiento de Celso Furtado: su crítica y estrategia teórica para superar las categorías occidénticas para pensar la economía. Cubre el período que inicia su trabajo en la Cepal en 1948 y ocupa los cargos públicos dentro del gobierno brasileño hasta los primeros meses de su exilio debido al golpe militar en 1964, cuando ya se puede hablar de la concepción estructuralista de la economía “furtadiana”. El surgimiento del pensamiento decolonial en la región tuvo uno de sus fundadores tempranamente en Furtado, aunque no siempre reconocido. · **PALAVRAS CLAVE** · Celso Furtado; pensamiento decolonial; estructuralismo

latino-americano. · **ABSTRACT** · The text proposes to underline important aspects of Celso Furtado’s Thought: his critique and theoretical strategy to supersede the western categories to think the economy. It covers the period when he initiates working at ECLAC in 1948 and occupies public posts in the Brazilian government until the first few months of exile due to the military coup in 1964, after which the “furtadian” structuralist conception of the economy can be enunciated. The rise of decolonial thought in the region had early on in Furtado one of its forefather’s although not always recognized. · **KEYWORDS** · Celso Furtado; decolonial thought; Latin American structuralism.

Recebido em 1^a de setembro de 2020

Aprovado em 9 de dezembro de 2020

MALLORQUIN, Carlos. El desafío de la sustitución de importaciones de las categorías occidénticas: Celso Furtado. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 78, p. 35-65, abr. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.vii78p35-65>

1 Universidad Autónoma de Zacatecas (UAZ, Zacatecas, México).

Es una obra que tiene una profunda significación teórica, porque examina, critica y reelabora, con notable vigor y originalidad, las teorías construidas por historiadores, economistas y sociólogos para explicar el desarrollo económico como un proceso histórico-social. Por ello, trae consigo un nuevo estado de ánimo en la comprensión de este fenómeno, demostrando que, de hecho, solo los científicos sociales de los “países subdesarrollados” son capaces de resolver problemas metodológicos o teóricos formulados por autores clásicos. (Florestan Fernandes, contraportada al libro de Fernando Henrique – CARDOSO, 1964 – subrayados míos)².

Quiero despejar desde el inicio que la descripción centrada en un autor específico sobre la problemática no propone destacar la figura de un agente heroico solitario: heroicidad y decisión de voluntad de poder sin duda, pero su participación histórica es consecuencia de una serie de condiciones e instituciones del período imposible de examinar por razones de espacio: nueva reconstrucción de la estructura financiera mundial posterior a la Segunda Guerra Mundial; la lucha y constitución por la Cepal; la aparente conflagración nuclear entre los EU y la Unión Soviética; los movimientos de lucha antimperalista y de descolonización; la creación de nuevas universidades y facultades de Economía (en la Universidad Nacional Autónoma de México – Unam en 1946) en la región³.

El epígrafe con que inicia el ensayo, donde Florestan Fernandes elogia el trabajo de Fernando Henrique Cardoso se puede transcribir para explicar la problemática teórica de Celso Furtado para desplazar y “superar” (en el sentido “hegeliano”: subsume aquello que critica) el discurso económico de su época. A su vez, el título es un gesto para repensar la banalidad a que han reducido las actuales interpretaciones

2 La traducción de todos los textos citados es mi responsabilidad.

3 Este trabajo se une a la gran labor que realiza Rosa Freyre d’Aguiar por difundir y promover la lectura de la obra de Celso Furtado.

occidénticas⁴ y en la región latinoamericana del pensamiento económico a simple “propulsor” de la “sustitución de importaciones”, convirtiéndose en “teoría” lo que sería una práctica adquisitiva rutinaria de la “creatividad de los empresarios”⁵.

En otros términos, la obra de Furtado ofrece una de las primeras fuentes para reflexionar sobre el surgimiento de lo que hoy día se ha llamado el pensamiento decolonial o estudios “subalternos” (E. Dussel, W. Mignolo, E. Lander, A. Quijano, R. Connell, R. Guha, entre otros)⁶.

A esta introducción le siguen cuatro apartados “Pie en la Patria, casual / o elegida; corazón, cabeza, / en el aire del mundo”, donde se insiste en la importancia de la “historia económica” como base para poder plantear la deconstrucción de las categorías occidénticas del pensamiento económico, cuyos aspectos pueden verse en la sección que le sigue (El fetichismo de las categorías occidénticas). Subsecuentemente describimos un período histórico aturcido por ilusiones sobre las transformaciones sociales en proceso, reales o ilusorias (La impertinente antinomia: reforma o revolución) que da lugar para que Furtado reconsidere las contradicciones y los obstáculos re-teorizando la problemática del desarrollo en los países “subdesarrollados” (Teórico por antonomasia), etapa que a su vez será superada con su modelo estructural en 1966. En Palabras finales recuerdo las tesis centrales del artículo y algunos problemas teórico-prácticos actuales a partir de la herencia de furtadiana.

Ya se dijo que hoy día es fácil encontrar por medio del movimiento “decolonial” un notable esfuerzo por reconstruir nuestros vocabularios teóricos y prácticos en muchos ámbitos de las ciencias sociales, y por tanto se puede hablar de una “perspectiva” desde el “Sur” cuyos discursos se ante(contra)ponen a los provenientes del “Norte” por medio de un proceso de “interaprendizaje”. El “provincialismo” que asiste al pensamiento económico y sociológico occidéntico, el desconocimiento de la existencia de discursos alternativos para pensar las relaciones sociales y de producción y sus transformaciones, tan dominante entre nosotros, es hoy más que nunca un grave obstáculo proponer las reformas urgentes que nuestras sociedades requieren.

Es importante subrayar que el pensamiento económico latinoamericano actualmente despliega una gran variedad de denominaciones y autores⁷ precisamente a raíz del surgimiento de las formaciones discursivas a partir del primer lustro de la década de 1940. Aquí hablamos de “estructuralismo” para subrayar solamente una de las tendencias que fácilmente puede remitirse a la autoría de Furtado. La importancia de renovar y/o de-construir perspectivas teóricas cuyos objetos de investigación

4 Anglosajonas y/o eurocéntricas.

5 “Además, unos géneros entonces suntuarios (tejidos, vinos, aceite de oliva, especias, harina de trigo, etc.) que suavizaron un poco e hicieron la vida más llevadera aquí en el trópico a estos ‘exiliados’ que fueron los empresarios europeos de la colonización. Es interesante esta referencia al consumo suntuario de artículos importados y destinados al disfrute de la clase adinerada y dominante, porque revela un rasgo característico de la economía, si no de la sociedad brasileña: el desajuste de personas que tienen *los pies aquí y la cabeza en Europa*” (PRADO JÚNIOR, 1954, p. 113 – subrayados míos).

6 Por ejemplo: Lander, 2000; Connell, 2007.

7 Cfr. Mallorquin, 2017; 2019.

surgieron inicialmente de las problemáticas occidénticas forma parte del primer paso de la transformación teórica, a este le sigue, un aspecto tal vez más importante: mantener abierto el universo conceptual de dichos discursos para construir los puentes narrativos con el discurso occidéntico superando el “provincialismo” antes denotado.

En la obra de Celso Furtado el proceso de sustitución de importaciones occidénticas no se agota y amplía su radio de acción a lo largo de varias décadas retornando a examinar las mutaciones previamente realizadas. Igualmente, el brasileño tampoco olvida en criticar la evolución misma del pensamiento estructuralista regional; ahora, bien la discusión de este último aspecto, no menos importante, debe dejarse para otra ocasión.

Aquí nos centramos en observar la evolución de la narrativa hasta su culminación en la perspectiva “latinoamericana”, subrayando su estructuralismo: el enfoque “histórico estructural” alrededor de mediados de 1966 cuando expone el “primer modelo estructuralista” en *Subdesarrollo y estancamiento en América Latina* (FURTADO, 1967), habiéndose retirado del Brasil como consecuencia del golpe de estado militar.

Insistimos en que la estrategia de presentación del movimiento discursivo en ocasiones refleja las ambigüedades teóricas, pero en dos sentidos *distintos*: por un lado, no siempre el autor tiene claridad de la “superación” y logros de las transformaciones conceptuales específicas, y por otro lado, como consecuencia, la reflexión posterior en torno a las mutaciones por parte del autor la cual en ocasiones nubla los “avances” conceptuales. Para intentar explicar las “inconsistencias” en cuestión, requerimos examinar una gran variedad de circunstancias que no realizo por falta de espacio: a veces se debe al contexto discursivo, político institucional, otras a los límites que surgen de la desmemoria, y no menos importante la autocritica, así como toda una serie de acotaciones que suponen una reconstrucción conceptual alternativa pero innecesaria de los conceptos discutidos. Pero la característica principal de la crítica surge problematizando las categorías occidénticas. Por ejemplo, para fines del año 1964, Furtado dice:

Igualmente importante es el hecho de que no estamos preparados para analizar objetivamente a nuestra realidad social. Partimos siempre de estereotipos derivados de generalizaciones con base en otros procesos históricos y procuramos acomodar nuestra realidad a la lógica interna de esos esquemas mentales. Raramente se nos ocurre pensar que podemos estar ante una realidad con características específicas propias, cuya identificación es indispensable si pretendemos actuar racionalmente sobre esa realidad. (FURTADO, 1965, p. 43).

O dos décadas después:

Yo he llegado a la conclusión de que el debate en que participé ampliamente durante mi juventud fue marcado por una obsesión con la historia social europea. Esta produjo ciertos modelos inventados por los hombres teóricos que han influido profundamente en nuestro pensamiento e incluso en nuestra forma de hacer política. [...] Sin embargo, ese modelo no está constituido más que por abstracciones derivadas de una cierta

historia social. La historia social de mi país es otra, por desgracia, porque nosotros no hemos tenido la posibilidad de tener una historia social como la europea, dado que la sociedad brasileña ha sido marcada profundamente por un pasado colonial demasiado rígido. Aprendí entonces que nuestra historia era distinta y me di cuenta rápidamente de la insuficiencia de ese modelo y de que nosotros habíamos subutilizado nuestra imaginación, por que teníamos una rica realidad. (FURTADO, 1984, p. 113-114).

Apenas termina la Segunda Guerra Mundial, a tambor batiente, surge en Brasil el clásico escenario de la guerra de interpretaciones nietzschiana: el “coloso del Norte” (Martí) envía a sus “estudiosos” a examinar los estudios del “desarrollo” cuyos autores objetaban la “universalidad” de las categorías occidénticas. Como botón de muestra de la narrativa a continuación, nótese que los nombres de Furtado y Caio Prado Júnior son ineludibles. Furtado había estado describiendo a Prebisch las discusiones de los proyectos desarrollistas en Brasil. Tempranamente Eugenio Gudín (1952), escudándose en J. Viner, había insistido que para todas las economías “as equações são as mesmas; apenas os parâmetros variam” (GUDIN, 1952, p. 53), y para 1953, en “A mística do planejamento”, intentaba problematizar las ideas de la Cepal. Entonces Furtado traduce el texto para Prebisch, así como su respuesta, “A mística do equilíbrio espontâneo da economia” (PREBISCH, 1953). Lo interesante es la manera en que Prado Júnior (1954, p. 18-19) asume el debate: describe la tesis de Gudín y ambiguamente plantea que por un lado, no “podemos ceñirnos a los métodos empleados por la economía clásica” (PRADO JÚNIOR, 1954, p. 18), pero por otro, estamos “obligados a emplear esas mismas categorías”, pasando a dar la razón al “Prof. Gudín” de que no se requiere una “‘nueva’ ciencia económica”, aunque a línea seguida dice: “Lo que precisamos es adquirir un punto de visión que sea *nuestro*” (PRADO JÚNIOR, 1954, p. 19 – subrayados míos), proyecto por excelencia furtadiano⁸.

“PIE EN LA PATRIA, CASUAL / O ELEGIDA; CORAZÓN, CABEZA, / EN EL AIRE DEL MUNDO”

En dos de sus libros, Furtado utiliza la máxima de Juan Ramón Jiménez, pero la evolución teórica del nordestino ubicará a “los clásicos” de la “economía del desarrollo” floreciendo en el Sur. Aunque exiliado como Juan Ramón Jiménez, las transformaciones y sustituciones teóricas hacen de “Patria” y “aire del mundo” su morada en el Sur.

Ahora bien, para reconstruir y sustituir las categorías occidénticas, especialmente en el ámbito de la “economía”, por lo menos en Furtado, el estudio de la “historia económica” es el paso inicial. En su tesis doctoral (FURTADO, [1948] 2001), el autor más citado es nada menos que Caio Prado Júnior, un historiador que “se dice”

8 Mi apreciación es que Furtado desconoce la existencia del texto de Prado Júnior (1954), nunca fue publicado, se trata de un texto proyecto para concursar por una cátedra, que se evaporó cuando presentó su propuesta; algo similar le ocurrió a Furtado en 1958. El texto circula como un PDF entre la comunidad universitaria, urge su publicación.

“marxista”. Sugiero “se dice” porque la rigurosidad y esplendor de las descripciones de la sociedad y de la “economía” generan una serie de categorías imposibles de incorporar al discurso “marxista”. La formación económica brasileña, aparece dominada, según Prado Júnior, por una serie de relaciones sociales (relaciones de trabajo)⁹, que no pueden ser descritas como “feudales” o sus aproximaciones: la formación económica “colonial” de hecho no desaparece con la “independencia”, ni con el fin de la esclavitud¹⁰ incluso coexiste durante el proceso del inicio de la industrialización brasileña en ciertos sectores.

El largo proceso histórico desde la “colonización” portuguesa en el siglo XVI, hasta los tiempos “modernos” posteriores a la Segunda Guerra Mundial, la inserción de la formación económica colonial brasileña al “mercado mundial” se hace a partir de la producción y venta de productos que hoy decimos “primarios”: “caucho” madera, azúcar, café entre otros. La existencia de un “mercado exterior” y la venta de sus productos hacen posible la incorporación de una serie de insumos requeridos para cubrir las “necesidades” de la Colonia, en algunas épocas, hasta de la mano de obra con la compra de la mano esclava proveniente del África, ya que la mano de obra “indígena” regional presentaba una lucha briosa ante los proyectos de esclavitud por los “fazendeiros”. Para mediados del siglo XIX ya puede hablarse de “dos mercados”: por un lado, el “mundial” donde la economía colonial exportaba sus bienes y por otro, un mercado “interno” organizado por “productores locales” que generaban ciertos bienes internamente, pero en su mayoría, éstos provenían del exterior. De hecho el mercado interno según Prado Júnior, incluso para la década de 1950, estaba dominado (“dependiente”)¹¹, del “mercado del exterior” (PRADO JÚNIOR, 1954) formando parte del horizonte teórico y práctico que había que superar con las políticas del desarrollo. Quienes busquen los “orígenes” de la teoría de la dependencia, los discursos de Prado Júnior (1954) y de Furtado en el primer lustro de 1950, cumplen plenamente con lo que sabemos.

9 Prado Júnior (1954, p. 9-10) dice: “extrema complejidad”. Véase las primeras 14 páginas de Prado Júnior (1954), también *História econômica do Brasil* (PRADO JÚNIOR, [1943] 2006). “En el estudio realizado por el PIMES (Carneiro y otros, 1984) se argumenta que la relación de trabajo que dio origen al trabajo volante es la del *morador*. Contestando a aquellos que quieren ver en esta relación un resabio de la economía feudal, postula que no tiene nada de tal, ‘el pago (en la forma de derecho a un pedazo de tierra para plantar su subsistencia y como obligación el trabajo gratuito en el cultivo del propietario, por un determinado número de días a la semana es un artificio del sistema capitalista que se usa en determinado número en determinadas condiciones, entre ellas para afrontar la inestabilidad de los precios internacionales. Con ese artificio, se consigue no sólo mantener un mercado de trabajo cautivo, regulando la oferta, sino también reducir los costos monetarios de esta fuerza de trabajo en una economía entable” (CEPAL, 1986 p. 107).

10 Recordemos para complicar un poco el panorama, que con la “Ley de Tierras”, después de la abolición de la esclavitud las tierras son “monopolizadas” por los terratenientes, porque el traspaso de la tierra sólo podía darse por medio de la compra de esta. De esta forma se obstaculiza la transferencia-movilidad del campesinado hacia zonas “libres” o no “ocupadas”. El hecho de ocupar ciertas tierras más bien los obligaba a trabajar “gratuitamente” o a pagar “renta” de algún producto acordado de antemano. Es precisamente con la crisis del 29 que esta “forma económica” se impone con todo vigor, particularmente en la zona del café. Véase: Souza-Martins, 1985.

11 Bernardo Ricupero (2000, p. 191) habla del año “1957”; véase también: Pericás (2017).

Ahora bien cuáles eran las relaciones sociales dominantes?, o quienes eran los agentes productivos si no hay “feudalismo”? En la obra *histórica* de Prado Júnior aparecen toda una serie de “sectores” y agentes cuya heterogeneidad no puede negarse: la explicación de sus articulaciones entre sí, de sus condiciones de existencia, durante las grandes transformaciones sociales antes y después de la esclavitud es precisamente lo que convirtió *Formación económica del Brasil*, de Celso Furtado ([1959] 1962) en uno de los grandes libros de las ciencias sociales, texto que incorpora avances sustanciales de su primer libro *A economia brasileira* (FURTADO, 1954).

Por lo tanto, el primer acercamiento a la “historia de la economía” por parte de Furtado lo hace “adopta[ando] la terminología sugerida por Caio Prado Júnior”,

La agricultura brasileña se divide en dos ramos que se diferencian por el objetivo pretendido y aún por sus características de organización. De un lado, tenemos el gran cultivo de exportación, del otro, el *pequeño de subsistencia*. El primero fue siempre un fin en sí mismo; es más, era el propio fin y la razón de ser de la Colonia. El segundo surgirá al lado del primero, insignificante, como una contingencia, y en sí mismo despreciable. Los holandeses, cuando estuvieron en Brasil, buscaron incrementar la pequeña agricultura para así mejorar las condiciones de vida en la Colonia. [...] el gobierno colonial tomó inútilmente medidas con el mismo propósito. La *agricultura de subsistencia*, a pesar de la guerra a muerte que le hizo el monocultivo, sobrevivió como único medio de evitar el hambre, que rondó permanentemente los dominios de monocultivo. (FURTADO, [1948] 2001, p. 158 – subrayados míos).

Lo importante aquí es tomar en cuenta la categoría de “subsistencia” (en ocasiones se confunde con “autosubsistencia”). Juega un papel explicativo importante en Prado Júnior, inicialmente también en Furtado, pero cuyas insuficiencias teóricas son superadas como veremos a continuación. Si nos olvidamos por ahora del período de la formación colonial durante el período dominado por la esclavitud, la categoría de “subsistencia” ocupa un “espacio” geográfico que colinda con ciertas “unidades productivas” (“células”, ingenios o “empresas”) y donde se realiza una actividad aparentemente dedicada a generar por cuenta propia ciertos insumos para la supervivencia (auto-subsistencia) del “trabajador-obrero-campesino”, dije provocativamente *aparentemente*, porque por un lado la categoría de “subsistencia” nubla las relaciones sociales “dentro” del ámbito o unidad de “subsistencia” así como los mecanismos sociales que la articulan a las unidades de producción “colindantes”. Las relaciones sociales o de producción, en las palabras Prado Júnior “relaciones de trabajo” (PRADO JÚNIOR, 1954) son todo un misterio. Los agentes provenientes del ámbito de “subsistencia” ¿“rentan la tierra” donde realizan tareas para lograr su “subsistencia” valga la redundancia? La trabajan y la ocupan a cambio de trabajar en las “empresas”

generando productos para la exportación. ¿O reciben salario y/o permiso de ocupación (“moradores”)¹² como forma de “pago”?

En otras palabras, lo que sale a relucir observando la evolución de la economía colonial, es un universo económico-productivo muy diverso, y no supone necesariamente, relaciones “mercantiles” entre “mano de obra” y las “unidades que se dedican a la producción para la exportación”. Tampoco es útil la supuesta noción de que los agentes que laboran en el ámbito de “subsistencia” no lograban ampliar su radio de acción o de producción para la “venta” de sus productos. Es obvio que las relaciones sociales de trabajo y de producción en el campo y su relación con la ciudad, no se puede plantear como lo enseñaban los clásicos como H. Pirenne: unidades de producción cuyas lógicas de producción son ámbitos “cerrados” o “abiertos” al intercambio mercantil.

La *transformación conceptual* más importante que puede observarse en las secciones de *A economia brasileira* (FURTADO, 1954), integradas a *Formación económica del Brasil* (FURTADO, 1959), es precisamente en referencia a las especificaciones en torno a las categorías de “economía colonial”, “salarial” o de “subsistencia” las cuales van desapareciendo para ver surgir nociones como la de “subdesarrollo” o “dependencia” o economía “típicamente exportadora”, y unidades productivas específicas cuyas relaciones sociales entre sí son de *diversa índole*.

La categoría del “subdesarrollo” (tan predominante en su obra posterior), emerge por primera vez en la página 54 de *A economia brasileira* y allí aún significa algo análogo a una economía “estacionaria”. Es en este sentido que habla de “equilibrio con subdesarrollo”. Cuando en la página 120 aparece nuevamente la noción de “subdesarrollo”,¹³ esta se refiere a una totalidad con estructuras productivas muy específicas.

Teóricamente, mientras se conciben las condiciones teóricas para pensar una diversidad de unidades productivas, la *heterogeneidad* de los sectores o unidades productivas, es indispensable la noción de la economía de “subsistencia”, para reflexionar sobre la colonización/ocupación con base en una política de “población”

12 “Tratava-se dos chamados lavradores e moradores, que constituíam a base do poder político dos senhores de engenho. Os primeiros cultivavam solo que não lhes pertencia, graças à boa vontade dos senhores de engenho, que eram os proprietários das terras e da maioria dos escravos [...] Todos levavam as canas que cultivavam ao engenho do senhor, recebendo em troca parte do açúcar resultante das mesmas, o qual poderiam comerciar livremente, sempre que não estivessem endividados, o que era bastante frequente. O senhor de engenho ficava, pelo menos, com a outra parte do açúcar [...] [y los labradores fueron] dependiendo por completo da benevolência dos senhores de engenho, sob cuja proteção paternal se colocavam” (SZMRECSÁNYI, 1998 p. 47).

13 “Ese desequilibrio es particularmente grande en una economía subdesarrollada, lo que se explica por la baja elasticidad de la oferta que la caracteriza. La oferta, en las economías subdesarrolladas, está constituida en buena parte, en el sector de productos manufacturados, por artículos importados. Este es posible el sector más elástico de la oferta. Los bienes manufacturados de producción interna presentan, entre tanto, una oferta poco elástica, lo que se explica por el tiempo que requiere cualquier expansión de la capacidad productiva. Cabe, además, tener en cuenta que una elevación de la renta monetaria trae consigo en los países subdesarrollados, inmediatamente, un aumento de la demanda de alimentos” (FURTADO, 1954, p. 120-121).

(migración europea)¹⁴ así como para sustentar la propuesta de que el inicio del proceso del capitalismo-industrialización se materializa sin problemas (1888-1930). Visual y teóricamente se requería la presencia de un vasto acervo de mano de obra y un amplio horizonte de tierras por ocupar, es decir, los elementos genealógicos del “capitalismo”. No obstante el fin de la esclavitud, que a su vez supone paralelamente una “economía”/sector de “subsistencia”, ya presentaba potencialmente un gran caudal de fuerza de trabajo, que presumiblemente vegetaba a la espera de la llegada del capitalismo. Es exactamente en la temática de “El problema de la mano de obra”, con cuatro nuevos capítulos, que observamos una de las más importantes metamorfosis entre *A economia brasileira* (FURTADO, 1954) y *Formación económica del Brasil* (FURTADO, [1959] 1962)¹⁵.

Sin embargo, *Formación económica del Brasil* (FURTADO, [1959] 1962) empieza a divorciarse de la idea de que el “sector de subsistencia” tiene clausurado su acceso a un flujo monetario mercantil más o menos desarrollado¹⁶.

Si bien Furtado utiliza estos nuevos detalles para descifrar los elementos genealógicos que supongan la transición hacia una economía cafetalera “asalariada”/“capitalista”, cabe la posibilidad -como proponemos más adelante-, que la economía subsiguiente a la esclavitud, en el nordeste, así como algunas áreas productivas del centro-sur, no requieran, *necesariamente*, transformarse a un régimen salarial: las relaciones sociales son precisamente las que requieren repensarse obviando las ideas occidénticas sobre el “feudalismo” y sus entidades productivas “cerradas”, “economía no monetizada”, “atrofiada”, “estacionaria”, etcétera. Es más, en ocasiones tanto “salario” y/o permiso de “morada” son las condiciones de existencia que hacen posible la ampliación de la capacidad productiva. Es decir, el

14 Szmrecsányi, sobre los colonos paulistas, ha dicho que a pesar del origen inmigrante de la mano de obra, participaron “na lavoura cafeeira desde o seu início – isto é, a partir da formação do cafezal – com a permissão de usarem os espaços intercalares para o cultivo de gêneros de subsistência [...] O cultivo intercalar, além de garantir a sobrevivência e a reprodução do colono e de sua família, propiciava-lhe ainda a oportunidade de formar um pecúlio, pela venda dos excedentes dessa produção” (SZMRECSÁNYI, 1998, p. 46).

15 Capítulos XXI al XXIV. Véase: Mallorquin, 2009.

16 “Dentro de la economía de subsistencia, cada individuo o unidad familiar tenía que encargarse de producir alimentos para sí mismo. El campo era y es la base de la economía de subsistencia. Con todo, el hombre de la economía de subsistencia no se limita a vivir de su campo, cuyo jefe es el propietario de la tierra donde tiene su parcela. Dentro de ese grupo desempeña funciones de varios tipos, de naturaleza económica o no, y recibe una pequeña remuneración que le permite cubrir gastos monetarios mínimos. En lo que respecta a su parcela, el sistema es exclusivamente de subsistencia; en lo que atañe a la unidad mayor el sistema es mixto, variando la importancia de los valores monetarios de región en región y de un año para otro, dentro de una misma región. Debido a la abundancia de tierras, el sistema de subsistencia tiende naturalmente a crecer y ese crecimiento implica, en la *mayoría* de las veces, una reducción en la importancia relativa del sector monetario.”, importancia de los valores monetarios de región en región y de un año para otro, dentro de una misma región. Debido a la abundancia de tierras, el sistema de subsistencia tiende naturalmente a crecer y ese crecimiento implica, en la *mayoría* de las veces, una reducción en la importancia relativa del sector monetario” (FURTADO [1959] 1962, p. 127).

aludido “sector de subsistencia”, la organización de la parcela individual y el “sistema mixto” pueden estar representando el reducto de las parcelas “rentadas” por un “terratendiente-comerciante”. Por otra parte, aunque se conceda la pertinencia de las categorías sobre el “feudalismo”, ello no supone necesariamente obstáculos para ampliar el ámbito de producción para la exportación bajo las relaciones sociales de “endeudamiento”. Pero no podemos negar que las categorías de “jefe” y “propietario” que Furtado utiliza ocultan aspectos de las relaciones sociales de subyugación:

Aunque la unidad económica más importante de la economía de subsistencia fuese realmente la parcela, desde el punto de vista social la unidad más significativa era la que tenía como *jefe* al *propietario* de las tierras. A éste le interesaba básicamente que el mayor número de personas viviesen en sus tierras, tocándole a cada uno el tratar de su propia subsistencia. De esta manera, el *dueño* de las tierras, en el momento oportuno, podría disponer de la mano-de obra- que necesitase. (FURTADO, [1959] 1962, p. 128 – subrayados míos).

De todas formas, es la noción de la “economía de subsistencia” la que obstaculiza teorizar adecuadamente las relaciones sociales o las respectivas asimetrías de poder en el Nordeste. Lo que esta figura no puede explicar son las razones por las que el “campesino” no se retira u ocupa “otras” tierras adyacentes. Posteriormente, para 1965-1966 surgen los conceptos necesarios para pensar las relaciones sociales en términos de las asimetrías de poder entre diversos agentes: la “heterogeneidad estructural”.

Nótese por ejemplo la descripción obtenida por la revista *Realidade* en 1972 – que difícilmente puede decirse “radical” –, en el período en el cual se iniciaban las grandes “transformaciones sociales” en el agro nordestino, y que finalmente llevaron a la instauración de las enormes agro-empresas capitalistas, allí se presentaba lo siguiente: el sistema de producción era simplemente el trueque del trabajo – plantar algodón – por el uso de la tierra para la producción de alimentos.

El diálogo con un dueño de la tierra fue muy económico en palabras:

- ¿El personal planta algodón en su hacienda?
 - Planta.
 - ¿Paga arrendamiento?
 - No.
 - [...]
 - ¿Entonces como le hace?
 - Planta el algodón para mí y yo les dejo plantar sus legumbres.
- (*Realidade*, 1972, p. 166).

Entre 1953 y 1954 van apareciendo los conceptos para subvertir nociones ortodoxas sobre la “inflación”, ya que señala que se requiere una óptica del circuito producción/consumo “dinámica”. La demanda externa crea la posibilidad de utilizar plenamente los recursos internos subempleados, ya sea mano de obra o empresas a media capacidad; la derrama de ingresos creados por las exportaciones genera una demanda interna

de ciertos bienes, que a su vez impulsa su producción por factores subutilizados (el multiplicador). De esta manera el sector de la economía beneficiado es aquel “fuera de la unidad productora-exportadora, esto es, ligada al mercado interno” (FURTADO, 1954, p. 90). Corresponde a la masa de salarios pagados en el sector exportador la función de promover e impulsar la “economía del mercado interno”.

Furtado nos habla de la existencia de un sector “*exportador*”, uno de “*subsistencia*” y el correspondiente al “*mercado interno*” (en ocasiones, los dos últimos se confunden). El “mercado interno” se refiere a los asalariados como mano de obra del sector industrial manufacturero interno y/o del sector exportador¹⁷.

La economía “salarial” induce un crecimiento en el “mercado interno” (industria manufacturera); a través del “multiplicador” se explica cómo el crecimiento del ingreso interno – originalmente de origen externo –, observa una expansión mayor al que fue generado por el sector de “exportación”. El impulso externo se refleja inicialmente vía la elevación de los precios de los bienes exportados, elevándose así las ganancias de los empresarios¹⁸ y las inversiones en plantaciones; por su parte, la existencia de una amplia población en las actividades de subsistencia (reservas de mano de obra)¹⁹ – o de las unidades productivas de exportación decadentes – hacen factible su incorporación sin recurso a un alza en el nivel salarial, y sin comprometer la tasa de ganancia; es un crecimiento “extensivo” que ensancha la masa total de salarios, no su nivel. Pareciera no existir obstáculo alguno para que se materialice la “movilidad de los factores productivos”.

Es el sector cafetalero el que mantiene un nivel salarial constante, casi indefinidamente; basta con que el salario esté por encima de los demás “sectores” y que la producción mantenga su expansión para que el volumen de trabajadores y masa salarial se incremente. Por lo tanto, el crecimiento extensivo del sector exportador implica un mayor peso relativo respecto a la economía en su conjunto: “el sector de subsistencia estaba siendo absorbido por el de exportación, elevándose la productividad media” (FURTADO, 1954, p. 92)²⁰.

En la medida que se mantenía la existente relación salarios-ganancias del sector de exportación, este proceso ocasionaría una constante “absorción” del sector de

17 De otra manera estaríamos presuponiendo que el “mercado” se mide a partir de la “población” (situada mayoritariamente en el sector de “subsistencia”), y no en relación a los “factores productivos” con ingresos provenientes del circuito monetario mercantil. El sector de “subsistencia” a veces aparece simultáneamente como la reserva de mano de obra (no mercantil) que mantiene bajos los salarios, así como el sector que absorbe y demanda productos (“amplio mercado”).

18 No hay espacio para incluir la explicación de Prebisch sobre el proceso de la generación de la ganancia (MALLORQUIN, 2017).

19 Señalemos no solamente la similitud con A. Lewis, y su clásico artículo “Economic Development with Unlimited Supplies of Labour” (1954), sino su insistencia de haber antecedido al autor jamaicano en dicha problemática, véase: Lewis (1954).

20 En *Formación económica* se redefine este párrafo: “Al ser absorbidos los factores del sector de subsistencia, se elevaba el salario real medio y todavía más el salario *monetario medio*, pues en ese sector la corriente monetaria era relativamente mucho menor” (FURTADO, [1959] 1962, p. 159 – subrayados míos).

subsistencia, que a su vez restringiría la creación de una élite asalariada en este sector (exportador), en relación con la mano de obra ubicada en los sectores de subsistencia. Los aumentos de producción de la economía cafetalera, se presentan durante las fases crecientes (“alzas cíclicas”), como resultado del ascenso en los precios de exportación; no son resultado de un incremento en la productividad física.

Si durante el periodo menguante del ciclo los salarios no sufrían, y menos aún las ganancias del empresario, entonces los efectos negativos deberían recaer sobre los demás sectores de la economía. Este proceso se materializaba por medio de un mecanismo que Furtado (1954, p. 123) denominó: la “socialización de pérdidas”²¹. De esta manera intentará sostener simultáneamente que los efectos negativos de las fases decrecientes del ciclo no se perciben en el nivel de empleo y/o de ingresos, ni en la tasa de ganancia histórica de los empresarios, manteniéndose la tasa de crecimiento de la “economía”. El tema central trata la manera en que se da la industrialización a pesar de la irrupción inflacionaria interna, sin que este proceso implicara necesariamente la reducción en el nivel de consumo de la masa asalariada, o de la tasa de ganancia de los empresarios; en otras palabras, Furtado tendrá que explicar el mecanismo por el cual una economía atrapada por un proceso inflacionario recurrente, no ocasionaba pérdidas a estos sectores, o transferencias de ingresos hacia el sector empresarial.

EL FETICHISMO DE LAS CATEGORÍAS OCCIDÉNTICAS

Paralelamente Furtado (1954) realiza una de las primeras historias del pensamiento económico²² dedicado a pensar la problemática del “crecimiento” y/o “desarrollo”, categorías que irán tomando características antagónicas para la década de 1970, ya que el crecimiento no necesariamente implica “desarrollo”.

La descripción y crítica teórica de lo que se conoce como la época de la economía política clásica (A. Smith, D. Ricardo, S. Mill, N.W. Senior, K. Marx), se construye cuestionando la noción del “estado estacionario” o “tendencia al estancamiento”, efectivamente Marx es mencionado solamente en cuatro ocasiones, acompañando la narrativa de la época clásica y su aparición al lado de Schumpeter. Marx aparece aprovechándose teórica e ideológicamente de la ausencia o inexistencia de una concepción de la ganancia. De hecho, Furtado, en la descripción de la historia del pensamiento económico, como dicen los anglosajones, no “toma prisioneros”.

La deconstrucción del pensamiento económico posterior y sus modelos se realiza demostrando los déficits que presentan dado el grado de “generalidad” y de “abstracción” con que intentan diagnosticar la problemática económica. Sus categorías dificultan resolver precisamente aspectos concretos para pensar y realizar las “inversiones”, incluso Keynes: “El análisis de los factores que inducen

21 Tesis aparecida años antes en Furtado (1950), pero en 1950 se supera en cierta manera la concepción ortodoxa sobre la participación estatal, ya no aparece como “antieconómica”.

22 Meier G. M. y Baldwin R. (1957) escribieron algo similar. Igualmente, Furtado (1954) en su primer capítulo utiliza el concepto de “excedente” para explicar la evolución de las economías, es decir unos años antes que la obra clásica de P. Baran (1957).

al empresario a invertir, es ciertamente, la parte más pobre de la obra de Keynes” (FURTADO, 1954, p. 242-43; [1961] 2009, p. 78)²³.

Por su parte el pensamiento clásico suponía una tendencia hacia un “estado estacionario” de la economía, se deriva de la idea de que la tasa de crecimiento de la población observa un ritmo mucho mayor que la tasa de generación de los medios de subsistencia, lo cual impulsaba ha ocupar mayores extensiones de tierra de menor productividad reduciendo la tasa de ganancia, favoreciendo un mayor nivel de ingresos a los terratenientes que vivían de la renta. Paradójicamente, la economía clásica (Smith, Say, Ricardo, Senior, Mill), presentan un grave déficit discursivo: la “teoría del desarrollo” que es precisamente el movimiento en construcción por Furtado y los teóricos latinoamericanos:

[...] veían en el proceso de la acumulación del capital no la clave de una teoría del crecimiento, y sí una prueba de que el desarrollo que entonces se observaba era un fenómeno fugaz. El problema les parecía simple: con la acumulación el uso del equipo tiende a aumentar, vale decir, la proporción del capital fijo tendría a crecer, lo que acrearía una mayor dosis de capital por operario y, por lo tanto, una menor cantidad de “valor” creado por unidad de capital aplicado. Esa tendencia de la tasa de ganancias a disminuir no estimularía el ahorro e indirectamente reduciría el ritmo de acumulación del capital. Por otro lado, la acumulación del capital no creaba mejores condiciones de vida en la clase operaria, pues- según la ley de Malthus, dogma básico de la economía clásica- el crecimiento del salario real provocaría necesariamente un aumento más que proporcional de la población. (FURTADO, 1954, p. 217).

Como dicha “ley”, aunada al principio de población, aterrizaba en una “tendencia al estadio estacionario” donde disminuiría la acumulación y el crecimiento, se imponía pues al discurso clásico teorizar las posibles opciones para salir del atolladero estacionario.

La aparente incompatibilidad entre señalar como inútil más de 150 años del pensamiento económico para teorizar el “crecimiento” de las economías subdesarrolladas, y su intención de elaborar “modelos” a partir de sus postulados (sin dejar de afirmar en ocasiones que algunos teóricos tenían “en mente” los “mismos problemas”) es producto de la transición teórica en proceso: reconstruir las formas de pensar occidénticas del “crecimiento”.

23 Sin embargo, para la versión de posterior aparecida en Furtado (1967) será precisamente esta sección la que resultará extensamente transformada, incorporando la discusión de los modelos Harrod-Domar. Esto se debe esencialmente al hecho de que para entonces la preeminencia sociológica e histórica en las explicaciones sobre el “subdesarrollo” suponían el desplazamiento del “homo economicus”. Para Furtado (1967), en la misma sección del capítulo que estamos revisando tanto de *Desarrollo y subdesarrollo* (1961) como en *A economia brasileira* (1954), se observan mínimas transformaciones conceptuales. Pero en *Subdesarrollo y estancamiento en América Latina* (1967) la edición incluye, ampliaciones con capítulos nuevos en torno la problemática “keynesiana” Harrod-Domar del “crecimiento”. Sin embargo, retiene una serie de conceptos keynesianos, como son los de la relación producto/capital, tasa de inversiones relativa a la población, así como el del proceso mecánico y automático de la economía.

El diagnóstico final de los clásicos, neoclásicos y keynesianos de *A economia brasileira* (FURTADO, 1954) quedó excluido (casi página y media) de la edición de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961). Allí vemos un panorama desolador respecto a la utilidad y capacidad de la “ciencia económica” para abocarse al “desarrollo”:

Las observaciones hechas anteriormente [clásicos y neoclásicos-keynesianos] ponen en evidencia que el problema del desarrollo ocupó siempre un segundo plano en la ciencia económica. Hasta el presente, la atención de los economistas se había concentrado en los problemas relativos a la repartición del producto social, las fluctuaciones del nivel de precios y a la insuficiencia periódica del grado de ocupación de la capacidad productiva. Y de una manera general esas consideraciones habían conducido antes a la formulación de una teoría del estancamiento que del desarrollo. [...] ¿De donde arrancan los economistas esa idea del estancamiento si la realidad había sido otra? Aparentemente ella es resultado de las insuficiencias de las propias formulaciones teóricas. Había estado inmanente en las explicaciones que elaboraban los economistas del proceso económico. El estancamiento de la escuela clásica es una simple reductio ad absurdum ingenuamente hecho por J. S. Mill de los argumentos polémicos de Ricardo. Entre los neoclásicos es una consecuencia de su impotencia para formular una teoría más realista de las ganancias. Finalmente, entre los keynesianos resulta de la negativa de estos a reconocer la necesidad de modificaciones institucionales en cara del entorpecimiento del mecanismo de los precios. Antes de abandonar sus preconceptos y posiciones establecidas a priori, los economistas de manera general vienen prefiriendo aceptar la idea milenaria de una tendencia al estancamiento. Esa actitud es responsable por el atraso de los trabajos de carácter científico con enfoque directo en los problemas del desarrollo. El gran esfuerzo que actualmente se realiza para subsanar esa enorme laguna podrá abrir perspectivas enteramente nuevas a la ciencia económica. (FURTADO, 1954, p. 245-246).

Habiendo negado por lo tanto la “falsa universalidad” de las categorías occidentricas, también optó por reforzar la tesis a través de los dictámenes que por la época se realizaron en el mundo anglosajón. En 1951 la Universidad de Chicago, habiéndose reunido todas las disciplinas de las ciencias sociales con los economistas declararon que “la teoría del desarrollo económico no cabe en sus términos generales, dentro de las categorías del análisis económico” (FURTADO, 1954, p. 193).

Simultáneamente durante esta época Furtado experimenta y sufre profundamente las contradicciones entre el ámbito teórico y el práctico político por excelencia. Lo cual hace de su adaptación, a una de las épocas históricas más disputadas y contradictorias del Brasil, un misterio extraordinario. En efecto, habiendo concluido un período como funcionario de la Cepal (1948-1957), Furtado retorna a Brasil en 1958 después una breve estancia de investigación en Inglaterra (Universidad de Cambridge). Entre 1958-1964, estuvo bajo el mando de tres distintas administraciones presidenciales (Kubitschek, Quadros y Goulart), y en cada ocasión su “verdadero poder” fue creciendo: de director de la sección del Nordeste en el Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE (*Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico*), a integrante del Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento

do Nordeste – GTDN (Grupo de Trabajo para el Desarrollo del Nordeste), pasando subsecuentemente a ser nombrado parte del Conselho do Desenvolvimento do Nordeste – Codeno (Consejo del Desarrollo del Nordeste), para finalmente crear política y teóricamente la Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene (Superintendencia para el Desarrollo del Nordeste), convirtiéndose en su primer “superintendente”, y concluir con un corto mandato como Ministro de Planeación. Por otra parte, si monitoreamos el vertiginoso trayecto de sus actividades por esos años: conferencias, publicaciones, asesorías y labores “técnicas”, así como las mutaciones teóricas en proceso arriba señaladas explican algunas de las “contradicciones”, son años de un intenso apostolado por el “desarrollo”, hasta el punto que en 1963 Furtado tuvo que ser confinado a reposo por “determinación médica” (“todo eso en el más absoluto secreto” (FURTADO, 1989, p. 155).

En otras palabras, Brasil estaba bajo un proceso de crecimiento y ebullición político social vertiginoso promovido por la industrialización que se intensifica, a fines de 1960 con la declaración “socialista” de la revolución cubana. De hecho, inicialmente Furtado denominó el período como el de la “pre-revolución” en 1962. Diversas de las fuerzas sociales de “izquierda” construían una suerte de “intelectual orgánico” en movimiento hacia la “revolución”. Nuevamente Furtado interviene en las discusiones teórico-políticas cuestionando la pertinencia de la mayoría de los “clásicos” de Occidente para explicar los cambios sociales y las contradicciones del desarrollo y crecimiento económico del país.

LA IMPERTINENTE ANTINOMIA: REFORMA O REVOLUCIÓN

Vale la pena destacar una descripción de la época a través del vocabulario de Francisco de Oliveira:

La importancia ideológica de Furtado y de su keynesianismo que explicaba la transición [...] de los años cincuenta [...] formó generaciones de científicos sociales y principalmente de economistas [...] durante todo el período populista. La ideología furtadiana estaba anclada en bases increíblemente reales. [...] y las generaciones formadas por él padecían una furia amorosa por el Estado: el primero por haber descubierto “keynesianamente” la autonomía del gasto estatal en relación con las inmediatas condiciones concretas de la demanda y la oferta agregadas, y muchos de los segundos por mezclar esa confusa idea con otra más confusa aún, de origen marxista vulgar, de la estatificación como “antesala” del socialismo. (OLIVEIRA, 1983, p. 1.026-1.027).

Desde comienzos de la década de 1960, Furtado puede categorizarse como una especie de “técnico-político”, ahora bien Gunder Frank lo ubica como “prominente, progresista, e insigne ideólogo de la burguesía” (FRANK, 1976, p.

223)²⁴ aunque al propio Prado Júnior no le fue mucho mejor. Según Pericás (2016, p. 212), Gunder Frank dijo: Prado Júnior “nos propone una política igualmente desastrosa”²⁵. En el período que va desde 1959 hasta 1964, Celso Furtado trabaja activamente: su experiencia *doublé* de administrador público y político y sólo mucho después de 1964 se puede considerar a Furtado un *académico* en el sentido de que sus proposiciones no están ligadas a la acción: formulaciones de políticas y estrategias de transformación.

Hay que recordar que por esa época Cuba se había pronunciado por el socialismo. La figura de la revolución cubana está implícita en muchos de los discursos políticos en ese entonces en la América Latina. La “Alianza del Progreso” es la respuesta inmediata de la administración Kennedy; reformas de “base y estructurales” en el Brasil.

No son sólo episodios laterales a los debates en el país a los que Furtado ofrecerá otras posibilidades prácticas, sus referencias, una vez más, observan dos tácticas, por un lado, se cuestiona la figura de Marx y el “marxismo leninismo”, y por otro sustituirlos a través de una explicación alternativa del proceso contradictorio del desarrollo económico brasileño y los “caminos de la revolución”²⁶. En 1961 Furtado publica *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* ([1961] 2009, el cual incluye gran parte de los ensayos aparecidos en *A economia brasileira* (1954), ampliando algunos e incorporando otros de reciente data, que como dijimos antes no dice mucho de Marx. Por ello, tal vez el más importante del libro es el que se dedica a Marx²⁷, pero en la “Introducción” del libro aclara: la “tercera ventana” existente entonces para quienes deseaban comprender los problemas económicos estaba la “doctrina marxista”, la cual en la medida que descubría “la urdimbre de las irracionalidades que subyacen a la realidad social contemporánea”, “impuls[aba] la capacidad creativa del hombre para la reconstrucción social” la cual acercaba

[...] a los economistas a los grandes problemas culturales y humanos de la época. Sin embargo, si bien fomentaba una actitud crítica -casi siempre positiva en los países subdesarrollados, donde la persistencia de instituciones del pasado constituyó un pasivo de difícil liquidación-, el marxismo dificultó el libre desarrollo del trabajo

24 En anterior ensayo, describiendo las condiciones que propiciaron el golpe de estado en Brasil en 1964, y donde subrayaba la recuperación de los plenos poderes a la presidencia por ese entonces en manos de Goulart, Gunder Frank dice de Goulart y de Furtado: “Ahora, se pensó, Goulart pondría por fin en movimiento su tan anunciado programa de reformas. Con considerable fanfarría lanzó un ‘Plan de Tres Años para la Reforma Social y Económica’ que comenzaría en 1963 con el insigne y progresista economista Celso Furtado a su cabeza” (FRANK, 1980, p. 303).

25 Véase la carta de respuesta de Prado Júnior a Gunder Frank en: Pericás (2016, p. 212-215).

26 Para una descripción admirable del telón de fondo, véase la “Introducción” realizada por parte de Pericás (2019). Retrospectivamente Furtado, dijo: tanto la “izquierda” como la “derecha”, percibían equivocadamente el proceso histórico por el cual transitaba el Brasil: “deducían lo que más les convenía” (FURTADO, 1998, p. 136).

27 “El modelo de Marx”.

científico en economía, por sus postulados filosóficos, aceptados como dogmas, otorgando un carácter teleológico al análisis económico. Como el trabajo más urgente y socialmente necesario en los países subdesarrollados era de carácter crítico, el pensamiento marxista presentaba una gran eficacia, lo cual contribuyó para su rápida penetración en las fases en las que se aceleraba el proceso de cambio social. Pero no ofrecía soluciones constructivas fuera de posiciones dogmáticas, limitaba al extremo la perspectiva del esfuerzo intelectual creativo. (FURTADO, [1961] 2009, p. 18).

En “El modelo de Marx” (FURTADO, 1961), se describe a través de fórmulas las diversas relaciones entre la tasa de ganancia; tasa de explotación y de acumulación, pero siempre resaltando el “determinismo” de sus axiomas, explicando su surgimiento en la tradición hegeliana de sus años de juventud (tesis filosófica). También señala la existencia de la crítica de Eugen von Böhm-Bawerk a la teoría del valor trabajo. Pero esencialmente Furtado cuestiona la supuesta noción inherente de una tendencia hacia el “pauperismo” en algunas partes de la obra de Marx, subrayando la idea que la evolución de la acumulación supone ampliar y/o elevar (por lo menos relativamente) la participación obrera en el producto total. Fueron los “juicios de valor” los que aparentemente guiaron su obra, aunque reconoce que “se transformó en un poderosísimo instrumento en las luchas ideológicas” sirviendo “de base a una teoría de la acción política” (FURTADO, [1961] 2009, p. 59).

Un año después, *A pré-revolução brasileira* (FURTADO, [1962] 1966)²⁸ destaca las enormes tareas y reformas en proceso al Brasil por esa época, así como la irrelevancia del discurso económico convencional. Sin embargo, fue el primer ensayo “Reflexiones sobre la pre-revolución brasileña” (FURTADO, 1966) el que causó tanto revuelo por el Brasil y por todo el mundo allá por 1962. El ensayo, así como el libro tiene un título “provocativo” haciendo un llamado a la reconstitución de las fuerzas político-sociales, escrito mientras ocupaba cargos de mayor importancia en los gobiernos de Kubitschek, Quadros y Goulart.

Se observa con confianza el futuro de la nación y de la economía para proseguir su desarrollo autosustentado. Pero las transformaciones políticas y sociales requeridas se dificultaban por muchos de los resabios arcaicos en su estructura organizativa y administrativa. Igualmente, las organizaciones sociales – decía Furtado – requerían de una profunda transformación, problemática que se complicaba de manera geométrica cuando se examinaba el caso del Nordeste.

Las Ligas Campesinas eran mistificadas como un producto de la revolución cubana. Las organizaciones obreras, así como las campesinas se tornaron cada vez más presentes en la vida cotidiana de la nación. Esto era utilizado por la derecha – dice Furtado – para crear y multiplicar el pánico y preparar un golpe de

28 Utilizo *Brasil en su encrucijada histórica* (FURTADO, 1966), traducción de *A pré-revolução brasileira* (FURTADO, 1962). Se trata de un libro que comprende una serie de conferencias que ofreció por todo el país para impulsar las reformas estructurales de “base”. “Reflexiones sobre la pre-revolución brasileña”, el más renombrado. Puede hablarse como su “manifiesto político” por esa época, poner fin a los rumores de que pertenecía al “partido comunista”, sin embargo, sólo logró agitar aún más el ambiente político, tanto el de “izquierda” como el de “derecha”.

estado. Retrospectivamente ha dicho que la “izquierda” suponía que “las masas organizadas estaban ocupando nuevas posiciones y consiguiendo cambiar la relación de fuerzas, lo que justificaría radicalizar las confrontaciones” (FURTADO, 1989, p. 136). Sostenía Furtado que ambas interpretaciones del Brasil estaban fuera de lugar. La coyuntura presentaba a sordos y ciegos por doquier, todos los actores “decían lo que querían escuchar” y escuchaban únicamente lo que ellos decían. “Reflexiones sobre la pre-revolución brasileña” (FURTADO, 1966) primer capítulo de *A pré-revolução brasileira* intentaba “desmitificar” la concepción del “marxismo” que por entonces sostenía la derecha para alarmar el ambiente político, y demostrar a la izquierda que existían “contradicciones” entre los fines que perseguía y los medios para lograrlo. Por otra parte, el discurso del texto, en ocasiones casi apocalíptico, debe entenderse por aquel espíritu del desarrollo impregnado en todos los grupos dirigentes del país. En la “Introducción” al libro *A pré-revolução brasileira* (FURTADO, 1966) delimita su objetivo:

La tesis central que se desarrolla es [que] la economía de nuestro país ha alcanzado un grado de diferenciación -lo que es distinto del nivel convencional de desarrollo medido según la renta *per cápita* -que permite trasladar al país los principales centros de decisión de su vida económica. En otras palabras: el desarrollo reciente de la economía brasileña no sólo se manifiesta por una elevación de la renta real media por habitante, sino también por una progresiva diferenciación del sistema económico, el cual ha alcanzado una individualización y *autonomía* crecientes. Brasil está repitiendo, hasta cierto punto, la experiencia del Japón en decenios anteriores: la conquista de la *autodeterminación* en el plano económico, aun en una fase caracterizada por un nivel de renta *per cápita* típico de un país subdesarrollado. (FURTADO, 1966, p. 11).

Es obvia la fuerza del “desarrollismo” en el Furtado de 1962 sobre la posibilidad y capacidad de los nuevos “centros de decisión” para “dirigir” al país hacia su plena “autonomía”. Y ello no obstante que el Nordeste representaba el último reduto y manifestación espectacular de desigualdades económicas y sociales, al punto de que se decía que en Brasil se podía pasar en términos de kilómetros de las fases prehistóricas de la civilización a la moderna.

Por consiguiente, a través de la “política económica” se realizarían las transformaciones estructurales debidas para encauzar el futuro de la nación: “hoy estamos en condiciones de tomar las decisiones más fundamentales, sobre la actividad económica del país” (FURTADO, 1966, p. 12).

Pero por otra parte Furtado no deja de señalar la precariedad en que se encuentra Brasil en esta nueva etapa histórica: “así como antes los males causados por la existencia de una política económica consecuente estaban limitados por la fuerza de la corriente que venía de fuera, hoy estos males alcanzan una mayor profundidad. Y lo más importante no es que podamos autodirigirnos, sino que no nos queda otra salida” (FURTADO, 1966, p. 12).

Es elocuente el “optimismo” del texto “Reflexiones...” (FURTADO, 1966, p. 11) que debe visualizarse en el contexto político tanto nacional como internacional. Las respuestas de la prensa internacional así como la nacional, no tardaron en llegar, y en general situaban a Furtado no sólo como un cuasi marxista-leninista,

que se intensificará dos años más tarde con *Dialéctica del desarrollo*²⁹. “Reflexiones...” (FURTADO, 1966), aconsejaba a la juventud a retomar otros medios para lograr los objetivos primordiales que ellos se imponían para crear una sociedad más igualitaria. Articulaba el horizonte de la juventud universitaria con la concepción de que el país “camina hacia transformaciones de gran alcance”. Señala que deberían aclararse los objetivos y métodos para la conquista del futuro, porque aparentemente existen “fuerzas insondables”.

Los logros del desarrollo se han realizado a grandes costos sociales³⁰ y ocasionaron graves consecuencias: “en efecto, a causa del anacronismo de la estructura agraria, este desarrollo provocó, en muchas partes, un aumento relativo de la renta de la tierra, favoreciendo a grupos parasitarios” (FURTADO, 1966, p. 17).

El Estado creció sin las reformas adecuadas, amplió sus funciones y dada la inexistencia de reformas de base, indujo las condiciones para una “apropiación ilícita de capital a costa del pueblo”. Por lo tanto, Furtado comprende la indignación de la juventud. También destaca ambos lados de la cara del desarrollo brasileño: por un lado, la maquinaria estatal y su financiamiento cuasi feudal despilfarrador que favorece a los empresarios; por otra, el “lado positivo”: “hace nacer dentro del país los centros de decisión, lo arma para autodirigirse, le impone la consciencia del propio destino, lo hace responsable de lo que él mismo tiene de erróneo” (FURTADO, 1966, p. 18).

Sin embargo, Furtado no duda en la capacidad para reencontrar la vía “correcta” del desarrollo: “sabemos donde están los errores de nuestro desarrollo desordenado, sabemos que está a nuestro alcance poder corregirlos o reducirlos, y tenemos consciencia de todo ello. No hace falta otra razón para sentirnos responsables e intranquilos” (FURTADO, 1966, p. 18).

Es entonces tiempo para la “acción” y la transformación del capitalismo brasileño, pero ¿cuál será la filosofía que guíe a esta “acción”? Furtado apuntaba que la vigencia del marxismo era resultado de que sus categorías proporcionaban formas para diagnosticar la situación, que a su vez implicaba cierta acción. Se explica entonces – dice Furtado – por qué la “juventud” está tan imbuida de tal “filosofía de la acción”. Esta supone una visión optimista y positiva sobre la transformación del mundo en y para el “hombre”. Agregaba que “los medios de producción” en manos privadas sólo tienen un “carácter operacional” y por lo tanto pierden su razón de ser si no cumplen con objetivos sociales. Esta tesis tiene la intención de “dialogar” con aquéllos que

29 Incluso el “Review” del libro *Dialéctica de desarrollo* (Furtado, 1964), por parte de Willard Barber (1964), sintoniza con esta vertiente cuando habla del “deep Leninist ruts” de Furtado. La reseña positiva del libro en Inglés la hizo el padre de Kamala Harris, Donald J. Harris, (1966) quien hoy es la actual candidata a la vicepresidencia por parte del partido Demócrata de los Estados Unidos de Norte América. Véase: Meireles (2020).

30 “El análisis económico se limita a exponer fríamente la realidad. Sabemos que el desarrollo de que tanto nos orgullecemos, realizado en los últimos decenios, no ha modificado en nada las condiciones de la vida de las tres cuartas partes de la población de nuestro país. Su característica principal ha sido una creciente concentración social y geográfica de la renta. Las grandes masas que trabajan en los campos, y que constituyen la mayoría de la población brasileña, no han sacado prácticamente ningún beneficio de este desarrollo” (FURTADO, 1966, p. 16).

únicamente observan sus efectos nocivos; sin embargo, Furtado supone factible y “racional” los medios de producción en manos privadas siempre y cuando tengan consideraciones sociales:

[...] no se puede atribuir más que un carácter operacional a la propiedad privada de los medios de producción, a la empresa privada. Estamos todos de acuerdo en que la empresa privada es una simple forma descentralizada de organizar la producción y que debe estar subordinada a criterios sociales. Siempre que exista un conflicto entre los objetivos sociales de la producción y la forma de organización de ésta en empresa privada, tendrían que tomarse medidas para salvaguardar el interés social. Por otro lado, a medida que se va alcanzando una mayor abundancia en la oferta de bienes, esto es, los estadios superiores del desarrollo, menor importancia van teniendo las formas de organización y mayor el control de los centros de poder políticos. Es desde estos últimos que se dictan, en última instancia, las normas de distribución y utilización de la renta social, bajo formas de consumo público o privado. (FURTADO, 1966, p. 21).

Furtado presupone que existen ciertos objetivos en torno a los cuales es posible unirse para transformar el capitalismo brasileño. Si los objetivos no quedan claramente especificados podrían confundirse los medios con los fines. Obviamente Furtado destaca que el desarrollo brasileño se realizó a enormes costos y graves desigualdades lo cual impulsa a la juventud a buscar cambios cualitativos que tomen en cuenta a la población mayoritaria:

El desarrollo económico es, en sentido estricto, un medio. No obstante, constituye un fin en sí mismo, un elemento irreductible de la forma de pensar de la nueva generación, la confianza en que la ampliación de las bases materiales de la vida social e individual es condición esencial para la plenitud del desarrollo humano. (FURTADO, 1966, p. 23).

La idea era no perder de vista los fines centrales del desarrollo, y que suponían ser la razón y fuerza motriz para promover las mutaciones estructurales requeridas por este proceso.

Es éste un problema extremadamente complejo, pues la experiencia histórica de los últimos decenios ha creado la apariencia, para los países subdesarrollados, de una opción forzosa entre libertad individual y rápido desarrollo material de la colectividad. Esta falsa alternativa ha sido presentada por los partidarios de ambos lados de la controversia, es decir, en defensa de la libertad o del bienestar de las masas. (FURTADO, 1966, p. 24).

No existe una contraposición – dice Furtado – entre “libertad” y desarrollo, porque ambas pueden darse dentro del contexto de la sociedad brasileña siempre y cuando se materialicen ciertas transformaciones sociales y estructurales. Sin embargo, la proclividad de las “masas” de los países subdesarrollados hacia formas no políticas, no libertarias se debe esencialmente a que éstas:

[...] al no haber tenido ningún acceso a las formas superiores de la vida pública, no pueden comprender el verdadero alcance del argumento. Aún más: la supuesta alternativa -libertad *versus* desarrollo rápido- puede resultar peligrosa para la libertad como aspiración colectiva, pues cabría inferir que la libertad a que [sic] tienen acceso una minoría es pagada con el sacrificio del bienestar de las grandes mayorías. (FURTADO, 1966, p. 25-26).

Son pocos, dice Furtado, los que tienen acceso a las manifestaciones de la cultura “superior”: “Pocos de nosotros tenemos conciencia del carácter profundamente antihumano del subdesarrollo. Cuando comprendemos esto, fácilmente nos explicamos por qué las masas están dispuestas a hacer cualquier cosa para superarlo” (FURTADO, 1966, p. 25-26). Supone que son los intelectuales los que “saben” sobre el sufrimiento y los “remedios” necesarios, también parte de la idea de que las “masas” quieren la cultura “superior”. Por otra parte, subraya que no debe contraponerse la felicidad de las generaciones actuales por las futuras, no sólo porque la disyuntiva no es necesaria, sino porque lo que está en juego no son sólo “personas” sino “valores” que difícilmente serán recuperados mañana: “La universalidad con que se viene insistiendo en la referida alternativa proviene de que ha sido deducida de distintas formas por defensores antagónicos” (FURTADO, 1966, p. 27).

Se sabe que las dictaduras producen un rápido crecimiento de las condiciones materiales de vida, pero a costa de la pérdida de libertad. Debido a que en Europa existe una “sociedad abierta”³¹, el “marxismo-leninismo” no ha fructificado. Procede, por lo tanto, que las dictaduras surgen y son viables sólo en sociedades “rígidas”: “El problema fundamental que se presenta es, por tanto, elaborar técnicas que permitan alcanzar rápidas transformaciones sociales con los patrones de convivencia humana de una sociedad abierta. Si no logramos este objetivo, la alternativa no será el inmovilismo, pues las presiones sociales abrirán otros caminos que escapan a toda posibilidad de previsión y control” (FURTADO, 1966, p. 30-31). Para Furtado, el haber conquistado formas estatales y organizativas político-sociales “superiores” es tan valioso como el logro de un bienestar material pleno. Por lo tanto: “en una sociedad abierta, en que se han alcanzado formas de convivencia social complejas, la revolución de tipo marxista-leninista representa un retroceso político cierto” (FURTADO, 1966, p. 31-32).

En Brasil es la clase campesina la que se encuentra totalmente marginada de las transformaciones requeridas, tanto en términos políticos, como sociales. Además, ésta se encuentra fuera de los circuitos políticos organizados de la “democracia”, sin voz alguna. Por consiguiente, es fácil presa del discurso y técnicas revolucionarias³². Furtado presupone entonces que la “sociedad abierta” promueve una “aproximación progresiva” de sus metas por medio de reformas, y la “sociedad rígida” tiende a

31 Término que puede encontrarse en la obra de K. Popper ([1945] 1962).

32 “La situación de los campesinos [a diferencia de la clase obrera], no obstante, es totalmente distinta. Al no poseer ningún derecho no pueden expresar reivindicaciones legales. Si se organizan, se supone que lo hacen con fines subversivos. La conclusión que necesariamente tenemos que sacar es que la sociedad brasileña es rígida en una gran parte: la formada por el sector rural” (FURTADO, 1966, p. 31).

procrear objetivos bajo “rupturas cataclísmicas”. De ello Furtado deduce que el proceso revolucionario brasileño tiene una característica “dual”.

Sin embargo, Furtado cree posible que el “proceso revolucionario brasileño” pueda ser liderado por la vertiente marxista-leninista, aunque sean estos sectores quienes promuevan una “evolución político social” que obstruirá y pervertirá los verdaderos objetivos del desarrollo y del “humanismo” implícito en sus movimientos. Pero debido a que en la sociedad “abierta” el marxismo-leninismo no tiene lugar, es inviable. Si llega a suceder una “revolución” de este tipo en el Brasil puede resultar en un retroceso político. Simultáneamente advierte y señala a las dictaduras de derecha como sus reales progenitores, pero esta advertencia aparenta desconocer el contexto en que se encontraba Brasil: el síndrome de Cuba, las “ligas campesinas”, las luchas por la recuperación del poder presidencial en manos de Goulart, que produce el “fantasma” del comunismo. Así, de manera casi apocalíptica, Furtado dice:

La imposición de una dictadura de derechas, que volvería rígida toda la estructura política, crearía condiciones propicias para una efectiva movilización revolucionaria de tipo marxista-leninista. Aun en este caso, no obstante, lo más probable es que el sector agrario predominase en caso de revolución social. (FURTADO, 1966, p. 34).

Una vez rebasadas las estructuras político-sociales urbanas, Furtado supone, que la “estructura agraria anacrónica” dejará caer todo su peso en el resto de la sociedad. Sin embargo, Furtado tiene claro que las transformaciones estructurales requeridas para el desarrollo, y los impulsos en esa dirección ponen al Brasil en una “auténtica fase pre-revolucionaria”.

Debe darse la transformación de la estructura agraria anacrónica (“rápida revolución”) sin retroceso en el sistema político-social. Es necesaria cierta gradualidad de los cambios sociopolíticos para que la presión social no redunde en movimientos “pre-cataclísmicos”. Los inaplazables cambios constitucionales³³ tampoco son condición suficiente para llevar a cabo la tarea de transformar las estructuras y que promuevan el desarrollo con criterios sociales. Debe darse prioridad al establecimiento de estructuras elásticas, y que la reforma agraria sea un proceso ordenado bajo el Estado con políticas claras en el ámbito fiscal y el bancario. El parlamento debe asumir la función de discutir y dar directrices para el desarrollo económico y social. Por otra parte, el gobierno debe recibir los poderes esenciales para castigar a aquellos que malversan los fondos públicos. Asimismo, debe elaborarse un plan de desarrollo económico social con base en los “deseos” del “pueblo”. Para dar impulso y concretizar estos objetivos de la sociedad, Furtado llama a que esto sea “discutido” por parte de las agencias involucradas en las funciones de los órganos políticos del país. Simultáneamente Furtado ubica en un mismo saco a una diversidad de agentes, como si estuviesen predestinados a lograr los mismos objetivos: “Incumbe a los obreros, a los empresarios, a los intelectuales, quizás a los campesinos, a través de sus organizaciones incipientes, iniciar el debate abierto sobre lo que esperan de los órganos políticos del país” (FURTADO, 1966, p. 37).

33 Recuérdese que no podía haber expropiación de tierra sin pagar inmediatamente en moneda a la vista.

Por si fuera poco, Furtado propone que los “especialistas” deberían estudiar los problemas complejos y ponerlos a debate. También habla de un “país maduro”, de “plataformas” para renovar la representación popular; sin embargo, él no aparece articulado a ninguna fuerza social específica.

Pero habiendo transcurrido tan sólo dos años el tono discursivo en *Dialéctica del desarrollo* (FURTADO, 1964), ya es otro: la institucionalidad del país en quiebra, y si bien Furtado entró al gabinete ministerial a partir del apoyo de Kubitschek, la elección de J. Quadros como presidente – su dimisión y/o renuncia – abre camino al entonces vicepresidente J. Goulart, ocupar la Presidencia, lo cual el congreso hizo casi imposible – en efecto una medida anticonstitucional, denotando la contradicción insuperable entre el ejecutivo y el legislativo.

Adelantemos que Furtado, no obstante su crítica a Marx, vista anteriormente, no niega la existencia de clases, más bien cuestiona que a partir de su existencia se pueda deducir automáticamente la “estratificación social” que organiza la política y el Estado. Una vez más, Furtado expone las razones por las cuales el desarrollo económico brasileño generó una inexorable contradicción. Nuevamente las nociones occidénticas son pesados obstáculos para pensar a los países “subdesarrollados”.

En *Dialéctica...* (FURTADO, 1964) se repiten las críticas al discurso marxista, y a las estrategias-tácticas del “marxismo-leninismo”, vistas en *A pré-revolução brasileira* (FURTADO, 1962), pero aquí Furtado expone con “puntos” y “comas” de manera excelente las disquisiciones de la literatura clásica de las discusiones marxistas: “la dictadura del proletariado”, “estado al servicio de una clase”, “la lucha de clases y la evolución económica en Europa”, etcétera. La estrategia crítica observa varias vertientes: la genealogía conceptual se remite en muchos casos al propio Hegel cuando discurre sobre el Estado, en ocasiones a la teleología de su concepción histórica que por asociación se puede trasladar a Marx; igualmente señala los obstáculos conceptuales de la apreciación de Marx y Engels para explicar la propia evolución histórica de Europa, haciendo irrelevante su enfoque para pensar los países “subdesarrollados”.

TEÓRICO POR ANTONOMASIA

Pero la perspectiva en *Dialéctica del desarrollo* (FURTADO, 1964) es mucho más radical teóricamente: ofrece lo que puede llamarse el último episodio teórico previo a la presentación del modelo “estructuralista”: *Subdesarrollo y estancamiento en América Latina* (FURTADO, 1967), el enfoque “histórico estructural”.

En otras palabras, la línea argumentativa de *Dialéctica del desarrollo* recupera la pertinencia del pensamiento occidéntico en economía e historia respecto los países latinoamericanos. Aquí desemboca con una teorización del cambio social apoyándose de Gunnar Myrdal. Pero la explicación transita a partir de una concepción sobre la ciencia en general para asentarla en un modelo de cambio social, durante cuyo transcurso, iniciando con Hegel como proceso análogo se llega a un Marx. Es Marx quien recibe el galardón por haber sido uno de los primeros en pensar la problemática, aunque finalmente la generalidad de su perspectiva obstaculiza guías de acción para materializar políticas para el desarrollo.

Inicialmente se remite a la noción de Hegel sobre la “dialéctica” vía György Lukács y Jean-Paul Sartre, cuyos textos entonces eran discutidos para pensar la idea de “totalidad”. Aunque parezca paradójico Furtado no claudica en su afán por sustituir importaciones, al resucitar la figura de la dialéctica de Hegel, como “método” o “instrumento de trabajo” (FURTADO, 1964, p. 29). Para pensar la noción de totalidad, ofrece simultáneamente una alternativa conceptual: utilizando los métodos de investigación de la ciencia moderna por medio de un enfoque del “sistémico”.

El uso de la dialéctica por parte de Hegel, para describir la evolución histórica con sus elementos contradictorios como su fuerza motriz, genera la idea de una “necesidad histórica”, pero el intento por convertirla en una “Idea Absoluta” (FURTADO, 1964, p. 29) no tiene mucho sentido como el supuesto fundamental de la dialéctica. La dialéctica como “método” puede ser positiva, siempre y cuando, como alguna vez lo señaló Marx debe ser colocada “cabeza arriba” (FURTADO, 1964, p. 29).

Pero la esencia del pensamiento “dialéctico”, según Furtado (1964, p. 30), está en la “simple idea” que el “todo no puede ser explicado por el análisis de sus distintas partes”; la totalidad no se puede “ver”, es una construcción del “espíritu humano”. La mente realiza una “síntesis” conceptual de múltiples aspectos en la cual la totalidad queda representada. Sin embargo, ante la ausencia de una “imagen del todo”, no puede deducirse que no se puedan estudiar las “partes”: “La ciencia experimental es precisamente el esfuerzo sistemático que realiza el hombre para comprender el mundo que le circunda prescindiendo de una concepción del todo. No existe antinomia entre la dialéctica y el método convencional que se aplica en la ciencia experimental” (FURTADO, 1964, p. 30).

Pero los hombres de ciencia sencillamente no utilizan la dialéctica por considerarla innecesaria. Furtado da el ejemplo de W. Herschel quien pudo inferir la existencia del “sistema solar”, una concepción del todo, y podría conjeturarse que se partió del “todo” para conocer las partes:

En realidad, el todo -sistema Solar- no es sino una hipótesis formulada para explicar el comportamiento de las partes, puntos de partida del análisis. El poder explicativo de esa hipótesis global estaba limitado por un conocimiento inadecuado de las partes, lo cual exigió la formulación de hipótesis adicionales sobre las propias partes. (FURTADO, 1964, p. 30).

Ahora bien, un “conjunto de fenómenos” interdependientes no son necesariamente un “sistema”; la idea de sistema “no debe confundirse con la idea de *todo*, cuya imagen se forma antes del conocimiento analítico de las partes. Un sistema sólo puede identificarse a través de una exacta definición de un conjunto de relaciones que hacen que sus partes sean interdependientes” (FURTADO, 1964, p. 30). Para comprender la evolución de la historia, la “dialéctica” supone observar el todo, a través del “análisis de las partes” (FURTADO, 1964, p. 31). Por lo tanto, la dialéctica a través del proceso de “totalización” hace posible el análisis de las partes, y las oposiciones entre las partes, confirma lo que se entiende de la “oposición de los contrarios” (FURTADO, 1964, p. 30). Según Furtado, para Hegel la interdependencia institucional se deduce de la concepción “totalizante de la historia”. Así Marx se

propuso identificar los aspectos primarios cuyas contradicciones hacían posible explicar una serie de cadenas reactivas, las cuales se definieron como las “relaciones de producción”, en función de las fuerzas productivas (la tecnología según Furtado). El nivel del desarrollo tecnológico son el sustrato primario de la “estructura social”, pero se trata de una “hipótesis” formulada a un “alto” “nivel de abstracción”, que permite reducir a “múltiples variables que intervienen en el proceso histórico a unos cuantos elementos” logrando con ello “el primer modelo explicativo del cambio social, dando a la dialéctica una eficacia extraordinaria en el estudio explicativo de los procesos históricos” (FURTADO, 1964, p. 31; 31-32; 32). De esa forma, infraestructura y superestructura pueden conformar la totalidad en cuestión, así como las dos clases contradictorias que son la fuente genera el movimiento histórico.

No se trata de evaluar la efectividad de la simplificación y “audacia” de Marx, dice Furtado. Pero desde entonces, las ciencias sociales han asumido y logrado la “construcción” de modelos “capaces” de proporcionar una “percepción totalizadora de los procesos históricos, y en este sentido se ha efectuado un amplio reencuentro con los elementos básicos del pensamiento dialéctico” (FURTADO, 1964, p. 32).

Esa transición teórica se realiza a través de la antropología anglosajona y sus estudios de la cultura, haciendo posible una visión integrada de la “cultura como sistema” (FURTADO, 1964, p. 33) y el modelo presenta el mismo grado de abstracción que el de Marx: “En la época actual la vida social se ve obligada a ajustarse a los cambios en la cultura material” (OGBURN en FURTADO, 1964, p. 33), por consiguiente en ambos enfoques, tanto el de la sociología cultural como en la de Marx, Furtado sostiene que la “división en dos segmentos” de la cultura, así como el “desarrollo más rápido de la base material” supone, “exige”, las “acomodaciones” pertinentes de la “superestructura no material” (OGBURN en FURTADO, 1964, p. 33).

Por lo tanto:

[...] lo que ambos modelos tienen de fundamental en común es la comprobación de que, al ser cultura un conjunto de elementos interdependientes, cada vez que en determinadas condiciones históricas avanza la tecnología y se desarrollan las bases materiales, todos los demás elementos interdependientes, cada vez que en determinadas condiciones históricas avanza la tecnología y se desarrollan las bases materiales, todos los demás elementos debería ajustarse a las nuevas condiciones. (FURTADO, 1964, p. 33).

En otras palabras, esos ajustes generan mutaciones que a su vez repercuten en la “base material”, la cual según Furtado es el “campo de la tecnología”, y el elemento de propulsión para la reorganización de la cultura. Y esto implica mantenerse dentro del “marco de la hipótesis simplificada que Marx formuló” (FURTADO, 1964, p. 34).

Es entonces cuando Furtado reincorpora el “concepto de sistema” como “modelo analítico”, el cual es producto del “método científico”, y por tanto, presupone un “conjunto de elementos interrelacionados” (FURTADO, 1964, p. 34) que a su vez define los “elementos y sus interrelaciones”. Esto conduce a la noción de “equilibrio” y las ciencias sociales están obligadas a explicar cómo el proceso de cambio social evoluciona de un estado de equilibrio hacia otro, efecto de los cambios en los “parámetros de ese sistema” (FURTADO, 1964, p. 34). Esa visión solamente se

mantiene en el ámbito de la “estática comparativa” (FURTADO, 1964, p. 35). Un modelo “dinámico” hace posible definir “todos los valores que asumirá la variable en observación” durante su proceso evolutivo desde sus inicios hasta el final. Para comprender un mecanismo que genere el proceso, Furtado recupera de Myrdal la noción de la “causación social dinámica”. Pero la interrogante central es conocer la variable que arrastra, impulsa, a la demás en “determinada dirección” (FURTADO, 1964, p. 35). Pero la “causación social dinámica” (Myrdal) de factores independientes, según Furtado, supone superar la noción de un “factor básico” como su propulsor. Teóricamente se requiere dicho supuesto – dice Furtado (1964, p. 35) – para comprender el proceso “dinámico inicial”, aunque hay que ir más allá examinando las “interrelaciones entre los múltiples factores que integran un sistema. Siempre será necesario introducir algún elemento exógeno”, cambiando algún “parámetro estructural”. Por lo tanto, la noción de sistema supone que en las “sociedades modernas” dicho parámetro o “factor básico” corresponde a la “técnica”. Ella genera el primer movimiento, elevando la “productividad media” de la totalidad. Teóricamente, la descripción narrativa de la evolución y sus respectivos cambios culmina en la propuesta original de Furtado, ya sea, con la utilización de la categoría de “dialéctica” y/o la de “sistema”: se requiere alguna “hipótesis intuitiva” “sobre el comportamiento del proceso histórico como un todo” (FURTADO, 1964, p. 36). Dicha hipótesis es la “idea del desarrollo” que hace posible identificar los factores para reconstruir el proceso evolutivo, por medio de un “modelo analítico” (FURTADO, 1964, p. 36). Pero dicha concepción está construida a un alto “nivel de abstracción” y por tanto con graves limitaciones, dado el reducido número de variables que pueden ser integrados al modelo, y por tanto las hipótesis “explicativas” se convierten en simplificaciones nada menos que “heroicas” (FURTADO, 1964, p. 36). Obviamente un “mayor número de variables” hará posible explicar un creciente número de “situaciones concretas” (FURTADO, 1964, p. 36). La hipótesis simplificadora de Marx cuya estructura social se compone de una “infraestructura” y una “superestructura” tuvo “extraordinaria importancia como punto de partida”, y no ha sido sustituida por otra de mayor

[...] eficacia explicativa, al nivel de generalidad en que fue formulada. Con todo, es necesario reconocer que poco es el valor que presenta como instrumento de orientación práctica un modelo analítico formulado a ese nivel de generalidad. Y el objetivo de la ciencia es producir guías para la acción práctica. (FURTADO, 1964, p. 36).

Sin embargo, es precisamente ese el objetivo del capítulo titulado: “El desarrollo económico en el cambio cultural”. Por consiguiente, nuevamente desplaza a Marx, debido a sus postulados teleológicos, y avanza su teoría donde los cambios sociales se suceden a partir de las “innovaciones”. Las innovaciones según Furtado (1964, p. 38; 39), en la cultura material se deben a las “innovaciones tecnológicas” las cuales generan en cadena un “fluir permanente”, condicionando todo el “proceso de cambio social”. Incluso Marx -dice Furtado-, captó dicho proceso al señalar que en ocasiones la superestructura ideológica se “atrasa” respecto la evolución de las fuerzas productivas. De hecho los esfuerzos de los estudios de la cultura para

demostrar que la “historia” no tiene “sentido” o dirección, como lo establece Hegel con la dialéctica, y cuyo supuesto Marx parece suponer, fortaleció en cierto sentido la idea del “desarrollo económico”, como un

[...] caso particular de cambio social. En efecto, se puede definir el desarrollo económico *como un proceso de cambio social por el cual un número creciente de necesidades humanas, preexistentes o creadas por el mismo cambio, se satisfacen a través de la diferenciación en el sistema productivo generada por la introducción de innovaciones tecnológicas.* (FURTADO, 1964, p. 39-40).

Por lo tanto, todo cambio social genera antagonismos sociales. Nuevas estructuras productivas desencadenan una serie de efectos en los niveles de ingreso de las comunidades, o en sus efectos colaterales, desempleo, por ejemplo. También las innovaciones originan competencias “entre productores”, y presión sobre los salarios. Dicha competencia “entre los productores” entre sí y los asalariados procrea cierta consciencia de los “dos grupos” que con el tiempo se transforman en “clases”, especialmente en las sociedades capitalistas. Ello pone en movimiento los elementos “básicos de la cultura”: los “cambios en la estructura económica tienden a acarrear modificaciones en toda la estructura social” (FURTADO, 1964, p. 42) bajo una lógica causal que en las economías “subdesarrolladas” presenta una “serie de peculiaridades”. El “equilibrio dinámico” que presentan las sociedades capitalistas, son consecuencia de una incesante transformación y adaptación de las instituciones para superar los anacronismos suscitados por los nuevos procesos de distribución del ingreso. Apoyándose en políticas fiscales específicas y en algunos casos a través de cierta “planificación”. Pero en las sociedades subdesarrolladas, que absorben tecnologías provenientes del exterior, la adaptación de las estructuras sociales es problemática. Por un lado la tasa de desempleo, presenta pocas alternativas de cambio para la reincorporación del obrero: “refluye hacia formas artesanales de economías de subsistencia” (FURTADO, 1964, p. 42), creando un dualismo. Dicho dualismo estructural supone una estructura económica con una distribución desigual del ingreso muy sesgada y por tanto una demanda final de productos “poco vigorosa” (FURTADO, 1964, p. 43). Estos aspectos históricos de la economía presentan características evolutivas que no se pueden comprender a partir de Marx y su descripción del capitalismo.

Por otra parte la propia noción del Estado heredada a Marx por Hegel, bajo una radical diferenciación entre la “sociedad civil” y el Estado presenta importantes dificultades incluso para pensar las sociedades capitalistas. Supone al Estado como una maquinaria de la clase dominante, sin embargo: “sobran pruebas de que las formación y el desarrollo de las organizaciones políticas están vinculados a conflictos, entre grupos humanos socialmente estratificados, pero no entre clases” (FURTADO, 1964, p. 46).

Abandonar el punto de partida de Hegel sobre el Estado es importante, siempre necesario ya que su “legitimidad” se otorga por parte de la colectividad que detenta la maquinaria estatal, la alternativa sería un régimen a través del “terror” (FURTADO,

1964, p. 48). El Estado está lejos de la maquinaria descrita por Engels, Marx o de Lenin como un aparato de represión al servicio de “una clase” (FURTADO, 1964, p. 51).

La propia idea de una “dictadura del proletariado” no puede eludir la responsabilidad de asumir la tarea administrar y decidir lo que se va a producir, lo cual supone algún tipo de aparato administrativo. Por lo tanto, las

[...] actuales estructuras subdesarrolladas constituyen un caso especial dentro de la evolución capitalista. En este caso la economía que existía con anterioridad al proceso de industrialización era de tipo colonial, lo cual significa la dominación por grupos dirigentes sometidos a una ‘alienación’ de tipo ptolemaica, o sea una incapacidad estructural para percibir cuál es la posición propia en un sistema de fuerzas. Por otro lado, la tecnología que absorben esas economías no deriva de su evolución económica interna, pues es trasplantada de sistemas mucho más avanzados. [...] la inversión puede orientarse de tal modo que cree desempleo. (FURTADO, 1964, p. 76).

A meses de haber planteado su concepción “dualista” de la economía y sus particularidades políticas bajo el populismo brasileño, se cumplen desafortunadamente los pronósticos negativos de la institucionalidad titubeante con el golpe militar en 1964. Sin embargo, ello impulsó Furtado a repensar las “peculiaridades” del desarrollo latinoamericano, confirmándose con ello en *Subdesarrollo y estancamiento en América Latina* Furtado (FURTADO, 1966). Aquí surge el primer “modelo” “estructuralista” del estancamiento, presentando la unidad teórica – “estructuralista” – de un enfoque sobre la “economía” eminentemente sociológico e histórico.

La diversidad estructural entre diversos tipos de unidades productivas o agentes, reflejando la “heterogeneidad” en cuestión, destaca la idea de las asimetrías de poder que dicha diversidad estructural genera cuyas condiciones de existencia son a su vez “heterogéneas”, tanto en relación con el horizonte de tiempo que cada una presenta para tomar sus decisiones productivas, así como en las formas de poseer en separación algunas de sus condiciones de producción. Si bien *Subdesarrollo y estancamiento en América Latina* (FURTADO, 1967) se escribe suponiendo una tendencia hacia el “estancamiento” de las economías, no existe como tal dicha inevitabilidad. Sin embargo, eso no implica negar la pertinencia teórica de la concepción teórica elaborada en el libro.³⁴ Las asimetrías de poder entre unidades productivas y diversas regiones, locales o internacionales son los ámbitos ha examinar para proponer las reformas correspondientes.

PALABRAS FINALES

El texto hizo un esfuerzo por demostrar el carácter autóctono de la teorización de Celso Furtado, intentando exponer su crítica al pensamiento occidéntico en general.

³⁴ Véase: Mallorquin, 2005; 2013.

A lo largo de varias décadas se ha negado dicho esfuerzo teórico en América Latina. No es un fenómeno reciente, inició tempranamente, un ejemplo puede mencionarse en Brasil: Gudin hizo ciertas alusiones de manera irónica a Jacob Viner en 1953 imputando que si la teoría no tenía un “abuelo indígena” no era buena teoría (MALLORQUIN, 2019). Por un lado, ese dato explica las asimetrías de poder entre las comunidades académicas entre el Norte y el Sur, algo que se incrementa en las peticiones que se publique en otros idiomas al de español o portugués.

Por otra parte, Furtado reniega de la aparente dicotomía irresoluble entre “reforma” o “revolución”: en los pueblos latinoamericanos las reformas forman parte de un proceso que puede convertirse en la fuerza motriz de las revoluciones. Central a su perspectiva es el “poder” o más bien las asimetrías de poder entre diversos agentes y regiones. Las asimetrías de poder entre unidades productivas y diversas regiones, locales o internacionales son los ámbitos ha examinar para proponer las reformas correspondientes. Se puso gran énfasis subrayando la diversidad de formas y contenidos de las relaciones sociales o de producción, intentando negar la existencia de una “economía” en general, resaltando las “formas económicas” (Prado Júnior) articuladas bajo variadas asimetrías de poder que son potencialmente reformables.

Por otra parte, la crítica al pensamiento occidéntico por parte de Furtado, especialmente a sus versiones “Marxistas”, no supone el fin de la lucha por construir un orden económico más igualitario, asociativo, comunitario, o “socialista”, pero sí implica rescatar los discursos locales en muchas comunidades de la región que hasta la fecha no han recibido mucha atención. Toda esa algarabía un torno al “buen vivir” y otras similares, y sus respectivas formas de organización son todavía un buen sustento para dar paso a hegemonizar el horizonte social desechando las categorías del “individualismo” egoísta y adquisitivo. El reconocimiento de nuestra pluralidad organizativa y cultural tendrá que convertirse en las bases a partir de las cuales se propongan las transformaciones sociales, Furtado ha dejado un legado profundo para pensar estas problemáticas; esperemos que la semana celebratoria a 100 años de su natalicio extienda su obra una vez más.

SOBRE EL AUTOR

CARLOS MALLORQUIN é profesor adscrito al Centro de Desarrollo de la Universidad Autónoma de Zacatecas (UAZ).

carlosmallorquin1@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7195-8775>

REFERÊNCIAS

- A VIAGEM dos técnicos a um nordeste desconhecido. *Realidade*, n. 80, novembro, São Paulo, Editora Abril, 1972, p. 163-166.
- BARAN, P. *The political economy of growth*. New York: Monthly Review Press, 1957.
- BARBER, W. Diagnosis of the Brazilian crisis. *American Academy of Political and Social Science*, Philadelphia, v. 365, May 1966.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.
- CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Expansión del cultivo de la caña de azúcar y de la ganadería en el nordeste del Brasil: políticas públicas y sus derivaciones económicas y sociales*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 1986. (Estudios e Informes de la CEPAL).
- CONNELL, Raewyn. *Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science*. Cambridge: Polity Press, 2007.
- FERRER, Aldo; PREBISCH, Raúl; FURTADO, Celso. *Para construir la democracia o deuda y soberanía*. Buenos Aires: El Cid Editor/Fundación para la Democracia en la Argentina, 1984.
- FRANK, A. Gunder. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. México: Siglo XXI, 1976.
- FRANK, A. Gunder. Burguesía nacional y golpe militar en Brasil. In: FRANK, A. Gunder. *América Latina: subdesarrollo o revolución*. México: Era, 1980.
- FURTADO, Celso. Características gerais da economia brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, ano 4, n. 1, mar. 1950, p. 7-37. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2410/2494>. Acesso em: ago. 2020.
- FURTADO, Celso. *A economia brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.
- FURTADO, Celso. *Formación económica del Brasil*. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1962.
- FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, Celso. Brasil de hoje: problemas do futuro com homens do passado. *Revista Civilização Brasileira*, ano I, n. 3, jul. 1965, p. 41-50.
- FURTADO, Celso. *Brasil en la encrucijada histórica*. Traducción de Oriol Durán. Barcelona: Nova Terra, 1966.
- FURTADO, Celso. *Subdesarrollo y estancamiento en América Latina*. 3. ed. Trad.: S. Chuahy. Buenos Aires: Eudeba, 1967.
- FURTADO, Celso. (1967). *Teoría y política del desarrollo económico*. México: Siglo XXI, 1974.
- FURTADO, Celso. Seminario “La construcción de la democracia argentina” en Buenos Aires. In: FERRER, Aldo; PREBISCH, Raúl; FURTADO, Celso. *Para construir la democracia o deuda y soberanía*. Buenos Aires: El Cid Editor/Fundación para la Democracia en la Argentina, 1984.
- FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- FURTADO, Celso. (1948). *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2001.
- FURTADO, Celso. (1961). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- GUDIN, Eugênio. A mística do planejamento. *Correio da Manhã*, n. 18.458, Rio de Janeiro, 29 de maio de 1953, p. 2.
- GUDIN, Eugênio. O caso das nações subdesenvolvidas. *Revista Brasileira de Economia*, v. 6, n. 3, 1952, p. 47-77.
- HARRIS, Donald J. Books reviewed: “Diagnosis of the Brazilian crisis” by Celso Furtado. *Quarterly Journal of Economics and Business*, winter 1966, p. 83-86.

- LANDER, Edgardo (ed.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.
- LEWIS, Arthur. Economic development with unlimited supplies of labour. *The Manchester School of Economic and Social Studies*, XXII (May 1954), p. 139-91.
- MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo: Xamã, 2005.
- MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: un retrato intelectual*. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2013.
- MALLORQUIN, Carlos. Una síntesis de múltiples determinaciones: *Formación económica del Brasil*. *Economía*, v. 10, n. 4, 2009, p. 905-933.
- MALLORQUIN, Carlos. *América Latina y su teoría*. Santiago de Chile: Ariadna Ediciones, 2017.
- MALLORQUIN, Carlos. *Breve historia del espíritu del desarrollo latinoamericano*. México: Colófon, 2019.
- MEIER, G. M.; BALDWIN, R. *Economic development: theory, history, policy*. New York: John Wiley and Sons, 1957.
- MEIRELES, M. Centenario de Celso Furtado. ¡Fiesta Mexicana!”. *Revista Común*, septiembre 2020.
- OLIVEIRA, Francisco de. Un clásico de el trimestre económico: Celso Furtado y el paradigma del subdesarrollo. *El Trimestre Económico*, v. 50, n. 198(2), número especial 50 aniversario, Abril-Junio de 1983, p. 1.019-1.042.
- PERICÁS, L. B. *Caio Prado Júnior: uma biografia política*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- PERICÁS, L. B. (org.). *Caminhos da revolução brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- POPPER, K. (1945). *The open society and its enemies*. London: George Routledge & Sons. 4th edition of 1962. New York: Harper and Row.
- PRADO JÚNIOR, C. *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. Monografia para o concurso à Cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo: Gráfica Urupês Limitada, 1954.
- PRADO JÚNIOR, C. (1943). *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PREBISCH, Raúl. A mística do equilíbrio espontâneo da economia. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1953.
- RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da USP/Fapesp/Editora 34, 2000.
- SOUZA-MARTINS, José de. Los campesinos y la política en el Brasil. Traducción de Graciela Salazar J. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (coord.). *Historia política de los campesinos latinoamericanos*. v. 4 – Brasil/Chile/Argentina/Uruguay. México: Siglo XXI Editores, 1985, p. 9-83.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. *Pequena história da agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998.

Celso Furtado: por uma ciência econômica iconoclasta e inconformista

[*Celso Furtado: for an iconoclastic and nonconformist economic science*]

Elisa Klüger¹

Agradeço aos organizadores do dossiê “Celso Furtado, transdisciplinar e contemporâneo” pelo estímulo à reflexão, aos pareceristas anônimos por suas sugestões, a Rosa Freire d’Aguiar pelos preciosos esclarecimentos e informações e aos colegas e coordenadoras do Programa Internacional de Pós-Doutorado do Cebrap pela leitura tão atenta e comentários detalhados. Possíveis erros são, evidentemente, de minha inteira responsabilidade.

RESUMO • Este artigo reconstrói a trajetória de Celso Furtado até o início dos anos 1960 e analisa escritos nos quais ele define a visão de ciência econômica que norteia sua atuação em um país subdesenvolvido. Furtado sustenta que a economia não é neutra e universal, ressaltando a necessidade de produzir conhecimentos historicamente situados e de estabelecer coletivamente as finalidades das intervenções econômicas. Argumenta-se que a ciência econômica professada por Furtado é iconoclasta, ao romper com os paradigmas neoclássicos, e inconformista, ao visar à transformação da realidade social. • **PALAVRAS-CHAVE** • Celso Furtado; ciência econômica; subdesenvolvimento. • **ABSTRACT**

• This article reconstructs Celso Furtado’s trajectory until the beginning of the 1960s and analyzes writings in which he defines the conception of economic science that guides his activities in an underdeveloped country. Furtado maintains that the economy is not neutral and universal, emphasizing the need to produce a historically situated knowledge and to outline collectively the goals of economic intervention. It is argued that the economic science professed by Furtado is iconoclastic, breaking with the neoclassical paradigms, and nonconformist, aiming at the transformation of social reality. • **KEYWORDS** • Celso Furtado; economic science; underdevelopment.

Recebido em 1^o de setembro de 2020

Aprovado em 1^o de fevereiro de 2021

KLÜGER, Elisa. Celso Furtado: por uma ciência econômica iconoclasta e inconformista. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 78, p. 66-85, abr. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1178p66-85>

1 Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap, São Paulo, SP, Brasil).

O centenário de Celso Furtado convida a refletir acerca do caráter imbricado de sua atuação como acadêmico, intelectual público e agente engajado na vida política e na condução da economia a partir do Estado. No Brasil, Furtado foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) entre 1958 e 1959, liderou a criação e dirigiu a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) de 1959 a 1962, e exerceu a função de ministro do Planejamento, entre 1962 e 1964, e de ministro da Cultura de 1986 a 1988. Internacionalmente, foi dos funcionários mais conhecidos da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), atuou como professor/pesquisador nas universidades de Cambridge, Yale e Sorbonne e foi embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia. A ocasião é propícia para indagar quais as características que conferem caráter excepcional a sua trajetória e legado e para discutir como a multidimensionalidade de sua atuação concorreu para a formação de uma visão original de economia e sociedade.

Este artigo consagra-se a discutir um componente específico do legado de Celso Furtado: os escritos nos quais vocaliza sua concepção de ciência econômica e ideias acerca da formação e atuação do economista. Para tanto, combina uma reconstituição de sua trajetória com a análise de publicações e anotações redigidas por ele entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1960, momento no qual confronta repetidamente os paradigmas liberais da ciência econômica e organiza suas ideias acerca da formação e atuação de economistas em países subdesenvolvidos². Trata-se de um período favorável ao desenvolvimento de suas reflexões sobre a ciência econômica e o papel do economista, coincidindo, notadamente, com a sua entrada na vida política brasileira. O exercício da função pública fomentou a tessitura de considerações críticas a partir de sua apreciação dos bastidores da política e concorreu para a multiplicação de convites para parainfar turmas de formandos em Economia, ocasiões que o incitavam a vocalizar suas ideias acerca da formação e atuação do economista.

O artigo está dividido em quatro partes, ordenadas cronologicamente, que

2 Furtado voltará a discorrer acerca do fazer científico em economia em momentos posteriores – ver, por exemplo: “Analyse économique et histoire quantitative” (1971) e “Objetividade e ilusionismo na economia” (1974).

destacam como sua apreciação da economia concatena os seguintes elementos: 1) a centralidade dos estudos históricos, políticos e sociais; 2) o olhar relativo às especificidades das economias subdesenvolvidas, fomentado por análises estruturais e comparativas; 3) os aprendizados emanados do engajamento no planejamento para o desenvolvimento em sociedades marcadas por profundas desigualdades econômicas, sociais e regionais; e 4) a necessidade de formar economistas que se imbuíssem de conceber políticas adaptadas aos problemas locais e valores de suas sociedades.

Os principais documentos examinados neste artigo são: trechos dos *Diários intermitentes: 1937-2002* – redigidos no final dos anos 1950 e publicados em 2019 –, nos quais Furtado comenta a atuação de outros economistas de sua geração; o discurso “A objetividade do economista”, proferido a uma turma de formandos em Economia em 1959; o texto “Notas sobre o projeto de criação de uma escola de economia para pós-graduados na América Latina”, redigido em 1961 para subsidiar discussão acerca da criação de uma Escola Latino-Americana de Economia junto à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso); e o discurso “A formação do economista em país subdesenvolvido”, publicado em 1962³.

A reconstrução da trajetória de Furtado, que alinhava o artigo, é, por sua vez, fundamentalmente ancorada em sua *Obra autobiográfica*⁴. A perspectiva biográfica é mobilizada com o objetivo de retrazar o processo de constituição da visão de ciência econômica preconizada por ele e de contextualizar seus escritos, oferecendo esclarecimentos acerca das funções desempenhadas pelo autor em cada período e sobre os jogos políticos que o circundavam. Argumenta-se, a partir da análise conjugada da biografia e dos documentos, que o crochê de Furtado entre a academia, a Cepal e o governo influenciou a conformação de uma visão de ciência econômica iconoclasta, ou seja, disposta a romper com paradigmas neoclássicos vigentes no campo da economia, e inconformista, ao discordar de que a realidade social estabelecida se autojustifique e convidar ao engajamento para transformá-la.

O ADVIR DE UM ECONOMISTA ICONOCLASTA (1938-1948)

Celso Monteiro Furtado nasceu em 1920⁵ na cidade de Pombal, no sertão da Paraíba. Sua mãe, Maria Alice Monteiro, provinha de família detentora de terras em uma

3 Segundo Rosa Freire d’Aguiar, trata-se, provavelmente, de um discurso de paraninfo proferido no final de 1961.

4 É possível questionar o uso da autobiografia para afivelar as reflexões sobre a ciência econômica, posto que data da última década de vida do autor e configura um esforço de atribuição de linearidade e coerência à sua trajetória. O uso da autobiografia permite, não obstante, sintetizar elementos biográficos que circunscrevem a formação e atuação de Furtado e discutir a concepção de ciência econômica defendida e legada por ele. A combinação dos relatos autobiográficos com escritos que datam da época sobre a qual versam – entradas nos diários e textos publicados – funciona, no caso, como elemento de controle e validação da narrativa cerzida *a posteriori*.

5 Para cronologia da vida de Celso Furtado, ver: *Essencial Celso Furtado* (D’AGUIAR, 2013).

região que fora veementemente afetada pelas secas dos anos de 1915 e 1919. O pai, Maurício de Medeiros Furtado, descendente de magistrados, foi, como seus antepassados, advogado, juiz e desembargador. Durante os estudos secundários em João Pessoa, Celso Furtado foi designado para dar aulas de história e geografia em cursos noturnos de escolas da periferia (FURTADO, 1997; 2014; 1999; 2019). Em 1938, após transferir-se para Recife para cursar o pré-jurídico, Furtado registra em seu diário íntimo que almejava escrever uma história da civilização brasileira. Segundo ele, “seria uma obra completa sob o ponto de vista crítico-filosófico. Não seguiria o plano até hoje seguido pelos nossos historiadores. Ao lado das influências individuais observaria as influências das coletividades. Não me deixaria emaranhar pelos fatos. Não seria uma história das guerras” (FURTADO, 2019, p. 45).

Ainda que não viesse a escrever propriamente uma história da civilização brasileira, é possível sustentar que Furtado contribuiu de maneira consistente para a historiografia econômica do Brasil – e para a história econômica e economia de maneira geral – ao desenvolver teorias e análises acerca da economia em contextos de subdesenvolvimento. Tampouco se enganara no que diz respeito à ênfase de sua futura obra. Ainda que influências individuais e fatos pontuais cruzem suas narrativas, os escritos de Furtado privilegiaram o enquadramento das coletividades – nacionais e internacionais – e a análise do modo como os intercâmbios entre coletividades com configurações históricas e sociais específicas impactaram a formação de suas economias. Nesse sentido, distancia-se do individualismo metodológico próprio às correntes neoclássicas da economia, que definem ser o indivíduo abstrato e racional a unidade motriz da economia⁶.

Os caminhos que fizeram de Furtado um economista iconoclasta⁷ foram sinuosos e interdisciplinares. Como a maior parte dos economistas brasileiros de sua geração, ele especializou-se em economia tardiamente e no exterior. Previamente, acumulara conhecimento empírico sobre a economia brasileira e familiarizara-se com a gestão pública dos problemas econômicos ao atuar como funcionário concursado no Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). Celso Furtado pode ser situado, pois, na geração dos economistas práticos, composta de engenheiros, advogados e diplomatas, autodidatas no estudo de economia, que se fizeram economistas primeiramente por meio da participação em órgãos e comissões voltados à gestão econômica (LOUREIRO, 1992, p. 49-50).

Celso Furtado, em consonância com a tradição da família paterna, transferiu-se para o Rio de Janeiro para frequentar a Faculdade Nacional de Direito, recebendo o título de bacharel em 1944. Em paralelo aos estudos de direito, ele mergulhou na sociologia e na história, lendo Max Weber, Ferdinand Tönnies, Hans Freyer, Georg

6 Em artigo sobre a relação de Furtado com a literatura, argumento que o exercício da atividade literária fomentou um olhar aprofundado sobre o processo de formação do indivíduo em meio à coletividade, convergente com a rejeição do *homo aeconomicus* das teorias neoclássicas (KLÜGER, 2020).

7 As correntes que divergem do paradigma neoclássico, usualmente denominadas heterodoxas, são, via de regra, críticas ao uso extensivo “do individualismo metodológico, dos conceitos de equilíbrio e harmonia, do marginalismo, contra o caráter exógeno e estático dos pressupostos psicológicos e sociológicos e contra a negligência dos fatores históricos e dinâmicos” (ROTSCHIEDL, 1989, p. 4).

Simmel, Henri Pirenne, Werner Sombart, Karl Mannheim, Karl Marx e Gilberto Freyre, dentre outros. Furtado conta ter atentado para os temas ligados à economia apenas no final da graduação e menciona que sua formação autodidata em ciência econômica fora “facilitada pelo estupendo fluxo de publicações com que nos brindava o Fondo de Cultura Económica do México, e apoiada na minha formação jurídica e em estudos especializados de organização e finanças públicas” (FURTADO, 2014, p. 26). Ele argumenta que, quando começou a

[...] estudar Economia de modo sistemático, aos 26 anos, minha visão do mundo no fundamental estava definida. Dessa forma, a Economia não chegaria a ser para mim mais que um instrumental, que me permitiria, com maior eficácia, *tratar* problemas que me vinham da observação da história ou dos homens em sociedade. Nunca pude compreender a existência de um problema estritamente econômico. (FURTADO, 1997, p. 19-20).

O estudo sistemático ao qual se refere teve lugar em Paris e início em dezembro de 1946, quando Furtado inscreveu-se no Doutorado em Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris – Sorbonne. Tampouco nesse período fez uma imersão pura na economia, frequentando, paralelamente, o Instituto de Ciências Políticas, onde cursou a disciplina sobre marxismo ministrada pelo professor Auguste Cornu, passando a ler Marx de maneira metódica. Além disso, menciona a influência do professor Bertrand Nogaro, que “tinha uma visão muito crítica do monetarismo e de suas limitações” (FURTADO, 1996, p. 71) e que se contrapunha fortemente às teorias econômicas que definiam ser os consumidores racionais a unidade analítica fundamental da economia (ARENA, 2000, p. 988).

Em 1948, Furtado defendeu a tese *L'économie coloniale brésilienne*, redigida sob a direção do especialista em comércio internacional Maurice Byé (1905-1968), que havia lecionado no Brasil e interessava-se pelo país. Tratava-se uma leitura do comércio internacional a partir da economia do açúcar brasileira no período colonial, em contraste com a economia açucareira nas Antilhas. O exercício foi proposto por Byé, que, em seu próprio doutorado, fizera uma pesquisa comparativa, analisando portos na França e na Itália. Semelhante procedimento propulsionou Furtado a inserir a economia brasileira no quadro geral do intercâmbio capitalista entre a Europa e as colônias e a avaliar como diferentes contextos históricos e estruturas das relações de trabalho influenciavam os arranjos econômicos, sociais e políticos (SILVA, 2010, p. 133-136). Furtado (2014, p. 41) explica que a comparação também permitiu “ver com mais clareza as relações entre economia e sociedade no Nordeste brasileiro” e retratar conexões entre a economia de monocultura e os arranjos sociais e patrimoniais do sistema escravista e patriarcal do Brasil colônia (BIANCONI, 2014, p. 43).

Além do método histórico-comparativo e do entendimento do caráter diferencial da inserção de cada país no sistema de comércio internacional – que serão reforçados e desenvolvidos durante o período de trabalho na Cepal –, Furtado (1996, p. 63) aportou da formação em Paris um olhar acerca do “efeito de dominação nas relações econômicas em geral, e particularmente nas relações econômicas internacionais”, bem como reflexões acerca da imbricação entre poder econômico e poder político. Semelhante abordagem emanava, sobretudo, dos cursos de François Perroux

(1903-1987), discípulo de Joseph Schumpeter e pioneiro da abordagem estruturalista que caracterizará o pensamento econômico produzido na Cepal (CRUZ, 1977, p. 11). Como Byé, Perroux conhecia e se interessava pelo Brasil, tendo lecionado na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1936. Segundo Furtado,

Perroux havia trabalhado desde os anos 1940 na elaboração de uma teoria capaz de explicar as realidades de um mundo que se globalizava: ele tentou construir uma nova coerência teórica que assumia a desigualdade dos agentes, suas estratégias e o espaço geográfico, sublinhando porém a força organizadora do efeito de dominação. Certo, Schumpeter dera ênfase ao efeito de inovação, mas o circunscreveu a um quadro de referência estritamente econômico. Perroux conceitualizou o efeito mais completo de dominação, que excede necessariamente o econômico [...]. (FURTADO, 2012, p. 300).

É possível argumentar, portanto, que a dita formação sistemática em economia que Furtado recebera na França não era centrada na figura do indivíduo racional, não se baseava na análise do equilíbrio econômico e não se pretendia universal; divergindo, pois, da teoria econômica neoclássica de origem anglo-saxã. Celso Furtado observa que a ciência econômica liberal proveniente da Inglaterra dizia respeito especificamente à divisão do comércio internacional voltada à exportação das manufaturas inglesas. As estruturas econômicas francesas, argumenta, diferiam das britânicas. Consequentemente, as teorias em voga no hexágono deveriam ser distintas. Ele explica que

[...] até a Segunda Guerra Mundial a França era um país semirrural, onde mesmo as grandes empresas conservavam uma estrutura familiar, e com uma classe assalariada formal relativamente pequena, o que ajudava a explicar a capacidade de autoconservação do estilo de vida francês. Ao se afastarem da corrente de pensamento predominante, que irradiava da Inglaterra, os economistas franceses não faziam mais do que seguir as forças dominantes em sua própria cultura. (FURTADO, 2014, p. 50).

A ciência econômica com a qual Furtado teve contato em Paris caracterizava-se, pois, por compreender fatores não econômicos na interpretação dos fenômenos econômicos, com ênfase para os arranjos culturais e políticos dos países, para as classes sociais e estruturas de poder. A formação multidisciplinar que adquirira nesse período e o seu preexistente apreço por leituras históricas, sociológicas e antropológicas convergem, assim, em uma interpretação da economia não restrita à análise das variáveis operantes em um modelo de equilíbrio. Caberia a ele, doravante, conhecer as especificidades históricas e sociais de seu país e mobilizar ferramentas ajustadas para compreender a constituição e o funcionamento da economia brasileira, cerzindo uma ciência econômica adequada ao contexto analisado.

A transferência de Celso Furtado para a Cepal, um semestre após a conclusão de seu doutorado, ofereceria, precisamente, um enquadramento para pensar as especificidades das economias periféricas, dentre as quais a brasileira, em função da variabilidade das estruturas históricas, sociais e políticas. O trabalho na Comissão

muniria Furtado, ademais, de um conjunto de instrumentos forjados para talhar o desenvolvimento econômico em consonância com tais especificidades, tarefa à qual se dedicará intensamente nos anos 1950 e 1960.

A CEPAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA CIÊNCIA ECONÔMICA VOLTADA AO DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO (1949-1958)

Em fevereiro de 1949, Celso Furtado instalou-se na sede da Comissão Econômica para a América Latina (1948), em Santiago do Chile, juntando-se ao *staff* da recém-criada organização internacional, que, até então, contava com cerca de dez pessoas. Um mês depois, aterrissou em Santiago o argentino Raúl Prebisch, que, nas palavras de Furtado, era “sem lugar a dúvida o único economista latino-americano de renome internacional” (FURTADO, 2014, p. 78). Prebisch atuaria como consultor da Cepal por quatro meses e deveria elaborar a introdução ao “Estudo econômico sobre a América Latina”, relatório apresentado na primeira reunião geral da organização. O texto resultante, *El desarrollo económico de América Latina y sus principales problemas*⁸ (1949), conhecido como “Manifesto pela industrialização latino-americana”, foi crucial para fazer da Cepal uma instituição de prestígio internacional (GARCIA, 2005; LOVE, 1996; PREBISCH, 2001; DOSMAN, 2011).

O texto contém alguns dos principais elementos analíticos e diagnósticos pelos quais a Cepal se faria conhecida. Em primeiro lugar, Prebisch convida aqueles que pretendessem pensar o desenvolvimento latino-americano a romperem com o liberalismo econômico que emanava dos centros mundiais, argumentando que existiriam especificidades históricas regionais que deveriam ser observadas com lentes analíticas apropriadas. Ele rejeita o receituário que pregava a especialização na produção de bens em relação aos quais desfrutassem de vantagens comparativas naturais, declarando que os países da região não poderiam superar sua condição periférica caso se restringissem a ser produtores de bens primários para o comércio internacional (PREBISCH, 2011).

O “Manifesto” contradiz também os defensores do livre-comércio ao argumentar que o intercâmbio internacional não repartia automaticamente os frutos do progresso técnico entre o centro especializado na fabricação de artigos manufaturados e a periferia produtora de bens primários. Consequentemente, enquanto subsistisse tal divisão internacional do trabalho, a renda continuaria a se acumular no centro e as diferenças acentuadas nos níveis de vida no centro e na periferia permaneceriam inalteradas. A transformação da divisão internacional do trabalho requereria, por sua vez, a implementação de políticas ativas para a superação do atraso econômico dos países periféricos, calcadas na promoção planejada da industrialização (PREBISCH, 2011). O diagnóstico apresentado por Prebisch era, pois, convergente com as perspectivas da ciência econômica encontradas por Furtado em Paris, notadamente com as reflexões de Perroux e Byé acerca das desigualdades prévias à

8 O texto foi traduzido por Celso Furtado para o português e publicado em setembro de 1949 na *Revista Brasileira de Economia*.

entrada no comércio internacional, em função das condições históricas de inserção dos países no sistema capitalista.

A perspectiva cultivada na Cepal alinhava-se, ademais, com preocupações de Furtado relativas ao emprego dos conhecimentos econômicos para a promoção de transformações sociais. Ele explica que “estudara economia, sociologia, filosofia na busca de subsídios para entender o mundo, convencido de que também essa é uma maneira de sobre ele agir, [posto] que os reformadores são movidos por ideias de pensadores que a eles se antecipam” (FURTADO, 2014, p. 30). No caso, a Cepal oferecia, precisamente, subsídios para que os reformadores promovessem o desenvolvimento econômico e melhorassem as condições de inserção dos países latino-americanos no sistema internacional. A Comissão respaldava e justificava as políticas desenvolvimentistas de Estados já engajados na promoção da industrialização e se ocuparia, doravante, de elaborar diagnósticos acerca das condições econômicas dos países latino-americanos. Ademais, ofereceria, a partir de 1952, um programa de Treinamento em Problemas do Desenvolvimento Econômico, com o objetivo de preparar quadros da região para planejar e implementar de políticas de desenvolvimento.

Para Furtado, o trabalho na Comissão representava, portanto, uma oportunidade para transpor para o plano prático aprendizados que cultivara em seus estudos e para dar sequência à análise das trajetórias econômicas dos países latino-americanos em perspectiva comparada. Ele explica que, ao examinar dados econômicos da região, “coisas que antes me escapavam, estudando o Brasil, agora surgiam com nitidez, abrindo perspectivas que modificavam a visão de conjunto”. Nesse sentido, argumenta que “sair da cidade sitiada [do Rio de Janeiro] e vir observá-la da planície” havia permitido reconhecer o grau de atraso do desenvolvimento brasileiro, mesmo em comparação com países vizinhos. A partir de então, ele narra ter assumido a missão de conhecer os fundamentos históricos do singular atraso brasileiro e de destrinchar e contrapor-se aos segmentos “empenhados em subordinar a industrialização à reconstrução do velho sistema primário-exportador” (FURTADO, 2014, p. 75).

A partir de 1953, Celso Furtado pôde mergulhar diretamente no diagnóstico do caso brasileiro e agir em prol do desenvolvimento de seu país ao ser enviado pela Cepal para chefiar o Grupo Misto Cepal-BNDE. A parceria entre a Comissão e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, criado em 1952, tinha por objetivo preparar diagnósticos relativos ao funcionamento da economia brasileira que subsidiassem a elaboração e a implementação de um plano sistemático de desenvolvimento econômico. O grupo trabalhou de 1953 a 1955 e produziu o relatório *Esboço de um programa de desenvolvimento para a economia brasileira (1955-1962)*, que incluía análises macroeconômicas e debates sobre a técnica de programação para o desenvolvimento, além de detalhadas projeções setoriais (CEPAL-BNDE, 1957).

No período em que Celso Furtado trabalhara no BNDE, acirraram-se no Brasil as controvérsias entre os ditos “monetaristas” – que ressaltavam a necessidade de equilíbrio fiscal e monetário e de abertura externa para propulsionar um desenvolvimento guiado e sustentado por capitais privados, supondo que o livre-mercado levaria ao crescimento e à ótima distribuição de recursos (CAMPOS, 1996) – e os ditos “desenvolvimentistas”. Os “desenvolvimentistas nacionalistas”,

dentre os quais Furtado, enfatizavam o papel do Estado e do capital nacional no processo de desenvolvimento e defendiam que o Estado incentivasse áreas estratégicas – assumindo, quando necessário, a produção em setores pouco atraentes ou demasiado complexos para depender da iniciativa privada. Os “não nacionalistas”, por sua vez, eram abertamente favoráveis à participação de recursos e empresas estrangeiras no esforço de desenvolvimento nacional (SOLA, 1998, p. 99; BIELSCHOWSKY, 2000).

O suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 1954, levou a uma substituição, nos postos de direção, de especialistas em economia desenvolvimentistas por adeptos do monetarismo. Consequentemente, os planos intervencionistas concebidos pelo Grupo Misto Cepal-BNDE ficaram pendentes até a posse de Juscelino Kubitschek, em 1956, cujo Plano de Metas⁹ alimentara-se diretamente dos escritos legados pela equipe de Celso Furtado. Após a dissolução do Grupo Misto, em 1955, Furtado fora enviado ao México e à Venezuela para produzir diagnósticos e relatórios semelhantes. Ao encarregar-se de consultorias da Cepal a governos latino-americanos, Furtado observara diretamente as variações nas culturas e sociedades, bem como nas configurações econômicas dos países da região, o que lhe renderia elementos para contrastar casos e apreender as singularidades das trajetórias de desenvolvimento. A colaboração constante com colegas dos países vizinhos, com destaque para o cubano Regino Boti, o mexicano Juan Francisco Noyola, e o chileno Osvaldo Sunkel, que integravam sua equipe de trabalho, também favorecia o contraponto entre perspectivas e a amplificação do entendimento das particularidades da região.

Uma desvantagem do trabalho na Cepal, argumenta Furtado, estava na construção da liberdade intelectual em função de lealdades devidas aos governos da região. Assim, os estudos produzidos pelo *staff* eram habitualmente anônimos e exigiam contenção da parte dos autores. Em 1957, após bloquearem a divulgação dos relatórios acerca do México e da Venezuela para não desagradar as autoridades locais, Furtado entra em conflito com Prebisch, optando por licenciar-se e passar uma temporada como pesquisador visitante no King’s College, em Cambridge (FURTADO, 2014, p. 242-243).

Na Inglaterra, Furtado retoma suas reflexões sobre o Brasil e escreve aquele que se tornaria seu livro mais conhecido: *Formação econômica do Brasil* (1959). Ele comenta que, quando na Cepal, ao começar “a estudar a economia de um país, procurava um livro que me desse uma ideia de conjunto do processo histórico que havia levado à situação atual. Quase nunca encontrei esse tipo de livro. Pois minha ideia foi escrevê-lo com respeito ao Brasil” (FURTADO, 2019, p. 163). Ele explica que o método que empregou para elaboração da obra foi “o mesmo que utilizara em trabalhos anteriores: aproximar a História (visão global) da análise econômica, extrair destas perguntas precisas e obter respostas para as mesmas na História” (FURTADO, 2014, p. 253). Tratava-se, assim, da aplicação, ao caso brasileiro, dos aprendizados que acumulara ao longo dos anos 1940 e 1950, conformando a análise de uma trajetória

9 O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek fez uso dos estudos setoriais para definir políticas e prioridades em cinco áreas: energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação. O Plano era composto de 30 metas que deveriam fazer o Brasil avançar 50 anos em 5, às quais se somaria a construção de Brasília como meta-síntese (LAFER, 1975, p. 35).

de desenvolvimento econômico a partir de seu histórico de inscrição no comércio internacional e da configuração consequente das estruturas sociais internas.

Além de dedicar-se à redação do livro, enquanto esteve em Cambridge, Furtado mergulhou na produção teórica inglesa recente, tendo contato com os esforços de reconfiguração da teoria econômica keynesiana capitaneados por economistas como Joan Robinson, Piero Sraffa e Nicholas Kaldor. As releituras que estes faziam de John Maynard Keynes e a tentativa de inserir, nos modelos macroeconômicos, considerações relativas a temas como a desigualdade e o progresso tecnológico foram lidas por Furtado como

[...] um novo capítulo desse processo de permanente reapetrechamento da Ciência Econômica para que possa cumprir as funções que dela espera a sociedade. Certo, o conhecimento econômico é de natureza científica, mas o campo que ele explora é delimitado por motivações ideológicas. A obra de Economia que se extravia do terreno delineado pelas preocupações políticas de sua época não é boa nem ruim, é simplesmente irrelevante. (FURTADO, 2014, p. 277).

No caso, caberia ao economista da periferia praticar uma ciência econômica que fosse relevante, dadas as preocupações políticas e ideológicas advindas de seu contexto social específico. Furtado (2014, p. 279) observa ainda como, na Inglaterra, “as doutrinas econômicas estavam longe de sair das torres de marfim por partenogênese”, havendo uma aproximação entre “o trabalho intelectual e a atividade política” e declara que para ele

A lição era clara: o trabalho de teorização em Ciências Sociais é em certa medida uma prolongação da política. Essas reflexões levaram-me a modificar a visão que tinha do trabalho teórico, e induziram-me a alterar meus planos para o futuro, no sentido de valorizar a atividade política. [...] [Havendo] dois desafios a ser enfrentados no futuro imediato: completar a industrialização e deter o processo de crescentes disparidades regionais. Como nordestino, cabia-me prioritariamente dar uma contribuição na segunda dessas frentes de luta. (FURTADO, 2014, p. 279).

A ATUAÇÃO POLÍTICA E AS REFLEXÕES SOBRE A CIÊNCIA ECONÔMICA SE RETROALIMENTAM (1958-1962)

Furtado não tardou a ter oportunidades para colocar seu conhecimento econômico a serviço da atividade política. No segundo semestre de 1958, ele desligou-se da Cepal e retornou ao Brasil, sendo designado diretor do BNDE, então presidido pelo economista Roberto Campos. Sua atuação no Banco seria prioritariamente direcionada à promoção do desenvolvimento do Nordeste, temática que lhe concernia pessoalmente. Caberia a ele coordenar estudos sobre a economia agrícola e industrial da região, que considerava preparatórios para subsidiar futuras intervenções federais.

A possibilidade de aplicar os conhecimentos produzidos em prol da transformação

do Nordeste surgiu antes do previsto. Face à grande seca de 1958, Juscelino Kubitschek (JK) reuniu conselheiros e especialistas para discutir a questão nordestina. Furtado foi convidado a apresentar os estudos que conduziu no BNDE e acabou encarregado da elaboração de um plano de ação para a região, batizado de “Operação Nordeste” (Openo). O relatório produzido por ele – *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* – permitiu que JK justificasse a instalação, em março de 1959, de um Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), com sede em Recife, que geriu a Openo até a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), aprovada em dezembro de 1959. Furtado transfere-se, então, do BNDE para a presidência do novo Conselho, onde trava uma longa e custosa batalha contra poderes políticos e econômicos arraigados na região (FURTADO, 2014, p. 234-274).

Integrado à cúpula do governo, Furtado passou a acompanhar os bastidores das controvérsias econômicas. Desde 1958, a Presidência negociava com o Fundo Monetário Internacional (FMI) um empréstimo, que o Fundo condicionara à implementação de um plano de estabilização que supunha ajustes recessivos. Roberto Campos e o ministro da Fazenda, Lucas Lopes, encarregaram-se de planejar as reformas requisitadas, recomendando cortes nas linhas de crédito e medidas de contenção de gastos e de emissões monetárias. Em contradição, JK pretendia acelerar os investimentos e inaugurar a nova capital, Brasília, no tempo previsto, independente de efeitos inflacionários decorrentes. Em junho de 1959, Lucas Lopes teve um ataque cardíaco e afastou-se do governo. Poucos dias depois, JK rompeu com o FMI, e Roberto Campos, em desagravo, deixou a presidência do BNDE (LOPES, 1991, p. 226).

Em 14 de julho de 1959, Furtado registra em seus diários considerações acerca das negociações com o FMI e discorre sobre as disjunções entre ciência econômica e subdesenvolvimento que o caso permitia observar. Ele destaca, ao comentar a atuação de Roberto Campos, que

Seu desinteresse pela dimensão histórica do fenômeno econômico inibiu-o de captar o que é específico no subdesenvolvimento de nossa época. Nós não dispomos de uma autêntica teoria econômica do subdesenvolvimento, o que é explicável pois o subdesenvolvimento não é um fator especificamente econômico, no quadro de nossa Ciência Econômica, cuja substância está formada por um conjunto de hipóteses derivadas da observação das economias que começaram a industrializar-se no século passado. (FURTADO, 2019, p. 180).

Ao tematizar a especificidade histórica do subdesenvolvimento, ele tece reflexões que pouco depois resultariam no livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, de 1961. Nele, Furtado argumenta que não é possível compreender o subdesenvolvimento desde o ponto de vista da economia neoclássica por duas razões: em primeiro lugar, por não se tratar de uma configuração de raízes puramente econômicas – tendo em vista a insistência da ciência econômica neoclássica em não abordar fenômenos que não sejam passíveis de modelização a partir de um conjunto de variáveis exclusivamente econômicas; em segundo lugar, mesmo teorias do desenvolvimento que observam o impacto de variáveis não econômicas sob a taxa de crescimento abstêm-se de considerar que o subdesenvolvimento é “um processo histórico autônomo, e não uma

etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as econômicas que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (FURTADO, 2009, p. 161).

A epígrafe de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* – “em um triângulo retângulo, o quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos dois outros lados; mas convém adicionar a pergunta: trata-se realmente de um triângulo retângulo?”, emprestada de Stanley Jevons – ilustra o desajuste das teorias existentes para compreender os arranjos econômicos periféricos. Refere-se, assim, à impertinência de abordar o subdesenvolvimento com fórmulas concebidas para as economias desenvolvidas, posto ser esse um triângulo de outra natureza. Furtado alega que,

Derivar um modelo abstrato do mecanismo dessas economias [inglesa e estadunidense], em seu estágio atual, e atribuir-lhe validade universal valeria por uma reencarnação do *homo oeconomicus*, em cuja psicologia rudimentar os clássicos pretenderam assentar as leis econômicas fundamentais. A dualidade óbvia que existe e se agrava, cada dia mais, entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas exige uma formulação desse problema em termos distintos. (FURTADO, 2009, p. 159).

Assim, fórmulas para a análise do desenvolvimento concebidas a partir da trajetória de sociedades historicamente distintas e com posições dissimilares na estrutura do mercado internacional não seriam capazes de retratar o subdesenvolvimento, e ainda menos de prescrever receitas para desfazê-lo. Furtado dá prosseguimento a seu comentário sobre a atuação de Roberto Campos discutindo precisamente a transposição de receituários para economias com características estruturais distintas. Segundo ele,

[...] como não temos uma teoria em que basear uma política autêntica de desenvolvimento econômico e social, os “erros” dos políticos podem muitas vezes ser mais frutíferos que os acertos dos economistas. Na medida em que foi tendo uma maior responsabilidade executiva, o apoio da ortodoxia foi se tornando mais e mais indispensável ao Campos. A obstinação com que quer estabelecer entre nós o sistema cambial que tantos males nos causou no passado é típica disso. [...]. Como ainda não vemos claro um caminho para a frente, Campos quer que regressemos ao passado, a uma posição cuja racionalidade deriva de uma falsa generalização teórica. [...]. Minha posição mental é algo distinta. Por mais que eu haja estudado Economia, é fundamental em mim o fato de que busquei nessa ciência, desde o início, um instrumento de análise a mais para compreender a história. Eu parto da observação do processo histórico e metodicamente vou introduzindo a análise econômica. (FURTADO, 2019, p. 181-182).

No caso, Furtado considera que a fórmula reiterada pelo FMI e a reforma cambial sustentada por Campos eram inadequadas à gestão econômica de um país subdesenvolvido. O comentário relativo à necessidade de angariar apoio político diz da não neutralidade da atuação do economista, que opera em meio a constrangimentos de ordem política que tolheriam à gestão econômica qualquer objetividade. Mormente, a ausência de uma teoria própria ao estudo do subdesenvolvimento e, por consequência, de um receituário adequado para desfazê-lo era

o que fazia com que, em alguns casos, políticos agindo irracionalmente contribuíssem mais para o desenvolvimento do que economistas que observavam a realidade com lentes desajustadas e prescreviam fórmulas urdidas para triângulos distintos.

Celso Furtado sistematiza tais reflexões ao discursar como paraninfo¹⁰ dos formandos de 1959 da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais. No texto que prepara para a ocasião, “Da objetividade do economista”, ele rejeita a ideia de que a ciência econômica possa emprestar às ciências físicas a noção de objetividade, dado “que o fenômeno econômico não pode ser captado fora de seu contexto e que para situá-lo nesse contexto são necessários juízos de valor que pressupõem a aceitação de princípios” (FURTADO, 1962c, p. 81). Furtado argumenta que a atuação do economista só poderia ser racional em relação a meios e fins caso os fins houvessem sido estabelecidos de maneira racional em relação aos valores e princípios básicos de convivência social em voga na sociedade (FURTADO, 1962c, p. 80-81). Conseqüentemente, fórmulas econômicas pactuadas por uma sociedade de acordo com seus valores particulares não podem ser transpostas para outras sociedades, com princípios de convivência social distintos e outras finalidades prioritárias.

No discurso, o embate com o FMI é retomado para ilustrar a discussão acerca da objetividade do economista. Segundo Furtado,

Os economistas do Fundo Monetário aceitam, como postulado, que nada é mais importante para um sistema econômico que um grau mínimo de estabilidade. Como todo postulado, esse resulta de observações empíricas, observações essas feitas em países de estruturas relativamente homogêneas. [...] Ao tentar universalizar essas regras, os economistas do Fundo Monetário cometem um erro de sérias conseqüências para os países subdesenvolvidos, erro esse tanto mais grave quanto decorre da aplicação de critérios supostamente científicos. O centro da questão está em que postular que a estabilidade é coisa distinta conforme se trate de estruturas desenvolvidas ou subdesenvolvidas. [...] Ora, tidas em conta as flutuações da procura externa e a precária orientação dos investimentos, manter estável o nível de preços, sem outras medidas, pode custar desemprego permanente de parte da capacidade produtiva. Dessa forma, a estabilidade poderia ter um custo social mais alto do que a própria inflação. Transformar a estabilidade de meio em fim é colocar como princípio básico da convivência social a imutabilidade na distribuição da renda. Como isso não foi tornado explícito pelos economistas do Fundo Monetário, temos de concluir pela falta de objetividade dos mesmos ao abordar nossos problemas, ou seja, pela falta de racionalidade com respeito aos juízos de valor básicos. (FURTADO, 1962c, p. 82-84).

A busca inequívoca da estabilidade, argumenta Furtado, não seria igualmente racional nos dois contextos, não devendo ser invariavelmente visada pelos economistas. Em países subdesenvolvidos, com grande heterogeneidade social, caso a ação do economista fosse guiada por valores relativos à igualdade, tendo como finalidade a redução das desigualdades e do nível de desemprego, a estabilização a

10 Cabe ressaltar que a notoriedade que adquira como figura pública imbuída de uma missão de transformação social contribuiu decisivamente para que recebesse diversos convites semelhantes.

todo custo não seria um meio racional para alcançar tal propósito. Furtado contradiz, em seguida, a ideia de que o *laissez-faire* possa ser generalizado como lei econômica, independente do contexto de aplicação. Ele argumenta que

O que responde pela baixa taxa de crescimento de um país subdesenvolvido é menos o volume de investimento do que a inadequada orientação deste. É por esta razão que os adeptos do *laissez-faire* nos parecem tão fora da realidade em um país como o nosso, particularmente nas regiões mais pobres. Nestas últimas o *laissez-faire* significa, simplesmente, a perpetuação da miséria. Os recursos disponíveis para investimento são colocados em residências de luxo, clubes suntuosos, ou são exportados. Tais investimentos não criam emprego para a população e, portanto, em nada contribuem para mudar a estrutura econômica. [...] Para romper esse círculo vicioso, é mister modificar fundamentalmente a orientação dos investimentos, o que exige ação decidida do poder público. Em uma primeira fase trata-se de concentrar os investimentos no setor infraestrutural, para os quais dificilmente se pode contar com a iniciativa privada; em fase subsequente, criam-se os estímulos para que o investimento privado possa reorientar-se. Modificação dessa ordem na estrutura dos investimentos dificilmente poderia realizar-se espontaneamente. (FURTADO, 1962c, p. 88-89).

É possível argumentar, a partir dos trechos acima, que a atuação política de Furtado e suas reflexões acerca da ciência econômica se retroalimentam. No momento em que proferia o discurso “Da objetividade do economista”, Furtado coordenava os esforços de planejamento para intervenção no Nordeste e constatava que a miséria na região apenas se perpetuaria caso o Estado estivesse ausente e não direcionasse os investimentos. As tendências de consumo conspícuo das elites locais e a pressão política que exerciam para direcionar os recursos e obras públicas em proveito privado eram entraves com os quais se chocara ao preparar políticas para a região. De tal modo, não só o *laissez-faire* era nocivo, mas também o mau direcionamento dos recursos públicos poderia reforçar as desigualdades existentes. Por exemplo, da aplicação dos recursos hídricos escassos “para que as fazendas prosperassem e a classe de senhores de terras aumentasse seu poder”, em detrimento do investimento de tais recursos na produção de gêneros alimentícios, resultava uma escassez de mantimentos que se provava crítica em épocas de seca (FURTADO, 2014, p. 296).

Os aprendizados que trazia das aulas de François Perroux sobre a dominação exercida pelos poderes políticos e econômicos e dos efeitos desses sobre a economia faziam-se, no caso do Nordeste, tão visíveis quanto possível. A atuação do economista em prol de melhorias na região implicava, conseqüentemente, encarar desafios que não eram de ordem puramente econômica, mas igualmente política. Notadamente, problemas derivados da disparidade de acesso à arena política e aos recursos públicos por parte de populações que, face à “rígida hierarquia social e o monopólio da informação em mãos de poucos”, eram tolhidas do exercício da plena cidadania e relegadas à fome, à seca e ao subdesenvolvimento (FURTADO, 2014, p. 298).

Agir objetivamente enquanto economista, no caso, requeria ser capaz de reconduzir o uso dos recursos públicos de acordo com valores coletivamente pactuados de modo a beneficiar igualmente os cidadãos. O que demandaria,

por sua vez, a promoção de “uma discussão aberta desses princípios, discussão que faça emergir uma autêntica doutrina do desenvolvimento nacional, capaz de aglutinar o esforço construtivo dos homens de pensamento” (FURTADO, 1962c, p. 90). Furtado ressalta que tal tarefa transcende a competência dos economistas, sendo preciso mobilizar, igualmente, disciplinas como a ciência política e a sociologia^{II}; posto que os problemas do subdesenvolvimento não se restringem à inequidade e disfuncionalidade econômica e que “relegar a segundo plano outros aspectos do problema social seria comprometer o desenvolvimento subsequente da cultura que deverá moldar o homem do futuro” (FURTADO, 1962c, p. 91).

Furtado conclui, assim, que estabelecer acordos sobre os princípios básicos partilhados em um país com tamanha heterogeneidade e em rápida transformação é um grande desafio, mas que “já constitui grande progresso havermos compreendido as limitações de nossa objetividade. Já não procuraremos lá fora, pré-fabricadas, soluções para nossos problemas, sob a alegação de que alhures existem economistas mais capazes do que aqui” (FURTADO, 1962c, p. 81-82). Não buscar no centro as soluções para os problemas econômicos da periferia implicaria, por conseguinte, promover localmente pesquisas sobre o subdesenvolvimento e preparar os economistas da região para agir em consonância com os valores e prioridades coletivas.

A FORMAÇÃO DE ECONOMISTAS LATINO-AMERICANOS NA AMÉRICA LATINA (1961-1962)

As temáticas do treinamento *in loco* dos economistas latino-americanos e do desenvolvimento de pesquisas específicas sobre a região, das quais Furtado se ocupa nos textos “Notas sobre o projeto de criação de uma escola de economia para pós-graduados na América Latina”, de 1961, e “A formação do economista em país subdesenvolvido”, publicado em 1962, não são inéditas. O “Manifesto” de Prebisch já indicava a necessidade de formação, na própria América Latina, dos economistas que se imbuiriam do desenvolvimento da região, argumentando que o conhecimento adquirido alhures não os prepararia para “penetrar, com um discernimento original, nos fenômenos concretos latino-americanos” (PREBISCH, 2011, p. 80).

Em seu discurso de paraninfo “A formação do economista em país subdesenvolvido”, Furtado critica o ensino de economia vigente, asseverando que o jovem economista, ao deixar a faculdade, sentir-se-ia desorientado e perceberia, “em pouco tempo, que se tudo que aprendeu não é totalmente inútil, quase tudo que é realmente útil ele deixou de aprender” (FURTADO, 1962b, p. 94); posto não haver

II A preocupação de Furtado concernente à integração das ciências sociais à análise econômica teve implicações de ordem prática. Notadamente, Furtado relata que teria sido ele a incentivar Prebisch a recrutar cientistas sociais para a Cepal, de modo a protegê-los da tendência ao economicismo. Comenta ainda que sugerira para a posição o nome de José Medina Echavarría, sociólogo de origem espanhola exilado, havia anos, na América Latina (FURTADO, 2014, p. 147). Echavarría atuou como diretor da Flacso e promoveu, a partir da Cepal, ênfases nas estruturas sociais subjacentes aos processos de desenvolvimento, influenciando claramente a concepção das teorias da dependência nos anos 1960.

ainda “um corpo de teorias, ou de variantes teóricas, elaboradas diretamente para explicar o comportamento de uma economia subdesenvolvida, semi-industrializada, com insuficiência crônica de capacidade para importar, com excedente estrutural de mão de obra em todas as direções, como é a nossa” (FURTADO, 1962b, p. 97).

Para que as dúvidas e perplexidades dos novos economistas se amainassem, seria necessário dotá-los de um olhar teórico crítico e de instrumentos corretamente talhados para compreender o subdesenvolvimento e melhorar as condições de vida das populações da região. Furtado argumenta que a adequação do ensino de economia no Brasil¹² não dependia, pois, somente da melhoria da qualidade das escolas, mas requeria, sobretudo, que se constituíssem teorias adaptadas à análise das economias subdesenvolvidas. Os cursos de treinamento que a Cepal passou a oferecer em 1952, que empregavam material didático próprio, produzido a partir das pesquisas em curso na Comissão e adaptado à lida com questões econômicas prementes na América Latina, eram exemplo da desejada imbricação entre pesquisa sobre a região e ensino local baseado em novas teorias.

Na mesma direção caminharam as reflexões que levaram à criação da Escola de Estudos Econômicos Latino-Americanos para Graduados (Escolatina), da Universidade do Chile, em 1956. Ao explanar as motivações para a criação da Escolatina, Hermann Max Coers (1893-1974), diretor do Instituto de Economia da Universidade do Chile, esclarece que “há algo mais importante do que a preparação de profissionais, a saber, a criação de uma ideologia própria e autóctone, nascida das necessidades específicas de desenvolvimento destes países, que não necessite buscar inspiração no que se pensa e pratica em outras partes” (COERS, 1955, p. 54). A Escola respondia às preocupações de economistas como Prebisch e Furtado ao almejar o fomento de pesquisas sobre a região que dessem ensejo a teorias econômicas originais, críticas, independentes e, sobretudo, apropriadas ao contexto latino-americano (COERS, 1955, p. 56-57).

Em 1961, cogitou-se a promoção de uma segunda iniciativa nessa direção, a saber, a criação de uma Escola Latino-Americana de Economia junto à Flacso. Em 1962, Celso Furtado publicou, na revista *Econômica Brasileira*, o documento “Notas sobre o projeto de criação de uma escola de economia para pós-graduados na América Latina”, produzido por ele para subsidiar a discussão de um grupo de reconhecidos técnicos-acadêmicos¹³ que se reuniu para debater a criação dessa nova escola (FRANCO, 2007, p. 120). No documento, Furtado argumenta que as razões indicadas pela Assembleia Consultiva da Flacso para a criação da Escola de Economia, a saber, a necessidade de formar professores para as faculdades da região e de qualificar profissionais para o recém-criado Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID – 1959), não bastariam para justificar o empreendimento. Segundo ele, a qualificação necessária para trabalhar como planejador ou analista de projetos no BID ou em

12 Para contextualizar o ensino da ciência econômica no Brasil à época e mapear a institucionalização dos treinamentos em economia em âmbito regional, ver: Klüger, 2017.

13 O grupo incluía, além de Celso Furtado, Howard Ellis, da Universidade da Califórnia – Berkeley, e Raúl Hess, que fora ministro da Fazenda da Costa Rica e dirigia as investigações sobre desenvolvimento da Universidade da Costa Rica (FRANCO, 2007, p. 120).

outros bancos de desenvolvimento poderia ser adquirida nos treinamentos que a Cepal oferecia a funcionários públicos e intelectuais de toda a região. Quanto à formação de professores, mais prático, eficaz e parcimonioso seria treiná-los em universidades já consolidadas, com alto padrão de ensino (FURTADO, 1962a, p. 51).

O que justificaria, então, a criação de outra escola latino-americana de economia? Furtado sustenta que a pós-graduação seria validada pelo ensejo à produção continuada de pesquisa econômica básica acerca das economias latino-americanas. O problema do ensino e da pesquisa em economia, diz ele, é sua alienação em relação à realidade social na qual se insere e, conseqüentemente, sua baixa eficácia social. O cerne das preocupações da nova escola deveria ser, pois, a promoção de pesquisas com enquadramentos críticos às teorias aceitas, dada a ineficácia de seus aparelhos conceituais para compreender as especificidades de uma América Latina subdesenvolvida (FURTADO, 1962a, p. 52). Ademais, Furtado ressalta que a análise histórica deveria ser parte integrante dos estudos do subdesenvolvimento e que “um contato estreito com os estudos de Sociologia e Ciência Política é de absoluta necessidade” (FURTADO, 1962a, p. 55) – e seria facilitado pela criação da nova escola dentro da Flacso. Furtado sugere, ainda, que o corpo docente da instituição fosse composto essencialmente por latino-americanos, com trajetórias profissionais diversificadas e com uma “atitude mental mais bem inconformista, vale dizer, pessoas não inclinadas a observar a realidade social latino-americana como algo que se autojustifica” (FURTADO, 1962a, p. 54).

Além de inconformista e praticante da interdisciplinaridade, Furtado sugere que o bom economista latino-americano, “que possua uma base metodológica sólida, e clara compreensão do método científico em geral, tende a ser, quase necessariamente, entre nós, heterodoxo” (FURTADO, 1962b, p. 98). Ele perceberá que na “medida em que o econômico se esvazia de seu conteúdo histórico e mais se aproxima de um protótipo abstrato, mais pode ser previsto. Seria, entretanto, ingênuo atribuir excessiva importância a essa previsão que se refere a uma realidade esvaziada de seus ingredientes mais específicos” (FURTADO, 1962b, p. 98). Tal compreensão o levará a perder a reverência ao conteúdo “estabelecido e compendiado” alhures e a concluir “que os caminhos trilhados lhe são de pouca valia e [...] que a imaginação é um instrumento de trabalho poderoso e que deve ser cultivada” (FURTADO, 1962b, p. 98).

CONCLUSÃO

Celso Furtado, é possível assentir, corresponde ao esboço que ele faz do bom economista latino-americano. Sua formação fortemente interdisciplinar, com passagem pelo direito e estudos de história, ciência política e sociologia, é convergente com a abordagem histórico-estrutural difundida pela Cepal e favorece a elaboração de análises comparativas. Ao mostrar que arranjos históricos e sociais distintos dão origem a configurações díspares, Furtado contrapõe-se aos modelos econômicos universalistas e sinaliza a necessidade de forjar teorias originais para explicar e intervir em cada caso. Seus escritos buscam ressaltar, precisamente, os efeitos específicos, no contexto do subdesenvolvimento brasileiro e latino-americano, das

políticas econômicas e da atuação do Estado na economia, ressaltando, por exemplo, a necessidade de priorizar políticas distributivistas e de direcionar os recursos de modo a fomentar o investimento produtivo em detrimento do consumo conspícuo.

Inconformista é, certamente, um adjetivo que se pode atribuir à figura de Celso Furtado: inconformado com a realidade social desigual e miserável que conheceu desde a infância e apaixonadamente imbuído da missão de transformá-la. Razão subjacente à paixão, como ressalta Bresser-Pereira (2004), com a qual se dedica à economia e ao uso sistemático dos saberes econômicos em benefício do desenvolvimento socioeconômico. Sua atuação prática, como intelectual público e agente engajado na vida política, ofereceu evidências acerca dos fenômenos não econômicos que influenciavam a ordem econômica, reforçando o ensejo a rejeitar a transposição acrítica de prescrições econômicas para sociedades dissimilares. Conforme sustenta, a ciência econômica só proveria apreciações e recomendações objetivas se tivesse em conta os valores e finalidades amoldados coletivamente em cada sociedade.

Dentre os tantos legados de Celso Furtado, este artigo buscou ressaltar suas preleções acerca da necessidade de formular teorias econômicas situadas e originais, bem como de adequar a formação e a atuação do economista latino-americano a contextos subdesenvolvidos, legado esse influenciado pela economia política de matriz francesa, desenvolvido em sintonia com as contribuições dos economistas da Cepal e em diálogo com os tantos colegas que a seu lado trabalharam no BNDE e na Sudene. Ao acompanhar a trajetória de Furtado, conclui-se que seu percurso entre a academia nacional e internacional, a Cepal e o governo conformou uma visão multissituada da vida econômica que o alerta contra os universalismos e fomenta um pensamento imaginativo e livre das amarras tecidas por vertentes dominantes da disciplina. À disposição iconoclasta a romper com os paradigmas estabelecidos, somava-se, finalmente, a sua atuação inconformista, fortemente engajada na promoção de um desenvolvimento igualitário na América Latina e no Brasil, com destaque para o Nordeste.

SOBRE A AUTORA

ELISA KLÜGER é pós-doutoranda no Programa Internacional de Pós-Doutorado do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). Foi pesquisadora de pós-doutorado visitante na Princeton University, entre agosto de 2018 e agosto 2019, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), processos 2017/13937-1 e 2018/09487-7. elisa.kluger@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2375-8565>

REFERÊNCIAS

- ARENA, Richard. Les économistes français en 1950. *Revue économique*, v. 51, n. 5, 2000, p. 969-1007.
- BIANCONI, Renata. *L'œuvre de Celso Furtado à Paris: le parcours d'un intellectuel et homme d'État*. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea). Université Paris-Sorbonne, 2014.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Method and passion in Celso Furtado. *Cepal Review*, n. 84, 2004, p. 19-34.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. Roberto de Oliveira Campos (1917). Entrevista com Roberto Oliveira Campos. In: BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Marcio (org.). *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 31-60.
- CEPAL-BNDE. Grupo misto. *Esboço de um programa de desenvolvimento para a economia brasileira (1955-1962)*. Rio de Janeiro: Cepal-BNDE, 1957.
- COERS, Hermann Max. Docência e investigación científica. Quinta Comisión. Conferencia de Facultades de Ciencias Económicas. *Anales de la Universidad de Chile*, n. 97-98, v. 113, serie 4, 1955, p. 50-58.
- CRUZ, Aníbal Pinto Santa. Introdução. In: CASTRO, Antonio Barros de; LESSA, Carlos. *Introdução à economia: uma abordagem estruturalista*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.
- D'AGUIAR, Rosa Freire (org.). *Essencial Celso Furtado*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.
- DOSMAN, Edgar J. Raúl Prebisch (1901-1986): *a construção da América Latina e do terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- FRANCO, Rolando. *La Flacso clásica (1957-1973): vicisitudes de las ciencias sociales latinoamericanas*. Santiago: Catalonia, 2007.
- FURTADO, Celso. Notas sobre o projeto de criação de uma escola de economia para pós-graduados na América Latina. *Econômica Brasileira*, v. 8 n. 1, 1962a, p. 51-56.
- FURTADO, Celso. A formação do economista em país subdesenvolvido. In: FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962b, p. 92-98.
- FURTADO, Celso. Da objetividade do economista. In: FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962c, p. 80-91.
- FURTADO, Celso. Celso Monteiro Furtado (1920). [Entrevista com] Celso Furtado. In: BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Marcio (org.). *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 61-88.
- FURTADO, Celso. Aventuras de um economista brasileiro. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Tomo II. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9-26.
- FURTADO, Celso. Celso Furtado fala a Roberto Pompeu de Toledo. *Playboy*, n. 285, 1999.
- FURTADO, Celso. (1961). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- FURTADO, Celso. Retorno à visão global de Perroux e Prebisch. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 7, n. 10, 2012, p. 296-304.
- FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica: A fantasia organizada, A fantasia desfeita, Os ares do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- FURTADO, Celso. *Diários intermitentes: 1937-2002*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire D'Aguiar. Prefácio de João Antonio de Paula. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- GARCIA, Afrânio. Circulation internationale et formation d'une "école de pensée" latino-américaine (1945-2000). *Information sur les sciences sociales*, v. 44, n. 2-3, 2005, p. 521-555.
- KLÜGER, Elisa. *Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil*. Tese

- (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.
- KLÜGER, Elisa. Celso Furtado: um economista com lentes de literato. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 100, 2020, p. 261-278.
- LAFER, Celso. O planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: LAFER, Betty Mindlin (org.). *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LOPES, Lucas. *Memórias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991.
- LOUREIRO, Maria Rita. Economistas e elites dirigentes no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 20, v. 7, 1992, p. 47-69.
- LOVE, Joseph. Economic ideas and ideologies in Latin America since 1930. In: BETHELL, Leslie (org.). *Ideas and ideologies in twentieth century Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- PREBISCH, Raúl. Entrevista inédita a Prebisch: logros y deficiencias de la Cepal, realizada por David Pollock, Daniel Kerner y Joseph L. Love. *Revista de la Cepal*, v. 75, 2001, p. 9-23.
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: GURRIERI, Adolfo (org.). *O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- ROTSCHIELD, Kurt. Political economy or economics? *European Journal of Political Economy*, n. 5, 1989, p. 1-12.
- SILVA, Roberto Pereira. *O jovem Celso Furtado: história, política e economia (1941-1948)*. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2010.
- SOLA, Lourdes. *Ideias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1998.

Celso Furtado, intérprete do Brasil

[*Celso Furtado, interpreter of Brazil*]

Alexandre de Freitas Barbosa¹

Agradeço aos pareceristas pelos valiosos comentários sobre o texto.

RESUMO • O presente artigo procura discutir a originalidade da interpretação do Brasil contida em *Formação econômica do Brasil*, obra clássica de Celso Furtado. Para tanto, são recuperadas as matrizes formadoras do seu pensamento no sentido de mostrar como são operacionalizadas por meio do seu método histórico-estrutural. O plano da obra, o método e o estilo permitem entrosar passado, presente e futuro de modo inovador, trazendo novas possibilidades de compreensão e transformação do Brasil. Finalmente, o artigo estabelece um diálogo com as interpretações predecessoras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. • **PALAVRAS-CHAVE** • Subdesenvolvimento; método histórico-estrutural; desenvolvimento nacional; pensamento econômico; intérpretes do Brasil. • **ABSTRACT** • This article seeks to

discuss the originality of the interpretation of Brazil undertaken in the book “Formação econômica do Brasil”, Furtado’s masterpiece. In order to do so, it highlights the main tenets of his thought, which paved the way for Furtado’s historical-structuralist method. The structure of the book, its method and style allowed the interplay of different spaces and times in such an innovative way that opened new potential avenues for understanding and changing the Brazilian reality of his time. At last, it establishes a dialogue between this interpretation of Brazil and the ones launched by his predecessors: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda and Caio Prado Jr. • **KEYWORDS** • Underdevelopment; Latin American structuralism; national development; economic thought; interpretations of Brazil.

Recebido em 1^o de setembro de 2020

Aprovado em 11 de dezembro de 2020

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *Celso Furtado, intérprete do Brasil*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 78, p. 86-107, abr. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v11i78p86-107>

1 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

Há várias formas de abordar o pensamento de Celso Furtado. Pode-se focar na sua contribuição no campo da economia. Na maestria com que aprimorou o método histórico-estrutural para escrutinar o movimento da história brasileira na longa duração. Na maneira como logrou injetar racionalidade na esfera política apostando no aprofundamento da democracia. Ou como processou as “influências” de vários autores das ciências sociais para moldar uma interpretação original. E como articulou a economia a outras dimensões da vida brasileira – a cultura, a política e a sociedade –, sem praticar o imperialismo econômico. Pode-se ainda ressaltar a trajetória do intelectual e de como ela se faz sentir na sua produção, de tal modo que a obra e o intelectual aparecem fundidos ao processo histórico.

O desafio de escrever sobre o Celso Furtado, intérprete do Brasil, é que esta escolha impõe de saída uma fusão das possibilidades acima esboçadas. É mais e menos do que fazer tudo isso somado. Menos, porque cada perspectiva exige um artigo em si. E mais, porque não se pode abrir mão de nenhuma dessas veredas, sob pena de perder de vista a totalidade do seu pensamento, que forja uma interpretação original sobre o Brasil.

Levando em consideração essas peculiaridades do Furtado intelectual, para dar conta da sua interpretação do Brasil, seguimos o seguinte percurso analítico. Em primeiro lugar, apresentamos as matrizes formadoras do pensamento furtadiano, as quais atuam como ferramentas para a construção do método histórico-estrutural, tal como aplicado em *Formação econômica do Brasil*, como procuramos elucidar na segunda parte do artigo. Portanto, este texto se dedica a esse livro, que dá início a um conjunto de interpretações sobre o Brasil de sua lavra, que vêm em seguida nos anos 1960 e 1970, e sobre as quais não nos detemos, com a exceção de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* e *A pré-revolução brasileira*, que comungam do mesmo horizonte analítico e de expectativa da sua obra magna.

Na terceira parte do artigo, realizamos um diálogo de Furtado com as interpretações clássicas do Brasil que lhe antecederam. O objetivo é explicitar, como e por que Furtado se inscreve no panteão dos “demiurgos do Brasil contemporâneo” segundo a denominação de Francisco de Oliveira (1997, p. 19). O artigo conta ainda com uma breve reflexão sobre a atualidade do pensamento de Furtado nas suas “Considerações finais”.

AS MATRIZES FORMADORAS DO PENSAMENTO FURTADIANO

Se Celso Furtado, como típico sertanejo, não gostava de falar sobre si, escreveu muito sobre a sua obra, talvez por reescrevê-la continuamente. Livro após livro, ele se refazia, incorporando novas hipóteses e conceitos e abandonando antigas formulações. Podemos encontrar algumas pistas do seu percurso nos vários depoimentos sobre a própria trajetória (obra autobiográfica) ou nos diários recentemente publicados.

Nos textos autobiográficos, em lugar do anedótico, predomina a parcimônia do escritor marcado por uma atitude republicana extremada. A sua participação é relatada como se estivesse o servidor público a prestar contas dos seus atos à nação, ou então movido pelo zelo de contar a história em que jogou papel de relevo e, apenas por isso, se sente na obrigação de colocá-la no papel.

Em alguns momentos, Furtado se detém sobre os autores que marcaram o seu pensamento. Em artigo publicado em 1973, ele aponta as “três correntes principais” que desde cedo deram sentido à sua trajetória intelectual, e de forma persistente, pois “se entrelaçaram” nos anos subsequentes à sua formação universitária (FURTADO, [1973] 2013, p. 39-41).

Em primeiro lugar, o positivismo, com a defesa da primazia da razão e do conhecimento científico como fonte do progresso. A segunda influência encontra-se em Marx, pela ênfase na historicidade das formas sociais, aprofundada com a leitura de Mannheim, que, mesmo não sendo marxista, encara o conhecimento como produtor de história. Rompe-se assim a oposição entre conhecimento científico e ideológico. A terceira corrente está associada à antropologia cultural dos Estados Unidos, via Gilberto Freyre, especialmente pelo instrumental metodológico de conceber os fenômenos, não em si, mas na sua interação cultural.

Mais adiante, no mesmo texto, Furtado ([1973] 2013, p. 45) menciona os autores da escola histórica alemã, Max Weber, Georg Simmel e Werner Sombart, além da “importância definitiva” de Henri Pirenne. No caso de Weber, tudo indica que a obra do sociólogo alemão deva ser imputada como uma quarta corrente pela importância que assume em vários dos seus escritos a distinção entre “racionalidade dos meios” e “racionalidades dos fins”. Os valores devem condicionar os meios, conforme a sua menção explícita a Weber em entrevista a Lourdes Sola (1998, p. 152)².

No nosso entender, a importância de Weber na sua obra se faz sentir também na construção de tipos ideais, instrumento utilizado de forma recorrente na investigação histórica furtadiana. Com uma particularidade, os tipos ideais são construídos a partir da experiência histórica sintetizada nos seus elementos “estruturais” e não a partir de um esforço de sistematização “em estado puro”, que apenas depois deve passar pelo crivo da história.

É importante lembrar que o jovem Furtado lera, nas traduções do Fondo de Cultura Económica, Economia e sociedade, de Weber, e O capital, de Marx, já no ano de 1946 (D’AGUIAR, 2014, p. 22). A metodologia weberiana para descrever o processo histórico de maneira sintética parece se aproveitar de um eixo diacrônico marxista

2 Na entrevista, Furtado (apud SOLA, 1998, p. 152) diferencia os “tecnocratas”, que vieram depois do golpe de 1964, dos “técnicos em fins” do segundo governo Vargas.

que incorpora “a análise das estruturas sociais” como uma chave “para compreender o comportamento das variáveis econômicas” (FURTADO, [1967] 1987, p. 84)³.

Sobre Henri Pirenne, vale lembrar a influência exercida por esse historiador sobre Fernand Braudel e a *École des Annales*. A título de ilustração, Braudel ficara “boquiaberto”, na sua juventude, com a sua capacidade de estabelecer “interações entre macroeconomia, história política e civilização” (DAIX, 1999, p. 108-109)⁴.

No pós-Segunda Guerra Mundial, Furtado navega nas mesmas águas que os historiadores franceses: se estes buscavam auxílio nas ciências sociais, o jovem pesquisador seguia o mesmo caminho em sentido inverso (FURTADO, [1987] 2013b, p. 53). O método comparativo histórico lhe permite saltar “os limites da história nacional” para alcançar “uma visão de conjunto” (SILVA, 2011, p. 175-181), conectando o espaço nas suas distintas temporalidades. Em registro no seu diário, durante o doutorado na Sorbonne, ele se ressentia do método histórico tradicional, “fundado numa imensa erudição”, para completar: “falta o ar novo da pesquisa sociológica” (FURTADO, 2019, p. 92-93)⁵.

Nesse sentido, Furtado teve a “sorte” de se escorar em Pirenne, que lhe preparou o terreno para o acesso à nova corrente da historiografia francesa. Auxiliado pelo historiador belga, Furtado se apropria, por meio da história, e à sua maneira, dos instrumentos metodológicos provenientes tanto de Marx como de Weber, como das categorias keynesianas ao longo de sua obra. Pirenne está presente na tese de doutorado de 1948 como também no importante exercício de “teoria da história” contido em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (FURTADO, [1961] 1965), mais especificamente no capítulo 3.

Na tese de doutorado, defendida em 1948, Furtado se aproveita da noção de feudalismo como espaço centrado no mundo rural, onde predomina a atrofiação da divisão do trabalho, para marcar a presença do comércio como fator desagregador das relações de produção no campo na esteira da expansão urbana. Na terceira parte da tese, ele se apoia mais uma vez em Pirenne para destacar “a correlação entre os períodos da história social do capitalismo com a formação de novas elites dirigentes” (FURTADO, [1948] 2001, p. 20; p. 146).

Portanto, Pirenne lhe permite demarcar a transição entre sistemas econômicos (MALLORQUIN, 2005, p. 61-63), a “economia comercial” e a “economia industrial”: a primeira, capaz de estabilizar-se secularmente; e a segunda, “condenada a crescer ou decrescer”, pois se retiver os lucros reduz a renda de outros grupos à maneira keynesiana (FURTADO, [1961] 1965, p. 152-153). Mas também lhe é útil para explicitar a diferença entre os “rentistas ociosos” do açúcar colonial e a “vanguarda de homens

3 Nessa obra, apesar de discordar do Marx do “determinismo econômico”, que parte de “uma posição filosófica em face da história” (FURTADO, [1967] 1987, p. 13; 34-35), Furtado ([1967] 1987, p. 13; 34-35) ressalta a raiz marxista na interação entre os fatores econômicos e não econômicos, característica do “estruturalismo latino-americano”.

4 Segundo Daix (1999, p. 108), Henri Pirenne era uma “espécie de divindade tutelar” à qual recorriam Lucien Febvre e Marc Bloch, os criadores da *Revue des Annales*.

5 Anotação de 21 de março de 1947 dos seus diários.

com experiência comercial” que presidem a gestação da econômica cafeeira no século XIX (FURTADO, [1959] 1989, p. 114-115) em Formação econômica do Brasil.

Surgem assim os tipos ideais (Weber) não apenas em escala global, mas também em escala territorial e ao longo do tempo no Brasil, viabilizando a contraposição entre a “economia cafeeira” periférica e a “economia industrial” do centro (FURTADO, [1959] 1989, p. 158-159). Na longa duração de Formação econômica do Brasil, as elites dirigentes se sucedem no espaço e no tempo, gerando várias formas de circulação e distribuição da renda (Keynes), além de estruturas sociais correlatas (Marx), muitas das quais se “ossificam” e travam a transformação do sistema.

As correntes principais do pensamento de Celso Furtado – positivismo, antropologia cultural norte-americana, Marx (via Mannheim), às quais adicionamos a metodologia weberiana e a sociologia histórica dos sistemas econômicos de Pirenne – serão operacionalizadas à sua maneira. Elas fornecem a embocadura metodológica para assimilar os autores com os quais ele se defronta quando se transforma em importante economista da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) nos anos 1950.

Esse processo é tudo menos natural e apenas possível de ser destrinchado por meio de sua obra a partir de 1959. Procuramos mapear essas influências a partir da sua obra, sem cair na “ilusão biográfica”, o que ocorreria se simplesmente “aceitássemos” as referências por ele consideradas como decisivas para a sua trajetória intelectual.

Até *Formação econômica do Brasil*, Furtado passa por um processo de “experimentação teórica”, repleto de ambivalências, refletindo a ausência de uma “unidade discursiva”, pois o autor sofre uma “tensão constante” entre as categorias vigentes da economia convencional e a tentativa de aproximação das realidades históricas concretas (MALLORQUIN, 2005, p. 49-50).

O núcleo de autores economistas é conformado por Keynes, Schumpeter, Perroux, Myrdal e Prebisch, assimilados a partir dos trilhos metodológicos traçados acima. Furtado ([1980] 2000, cap. 3) refere-se a esses economistas como aqueles que exerceram “influência sobre a nova visão do desenvolvimento” formulada pela geração de estruturalistas latino-americanos. O resultado da combustão, no seu caso específico, é uma forma de pensar a economia enraizada na história e no espaço, e que avança em conjunto com as estruturas sociais.

Esses autores mencionados ao final de sua trajetória intelectual são processados não em sua totalidade, mas conforme os aspectos filtrados por Furtado a partir do seu esforço metodológico original. Eles lhe fornecem o instrumental analítico a embasar a sua interpretação sobre as estruturas em transformação do desenvolvimento e do subdesenvolvimento no final dos anos 1950, e que mais adiante, dão lugar a “uma visão global do capitalismo” (FURTADO [1980] 2000, p. 29).

Furtado, ao indicar a importância desses autores economistas, ressalta o resultado da travessia e não o percurso realizado. Ainda assim, podemos dizer que a fusão das suas categorias e perspectivas o auxiliou na sua compreensão peculiar dos processos econômicos.

Vejam os fio condutor que une esses pensadores econômicos. Conforme a sua avaliação, “Keynes restabeleceu a primazia do político sobre o econômico”, “ao conceber a política econômica como um esforço coordenado de decisões” (FURTADO

[1980] 2000, p. 31). Recupera as alavancas do Estado como agente econômico estratégico, bem como o papel da demanda efetiva e o papel do investimento na sua composição. Para então completar: “Ora, se a luta contra o desemprego requeria uma ação diretora do Estado sobre o conjunto do sistema econômico, que dizer das transformações estruturais sem as quais dificilmente se poderia escapar ao subdesenvolvimento?” (FURTADO [1980] 2000, p. 31). Deixa subentendido que o pensador econômico da periferia deve ser pós-keynesiano na veia.

Quanto a Schumpeter, herda mais o papel do empresário inovador a detonar transformações nas estruturas produtivas, com “óbvias afinidades com a visão dialética da história que serviu de fundamento à sociologia econômica de Marx” (FURTADO [1980] 2000, p. 32). As mudanças estruturais, concebidas como processos irreversíveis, abrem novas possibilidades às forças sociais. É então que Furtado ([1980] 2000, p. 33) se pergunta: no século XX, é possível conceber o empresário schumpeteriano na periferia “substituído por uma vontade política a serviço da reconstrução social”?

Já François Perroux relaciona as macrodecisões econômicas que agem sobre o espaço, criando novas formas de dominação e de estratificação social que não se irradiam de forma espontânea. De Myrdal, ele empresta o papel desequilibrador do processo de acumulação. Longe de ser linear, o desenvolvimento é caracterizado como uma “causação circular e cumulativa”, onde o fator impulsionador das mudanças gera uma cadeia de reações, sem perspectiva de estabilização (FURTADO [1980] 2000, p. 33-35).

Raúl Prebisch, cujo objetivo inicial era demonstrar como se dava a propagação internacional do ciclo de negócios, termina por investigar a dualidade intrínseca do sistema global capitalista. Deslocando a análise do alto nível de abstração da teoria das vantagens comparativas, observa os processos de formação de preços de forma casada às estruturas sociais. O foco é a concentração do progresso técnico e do excedente nos países do centro (FURTADO [1980] 2000, p. 37-38).

Para Furtado, Prebisch representa o exemplo de que é possível avançar no plano da teoria, cuja falsidade muitas vezes reside na incorreta identificação objetiva dos problemas. A “capacidade de generalizar” deve andar de mãos dadas com a “capacidade de explicar”, o que exige a ampliação dos quadros da construção teórica”, abrindo espaço para a inclusão de “mais e mais casos especiais” (FURTADO, [1961] 1965, p. 105-107).

Essas matrizes do seu pensamento apenas podem ser condensadas porque, em sua concepção, o conhecimento resulta de uma atividade criadora e deve servir como suporte para a ação. Duas posturas fundamentais caracterizam a trajetória intelectual de Furtado (1998, p. 10-11): o “compromisso ético com os valores universais”, atuando ao lado das “forças sociais cujos interesses se confundem com os da coletividade nacional”; e a natureza do trabalho do pesquisador, movido pela “imaginação e coragem para arriscar na busca do incerto”, mesmo que tenha que se enfrentar com a “ciência institucionalizada”.

A sua participação na Cepal durante oito anos (1949-1957) coloca Furtado no centro do debate econômico sobre desenvolvimento em escala internacional. A reflexão sobre o Brasil se nutre dessa posição de técnico das Nações Unidas, que circula pelo mundo, e debate com as principais referências no campo do pensamento econômico,

ao mesmo tempo em que forja um repertório de conceitos e um método que apenas se explicitam em *Formação econômica do Brasil*.

A originalidade da sua interpretação está no fato de que nenhuma das matrizes do seu pensamento aparece em sua integralidade na sua obra. Elas se transfiguram lapidadas pelo seu método construído para destrinchar o seu objeto de análise. Não se trata de armar mais uma “teoria” a ser “testada”, mas de dissecar com as suas próprias ferramentas, como um cientista travestido de cirurgião, a “formação histórica de uma estrutura subdesenvolvida específica” (BIELSCHOWSKY, 1995, p. 166).

FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL: MÉTODO, ESTRUTURA E ESTILO

Na sua juventude, com 18 anos recém-completados, Furtado redige no seu diário uma anotação sobre uma “ideia que há tempo venho acariciando”. Pretende escrever uma “História da Civilização Brasileira”, assim em maiúsculas como a registrar a dimensão da empreitada. Em tom de profunda autoconfiança, o jovem esclarece que “seria uma obra completa sob o ponto de vista crítico-filosófico”, pois “não seguiria o plano até hoje seguido pelos nossos historiadores”. Isso porque “ao lado das influências individuais observaria as influências das coletividades”. Para arrematar: “não me deixaria emaranhar pelos fatos” (FURTADO, 2019, p. 48)⁶.

Ao final de sua vida, mais sóbrio, os ombros vergados pelo peso do tempo e das tantas batalhas, talvez olhasse com certa ironia para o jovem do passado. Não obstante, Furtado começa a palestra proferida na Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), em 1998, com a seguinte afirmação: “pensar o Brasil foi o desafio que sempre guiou minha reflexão” (FURTADO, 1999, p. 69).

Exatos 60 anos haviam se passado entre a anotação do adolescente ambicioso e o depoimento do intelectual renomado. Escrever *Formação econômica do Brasil* foi a forma encontrada para fazer da pedra o seu caminho.

O livro foi escrito em Cambridge, na Inglaterra, entre novembro de 1957 e fevereiro de 1958, “nas ‘sobras de tempo’ que ia furtando ao festival do debate teórico”, conforme relata o seu autor. O “festival” contava com a presença de alguns dos principais economistas do momento, dentre eles Nicholas Kaldor, Piero Sraffa, Joan Robinson e Amartya Sen, os “keynesianos de esquerda” do departamento de economia da universidade (FURTADO, 1985, p. 202; p. 204).

Na sua temporada em Cambridge, o economista pretendia dedicar-se essencialmente ao trabalho teórico. Mas o mergulho na compreensão da realidade brasileira era uma espécie de ajuste de contas consigo mesmo. No seu primeiro livro autobiográfico, Furtado fala sobre o método: “aproximar a História (visão global) da análise econômica”. A economia daria conta de formular “perguntas precisas”, para “obter respostas da História” (FURTADO, 1985, p. 204-205).

Para não ficar “num alto nível de abstração”, optou por pintar um “afresco” com “segmentos estruturados” (as cinco partes do livro), que carregariam uma “coleção

6 Anotação de 20 de agosto de 1938, escrita em Recife.

de hipóteses com demonstrações apenas iniciadas ou sugeridas”, estimulando outros pesquisadores a aprofundarem a investigação. A “omissão dos detalhes historiográficos” justificava-se “para que o leitor captasse facilmente o movimento no tempo do conjunto observado” (FURTADO, 1985, p. 205).

O prefácio do livro procura explicitar o seu objetivo. Para Furtado, o livro “pretende ser tão somente um esboço do processo histórico de formação da economia brasileira”. Por isso, destina-se a “um público mais amplo”, com ênfase “nos estudantes de ciências sociais, das faculdades de economia e filosofia em particular”. Em seguida, o autor afirma não se deter sobre “a bibliografia histórica brasileira”, pois o seu objetivo “é simplesmente a análise dos processos econômicos e não a reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos” (FURTADO, [1959] 1989, “Introdução”).

Não se tratava de obra de história econômica e nem de economia *stricto sensu*. Tampouco se propunha a fazer um debate com as interpretações históricas existentes. O livro de Roberto Simonsen, *História econômica do Brasil*, foi utilizado mais como fonte de dados. Os demais livros citados foram, em grande medida, consultados na Biblioteca de Cambridge.

Segundo o historiador Ruggiero Romano ([1970] 2009, p. 434), Furtado buscou “reconstruir por sua própria conta toda uma série de mecanismos capazes de conduzir a uma compreensão melhor dos problemas do presente”. Conforme a síntese de Francisco de Oliveira (2003, p. 84), “o andamento se faz tecendo os fios de uma construção autoestruturante, em que a história é teoria e a teoria é história”.

É importante destacar que o método histórico-estrutural chega à sua maturidade a partir de Furtado e com *Formação econômica do Brasil*. Tal método estava apenas implícito na Cepal, cujas análises possuíam o objetivo principal de elaborar prescrições de política embasadas na compreensão da especificidade latino-americana. A longa duração da história, no sentido braudeliano, ainda não havia sido decodificada. O próprio artigo em que Braudel (1992) procura formalizar o seu enfoque metodológico é de 1958⁷.

Nesse sentido, *Formação econômica do Brasil* é um livro braudeliano *avant la lettre*⁸, com uma diferença importante: ele parte do pressuposto de que as transformações estruturais em curso na sociedade brasileira (a “conjuntura), desde que empurradas por políticas e reformas no plano dos “acontecimentos”, poderiam romper com a “história lenta”, ou seja, com os traços ainda remanescentes do passivo colonial.

Em colóquio realizado em Paris, no ano de 1971, Furtado descreve de maneira sucinta o método que orienta a escrita e a composição de *Formação econômica do Brasil*. No seu entender, toda vez que um economista se depara com um “conjunto social complexo”, ele o faz – ou apenas pode fazê-lo, é o que sugere – por meio de “uma visão global fornecida pela história”. Do contrário, tem-se apenas uma “sintaxe” desprovida de significado e, portanto, incapaz de ação política transformadora. Isso

7 O artigo “História e as ciências sociais: a longa duração” é publicado na *Revue des Annales* no número de outubro-dezembro de 1958.

8 Temos em mente aqui menos a obra de Braudel sobre o Mediterrâneo e mais a sua trilogia sobre o capitalismo, quando o historiador analisa de forma entrosada as várias temporalidades da história no contexto de diferentes espaços e de suas vinculações às suas respectivas economias-mundo.

porque “inexiste análise macroeconômica sem uma globalização histórica prévia” (FURTADO, 1971, p. 23-24 – tradução nossa).

Por outro lado, para cada um dos “cortes sincrônicos” operados, apenas as ferramentas da economia ou das ciências sociais dão conta de fornecer um “quadro analítico” de modo a iluminar o jogo intrincado de potencialidades e resistências, responsável por fazer escoar a história (FURTADO, 1971, p. 24 – tradução nossa). Desde que o analista saiba perceber, com objetividade e imaginação criativa, as interações entre as estruturas e as instituições, entre o econômico e o não econômico, entre as rupturas e as continuidades que dão sentido ao processo histórico.

Vale ressaltar que em *Formação econômica do Brasil*, o método é “aplicado”, mas sem que se faça menção a ele, a não ser na introdução, quando despretensiosamente se refere à dinâmica histórica que está por trás dos processos econômicos, ou quando sugere que a economia faça perguntas à história, processo invertido na obra, pois a história também inquire a economia. Na síntese de Frédéric Mauro ([1972] 2009, p. 447), Furtado concebeu “uma dinâmica econômica retrospectiva nutrida de história e nutrindo-a bem”.

O livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, coletânea de artigos publicada em 1961, nos fornece pistas sobre o método histórico-estrutural utilizado em *Formação econômica do Brasil*. No capítulo 4, Furtado se detém sobre as “estruturas subdesenvolvidas”. No seu entender, elas não são “uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado” as economias desenvolvidas. Essas diferenças estruturais – ao contrário do “raciocínio por analogia” do tipo “aqui” como “lá” tão em voga no momento em que escreve – precisam ser compreendidas, exigindo um “esforço teórico autônomo” (FURTADO, [1961] 1965, p. 171-173; p. 185). Para fazê-lo, ele adota o raciocínio por contraste.

Ora, o capítulo 4 de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* foi escrito depois de *Formação econômica do Brasil*. Tudo indica que o aprofundamento da “teoria do subdesenvolvimento” tenha sido informado pelo mergulho na história a partir de um método concebido com esse intuito. E que o método não estivesse “pronto” antes de *Formação econômica do Brasil*. Talvez seja o caso de supor que ele o lapidou ao longo da escrita, enquanto apurava o estilo.

Furtado já escrevera sobre a economia colonial no seu doutorado de 1948. No livro *A economia Brasileira*, de 1954, o autor empreendera a análise da economia cafeeira, que recebe a cunhagem de “nova economia colonial”, além de apresentar os elementos que explicam o “deslocamento do centro dinâmico”, responsável por detonar o processo de industrialização pós-1930 (FURTADO, 1954).

A terminologia ainda está em processo de elaboração em 1954. A “nova economia colonial” conta com “trabalho assalariado”, e a crise de 1929 aponta para uma “economia de mercado interno”, em tudo diferente da “economia colonial” típica, “exportadora-escravocrata”. Esses três “cortes verticais” circunscrevem-se, em grande medida, à operação das variáveis econômicas, sendo precedidos e sucedidos por capítulos que mais complicam a vida do leitor.

Os capítulos 1 e 6 de *A economia Brasileira*, de natureza teórica, não dialogam com as três fases da economia (“sistemas econômicos brasileiros”), que, por sua vez, se ressentem da falta de enraizamento no espaço – não há nem o “complexo

econômico nordestino” e tampouco as Minas Gerais do século XVIII com seus “nexos de solidariedade econômica” –, na história e nas forças políticas de conservação e transformação, como Furtado desenvolve com primazia no livro publicado cinco anos adiante. O autor também tem “menos” história atrás de si. O prefácio é concluído em outubro de 1953, em um momento de indefinição do governo Vargas e quando ainda não se sabe que Juscelino Kubitschek (JK) está por vir. A história encontra-se marcada por uma nebulosa de possibilidades.

Mas a principal “sacada” já surge de maneira embrionária: a tentativa de que “nos colocássemos em distintas posições no tempo, e das mesmas tentássemos um corte vertical no processo histórico” (FURTADO, 1954, p. 14-15). No entanto, os “modelos” construídos a partir dos fluxos da renda aparecem sem os agentes sociais, dificultando a elucidação das limitações e potencialidades do contexto local (nos seus vários espaços e temporalidades) e internacional. Os centros de decisão aparecem mais como resultantes do que como geradores das operações de política econômica.

Portanto, algumas das vigas aparecem antes de a maquete ter sido completada. É um livro mais de economista cepalino do que furtadiano se partirmos do pressuposto de que esse adjetivo apenas passa a fazer sentido depois da sua obra-prima. Nessa, não há capítulo teórico, pois a teoria serve de suporte ao método que descortina o processo histórico por meio de balizas estruturais.

Método, estruturação do plano do livro e estilo fizeram a diferença em *Formação econômica do Brasil*. Por meio de novas categorias longamente sopesadas, e fazendo uso de uma espécie de vaivém permanente entre impossibilidades do passado, incompletudes do presente e potencialidades do futuro, o livro é uma espécie de romance histórico. Depois de se deter em cada corte sincrônico, ele avança diacronicamente, quando surgem então velhos e novos personagens reposicionados pela trama. Romance da coletividade nacional antes da sua consciência do sub-desenvolvimento, inclusive antes que existisse coletividade nacional, como se depreende da obra, pois a estrutura econômica e social da colônia não engendrara centros de decisão internos.

Nessa obra, Furtado fisga o essencial (o geral e o particular) da empresa colonizadora na primeira parte, para depois detalhar a diferença entre a “Economia escravista de agricultura tropical” (parte 2) e a “Economia escravista mineira” (parte 3). Até então tivéramos um crescimento extensivo sem alterações estruturais. A parte 4, “Economia de transição para o trabalho assalariado”, recebe os quatro novos capítulos sobre “O problema da mão de obra”, que não estavam em *A economia brasileira*, além da discussão sobre a Independência e a estrutura de poder na Primeira República, que emprestam novo sentido à mutação observada durante a segunda metade do século XIX e o seu impacto sobre as “desigualdades regionais”.

No capítulo 18, aparece, de maneira sintética, o personagem central do drama, “o confronto com o desenvolvimento dos Estados Unidos”. Padrão de desenvolvimento, estrutura social, papel do Estado e hábitos de pensamento conformam um todo que explica “por que se industrializaram os EUA no século XIX, emparelhando-se com as nações europeias, enquanto o Brasil evoluía no sentido de transformar-se no século

XX numa vasta região subdesenvolvida” (FURTADO, [1959] 1989, p. 100)⁹. Furtado responde a essa questão recorrendo à história – encarada não como uma fatalidade – por meio de uma investigação da complexa interação entre as estruturas econômicas e sociais e os centros de decisão.

Aqui os personagens históricos Alexander Hamilton e Visconde de Cairu – tal como mencionados na anotação de 1938 – surgem imbrincados a um processo de longa duração, cada qual empunhando a sua leitura de Adam Smith (FURTADO, [1959] 1989, p. 101), que encontra respaldo na estrutura social mais ampla. Sem alarde, a sociologia da cultura dá o ar da sua graça num livro de “história econômica”.

Essa veia é retomada adiante, no capítulo 27, quando Furtado analisa as dificuldades do funcionamento do padrão ouro nas “economias dependentes”. O recurso à desvalorização da moeda – a chamada “inconvertibilidade” – aparece quase como uma imposição do “novo sistema”, agora funcionando à base de “trabalho assalariado” no centro dinâmico embrionário da periferia. Mas o “homem público brasileiro” – cujos conhecimentos de economia ingressam pelas faculdades de direito da época – tende a “raciocinar por analogia” com o que ocorria na Europa. A “inconvertibilidade” é vista como algo “patológico” (FURTADO, [1959] 1989, p. 160). Se o “mimetismo das elites” da época impede a compreensão do funcionamento do real, nem por isso deixa de atuar como o seu lastro subjetivo.

Finalmente, na parte 5, “Economia de transição para um sistema industrial”, o autor revela como a crise de 1929, com a desvalorização cambial, “eliminava um dos instrumentos mais efetivos de defesa da velha estrutura econômica com raízes na era colonial” (FURTADO, [1959] 1989, p. 203). Ao descrever o processo de industrialização por substituição de importações, o autor apresenta o seu diagnóstico. Se acena para as virtualidades, que dependem da emergência de novos centros de decisão, enuncia todos os dilemas advindos do processo (capítulos 34 a 36) – inflação, desequilíbrio externo, disparidades regionais e sociais, concentração fundiária –, os quais impõem limites estruturais à afirmação de um projeto nacional de desenvolvimento.

A mensagem é a seguinte: apenas a compreensão da dinâmica do subdesenvolvimento, agora descortinada analítica e historicamente, pode dar sentido a esse projeto, que deve contar com o apoio de vastos segmentos sociais. Do contrário, a “antiprophecia” (BARBOSA, 2010, p. 147) com que termina o livro se consumará: “sendo assim, o Brasil por essa época [final do século XX] ainda figurará como uma das grandes áreas da terra em que maior é a disparidade entre o grau de desenvolvimento e a constelação de recursos potenciais” (FURTADO, [1959] 1989, p. 242).

No documentário de José Mariani (2004), *O longo amanhecer: cinebiografia de Celso Furtado*, o economista fornece um depoimento sobre *Formação econômica do Brasil*. Afirma que não se preocupava em preparar um desfecho para o livro. Do contrário, teria que dizer que “as fases se sucedem e todas elas levam à mesma coisa”, à concentração

9 Em anotação de dezembro de 1989 nos seus diários, depois de regressar de viagem aos Estados Unidos, Furtado faz “uma digressão sobre *Formação econômica do Brasil*”, indicando como a incursão no estudo da formação desse país serviu como “recurso” para “melhor entender as anomalias inerentes ao nosso subdesenvolvimento” (FURTADO, 2019, p. 412-413).

da renda, embora sob formas distintas. Em vez de abrir o horizonte de oportunidades, a obra ficaria presa ao curto prazo. Uma leitura cuidadosa do último capítulo, “Perspectivas dos próximos decênios”, permite comprovar a afirmação do autor.

Por sua vez, o parágrafo que contém a “antiprofecia” é uma espécie de convite ao leitor para ingressar junto com o autor no palco da história e se somar à batalha para a superação do subdesenvolvimento. O processo de transformação das estruturas, que o livro acompanha desde a colônia, agora transcorre à sua frente. Com objetividade e parcimônia – combinação que leva à “polidez discursiva”, “sem tom querelante ou confrontações pessoais” a que se refere Luiz Felipe de Alencastro (2009, p. 32) –, o autor cativa os leitores com uma narrativa que ensina economia e o seu jargão técnico para mostrar que o mais importante está além, ou seja, na possibilidade de autotransformação nacional.

Dentre os ávidos leitores de *Formação econômica do Brasil*, encontram-se os quadros do setor público e da sociedade civil em ebulição, além dos jovens estudantes de economia e ciências sociais. Buscam compreender os dilemas da nação, para além do bordão do governo JK. Querem explicações que desçam além da superfície marcada pela euforia.

Portanto, ao elucidar o processo histórico, com foco na economia, mas sem perder de vista as dimensões social, política e cultural, e fazendo cirúrgicos cortes transversais no tempo e no espaço, de modo a indicar como essas dimensões se articulam nos planos interno e externo – pois o seu objetivo era chegar ao presente, para influenciar o futuro –, com *Formação econômica do Brasil*, Furtado incorpora-se de maneira decisiva à história do país.

Não apenas porque passa a ser reconhecido como o seu autor, mas principalmente porque a leitura da sua obra – direta ou indiretamente, já que muitos a leem por meio dos relatos de outrem – passa a fazer parte do repertório essencial não somente dos intelectuais, mas dos agentes políticos e sociais. A interpretação que Furtado oferece em *Formação econômica do Brasil* vem impregnada de projeto e de utopia, aos quais ele dá continuidade nas atividades que exerce e que passam a ser do conhecimento da sociedade.

Quem era Celso Furtado então? Um dos economistas de maior reputação no Brasil, graças ao período em que atuara como quadro técnico da Cepal. Circula junto aos técnicos do setor público no Brasil, especialmente os encarregados da gestão econômica, ou vinculados a entidades de classe, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), e a instituições como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), por exemplo. Mas o técnico – subitamente transformado em intelectual – pouco transitava nas altas esferas políticas.

Antes de sua temporada em Cambridge, Furtado ministra uma série de conferências no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDE) sob o título *Perspectivas da economia brasileira*, obra que seria publicada no ano seguinte, em 1958, quando retorna ao Brasil. Já cogitava se desligar da Cepal e se despir do “manto protetor e imobilizador de funcionário internacional” (FURTADO, 1985, p. 200).

Entre 1958 e 1964, Celso Furtado ingressa de cheio na cena política nacional. Conhece todos os políticos e representantes da sociedade civil, a quem procura convencer sobre a importância da batalha da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) – sob a sua liderança entre 1959 e 1964 – e a urgência da execução

do Plano Trienal (1963), agora como ministro do Planejamento. Transforma-se numa espécie de “intelectual estadista” (BARBOSA, 2020, p. 344). Empurrado para a arena política, procura estabelecer consensos em torno de uma plataforma coerente capaz de integrar desenvolvimento, estabilização e reformas de base. Num contexto de acirramento dos conflitos, procura mantê-los dentro dos limites institucionais por meio de uma agenda democrática que canalize as energias sociais com o duplo propósito de dinamizar a economia e superar as estruturas anacrônicas (CEPÊDA, 2001, p. 180-182).

Portanto, as coordenadas do seu pensamento desse período podem ser encontradas no seu livro teórico *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961) e em *A pré-revolução brasileira* (1962), um panfleto político no melhor sentido do termo. Nesse último, Furtado fornece as diretrizes básicas à nação que ficara devendo no último capítulo de *Formação econômica do Brasil* (1959).

Formação econômica do Brasil, a história condensada das estruturas na longa duração, deve ser lido em conjunto com seu livro teórico e com a sua utopia, como se compusessem uma trilogia, contendo o método em sua forma mais abstrata, seu desenvolvimento na história e as potencialidades do futuro em face da encruzilhada. No seu panfleto, os dilemas são expostos sem meias-palavras: “abriremos uma nova fase de transformações qualitativas em nossa formação de nação continental, ou caminharemos para uma cristalização da estrutura já estabelecida?” (FURTADO, 1962, p. 107).

O impacto imediato de *Formação econômica do Brasil*, associado ao fato de que aparece em todos os lugares como o homem responsável pela saga da Sudene, faz com que, em julho de 1959, ele redija a seguinte anotação em seu diário: “começo a ser uma pessoa notória” (FURTADO, 2019, p. 173). Pouco antes, em maio do mesmo ano, ele relata um debate que ocorrera em Natal, contando com a participação de bispos e do público em geral. Conforme sua anotação: “abordamos todas as questões e aparentemente as respostas foram convincentes. A sinceridade também é uma forma de demagogia. Se bem utilizada” (FURTADO, 2019, p. 154). Tal como na sua obra-prima.

O historiador Francisco Iglesias ([1963] (2009), p. 416) vai direto ao ponto: “pela primeira vez no Brasil um economista se tornou figura popular, sem que cortejasse a opinião com linguagem política: mantendo sempre o tom do técnico, sem exibicionismo pedante nem tom de quem faz campanha eleitoral”. Com um único adendo, o tom do técnico explicitava um projeto, que era político no sentido mais amplo da palavra, e um compromisso social com os despossuídos, por meio de reformas estruturais. Isso fazia dele o oposto do tecnocrata, personagem que emerge na cena brasileira com o golpe de 1964 que envia Furtado para o exílio.

FURTADO E AS INTERPRETAÇÕES DO BRASIL

Procuramos, em seguida, desenvolver que tipo de interpretação do Brasil nos fornece Celso Furtado na sua obra magna, que como sugerimos acima deve ser lida junto com *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* e *A pré-revolução brasileira*. Para tanto, buscamos estabelecer um diálogo com as interpretações de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr.

Uma primeira diferença marcante reside na sua historicidade. Três autores nos permitem realçar esse aspecto. Para Luiz Felipe de Alencastro (2009, p. 24), diferentemente de Furtado, para os autores que escreveram suas obras clássicas entre 1933 e 1942, “a irrealização do presente dificultava a incorporação do passado na perspectiva do futuro”. Francisco de Oliveira (2003, p. 19) é mais enfático: “enquanto as obras anteriores explicaram e ‘construíram’ o país do passado [...], a de Furtado era contemporânea da sua própria ‘construção’”. O depoimento de Fernando Henrique Cardoso ([1978] 2013, p. 207-208) também se revela elucidativo: a sua geração, posterior à de Antonio Candido, “também aprendeu com aqueles autores”. Para completar: “mas a sua descoberta intelectual fundamental deu-se com a leitura de Celso Furtado”: aquilo “foi um choque enorme”.

Portanto, no final dos anos 1950, existe um processo em curso, dotado de novo sentido, e que potencializa um salto histórico. A compreensão do funcionamento da industrialização problemática e do papel do Estado – agindo em sintonia com um conjunto de forças sociais – coloca o debate num outro patamar.

Em *A pré-revolução brasileira*, Furtado afirma que os três decênios que vão de 1930 a 1960 representam “etapa decisiva de desagregação da economia colonial” (FURTADO, 1962, p. 64). O grau de diferenciação do sistema produtivo permitiu “transferir para o país os principais centros de decisão de sua vida econômica” (FURTADO, 1962, p. 9). Em seguida vem a assertiva: “se no passado não podíamos mais que perscrutar as tendências da economia internacional [...], hoje estamos em condições de tomar as decisões mais fundamentais concernentes à atividade econômica do país”. Para concluir, “o mais importante não é que podemos autodirigir-nos, e sim que não nos resta outra saída senão fazê-lo” (FURTADO, 1962, p. 10).

Os dilemas do subdesenvolvimento, manifestos sob a forma de tensões estruturais, resultam da aceleração do desenvolvimento industrial. O seu prosseguimento exige políticas que permitam dar “maior elasticidade às estruturas” (FURTADO, 1962, p. 31), como no caso da reforma agrária, administrativa, fiscal e bancária. A ação estatal deve estar, por sua vez, subordinada “a uma clara definição de objetivos de desenvolvimento econômico e social” (FURTADO, 1962, p. 31).

O debate com Caio Prado Jr. é evidente, muito embora o diálogo entre os dois intelectuais tenha sido, muitas vezes, investigado por meio de uma espécie de economia política das (não)citações. Furtado citara Caio Prado no seu doutorado – defendido em 1948 e publicado em 2001 – mas não em *Formação econômica do Brasil*. Teria ele subestimado a importância de Caio Prado Jr. na sua obra? Menos mencionado é o fato de que o historiador paulista não cita *Formação econômica do Brasil* em nenhuma das suas obras escritas depois do lançamento do clássico. A que se deve esse silêncio de ambos os lados?

Parece-nos mais fecundo em termos intelectuais promover o diálogo entre os autores a partir de suas obras. Antes disso, vale lembrar que o uso que Celso Furtado faz de Caio Prado e Gilberto Freyre no seu doutorado é basicamente instrumental. Essas obras aparecem “desfiguradas”, pois ele não se detém na sua “organicidade interna”, antes utilizando passagens que são refutadas ou assimiladas. Tal como aponta Roberto Pereira Silva (2011, p. 213-222), Furtado se socorre de Caio Prado na crítica a Gilberto Freyre, mostrando como a sociedade patriarcal na colônia se origina

da monocultura, da grande propriedade e da escravidão. O quadro mais amplo é descortinado a partir de Henri Pirenne e dos historiadores portugueses António Sérgio e João Lúcio de Azevedo. Por exemplo, sobre a questão se “houve feudalismo no Brasil?”, Furtado (2001, p. 79-86) rebate Pedro Calmon e Capistrano de Abreu caiopradianamente, mas a partir das leituras de Henri Pirenne e Werner Sombart.

Tudo indica que a leitura de Caio Prado Jr. não lhe abriu caminhos para desvendar a realidade colonial, partindo antes das referências europeias. Seguiu outro percurso, passando à margem do primeiro ensaio ousado de aplicação do método histórico-estrutural no país, a partir da chave do materialismo histórico. Furtado partiu das matrizes formadoras do seu pensamento, especialmente de Keynes e da Cepal, enraizando as suas formulações na história. Caio Prado, ao contrário, concebeu a totalidade social do Brasil colônia a partir da história, operacionalizada pelo “sentido da colonização” e de como ele era reforçado nas várias dimensões da vida coletiva.

Caio Prado Jr. também indicou como, no século XIX, as transformações internacionais – imperialismo inglês e novas formas de inserção externa – e internas – fim do tráfico e, depois, da escravidão – explicitavam as contradições e as potencialidades da nação, vistas sob o ângulo do mercado interno como forma de superação da colônia. O seu limite, contudo, estava na compreensão de que uma “economia colonial” deveria ser sucedida por uma “economia nacional”, concebida de forma vaga e imprecisa como aquela caracterizada pela “organização da produção em função das necessidades próprias da população” (PRADO JR., [1945] 1985, p. 270).

Apesar de *História econômica do Brasil* não ser a sua grande obra em termos metodológicos, pois escrita em 1945 para um público estrangeiro e “atualizada” em 1970, para Caio Prado, não se gestaram no país “as condições necessárias para um desenvolvimento industrial em larga escala”. Portanto, sequer se pode falar de “industrialização” (PRADO JR., [1945] 1985, p. 287-289; p. 299; p. 333). O ciclo que se abre no pós-1930 é mais a “crise de um sistema” do que o início de outro.

O texto de Caio Prado Jr. de 1954, escrito para o concurso à cadeira de economia política da Faculdade de Direito da USP, nos permite aprofundar esse diálogo entre os dois intelectuais. Aqui ele se dedica às limitações do processo de industrialização no Brasil. A sua formulação, coerente com os conceitos trabalhados ao longo da sua trajetória, é a seguinte: “o sistema colonial da economia brasileira, dominante em nossos dias” trava a possibilidade de emergência de “um capitalismo propriamente brasileiro”, no que diz respeito às nossas relações econômicas internas (PRADO JR., 1954, p. 82-83).

Cauteloso, Caio Prado contesta a formulação de que se deva “apressar um processo de evolução para o capitalismo”, pois nossa história é outra e não se reproduzem processos de desenvolvimento. Mas ressalta que o “desenvolvimento qualitativo” exige uma “reestruturação econômica”, impossível senão através da “recomposição do sistema geral em que se processa o desenvolvimento”. Portanto, o sistema colonial atua condicionando negativamente o desenvolvimento brasileiro, que assume uma feição apenas quantitativa (PRADO JR., 1954, p. 76-79; p. 82-86; p. 153-157; p. 161-166).

Caio Prado Jr., no mesmo texto de 1954, critica a Cepal, especialmente Prebisch e os novos teóricos do desenvolvimento, por suas “raízes ideológicas”, o que lhes impede “uma apreciação adequada do conjunto e fecunda nos seus resultados práticos para as economias subdesenvolvidas”. O ataque mais frontal é dirigido ao “caráter estático”

das formulações da Cepal, “que não recua suficientemente no tempo, ou lhe faz apenas referências ocasionais e sumárias” (PRADO JR., 1954, p. 17-23). Se a primeira afirmação representa um distanciamento em termos teóricos, a segunda deixa de fazer sentido depois de *Formação econômica do Brasil*.

Furtado dá um salto adiante de Caio Prado ao dissecar o “sentido da industrialização”, apontando como se desorganizam as estruturas do “sistema colonial”, já a partir da “economia de transição para o trabalho assalariado”, por meio da utilização de categorias cepalinas e keynesianas. Mostrando como interagem o centro e a periferia, nos vários períodos históricos, ele molda um universo discursivo em que o político e o ideológico aparecem agora sintetizados em torno do centro de decisão por excelência, o Estado. Abre-se um caminho para superar por meio de reformas os “obstáculos” – que remetem à condição de subdesenvolvimento não apenas herdada do passado, mas redefinida no presente – antepostos à nação.

Isso posto, são várias as conexões metodológicas entre os dois autores, apesar dos marcos teóricos e focos de análise distintos. A própria noção de que a colônia não é o atraso, mas o outro lado do mundo moderno em gestação, “a parte de um todo, incompleta sem a visão deste todo” (PRADO JR., 1942, p. 14-15), pode ser a vista como a primeira incursão do pensamento brasileiro sobre o “subdesenvolvimento”, conceito pouco utilizado por Caio Prado. Parece-nos inclusive não haver introdução mais adequada a *Formação econômica do Brasil* do que a elaborada pelo historiador paulista em 1942: “é por isso que para compreender o Brasil contemporâneo precisamos ir tão longe; e subindo até lá, o leitor não estará ocupando-se apenas de devaneios históricos; mas colhendo dados, e dados indispensáveis para interpretar e compreender o meio que o cerca na atualidade” (PRADO JR., 1942, p. 6).

A diferença reside no seguinte ponto: escrevendo a partir do espaço de experiência estatal, e munido das novas técnicas e categorias do pensamento econômico assimiladas pelo método histórico-estrutural, Furtado foi capaz de fornecer de quebra um programa coerente de ação para o futuro.

Celso Furtado leu *Casa-grande & senzala* (FREYRE, [1933] 1973) já no Rio de Janeiro em 1940 (D’AGUIAR, 2014, p. 15). Segundo seus depoimentos, essa obra “corrigiu os excessos de seu historicismo” (FURTADO, 1999, p. 9), além de “revelar todo um instrumental novo de trabalho” (FURTADO, [1973] 2013, p. 41). Que maior exemplo possível de imaginação criadora do que esse livro do sociólogo pernambucano? Que impacto teria sobre ele a leitura do prefácio à primeira edição, em que Freyre escreve o seguinte trecho: “era como se tudo dependesse de mim e dos de minha geração; de nossa maneira de resolver questões seculares” (FREYRE, [1933] 1973, p. lvii)?

A monocultura açucareira aparece em Freyre como uma das vigas da estratificação social, tendo a miscigenação contribuído para atenuar os antagonismos de raça e de classe. Portanto, a economia é o chão a partir do qual se desenvolve a cultura. Mas as tensões sociais, em vez de fazerem mover a história, se dissolvem para ceder lugar a um regime “em vários aspectos, democrático, flexível e plástico” (FREYRE, [1933] 1973, p. lviii; p. lx; p. 52-53). Os antagonismos se equilibram, e a cultura aparece como a mediadora universal.

Em Furtado, a operação metodológica é quase a oposta. Ou as formas sociais e culturais resistem mesmo tendo as formas de produção se tornado obsoletas,

“persistindo” em um contexto de estagnação e travando o desenvolvimento, como no Nordeste (FURTADO, [1948] 2001, p. 148-149), ou as novas formas econômicas e sociais, engendradas em sintonia com o contexto internacional, propiciam a emergência de novas elites e valores com potencial transformador.

Nesse caso, os centros de decisão impulsionam rupturas na economia, permitindo (ou não) desenvolver as possibilidades estruturais contidas nas novas formas sociais. Pois a disputa, em última instância, se dá na estrutura de poder. A leitura do capítulo 29 de *Formação econômica do Brasil* revela a ascendência no período republicano dos novos interesses regionais, associados aos interesses agrícola-exportadores, especialmente do setor cafeeiro, mas também a emergência de “grupos sociais de rendas não derivadas da propriedade” (FURTADO, [1959] 1989, p. 171-173). Essa nova conformação social inaugura um período de tensões, inclusive no plano ideológico, cuja resolução seria encaminhada apenas no período pós-1930, conforme a sua síntese.

Permitimo-nos lançar a seguinte conjectura: não seria o Gilberto Freyre ([1936] 1996) de *Sobrados e mucambos* aquele que permite um diálogo de maior envergadura com Furtado? Nessa obra, o sociólogo pernambucano traça, “em ritmo lento”, a decadência do senhor rural, “que não foi imediata”, assim como tampouco se mostrou “súbita a ascensão da burguesia”. Houve um processo de “reeuropeização das elites” – uma espécie de reconquista pela “Nova Europa” – por meio da “industrialização e urbanização dos estilos da vida brasileira” (FREYRE, [1936] (1996), p. 134-137). Uma nova “paleotécnica” emergiu na infraestrutura urbana, diminuindo a distância social entre a gente senhorial e as elites inseridas nas atividades comerciais, financeiras e industriais (FREYRE, [1936] (1996), p. 308-344).

O paralelo com o conceito de “modernização”, introduzido por Furtado nas suas obras dos anos 1970, é sugestivo. Trata-se de uma atualização dos padrões de consumo das elites num quadro de parco desenvolvimento das forças produtivas e marcado pelo “imobilismo social” (FURTADO, [1980] 2000, p. 80-81). O excedente gerado na periferia é canalizado para os bens e técnicas que compõem o consumo das elites sob forte impacto da “colonização cultural”. Se o encaixe é perfeito para o século XIX, o modelo não passa por alterações substantivas a partir de meados do século XX, quando o aparato produtivo sofre uma descontinuidade para reproduzir aqui dentro – via industrialização – os padrões de consumo da minoria modernizada (FURTADO, 1974, p. 87-90).

Ressalte-se ainda que o conceito de “modernização” permite a Furtado reconsiderar a tese da virada dos anos 1950, de que a industrialização gera a formação de sistemas econômicos nacionais. O raciocínio por contraste cede lugar ao raciocínio dialético, uma vez que as relações centro-periferia se alteram de forma substantiva, o centro penetrando na periferia para se servir dela, aprofundando assim o seu subdesenvolvimento, agora “industrializado”. Mas aqui já estamos em outro terreno: o das interpretações do Brasil formuladas pelo economista-cientista social no pós-1964.

E no caso de Sérgio Buarque? Se não há menção explícita de Furtado à influência/leitura dessa obra, isso não significa que inexistam paralelos. Francisco de Oliveira (2003, p. 66-68; p. 78-79) lança a hipótese de que no tocante ao papel do Estado, central na obra de Furtado, ele “precisa” se escorar nos clássicos autoritários – Oliveira Vianna e Alberto Torres – uma vez que o Estado não está presente nas interpretações dos anos 1930.

Mas o faz por meio de uma assimilação mannheimiana: o planejamento assegura um processo de racionalização democrática a partir do Estado. Portanto, não aparece como força externa a projetar tendências vigentes da formação social sobre o plano político e “por cima”. De fato, Furtado não deduz o Estado da sociedade, e nem o contrário, pois estabelece relações entre as duas instâncias, e não apenas no plano da economia.

Por mais que Oliveira (2003, p. 62) admita ser possível encontrar em *Raízes do Brasil* uma proposta de “descordialização do Brasil” e de formatação de um espaço público renovado, no seu entender, não se trata propriamente “da questão do Estado”. Procuramos colocar em debate essa afirmação adiante.

Antes, porém, traçamos uma outra linha de conexão possível: a posição social de ambos os intelectuais e a sua atitude política. Parece-nos que a afirmação de Antonio Candido (1988, p. 64) sobre o pensamento “radical” de Sérgio Buarque se encaixa perfeitamente em Celso Furtado: “chamo de radical o pensamento que visa à transformação radical da sociedade num sentido de igualdade e justiça social, implicando a perda de privilégios das camadas dominantes”, com a particularidade de que esse pensamento se desenvolve nos setores progressistas das classes médias, e não se assume como revolucionário “no sentido marxista estrito”.

Essa veia de radicalidade encontra-se em *Raízes do Brasil*, não apenas nas críticas à “praga do bacharelismo”, “ao amor pronunciado pelas formas fixas e pelas leis genéricas” ou às panaceias propostas pelos “pedagogos da prosperidade” (HOLANDA, [1936] 2006, p. 172; p. 182), que casam bem com o estilo literário e o comportamento republicano de Furtado.

No capítulo 7 da sua obra, o historiador paulista perscruta uma “revolução lenta, mas segura e concertada” (HOLANDA, [1936] 2006, p. 187). Um “novo sistema” se erige nos centros urbanos, assim como um novo “centro de exploração industrial” no oeste paulista, que aos poucos “deixa de ser uma baronia” (HOLANDA, [1936] 2006, p. 193). A Abolição da escravidão é uma espécie de síntese dos acontecimentos que se projetam adiante em forma estilizada.

Sem qualquer idealização, as tensões sociais e históricas mudam de patamar. Até porque, conforme a leitura de Sérgio Buarque, a República “não criou nenhum patriciado, mas apenas uma plutocracia”. O antigo Estado mantém as formas exteriores do sistema tradicional. O quadro é marcado pela “separação da vida política e social”. Duas saídas, igualmente enganosas, se colocam: o “liberalismo” e o “caudilhismo”, incapazes de levar a uma “superação da doutrina democrática” (HOLANDA, [1936] 2006, p. 193-198). Em síntese, se “o Estado opõe-se à ordem natural e a transcende”, essa “oposição” apenas adquire sentido se tiver como “contraponto” um quadro social que lhe seja coerente” (HOLANDA, [1936] 2006, p. 208).

Conforme a síntese de Robert Wegner (2006, p. 356), “as mudanças econômicas e institucionais diluem as formas culturais tradicionais”, mas sem gerar novos padrões de sociabilidade que forneçam substrato às instituições estatais. Estamos numa situação peculiar, pois nem a sociedade organizada e tampouco o Estado burocrático podem encher a cena. Ambos necessitam do suporte um do outro.

Furtado será o teórico dessa tensão criativa entre as duas esferas quando a história o permitir, ou seja, quando novos segmentos se arvorarem a classes

dirigentes do Estado, em busca de pontos de apoio na sociedade, já parcialmente transformada pelas políticas e reformas estatais. Tensão criativa desestruturada por força das contradições internas e externas – como ele mesmo relata, em 1964, no seu livro *Dialética do desenvolvimento*. É quando nosso intelectual inicia um novo ciclo de interpretações do Brasil, mais profundas e multidimensionais, mais focadas no contemporâneo do que no histórico, uma vez expurgado do seu centro privilegiado de observação e ação, o Estado.

Finalmente, vale destacar que a inserção de Furtado no “campo problemático” das interpretações do Brasil se dá, não de maneira explícita, mas por meio de um esforço metodológico próprio, com o objetivo de recolocar em outro patamar a “diferença” brasileira. Seu principal ativo não reside no economista, mas na sua capacidade de, sendo-o, se projetar para além da economia a partir de categorias por ele forjadas para penetrar na dinâmica do desenvolvimento, em diversas temporalidades e espaços, realçando o papel das estruturas sociais e políticas locais/nacionais e internacionais.

O processo não é nada linear, pois cada corte transversal traz consigo novas coordenadas que interagem entre si à maneira de constelações de forças que avançam em forma de espiral até a próxima ruptura por meio da qual novo rearranjo se processa. Essa combinação gera diversos padrões de desenvolvimento, o que inclui as diferentes estruturas subdesenvolvidas que desfilam em diversos pontos do território brasileiro como num filme de longa-metragem feito de momentos de parada e aceleração. O objetivo é decupar a realidade espaçotemporal multifacetada, produto da história e que se atualiza como amplo mosaico de formas no contexto de industrialização, quando se torna possível um autêntico projeto de transformação nacional.

É então que um novo agente, o Estado, aparece como espaço potencial de resolução dos conflitos de forma democrática. Abre-se assim uma nova “sequência” de compreensão do movimento da sociedade brasileira, distinta daquela processada no período anterior. Ela não é resultado direto do “acúmulo intelectual” anterior, pois essa interpretação do Brasil origina-se do método por ele concebido para contrastar a dinâmica das estruturas econômicas e sociais com a emergência ou de centros de decisão dependentes ou potencialmente transformadores – quadro tecido a partir do fluxo histórico afunilado em um presente prenhe de oportunidades. O intelectual reposiciona assim os “velhos problemas”, que aparecem por meio da perspectiva potencialmente dialética (e não necessariamente dualista) com que concebe o desenvolvimento nacional¹⁰.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por que Celso Furtado não atualizou *Formação econômica do Brasil*? Sugiro uma hipótese simples e, portanto, longe de definitiva. Porque sua incursão no passado estava inscrita num projeto e numa utopia que não se confirmaram. Incorporar a sua análise para os períodos posteriores, mudando a composição do livro, significaria

10 Os termos entre aspas dos parágrafos acima representam uma tentativa de diálogo com as categorias trabalhadas por Botelho (2020, p. 26-28; p. 35-36; p. 41-44).

matar a força retórica e discursiva por meio da qual ele se transformou em ator do processo histórico.

Nas suas posteriores interpretações do Brasil, *Formação econômica do Brasil* é reescrita de várias formas, sempre acionando o método histórico-estrutural, para mostrar como a reorganização das relações centro-periferia junto com o enraizamento do subdesenvolvimento e da dependência travaram a possibilidade de construção de um sistema econômico nacional sob bases democráticas. Partindo de outro posto de observação, a universidade e o exílio, Furtado refaz as suas categorias e a sua narrativa do processo histórico, inclusive apurando seu método.

É nesse sentido que seu pensamento se revela original e ainda capaz de captar o andamento assíncrono das estruturas que conformam a realidade do “capitalismo global” e a variedade de capitalismo entronizada no país. Atualizar o seu pensamento é ser fiel ao seu método para descobrir por conta própria – como ele fazia – o movimento para além da superfície dos fatos econômicos.

Na encruzilhada em que vivemos desde 2016, ser furtadiano não é uma questão apenas de princípio, mas de compromisso com a objetividade e a imaginação criadora para flagrar as tensões estruturais – e as linhas de ação correspondentes – que permitam novamente conjugar desenvolvimento, democracia e justiça social.

SOBRE O AUTOR

ALEXANDRE DE FREITAS BARBOSA é professor de História Econômica e Economia Brasileira do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) e bolsista Produtividade CNPq (categoria 2).

afbarbosa@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-0493-7488>

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Prefácio. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Edição comemorativa – 50 anos. Organização de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *Formação econômica do Brasil*, cinquenta anos depois. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 50, set.-mar. 2010, p. 145-162.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. “Developmentalist Brazil” (1945-1964) as a concept: historicizing and (re) periodizing development in Brazil). *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 40, n. 2, April-June/2020, p. 332-354.

BOTELHO, André. Um certo “ar de família”: formação, inserção, linhagens, sequências. In: SAES, Ale-

- xandre Macchione; BARBOSA, Alexandre de Freitas (org.). *Celso Furtado e os 60 anos de Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Sesc/Publicações BBM, 2021.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.
- BRAUDEL, Fernand. (1958). História e as ciências sociais: a longa duração. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- CANDIDO, Antonio. Sérgio Buarque de Holanda, o radical. In: NOGUEIRA, Arlinda Rocha et al. (org.) *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; IEB, 1988.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1978). Celso Furtado: o descobrimento da economia. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- CEPÊDA, Vera Alves. O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia. In: BRESER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Marcio (org.). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 167-184.
- D'AGUIAR, Rosa Freire. Apresentação. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*: edição comemorativa – 50 anos. Organização de Rosa Freire d'Aguiar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. II-21.
- DAIX, Pierre. *Fernand Braudel: uma biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- FREYRE, Gilberto. (1933). *Casa-grande & senzala*. 16 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- FREYRE, Gilberto. (1936). *Sobrados e mucambos*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- FURTADO, Celso. *A economia brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.
- FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, Celso. (1961). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.
- FURTADO, Celso. Analyse économique et histoire quantitative. In: *L'histoire quantitative du Brésil de 1800 à 1930*. Colloques Internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, [11-15 Octobre 1971], n. 543, 1973, p. 23-26.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FURTADO, Celso. (1967). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 9. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.
- FURTADO, Celso. (1959). *Formação econômica do Brasil*. 23. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.
- FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- FURTADO, Celso. Mensagem aos jovens economistas. In: FURTADO, Celso. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 69-102.
- FURTADO, Celso. (1980). *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FURTADO, Celso. (1948). *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec; ABPHE, 2001.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*: edição comemorativa – 50 anos. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FURTADO, Celso. (1973). Aventuras de um economista brasileiro. In: D'AGUIAR, Rosa Freire (org.). *Essencial Celso Furtado*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2013a.
- FURTADO, Celso. (1987). Entre inconformismo e reformismo. In: D'AGUIAR, Rosa Freire (org.). *Essencial*

- Celso Furtado*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo, Companhia das Letras, 2013b.
- FURTADO, Celso. *Diários intermitentes: 1937-2002*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d'Aguiar. Prefácio de João Antonio de Paula. São Paulo: Companhia da Letras, 2019.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa – 70 anos. Organização de Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilian Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- IGLESIAS, Francisco. (1963). Prefácio à edição especial da Coleção Biblioteca Básica Brasileira – UnB. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Edição comemorativa – 50 anos. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- MAURO, Frédéric. (1972). Prefácio à edição francesa. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Edição comemorativa – 50 anos. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- O LONGO amanhecer: cinebiografia de Celso Furtado. Direção de José Mariani. Rio de Janeiro, 2004. (73 min.).
- OLIVEIRA, Francisco. Viagem ao olho do furacão: Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro. *Novos Estudos Cebrap*, n. 48, julho 1997, p. 3-19. Disponível em: <http://novosestudios.com.br/produto/edicao-48>. Acesso em: ago. 2020.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.
- PRADO JR., Caio. *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954.
- PRADO JR., Caio. (1945). *História econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ROMANO, Ruggiero. (1970). Prefácio à edição italiana. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Edição comemorativa – 50 anos. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SILVA, Roberto Pereira. *O jovem Celso Furtado: história, política e economia (1941-1948)*. Bauru: Edusc, 2011.
- SOLA, Lourdes. *Ideias econômicas, decisões políticas*. São Paulo: Edusp, 1998.
- WEGNER, Robert. Um ensaio entre o passado e o futuro. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa – 70 anos. Organização de Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilian Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

“Pouco mais do que uma viagem de turismo”: as viagens de juventude de Celso Furtado

[“Little more than a tourist trip”: the youth travels of Celso Furtado]

Carmen Felgueiras¹

RESUMO • Este ensaio sobre o significado das viagens de juventude para a formação da *persona* intelectual de Celso Furtado se utiliza da escrita autobiográfica para sugerir que tanto é possível constatar um movimento contínuo de alargamento dos círculos de sociabilidade para o qual as viagens contribuem, assim como perceber que essa escrita cumpre uma função que nos permite pensar naquele alargamento na chave dos riscos que esse *self* enfrenta no contato com o mundo e que a viagem como metáfora sumariza. • **PALAVRAS-CHAVE** • Celso Furtado; relatos de viagem;

escrita de si. • **ABSTRACT** • This essay on the meaning of youth travel for the formation of the intellectual persona of Celso Furtado uses autobiographical writing to suggest that it is so possible to see a continuous movement of widening sociability circles to which travel contributes, as to realize that this writing fulfills a function that allows us to think about that enlargement in the key of the risks that this self faces in contact with the world and that the journey as a metaphor summarizes. • **KEYWORDS** • Celso Furtado; travel narratives; self writing.

Recebido em 1^o de setembro de 2020

Aprovado em 15 de dezembro de 2020

FELGUEIRAS, Carmen. “Pouco mais do que uma viagem de turismo”: as viagens de juventude de Celso Furtado. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 78, p. 108-134, abr. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i78p108-134>

1 Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, RJ, Brasil).

A escrita como exercício pessoal feito por si e para si é uma arte da verdade dispar; ou, mais precisamente, uma maneira racional de combinar a autoridade tradicional da coisa já dita com a singularidade da verdade que nela se afirma e a particularidade das circunstâncias que determinam seu uso. (FOUCAULT, 2004).

Talvez a frase não seja mais do que um lugar comum, mas escrever sobre Celso Furtado é uma empreitada de risco. Não fosse a complexidade e a vastidão quase enciclopédica de sua própria obra, inúmeros professores e pesquisadores nacionais e estrangeiros se debruçaram sobre os seus trabalhos em diversas áreas do conhecimento e sobre aspectos diversos da sua biografia, constituindo uma fortuna crítica difícil de se dominar em pouco tempo².

Sendo assim, ressalto desde já que os meus propósitos aqui são bastante limitados. Arrisco-me neste ensaio a tratar do tema das “viagens de formação” a partir da escrita pessoal de Celso Furtado e, para isso, ao valer-me sobretudo do volume *Diários intermitentes* (2019), começo com a impressão de contrariar o seu autor. Em janeiro de 1938, ele anota com sua letra miúda e regular o seguinte: “sendo necessário, queimá-lo-ei, mas não permitirei que alguém roube o valor imutável que reside em sua essência – ser amigo e unicamente meu [...] que o mistério do acaso livre este livro de qualquer profanação” (FURTADO, 2019, p. 44). Corrobora a sinceridade dessa declaração o fato de ser muito improvável que, aos 18 anos incompletos, Celso Furtado atribuísse algum valor intelectual àquelas anotações, assim como o gênero biografias e memórias não lhe parecia despertar especial interesse. Também os estudos sobre a vida privada, a subjetividade e seu papel ganham relevo nas ciências sociais em um período posterior, quando elas expandiram seus limites disciplinares e avançaram sobre terrenos insuspeitados para o então jovem estudante do Liceu Paraibano, que

2 Remeto aqui o leitor ao *site* do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, que reúne e disponibiliza grande parte da bibliografia sobre Celso Furtado, facilitando enormemente o trabalho dos pesquisadores. Sobre a trajetória do Celso Furtado economista, cito o excelente artigo de Afrânio Garcia Jr. (2019).

ainda buscava entender a si próprio e ao mundo que o rodeava com os recursos da seleção eclética que fazia na biblioteca paterna³.

Por conseguinte, o presente estudo parte de dois pressupostos que contrariam duplamente o nosso autor. Primeiro, confirmando os maus pressentimentos do jovem Furtado, o pressuposto de que as ciências sociais seguem firme no programa weberiano de desencantamento do mundo nos espaços que lhes competem e que tomar como objeto de estudo os seus diários é, sim, profaná-los. Segundo, contrariamente ao que afirma em sua autobiografia de 1997, aos 77 anos de idade, quando, ao mesmo tempo que minimiza o seu zelo juvenil pela escrita pessoal, delimita e qualifica o seu valor – “a vida pessoal tem o mistério desses tesouros de fábula que, quando expostos à luz, perdem seu verdadeiro significado” (FURTADO, 1997, p. 93) –, busco destacar a importância dessa escrita pessoal⁴. Considero que essa escrita de si e esse cuidado de si demonstrados pelo autor, a tarefa de profunda automodelagem a que se impôs, se tiveram como condições de possibilidade os contextos em que se realizavam – a classe, a posição na família, as instituições, os diálogos, os horizontes intelectuais e, acima de tudo, a preponderância que o indivíduo biológico assume como valor básico da sociedade ocidental moderna (VELHO, 1994) – foram resultado de uma escolha consciente para a qual constava como fator decisivo a vontade de entender e intervir no mundo.

Atitude própria, como argumenta Daniel Pécaut (1990)⁵, do tipo de relação que os intelectuais brasileiros desde a década de 1920 estabeleceram com o Estado que embutiu o voluntarismo como marca predominante. Ou seja, embora esse processo de automodelagem não seja incongruente com um momento de crença na autonomia e na autossuficiência dos intelectuais enquanto categoria – e ser um deles parece ter sido desde sempre a escolha de Celso Furtado⁶ –, o destaque aqui é dado para os

3 A lista que reproduzo aqui é longa e certamente incompleta. Além dos livros positivistas que herdara do tio, lia *A filosofia da vida*, de Will Durant, Schopenhauer, o médico eugenista Renato Kehl, os estudos literários de Agripino Grieco e um romance de Pearl Buck. Em 1940, lê “*O Guarany e Diva*, de Alencar, *Casa-Grande e Senzala*, de Freyre, *Memórias de Braz Cubas e Quincas Borba*, de Machado, *Joseph Fouché*, de Zweig. No ano seguinte, lerá Confúcio, Platão, Graça Aranha, Kepler, Tennyson, Wilde, Bergson, Proudhon, Coulanges, Rosseau” (D’AGUIAR, 2014, p. 15).

4 Naturalmente, o conjunto de publicações dos escritos de Celso Furtado como Anos de formação e Diários intermitentes, organizado por Rosa Freire D’Aguiar, viúva de Celso, além da *Obra autobiográfica*, publicada em vida do autor com a colaboração de Rosa, são o principal lastro desse interesse e dessa importância.

5 Nisia Trindade Lima (1999), em valioso trabalho sobre os sentidos atribuídos pelos intelectuais brasileiros às categorias de “sertão” e “litoral”, sumariza o debate travado nos anos 1990 acerca de uma periodização que estabelece continuidades e descontinuidades entre o ensaísmo das primeiras décadas do século XX e o surgimento de uma fase científica na investigação social no Brasil com a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em 1933 e da Escola Livre de Sociologia e Política. Como não é o caso de retomar aqui este debate, adoto, juntamente com Nisia e outros, a periodização de Daniel Pécaut e principalmente a perspectiva da relevância do vínculo entre os intelectuais e o projeto de nação, no caso brasileiro.

6 Para a diferença entre identidades socialmente já dadas e outras adquiridas em função de opções e escolhas, remeto ao artigo de Gilberto Velho (1994), “Memória, identidade e projeto”, publicado em *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*.

elementos que concorreram para a sua execução. Ou seja, importa aqui *como* isso foi feito e não *por que* foi feito.

Convém, portanto, começar este ensaio sobre o significado das viagens de juventude para a formação da *persona* intelectual de Celso Furtado tecendo alguns comentários sobre o *corpus* documental desse trabalho, que são, além dos já mencionados *Diários intermitentes* (2019) e o primeiro volume da *Obra autobiográfica* (1997), os textos publicados no quinto volume da Coleção Arquivos Celso Furtado, *Anos de formação – 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado* (2014).

O livro *Diários intermitentes: 1937-2002* consiste na publicação de uma seleção das anotações íntimas de Celso Furtado em ordem cronológica – com exceção do período da guerra, destacado por Rosa Freire D’Aguiar em um capítulo à parte, “A guerra na Itália, 1945” – e que são pontuadas, primeiro, pela experiência dos deslocamentos e depois, já ao final, pela flutuação dos registros entre as dimensões do pessoal e do público, em “Balanços, sínteses, 1988-2022”. Nesse livro consta “quase meia centena de cadernos incompletos” que se estendem por 65 anos. Para efeito da análise serão consideradas mais detidamente as anotações de 1937 a 1948; as posteriores serão incluídas apenas quando se referirem especificamente a esse período.

Já a *Obra autobiográfica* é composta de três volumes. O primeiro, *A fantasia organizada*, começa com os dez *Contos da vida expedicionária*, ficção escrita durante o tempo em que o nosso autor esteve na guerra⁷. Também aqui serão selecionados desse primeiro livro as partes que correspondem ao mesmo período mencionado acima, ou seja, os capítulos “Os ares do mundo” e “Fuga para a planície”, em que é flagrante a ausência dos fatos de sua infância e juventude em João Pessoa e Recife. A narrativa começa no pós-guerra em 1947, no Rio de Janeiro, no momento em que o autor avalia o destino mais adequado – URSS, Londres ou Paris – para o prosseguimento de sua formação intelectual e profissional. Celso Furtado assume aqui a sua *persona* pública como critério de seleção dos fatos e parece considerar suas primeiras impressões como irrelevantes em um projeto de história das ideias ou do papel das ideias na história. Pelo contrário, concentra-se na análise da conjuntura europeia do período em seus aspectos econômico, político, social e cultural, a partir das suas observações à época, ou seja, por um testemunho pessoal dos acontecimentos. O jovem Celso Furtado surge, então, no texto da autobiografia, como um personagem do Celso Furtado da velhice, que – se colocados em diálogo – por vezes corrige os excessos do primeiro, como veremos mais adiante.

Nesse sentido, suponho, estamos como que diante de *personas* literárias distintas que compartilham uma mesma biografia. O título do primeiro livro da *Obra autobiográfica* é sugestivo para esta via de interpretação: “A fantasia organizada”, tirado de um verso de Paul Valéry (“*Ne sommes-nous pas une fantaisie organisée? Une incohérence qui fonctionne, et un désordre qui agit?*”), pode ser uma resposta positiva

7 Esses contos foram publicados originalmente em 1946, com o título *De Nápoles a Paris (Contos da vida expedicionária)* e republicados nessa edição da *Obra autobiográfica* por insistência de Rosa Freire d’Aguiar.

às indagações da mocidade. A busca juvenil de coerência subjetiva parece ter sido deixada de lado. As questões tornaram-se outras para o autor da maturidade.

Assim, na medida em que invertem ou subvertem o ordenamento autobiográfico, centrado na vida pública, as anotações feitas em *Diários* servirão para introduzir a presença de um contexto subjetivo de desordem, aleatoriedade e imprevisibilidade que o atravessavam no processo de automodelagem do *self*, quando nada ainda estava definido.

Irei, além disso, me referir aos aspectos distintos sob os quais os momentos, a escrita autobiográfica e as viagens podem ser analisados. Desde uma perspectiva manifesta, decerto constatamos um movimento contínuo de alargamento dos círculos de sociabilidade para o qual as viagens contribuem; contudo, desde o ponto de vista da análise dessa escrita, verificamos que ela cumpre uma função que nos permite pensar aquele alargamento na chave dos riscos que esse *self* enfrenta no contato com o mundo e que a viagem como metáfora sumariza: a *viagem* ao Recife e ao Rio de Janeiro, quando enfrenta a vida da metrópole pela primeira vez, a *viagem* à Itália, quando enfrenta os horrores e os riscos da guerra e as *viagens* a Paris e à Europa, quando enfrenta o desafio da inserção em um círculo social e intelectual ideologicamente complexo e variado.

Ao falar dessas viagens estamos, enfim, como nos diz Ricardo Benzaquen de Araújo (2019, p. 417),

[...] no mais legítimo terreno do idealismo alemão, marcado pela ideia de *Bildung*, isto é, de um projeto de formação, de aperfeiçoamento da personalidade que exige a intervenção de algo externo e objetivo que, agindo como se fosse um desafio lançado à vida interior, força a subjetividade a se transformar para enfrentá-lo, fazendo com que, por essa rota, ela termine por alcançar um estágio superior, mais cultivado de si mesma.

Viagem e escrita pessoal estarão, portanto, unidas de modo indissociável nessa trajetória dos anos de formação de Celso Furtado.

Diários intermitentes começa com as anotações de Furtado em 26 de julho de 1937, no dia do seu aniversário de 17 anos. Suas preocupações são exclusivamente intelectuais e dizem respeito apenas a si próprio. Recluso em casa, sai à noite para uma conferência e se mete em conversas sobre o individualismo e o socialismo. No dia seguinte cumpre o serviço militar. Afirma não existir o amor para ele – o amor que sentia não era o de toda gente e, por isso, linhas depois se declara apaixonado, escrevendo versos e idealizando afetos platônicos, amando a música mais que nunca. Considerava também incomum a sua autoconfiança nesse dia.

Incomum, dado que relativamente recente. Relatos posteriores da sua infância mais remota revelam o oposto, uma sensibilidade afetada pela ausência de delicadeza e afabilidade da família. Parecem querer transpor a aridez, a *secura* e a dureza do meio ambiente da região para as relações familiares. A própria alusão à feiura e estupidez da primeira infância reforça o sentimento de isolamento e inadequação de Furtado. Além disso, essas anotações não mencionam que muitas delas serão

copiadas nas cartas aos familiares – ao pai, à mãe, à madrinha, a amigos⁸ – nem que houvesse interlocução entre eles. Ou seja, a omissão produz o efeito de acentuar um sentimento subjetivo de profunda solidão.

João Pessoa, 18.08.37. [...] Tirei uma conclusão nestes dias que é minha de muito, mas que eu havia desprezado em parte nos últimos tempos: a felicidade só chegou até mim, só se sente atraída por mim nos momentos em que eu consigo me isolar o mais possível dos homens. (FURTADO, 2019, p. 42).

Consequentemente, esse desejo de isolamento o levava a perceber a sociabilidade como perda – “João Pessoa, 1937. [...] o pobre-diabo ficava na obrigação de perder horas e horas alimentando o pior dos assuntos (que geralmente é o escolhido) com uma pessoa medíocre, tendo por cima de se submeter a tudo para ser ‘cavalheiro’” (FURTADO, 2019, p. 42) –, revelando inclusive alguma misantropia e misoginia: “João Pessoa, 20.02.38. [...] se o mundo tivesse mesmo de se acabar? [...] Perderia todos os escrúpulos! Vingiar-me-ia da sociedade, dos homens, das mulheres – do mundo!” (FURTADO, 2019, p. 45).

Nesse processo de tornar-se pessoa através da literatura e da música, recursos de autoformação em um primeiro momento, Celso Furtado filosofa: “A dor aproxima” (“Nós só nos identificamos com o mundo através da dor” (FURTADO, 2019, p. 45); “O ócio afasta”; “Tolice viver” (no mundo). Frases que possivelmente refletem suas leituras precoces de Schopenhauer⁹. Em contrapartida, tem a ideia de escrever uma História da Civilização Brasileira considerando influências individuais e coletivas. A ambição desse projeto é temperada pela modéstia das anotações de outubro de 1939: “quando penso que outra pessoa é muito ignorante, folheio um livro de cultura variada para os pequenos de dez anos e – mortificante exercício – constato página por página quantas são as coisas que não sei” (FURTADO, 2019, p. 53).

“O QUE NOS SURPREENDE É A NOVIDADE” (JOÃO PESSOA, NOVEMBRO DE 1939)

Como afirmei logo de início, as viagens relativizam o isolamento em que o jovem Celso Furtado se colocara e resultam em uma intensificação da sociabilidade. Assim, a viagem é coetânea desse processo de autoformação. Retiram-no do seu casulo

8 Conforme aponta Rosa Freire d’Aguiar na “Introdução” do volume 6 dos Arquivos Celso Furtado e que podemos observar na leitura das próprias cartas, as anotações dos diários são ali transcritas literalmente. Sendo assim, correspondência, diário e textos de caráter público assumem um caráter simbiótico. Seria necessário, portanto, uma pesquisa mais aprofundada para distingui-los com propriedade, embora seja lícito supor que as anotações de caráter mais íntimo não tenham sido compartilhadas. Por ora, trabalharemos com a hipótese da precedência e da independência da escrita de *Diários*.

9 Desde 1931, o autor já estava disponível para o público de língua portuguesa, pois nessa data a editora carioca Livraria H. Antunes publicara *Dores do mundo – A metafísica do amor – A morte – A arte – A moral – O homem e a sociedade*.

literário e artístico e o atiram no mundo. Entretanto, esse não é um movimento abrupto. Até a primeira viagem para a Europa, Celso Furtado passará pelo Recife e pelo Rio de Janeiro.

Assim, a ida para Recife, prosseguindo seus estudos secundários no Ginásio Pernambucano, é notável pela transformação que opera no sentido de um alargamento das experiências, ainda que, de imediato, tenha acentuado a sensação de isolamento. Isso é bastante perceptível no tom nostálgico, melancólico e sobretudo ambíguo da anotação em seu quarto de pensão em frente ao Capiberibe, em que percepção de que, se o mundo platônico que criara produzia tédio e tristeza, a destruição desse mundo também lhe causa sofrimento: “Recife, 20.03.38. [...] Eu tinha o meu mundo – aonde as asas imensas de minha personalidade se expandiam e semeavam as ideias fecundas que as tornavam sublimes” (FURTADO, 2019, p. 46).

Nesse momento de indefinição, aproxima-se dos professores. Dá-se conta da mediocridade dos colegas, com os quais se compara. Tanto que trata com o máximo de objetividade possível o comentário do professor Olívio Montenegro sobre o trabalho “Liberalismo econômico”, dos elogios que fez, além das promessas de introduzi-lo no círculo intelectual de prestígio nacional. Não há qualquer acento subjetivo nessa anotação de 26 de outubro de 1938, assim como não ele denota surpresa alguma com o reconhecimento.

A importância da vida em Recife nesse movimento de ampliação dos círculos de sociabilidade do jovem Celso Furtado pode ser dimensionada pela anotação do dia 13 do mês seguinte: “um acontecimento notável veio perturbar a monotonia da minha vida” (FURTADO, 2019, p. 50). Narra em detalhes o incidente em que policiais tomaram a bola e a rede do voleibol que ele e seus colegas jogavam em Olinda. Envolve-se no bate-boca e acaba recebendo voz de prisão. Mas o incidente é a oportunidade para revelar a si próprio (e talvez aos seus) a sua capacidade de estabelecer contatos e de seduzir o seu interlocutor. No caso, o soldado que o conduziu à delegacia e que o convidou para um “festão no colégio de Olinda, das freiras, de noite”. Incidente saboroso, que termina com a exclamação: “Ah! Esta vida...” (FURTADO, 2019, p. 50).

Ou seja, a sequência em que lemos os dois episódios, esse e o anterior sobre o seu desempenho escolar, sugere que a consolidação do êxito acadêmico o fortalece subjetivamente e o induz a experimentar de modo positivo, e não mais como perda de tempo, uma sociabilidade mais ampliada, inclusive com extratos mais populares. Algo que, aliás, se revelará bastante frequente a partir da sua ida para Itália como membro da Força Expedicionária Brasileira (FEB), cuja experiência será relatada nos *Diários*, em artigos e em alguns dos seus *Contos da vida expedicionária*, como veremos mais adiante.

O segundo deslocamento é para o Rio de Janeiro em 10 de janeiro de 1940. As provas para o ingresso na Faculdade de Direito (foi o primeiro candidato do Norte) são consideradas como um desafio estimulante, e ele declarará: “Gosto de coisas difíceis”.

Aos 20 anos já possui uma noção bastante precisa da sua inteligência e do seu critério para discriminar o joio do trigo:

Quem me vê tomando café na Cinelândia com Villa-Lobos [...] não dirá nunca que sou um pobre-diabo¹⁰... que não mora em apartamento luxuoso... mas que sabe juntar o dinheiro necessário para aproveitar, tanto quanto os grandes, do bom, e muito mais do que aqueles que mandam em mim e ganham vinte vezes mais do que eu. (FURTADO, 2019, p. 59).

Mas é crítico de Villa-Lobos pela imitação estrangeira e pela sua pecha de “gênio incontestado”, mas sem “personalidade” (FURTADO, 2019, p. 62); em contrapartida, Furtado não hesita em fazer rasgados elogios ao pianista polonês, radicado no Estados Unidos, Arthur Rubinstein. Crítica e elogio não aparecem referidos às disputas em torno da construção de uma cultura nacional em pleno Estado Novo.

Neste ponto, cabe observar que assim como a dimensão da intimidade está ausente da *Obra autobiográfica*, a vida nacional está praticamente ausente nos relatos dos anos 1937-1948 que vieram à luz nos *Diários*. Evidentemente, isso não significa que Celso Furtado fosse indiferente aos problemas nacionais; pelo contrário, desde muito cedo, como o atestam os textos jornalísticos e os derivados de sua atividade no serviço público do período 1941-1946, ele estava bastante empenhado em debatê-los, assim como trata de questões teóricas mais gerais, como o seu trabalho de 1938 sobre o liberalismo econômico, no qual fica evidente a sua precocidade intelectual, mesmo para os padrões da época. Ou seja, Furtado estava imerso na atmosfera do período, pois tanto a sua geração quanto a anterior, a do seus mestres, formularam uma autocompreensão de si como portadores de uma missão: seja, no primeiro caso, a de vocalizar os interesses do povo, estabelecendo umnexo entre o povo e a nação, seja, no segundo, a de encontrar no povo os elementos para a sua própria geração organizar a nação¹¹. É compreensível também que, da mesma forma que a maioria dos que pertenciam a esse estrato, Furtado nem se identificasse com a sua própria classe social nem pretendesse vocalizar os seus interesses¹². Está muito nítida a sua autopercepção como alguém “acima da média”, e seu interesse em pensar o Brasil em seus projetos de livro de história e de ficção de modo algum difere em seus propósitos

10 Caberia dedicar mais atenção à antinomia que essa expressão de uso relativamente frequente por Furtado parece indicar. Certamente denota uma consciência da sua origem de classe relativamente humilde e provinciana que pretende transcender, mas também pode sugerir uma aspiração de “mundanização”, no sentido de ser como toda gente. Tentarei retomar este ponto mais adiante.

11 Utilizo aqui a formulação de Daniel Pécaut, mas ciente de que sua proposta não encontra unanimidade entre os principais estudiosos do pensamento social brasileiro. Desde, claro, Sérgio Miceli, com quem Pécaut trava um diálogo áspero, logo no início do seu trabalho, até André Botelho (2019, p. 202), para quem “buscar qualquer unidade para os ensaios de interpretação do Brasil escritos entre 1920 e 1940 constitui, na melhor das hipóteses, um movimento analítico de atribuição e não de inferência de unidade”. Contudo, considero a hipótese generalizadora de Pécaut (formulada através do conceito de “cultura política”, reconhecendo inclusive as diferenças significativas entre os autores dos períodos analisados) produtiva para os objetivos deste trabalho e faço dela um uso apenas pragmático.

12 Pelo contrário, todas as referências à sua inserção de classe são profundamente negativas e revelam o seu desejo de transcendê-la.

do que constituía principal fonte de legitimação da atividade intelectual desde a década de 1920: o de ser portador de um saber socialmente considerado como relevante.

Em resumo, se para a geração dos intelectuais dos anos 1920, consideradas as especificidades de cada um deles, o propósito fora constituir e organizar a nação partir do “alto”, identificados que estavam com o Estado em um projeto elitista de sociedade, a geração seguinte também prosseguiu em seu viés racionalizador e voluntarista.

Assim, os dois elementos que, a princípio, são coordenadas para a construção a sua própria trajetória intelectual e profissional – o planejamento e a paixão – podem ser identificados no trabalho coletivo de constituição da nacionalidade, a partir do desejo voluntarista que foi o da sua geração. Um mote que elabora aos 24 anos e que é possível supor que levará para o resto da vida.

Mas, nas anotações de 1944, a ênfase do jovem Furtado ainda é, em grande medida, colocada na sua própria subjetividade, vista então como empecilho para a sua vocação de escritor. A pena como *alter ego* não lhe permitiria transcender o seu próprio eu.

Procura lidar racionalmente com sentimentos depressivos – “A ilusão de que tinha um papel a desempenhar sob o sol fundiu-se em nada” (FURTADO, 2019, p. 62) –, e para isso o caderno é um recurso para “pensar sistematicamente”. Os problemas intelectuais que o ocupam (“afogam”) são variados e inconstantes: a vocação, a vaidade, o papel do sensualismo. Chega, enfim, à conclusão: “tenho várias personalidades, todas diluídas, nenhuma inteiriça. A consciência do tempo perdido dói-me como uma chaga” (FURTADO, 2019, p. 64).

Mais uma vez procura uma saída literária para a sua angústia. O projeto do livro, cujo título seria “Transumância”, revela a sua preocupação, além do seu próprio deslocamento, com a migração interna que começava a ocorrer no país em função dos processos de urbanização e industrialização do sudeste. As figuras centrais viriam do interior e estariam num processo de adaptação da metrópole. É possível, portanto, inferir que as três figuras centrais do romance representam vias ou alternativas que Celso Furtado visualiza para si próprio: em todas elas um ponto de partida de classe e uma saída ou libertação dos valores de sua classe ou do meio em que se insere: a saída pela arte, pelo misticismo ou a saída coletivista.

Se a segunda alternativa não parece ter sido tentada, a primeira é seriamente considerada. Observamos, ao retornarmos às suas anotações do Rio de Janeiro, que em junho de 1944 ele havia sido acometido por “crise de ataraxia”¹³ e que vai superá-la pelo seu interesse numa obra de arte, vista como a porta de entrada para a universalidade no comunicar-se com o mundo.

Entre 18 e 21 de fevereiro de 1945, a bordo do General Meigs, a caminho da Itália, Celso Furtado traça nas páginas de um caderno de capa de cartolina cinza o inventário de sua vida desde então. Nelas refere-se brevemente ao tempo transcorrido na viagem, aos destinos próximos, Gibraltar e Nápoles, a costa da África, e o que a vista alcança. Lugares que parecem funcionar como pontos de apoio metafóricos em uma narrativa da imprecisão e da imprevisibilidade da sua vida, contra as

13 Independentemente dos significados da palavra ataraxia (um estado de espírito livre de perturbações) nas diferentes escolas do pensamento clássico, o emprego do termo por Celso Furtado tanto indica seu contato com a filosofia estoica como lhe subverte o sentido. Retornarei a isso mais adiante.

quais se rebela. Começa afirmando que, se pouco pensou nas implicações do seu alistamento, acredita ser porque o seu espírito sempre esteve inclinado a aceitar as situações imprevistas. E conclui que vinha passando desde os seus 14 anos por um longo processo de “desagregação ideológica”, a desagregação de uma vida interior plena, “mas constituída apenas de sonho” (FURTADO, 2019, p. 65). Percebe a biografia de cada homem como uma obra a ser realizada em função de um fim, mas a angústia se revela quando o fim se move como uma miragem no deserto: primeiro a mulher e a natureza, em seguida a cultura e a sabedoria humana, a arte. “A história, a filosofia, a erudição, a literatura, as ciências naturais, a musicologia, a crítica – qualquer desses ramos do conhecimento seria suficiente para me inundar a imaginação, me absorver todo inteiro” (FURTADO, 2019, p. 76). Completa as reflexões do dia com um balanço. Positivo, por um lado: “a minha vida de estudante fora uma progressão de sucessos; as minhas qualidades intelectuais e morais estavam bem acima da média, sabiam todos. Acostumara-me a ver tudo de cima.” (FURTADO, 2019, p. 76). Negativo, por outro: pois também se acostumara, como já vimos, a ser uma criatura só, autossuficiente: “Nunca conhecera o contato de uma criatura humana. A família praticamente não existia para mim” (FURTADO, 2019, p. 77).

Esse balanço é feito com método, da mesma forma com que ele construía o plano do seu livro a partir da caracterização de seus personagens. Passava a compreender-se através de sua posição em um todo, no qual categorias como marginalidade social e decadência da sociedade tanto conferiam um novo sentido às suas preocupações como apontavam para os limites de uma saída individual. Descreve do homem como “potência autônoma”. Via a necessidade de integrar-se em um “grupo social consistente”¹⁴, cuja rotina o protegeria contra as angústias existenciais que o acompanharam até aquele momento.

As minhas angústias foram incalculavelmente profundas. Isto porque tinham origem complexa e se alastravam em um espírito onde não restavam pontos de apoio. Considere-se que eu carregava comigo uma segunda personalidade que nada ou pouco devia ser afetada por tudo isso. Acresce que a minha solidão fazia com que a dor se circunscrevesse a mim exclusivamente. (FURTADO, 2019, p. 79).

PAUSA

Deixarei, por ora, em suspenso esse balanço autobiográfico de Celso Furtado para efetuar uma pausa na análise a fim de refletir sobre o que está em jogo em sua escrita pessoal a partir de algumas chaves de interpretação. Acredito que, dentre muitas possíveis, duas delas são centrais. Uma, que já vem sendo sugerida, refere-se ao processo de autoformação pela “escrita de si”, na qual o plano de vida assume

¹⁴ Fugiria aos propósitos deste artigo explorar a questão, mas cabe notar que no “grupo social consistente” a que ele se refere estão excluídas “a comédia da vida dos intelectuais, e a feira da arte, e o meretrício do pensamento!” (FURTADO, 2019, p. 78).

preponderância; e a outra diz respeito ao tipo de retórica empregado nessa escrita e qual o efeito pretendido por Celso Furtado.

Começando pela primeira chave, cabe citar um trecho do estudo de Foucault de 1983 para resumir o ponto que nos interessa mais de perto neste momento: ou seja, que a escrita de si, tal como aparece em documentos do séculos I e II d.C., funcionava como arma contra a solidão dos ascetas – “o que os outros são para o asceta em uma comunidade, o caderno de notas será para o solitário” (FOUCAULT, 2004, p. 145) –, mas também como instrumento de constituição de si – o caderno de notas servia como registro do que se lia e escrevia e, nesse movimento, obrigava o seu autor a se colocar nessa escrita e a constituir a si próprio. Nesse sentido, se, por um lado, a escrita unifica os “fragmentos heterogêneos pela sua subjetivação no exercício da escrita pessoal”, por outro, “o copista cria sua própria identidade através dessa nova coleta de coisas ditas” (FOUCAULT, 2004, p. 152).

Uma sequência de três máximas preenche as páginas do diário em outubro de 1939, antes que ele complete com ironia, praticamente endossando a conclusão do nosso filósofo:

João Pessoa, outubro de 1939. Quando dizem “o homem descende do macaco”, julgam ter feito o resumo completo de Darwin; quando dizem: “tudo é relativo”, Einstein; “o fim justifica os meios”, Machiavel. Por que todos sabem que Machiavel punha “panos reais e curiais” para ler, e ninguém sabe que Buffon, para escrever, punha o colarinho e os punhos de renda? Todos repetem que, se o nariz de Cleópatra tivesse sido menor, a face do mundo seria diferente, e ninguém cita aquela outra frase de Pascal, da mesma forma lapidar, do grãozinho de areia na uretra de Cromwell. (FURTADO, 2019, p. 54).

Creio que a esta altura já tenhamos elementos mínimos para uma comparação com o exercício espiritual desenvolvido pelo jovem Furtado, em seus aspectos de semelhança, mais ou menos evidentes, quando lembramos da relação ambígua com sua condição solitária. De fato, a escrita pode ter funcionado como uma arma contra os perigos da solidão nas primeiras notas, assim como nas anotações em que faz as listas dos livros lidos ou quando sintetiza as suas leituras conferindo a elas a sua singularidade de leitor. Funcionava também como “um guia de vida, um guia de conduta”, sobretudo na medida da ausência de orientação paterna.

Contudo, se é possível reconhecer na escrita pessoal de Furtado os ecos dessa tradição, talvez seja também proveitoso atentar para as diferenças. Uma primeira aparece quando Foucault (2004, p. 150) observa que na antiguidade greco-romana a técnica é utilizada contra a *stultitia* (“a agitação da mente, a instabilidade da atenção, a mudança de opiniões e vontades”) e constitui “o meio pelo qual a alma é afastada da preocupação com o futuro, para desviá-la na direção da reflexão sobre o passado”. Sabemos que na escrita de si de Furtado, se, por um lado, a *stultitia* é francamente evitada em favor da *sapientia*, o movimento em direção ao futuro é, por outro lado, incontornável e condiciona a necessidade de planejamento da vida. Mas uma segunda diferença, talvez ainda mais importante, pode ser mencionada. Foucault começa o seu texto mostrando que a *Vita Antonii*, de Atanásio (296-373 d.C.), é feita em substituição ao “olhar dos companheiros de ascese”, porque “o constrangimento

que a presença do outro exerce na ordem da conduta, a escrita o exercerá na ordem dos movimentos interiores da alma, [quando] tratar-se-á de desalojar do interior da alma os movimentos mais escondidos de forma a poder deles se libertar” (FOUCAULT, 2004, p. 162) e dar aos monges um modelo digno de imitação. Está evidente, portanto, que o exercício de constituição de si tinha por finalidade o agir e não a formação da personalidade, como sugiro ser o caso de Celso Furtado, reforçando todo um contexto institucional voltado para esse objetivo.

Esse é um ponto que precisa ser expandido antes de prosseguirmos. Conforme escreve Leopoldo Waizbort (2015, p. 46), em artigo que trata dos diferentes modelos de universidade adotados na modernidade ocidental, a ideia de formação “é produto do século XIX e está inextricavelmente ligada a um contexto social, histórico, político e cultural particular, que modela o conceito”. Além disso, “formação” está em uma relação de mútua determinação com a “personalidade”. Ou seja,

A ideia de personalidade supunha uma formação, assim como a formação depende da personalidade. Personalidade supunha formação por ser justamente o resultado de um processo formativo, no qual o indivíduo, ao longo do tempo, adquire um patrimônio interior mais amplo, mais diferenciado e mais profundo. Por outro lado, a formação, cujo sujeito e suporte é o indivíduo, depende da personalidade ao mobilizar aquela diferenciação, amplitude e profundidade em uma espécie de conversação coletiva, em um processo complexo de circularidade e de determinação mútuas, em que formação e personalidade vão se incitando e aprofundando uma à outra ao longo do tempo, em um processo sem fim. (WAIZBORT, 2015, p. 46).

Mas não se trata, neste contexto, de um processo exclusivamente interno, autoformativo:

A conversação, ou seja, as formas de comunicação que estão no âmago do processo formativo, possibilita que o desenvolvimento da personalidade não se confunda com qualquer espécie de solipsismo ou enclausuramento, mas se abra para a multiplicidade das formas de existência e pensamento e, com isso, “se forme”. (WAIZBORT, 2015, p. 46)¹⁵.

Ou seja, certamente, no que diz respeito a esse processo mais amplo, tanto a escrita como as leituras, as viagens, a universidade, assim como os demais círculos de sociabilidade nos quais Celso Furtado ingressa, todos eles são elementos que concorrem para a formação de sua personalidade. No entanto, em se tratando dos diários, como a ausência de menção ao diálogo epistolar com os familiares e amigos

15 As conclusões de Leopoldo Waizbort (2015) apontam para uma falência desse modelo de *Bildung* na Alemanha e nos Estados Unidos já no início do século XX com o surgimento da figura do especialista, falência já identificada por Max Weber em seu célebre “Ciência como profissão” de 1917. Seguindo com Waizbort, esse modelo humboldtiano de formação é o que fora implantado na criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934, o que nos autoriza a pensar na presença do contexto para o caso de Furtado, assim como sugerir outros desenvolvimentos no sentido de explorar no autor esta dupla inserção cultural, como humanista e como especialista.

indica, a automodelagem é um processo solitário que antecede qualquer objetivação e é capaz de fornecer os recursos para os seus riscos, dentre os quais a perda de referências. Constitui o principal risco da solidão a *stultitia*, perder-se de si e do seu projeto de autoformação.

Pois é disso que se trata: em Celso Furtado a escrita de si é solidária com um rigoroso planejamento da vida para o enfrentamento dos riscos que as viagens, metafóricas ou reais, representavam, pois só assim o ideal de aperfeiçoamento poderia estar à altura dos desafios, no sentido de que quanto maiores eles fossem mais a personalidade se formaria e se aperfeiçoaria.

Retomando o balanço de vida a bordo do General Meigs¹⁶, vemos que ele anota:

No meio dessa crise eu reuni todas as minhas forças e resolvi disciplinar a vida. Sistematizei uma série de hábitos, submeti-me a um programa de estudo (verdadeiro narcótico para o espírito) e arquitetei um futuro. A rigidez e amplitude desse programa de vida levar-me-ia a um permanente esforço de extroversão e disciplina. (FURTADO, 2019, p. 79).

A observação que Furtado faz no retorno ao Brasil com o fim da guerra é também forte e dramática o bastante para demonstrar essa preocupação permanente em planejar a própria vida:

[...] com a conclusão das operações e a esperança de breve retorno, já se pode pensar um tanto em programa de vida. [...] tudo no Brasil se modificou tanto, desde a minha saída, que se tornou indispensável uma revisão de programa de vida. E eu sem um bom programa sou um homem morto... (FURTADO, 2019, p. 86).

Assim, a expressão “homem morto” parece indicar homem estagnado, parado — justamente aquele da crise de ataraxia — diante das mudanças. Logo, o programa o levaria adiante, em direção não a um futuro incerto, mas a um futuro minimamente controlado. Além disso, trata-se, no caso do nosso autor, de um indivíduo plástico o suficiente para se adaptar à mudanças – como já o vimos dizer, “O meu espírito tem sido sempre inclinado a aceitar as situações imprevistas” (FURTADO, 2019, p. 75) –, mas constitui operação fundamental manter o que já fora consolidado no processo de automodelagem. No entanto, chama a atenção o fato de que, mais que projetos concretos, o que vemos em *Diários* é uma aspiração, ou seja, a busca do projeto e de sua capacidade de disciplinar uma personalidade excessivamente plástica e adaptável.

Esse conjunto de ideias – o sentido do projeto, unido à escrita pessoal e à ideia de

16 Também nesse caso, sigo as sugestões de Ricardo Benzaquen de Araújo (2019) para o exame das possibilidades interpretativas da relação entre a escrita de si como uma espécie de inventário da vida até então e a situação na qual nosso autor se encontrava, em um mar que poderia representar a ameaça da indissociação, tal como representado na tradição grega. “O mar, neste caso, costuma ser definido como algo que – simplesmente – não tem caráter. Cabe recordar aqui que caráter, em grego, se relaciona com a ideia de sulco, ou seja, com a possibilidade de que, ao se escrever alguma coisa, se possa manter uma memória indelével do que se escreveu” (ARAÚJO, 2019, p. 353).

viagem – se encontra precisamente articulado por Marcelo Timotheo da Costa no artigo em que examina, na tradição cristã da escrita de si, os diários do monge trapista americano Thomas Merton e os do intelectual católico brasileiro Alceu de Amoroso Lima¹⁷. A questão de Marcelo e, sobretudo, a resposta que dá a ela são de certa forma análogas às que nos ocupam. A pergunta é: quais “as razões que moveram Merton a registrar suas memórias e Amoroso Lima a renunciar a tal ação”? (COSTA, 2015, p. 1).

Em primeiro lugar,

[...] os textos autobiográficos de Amoroso Lima e Merton, concluídos ou não, podem ser vistos como relatos de viagem especiais¹⁸. Exposições públicas de um itinerário maravilhoso, discernível somente pelas lentes da fé, mas testemunhado diante de fiéis e não crentes. Enfim, memórias que revelam *identidades e projetos bem nítidos*. (COSTA, 2005, p. 3 – grifos meus).

Assim, constituindo uma prática que o cristianismo adotou da filosofia estoica e que tem em Santo Agostinho o seu maior expoente, os diários funcionam como espécie de guias de viagem necessários para a disciplinarização do peregrino, uma vez que a pertença ao cristianismo é vista como “opção a ser continuamente confirmada” (COSTA, 2018, p. 104).

A frase de Merton resume o ponto: “Se não houver mudança importante em nossas vidas à medida que seguimos nossos cursos, não há sentido em manter diários”¹⁹. Conforme conclui Marcelo Timotheo: “Enfim, memória e propósito” (COSTA, 2018, p. 105).

Além disso, e este é o nosso segundo ponto, se, de acordo com Costa (2005, p.7), Merton procura “disciplinar seu caminhar pela *confessio* de erros passados [...], Alceu teria modelado e disciplinado seu *self* através das dezenas de obras que escreveu”. Em outras palavras:

Amoroso Lima torna-se mais franciscano, menos agostiniano. Assim, se Agostinho e o Merton de *A Montanha dos Sete Patamares* apresentam o mundo como decaído, Alceu, aproximando-se de determinada teologia da alegria advinda das ordens mendicantes da Idade Média, reabilita o século e a matéria. (COSTA, 2005, p. 7).

Nesse sentido, podemos inferir que, de forma análoga aos dois intelectuais cristãos, Celso Furtado tanto escreve para enfrentar mudanças e redirecionar o seu curso de ação como, por outro lado, abandona a escrita pessoal e a tematização de si na medida de sua “descida” para mundo. Se no caso de Merton e de Alceu tratava-se de preservar a fé diante dos riscos mundanos, para Furtado trata-se de preservar a sua personalidade, a sua autenticidade e, por que não, a sua liberdade diante dos riscos, dos acidentes e dos acasos. Com a diferença, porém, de que, para o nosso autor, o

17 Naturalmente, como é impossível reconstituir aqui os argumentos de Marcelo Timotheo em sua complexidade e sofisticação, atendo-me a apenas alguns pontos selecionados para os fins deste ensaio.

18 Relato de viagens no sentido de que, para “o fiel, a vida terrena pode ser representada como um metafísico peregrinar à Jerusalém Celeste, um exercício ascensional” (COSTA, 2005, p. 2).

19 Ver *Run to the mountain*, p. 133, 13 de janeiro de 1940 (apud COSTA, 2018, p. 105).

risco é duplo, quer no sentido ascensional, quando vai ao encontro do seu “pequeno deus”, a sua personalidade autêntica – quando o risco é o aprisionamento em seu próprio *self* solitário e egoísta –, quer no sentido mundano, o de enfrentar o mundo, quando poderia pôr a perder todo o esforço de autoformação.

A meu ver, esse minucioso trabalho de composição das forças paradoxais de autocentramento e de extroversão começa a ser feito de forma mais intensa na primeira viagem para a Europa, quando a situação da guerra lhe proporciona a experiência da vertigem no contato alternado com o “alto” e com o “baixo”, com certa aristocracia europeia e com o povo italiano.

A GUERRA

Não esperemos do nosso autor reflexões extensas e profundas sobre a guerra em seus diários²⁰; o que temos são apenas comentários pontuais feitos no caminho, nos quais chama a atenção a sensação de inutilidade da participação brasileira, e da sua própria, no conflito, apesar de considerar a enorme importância da luta contra o fascismo. Minimizando as suas emoções, registra algumas cenas do cotidiano da guerra, banal como todo cotidiano pois “Muito cedo nos acostumamos com as destruições”²¹ (FURTADO, 2019, p. 83). Essa conclusão tem um quê de desencantamento, pois ficamos sabendo, em um texto manuscrito sobre a sua apresentação, pouco antes da partida para a Europa²², que se voluntariara na Força Expedicionária – serviria como tenente – pelo espírito da aventura e em razão de uma vontade de superar os seus recalques.

Eu passava a ser desde aquele momento não mais um número dentro da multidão, um empregado público, um simples, uma criatura da parte de baixo da classe média. O simples fato de que minha vida estava em jogo transplantava-me para um plano heroico da vida. (FURTADO, 2014, p. 252).

Do fenômeno do fascismo, ou do que vê a partir do contato com a população do norte da Itália, extrai uma análise de classes, cujo ponto central é a corrupção do povo pelo regime. Chamam a sua atenção o enfraquecimento do senso de responsabilidade

20 Isso é feito em textos posteriores, sobretudo naquele que, segundo a nota da organizadora, se constituiria em uma palestra que Celso Furtado fez em João Pessoa sobre a sua experiência na FEB. Ver “O tenente na Paraíba” em “Documentos de Celso Furtado. A guerra. 1945-1946” do volume 6 dos Arquivos Celso Furtado. Nesse volume encontramos algumas das anotações que constarão em *Diários intermitentes*, assim como dois textos manuscritos que antecedem a ida para a Europa, como outros posteriores, além das cartas e cartões-postais enviados à família durante a permanência na Itália (FURTADO, 2014).

21 Boris Schnaiderman (2004), um expedicionário como Furtado, também acentua essa dimensão do cotidiano em seu romance *Guerra em surdina*.

22 Em outro texto manuscrito, datado de 20 de janeiro de 1946, Furtado revela que ao final do período da convocação fora classificado em unidade não expedicionária, mas que, por ingerência de Gilberto Amado, filho, teve essa transferência revogada, o que acaba atrapalhando os seus planos, pois nesse interím obtivera a aprovação de uma bolsa de estudos nos Estados Unidos. Ver: Furtado, 2014, p. 253-255.

pela coisa pública das classes médias, a passividade das elites e a ignorância do povo, o que sustenta o seu prognóstico pessimista sobre as possibilidades de um “movimento social renovador” na Itália. Como pontuará em carta à madrinha, “Para a maioria dos brasileiros que aqui estão o italiano se afigura um ser moralmente degenerado; a verdade é que nós estamos em uma sociedade em fase de decomposição. O mal é social – os indivíduos apenas o refletem” (FURTADO, 2014, p. 271).

Com efeito, justificando a expressão que tomo de empréstimo para o título deste trabalho, seus comentários em terra, na Itália, são de fato apontamentos de um turista. Pompeia, Florença, Nápoles, a neve, a catedral de Milão, os palácios dos Médici. Dá-se conta da limitação do seu ponto de vista, do seu provincianismo: “é admirável o estado de sedimentação da cultura. Admirável para mim – bicho do mato –, é claro” (FURTADO, 2019, p. 83).

De passagem – “só para constar” – registra o elogio que recebeu, transcrito em boletim, do coronel ajudante do quartel-general (FURTADO, 2019, p. 84), mas redimensiona a sua importância: o brasileiro no norte da Itália é algo desconhecido e exótico e a “minha tez queimada e o meu tipo sertanejo causam aqui uma reação radicalmente diferente da que eu esperava” (FURTADO, 2019, p. 85).

Na densa anotação do retorno ao Brasil, no dia 7 de setembro de 1945, a bordo do Duque de Caxias, Furtado começa falando de Lisboa e do quanto “é admirável como *nos sentimos, nós brasileiros*, em casa em todo esse mundo latino. Na Itália, na França, em Portugal, *todos nos recebem e aceitam como irmãos*, e quase sempre como irmãos prendados” (FURTADO, 2019, p. 88 – grifos meus)²³. É flagrante, portanto, a oscilação da sua percepção do olhar do estrangeiro, entre o estranhamento e a proximidade. Ou seja, a viagem à Europa no período da guerra tem esse efeito multiplicador, produzindo uma experiência do descentramento, da percepção do seu provincianismo numa sociedade cosmopolita através do contato com uma “cultura” sedimentada. Aliás, a distinção que faz na época entre uma cultura aprendida e outra sedimentada tem por consequência uma percepção da distância praticamente intransponível entre aquele grupo social e os brasileiros que lá estavam, homens do povo.

Essas questões mais gerais são, contudo, ainda mais uma vez contrabalançadas por questões subjetivas que ainda ocupam um bom espaço em suas reflexões desse dia.

Não será que mais vale deixar-se estar na doce solidão de um retiro a meditar na fragilidade e fortaleza das obras humanas, no aperfeiçoamento permanente de si mesmo? Na verdade, há muito de ostentação nessa ânsia de realizar algo que repercuta, que faça eco. A vida do homem é uma obra de arte; estudá-la e realizá-la é trabalho árduo. Mas é esta a primeira obra que cabe a cada um realizar – ela é a porta de acesso a tudo mais. (FURTADO, 2019, p. 88).

23 Em texto manuscrito de março de 1946, quando já havia retornado ao Rio de Janeiro, Furtado dá mais detalhes sobre a chegada a Nápoles, do seu horror diante da destruição e da “tragédia horrível das crianças famintas que assaltavam o caminhão” e reflete sobre o seu desejo de “universalismo” explicado por uma vontade de se sentir superior, que acreditava ser “um traço da psicologia dos povos de cultura de segundo ou terceiro grau” (FURTADO, 2014, p. 258).

Não é demais enfatizar o percurso de Furtado nessa passagem: ele começa com uma breve hesitação – “não será que mais vale deixar-se estar na doce solidão de um retiro”, mas após analisar o que está em jogo no processo de *self-fashioning* – desejo de ostentação mas também trabalho árduo –, chega rapidamente a uma conclusão: “esta é a primeira obra que cabe a cada um realizar”.

Continua com o sentido de urgência em planejar o seu futuro. A vontade de ser escritor se amplia. Quer escrever sobre política, administração, ciências sociais, além de ficção, entendida como “um dos melhores meios de abordar certos problemas humanos que me apaixonam” (FURTADO, 2019, p. 88). E prossegue na tarefa de disciplinar a vida.

Sobre a chegada a sua terra natal, a nota amarga: “Os meus parentes, todos vivos, embora nenhum estivesse me esperando no aeroporto...” (FURTADO, 2019, p. 69). No balanço do retorno, resume sua vida de sacrifícios nos últimos três anos: a vida militar, a guerra, o trabalho e os estudos.

INTERREGNO

Celso Furtado volta para o Rio em novembro de 1945. Retorno breve, pois viajaria novamente para a Europa um ano e meio depois.

Chama a atenção a adjetivação das anotações do dia 20 de novembro de 1945, que revela a medida do estranhamento do seu próprio país, sobretudo para quem acabara de chegar de uma Europa devastada. Sofre com a visão torturante da “cidade antipática” de Recife; deplora as mulheres vaidosas e fúteis e os homens cheios de problemas; no geral, lamenta a vida complicadíssima, a angustiante falta d’água, e os transportes deficientes da cidade carioca. Mas surge uma perspectiva nova, a de voltar à Europa para estudar questões de planificação econômica e social, pois “no Brasil é impossível levar avante estes estudos. (FURTADO, 2019, p. 69).

Enquanto não sai do país, suporta a monotonia do verão do Rio de Janeiro e os obstáculos postos pelo “governo de magistrados” ao seu projeto de reforma na administração estadual. O desânimo com a vida política o leva ao estudo de alemão: “Sendo um estudo muito difícil, eu o levo muito a sério como exercício de educação da vontade” (FURTADO, 2019, p. 71).

VIDA DE ESTUDANTE

Um ano depois da viagem de John Steinbeck e Robert Capa para a então União Soviética, e que daria origem, em 1948, a *Um diário russo* (STEINBECK, 2003), Jorge Amado segue para o mesmo destino e publica, em 1951, *O mundo da paz: União Soviética e democracias populares*. Na mesma época, Celso Furtado é outro que tem os seus olhos voltados para lá.

O escritor americano e o fotógrafo húngaro foram movidos pela pura curiosidade:

Foi então que nos ocorreu que havia outras coisas que ninguém mencionava sobre a Rússia, e era bem isso o que mais nos interessava. Que tipo de roupa os russos estavam usando? O que comiam no jantar? Como eram as suas festas, se é que havia alguma? Como eles namoravam, e como morriam? Sobre que conversavam? Eles dançavam, cantavam e representavam? As crianças iam à escola? Nos pareceu uma boa ideia investigar tudo isso, fotografar essas coisas e escrever sobre elas. (STEINBECK, 2003, p. 8).

Jorge Amado, pelo interesse em divulgar os ideais socialistas, diria em *O mundo da paz*:

Escrevi estas páginas pensando no meu povo brasileiro, sobre o qual uma imprensa reacionária e vendida ao imperialismo ianque vomita, quotidianamente, infâmias e calúnias sobre a URSS e as democracias populares. O povo brasileiro não deseja a guerra e luta contra os que a querem provocar. (AMADO, 1951, Nota).

Já Celso Furtado pretendia estudar o planejamento russo. Conforme analisaria posteriormente,

Imaginara poder estender minhas incursões à Europa do Leste, em particular à União Soviética, cuja experiência em planificação econômica me parecia ser algo que não devia ignorar. [...] Em realidade, meu interesse pela planificação ia mais longe que a economia. Estava convencido de que o fascismo era uma ameaça que pairava permanentemente sobre as sociedades democráticas. Como ignorar que as economias de mercado eram intrinsecamente instáveis e que essa instabilidade tendia a agravar-se? [...] Cabia prevenir as crises e neutralizar os efeitos sociais da instabilidade inerentes às economias de mercado. (FURTADO, 1997, p. 98-9).

Nesse mesmo livro, pois não há anotações nos *Diários* sobre o episódio, Furtado diz ter sido demovido do projeto por uma jovem russa, filha do embaixador da União Soviética no Brasil, que encontra na Biblioteca Nacional. Pouco depois, fica sabendo que sua única chance seria entrar no partido comunista, o que o faz desistir definitivamente da ideia, pois “colocava a minha liberdade acima de tudo” (FURTADO, 1997, p. 101). Decide-se pela Europa, como oportunidade única para “testemunhar a gestação de toda uma geração”, pois concluíra que este mundo “seria moldado pelas forças que viessem a prevalecer no processo de reconstrução da Europa” (FURTADO, 1997, p. 96).

Chega a Paris, sua terceira opção (a segunda fora Londres), em 15 fevereiro de 1947. Apesar de longa, a viagem não o cansa, sofre menos com o frio que na Itália, o quarto tem uma boa relação custo-benefício. O comentário – “por enquanto nada excedeu aos meus planos” (FURTADO, 2019, p. 91) – dá uma ideia precisa do significado do planejamento para certa noção de conforto que a previsibilidade lhe proporciona. Mas escapam às suas previsões a monotonia, o frio e não poder nunca falar a própria língua.

Inicia as anotações de 15 de junho de 1947 com a blague: *Journal Intime*. Se há autoironia, a escrita de si se faz, contudo, sob o mote da infelicidade que vem da certeza de jamais conseguir superar a estreiteza de certa condição primária.

Ou seja, a despeito desse sentimento, nosso autor prossegue na tentativa de

superação das dificuldades. Por um lado, começa a ver Paris e outras cidades europeias com olhos mais críticos. A atividade cultural é intensa, mas provinciana; o método histórico e a imensa erudição das pesquisas carecem “do ar novo da pesquisa sociológica”. Mas há pontos positivos: relata com entusiasmo o que viu nos estúdios da Radiodiffusion Française, assim como passa a ter uma percepção mais matizada da cultura francesa, o que aparece no comentário sobre a aparente indiferença mútua das pessoas, vista como uma consequência do individualismo e um elemento da liberdade pessoal. “Mas liberdade não significa isolamento” (FURTADO, 2019, p. 96), conclui. Tem uma opinião bastante desfavorável da sociedade londrina e aproveita para inverter o mote do Brasil colonizado: “Vindo aqui é que se percebe que há duas Inglaterra: uma de exportação – para brasileiro ver – e outra de verdade” (FURTADO, 2019, p. 108).

Além disso, se um filme e uma peça o fazem pensar na “escravidão do homem a certas contingências que lhe independem” (FURTADO, 2019, p. 95), seu *tour* pela Europa do pós-guerra dá maior concretude a essas reflexões e à urgência na busca de soluções.

Nesse verão europeu, integra-se como voluntário em um grupo de 80 jovens de várias nacionalidades para a construção de uma estrada de ferro na Bósnia Central. Espanta-se com a atividade braçal das mulheres e conclui que ali se pode compreender que “quando os homens se unem por ideais superiores e comungam o mesmo sacrifício no trabalho se elevam acima da média comum” (FURTADO, 2019, p. 101). A frase tem um alcance universal, mas, como já podemos perceber, se aplica também a sua própria aspiração. E é satisfeito que ele prossegue registrando, desde a Itália até a Bósnia, os episódios em que chama a atenção por ser brasileiro, como se o fato do exotismo o retirasse automaticamente dessa “média comum”.

A partir de uma sensível mudança de perspectiva em direção às questões coletivas, é possível perceber que em 1948 as questões subjetivas e existenciais parecem rarear dos seus diários. Começaria, a partir daí, a “descida” do nosso autor para o povo, assumindo claramente uma identidade de esquerda – “Paris, 28.06.1947. Estou comprando toda a bibliografia essencial marxista em francês” (FURTADO, 2019, p. 97) –, que se manifesta desde logo em suas análises da conjuntura francesa, das posições políticas das classes sociais francesas e do contexto brasileiro. É crítico das declarações moralistas de Aldous Huxley no contexto do pós-guerra, quando já não havia mais riscos para o escritor inglês, que se refugiara na Califórnia (FURTADO, 2019, p. 98).

O tema do socialismo será, portanto, um dos meios pelos quais a *Obra autobiográfica* se voltará para uma análise da sua juventude, diálogo a que já me referi no início deste trabalho. No centro, a questão do individualismo. Em avaliação posterior da experiência na Bósnia, Furtado declara ter sido necessária a revisão do seu pensamento: “Dava voltas às minhas ideias e me inclinava a fazer aparas em minhas convicções individualistas” (FURTADO, 1997, p. 108); refere-se ao artigo que escreveu na época para a revista *Panfleto*, no qual reforça essa mudança:

Esse relativismo histórico, que eu utilizava como porta de saída, exumava de alguma forma o paternalismo com que meu companheiros franceses observavam esse “povo

balcânico” [...] também anunciava uma evolução que se daria em meu espírito, no sentido do abrandamento da tendência a sobrepor o individual ao social. (FURTADO, 1997, p. 108)²⁴.

As memórias de seu doutoramento na Sorbonne são outro exemplo desse “diálogo” e também bastante expressivas da diferença entre as anotações feitas em *Diários intermitentes* e na *Obra autobiográfica*.

Como já se tornara sua marca, as vitórias seriam matizadas pelas dificuldades. A vida como uma sucessão de perdas e ganhos: perderá o Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz (para o qual fora convidado por Jorge Amado), mas receberá a *mention très bien* na sua defesa de tese de doutorado.

Em *Diários intermitentes*, ele dirá, na sequência da perda do Congresso: “Realizou-se ontem minha *soutenance de thèse*. A atitude de todos os professores, suas palavras, suas atenções, seus elogios e a *mention très bien* me deixaram completamente *flatté*. Atravessei o boulevard Saint-Michel, hoje, montado numa nuvem” (FURTADO, 2019, p. 117).

Por outro lado, na autobiografia, uma conversa com Paulo Emílio Salles Gomes é lembrada, se não para minimizar os seus feitos, para pelo menos reenquadrá-los no contexto francês. “Não tome a coisa assim a sério. Hoje, o *rayonnement* da cultura francesa consiste em distribuir títulos aos estrangeiros que passam por aqui. Como nós, metecos, não concorreremos com eles [...], nos afogam em facilidades” (FURTADO, 1997, p. 113). Em algumas páginas anteriores, Furtado já havia racionalizado essa experiência: “A verdade é que na, época, em nada me atraíam os títulos, particularmente os universitários” (FURTADO, 1997, p. 102), isso porque

Não me atraía ser um “profissional”, uma peça que busca ajustar-se numa engrenagem. [...] Se minha preocupação houvesse sido agir diretamente sobre o mundo, teria permanecido em meu torrão natal, pois a política requer o máximo de inserção na comunidade. O que me motivava era o desejo de conhecer o mundo, o vasto mundo, convencido de que os reformadores são movidos por ideias de pensadores que a eles se antecipam. (FURTADO, 1997, p. 102).

Furtado continuava redimensionando o seu lugar no mundo nessa segunda temporada na Europa, que vê como um intervalo entre a *logique du système* francês e a burocracia brasileira. Após diagnosticar a situação sem saída do capitalismo – “Um país como este não pode funcionar a menos que a classe capitalista faça bons lucros; ora, esses bons lucros serão sacrificados se se procura melhorar a situação dos trabalhadores” –, segue com “enquanto isso, eu faço minha vida como bom estudante do *Quartier Latin* [...] até o dia em que eu não volte a ser um burocrata de Niterói” (FURTADO, 2019, p. 116). Com amargura, dá-se conta, apesar da sua ambição, da estreiteza dos limites da dimensão do *seu* arbítrio individual.

Contudo, na volta, no navio lotado (“formidavelmente cheio”), Celso Furtado já havia encontrado seu lugar. “[S]into-me de alguma forma irmão de toda essa gente

24 Contudo, constatamos na *Obra autobiográfica* uma nova revisão: “Mas, como separar o marxismo da experiência soviética, onde a asfixia do indivíduo contrapunha-se ao que havia de mais nobre e permanente na cultura europeia – essa ideia de que cada indivíduo leva em si um destino pessoal?” (FURTADO, 1997, p. 105).

que vai enfrentar o desconhecido: seja no sofrimento, seja na coragem, descubro neles um resto de dignidade humana que é completamente alheia aos pobres de espírito permanentemente em busca de prazeres fáceis que povoam o salão da primeira” (FURTADO, 2019, p. 119).

Essa passagem condensa praticamente todas as chaves analíticas envolvidas no processo de automodelagem do *self* que vêm sendo trabalhadas até agora neste ensaio – a opção franciscana pelos pobres, os riscos da viagem, o enfrentamento do desconhecido pela adesão e pela afirmação, através da escrita, dos valores universais. Viajara para Paris em 1947 e retornava ao seu torrão natal após um ano e meio. No entanto, o “Brasil” se lhe figurava tão desconhecido como o era para os imigrantes, posto que seu tempo não se contava em dias, meses ou anos. “O passado recente se afigura ainda de tal forma tumultuoso que me é realmente impossível olhar para o futuro tomando-o como base” (FURTADO, 2019, p. 117). Mais que nunca, planejar era preciso.

A RETÓRICA DOS DIÁRIOS

Por fim, a já referida segunda chave de interpretação diz respeito ao modo como a escrita de si de Celso Furtado – vista até aqui em função dos seus propósitos – é realizada ao longo do período tratado neste ensaio. Suponho que a investigação acerca do estilo empregado nos *Diários* possa fornecer indicações importantes para o que estava em jogo nessa escrita em termos de certa seleção dos temas substantivos que lhe eram caros.

Nesse sentido, para que me seja possível lançar algumas hipóteses sobre os recursos estilísticos utilizados por Furtado em sua escrita de si, dentro dos limites que o tempo e o espaço me impõem, além do fato de que a teoria literária constitui domínio cuja profundidade e sofisticação estou longe de dominar, recorrerei ao seminal ensaio de Erich Auerbach (2012), “Sermo humilis” sobre a constituição da retórica cristã na Antiguidade tardia.

Tomando como tema as variações nas formas tradicionais de retórica, a pergunta central de Auerbach, que na verdade é dupla, será: em que medida as formas tradicionais foram transformadas, a partir adaptação operada, em função dos seus propósitos, pela retórica cristã e, em contrapartida, até que ponto essa retórica ainda pode ser considerada parte daquelas?

A reconstituição da longa resposta do autor, em que afirma tanto a adaptação quanto a permanência das formas retóricas, escapa aos nossos propósitos neste momento. Caberia apenas enfatizar alguns pontos. O primeiro é o uso pragmático da retórica pelos autores cristãos, principalmente Santo Agostinho, e que tem como fundamentos o gosto pela oratória no mundo antigo, quando se julgava um discurso pelo efeito sonoro das palavras, e da retórica acadêmica, a de Cícero, cuja concepção dos três níveis tradicionais de estilos (o sublime, o médio e o baixo) esses autores adotam.

Entretanto, diz Auerbach, os pressupostos de uma outra forma são completamente diferentes. Ao contrário da definição ciceroniana, para a qual existem temas substantivamente baixos, médios e altos, cuja hierarquia subordinava a retórica, pois temas e modos de expressão deveriam concordar quanto à dignidade, o “orador

cristão não reconhece graus absolutos separando os temas possíveis; somente o contexto e a intenção (conforme seu objetivo seja instruir, admoestar, comover passionalmente) determinam qual nível de estilo utilizar” (AUERBACH, 2012, p. 38).

Ou seja, os temas da literatura cristã são todos igualmente elevados e sublimes, mas, e nisto está o seu pragmatismo, a tripartição dos estilos conserva sua utilidade para o orador cristão, visto que a doutrina cristã, além de ser sublime, permanece obscura e difícil para o seu público (AUERBACH, 2012, p. 43).

O outro ponto a ser enfatizado é que Auerbach considera que a principal inversão feita pela retórica cristã foi em relação à semântica do termo *humilis*, que entre os clássicos tinha um sentido predominantemente pejorativo. Na retórica cristã, *humilis* torna-se o termo mais importante para designar a Encarnação, assim como a condição social e espiritual dos seus destinatários, e constitui o estilo da Sagrada Escritura. Ou seja, os autores cristãos da Antiguidade tardia reconheciam a “‘baixeza’ do estilo bíblico e descobriam nele uma nova forma de sublime” (AUERBACH, 2012, p. 53).

Simplificando ao máximo o argumento, esses delineamentos de Auerbach nos permitem pensar tanto nas diferenças entre os principais sistemas retóricos, a partir da maneira como concebem a relação entre forma e conteúdo, como as possibilidades de modificações e adaptações entre eles.

Assim, em um primeiro momento, vemos de modo muito claro a tentativa do jovem Furtado de recorrer, provavelmente a partir dos seus estudos de latim, a uma retórica alta, caracterizada pela exaltação e pela paixão e correspondente, na tradição clássica, a temas de grande dignidade.

Oh, o mundo, como é engraçado! (FURTADO, 2019, p. 45).

Vivi: Fui feliz e sofri. (FURTADO, 2019, p. 44).

Vingar-me-ei da sociedade, dos homens, das mulheres – do mundo! (FURTADO, 2019, p. 45).

O ócio fere-me a alma. (FURTADO, 2019, p. 45).

Há tédio na cidade de Platão, há tristeza no mundo que eu criei. Eu hoje choro essa tristeza sublime. Choro meu mundo com a tristeza de Deus se o universo ruísse. (FURTADO, 2019, p. 46).

A ilusão de que tinha um papel a desempenhar sobre o sol fundiu-se em nada. (FURTADO, 2019, p. 62).

É terrível a minha indisciplina mental. (FURTADO, 2019, p. 63).

É que eu ainda não esvaziei o copo que me cabe sorver. (FURTADO, 2019, p. 80).

Ou seja, é com esse estilo alto que o jovem Furtado expressa aquilo que lhe era mais caro naquele momento, a sua subjetividade e a formação de sua personalidade.

Por outro lado, confirma certa aproximação do modelo clássico o modo como

deplora os temas baixos, aos quais irá associar toda experiência cotidiana. Se é com alguma ironia que se refere à sua própria condição humilde, a de um pobre-diabo, evita sempre que possível qualquer referência mais minuciosa aos acontecimentos de sua vida privada. Creio que o relato de sua primeira infância, em que alude à sua “estupidez” e ao fato de urinar na cama, é o máximo ao qual chega o seu emprego de uma retórica baixa, com seu “realismo vivo e um tom fortemente popular” (AUERBACH, 2012, p. 41).

Contudo, se o tema e o estilo baixo são bastante infrequentes na totalidade dos escritos nos diários, as frases de estilo grandiloquente citadas acima se encerram a bordo do navio que o levará à Itália.

O que acontece a partir de então? Primeiro, Celso Furtado se recusa a conferir à guerra uma dignidade através de uma retórica alta. A perspectiva de uma experiência heroica esboroara-se no cotidiano infame. Como parece não encontrar a retórica adequada, o estilo médio descritivo²⁵ mais adequado talvez a esse tipo de experiência refugia-se na ficção, escrevendo o que viria a ser o livro *Contos da vida expedicionária*, no qual destaca a bravura dos pequenos e a arrogância dos grandes. Se o tema da humildade sempre esteve presente, mas de forma subordinada, a partir desse momento passa a adquirir novo estatuto.

Ou seja, estou supondo que em um primeiro momento seu estilo alto estava referido à sua própria subjetividade e aos elementos que a compunham no processo de *self-fashioning*: essencialmente a literatura e a música. A partir do seu contato com a guerra e com o marxismo, os temas da humanidade e do público se dignificam a partir de uma lógica próxima da cristã, na junção *do humilis-sublimis* (AUERBACH, 2012, p. 48).

A propósito, vale a pena citar novamente e em nova chave as anotações de 12 de julho de 1948, a bordo do Jaiáque:

Passo sempre algum tempo observando essa feira curiosa que é o tombadilho de terceira classe [...] há famílias numerosas em torno dessas mulheres, verdadeiras heroínas, que passam o dia estendendo roupa no tombadilho [...] há todos esses orientais que misturam no olhar a estultice e o sensualismo e que nos parecem sempre sujos. Às vezes olho lá para a ponte de primeira (até hoje não tive a curiosidade de passar por lá) e me sinto melhor aqui embaixo. Sinto-me de alguma forma irmão de toda essa gente que vai enfrentar o desconhecido: seja no sofrimento, seja na coragem, descubro neles um resto de dignidade humana que é completamente alheia aos pobres de espírito permanentemente em busca de prazeres fáceis que povoam o salão da primeira. (FURTADO, 2019, p. 119).

Contra a hierarquia clássica dos temas, ainda que a retórica empregada não fosse mais a alta, mas a média, a experiência dos humildes se tornara sublime na escrita dos *Diários*. A dissociação entre forma e conteúdo finalmente ocorrera. Ou seja, seria

25 Curiosamente, Rubem Braga (1986, p. 157), de quem seria de esperar o emprego da retórica informativa e descritiva, recorre com frequência ao estilo alto, grandiloquente, em suas *Crônicas da guerra na Itália*, como por exemplo na frase “Os homens precisam de chão livre, para andar. É uma grande e solene coisa – andar”, em que exalta a liberdade como valor supremo.

possível tratar das coisas cotidianas e humildes com uma retórica mais elevada, no caso, uma retórica média, um estilo comedido e descritivo, posto que tais coisas foram alçadas aos altos temas do coletivo e do universal.

Ou seja, no decorrer do tempo, Celso Furtado assume no discurso uma retórica média cada vez menos exaltada e sublime, onde não cabe falar de si, da sua subjetividade, que enquanto coisa meramente privada se tornara menos digna, mas do coletivo.

E daqui por diante, a forma dos escritos de Celso Furtado terá que atender a esse esforço de falar para todos.

“ESTA GUERRA FOI, PARA MIM, POUCO MAIS DO QUE UMA VIAGEM DE TURISMO”

Antes de embarcar de volta para o Brasil, Celso Furtado “consegue permissão, veículo e combustível para uma ‘tocha’ – uma escapada, no jargão militar – à França” (D’AGUIAR, 2019, p. 74). É a essa escapada, assim como à visita a algumas cidades italianas, que ele se refere como sua experiência “turística”. O tom algo inapropriado no contexto em que fora formulada, dias depois da vitória dos aliados, provocou alguns poucos comentários finais desse trabalho.

Como podemos constatar, a frase manifesta claramente o seu descontentamento em relação à participação dos brasileiros, e a sua própria, na Segunda Guerra Mundial. Não é o caso de voltar agora aos relatos de Furtado sobre o período, mas vale a pena especular sobre o sentido de inutilidade, além do descontentamento, como o sentimento forte daquela experiência. E, se isso for verdade, guerra e turismo já não se oporiam na frase aparentemente irônica de Furtado. Com certeza; o turismo como degradação da viagem não escapava à percepção do jovem Furtado.

Entretanto, a máscara de turista lhe convém. Afinal, de que outra maneira justificaria seu *tour* por cidades europeias naquele momento? Não se tratava de viagens de aventura, muito menos de exploração. Não cabia dizer que viajava com fins científicos ou culturais. O *grand tour* já estava em desuso²⁶. Recorrer ao modelo clássico da viagem, quando o herói se fortalece em contato com os perigos que enfrenta, talvez soasse um tanto ridículo aos seus ouvidos, particularmente porque, embora o contexto da guerra o favorecesse, seu heroísmo fora rebaixado ao cumprimento de rotinas pouco arriscadas.

Paul Fussler, em livro no qual alia erudição e humor no estudo do fenômeno do turismo, traça distinções e características básicas das várias modalidades de viagens que considero valiosas para esta interpretação do turista Celso Furtado. A começar pelos termos “*traveler*”, “*explorer*” e “*tourist*”. Em primeiro lugar, dirá que cada categoria pertence tipicamente a determinadas épocas históricas: “*exploration belongs to the Renaissance, travel to the bourgeois age, tourism to our proletarian moment*” (FUSSELL, 1980, p. 38).

Em seguida, distingue seus objetivos:

26 Tratei da prática do *grand tour* em meu artigo “Lua e estrela: experiência e universalidade nas viagens de Afonso Arinos de Melo Franco” (FELGUEIRAS, 2013).

All three make journeys, but the explorer seeks the undiscovered, the traveller that which has been discovered by the mind working in history²⁷, the tourist that has been discovered by the entrepreneurship and prepared for him by the arts of mass publicity. The genuine traveller is, or used to be, in the middle between the two extremes. If the explorer moves toward the risks of the formless and the unknown, the tourists move toward the security of pure cliché. (FUSSEL, 1980, p. 39).

E finaliza com o que é central para os nossos fins, com as motivações dessas três categorias de viajantes. Ainda que haja certo constrangimento em admiti-lo, o turista teria a secreta pretensão de elevar o próprio *status* e, portanto, reduzir certa ansiedade em relação a ele, assim como buscaria realizar fantasias de liberdade erótica; e o que Fussel julga mais importante: derivava um prazer secreto de se colocar momentaneamente como um membro de uma classe social superior a sua própria.

É possível que esses motivos inconfessáveis rondassem a consciência de Furtado para fazer um uso tão pejorativo do termo. Mas lembremos que o emprego é posterior à experiência e de certo modo a define. Nesse sentido, o que pode ter lhe desagradado tanto? Acredito que passagens pouco exploradas até agora de *Contos da vida expedicionária* possam nos dar uma via de interpretação.

Desse conjunto, o conto “Um intelectual em Florença” é exemplar. Nele o personagem, o brasileiro Mário, aceita o convite de um americano de origem grega para uma recepção num dos mais tradicionais solares florentinos.

Mário estava ansioso por ouvir aquela gente falar, emitir opiniões. Não sabia se devia iniciar a conversa pela Galeria Uffizi ou se pelos *Magasins du Louvre*. Torneava na mente uma frase sobre Dante e uma citação de Virgílio, e logo vinha o rubor da ostentação pedante. Tudo o que ele dissesse revelaria o estrangeiro – o estrangeiro que espia a cultura pelo lado de fora... (FURTADO, 1997, p. 38).

Várias outras passagens do conto poderiam ser citadas, mas todas elas apoiam a conclusão de que o turismo surge como justificativa, como desculpa, para a superficialidade com que, tal como o personagem, Furtado absorvia a alta cultura europeia, para a inutilidade dos seus esforços de participação igualitária nessa sociedade, e que revelavam a sua origem modesta.

Como diz Fussel, é difícil ser um *snoob* e um turista ao mesmo tempo. O único modo de combinar os dois papéis é ser um “antiturista”: aquele que, embora tente evitar o rótulo, pelo preconceito derivado da autoconsciência da origem plebeia e proletária da prática do turismo, cai no ridículo pela impostura. Esse não seria, definitivamente, o caso de Furtado. Apesar do desgosto de saber que o hiato cultural era intransponível, seu personagem enlaçou e beijou a belíssima e iconoclasta italiana “que se inclinava para ele e lhe oferecia os lábios de maneira quase suplicante. Sabia-se vencido. Mas sentia-se mais forte” (FURTADO, 1997, p. 42).

27 A definição de “*travel*” de Fussel, embora ele não o diga de modo explícito, seguramente se refere às viagens de formação.

SOBRE A AUTORA

CARMEN FELGUEIRAS é professora do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF).

carmen.ppgsd@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0030-2549>

REFERÊNCIAS

- AMADO, Jorge. *O mundo da paz: União Soviética e democracias populares*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1951.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Zigue-zague: ensaios reunidos (1977-2016)*. Seleção e organização: Carmen Felgueiras, Marcelo Jasmin e Marcos Veneu. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Editora Unifesp, 2019.
- AUERBACH, Erich. *Ensaio de literatura ocidental*. São Paulo. Duas Cidades, Editora 34, 2012.
- BOTELHO, André. *O retorno da sociedade: política e interpretações do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- BRAGA, Rubem. *Crônicas da guerra da Itália*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- CENTRO Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- COSTA, Marcelo Timotheo da. A Montanha dos Sete Patamares e a Casa Azul: escrita de si em Thomas Merton e Alceu Amoroso Lima. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 23. *Anais...* Londrina, 2005.
- COSTA, Marcelo Timotheo da. Nenhum dia sem escrita: da experiência do cristão e de seu registro – os casos de Alceu Amoroso Lima e Thomas Merton. In: TRINDADE, Maurício; ARDUINI, Guilherme (org.). *Coletânea Ciclo Tristão de Athayde*: Alceu Amoroso Lima. São Paulo: Sesc, v. I, 2017.
- COSTA, Marcelo Timotheo da: Tapeçarias a escrita de si nos diários mertonianos. In: BINGEMER, Maria Clara (org.). *Thomas Merton: a clausura no centro do mundo*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2018.
- D'AGUIAR, Rosa Freire. Introdução – Os anos de formação. In: FURTADO, Celso. *Anos de formação – 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado*. Organização de Rosa Freire D'Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2014, p. 7- 28. (Arquivos Celso Furtado 6).
- D'AGUIAR, Rosa Freire. Apresentação. In: FURTADO, Celso. *Diários intermitentes: 1937-2002*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire D'Aguiar. Prefácio de João Antonio de Paula. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 7-12.
- FELGUEIRAS, Carmen. Lua e estrela: experiência e universalidade nas viagens de Afonso Arinos de Melo Franco. *Sociologia e Antropologia* [online], v.3, n. 6, 2013, p. 579-603.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*. V. 5. Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

- FURTADO, Celso. Contos da vida expedicionária. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Tomo I. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, 1997a.
- FURTADO, Celso. A fantasia organizada. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Tomo I. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, 1997b.
- FURTADO, Celso. Aventuras de um economista brasileiro. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Tomo II. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, 1997c.
- FURTADO, Celso. A fantasia desfeita. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Tomo II. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, 1997d.
- FURTADO, Celso. A fantasia desfeita. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Tomo II. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, 1997e.
- FURTADO, Celso. Entre inconformismo e reformismo. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Tomo III. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997f.
- FURTADO, Celso. Os ares do mundo. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Tomo III. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997g.
- FURTADO, Celso. *Anos de formação – 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado*. Organização de Rosa Freire D'Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2014. (Arquivos Celso Furtado 6).
- FURTADO, Celso. *Diários intermitentes: 1937-2002*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire D'Aguiar. Prefácio de João Antonio de Paula. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- FUSSEL, Paul. *Abroad: British literary traveling between the wars*. New York-Oxford: Oxford University Press, 1980.
- GARCIA JR. Afrânio. “Ares do mundo” e meditações sobre centros de decisões nacionais: o valor heurístico da obra autobiográfica de Celso Furtado. In: MICELI, Sergio; MYERS, Jorge (org.). *Retratos latino-americanos: a recordação letrada de intelectuais e artistas do século XX*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan; Iuperj; Ucam, 1999.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- SCHNAIDERMAN, Boris. *Guerra em surdina*. São Paulo: Cosac&Naify, 2004.
- STEINBECK, John. *Um diário russo*. São Paulo: Cosac&Naify, 2003.
- VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- WAZBORT, Leopoldo. Formação, especialização, diplomação Da universidade à instituição de ensino superior. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v. 27, n. 2, 2015, p. 45-74.

A teoria do subdesenvolvimento e o projeto desenvolvimentista de Celso Furtado: reflexões sobre os limites do liberalismo

[*The theory of underdevelopment and Celso Furtado developmental project: reflections on the limits of liberalism*]

Vera Alves Cepêda¹

Gustavo Louis Henrique Pinto²

RESUMO - Este trabalho examina um aspecto importante na obra de Celso Furtado: a crítica às disfunções da ideologia liberal em situação de subdesenvolvimento em economias primário-exportadoras. Partindo da recusa dos automatismos de mercado, Furtado indica uma função para a ação política do Estado, dotado de maior protagonismo e capacidade de intervenção. O antiliberalismo de suas teses não se inclina à tradição autoritária, ao contrário, produzindo uma inédita percepção de necessidades democráticas para o projeto desenvolvimentista. • **PALAVRAS-CHAVE** • Celso Furtado; antiliberalismo; desenvolvimento democrático. • **ABSTRACT**

• This work aims to examine an important aspect of Celso Furtado's work: the criticism of the disfunctions of liberal ideology under the circumstances of underdevelopment in primary-export type economies. Starting from the rejection of the market automatisms, Furtado defines a function to the State's political action, possessing more protagonism and intervention capabilities. The anti-liberalism of its theses do not condone to the authoritarian tradition, but instead, produce an unprecedented perception of the democratic needs for the developmentis project. • **KEYWORDS** • Celso Furtado; anti-liberalism; democratic developmentism.

Recebido em 1º de setembro de 2020

Aprovado em 2 de fevereiro de 2021

CEPÊDA, Vera Alves; PINTO, Gustavo Louis Henrique. A teoria do subdesenvolvimento e o projeto desenvolvimentista de Celso Furtado: reflexão sobre os limites do liberalismo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 78, p. 135-155, abr. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1178p135-155>

1 Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, São Carlos, SP, Brasil).

2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG, Uruçu, GO, Brasil).

Inegavelmente foram inúmeras as contribuições deixadas por Celso Furtado (1920-2004) ao debate econômico e político brasileiro ao longo da sua vida, quer na ordem da produção teórica, quer na intervenção prática na realidade complexa de um país em processo de modernização acelerada. Dessa ampla gama de contributos, neste artigo procuramos capturar um aspecto fundamental da obra de Furtado, seminal em suas teses e em sua intervenção política prática: a indigitação dos custos da aplicação da ideologia liberal no processo de construção do subdesenvolvimento brasileiro e o gravíssimo erro de sua manutenção quando do projeto de aceleração do desenvolvimento. Entendemos que essa análise explica o amplo processo de circulação e aceitação das ideias do autor e de onde nasce, originalmente, a gama de inovações que torna seu pensamento um clássico.

Para dar conta desse propósito concentraremos o esforço na investigação do que denominamos de “período áureo” da teorização e ação furtadianas – iniciando com textos geralmente pouco conhecidos sobre a democracia (FURTADO, 1944; 1946) até a publicação de *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967). Em termos de contexto histórico, este recorte justifica-se pelo momento de brecha histórica para o salto desenvolvimentista (em especial nas décadas de 1950 e 1960). Em termos teóricos, pelo percurso analítico desenvolvido por Celso Furtado, que vai da compreensão da inequívoca importância do planejamento em consonância com as exigências da evolução política moderna (textos da década de 1940), passando pela compreensão fina sobre a trajetória de construção do subdesenvolvimento brasileiro (presente na obra-prima *Formação econômica do Brasil*, de 1959) e terminando com a reflexão sobre as vias e estratégias para consecução do arranjo desenvolvimentista.

CONTROVÉRSIAS DA IDEOLOGIA LIBERAL EM CONTEXTO SUBDESENVOLVIDO

Neste trabalho usamos propositadamente a expressão ideologia liberal e não liberalismo, como é comum na maior parte da literatura que trata do problema do subdesenvolvimento ou da obra furtadiana, por afinidade com a robusta crítica keynesiana presente em “O fim do *laissez-faire*” ([1926] 1978). Nesse brilhante texto, Keynes apontou como a transformação de três postulados (a associação

entre interesses privados e a consecução de benefícios públicos, o cálculo racional individual como *ratio* da dinâmica social moderna e a defesa do mercado autorregulado como fonte do progresso) em *lais* gerou um potente mito, imune, inclusive, à demonstração e mesmo evidência de seu fracasso como tese. A explicação da teoria econômica liberal, nascida intelectualmente como corolário do exitoso esforço de superação da sociedade medieval, acabou se tornando uma representação absolutizada da modernidade mesmo diante de sua crescente perda da capacidade explicativa e normativa. O liberalismo tornou-se uma forma ideológica mais do que um produto da ciência ou da análise racional, porém retirando sua força do ocultamento dessa condição.

Seguindo a linha argumentativa aberta em “O fim do *laissez-faire*”, a conversão da ideologia liberal em *proxy* do mundo moderno, em ortodoxia, apoiou-se em uma conjunção de fortuna histórica a partir de três eventos combinados: o primeiro, pela original elaboração do arcabouço da filosofia moral pautada no individualismo e no progresso; o segundo, pela produção de um modelo político conformador de uma nova gama de direitos e poderes pessoalizados (incluindo a propriedade) e de uma inédita forma de Estado; por último, a teoria liberal econômica explicaria a emergente forma de organização da produção, com divisão do trabalho, tecnologia e capacidade de elevação constante da produtividade e da riqueza.

Nessa combinação histórica, a filosofia liberal (incluindo visão de homem, de sociedade, de economia e de Estado) tornou-se sinônimo de mundo moderno. Mesmo com os insucessos que se acumularam especialmente entre os séculos XIX e XX – a produção de novas formas de miséria, o aprisionamento dos ganhos científicos na cadeia produtiva e no lucro privado, a combinação entre alienação, massas e irracionalismo –, a ideologia liberal manteve-se e mantém-se como modelo de liberdade, direito, controles da sociedade sobre o Estado, progresso e riqueza econômica.

Erigido o monólito da ideologia liberal, as visões de mundo que dele se afastem ou destoem aparecem (e não apenas no senso comum) como exceção, ruptura, risco, autoritarismo, totalitarismo, opressão. Essa simplificação é extremamente perigosa e apresenta sequelas graves por impedir tanto a aceitação do liberalismo enquanto teoria e projeto à disposição das sociedades (como projeto econômico e político) quanto a discussão racional sobre seus limites e o exame da validade e eficácia de outros projetos concorrentes. E se é necessário reconhecer que em alguns momentos históricos a recusa liberal recaiu em formas graves de autoritarismo e de exceção, nem toda teoria que se afaste da defesa do *laissez-faire* e que proponha uma outra direção e coordenação coletiva da vida social torna-se totalitarismo, exceção, ruína. De outro ângulo, não podemos esconder que a adoção incontestada do programa intelectual, político e prático propugnado pela ideologia liberal produz inúmeras e gravíssimas disfunções sociais que vão da produção da miséria (e o termo é esse mesmo: de consequência, de efeito) à própria convulsão econômica e ao enfraquecimento das instituições democráticas e da capacidade de resposta ao desafio da vida coletivamente organizada.

Sintetizando, a entronização da ideologia liberal permite o abandono do exame honesto sobre seus efeitos reais, bem como inibe a avaliação objetiva de

alternativas racionais de organização da vida social com presença da regulação/ação do Estado, críticas às virtudes do autointeresse, como o keynesianismo, o modelo social-democrata clássico, o planejamento democrático mannheimiano e o desenvolvimentismo latino-americano.

Conforme veremos no exame do período recortado para análise neste texto, a ideologia liberal teve forte presença no debate brasileiro, bem como foram distintos os movimentos de sua recusa, pautados em interpretações e alternativas variadas. Constitui um debate em movimento, uma agenda temática engatada no problema nacional que lhe é anterior e para a qual Furtado orquestrou uma resposta robusta e original.

De maneira resumida apontamos a presença da ideologia liberal no Brasil em contextos epocais distintos, orquestrados a partir do ajuste entre o liberalismo econômico e o liberalismo político – que nunca foram, em nosso percurso, necessariamente coincidentes. Até o período que examinamos neste artigo (décadas de 1950 e 1960), o caso brasileiro seria marcado pela tensão existente entre a lógica econômica – a defesa da vocação agrária enquanto papel natural da economia colonial como fornecedora de produtos agrícolas (teoria das vantagens comparativas) – e, de outro lado, pelo projeto político esperado de defesa das instituições do Estado moderno (identificado, pelo menos na tese, pelo contratualismo republicano, pela soberania popular, pela marcha dos direitos, pelo Estado *sub leges* e pela divisão dos poderes). A partir dessa dupla face da presença da ideologia liberal entre nós, foi possível adotar a linguagem do liberalismo econômico e esquecer-se do liberalismo político.

Olhando em retrospectiva até o quadro dos anos de 1950-1960, observa-se um admirável esforço contorcionista na trajetória nacional: a absoluta divergência entre o argumento liberal econômico e o argumento liberal político na fase colonial; a relação contraditória da fase do Brasil independente, com preservação da lógica econômica liberal (permanência do modelo primário-exportador) e maquiagem brutal nos aspectos políticos (uma aparência de Estado moderno convivendo com a escravidão, a monarquia e o poder moderador). Somente na fase republicana, *cum grano salis*, ao lado do intocado argumento das vantagens ricardianas (RICARDO, 1982) surgia o projeto de liberalismo político, com suas características *sui generis* e fragilidades, mas de feição republicana. Assim, não é fácil e nem confortável falar sobre a presença da ideologia liberal no Brasil, condição que deu azo à tese do mimetismo e transplante artificial das “ideias fora de lugar”, mas que, como bem observado por inúmeros autores, funcionava perfeitamente para as necessidades de acomodação da docilidade periférica ao sistema de produção e acumulação vigente³.

Mas há outra maneira de lidar com a recepção da ideologia liberal no Brasil: uma longa presença hegemônica ancorada no argumento da vocação natural (i) e o período de surgimento do projeto concorrente, a linhagem nacional desenvolvimentista (ii), gerando uma inédita situação de disputa pelo projeto político e econômico nacional e introduzindo na pauta os efeitos da industrialização ocorrida a partir do começo do século XX no país. A primeira fase, da inexistência de correntes contra-hegemônicas, foi tratada por Furtado quando da investigação sobre

3 A esse respeito consultar Franco (1976), Schwarz (1977), Santos (1978), Cardoso (1980) e Bosi (1992).

a formação do subdesenvolvimento. Furtado tratou desse momento em *A economia brasileira* (1954) e em *Formação econômica do Brasil* ([1959] 2009b), enunciando como a opção pelo modelo primário-exportador configurou toda uma dinâmica histórica e social truncada, caracterizada pelos ciclos econômicos, pela constância de crises sucessivas de crescimento/regressão, pela condição reflexa de economia dependente, pelo impedimento estrutural ao avanço da estrutura capitalista e pelo risco de esfacelamento de um projeto nacional. O primeiro confronto intelectual sólido de Furtado com o liberalismo surge na tarefa de compreensão do subdesenvolvimento como construção particular e não um momento do desenvolvimento capitalista. Nessa direção Furtado dará passos importantes ao refutar, através do escrutínio factual da economia periférica, as inexoráveis leis pretendidas pelo automatismo do mercado, ao mesmo tempo que apontava para a perversão de uma teoria que, calcada no mito do progresso, impedia, estruturalmente, a sua realização no âmbito das economias condenadas à condição primário-exportadora.

O segundo momento, o da disputa entre projetos concorrentes, emerge no entorno da revolução de 1930 e posterior guinada em direção à centralização política e ao protagonismo estatal. Nessa fase a ideologia liberal enfrentou no contexto brasileiro dois problemas. De um lado, nas fímbrias do modelo primário-exportador surgiram como adversários reais a atividade industrial e o robustecimento do mercado interno, processos acelerados pelo contexto da Primeira Guerra Mundial, das crises cíclicas e do *crash* de 1929. Os novos dados alteravam o problema econômico, e não seria possível falar apenas em vocação agrária, embora esta fosse entendida, por larguíssimo tempo, como a propensão natural e eficaz da economia brasileira. O projeto industrial se fortalecia, e quanto a isso o liberalismo econômico precisava se posicionar, incluindo dar respostas liberais à industrialização em curso. Afinal, a indústria aparecia como espinha dorsal do liberalismo em termos teóricos e na experiência dos países desenvolvidos, mas, ao mesmo tempo, a ideologia liberal não podia abandonar o discurso ricardiano aplicado à periferia e nem permitir a mudança de posição desses países no desenho da lógica internacional.

De outro ângulo, processava-se no Brasil, como em outras partes do mundo e em especial do continente latino-americano, a ascensão de uma nova forma de pensar a dinâmica do desenvolvimento – pautada no planejamento e na coordenação do Estado, protegida pelo corolário de projeto de soberania nacional. As transformações na ossatura do Estado e em suas funções, desenhadas na Era Vargas (DRAIBE, 1985; BIELSCHOWSKY, 2004; FONSECA, 1987), apresentavam os contornos de uma nova teoria e uma nova engenharia econômica e política. Surge assim um novo ambiente de disputa. Se a ideologia liberal tivera já que enfrentar o conservadorismo, o projeto comunista, as alternativas fascistas e o nazismo, naquele momento ela encontrava um novo adversário – o nacional-desenvolvimentismo, embrionário na geração de intelectuais dos anos 1930 e adiante formulado com maestria pelo estruturalismo cepalino e pela tese furtadiana.

Assim, a ideologia liberal iria se repaginar ao introduzir o tema da industrialização e do planejamento como forma de superação do subdesenvolvimento, mas mantendo no fundo do cenário o sobrepeso da vantagem agrária e a constante crítica sobre a natureza autoritária de estratégias fora do *laissez-faire*. Nessa fase surgem as

célebres diatribes intelectuais envolvendo intelectuais e *state makers* liberais e desenvolvimentistas, iniciadas pela controvérsia Roberto Simonsen e Eugênio Gudin (2010), exatamente sobre o planejamento no âmbito do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial – CNPIC (1944) e posteriormente no Conselho de Planejamento Econômico – CPE (1945).

Os defensores da ideologia liberal no contexto brasileiro (1950 e 1960) são indigitados por Furtado como opositores ao estruturalismo cepalino. Bielschowsky (2004) identifica como líderes dessa corrente os intelectuais neoliberais Eugênio Gudin e Octávio G. de Bulhões, sendo que o prefixo *neo* adviria da situação na qual os liberais brasileiros passaram “a admitir, na nova realidade pós-1930, a necessidade de alguma intervenção estatal saneadora de imperfeições de mercado, que, segundo reconheciam, afetavam economias subdesenvolvidas como a brasileira” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 37). Dado interessante é o uso do prefixo *neo* já em 1959, convencionado por Furtado (2019, p. 166) como identificação desse grupo, com protagonismo para Roberto Campos: “Juscelino, Campos e Corbisier representam três facetas de uma mesma realidade histórica na qual cada dia me sinto mais intimamente envolvido” (FURTADO, 2019, p. 165), representando Corbisier o nacionalismo⁴, e Campos, o neoliberalismo, uma vez que este intelectual liberal incorporou, ao menos em parte, as estratégias de desenvolvimento econômico e, “imbuído de ideias de desenvolvimento econômico”, não firmou propriamente “uma teoria autêntica do desenvolvimento, ou melhor, do subdesenvolvimento” (FURTADO, 2019, p. 165).

O momento histórico específico que Furtado escreve ([1959] 2019b) é o dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos impactos do Programa de Estabilização Monetária (PEM), de Roberto Campos e Lucas Lopes (ministro da Fazenda), que levou ao rompimento das negociações de Juscelino com o FMI (VILLELA, 2011, p. 38-39). A tendência neoliberal que Furtado identifica se ancora na proposta de reforma cambial defendida por Campos nos acordos com o FMI e de estabilização com combate inflacionário, o que representaria para Furtado um regresso de Campos à ortodoxia (liberal)⁵, em direção a uma atitude conservadora que não diferenciaria Campos de Eugênio Gudin⁶.

Mas o que há de comum, e de novo, nesse debate posterior aos anos 1930 e agudizado nos anos 1950 é a nova *performance* necessária à ação liberal: a de enfrentar a corrente desenvolvimentista e ajustar-se ao quadro efetivamente em curso de estratégia planejadora. Aqui a crítica ao liberalismo, elaborada por Furtado,

4 Juscelino não foi analisado por Furtado nessa passagem.

5 Apesar de Furtado e Bielschowsky utilizarem uma definição aproximada para esses neoliberais, Bielschowsky não enquadra Roberto Campos como signatário do campo neoliberal, mas sim como um pensamento do “setor público” de “desenvolvimentismo não nacionalista”. Bielschowsky (2004, p. 117) afirma que antes de 1964 Campos não teria sido um “economista monetarista, no sentido teórico básico do termo”.

6 Interessante é a oposição de Furtado ao neoliberalismo de Campos, agora evidente nos *Diários intermitentes*, e ao grupo identificado como Gudin-Bulhões, em torno da Fundação Getúlio Vargas. Em outros momentos essa oposição entre liberais e estruturalistas desenvolvimentistas se tornou pública através de debates, como Gudin-Prebisch (1952-1953) e Bulhões-Furtado (1953).

não diz respeito à construção do subdesenvolvimento como efeito do liberalismo primário-exportador, mas sim à recusa das adaptações e inovações da ideologia liberal frente ao poder de fogo do nacional-desenvolvimentismo, quer pelas propostas no neoliberalismo nacional, quer pela nova fundamentação teórica da teoria da modernização de W.W. Rostow.

Como nota sobre o contorcionismo resultante da tensão liberalismo econômico *versus* liberalismo político no Brasil, lembramos que é desse debate que surge o terceiro arranjo da ideologia liberal no Brasil: a guinada do projeto de modernização capitaneado pelo Estado, iniciado pelo planejamento desenvolvimentista com democracia (regime aberto de 1946-1964), mas que termina no abraço ao desenvolvimentismo autoritário do golpe militar (1964-1984). Como voltaremos a abordar adiante, a ideologia liberal já tivera que incorporar o planejamento em alguma medida quando o assunto se remetia à condição de subdesenvolvimento. Prova disso são os posicionamentos dos neoliberais no Brasil durante o ciclo desenvolvimentista e, em termos internacionais, a edificação da teoria da modernização e o Programa da Aliança para o Progresso. Trágica é, no caso brasileiro e também latino-americano, a passagem dessa configuração, com ampla utilização dos termos *democracia* e *desenvolvimento*, para o apoio e defesa das guinadas autoritárias (defendidas, logo na sequência, por Samuel Huntington em *A ordem política nas sociedades em mudança*, de 1975). Esse foi um momento no qual a ideologia liberal aplicada à periferia não apenas secundarizou ou ignorou as pautas liberais na política, como delas se apartou radicalmente, aninhando-se no colo da ditadura. Para impedir a continuidade do avanço do nacional-desenvolvimentismo democrático e garantir uma pauta baseada na modernização das formas de dependência em etapa industrial, a ideologia sacrificou sua retórica das liberdades como moeda de troca (elemento demonstrativo do quanto a crítica de Keynes ao liberalismo se mostrava correta).

A GÊNESE DO DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO – GERAÇÕES E ROBUSTECIMENTO DE UMA AGENDA

A construção da ideologia nacional-desenvolvimentista oscilou entre esses dois momentos diferentes – autoritário e democrático – a partir da presença de três pontos de contato: o reconhecimento de obstáculos estruturais à completude da sociedade brasileira, a desconfiança sobre a repetição em contexto nacional das condições de modernização clássicas – do centro, em especial Europa e Estados Unidos, que seguiram a via liberal de mudanças primeiro pelo mercado e depois pela reformulação do Estado (MOORE, 1983) – e a inclinação para o modelo de modernização pelo alto, definida como “amor ao Estado” (OLIVEIRA, 2003). Nesse amplo complexo movimentaram-se ondas distintas de intelectuais dentro de uma mesma linhagem, denominada por Brandão (2007) de “idealismo orgânico”, nem sempre defensora do mesmo projeto político e social.

A primeira onda ou geração (no sentido dado por Mannheim (s.d.) a esse importante conceito) que lidou com o problema da ação do Estado na transformação

das estruturas sociais foi composta de pensadores como Oliveira Vianna, Francisco Campos, Azevedo Amaral, Plínio Salgado, Miguel Reale, Alceu Amoroso Lima – críticos da ideologia liberal por sua inadequação cultural às condições nacionais, pelo artificialismo e idealismo constitucional, pela desorganização das bases da vida nacional, pela promoção de elites disruptivas e transformação da política em um mercado e lógica patrimonial, pelo excessivo materialismo e pelo efeito de um gravíssimo tipo de hedonismo argentário burguês. Esse grupo falava primeiro a linguagem da sociologia histórica, da filosofia social e da política e dos conflitos de classe para, secundariamente, avançar de forma mais consistente sobre a questão econômica e sua dinâmica.

Para essa corrente, denominada como ideologia autoritária (por ser estatista) por Lamounier (1985), o papel protagonista atribuído ao Estado bebia nas fontes do corporativismo ou da doutrina do Estado integral. De um lado esses autores questionavam o difícil e deslocado liberalismo praticado no Brasil como esforço mimético e distante do espírito nacional e, ao mesmo tempo, como impedimento de superação dos déficits nacionais e construção da nação. Como corolário, é possível apontar que esses diferentes autores e teses comungavam a descoberta de que a formação dos estados nacionais e a construção de uma ordem moderna não precisariam (em muitos casos não poderiam) repetir o percurso de outras nações. Comungavam também a desconfiança da ideologia liberal, em crise no mundo e no Brasil (mas aqui por motivos diferentes). Como observação a esse ponto, podemos pensar que na periferia a crise do liberalismo assumia e conjugava duas crises: a do centro (de economias e sociedades avançadas que adernavam em momentos de irracionalismo, em crises cíclicas e estruturais da economia, no eclipse da representação) e a da borda (onde nem sequer se atingiram formas maduras da economia liberal, mas que experimentaram outras formas corrosivas de liberalismo e de seu colapso). A crise na periferia era, portanto, mais grave e mais dramática. E talvez não seja fortuito o fato de que teses organicistas, nacionalistas e revolucionárias tenham encontrado tanta facilidade de circulação no Brasil nas décadas de 1920 e 1930.

A segunda onda dessa linhagem compartilha a visão de uma situação de travamento ou incompletude social, mas a percebe como advinda da formação econômica nacional. A incompletude se constituía pela via da organização produtiva e fora coroada por instituições políticas e sociais a ela ajustadas. Esse grupo fala a linguagem da economia, avaliando de forma crítica e dura os efeitos da adoção dos postulados liberais na trajetória brasileira – tanto na etapa colonial, quanto, e principalmente, no período após a Independência. Associa-se a impossibilidade da autonomia nacional com as bases materiais atrasadas ou dependentes, avançando sobre a ideia (veiculada de maneira claríssima por Furtado) de que na periferia o subdesenvolvimento fora resultado da adoção do projeto liberal.

Essa nova onda intelectual congrega as contribuições de pensadores como Simonsen, Caio Prado Jr., o isebiano Ignácio Rangel e o maior representante cepalino no Brasil: Celso Furtado. Sua novidade foi ter analisado o atraso sob o ângulo dos efeitos nocivos da adoção das regras do liberalismo econômico, em especial a tese das vantagens comparativas de David Ricardo e a defesa do *laissez-faire* em situação

colonial e periférica. Aqui a ruptura foi profunda e drástica, pois a assimilação da energia do mercantilismo, ao invés de, por externalidade⁷, promover o ingresso e posterior aceleração da modernização das estruturas produtivas e sociais, geraria exatamente o seu contrário: a perpetuação de uma modernização capitalista *limitada*, resultado da própria acomodação da economia brasileira ao padrão primário-exportador e *definitivamente impossibilitada* de superar esse estágio por dentro da lógica propugnada pelos postulados liberais econômicos.

Essa percepção e fundamentação teórica é aberta por Simonsen nos textos do início da década de 1930 (*As crises no Brasil*, 1930; *As finanças e a indústria*, 1931; *Ordem econômica, padrão de vida e algumas realidades brasileiras*, 1934), aprofundada pela lapidar tese do sentido da colonização de Caio Prado Jr. (*Formação do Brasil contemporâneo*, 1942), tratada em sua heterogeneidade por Rangel (*A dualidade básica da economia brasileira*, 1957; *Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro*, 1954) e ganhando densidade e musculatura definitiva na obra de Celso Furtado (*Formação econômica do Brasil*, 1959; *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, 1961; *A pré-revolução brasileira*, 1962; *Dialética do desenvolvimento*, 1964).

Este artigo teve até aqui a intenção de desnudar a associação fácil e perigosa entre a crítica ao liberalismo e uma natural inclinação autoritária, problema que afeta o âmago do projeto desenvolvimentista de Furtado, que, afastando-se drasticamente do liberalismo econômico (via concepção do subdesenvolvimento e pelas estratégias desenvolvimentistas), ao mesmo tempo defendeu tanto as instituições democráticas quanto as transformou em ferramentas condicionais da superação do subdesenvolvimento. Furtado é, assim, um intelectual antiliberal, mas a léguas de distância do posicionamento autoritário.

Esse desenvolvimentismo democrático origina-se nos “novos ares do mundo”, em um campo intelectual e político que apresentava alternativas econômicas e políticas à ideologia liberal, pautado em racionalização social, regulacionismo, reformismo com justiça social e equilíbrio geopolítico. São fortes seus vínculos com Keynes, na economia, e com Mannheim, na racionalização do social. No plano nacional, Furtado fez parte – e protagonizou – o movimento de “retirada do Estado da boca da direita” (CEPÊDA, 1998; 2001).

O ANTILIBERALISMO FURTADIANO – OS ARES DO MUNDO

O movimento antiliberal e a percepção sobre as tarefas da democracia surgem cedo na produção furtadiana, presentes em “A feição funcional da democracia moderna” (1944), seguido de “Trajetória da democracia na América” (1946). Nesses trabalhos, ainda no ambiente de sua formação intelectual, Furtado tratou de dois interessantes problemas: o da evolução (e o termo seria esse mesmo) do interesse individual para o interesse coletivo nas transformações do Estado Moderno (FURTADO, 1944) e o da inclinação natural para o esgotamento das energias utópicas do individualismo

7 Como defendido por Rostow (1960).

e do *self-government* na mais robusta experiência liberal de seu tempo – os Estados Unidos (FURTADO, 1946).

Na reflexão de 1944, Furtado indica como evolução da feição democrática a passagem da ordem de valores do contratualismo original, pautado na proteção da esfera privada (como lugar da liberdade) e que preconizaria o estabelecimento de controles sobre a ordem estatal e sua gradual substituição pela ideia de que somente a coordenação política e social permitiria o alcance de uma ordem social coletiva, promotora de progresso e de paz social. Assim, se no início as instituições políticas e democráticas modernas colocariam o interesse público como anteposta ao governo (como na máxima de Thomas Jefferson de que “o melhor governo é o que governa menos”), o contexto contemporâneo remodelaria essa visão, atribuindo ao Estado democrático moderno não só as tarefas de garantir a ordem interna e a segurança externa, mas também a função de garantir o bem estar-social, funcionando como “força ativa e propulsora do desenvolvimento dos elementos potenciais do agrupamento humano – ao contrário do Estado democrático clássico de feição estática” (FURTADO, 1944, p. 58).

Essa requalificação da função democrática estava em curso no contexto real vivido pelo autor, fruto do susto causado pela irrupção do nazifascismo e do stalinismo, entendidos como emanados, em boa medida, da falência de um tipo de contrato social incapaz de evitar a erosão da vida pública e conter o manancial da crise econômica e moral que se alastrava sob o manto do liberalismo econômico e político europeu. A busca de um conteúdo social e coletivo para a democracia perpassa a obra de importantes intelectuais que atuaram no período do entreguerras, como John Maynard Keynes e Karl Mannheim.

Já o segundo texto, de 1946, revela uma outra dimensão, menos disruptiva e mais inexorável, em direção à coordenação da vida econômica e social, distante da condição primordial e prometeica do individualismo radical. Nesse trabalho, ganhador do Prêmio Roosevelt, Furtado analisa as virtudes e a fortuna na edificação da sociedade norte-americana como sendo baseadas no *ethos* individual do trabalho, na auto-organização social e política, no primado da livre competição enquanto bases da formação dos EUA como potência. No entanto, subjacente a essa diretriz inicial, outra se formava, acelerada pelos efeitos da Segunda Revolução Industrial: a da passagem da pequena produção para a situação das grandes plantas produtivas, do incremento da tecnologia, da padronização dos processos produtivos e do imperativo da produção em grande escala, massificada e quase militarizada em sua hierarquia e procedimentos. Ou seja, como expressão da própria dinâmica do desenvolvimento capitalista industrial se enfraqueciam as virtudes fundadoras – individualismo, *laissez-faire*, autogoverno, a propriedade de si e dos frutos legítimos do trabalho na forma da propriedade privada – e se forjava a tendência à coordenação e planificação produtiva, com efeitos sociais e políticos.

Assim, quer pela via das crises disruptivas, quer como imanente ao desenvolvimento capitalista, a tendência que se mostrava era a da superação prática da ideologia liberal. Nesse momento a busca da racionalização da ação econômica e política, bem como a estruturação da vida social ganhavam peso via o regulacionismo

keynesiano e o planejamento democrático de Mannheim. Ambas as teorias foram recepcionadas por Furtado e reposicionadas em um desenho inaudito.

A influência da crítica keynesiana circula mundialmente pela capacidade de questionar nuclearmente o liberalismo no seu centro vital, a Inglaterra. Historicamente, essa nação foi o berço da ideologia liberal enquanto processo político concreto (Revolução Gloriosa) e enquanto inovação econômica (Primeira Revolução Industrial). Não é à toa que a ideologia liberal é inglesa de sete costados, sendo, como apontou Keynes, muito coerente em seu momento original e tornando-se retórica condicionante nos momentos subsequentes. O eixo da crítica keynesiana ao liberalismo origina-se na falácia de suas leis gerais: o farol dos preços, a mão invisível do mercado, o primado da competição e a tomada de decisão privada dos empresários como motores do progresso e ordenadores da melhor forma da dinâmica social. Keynes, mais próximo de um reformista fabiano e menos de um revolucionário⁸, apontava em seu vigoroso texto de 1926 a dimensão metafísica dos principais axiomas liberais econômicos:

Não é verdade que os indivíduos possuem uma “liberdade natural” prescritiva em suas atividades econômicas. Não existe um contrato que confira direitos perpétuos aos que os têm ou aos que os adquirem. O mundo não é governado do alto de forma que o interesse particular e o social sempre coincidam. Não é administrado aqui embaixo para que na prática eles coincidam. Não constitui uma dedução correta dos princípios da Economia que o autointeresse esclarecido sempre atua a favor do interesse público. Nem é verdade que o autointeresse seja geralmente esclarecido; mais frequentemente, os indivíduos que agem separadamente na promoção de seus próprios objetivos são excessivamente ignorantes ou fracos até para atingi-los. A experiência não mostra que os indivíduos, quando integram um grupo social, são sempre menos esclarecidos do que quando agem separadamente. (KEYNES, [1926] 1978, p. 120).

A revolução keynesiana inicia apontando os limites da monologia do sistema de preços e sua baixa eficiência sobre as condições do desenvolvimento capitalista⁹, avança sobre o tema do rentismo e do entesouramento, dos óbices de uma economia centrada na oferta e não na demanda, no papel do emprego e da renda dos salários na dinâmica econômica, concluindo, por fim, que a racionalidade privatista e de curto prazo dos empresários (irracional, no limite) colocaria em risco todo o sistema econômico, acentuando a emergência das crises e criando o risco de colapso

8 Segundo Fonseca (2010, p. 426), Keynes “criticava as experiências como a da Rússia soviética e suas referências a Marx quase sempre foram em tom crítico” e ao mesmo tempo recusava o nazifascismo e o corporativismo, “responsáveis por empolgar boa parte de seus contemporâneos, também com uma retórica antiliberal e com forte apelo estatista”. Entre esses dois extremos, Keynes inclinava-se aos postulados centrais da Sociedade Fabiana – de construção de um equilíbrio social por dentro da democracia.

9 Como nos indica Silva (1977, p. 71), é certo que o sistema de preços seja um poderoso e útil mecanismo, capaz de impor regras de comportamento nos agentes econômicos e de alocar recursos escassos de qualquer sociedade, mas daí a inferir na unicidade do sistema de preços como “a única forma de organização social capaz de harmonizar, de eliminar os conflitos entre interesses individuais e sociais, vai uma grande distância”.

sistêmico. Keynes gira a lógica econômica liberal para seu oposto: é a liberdade decisória sob o princípio do *laissez-faire* o maior perigo na manutenção do sistema econômico capitalista. Entraria em cena uma rotação do papel do Estado, acionado como barreira protetiva e salvaguarda em situações de crise.

Concretamente, na primeira metade do século XX outra ordem de elementos ajuda a compreender a aceitação da técnica do planejamento, de um ângulo fortalecida por experimentações bem-sucedidas – os resultados da aceleração da economia alemã (via prussiana) e japonesa (Revolução Meiji), bem como o *boom* de crescimento, potencializados pela coordenação econômica dos esforços de guerra. A planificação, demônio da tese liberal, rondava o mundo com boa dose de sucesso, enquanto, de outro lado, as estratégias liberais foram apontadas como falidas, esgotadas e promotoras de dramáticas desordens políticas (os totalitarismos) e das guerras.

A soma dessas tendências na primeira metade do século XX possibilitaria a defesa de uma ação coletiva e racional para impedir o retorno ao padrão de crises econômicas e políticas (i), para impedimento do surgimento de projetos autoritários/totalitários (ii) entronizando a compreensão de que o retorno à pauta liberal não seria parte dessa solução (iii). Advém daí a força do keynesianismo, do projeto social-democrata e do planejamento democrático mannheimiano. Consolidava-se uma responsabilidade social, uma visão de ordem social coletiva que chegou com força na formação intelectual de Furtado e que exigia a qualificação do conhecimento como ferramenta e a vontade política como diretriz. Em *A fantasia organizada*, Celso Furtado afirma que o livro *Liberdade, poder e planificação democrática* (1972), de Mannheim, teria orientado sua visão de como deveria ser o mundo reconstituído a partir da Segunda Guerra Mundial: “como estudioso de Mannheim, estava convencido de que um amplo esforço de reconstrução institucional tornara-se indispensável, se o objetivo era preservar a liberdade do homem” (FURTADO, 2014, p. 18). Da mesma maneira, a crítica keynesiana à ideologia liberal e a proposição de uma técnica de rearranjo das atividades econômicas juntando racionalidade, função social e ação estatal impactaram a formação intelectual de Furtado e desabrocharam na etapa cepalina¹⁰.

Dessa recepção, incontestemente (mas não excludente quanto a outros diálogos travados por Furtado), surgiria a grande contribuição do autor, originada na seguinte reflexão: o diagnóstico efetuado no centro, nas economias desenvolvidas, seria válido para a periferia do capitalismo? A crítica à ideologia liberal seria a mesma? E as ferramentas de superação poderiam ser transplantadas?

10 “Na sociedade estratificada e parada do tempo em que eu vivia, a ideia de que as formas sociais são *históricas*, portanto, podem ser superadas, permitia ver o mundo com outros olhos. Essa ideia, ligada à do conhecimento como arma do progresso, que vinha do positivismo, compôs no meu espírito uma certa visão do homem em face da história. Essa ideia permitia superar o círculo fechado do fatalismo e do absurdo, e ao mesmo tempo desembocava numa responsabilidade moral” (FURTADO, 2013, p. 40)

DESAJUSTES LIBERAIS NA PERIFERIA

É desse “mas” que brotaria a energia para a produção de uma teoria autóctone, ajustada ao processo diferencial da trajetória brasileira e que antecede Furtado em duas gerações enquanto suspeita. Na busca por uma resposta, Furtado produzirá uma formulação intelectual apta a conferir outro estatuto à crítica à ideologia liberal, observada na perspectiva da periferia subdesenvolvida. O passo inicial dessa nova percepção surge no âmbito da recém-criada Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) em seu primeiro texto público – o “Manifesto dos periféricos”, publicado em 1949, reflexão fundante do método histórico-estruturalista. A inicial e original abordagem de Raúl Prebisch (2011)¹¹ sobre a assimetria dos termos de trocas entre as economias primário-exportadoras e o centro das economias industriais colocaria o liberalismo econômico em um novo flanco de ataque: sob o manto das vantagens comparativas e da divisão internacional do comércio, constituía-se uma lógica perversa de espoliação e empobrecimento reiterativo das economias periféricas, ocultadas pela inevitabilidade de leis econômicas (as mesmas denunciadas como mito por Keynes) e como etapa de avanço em direção ao progresso.

Partindo desse contexto, Furtado produziria um poderosíssimo estudo, se não o melhor, aplicado sobre o caso brasileiro – *Formação econômica do Brasil*. Sua tese central é a dos efeitos perversos da associação entre colonialismo e mercantilismo na formação das estruturas sociais brasileiras, conformadoras da paisagem social e da ocupação territorial sob a batuta dos ciclos primário-exportadores. Há algo na história nacional que não repete a lógica da formação dos estados nacionais modernos a partir de um passado pré-moderno, terratenente. Um deslocamento que corresponde à produção de um outro tipo de lugar, de segunda ordem, atrelado e subsumido aos interesses metropolitanos, mas impedido de avançar segundo as regras gerais do sistema capitalista.

Diferentemente da geração das décadas de 1920-1930, que se constituía sob a crítica do transplante das ideias e das instituições como geradoras da inorganicidade interna e de uma nacionalidade fraca, a leitura das bases materiais da colonização dava outra feição ao atraso: ele era parte de um modelo moderno, maximizador de ganhos em seu centro e disseminador de prejuízos em sua borda. As mazelas nacionais tornavam-se assim parte do mundial, como efeito e não como causa naturais ou *sui generis* de condições locais.

Na leitura proposta por Furtado há uma sutil, porém grave, mudança na maneira como se avalia a conexão estabelecida entre a colônia e as energias da modernização mundial contidas na expansão ultramarina e nos interesses mercantilistas sobre os novos territórios: a face positiva do contato, da assimilação e da aceleração das energias do moderno (tão valorizadas na teoria das etapas de

11 O estruturalismo cepalino foi o principal meio de circulação intelectual no Brasil e na América Latina do pensamento keynesiano, principalmente através de Raúl Prebisch (CARVALHO, 2008). Bielschowsky (2004) afirma que Furtado realizara uma pioneira análise keynesiana aplicada ao caso brasileiro em *Formação econômica do Brasil* – uma espécie de “keynesianismo atípico”, um “keynesianismo pela negativa” (elementos também apontados por Bresser-Pereira, 2001).

Rostow como deflagradoras do *primo móbile* da mudança nas sociedades tradicionais e retardatárias) torna-se uma corrente de ferro, uma lógica que uma vez instaurada e respeitada jogará essas nações em um caso anômalo de moderno (híbrido, inconcluso, incompleto). Esse é o resultado alcançado pela lógica do liberalismo, privilegiadamente o econômico, aplicado à boa parte das nações do Novo Mundo¹².

Por essa concepção entendemos que a produção intelectual de Furtado (1944-1967) contém, embora de forma dispersa e muitas vezes exigindo a tarefa de junção de teses e de pontos distintos pelo leitor/analista, a mais dura crítica feita à ideologia liberal no debate brasileiro. E, mesmo assim, Furtado não resvala, a nosso ver, um centímetro em direção ao autoritarismo. As duas afirmações são graves, então vamos tentar sua demonstração.

Começamos por enunciar as duas teses que são construídas por Furtado no período recortado: a teoria do subdesenvolvimento e o projeto desenvolvimentista. Elas são produções intelectuais distintas e operam diferentes configurações entre, por exemplo, a dimensão da economia e a da política. A teoria do subdesenvolvimento analisa como o processo de descoberta e ocupação no Brasil colônia (tema central em *Formação econômica do Brasil*) foi condicionado por uma dinâmica externa – o mercantilismo, face avançada do capitalismo europeu – que moldou a principal estrutura formativa da sociedade brasileira – o modelo primário-exportador. Em sua implementação foram constituídas a dinâmica e as formas do agrário, definidas as formas de trabalho, configuradas as elites dos setores modernos (e, por extensão, definidos seus interesses, sua tendência à manutenção de laços externos e as dificuldades de construção de um projeto nacional e independente), produzidos os vazios do *hinterland*, gestado o dualismo estrutural e sedimentados os pressupostos da vocação agrária.

É da posição ocupada pela colônia na divisão do comércio internacional, como produtora de bens primários e consumidora de bens manufaturados e depois industrializados, que surge uma dependência estrutural e uma incapacidade para reter no sistema econômico nacional a renda e os ganhos das atividades realizadas. Impede-se, pela condição do exclusivismo e monopolismo das atividades agrárias, a diversificação produtiva e o efeito multiplicador de uma atividade econômica-chave sobre o sistema geral, o surgimento de um mercado consumidor nacional vigoroso, a modernização de segmentos produtivos, a renovação das elites e a expansão da riqueza geral – via salário e rendas – que alimentariam o ciclo da inovação, do investimento, da reprodução ampliada do capital e a conformação de uma sociedade do trabalho e de cidadãos.

Esses itens, que comporiam o ciclo virtuoso descrito magistralmente por Rostow (1960) como resultados esperados após a estabilização do arranque e evolução do novo modelo, não podem ocorrer de fato em sociedades com o perfil do Brasil ou de outros países latino-americanos. Mesmo havendo um impulso modernizador externo capaz

12 Aquelas onde havia condições instaladas ou potenciais para exploração econômica. Furtado (1967) separa esses tipos de colonização como sendo de subdesenvolvimento de grau superior, subdesenvolvimento de grau inferior e sociedades pobres. Somente as primeiras podem sonhar com a superação do subdesenvolvimento (e estariam na categoria de arranque de Rostow).

de sacudir a inércia de sociedades tradicionais, a opção aparentemente “eficiente” pregada pela teoria liberal das vantagens comparativas como energia de arranque será neutralizada por dois mecanismos (nenhum deles presentes na obra de Rostow): pela deterioração dos termos de troca (valor agregado diferencial em produtos *in natura* versus produtos manufaturados e industrializados) e pela incapacidade de distribuição no sistema nacional dos apertados ganhos da atividade central primário-exportadora (que muitas vezes se tornou adversária de outros setores econômicos, como foi o caso da vocação agrária no Brasil da Primeira República). Assim, na experiência brasileira houve o contato e um protoarranque cuja dependência externa e disfunções estruturais internas (do modelo econômico e não das formas sociais) impediram a evolução para os próximos degraus do etapismo rostowiano. E não por condições internas ou ligadas ao passado pré-moderno, mas pela forma *sui generis* de sua modernidade limitada (a condição subdesenvolvida). Para coroar esse raciocínio, um dos pontos fundamentais da tese de Rostow passava pela política e não mais pela economia, com a formação de uma coalização de atores imbuídos do espírito e do interesse da modernização e do investimento no desenvolvimento. Aqui surge um elemento normalmente descuidado na tese da modernização: o peso dos interesses das economias centrais em manter a periferia como fornecedora de insumos de baixo custo, com industrialização limitada e sendo reserva de mercado consumidor. Tanto essa questão é real, que a reiterada cobrança pela não existência de um Plano Marshall para a América Latina (no esforço de reconstrução e modernização das sociedades e economias do bloco ocidental), iniciada por Simonsen ao final da Segunda Guerra Mundial, implicava na consciência dos países periféricos de que o interesse da autonomia e desenvolvimento dos países latino-americanos esbarrava nos interesses econômicos dos EUA e países mais bem colocados no *ranking* do desenvolvimento, esperançosos da reversão da periferia latino-americana para a condição primário-exportadora.

Contrária aos velhos postulados do liberalismo clássico e à moderna teoria de Rostow, a teoria do desenvolvimento formulada por Furtado afirmou a existência de um tipo socioeconômico diferente do padrão idealizado de modernidade (urbano, com diferenciação produtiva, importância do trabalho assalariado e da inovação tecnológica), mas também distinto do modelo de sociedade tradicional ou sociedade da pobreza, conforme analisado por Galbraith (1979).

Esse padrão híbrido é uma forma social e econômica moderna, mas não cabe nem na tipologia keynesiana (que não incorporou o problema do subdesenvolvimento em sua agenda de pesquisa) e muito menos na proposição rostowiana. Na periferia de extração colonial, tardia e periférica, a ideologia liberal não repete (e esgota) as virtudes que a engendraram como revolucionárias, como destruidoras da ordem medieval e agilizadoras do progresso, da emancipação individual e de formas políticas sofisticadas. Ao contrário, na trajetória brasileira – tomada como um dos tipos da formação latino-americana – a adoção da ideologia liberal seria o *impeditivo* central para qualquer forma de emancipação nacional real e autossustentada. Teria se constituído como interesse exógeno e sua aplicação teria corrompido as estruturas normais de evolução e modernização – tanto econômicas quanto políticas.

No contexto que possibilita a crítica keynesiana, o liberalismo fora parte do

processo de construção da modernidade, tendo-se mostrado limitado ou limitante de sua continuidade, quiçá convertendo-se em energia disruptiva. No esquadro do subdesenvolvimento brasileiro a ideologia liberal constituíra, historicamente, o grande problema da modernização nacional. Para Rostow, ao contrário, o contato com as energias do mercantilismo liberal e a adoção do modelo primário-exportador poderiam ser entendidos como disparadores da dinâmica da transição – porém, o problema detectado pela teoria do subdesenvolvimento, cepalina e muito especialmente a furtadiana, os entraves à modernização não vinham de uma “possível dinâmica pré-moderna” e sim do hibridismo engendrado pela condição primário-exportadora. O contato com a economia externa não modificaria o problema, mas seria, ela mesma, a raiz do problema.

O segundo aspecto que rotaciona fortemente a ideologia liberal na periferia é o projeto desenvolvimentista, que não pode ser confundido e nem subsumido à teoria do subdesenvolvimento, embora nasça dela. As metas do desenvolvimentismo são traçadas ao longo da produção teórica de Furtado na última parte do *Formação econômica do Brasil* (2009b) e em textos como *Perspectivas da economia brasileira* (1958), *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (2009a), *A pré-revolução brasileira* (1962) e *Dialética do desenvolvimento* (1964), mas também na sua ação no comando da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e nos objetivos do Plano Trienal. O projeto desenvolvimentista constitui-se como uma derivação lógica e de uma opção política: a superação da estrutura do subdesenvolvimento. Mas na periferia o problema não consistia em resolver uma crise ou regular as disfunções da moeda, do crédito e do emprego para a retomada da dinâmica em patamares mais estáveis. Ao contrário, na periferia a superação do subdesenvolvimento exigiria a alteração da condição de economia reflexa (orientada pela demanda externa) e a internalização dos centros de decisão.

Nesse processo o tamanho das funções atribuídas ao Estado seria enorme, pois incidiriam: a) na produção de um diagnóstico geral da estrutura produtiva, na detecção de seus gargalos e disfunções; b) na geração de um plano de transformação (e não de recuperação) estrutural do sistema produtivo, com forte investida em direção à aceleração da industrialização e seu ajuste, ou aproximação, do padrão internacional de produção e competição; c) na utilização de instrumentos macroeconômicos de desestímulo a atividades e práticas geradoras de ganhos extraordinários, de propensão ao gasto suntuoso, de investimentos de curto prazo em setores de pouco peso no padrão de modificação produtiva, de utilização do exército de mão de obra ocioso para redução de salários e conseqüentemente diminuição do tamanho do mercado interno e redução da dinâmica econômica etc.; d) na utilização de instrumentos macroeconômicos de investimento e incentivo à atividades de infraestrutura, inovação e diversificação produtiva.

A ideologia liberal seria o maior impeditivo para a superação do subdesenvolvimento, quer por suas amarras ao primado das vantagens comparativas (reafirmadoras da condição agrária), quer por sua incapacidade teórica de compreender a dinâmica do subdesenvolvimento (impossível de ser apreendida no esquadro e lógica das teorias econômicas liberais puras) e, por último, pela recusa de qualquer estratégia que escape dos automatismos de mercado. A inadequação

da ideologia liberal ao contexto brasileiro ocorria exatamente por sua condição de artifice da situação de subdesenvolvimento e, em etapa possível de superação dessa condição, por representar uma força contrária e destruidora das estratégias do (necessário) planejamento e regulação estatal.

LUGAR E FUNÇÕES PARA A DEMOCRACIA

Enquanto a trajetória da ideologia liberal brasileira aproximava-se das respostas autoritárias, Furtado incorporava a democracia de forma absolutamente inédita – como parte interna da dinâmica do projeto desenvolvimentista. O ineditismo aparece por conta da transformação da democracia de resultado a ser alcançado, na fase final da transformação social racionalmente orientada (uma razão substantiva em termos mannheimianos) ou de valor perseguido em elemento operativo interno das estratégias do planejamento.

A democracia teria então três funções. A primeira função seria a de superar a tendência do capitalismo brasileiro de enveredar pela estratégia de maximização de lucros pela via da redução de salários, dada a existência do exército industrial de reserva. Essa tendência, racional no curto prazo e apropriada por um agente privado, seria fatal para a aceleração e o amadurecimento de uma economia subdesenvolvida em situação de transição. Por um lado, a facilidade apresentada pela possível redução de salários impactaria negativamente no processo de incorporação e de desenvolvimento de inovações tecnológicas autóctones – problema angustiante no quadro das limitações estruturais do subdesenvolvimento. De outro ângulo, o efeito seria a consequente diminuição do tamanho do mercado interno e da renda disponível para o consumo, enfraquecendo a própria dinâmica interna de autossustentação do impulso industrial. Fora da moldura democrática que possibilitaria a organização social, em especial do crucial segmento sindical, e das crescentes reivindicações pela melhoria das condições de vida que permeiam os processos eleitorais, o desempenho do capitalismo nacional tenderia a manter-se letárgico e incapaz de se beneficiar no plano interno dos estímulos gerados pela elevação da renda do trabalho (processo clássico de expansão e sustentação das economias centrais) e da elevação da produtividade (pela via do estímulo – quiçá imperativo – de avançar sobre o problema da inovação tecnológica).

A segunda função seria a de permitir, sem desvios, o projeto do planejamento do desenvolvimento, contrário aos interesses de robustos segmentos da sociedade brasileira: o setor primário-exportador, os setores atrelados à dinâmica do comércio internacional, as elites sobreviventes da regressão dos ciclos econômicos (em geral enfraquecidas em termos de poder econômico, mas experientes e treinadas na captura e uso do poder político). De quebra, contrariando também os interesses do capitalismo mundial, pouco interessado na geração de concorrentes em territórios próximos e resistente à remodelação da posição primário-exportadora em especial da América Latina. Nesse ângulo, o regime democrático permitiria a atuação de mecanismos de pressão e a disputa no campo da opinião pública sobre o destino dos recursos e *telos* do planejamento. É bom lembrar que, quando falamos de de-

envolvimentismo, os capitais que são invocados em sua sustentação são da ordem da política – Estado, burocracia pública, planejamento via definição de políticas públicas, investimentos estatais (via tributação ou contração de dívida pública), acrescidos do compromisso e amálgama social de projeto nacional. A democracia, sob o conjunto de fatores que disputavam ou procuram impedir a consecução do desenvolvimentismo, seria a única condição de garantir o rumo da ação estatal.

A soma das duas funções convergiria para uma proposição particular de desenvolvimento em Furtado: pautada na defesa dos interesses da nação e não do mercado; visando à distribuição do progresso socialmente produzido e não na sua apropriação privada extrema ou seu repasse para setores externos; garantidora das pré-condições da autonomia nacional via um modelo autossustentado e soberano e não a perpetuação de uma situação política reflexa e subalterna. Assim, a terceira função da democracia é ser o meio essencial para consecução do desenvolvimento, estratégia e ferramenta capaz da superação subdesenvolvimento. Sem a presença das instituições democráticas que permitiriam a formação de uma opinião pública atuante e sem correias de transmissão entre os interesses sociais e a ação estatal, tal projeto teria dificuldade de resistir à massa de constrangimentos que o cercava. Não nos parece acidental que o movimento de ajuste da ideologia liberal, obrigada a incorporar e a responder em sua lógica de atuação nas economias latino-americanas nos anos 50 e 60 do século passado tanto a tese do subdesenvolvimento como a linguagem do desenvolvimentismo, passasse rapidamente do polo que afirmava o binômio democracia-desenvolvimento (Rostow e Aliança para o Progresso) para seu oposto – a adoção do autoritarismo como resultado das instabilidades geradas em situação acelerada de mudança social.

Bem-sucedida, embora em situação aporética em termos de sua coerência teórica, a guinada da ideologia liberal em direção ao autoritarismo do regime militar bloqueou as energias profundas do desenvolvimentismo, em especial aquele de lavra furtadiana, capturando-as em prol de um projeto que reduziu o desenvolvimento à modernização industrial e que gerou, com fundos públicos e bases de um pretensão nacionalismo, a conversão do atraso em brutal desigualdade e em manutenção/agravamento dos óbices estruturais. Comprova-se, dessa maneira, a incapacidade da ideologia liberal de resolver os dilemas da sociedade brasileira – na fase colonial, na brecha desenvolvimentista e, ainda hoje, no colapso social em curso desde o golpe de 2016. Seu desajuste brota da incapacidade de reconhecer a natureza do subdesenvolvimento e, simultaneamente, de compreender a necessidade de instrumentos de coordenação coletiva, pautada na ação do Estado e em políticas públicas ordenadas pela máxima da elevação das condições de vida. A rígida linguagem do mercado, pronta a escapar das amarras democráticas, opõe-se ao propósito da construção nacional – e essa é a lição original que nos foi deixada por Celso Furtado.

SOBRE OS AUTORES

VERA ALVES CEPÊDA é professora do Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

veracepeda@ufscar.br

<https://orcid.org/0000-0002-1419-0090>

GUSTAVO LOUIS HENRIQUE PINTO é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), *campus* Uruaçu, e pós-doutorando em Economia na Universidade de São Paulo (USP).

gustavo.pinto@ifg.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-1832-2038>

REFERÊNCIAS

- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRANDÃO, G. M. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Método e paixão em Celso Furtado. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Marcio (org.). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 19-43
- CARDOSO, F. H. *As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Cebrap, 1980.
- CARVALHO, F. J. C. de. Keynes e o Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, número especial, 2008, p. 569-574.
- CEPÊDA, V. A. *Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático*. 254f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998.
- CEPÊDA, V. A. O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Marcio (org.). *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001. p. 167-197.
- DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FONSECA, P. C. D. Keynes: o liberalismo econômico como mito. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 3, 2010, p. 425-447. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182010000300001>.
- FONSECA, P. C. D. *Vargas: o capitalismo em construção – 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FRANCO, M. S. de C. As ideias estão no lugar. *Cadernos de Debates*, n. 1. São Paulo: Brasiliense, 1976, p. 61-64.

- FURTADO, Celso. A feição funcional da democracia moderna. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano IV, 36, 1944, p. 55-58.
- FURTADO, Celso. Trajetória da democracia na América. *Revista do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro, 4-5 (10-12), 1946, p. 5-27.
- FURTADO, Celso. *A economia brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.
- FURTADO, Celso. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Iseb, 1958.
- FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Editora Nacional, 1967.
- FURTADO, Celso. (1961). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto/Ciccef, 2009a.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil: edição comemorativa – 50 anos*. São Paulo: Organização de Rosa Freire d'Aguiar. Companhia das Letras, 2009b.
- FURTADO, Celso. (1973). Aventuras de um economista brasileiro. In: D'AGUIAR, Rosa Freire (org.) *Essencial Celso Furtado*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2013. p. 35-52.
- FURTADO, Celso. A fantasia organizada. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Edição definitiva. Coordenação de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 17-202.
- FURTADO, Celso. *Diários intermitentes: 1937-2002*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire D'Aguiar. Prefácio de João Antonio de Paula. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- GALBRAITH, J. K. *A sociedade da pobreza*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1979.
- HUNTINGTON, Samuel P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Tradução de Pinheiro de Lemos. Revisão técnica de Renato Raul Boschi. Rio de Janeiro: Forense Universitária: São Paulo: Edusp, 1975.
- KEYNES, John M. (1926). O fim do laissez-faire. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.) *Keynes: economia*. Coordenador: Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1978, p. 106-126.
- LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. In: FAUSTO, B. (org.) *História geral da civilização brasileira*. t. III, v. 2. São Paulo: Difel, 1985, p. 343-374.
- MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: *Sociologia do conhecimento*. Volume II. Tradução de Maria da Graça Barbedo. Porto: RES Editora, s/d, p. 115-176.
- MOORE JR., B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- OLIVEIRA, F. de. Viagem ao olho do furacão. In: OLIVEIRA, Francisco de. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 59-82.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.
- PREBISCH, R. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. In: GURRIERI, Adolfo (org.) *O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ciccef, 2011, p. 95-151.
- RANGEL, I. *Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro*. Salvador: Livraria Progresso, 1954.
- RANGEL, I. *A dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Iseb, 1957.
- RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Victor Civita, 1982.
- ROSTOW, Walt W. *The stages of economic growth: a non-communist manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.
- SANTOS, W. G. dos. A praxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa. In: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, p. 65-117.
- SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- SILVA, A. M. da. O fim do laissez-faire. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 1977, p. 65-75.

SIMONSEN, R. *As crises no Brasil*. São Paulo: São Paulo Editora, 1930.

SIMONSEN, R. *Ordem econômica, padrão de vida e algumas realidades brasileiras*. São Paulo: São Paulo Editora, 1934.

SIMONSEN, R.; GUDIN, E. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. 3. ed. Brasília: Ipea, 2010.

VILLELA, A. Dos “anos dourados” de JK à crise não resolvida (1956-1963). In: GIAMBIAGI, Fabio et al. *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 25-48.

O pensamento de Celso Furtado sobre Estado e planejamento

[*Celso Furtado's thought about State and planning*]

Renato Nataniel Wasques¹

RESUMO • Estado e planejamento são temas recorrentes na vasta e original obra do economista brasileiro Celso Furtado (1920-2004). Embora sejam elementos ubíquos, as remissões do autor ao Estado são, por vezes, pouco explícitas. Não há, em toda a sua obra, nem mesmo um só capítulo que contemple explicitamente uma discussão teórico-conceitual sobre o Estado. Isso, porém, não significa dizer que inexista uma explicação de Estado nos escritos do intelectual brasileiro. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é desvelar e sistematizar o pensamento de Celso Furtado sobre Estado e planejamento. Para tanto, considera-se o conjunto da produção furtadiana, elaborada ao longo de seis décadas – de 1944 a 2004 –, pois se acredita que pouco se compreende quando se toma uma parte isolada da obra, sem levar em conta o desenvolvimento completo das ideias do autor. • **PALAVRAS-CHAVE** • Estado; planejamento e desenvolvimento; pensamento social brasileiro. • **ABSTRACT** •

State and planning are recurrent subjects in the vast and original intellectual production of Brazilian economist Celso Furtado (1920-2004). Although they are ubiquitous elements, the author's references to the State are sometimes not very explicit. There is nothing in the entire author's work, not even a single chapter explicitly covering a theoretical-conceptual discussion about the State. This, however, does not mean that there is no explanation about the State in the writings of the Brazilian intellectual. In this sense, this article proposes to unveil and systematize Celso Furtado's thought about State and planning. In order to achieve this, Celso Furtado's whole work, produced over the course of six decades – from 1944 to 2004 – was taken into account, because it was believed that little is understood when an isolated part of the work is considered, without taking into account the complete development of the author's ideas. • **KEYWORDS** • State; planning and development; Brazilian social thought.

Recebido em 1^o de setembro de 2020

Aprovado em 10 de dezembro de 2020

WASQUES, Renato Nataniel. O pensamento de Celso Furtado sobre Estado e planejamento. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 78, p. 156-181, abr. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.vii78p156-181>

1 Universidade Federal de Rondonópolis (UFR, Rondonópolis, MT, Brasil).

Celso Furtado é um dos pensadores sociais brasileiros mais influentes de todo o século XX. Já há algum tempo passou à categoria de clássico, sendo considerado um autor indispensável para compreender e pensar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. *Formação econômica do Brasil* ilustra bem a sua influência. Tendo completado seis décadas de existência, esse clássico da historiografia econômica encontra-se na sua 34ª edição e foi traduzido para nove idiomas.

São diversos os temas abordados pelo intelectual brasileiro. Alguns deles, incluindo o nosso objeto de estudo, constituem eixos temáticos essenciais da pesquisa do autor, atravessando o conjunto de sua produção intelectual. Assim, é lícito constatar que, já presente nos escritos de juventude, elaborados ainda nos anos 1940, a temática do Estado e do planejamento alcançou lugar eminente nos trabalhos das décadas de 1950, 1960 e 1970, figurando, também, nos seus últimos estudos, publicados no despertar do século XXI.

Embora sempre presente em suas reflexões, as remissões do autor ao Estado são, por vezes, pouco explícitas. No que respeita à formação do Estado na economia e na sociedade subdesenvolvidas, destaca Oliveira (2003, p. 65), “Furtado é mais evasivo”, cabendo ao leitor a tarefa de “investigar [sobre o tema] no interior da trama que ele tece dos conflitos sociais, aí então descobrindo a riqueza de sua construção”.

Dessa forma, este artigo propõe desvelar e sistematizar as ideias de Celso Furtado sobre Estado e planejamento, atentando-se para os diferentes períodos da sua trajetória intelectual e política. Para tanto, considera-se o conjunto da produção furtadiana, elaborada ao longo de seis décadas – de 1944 a 2004 –, pois se acredita-se que pouco se compreende quando se toma uma parte isolada da obra, sem levar em conta o desenvolvimento completo das ideias do autor.

Assim, os aspectos metodológicos adotados nesta pesquisa fundam-se no exercício

de ler a obra em si e por si mesma². Em outros termos, a ideia básica consistiu em deixar os textos “dizerem” por si próprios, mediante os seguintes procedimentos: a) identificar o modo de exposição usado pelo autor e respeitar as informações fornecidas por ele; b) observar a organização e a evolução das ideias do autor; c) verificar a cronologia histórica dos textos; d) acompanhar os movimentos sucessivos de construção e reconstrução das ideias do autor; e) captar o esforço de composição da moldura conceitual que ancora as análises histórico-teóricas do autor; f) perceber as circunstâncias e a época histórica em que os textos foram escritos, bem como a própria história biográfica do autor. Através desse procedimento metodológico, torna-se possível identificar elementos velados, aspectos ocultos e mensagens implícitas.

Tendo em vista apanhar os movimentos interpretativos no interior da obra furtadiana, optou-se pela temporalidade cronológica, também designada como temporalidade da produção dos textos, que permite identificar as continuidades e/ou rupturas na forma como o autor abordou determinados temas, incluindo aqueles mais diretamente relacionados com esta pesquisa. Por meio da cronologia da obra, é possível acompanhar o ato mesmo de produzir os aportes teóricos, “de escrevê-los e reescrevê-los, de os montar e de os desmontar, montando-os novamente de outra forma” (BENOIT, 2015, p. 24).

Para isso, a produção intelectual furtadiana foi organizada em cinco fases, as quais estruturam este artigo, a saber: escritos de juventude (1944-1948); interregno cepalino (1949-1958); interlúdio nordestino (1959-1964); escritos de maturidade (1965-1980); e escritos finais (1981-2004).

A CONCEPÇÃO ORIGINÁRIA

No período 1944-1948³, Celso Furtado preparou textos sobre administração, planejamento e democracia moderna. Alguns desses textos foram publicados na *Revista do Serviço Público*, ligada ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Outros, porém, permaneceram inéditos por quase 70 anos, quando foram organizados e publicados por D’Aguiar (2014).

Esses escritos já trazem os elementos essenciais que marcarão o método de investigação de Celso Furtado. Em primeiro lugar, destaca-se a importância

2 Desvela-se aqui a opção metodológica diferenciadora deste artigo, qual seja, a investigação sobre Estado e planejamento no pensamento furtadiano a partir dos próprios escritos do autor, deixando os textos “dizerem” por si próprios, sem a intermediação da literatura ou dos estudiosos do tema (leitura endógena da obra furtadiana). No entanto, é preciso registrar que esta estratégia metodológica não exclui o diálogo com a literatura existente, apenas indica o empenho em dar primazia aos próprios textos do intelectual brasileiro. Nesse sentido, o diálogo se dá, por exemplo, com Bielschowsky (2004), Brandão (2008), Cepêda (2001), Iglésias (1971), Love (2001), Mallorquin (2005), Mantega (1984), Oliveira (2003), Paulani (2001), Ricupero (2005), Sampaio Jr. (2008) e Vieira (2005).

3 Essa fase abrange a trajetória inicial de Celso Furtado, compreendendo os seguintes ciclos: a universidade, o início de sua carreira de administrador público, a experiência no *front* e o período de formação na França, quando cursou o doutorado em economia.

que o autor confere à dinâmica estrutural⁴, que culminará, anos mais tarde, numa visão diacrônica da realidade social, centrada no desenrolar dos acontecimentos no tempo. Em segundo lugar, sublinha-se o recurso à análise comparativa⁵, presente na maior parte dos textos aqui analisados, e que ocupará lugar de destaque nas suas obras de natureza teórico-histórica. Em terceiro lugar, vale salientar a aplicação do método histórico⁶, artifício metodológico que permitirá ao autor formar uma perspectiva globalizante da realidade social e dos problemas econômicos.

Além dos elementos de cunho metodológico, merece destaque a concepção de planejamento presente nos escritos de juventude. Ela se formou a partir do contato do autor com as ciências administrativas⁷; construiu-se, principalmente, com base no que ele aprendeu sobre os Estados Unidos⁸. Ou seja, o interesse por problemas organizacionais o levou a frequentar a literatura sobre administração. Foi a partir dessa literatura que ele chegou ao princípio fundamental, válido tanto para o setor privado quanto para o Estado, segundo o qual “não existe nenhuma ação possível sem planejamento” (FURTADO, 2008a, p. 10).

Essa primeira visão de planejamento, vinculada aos princípios organizacionais, e, por essa razão, restrita ao plano operacional e tecnicista, beneficiou-se da noção

4 Furtado (2014a, 2014b), por exemplo, além de descrever a hierarquia organizacional e as atribuições de dois importantes órgãos da administração pública estadunidense em um determinado instante no tempo, analisa as diversas transformações estruturais havidas ao longo dos anos, revelando, desse modo, importantes características e tendências da gestão de pessoal na administração federal americana.

5 “Esse procedimento investigativo, que privilegia a comparação como método capaz de esclarecer realidades através de contraposição e justaposição” (SILVA, 2010, p. 94), aparece, por exemplo, na contraposição entre o movimento brasileiro de reforma administrativa, iniciado na década de 1930, sob o regime Vargas, e a experiência estadunidense no campo da reforma da administração pública. A análise comparativa também se faz presente em Furtado (2014e, 2014h), cujo objeto de estudo é a organização dos governos municipais, quando o autor contrasta as experiências da Alemanha, Grã-Bretanha, Estados Unidos e Rússia.

6 A abordagem histórica é uma constante nos escritos de juventude, atravessando tanto os textos sobre administração pública quanto os estudos sobre ciência política. Ver: Furtado (2014c, 2014f, 2014g).

7 Nas páginas de um diário, datado da então capital da República (Rio de Janeiro), 17 de dezembro de 1945, Celso Furtado (2019, p. 69) não deixa dúvidas de que chegara à ideia de planejamento a partir do estudo das técnicas de organização: “Eu há três anos que me dedico com todo carinho ao estudo da técnica de organização e orçamento. Estes estudos levam naturalmente a outros mais complexos, ou seja, planificação econômica e social”.

8 Cinco décadas mais tarde, nos anos de 1990, Celso Furtado (2008a, p. 12) deixaria o seguinte depoimento: “é curioso como se pensava na época que planejamento era coisa do socialismo. Na verdade, quem mais desenvolveu a ideia de planejamento foram os americanos”.

mannheimiana de planificação democrática (planejar para a liberdade)⁹. A influência de Karl Mannheim sobre o pensamento de Celso Furtado é inequívoca. Por meio dela, Furtado pôde perceber que o planejamento é uma técnica social que permite disciplinar a ação e introduzir racionalidade na coisa pública, elevando, assim, o nível de eficácia das decisões que comandam o destino das nações. Além disso, permitiu que Celso Furtado se aproximasse da cultura humanística, percebendo que o planejamento não decorre apenas de uma boa estratégia, como ensinavam os princípios de administração, devendo, outrossim, ancorar-se num sistema de valores, para ser democrático. A partir desse momento, cristalizou-se no pensamento furtadiano a noção de planejamento como técnica social que “busca eliminar o perigo de dominação minoritária, e, portanto, é a solução para se conseguir o florescimento de uma cultura verdadeiramente democrática” (FURTADO, 2014g, p. 215).

Com efeito, o planejamento passou a ser visto como um instrumento de ação reformadora, orientado para a reconstrução estrutural, condição básica para a edificação de uma sociedade democrática. Em outras palavras, o planejamento foi vinculado à ideia de ação transformadora, o que, nos escritos posteriores de Celso Furtado, significará uma ação voltada às modificações estruturais, condição *sine qua non* para se franquear a barreira do subdesenvolvimento. Ademais, essa visão de planejamento, forjada sob a influência do pensamento mannheimiano, revelou para o intelectual brasileiro a importância da ação estatal no processo de reconstrução social.

Essas considerações nos conduzem ao tema do Estado nos escritos de juventude de Celso Furtado. Nesse sentido, cumpre observar que o Estado é apresentado como “uma organização cujas forças estão coordenadas, parte pela simples pressuposição de objetivos comuns, parte por uma estruturação” (FURTADO, 2014d, p. 145). O autor concebe o Estado em termos de Administração e Política, o que o conduz à discussão sobre racionalidade formal e substancial. Promove-se essa discussão para se evitar confusões entre meios e fins, que levam “um lado à inoperância administrativa, e por outro à imoralidade política” (FURTADO, 2014d, p. 146). O autor ilustra esse problema nas seguintes palavras: “em alguns Estados democráticos a administração tem sido tratada por processos políticos – e disso resulta a sua baixa produtividade. Nos Estados fascistas, a política foi submetida a uma racionalidade formal e se tornou inumana” (FURTADO, 2014d, p. 146).

Para evitar as confusões entre meios e fins, é fundamental ter em conta que o Estado “se estrutura internamente em uma Administração, que é o veículo pelo qual ele executa a sua Política” (FURTADO, 2014d, p. 145). A Administração é, nesses termos, um meio para se alcançar um fim: a Política. Ela pertence à esfera da racionalidade formal, pois se apresenta como um organismo de execução, sofrendo a aplicação dos princípios de organização. O autor destaca que esse organismo desempenha uma dupla função: “entrar em contato com a vida social, sentir a sua realidade e elaborar o material sobre o qual se imprimirá a forma da Política, e executar o programa

9 Mannheim (1962, p. 18) sempre defendeu em seus trabalhos a prática do planejamento democrático, definido como “um mecanismo social que [une] os princípios da liberdade e da planificação, evitando de um lado o caos que surge nos processos sociais não planejados, e garantindo, de outro, que o poder e a expansão totalitária não serão tratados como fins em si mesmos”.

traçado pelo governo” (FURTADO, 2014d, p. 145). A Política, por sua vez, é entendida como um conjunto de princípios formulados em função da coletividade ou grupo social, pertencendo, assim, ao campo da racionalidade substancial.

Nesse contexto, caberia perguntar: qual é o objetivo último do Estado? O seu *fim* é, segundo Furtado (2014d, p. 145), “promover o bem-estar social”. Assim, o objetivo último do Estado relaciona-se ao âmbito da formulação de política, traduzindo-se na promoção do bem-estar social. Para o autor, esse fim só é alcançável regulamentando e coordenando a esfera do social, o que exige, evidentemente, o uso das técnicas de planejamento. O autor acrescenta que “a extensão dessa zona [social] regulamentada e o sentido da regulamentação [...] constituem a política do Estado” (FURTADO, 2014d, p. 145).

Em síntese, o Estado é apresentado como um conjunto de elementos operando com unidade de ação e com propósito comum, cujas forças estão coordenadas com vistas a promover o bem-estar social. Assim, ressalta-se que unidade de ação e propósito comum presumem ações coordenadas, que, por seu lado, requerem o planejamento. Fica, pois, evidente a necessidade da presença constitutiva do Estado e do planejamento para estruturar estratégias concretas de reconstrução social. Isso significa que, para haver mudança estrutural e reconstrução social, é preciso que o planejamento se dê por ação do Estado.

Essas passagens trazem, em *gêrmen*, a noção furtadiana, que se desenvolverá na década de 1950, segundo a qual não pode haver desenvolvimento capitalista nacional sem a gestão do Estado, e que o processo de desenvolvimento só pode efetivar-se através de um esforço de planejamento global da economia, abrangendo a orientação e a coordenação dos processos de produção, distribuição e acumulação. Os trechos citados, portanto, já preconizam que a ação estatal é condição imprescindível para a luta contra o círculo vicioso do subdesenvolvimento.

Esboça-se, pois, a origem de uma importante faceta do sistema de pensamento furtadiano, que é fundamental para se pensar a ação estatal planejada nas sociedades e economias capitalistas. Trata-se da defesa de que, para funcionar, toda organização, incluindo o sistema econômico, não pode abster-se de certo grau de centralização, coordenação e controle de decisões. Essa ideia orientará toda a produção intelectual posterior de Celso Furtado, sobretudo aquela atinente às estratégias de superação do subdesenvolvimento, as quais exigem um conjunto de forças em concerto, pressupondo-se uma ampla e efetiva orientação estatal. Em suma, defende-se que a importância dada pelo autor à ação coordenada do Estado, instituição que na economia capitalista congrega, segundo ele, os centros de decisão mais importantes, tem sua origem nos estudos elaborados entre 1944 e 1948.

As ideias que apresentamos formam o que passaremos a chamar de *concepção originária de Estado*, a qual justifica a ênfase conferida pelo autor ao conceito de planejamento, ao passo que a discussão teórico-conceitual sobre o Estado está praticamente ausente. Nesse sentido, importa registrar que nos escritos de juventude não há nenhuma preocupação em explorar o processo histórico de formação do Estado, nem mesmo interesse em discutir teoricamente sua ação concreta, seja no tempo ou no espaço. A ênfase está no instrumento de ação, que é o planejamento, sendo o Estado o mecanismo que o viabiliza. Portanto, deduz-se que o Estado foi

pensado, originariamente, sob as perspectivas instrumental, funcionalista e pragmática, sendo incomum qualquer aprofundamento teórico-conceitual.

A CRÍTICA AO LAISSEZ-FAIRE

No período 1949-1958¹⁰, Celso Furtado participou ativamente da confecção de pareceres técnicos e documentos oficiais, que vieram a público através das conferências organizadas pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). Ao mesmo tempo, Celso Furtado publicou, tanto no Brasil como no exterior, vários trabalhos sob sua responsabilidade pessoal, incluindo livros, ensaios e artigos acadêmicos.

Nesses trabalhos, Celso Furtado coloca em xeque a tese de que o espírito de iniciativa e as forças dinâmicas da sociedade liberal são suficientes para promover a superação do subdesenvolvimento. Do seu ponto de vista, o progresso espontâneo apenas contribui para perpetuar o estado de pobreza relativa no qual se encontram as chamadas economias subdesenvolvidas. Ou seja, dentro dos marcos do Estado liberal, a situação de subdesenvolvimento tende a reproduzir-se indefinidamente, com agravamento de sua posição relativa. O autor sugere, portanto, que o caminho capaz de promover a superação do subdesenvolvimento é essencialmente político, e que o Estado é o instrumento de que dispõe a sociedade para atuar politicamente.

Assim, ao rejeitar o *laissez-faire*, o autor reafirma a necessidade de “uma ação coordenadora” (FURTADO, 1952, p. 35), haja vista que o desenvolvimento sem uma política bem concebida de programação do desenvolvimento é fonte importante de tensões estruturais e sociais, como a tendência permanente ao desequilíbrio externo, o processo inflacionário crônico e a concentração de renda cada vez mais aguda. Emerge dessa reflexão certa visão do desenvolvimento – a do desenvolvimento programado –, fruto da vontade política, e não algo que seja simples resultado das ditas forças que operam espontaneamente nos mercados.

Cabe, pois, concluir que o desenvolvimento econômico exige que se determinem critérios e que se definam escalas de prioridades; que se estabeleçam ações orientadoras e coordenadoras sobre o processo econômico; que se executem ações disciplinadoras sobre o conjunto dos investimentos; e que se tenha um mínimo de controle sobre as macrodecisões, vale dizer, as decisões que comandam a vida econômica nacional, e que têm sua origem nos centros de poder¹¹. E como essas transformações deverão orientar-se no sentido da adoção de um efetivo planejamento,

10 Primeiro momento do autor como economista, quando integrou o *staff* técnico da Cepal. Foi nessa fase que ele entrou em contato direto com os problemas do desenvolvimento/subdesenvolvimento na maior parte dos países latino-americanos, experiência que lhe permitiu lançar as bases de sua teoria do subdesenvolvimento.

11 Vê-se que, ao abordar a problemática da superação do subdesenvolvimento, o autor tem como referência básica os centros nacionais de decisão e coordenação, ou seja, ele o faz dentro de marcos políticos nacionais.

a diretriz básica da política de desenvolvimento terá que ser o abandono de todas as formas de *laissez-faire*¹².

Ademais, esses textos colocam em evidência a centralidade do Estado e do planejamento no sistema de pensamento de Celso Furtado. Não constitui nenhum exagero afirmar que o Estado é uma onipresença nas reflexões do autor. No entanto, o Estado em nenhum momento se constitui – pelo menos nos textos até aqui analisados – em objeto de tratamento teórico-conceitual aprofundado. Ou seja, inexistiu qualquer tentativa de formulação teórica que leve em consideração a gênese, a formação, a estrutura e a evolução do Estado. Assim sendo, defende-se que o Estado é uma *presença-ausente* na obra do autor, isto é, constitui um elemento sempre reivindicado, ocupando posição de destaque em suas reflexões, mas que não chega a se transformar em objeto de investigação preferencial. Essa ausência de discussão teórica não deve, porém, ser vista como uma falha ou inconsistência do esquema de pensamento furtadiano, nem fruto de omissão por parte do autor. Tudo sugere, ao contrário, que essa *presença-ausente* está coerentemente relacionada com os seus propósitos de intelectual reformista e homem público a serviço da (n)ação¹³.

Para os propósitos do autor, essa formulação teórica se mostrou desnecessária, sendo suficiente limitar-se à análise do papel do Estado no processo de mudança social. Nesse particular, é lícito dizer que o objetivo do autor foi, justamente, chamar a atenção para o papel indispensável do Estado no processo de desenvolvimento capitalista nacional, reproduzindo, assim, o que chamamos de *concepção originária de Estado*. De resto, essa orientação justifica o esforço do pensador social brasileiro para avançar na compreensão da natureza da técnica de programação, que é o instrumento à disposição do Estado na luta contra a armadilha histórica do subdesenvolvimento.

Por fim, cumpre registrar que a singularidade dos textos publicados no interregno cepalino está na relação que o autor estabelece entre Estado, planejamento e desenvolvimento, apenas marginalmente explorada nos escritos de juventude. Uma relação que se traduz em verdadeiro otimismo quanto à capacidade do Estado em promover a superação do subdesenvolvimento e em levar adiante o esforço de construção nacional.

12 Para evitar leituras equivocadas, é preciso deixar claro que Celso Furtado não está decretando o fim da iniciativa privada, mas apenas reconhecendo a inaptidão do *laissez-faire* em matéria de desenvolvimento econômico. Esse reconhecimento, diz ele, “não implica em pessimismo com respeito ao papel que o setor privado deve desempenhar no desenvolvimento” (FURTADO, 1956, p. 101).

13 Para uma análise do perfil intelectual de Celso Furtado, ver: Wasques (2020).

DESENVOLVIMENTO, SUBDESENVOLVIMENTO E ESTADO

No período 1959-1964¹⁴, as preocupações do autor ganham dimensões prioritariamente nacionais, voltando-se, sobretudo, para o problema das desigualdades regionais, em particular o da Região Nordeste. É quando o autor elabora a noção de que o subdesenvolvimento não é uma simples etapa pela qual tenham passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento, devendo esse processo, ao contrário, ser compreendido como uma conformação estrutural coetânea do desenvolvimento, resultado da propagação da técnica moderna no processo de constituição de um sistema econômico de base mundial. Nas palavras do autor, tem-se que “o subdesenvolvimento é o reverso do desenvolvimento, constituindo os dois processos um todo” (FURTADO, 1997b, p. 296).

Assim sendo, o subdesenvolvimento somente será superado caso sejam realizadas certas transformações estruturais, tendentes a corrigir as deformações inibidoras do dinamismo social. “Não se trata, apenas, de criar condições propícias a que os empresários intensifiquem seu esforço de inversão: é necessário dar um passo adiante, garantindo que as inversões provoquem as modificações estruturais requeridas pelo desenvolvimento” (FURTADO, 1961, p. 230-231). Desse modo, tem-se que a luta pela superação do subdesenvolvimento exige uma estratégia baseada “numa racionalidade mais abrangente do que a dos mercados, e a ela só se tem acesso pelo planejamento” (FURTADO, 1997a, p. 36). Em outros termos, o autor mostra que a superação do subdesenvolvimento só é possível no contexto de uma autêntica política de desenvolvimento, pois sem ela “os atuais países subdesenvolvidos continuarão a dar voltas no círculo vicioso da pobreza” (FURTADO, 1962b, p.52).

A AÇÃO ESTATAL

O problema do subdesenvolvimento não se resolverá espontaneamente, ao impulso dos mecanismos autocorretores de mercado. Trata-se de um problema que só poderá ser devidamente enfrentado por uma intervenção ativa do Estado na economia. Do *laissez-faire* não se pode esperar senão que perpetue e agrave o subdesenvolvimento. Nesse sentido, a luta pela superação do subdesenvolvimento “implica um processo político que a sociedade somente pode realizar por meio do Estado. Este é apenas um instrumento, e a sociedade é que decide como e com que fim utilizá-lo, consciente de que sem ele estará desarmada” (FURTADO, 1997b, p. 184). À vista disso, percebe-se que o esforço para franquear a barreira do subdesenvolvimento não se faz sem a participação de amplos movimentos

14 Esse período coincide com o segundo momento de Celso Furtado como economista, quando suas atividades se orientaram fundamentalmente, mas não exclusivamente, à área do Nordeste. Nesses anos, o autor atuou como planejador e executor da nova política de desenvolvimento econômico da região nordestina durante três governos consecutivos – Kubitschek, Quadros e Goulart. É por essa razão que qualificamos esses anos de “interlúdio nordestino”.

políticos, isto é, sem um projeto político esposado por amplos segmentos sociais e orquestrado à luz de princípios democráticos bem definidos.

Havendo compreendido que o subdesenvolvimento não deve ser aceito como fato de ordem natural, mas fruto de um processo histórico – portanto, passível de ser superado –, o autor empreende uma análise sobre as ações do Estado na luta pelo desenvolvimento. Nesse particular, ele sustenta que, “para desempenhar a função de promotor do desenvolvimento econômico, o Estado terá de adotar métodos diversos, conforme se trate de país de economia desenvolvida ou subdesenvolvida” (FURTADO, 1962a, p. 48). Esse último fragmento é particularmente importante para os nossos propósitos, pois nele Celso Furtado preconiza o princípio, considerado corolário de sua teoria do subdesenvolvimento, segundo o qual as diferenças entre as estruturas desenvolvidas e subdesenvolvidas parecem ser suficientemente grandes para justificar o uso, pelo Estado, de métodos diversos para promover o desenvolvimento.

O princípio a que se fez referência é demonstrado pelo autor admitindo-se, para efeito de raciocínio, a hipótese de que os ideais de convivência social num país de economia desenvolvida assemelham-se aos que prevalecem em outro de economia subdesenvolvida. “Em ambos os casos”, afirma ele, “aspira-se a conciliar o máximo de bem-estar econômico para a maioria e uma rápida melhoria nas condições de vida do povo com um sistema político baseado no máximo de liberdade pessoal” (FURTADO, 1962a, p. 48). Em ambos os tipos de economia, os objetivos supremos da ação política são liberdade (democracia) e desenvolvimento econômico.

A análise dos métodos diversos à disposição do Estado na luta pelo desenvolvimento exige que exploremos, inicialmente, a diferença que o autor estabelece entre política quantitativa e qualitativa. Furtado (1962b) conceitua a política econômica quantitativa como aquela formulada com base em modelos macroeconômicos, com vistas a manter o pleno emprego da força de trabalho. Em outras palavras, a política quantitativa é definida como aquela que visa maximizar a eficiência do sistema econômico sem, contudo, alterar significativamente sua estrutura. Para o autor, a política de desenvolvimento numa economia capitalista desenvolvida é, principalmente, de caráter quantitativo.

A política econômica qualitativa, por seu turno, é aquela que visa promover modificações estruturais, a exemplo das chamadas reformas de base – agrária, fiscal, bancária e político-administrativa. O foco da política qualitativa está na remoção dos obstáculos institucionais e estruturais ao desenvolvimento capitalista autônomo. Ao preconizar importantes transformações estruturais, esse tipo de política desemboca no planejamento, isto é, “na tentativa de aumentar a racionalidade dos processos econômicos, identificando os pontos de bloqueio responsáveis pela má utilização de recursos escassos” (FURTADO, 1997a, p. 183). É o tipo de política que melhor se adequa às estruturas pouco diferenciadas e aos sistemas de baixo grau de integração, isto é, às economias subdesenvolvidas.

Nessas economias, a estabilidade do sistema econômico ao nível de pleno emprego do capital instalado não é uma condição suficiente para alcançar os objetivos básicos do desenvolvimento. Isso ocorre porque a economia subdesenvolvida padece de um desequilíbrio estrutural ao nível dos fatores – uma situação em que a plena utilização do capital é insuficiente para a completa absorção da força de trabalho. Assim, nos

países de economia subdesenvolvida, a política de desenvolvimento requerida é de natureza qualitativa. Isso quer dizer que a liquidação do subdesenvolvimento implica transformação global da sociedade, ou melhor, pressupõe complexo esquema de coordenação, que só pode ser realizado através do planejamento.

Em contraste com as economias desenvolvidas, nas quais é suficiente adotar métodos indiretos de intervenção estatal, nas economias subdesenvolvidas torna-se indispensável a ação planejada do Estado, na amplitude exigida por uma política de desenvolvimento de natureza qualitativa. Fica, pois, evidente que o planejamento é o instrumental de que dispõe o Estado, em um país subdesenvolvido, para realizar suas funções no campo do desenvolvimento econômico. Ou seja, o planejamento é concebido pelo autor como esforço ordenador da ação do Estado na busca pelo desenvolvimento, sem o qual as reformas de estrutura seriam inalcançáveis. Desse ponto de vista, pode-se argumentar que o Estado nas economias subdesenvolvidas é instituição *sui generis*¹⁵, visto que sua função aparenta ser muito mais ampla e complexa do que conheceu o Estado nas estruturas desenvolvidas. A conclusão a que chegou o autor é a seguinte: “se bem sejam os mesmos os ideais de convivência em sociedades democráticas, de economias desenvolvidas ou subdesenvolvidas, as funções do Estado, instrumento principal da consecução daqueles ideais, podem ser distintas” (FURTADO, 1962a, p. 50).

Com o que foi exposto, pretendeu-se reiterar que o subdesenvolvimento, sendo um caso especial na evolução capitalista, não deve ser interpretado como uma etapa necessária da trajetória de desenvolvimento das nações. Sendo um fenômeno específico, o subdesenvolvimento possui características próprias, que diferem das estruturas desenvolvidas. Em razão dessas diferenças estruturais, as funções e os métodos de intervenção à disposição do Estado na luta pelo desenvolvimento também diferem grandemente. Para desenvolver-se, cada estrutura econômica exige métodos de intervenção específicos às suas necessidades, isto é, políticas de desenvolvimento próprias.

O PROCESSO DE MUDANÇA SOCIAL

Ao longo desta subseção, objetiva-se demonstrar que, em Celso Furtado, o Estado, além de importante agente promotor do desenvolvimento econômico, é, principalmente, resultado de processos específicos de cada experiência histórica de (sub)desenvolvimento. Para tanto, levar-se-á em consideração a análise de Furtado (1964) sobre o mecanismo e a dinâmica do desenvolvimento nas sociedades capitalistas, uma análise que tem como fundamento o conceito de mudança social,

¹⁵ É importante registrar que o grau de intervenção preconizado por Celso Furtado é perfeitamente compatível com o padrão de sociedade democrática que vimos aperfeiçoando no mundo ocidental. Assim, é preciso ter claro que *democracia*, *planejamento* e *desenvolvimento* não são termos antitéticos no pensamento furtadiano, encerrando, ao contrário, ampla compatibilidade. Basta lembrar que o autor, quando pensa o planejamento, tem sempre presente a noção manheimiana de planificação democrática.

que surge no campo das ciências sociais como reação contrária ao caráter teleológico da ideia de progresso, cara ao século XIX.

Tendo em vista descrever o processo de desenvolvimento no contexto de mudança social, Furtado (1964) propõe um modelo dinâmico de rápidas modificações tecnológicas, admitindo que as mudanças sociais têm sua causa primária na introdução de inovações tecnológicas, que podem originar-se na própria cultura, ou ser absorvidas de outras culturas. O modelo elaborado pelo autor pressupõe que a introdução de inovações em algum elemento básico de uma cultura tende a repercutir em toda a estrutura social. Por trás desse raciocínio, tem-se claramente configurada a ideia de interdependência entre os distintos elementos materiais e não materiais que integram um sistema cultural¹⁶.

O modelo permite identificar aquelas inovações que não provocam modificações permanentes no sistema social, bem como aquelas outras tipicamente de caráter dinâmico. O autor argumenta que as mudanças introduzidas na esfera da cultura material – isto é, nos processos produtivos – por inovações tecnológicas apresentam características *sui generis*. “Essas mudanças são necessariamente de caráter dinâmico, tendendo a provocar reações em cadeia” (FURTADO, 1964, p. 25). As mudanças nos aspectos da cultura não material, por sua vez, são mais lentas do que as transformações no sistema de produção. Isso explica “que nas épocas de rápida absorção de inovações possa haver grandes tensões psicossociais” (FURTADO, 1964, p. 26).

Em realidade, as inovações tecnológicas introduzidas na cultura material, em razão da série de reações que provocam, têm a faculdade de condicionar todo o processo de mudança social. A mensagem transmitida pelo modelo é bastante clara, a saber: a introdução de inovações tecnológicas no sistema de produção, ao modificar um parâmetro no sistema social, põe em marcha uma série de reajustamentos e acomodações, que, por sua vez, não se efetiva sem provocar resistências e reações contrárias, e estas, quando existe a propriedade privada dos meios de produção, se manifestam através de conflitos sociais.

Assim, da ideia de mudança social parte-se para a de conflito entre classes e de resistência à mudança. Tais conflitos resultam, segundo o autor, “da busca consciente, pelos membros de uma sociedade, de valores que se excluem” (FURTADO, 1964, p. 27). Nas sociedades capitalistas, os conflitos resultantes da introdução de inovações na esfera material da cultura tendem a assumir a forma de conflitos de classes sociais antagonicas.

Até que ponto as observações que fizemos nos conduzem ao tema do Estado no pensamento furtadiano? O autor abre espaço para abordarmos este tema quando afirma que as inovações tecnológicas não provocam apenas modificações na base material da cultura, mas também na superestrutura de valores sociais, haja vista a interdependência que existe entre esses elementos. Em seu modo de ver, “as

¹⁶ Para construir esse modelo, Furtado (1964) baseia-se na teoria das mudanças sociais, formulada por autores como B. Malinowsky, W. F. Ogburn, M. Hershkovits e E. Hagen, que concebem a cultura como um sistema constituído de elementos interdependentes. Assim, o sistema é dividido em cultura material (processos de produção, tecnologia etc.) e cultura não material (organização social e política, ciência, arte, religião, moral, costumes etc.).

mudanças na estrutura econômica tendem a acarretar modificações em toda a estrutura social, o que ocorre não como uma causação simples, mas em função de determinadas condições históricas” (FURTADO, 1964, p. 29). É sabido que entre os elementos da cultura não material encontra-se o Estado, que, como quaisquer outros aspectos da superestrutura de valores sociais, terá de ajustar-se toda vez que em determinadas condições históricas avança a tecnologia e se desenvolvem as bases materiais da cultura.

Nesse sentido, desde já se levanta a hipótese de que, talvez, em Furtado, o Estado, sendo um aspecto da cultura não material, é principalmente reflexo (resultado) dos avanços que se observam no âmbito da estrutura econômica – cultura material. Não se trata, porém, de relação estritamente unidirecional, porque, como enfatizado pelo próprio autor, a cultura não material muitas vezes exerce importante influência sobre a estrutura econômica.

O que o autor parece ter implícito em seu pensamento é que o Estado, assim como os demais componentes da cultura não material – estruturas social, política e institucional –, é chamado a ajustar-se toda vez que avançam as bases materiais do sistema cultural. Ao ajustar-se, provoca, por sua vez, outra série de novas reações com efeitos inclusive sobre a estrutura econômica. Assim, por um lado, dever-se-ia entendê-lo como resultado (efeito) da interação dialética entre o desenvolvimento das bases materiais e o consequente ajustamento dos aspectos não materiais da cultura; por outro, como elemento determinante (causa) de importantes transformações, pois, ao acomodar-se às novas condições históricas, o Estado tende a condicionar o próprio desenvolvimento das bases materiais da cultura.

Ademais, é importante registrar que o processo de interação dialética entre as esferas material e não material do sistema de cultura é bastante distinto, conforme se trate de países desenvolvidos ou subdesenvolvidos. De acordo com Furtado (1964, p. 29), “nas economias chamadas subdesenvolvidas, o processo de ajustamento da estrutura social ao fluxo de mudanças decorrentes da assimilação de uma nova tecnologia apresenta uma série de peculiaridades que o distinguem do modelo corrente do desenvolvimento capitalista”. Se é verdade que o Estado decorre daquele processo, então se explica a diversidade de formas que o Estado tende a assumir em diferentes estruturas sociais e econômicas. Fica, pois, evidente que o Estado não é homogêneo no espaço, assumindo, ao contrário disso, formas diversas, tratando-se de país de economia desenvolvida ou subdesenvolvida.

Essa conclusão tem como fundamento a análise furtadiana sobre o papel das lutas de classes no desenvolvimento das instituições políticas. Nessa análise, o autor apresenta o Estado como a mais poderosa organização dentro de uma sociedade, cujo poder “se legitima pelo fato de que a coletividade vê naqueles que o exercem os árbitros de seus interesses, e se efetiva porque aqueles que o detêm possuem o comando da máquina do Estado” (FURTADO, 1964, p. 38).

Ao penetrar mais a fundo nessa matéria, o autor abandona o ponto de partida de Friedrich Hegel (1770-1831), que havia estabelecido uma marcada diferenciação entre os conceitos de Estado e de Sociedade Civil. A esse respeito, escreveu: “Hegel idealizou o Estado e esvaziou-o de todas as funções comuns de agente prestador de serviços, funções essas que ele imaginava podiam ser desempenhadas pela sociedade civil

organizada” (FURTADO, 1964, p. 37). O autor segue dizendo que seria muito difícil imaginar uma estrutura social que tenha alcançado certo grau de diferenciação sem a existência dentro dela de uma autoridade coatora, “o que vem a ser um Estado” (FURTADO, 1964, p. 37). E conclui essa reflexão chamando a atenção para o caráter *sui generis* dessa organização política: “cabendo-lhe o monopólio do uso da força em nome da coletividade como um todo” (FURTADO, 1964, p. 37).

Além disso, o autor abandona a visão de Friedrich Engels (1820-1895), segundo a qual o Estado moderno é exclusivamente o instrumento de opressão a serviço de uma classe. Diz ele: “como a mais poderosa organização dentro de uma sociedade, é perfeitamente natural que o Estado venha a desempenhar em muitas oportunidades um papel autônomo nos conflitos que caracterizam o desenvolvimento dessa sociedade” (FURTADO, 1964, p. 38). Em outro trecho, reitera que “essa enorme organização [que é o Estado] tende a constituir, em uma sociedade dividida em classes, um estrato autônomo dessa sociedade, com aspirações e atitudes que não têm por que confundir-se sempre com as das classes em conflito” (FURTADO, 1964, p. 40). Mais à frente, conclui: “seria um engano ver [no Estado] aquela ‘força de repressão’ a que se referiu Engels tantas vezes” (FURTADO, 1964, p. 79).

De acordo com Furtado (1964), o desenvolvimento do capitalismo industrial – ou seja, das bases materiais da cultura – repercutiu de duas formas na configuração das organizações políticas: 1) a maior instabilidade interna decorrente das lutas de classes se traduziu numa atividade política muito mais intensa, com participação de setores bem mais amplos da coletividade, vale dizer, exigiu a criação de estruturas políticas muito mais flexíveis e, *a fortiori*, mais representativas (democráticas); 2) o enriquecimento da sociedade fez ampliar as necessidades coletivas, o que se traduziu em crescimento substancial do aparelho estatal prestador de serviços e regulador dos processos econômicos. A análise atenta dessas duas forças permite perceber que as diferentes formas assumidas pelo Estado moderno são resultado da interação entre as esferas material e não material de um sistema de cultura.

Nesse sentido, o autor argumenta que o crescimento do aparelho estatal foi a “resultante das transformações que a estrutura social estava sofrendo como decorrência do desenvolvimento das forças da produção” (FURTADO, 1964, p. 40). Esse trecho é particularmente importante, pois corrobora a hipótese segundo a qual o Estado é, principalmente, a resultante de processos específicos de cada experiência histórica de desenvolvimento.

Percebe-se que o autor logrou ir além das perspectivas instrumental e funcional-pragmática de Estado, superando, assim, a chamada *concepção originária*. Os escritos examinados representaram, sem qualquer dúvida, uma verdadeira descontinuidade na forma como o autor vinha concebendo o Estado, que deixou de ser visto apenas como um “agente externo”, que sempre é reivindicado para intervir na realidade social, mas que jamais se transformava em objeto de estudo, passando a ser concebido, também, como produto da interação dialética entre o desenvolvimento das bases materiais e o conseqüente ajustamento dos aspectos não materiais da cultura.

Assim, foi possível demonstrar que o Estado, além de promotor do desenvolvimento econômico – causa –, é, principalmente, a resultante de processos específicos de cada experiência histórica de desenvolvimento – efeito –, e, em virtude disso, são esses

processos históricos específicos, que têm suas raízes na expansão internacional do capitalismo industrial, que ganham destaque – isto é, são postos no centro da análise – ou seja, que merecem a atenção de Celso Furtado.

A conclusão anterior nos remete à noção de Estado como uma *presença-ausente* no sistema de pensamento furtadiano. Agora, porém, não se trata de ausência de aprofundamentos teóricos, conforme preconizado na seção anterior. Ao contrário disso, a noção de *presença-ausente* é aqui reivindicada para sinalizar a existência de uma explicação de Estado nos escritos do interlúdio nordestino, mas que não chega a formar um corpo teórico explícito, permanecendo como um aspecto oculto na obra do autor. O que se fez para explicitá-la foi esquadrihar cuidadosamente as análises do autor sobre os efeitos da propagação do capitalismo industrial, difusão que moldou diversos mecanismos ou forças que estão na base da dinâmica social. Isso quer dizer que há uma explicação de Estado, mas ela está implícita, exigindo do pesquisador uma leitura atenta das passagens relativas aos mecanismos responsáveis pelos processos de mudança social. Defende-se que o estudo desses mecanismos é a essência mesma do aparato teórico-analítico furtadiano.

A TRANSNACIONALIZAÇÃO DO CAPITALISMO

No período 1965-1980¹⁷, Celso Furtado introduz um novo tema ao seu escopo de pesquisa, a saber: o processo de transnacionalização do capitalismo – também chamado pelo autor de capitalismo de grandes unidades – e seus efeitos sobre as economias subdesenvolvidas.

Nos escritos dessa fase, o autor demonstra que a principal consequência da penetração do capital transnacional nas economias subdesenvolvidas tem sido, sem dúvida, o esvaziamento dos Estados nacionais como centros de decisão e como importantes instrumentos do desenvolvimento. Uma vez nessas economias, as organizações de ação transnacional passam a controlar grande parte das decisões econômicas em setores estratégicos, incluindo a orientação dos investimentos, a localização das atividades econômicas, a orientação da tecnologia, o financiamento da pesquisa e o grau de integração das economias regionais. Com efeito, “o governo torna-se cada vez mais impotente em face dessas grandes empresas” (FURTADO, 1968, p. 43).

As grandes empresas são colocadas numa posição de poder *vis-à-vis* os Estados nacionais. Em outras palavras, é possível dizer que essas empresas passaram a disputar com o Estado a posição de centro de decisões fundamental na economia capitalista. Eis algumas razões: 1) as grandes empresas controlam a inovação dentro das economias nacionais; 2) elas são responsáveis por grande parte das transações internacionais; 3) operam internacionalmente sob orientação que escapa em grande parte à ação isolada de qualquer governo; e 4) preservam uma grande liquidez fora do

17 Terceiro momento do autor como economista, quando se dedicou ao ensino e à pesquisa em universidades europeias e americanas. Nessa fase, observa-se uma preocupação constante do autor com as premissas científicas, com o arcabouço teórico da ciência econômica e sua capacidade para dar resposta aos grandes problemas sociais e econômicos.

controle dos bancos centrais e têm fácil acesso ao mercado financeiro internacional. Vê-se que a empresa de ação transnacional goza de efetiva autonomia, a qual decorre do fato de que ela “tem à sua disposição recursos de poder que podem liberá-la, ainda que parcialmente, da ação constritiva exercida pelos centros coordenadores nacionais” (FURTADO, 2008b, p. 40).

Furtado (2000) complementa esse raciocínio, argumentando que as grandes empresas, com sede nos centros dominantes, ao manipular o fluxo de novas técnicas e de novos produtos, participam, crescentemente, das atividades econômicas dos países subdesenvolvidos, contribuindo para recrudescer as relações de dependência externa e, por conseguinte, para perpetuar a situação de subdesenvolvimento. Em consequência, esses países “viram seus sistemas econômicos subordinarem-se de forma progressiva aos centros de decisão que comandam os projetos de expansão de empresas estrangeiras” (FURTADO, 2000, p. 338).

Assim sendo, o controle de parte do sistema de decisões que comanda a atividade econômica, por grupos estrangeiros, contribuiu, como mostra Furtado (1969), para desarticular as economias nacionais, reduzindo, assim, a possibilidade de uma efetiva coordenação interna das decisões econômicas motoras. A propósito disso, assevera: “não obstante a expansão relativa das atividades econômicas do setor público, os Estados latino-americanos possuem hoje menos capacidade para orientar as economias nacionais respectivas, do que era o caso dois decênios atrás” (FURTADO, 1969, p. 116).

Nesse sentido, as empresas transnacionais são vistas como um instrumento inadequado para enfrentar o subdesenvolvimento. Para o autor, a grande organização só pode contribuir para congelar o *status quo* social, uma vez que, ao penetrar numa economia subdesenvolvida, gera efeitos “similares aos de certas grandes árvores exóticas que são introduzidas em determinadas áreas: drenam toda a água e dessecam o terreno, provocando um desequilíbrio na flora e na fauna, a emergência de pragas e outras coisas parecidas” (FURTADO, 1968, p. 45).

As observações anteriores revelam os limites impostos aos centros nacionais de decisão pela presença da empresa transnacional. Para reverter esse quadro de perda de autonomia, o autor defende a necessidade de reabilitação do Estado nacional como centro coordenador das decisões econômicas estratégicas¹⁸, para transformar a articulação multinacional em efetivo instrumento do desenvolvimento. “Sem essa recuperação”, conclui ele, “é de prever que continue a agravar-se a desarticulação das economias nacionais e que persista o impasse da estagnação” (FURTADO, 1969, p. 117).

Para assegurar que empresas estrangeiras pautem o seu comportamento pelas diretrizes estabelecidas pelos órgãos orientadores da economia nacional, várias recomendações foram apresentadas pelo autor. São sugestões que indicam o sentido que poderia tomar a ação política voltada a afetar os vínculos de dependência. Essas sugestões apontam que, diante do poder representado pela empresa transnacional, a única resposta racional é acionar e/ou valorizar os centros de poder representados

18 Essa passagem mostra que o autor não abandona a noção segundo a qual a superação do subdesenvolvimento requer a criação de um sistema econômico articulado e capacitado para autodirigir-se, vale dizer, de um autêntico sistema econômico nacional.

pelo Estado, uma vez que esses centros são os únicos capazes de sujeitar o capital transnacional aos interesses da economia nacional. Na verdade, o que Furtado (2008b) propõe são mecanismos orientados para ampliar a parte do excedente social apropriada pela coletividade local, passando pelo controle da tecnologia, das finanças, dos mercados, do acesso aos recursos não renováveis e à mão de obra barata. A análise do autor leva a perceber que o Estado tem a faculdade de influir na utilização do excedente, abrindo, assim, o caminho ao verdadeiro desenvolvimento.

O Estado é, assim, reivindicado para exercer o papel de diretor da vida social, não obstante os limites trazidos pela emergência da empresa transnacional como importante centro de poder nas relações econômicas internacionais. Em uma entrevista concedida a Claudio Cerri, em junho de 1975, Celso Furtado é explícito sobre esse ponto, afirmando que “tudo isso não impede que o Estado continue tendo um papel importantíssimo e uma responsabilidade cada vez maior na gestão geral da sociedade” (FURTADO, 2008b, p. 254). Assim, o que importa frisar é que o autor conserva certo otimismo quanto à capacidade do Estado em acicatar o processo de desenvolvimento capitalista autônomo, não obstante a transnacionalização do capitalismo observada nos anos 1960 e 70.

Só se compreende essa insistência quando se tem em conta que o autor jamais aceitou a ideia de necessidade histórica com sentido imanente, uma vez que percebia o histórico como um processo contingente, aberto e em construção. A respeito disso, afirmou que, “quando a sociedade, ou segmentos desta, reage à asfixia criada pelo uso do poder [exercido pela grande empresa], as ondas que se levantam repercutem nas estruturas do Estado, de onde ocasionalmente partem iniciativas corretivas” (FURTADO, 1974, p. 57). Ou seja, o autor defende que o processo histórico deve ser visto como um movimento aberto, e não como um determinismo, nem como uma necessidade lógica, vale dizer: “o que vai acontecer em cada país dependerá em parte substancial do comportamento de seu povo e de seu governo” (FURTADO, 2003, p. 3).

Nos escritos de maturidade, o autor também se dedica ao estudo da natureza do Estado nos países de capitalismo periférico. A hipótese central apresentada por Furtado (1976, p. 98) é a de que “o Estado que foi emergindo nos países de capitalismo periférico na fase de industrialização é instituição de alguma forma *sui generis*. Suas responsabilidades diretas no plano econômico são bem maiores do que as que conheceu o Estado no capitalismo central até o presente”. Cabe salientar que, por trás dessa hipótese, estão duas ideias que permeiam o aparato teórico-analítico furtadiano, as quais explicitamos anteriormente: 1) o Estado assume formas diversas, tratando-se de estruturas desenvolvidas ou subdesenvolvidas; e 2) para desempenhar o papel de promotor do desenvolvimento econômico, o Estado terá de adotar métodos igualmente dissímeis.

Segundo sua análise, o Estado que emergiu no quadro do capitalismo periférico se transformou não apenas em principal fonte de financiamento, mas, também, no agente econômico que assume o esforço de acumulação mediante investimentos em infraestrutura e outros de longa maturação. Assim, nas economias e sociedades subdesenvolvidas, a necessidade de intensificar o esforço de acumulação exige uma mais ampla e complexa ação do Estado, o qual se apresenta como o principal instrumento de captação de recursos financeiros, controlando diretamente empresas

de grande porte, associando-se a grupos estrangeiros e exercendo o poder regulador. Finalmente, o intelectual brasileiro sustenta que o capitalismo periférico é um tipo de formação social e econômica que “requer maior concentração de poder e maior interdependência entre o político e o econômico do que foi a regra na evolução do capitalismo central” (FURTADO, 1976, p. 98).

Os escritos examinados nesta seção revelaram uma preocupação constante do autor com respeito à evolução estrutural do sistema capitalista na fase de predomínio das empresas transnacionais. Nesses textos, o autor examina tanto a gênese e a natureza da empresa transnacional quanto as consequências da penetração desse novo tipo de organização nas economias e sociedades subdesenvolvidas. Isso, porém, não significa que o autor abandona a perspectiva que elege o Estado como vetor fundamental da mudança social. Apenas indica uma mudança de ênfase, ou seja, mostra que sua preocupação recaiu sobre outra problemática – qual seja, o processo de perda de autonomia do Estado nacional em face da transnacionalização da economia –, cujo tratamento tornou-se mais premente para a compreensão dos problemas específicos que assolam as economias subdesenvolvidas na época contemporânea.

AINDA EXISTE ESPAÇO PARA O ESTADO PLANIFICADOR?

No período 1981-2004¹⁹, o autor publicou diversos trabalhos que trazem uma obstinada defesa da necessidade de ganhar poder de comando sobre os centros internos de decisão. Assim, objetiva-se mostrar que Celso Furtado não perdeu a fé na possibilidade de criar e fortalecer centros endógenos de decisão, capazes de disciplinar o capital transnacional, a fim de colocá-lo a serviço dos desígnios da sociedade nacional. Para ele – e este é um ponto fundamental –, o fortalecimento dos mecanismos nacionais de regulação e coordenação apresenta-se como um caminho de resistência ante as forças que operam planetariamente no sentido de desarticulação dos sistemas econômicos nacionais.

Nesse sentido, ressalta-se que, em pleno vigor da chamada globalização e em plena hegemonia do pensamento neoliberal, o autor continuou acreditando na viabilidade do capitalismo regulado. Mas não se trata de qualquer tipo de capitalismo. Nos escritos finais, o autor sustenta que já não é possível continuar reproduzindo os traços característicos do capitalismo herdado dos últimos dois séculos, enfatizando a urgência de alterar o curso da civilização criada pela revolução industrial. É por esse caminho que ele retoma a discussão sobre Estado e planejamento, mas, agora, o faz a partir de uma reflexão sobre o estilo de desenvolvimento e o formato que deverá assumir o próprio capitalismo.

Seus últimos estudos evidenciam os limites do padrão de desenvolvimento capitalista baseado na assimilação, por uma pequena minoria da humanidade, dos padrões de vida engendrados pelos países que lideraram o processo de

19 Quarto momento do autor como economista, quando ele retornou efetivamente ao Brasil, após os anos de exílio, reinserindo-se na vida política nacional. Essa é uma fase de reflexões, balanços e sínteses, dedicada à organização de suas memórias intelectuais.

industrialização, e apontam para a necessidade de reorientação desse padrão de desenvolvimento. Em outras palavras, o autor radicaliza a crítica aos fundamentos da civilização industrial, denunciando o caráter elitista, insustentável e antissocial do modelo de desenvolvimento cujo dinamismo é derivado da reprodução mimética do padrão de vida dos países centrais, privando parcela importante da população dos meios de vida essenciais, posto que altamente concentrador de riqueza em benefício de uma minoria.

Assim, tendo revelado a natureza excludente do padrão de desenvolvimento criado pelo capitalismo industrial, o autor passa a defender uma mudança radical rumo a um modelo que seja ecologicamente sustentável²⁰, socialmente justo e politicamente democrático. Trata-se do desafio de encontrar um novo caminho, que viabilize o verdadeiro desenvolvimento, entendido como um processo inventado no próprio país, mediante a incorporação da questão ecológica e com base no patrimônio histórico-cultural que cimenta a identidade nacional.

Independentemente dos caminhos a trilhar, o objetivo estratégico consiste em reforçar a esfera política – recuperar a ação reguladora do sistema político –, ou seja, aumentar o poder regulador das atividades econômicas, única forma de colocá-las a serviço dos interesses sociais. De qualquer modo, o autor argumenta que, “para escapar ao sistema de forças que se articulam planetariamente, é necessário que se conjugue uma vontade política fundada em amplo consenso social com condições objetivas” (FURTADO, 1992b, p. 58).

Emerge daí um novo e ciclópico desafio ao planejamento estatal, exigindo, inclusive, uma mais ampla e sofisticada ação do poder público para substituir o velho modelo de desenvolvimento, baseado no mimetismo de padrões culturais, por outro, voltado para a economia dos recursos não renováveis, para a redução do desperdício e para a solução do problema das desigualdades sociais. Os novos desafios são, por conseguinte, de natureza política e social-ecológica, e pressupõem a conquista de maior homogeneidade social.

Sendo assim, entende-se que somente a vontade e a ação política, aliadas à criatividade e inventividade do povo, poderão descortinar novos caminhos, alternativos aos que foram engendrados pela civilização industrial, cujo caráter predatório é cada dia mais inequívoco. Todas essas transformações presumem a reciclagem profunda das estruturas endógenas de poder, entre as quais se incluem os centros de decisão representados pelo próprio aparelho estatal, que deverá reestruturar-se e ajustar-se às mudanças estruturais trazidas pelo processo de globalização produtiva e financeira, mudanças “que se traduzem por crescente concentração da renda e por formas de exclusão social que se manifestam em todos os países” (FURTADO, 1999a, p. 26).

Ao refletir sobre o novo modelo de desenvolvimento, o autor é ainda mais enfático quanto à importância do Estado para reorientar o curso dos acontecimentos e ativar as potencialidades criativas da sociedade. Ou seja, uma vez mais o Estado é reivindicado como o instrumento privilegiado para enfrentar os problemas

20 Para uma síntese da visão de Celso Furtado sobre a questão ambiental, ver Wasques, Santos Júnior e Brandão (2019).

estruturais, não no sentido de reproduzir o estilo de vida dos países centrais, mas no de trilhar caminhos alternativos, construídos a partir das prioridades definidas pela própria coletividade. Em suma, tem-se que a superação do subdesenvolvimento só é factível no âmbito de um projeto nacional, pensado “desde dentro”, devendo apoiar-se numa verdadeira política nacional de desenvolvimento.

Para tanto, é imprescindível um exercício permanente de imaginação e criatividade política no sentido de reforçar e reestruturar o Estado, capacitando-o para responder ao desafio de conduzir o processo de desenvolvimento no contexto do capitalismo global. Trata-se da necessidade de um movimento político-criativo que fortaleça os vínculos de solidariedade histórica para preservar a identidade cultural e a unidade política, evitando, assim, o processo de fragmentação da unidade nacional. Isso significa que a política de desenvolvimento deve contemplar, também, uma política cultural, não para fomentar o consumo de bens culturais importados, mas para liberar as forças criativas da sociedade, abrindo espaço para que essas forças floresçam. Nesse sentido, importa assinalar que o processo de reconstrução de estruturas avariadas deve ser visto como um esforço liberador de energias criativas.

Todas essas transformações pressupõem a reciclagem do próprio aparelho estatal, que deverá ajustar-se às mudanças estruturais trazidas pelo processo de globalização produtiva e financeira. Cumpre observar que, sem esse esforço de reestruturação e renovação do Estado, dificilmente essa instituição estará em condições de assumir o desafio de promover o desenvolvimento no quadro histórico do capitalismo global.

No contexto do capitalismo global, dominado por grupos transnacionais e marcado pela primazia financeira, o Estado é chamado a assumir um papel ainda mais amplo e sofisticado, posto que ele “é o mais importante instrumento que uma sociedade tem para agir sobre ela mesma” (FURTADO, 1998, p. 71). Para captar essa importância ainda maior da ação estatal na fase atual da evolução do capitalismo industrial, torna-se necessário ter presente que o capitalismo global contribuiu para reforçar a dependência cultural, que está na origem e na persistência do subdesenvolvimento.

Nesses termos, o autor reafirma a importância da ação estatal na busca pelo desenvolvimento, não obstante a hegemonia da tese de que “o processo de globalização dos mercados há de se impor no mundo todo, independentemente da política que este ou aquele país venha a seguir” (FURTADO, 1999a, p. 26). Segundo sua análise, equivocava-se quem imagina que já não existe espaço para o exercício de uma política nacional de desenvolvimento, apoiada na expansão do mercado interno. No seu último livro, Celso Furtado argumenta que “temos que voltar à ideia de projeto nacional, recuperando para o mercado interno o centro dinâmico da economia” (FURTADO, 2002, p. 42).

Essas observações deixam transparecer que o autor rejeita a tese de dissolução do que se entende por Estado nacional, sustentando que “é uma ilusão imaginar que a necessidade de governar vá diminuir com a globalização” (FURTADO, 1998, p. 74). Isso está bem colocado em uma de suas últimas entrevistas, que traz a seguinte declaração: “não há dúvida de que a globalização dos fluxos monetários e financeiros deve ter como contrapartida um aparato de medidas disciplinadoras em cada país,

e isso exige a preservação e o aperfeiçoamento constante das instituições estatais” (FURTADO, 2004, p. 3).

Assim, é lícito dizer que, outra vez, o autor argumenta que as transformações estruturais exigidas para promover o desenvolvimento somente se efetivarão por meio de uma ação política profunda e persistente. Como se trata de reconstrução estrutural, “a simples lógica do mercado é insuficiente. Somente uma visão global, traduzida em criterioso planejamento, poderá assegurar a transição para formas mais eficazes de utilização dos recursos disponíveis” (FURTADO, 1983c, p. 42). Em linha com os escritos do interlúdio nordestino, o autor defende que a luta pela endogeneização do desenvolvimento exige a realização de amplas reformas estruturais, as quais somente serão concretizadas no quadro de um efetivo planejamento, que, por seu lado, deve apoiar-se em amplo consenso social, ou seja, assentar-se em bases genuinamente democráticas.

Esse esforço de reconstrução estrutural funda-se, conforme informa o pensamento furtadiano, numa racionalidade mais abrangente do que a dos mercados. Em suas próprias palavras: “esse trabalho de reconstrução de estruturas requer uma ação orientadora que somente pode vir do Estado. A complexidade da tarefa que cabe a este realizar exige uma visão global, sincrônica e diacrônica, que só se obtém com o planejamento” (FURTADO, 1997a, p. 35). A isso cabe acrescentar que “não há política de desenvolvimento se a ação do Estado não se orienta de forma prioritária para a solução dos problemas sociais” (FURTADO, 1983b, p. 64).

Ao referir-se ao projeto político como condição necessária para franquear a barreira do subdesenvolvimento, o autor resgata a noção mannheimiana de planejamento democrático, apresentando o planejamento como uma técnica que permite alcançar o desenvolvimento com o mínimo custo social. O objetivo dessa técnica social é “modificar estruturas bloqueadoras da dinâmica socioeconômica, tais como o latifundismo, o corporativismo, a canalização inadequada da poupança, o desperdício desta em formas abusivas de consumo e sua drenagem para o exterior” (FURTADO, 1992a, p. 75). Em outro livro, o intelectual brasileiro complementa essa ideia, dizendo que o planejamento deve ser visto como “uma técnica que permite elevar o nível de racionalidade das decisões econômicas tanto nas empresas como em uma sociedade organizada politicamente” (FURTADO, 1999b, p. 41). E declara em seguida que “o planejamento aumenta a eficácia do Estado” (FURTADO, 1999b, p. 80).

Em uma entrevista concedida a Álvaro Kassab, em 2004, o autor referenda a afirmação de que o Estado nacional é o instrumento privilegiado na luta contra o subdesenvolvimento, dizendo que “cabe ao Estado assumir o papel de condutor da política nos países subdesenvolvidos. É ele o instrumento privilegiado para enfrentar os problemas estruturais” (FURTADO, 2004, p. 3). Em outra ocasião, essas mesmas ideias são reforçadas pelo autor, quando alega que “o subdesenvolvimento somente pode ser superado mediante a adoção de um conjunto coerente de políticas públicas” (FURTADO, 1999c, p. 12). Em síntese, tem-se que a superação do subdesenvolvimento requer intencionalidade, o que supõe um respaldo social e também um impulso político deliberado.

Por fim, ressalta-se que o autor reproduz a interpretação de Estado que desvelamos nas seções anteriores. Ao fazê-lo, destaca a importância de evitar pensar o Estado

“como algo que existe por si mesmo e que se reproduz tal qual é” (FURTADO, 1983a, p. 75). Em sintonia com a hipótese sustentada neste artigo, o autor argumenta que “é necessário não perder de vista que o Estado é principalmente a resultante de um conjunto de forças que mantêm a coesão social e definem a orientação do desenvolvimento” (FURTADO, 1983a, p. 75). Nesse particular, conclui-se que os estudos que abordam o Estado não devem mantê-lo distante ou isolado das particularidades históricas, nem das estruturas sociais das quais ele é fruto e cimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, objetivamos desvelar e sistematizar a evolução das ideias de Celso Furtado sobre Estado e planejamento, tendo como referência diferentes períodos da sua trajetória intelectual e política.

Conforme visto, os escritos de juventude (1944-1948) revelaram o que chamamos de concepção originária, a qual retrata o Estado sob as perspectivas instrumental e funcional-pragmática, sendo incomum qualquer aprofundamento teórico-conceitual, que leve em consideração a gênese, a formação, a estrutura e a evolução do Estado. Ou seja, a ênfase recaiu sobre o instrumento de ação, que é o planejamento.

Essa concepção de Estado foi reproduzida pelo autor nos escritos do interregno cepalino (1949-1958). Em consequência, temos que o Estado é uma presença-ausente na obra do autor, isto é, constitui um elemento sempre reivindicado, ocupando posição de destaque em suas reflexões, mas que não chega a se transformar em objeto de investigação preferencial.

Nos escritos do interlúdio nordestino (1959-1964) o autor conseguiu ir além das perspectivas instrumental e funcional-pragmática de Estado, superando, assim, a chamada concepção originária. Nesse sentido, foi possível demonstrar que, em Furtado, o Estado é visto como parte da sociedade e, ao mesmo tempo, expressão dessa mesma sociedade. Ou seja, constatamos que o Estado é, simultaneamente, “fruto” e “cimento” das estruturas sociais e econômicas. Assim, podemos concluir que Celso Furtado logrou ir além do “olhar dos economistas”, abandonando, portanto, a visão do Estado como um *deus ex machina* pairando acima da sociedade.

Os escritos de maturidade (1965-1980), por sua vez, revelaram uma preocupação constante de Celso Furtado com respeito à evolução estrutural do sistema capitalista na fase de predomínio das empresas transnacionais. Isso, porém, não significa que o autor abandonou a perspectiva que elege o Estado como causa e efeito dos processos de mudanças sociais. Apenas indica uma mudança de ênfase, ou seja, mostra que a preocupação do autor recaiu sobre outra problemática, cujo tratamento tornou-se mais premente para a compreensão dos problemas específicos que assolam as economias subdesenvolvidas na época contemporânea.

Os escritos finais (1981-2004) trouxeram uma defesa da necessidade de fortalecer os mecanismos nacionais de regulação e coordenação como parte da estratégia de resistência ante as forças que operam planetariamente no sentido de desarticulação dos sistemas econômicos nacionais. Assim, em plena hegemonia do pensamento neoliberal, o autor insistiu que há espaço para a ação estatal assentada em efetivo

planejamento na luta pelo desenvolvimento, não obstante vivermos em um mundo dominado por grupos transnacionais que fundam seu poder no controle da tecnologia, da informação e do capital financeiro.

Por fim, cumpre observar que o autor jamais deixou de reiterar a necessidade e a possibilidade de fortalecer e recuperar o Estado como centro coordenador e orientador de decisões econômicas estratégicas, posto que o verdadeiro desenvolvimento não resulta de forças que operam espontaneamente nos mercados, exigindo, ao contrário, um projeto político apoiado em amplos segmentos sociais. Para ele, a política nacional de desenvolvimento é ainda mais necessária no contexto do capitalismo global, não constituindo nenhum anacronismo, obsolescência ou retrocesso defendê-la e reivindicá-la.

SOBRE O AUTOR

RENATO NATANIEL WASQUES é professor adjunto II e coordenador de Ensino de Graduação no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR).

wasques@ufr.edu.br

<https://orcid.org/0000-0003-4846-7227>

REFERÊNCIAS

- BENOIT, H. *Platão e as temporalidades: a questão metodológica*. São Paulo: Annablume, 2015.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BRANDÃO, C. O compromisso com a (n)ação em Celso Furtado: notas sobre seu sistema teórico-analítico. *Economia Ensaios*, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 29-49, jan.-jul. 2008.
- CEPÊDA, V. A. O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. (org.). *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Ed. 34, 2001, p. 167-184.
- D'AGUIAR, Rosa Freire. Introdução – Os anos de formação. In: FURTADO, Celso. *Anos de formação – 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado*. Organização de Rosa Freire D'Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2014, p. 7- 28. (Arquivos Celso Furtado 6).
- FURTADO, Celso. Formação de capital e desenvolvimento econômico. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, set. 1952, p. 7-45. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2388/2541>. Acesso em: ago. 2020.
- FURTADO, Celso. Setor privado e poupança. *Econômica Brasileira*, Clube dos Economistas, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, abr.-jun. 1956, p. 100-102.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

- FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e Estado democrático*. Recife: Codepe, 1962a.
- FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962b.
- FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FURTADO, Celso. *Um projeto para o Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. *Prefácio a nova economia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- FURTADO, Celso. *O Brasil pós-“milagre”*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.
- FURTADO, Celso. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983b.
- FURTADO, Celso. *Não à recessão e ao desemprego*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983c.
- FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992a.
- FURTADO, Celso. Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 6, 16, set.-dez. 1992b, p. 55-64. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v6n16/v6n16a05.pdf>. Acesso em: ago. 2020.
- FURTADO, Celso. Entre inconformismo e reformismo. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Tomo III. Organização de Rosa Freire d’Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997a, p. II-40.
- FURTADO, Celso. Os ares do mundo. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Tomo III. Organização de Rosa Freire d’Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b, p. 41-390.
- FURTADO, Celso. A lição de um mestre. In: ABDE – Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (org.). *Lições de mestres: entrevistas sobre globalização e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Campus/ABDE, 1998, p. 65-75. [Publicado originalmente na revista *Rumos*, ABDE, ano XX, n. 125, 1996, p. 4-9.]
- FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.
- FURTADO, Celso. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999b.
- FURTADO, Celso. Brasil: opções futuras. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, jul.-dez., 1999c, p. 9-15. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19599/11363>. Acesso em: ago. 2020.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FURTADO, Celso. *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FURTADO, Celso. A responsabilidade dos cientistas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 jun. 2003, Caderno I, p. 3.
- FURTADO, Celso. Receita para o crescimento. [Entrevista concedida a] Álvaro Kassab. *Jornal da Unicamp*, Universidade Estadual de Campinas, 27 de setembro a 3 de outubro de 2004, p. 3.
- FURTADO, Celso. Entrevista com o professor Celso Furtado. [Concedida a] Mário Theodoro. *Revista Economia Ensaios*, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 9-27, jan.-jul. 2008a.
- FURTADO, Celso. Entrevista concedida a Claudio Cerri. In: FURTADO, CELSO. *Economia do desenvolvimento: curso ministrado na PUC-SP em 1975*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, p. 247-254, 2008b.
- FURTADO, Celso. A estrutura da Comissão do Serviço Civil dos Estados Unidos. In: FURTADO, Celso. *Anos de formação – 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado*. Organização de Rosa

- Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, p. 121-129, 2014a. (Arquivos Celso Furtado 6).
- FURTADO, Celso. Notas sobre a administração de pessoal no governo federal americano. In: FURTADO, Celso. *Anos de formação – 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, p. 131-141, 2014b. (Arquivos Celso Furtado 6).
- FURTADO, Celso. A feição funcional da democracia moderna. In: FURTADO, Celso. *Anos de formação – 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, p. 207-211, 2014c. (Arquivos Celso Furtado 6).
- FURTADO, Celso. Planificação e orçamento. In: FURTADO, Celso. *Anos de formação – 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, p. 143-149, 2014d. (Arquivos Celso Furtado 6).
- FURTADO, Celso. Organização do município moderno. In: FURTADO, Celso. *Anos de formação – 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, p. 173-178, 2014e. (Arquivos Celso Furtado 6).
- FURTADO, Celso. Teoria do Departamento de Administração Geral. In: FURTADO, Celso. *Anos de formação – 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, p. 179-195, 2014f. (Arquivos Celso Furtado 6).
- FURTADO, Celso. Planificação social. In: FURTADO, Celso. *Anos de formação – 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, p. 213-217, 2014g. (Arquivos Celso Furtado 6).
- FURTADO, Celso. Trajetória da democracia na América. In: FURTADO, Celso. *Anos de formação – 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, p. 219-243, 2014h. (Arquivos Celso Furtado 6).
- FURTADO, Celso. *Diários intermitentes: 1937-2002*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire D'Aguiar. Prefácio de João Antonio de Paula. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- IGLÉSIAS, F. Celso Furtado, pensamento e ação. In: IGLÉSIAS, F. *História e ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 159-234.
- LOVE, J. Furtado e o estruturalismo. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. (org.). *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Ed. 34, 2001, p. 157-165.
- MALLORQUIN, C. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo: Xamã: Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- MANNHEIM, K. *O homem e a sociedade: estudos sobre a estrutura social moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: Polis, 1984.
- OLIVEIRA, F. Viagem ao olho do furacão: Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro. In: OLIVEIRA, F. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, p. 59-82, 2003.

- PAULANI, L. M. A utopia da nação: esperança e desalento. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. (org.). *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Ed. 34, 2001, p. 139-156.
- RICUPERO, B. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 371-377, jan.-abr. 2005.
- SAMPAIO JR., P. A. Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo. *Economia Ensaios*, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 69-98, jan.-jul. 2008.
- SILVA, R. P. Celso Furtado e a administração pública: uma leitura de suas primeiras publicações (1944-1948). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 14, n. 1, p. 88-99, jan.-abr. 2010.
- VIEIRA, R. M. Estado, racionalidade e planejamento. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 97-104, abr.-jun. 2005.
- WASQUES, R. N. Celso Furtado: intelectual reformista a serviço da (n)ação. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 51, n. 1, p. 107-153, mar.-jun. 2020.
- WASQUES, R. N.; SANTOS JÚNIOR, W. L. S.; BRANDÃO, D. D. As ideias de Celso Furtado sobre a questão ambiental. *Leituras de Economia Política*, Campinas, v. 19, n. 1 (28), p. 41-58, jan.-jun. 2019.

Celso Furtado, intérprete da dependência

[*Celso Furtado, interpreter of dependency*]

Rômulo Manzatto¹

Alexandre Macchione Saes²

RESUMO • O artigo examina os usos e os sentidos da ideia de dependência no pensamento de Celso Furtado. Para isso, realizamos breve reconstituição do contexto em que as obras e as ideias do autor foram produzidas e acompanhamos as diferentes dimensões da interação entre subdesenvolvimento e dependência na trajetória de Furtado. • **PALAVRAS-CHAVE** • Celso Furtado; teoria da dependência;

subdesenvolvimento. • **ABSTRACT** • The article examines the uses and meanings of the idea of dependency in Celso Furtado's thought. For this, we perform a brief reconstruction of the context in which the works and ideas are produced and follows the different dimensions of the interaction between underdevelopment and dependence in Furtado's trajectory. • **KEYWORDS** • Celso Furtado; dependence theory; underdevelopment.

Recebido em 1^o de setembro de 2020

Aprovado em 1^o de fevereiro de 2021

MANZATTO, Rômulo; SAES, Alexandre Macchione. Celso Furtado, intérprete da dependência. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 78, p. 182-205, abr. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i78p182-205>

¹ Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

² Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

Em entrevista realizada na década de 1990, quando solicitado a compartilhar sua opinião sobre os significados da teoria da dependência, Celso Furtado parece ter acolhido a indagação com a naturalidade de quem considerava a ideia de dependência como um fato decorrente da estrutura do sistema econômico internacional e, portanto, um dado já amplamente reconhecido por todos os que como ele viviam desde sempre “dentro da teoria de centro-periferia” (BIDERMAN; COZAC; REGO, 1996, p. 74).

Tanto a pergunta quanto a resposta de Furtado são carregadas de significados. Afinal, Celso Furtado foi um dos expoentes do estruturalismo latino-americano, uma escola de pensamento econômico criada na região entre as décadas de 1940 e 1950, e responsável por desenvolver uma interpretação original e amplamente difundida da trajetória de desenvolvimento econômico e social dos países da América Latina.

A teoria da dependência surgiria anos depois, em meados da década de 1960. Em suas diferentes vertentes, os teóricos da dependência atacaram aspectos da visão estruturalista, propondo uma revisão crítica dessas ideias consolidadas outrora. Nessa nova orientação, os analistas da dependência procuraram ressaltar a necessidade de conferir maior ênfase aos condicionantes internos – analisando o papel desempenhado pelas classes sociais e sua interação dinâmica entre aspectos internos e externos –, assim como enfatizaram o sistema capitalista mundial a partir das formas de exploração imperialistas³.

Em todo caso, o estruturalismo latino-americano e a teoria da dependência constituíram as duas principais contribuições da América Latina para a história das ideias econômicas no século XX. É o que afirma, por exemplo, Joseph Love em sua reconstituição das ideias e ideologias econômicas da América Latina a partir de 1930. Para Love o estruturalismo e a teoria da dependência foram capazes de romper com o padrão predominante na história das ideias na América Latina, até então restrita a descrever as adaptações regionais de ideias europeias. Diferente de suas predecessoras, essas novas contribuições surgiram como ideias autóctones, criações autênticas do pensamento local (LOVE, 1996, p. 207).

Em orientação semelhante, Cristóbal Kay considera essas duas vertentes como

3 Para uma análise da teoria da dependência, cf.: Palma (1978), Mantega (1984, cap. 5), Love (1998, cap. 12), Sampaio Jr. (1999, cap. 2), Bresser Pereira (2010) e Kay (2018).

as maiores contribuições surgidas na América Latina para a teoria crítica do desenvolvimento. Para Kay (2018, p. 451), o estruturalismo consistiu em importante contestação da teoria ortodoxa do comércio internacional, enquanto a teoria da dependência criticou de maneira incisiva as teorias da modernização em sua interpretação ortodoxa do fenômeno do subdesenvolvimento.

Nos dois casos, tanto o estruturalismo quanto a teoria da dependência têm em comum a proximidade com as atividades da Cepal, a Comissão Econômica para a América Latina. Também houve decisiva participação de Celso Furtado nos momentos iniciais de ambas as vertentes de pensamento⁴. Como lembra Ricardo Bielschowsky (2000b, p. 24-25; p. 41-42), o contexto histórico em que se passam esses dois momentos é o da tentativa de compreensão dos elementos fundamentais do processo de industrialização da América Latina.

No primeiro momento, o de surgimento do estruturalismo, coube aos integrantes da Cepal a estruturação de um corpo teórico coerente, capaz de interpretar o intenso fenômeno da industrialização e da urbanização em curso na América Latina no período.

Fundada em 1948 como órgão integrante da estrutura da Organização das Nações Unidas (ONU), a Cepal contou já em seus primeiros anos de existência com a atuação decisiva do economista argentino Raúl Prebisch na elaboração daquelas que viriam a ser as ideias-força, ou princípios, das atividades de pesquisa da Comissão nos anos seguintes. Furtado foi um dos primeiros integrantes do pequeno *staff* inicial da Cepal e fez parte do esforço pioneiro de consolidação e ampliação do corpo de ideias cepalinas, publicando *Formação econômica do Brasil*, que acabaria por se consolidar como obra basilar do estruturalismo latino-americano (BIESLCHOWSKY, 2000b, p. 20-22).

No segundo momento, em meados dos anos 1960, a reflexão da teoria da dependência se voltou para a compreensão da frustração desse mesmo processo de industrialização, expressa na crise da industrialização por substituição de importações e na ascensão de governos autoritários nos países da região.

Em 1964, também na sede da Cepal em Santiago do Chile, o mesmo Celso Furtado relata seu papel na organização de um ciclo de seminários voltados a uma reavaliação crítica da visão teórica produzida pela entidade a partir do início dos anos de 1950. Nessa ocasião, coube a Furtado a apresentação de textos já clássicos do pensamento cepalino a um grupo de estudos que, a partir do dia 3 de junho de 1964, passou a reunir-se para rediscutir o problema do subdesenvolvimento latino-americano tomando como base ideias formuladas na própria América Latina (FURTADO, 2014, p. 410).

Por haver participado da redação de grande parte desses textos originais, de certa forma, os seminários consistiam também em uma reavaliação da produção intelectual de Furtado na última década como integrante do esforço teórico conjunto da Cepal em seu primeiro período de atuação. Entre os participantes do seminário, constavam antigos colaboradores da instituição, como o sociólogo José Medina Echavarría, assim

4 Francisco de Oliveira é um dos autores que reconhece a relação íntima existente entre a “teorização cepalino-furtadiana” e a teoria da dependência, mas, diferentemente de Joseph Love e Cristóbal Kay, considera a teoria da dependência como uma “sociologização menor” do pensamento de Furtado e da Cepal (OLIVEIRA, 2003, p. 80).

como Fernando Henrique Cardoso e Osvaldo Sunkel, que viriam a se tornar dois dos mais relevantes autores ligados à crítica da economia política da Cepal.

Partindo da crítica ao estruturalismo, duas vertentes da teoria da dependência polarizaram o debate que se desenrola ao longo dos anos 1970: uma defendendo a noção de um desenvolvimento desigual da economia mundial capitalista, por meio da apropriação das teses do imperialismo e tendo como formulador pioneiro o economista marxista André Gunder Frank⁵; outra alicerçada a partir da contribuição de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que, ao valorizar os determinantes sociais e políticos internos da industrialização periférica, viam a dependência como parte natural do processo de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo.

Celso Furtado, instado a compreender a nova conjuntura econômica e política internacional, acabou formulando o que podemos chamar de uma terceira perspectiva da teoria da dependência⁶. Isto é, uma perspectiva radicalmente contrária à aceitação da existência de desenvolvimento numa situação de dependência, como também contrária às teses marxistas, que àquela altura não mais encontravam condições para a realização de um projeto de desenvolvimento nacional. Sem recusar os alicerces fundamentais do estruturalismo latino-americano, o economista incorporou novos conceitos a suas reflexões e iluminou aspectos menos valorizados em suas análises pretéritas, aprofundando sua análise sobre o subdesenvolvimento.

O artigo pretende, desta forma, acompanhar os sentidos da ideia de dependência na obra de Celso Furtado, reiterando o pioneirismo e a densidade de sua contribuição para a teoria da dependência. Não obstante a contribuição de Furtado, o artigo buscar esclarecer como, entre as décadas de 1950 e 1970, houve um significativo refinamento de sua proposição sobre as condições de desenvolvimento nas economias subdesenvolvidas ao incorporar às suas teses a análise sociológica e cultural.

DEPENDÊNCIA AVANT LA LETTRE?

Na entrevista realizada em 1990, ao responder à pergunta sobre a teoria da dependência, Furtado lembra que ele próprio havia escrito um livro abordando a temática, *Uma economia dependente*, publicado no ano de 1956, portanto uma

5 Em outra orientação entre os marxistas, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra desempenharam papel de destaque no âmbito das teorias da dependência. Ver: Mantega (1984, cap. 5), Bresser-Pereira (2010) e Palma (1978). Uma comparação abrangente entre as concepções de subdesenvolvimento e dependência em Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso foi realizada por Almeida (2009). Recentemente, Brito (2019) investigou o papel de Fernando Henrique Cardoso na análise da dependência, bem como sua interação com as ideias de Furtado e da Cepal, e Silva (2020) examinou a trajetória de Furtado na construção de uma interpretação própria da dependência.

6 Palma (1978, p. 898) defende a existência de três visões sobre a dependência, aproximando Furtado e Sunkel dessa terceira perspectiva, como uma reformulação da análise do desenvolvimento latino-americano produzida pela Cepal. Bresser-Pereira também destaca essa interpretação da qual Furtado seria o principal representante, denominada por Bresser como “nacional dependente” (PALMA, 2010, p. 34).

década antes que a teoria da dependência ganhasse repercussão no debate político e acadêmico (BIDERMAN; COZAC; REGO, 1996, p. 74).

A questão guarda alguma controvérsia e comporta perspectivas conflitantes. O historiador Joseph Love, em linhas gerais, concorda com o pioneirismo de Celso Furtado na análise da dependência, chegando a afirmar que Furtado estaria em posição de “reivindicar o crédito de ter sido o primeiro analista da dependência” (LOVE, 1998, p. 391), mas parece discordar do economista brasileiro quanto ao fato de que essa contribuição analítica estaria presente já no livro de 1956.

Para Love, tanto *Uma economia dependente* (1956) quanto *Formação econômica do Brasil* (1959) conteriam somente uma explicação estruturalista da trajetória do desenvolvimento brasileiro, mas ainda não contariam com os elementos necessários para caracterizá-las como precursoras da teoria da dependência. Em sentido estrito, ao analisar as obras de Furtado, Joseph Love compreende a teoria da dependência em suas primeiras manifestações como a identificação de umnexo causal entre o desenvolvimento dos países centrais e o subdesenvolvimento dos países periféricos. Ou seja, o historiador equivale a ideia de dependência à menção de que as trajetórias de crescimento de países ou regiões desenvolvidas constituem obstáculos diretos ao crescimento das regiões e dos países subdesenvolvidos (LOVE, 1996, p. 252).

Nesse sentido, a ideia de dependência, para Joseph Love, teria sido mobilizada por Celso Furtado somente a partir de *A Operação Nordeste* (1959) e de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961). Publicados com dois anos de diferença, os textos têm finalidades bastante distintas. *A Operação Nordeste* era parte do curso “Introdução aos problemas do Brasil”, ministrado aos oficiais das Forças Armadas brasileiras no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) em 1959. O texto faz parte do esforço político de Furtado para a criação da Sudene, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que propunha uma nova abordagem para atacar as desigualdades regionais do processo de desenvolvimento brasileiro então em curso.

Na ocasião, Furtado procurou sintetizar a questão ao explicar que o processo de desenvolvimento econômico do Brasil nas décadas anteriores havia avançado no sentido de uma maior articulação entre as diferentes regiões do país, tendo como centro gravitacional do processo a região centro-sul, que se desenvolvia impulsionada externamente pelas exportações de café. A questão, para Furtado ([1959] 2009, p. 31), é que esse tipo de desenvolvimento ocorria a partir da reprodução do “mesmo esquema de divisão geográfica do trabalho que viciaria todo o desenvolvimento da economia mundial, com suas metrópoles industrializadas e colônias produtoras de matérias-primas”.

Para Furtado ([1959] 2009, p. 32), o desenvolvimento industrial da região centro-sul do Brasil havia ocorrido a partir da subordinação das outras regiões, agora tornando patentes as “relações de dependência” entre esse novo centro industrial e as demais regiões brasileiras produtoras de matérias-primas.

Os trechos que parecem ter chamado a atenção de Joseph Love em *A Operação Nordeste* são aqueles em que Furtado afirma que “as relações econômicas entre uma economia industrial e economias primárias tendem sempre a formas de exploração” e em que deduz as consequências desse tipo de relação, destacando uma “tendência das economias industriais [...] a inibir o crescimento das economias primárias”

(FURTADO, [1959] 2009, p. 32), fenômeno que estaria sendo reproduzido internamente no Brasil. Conclui Love (1998, p. 386): “Em seus dois estudos regionais de 1959 [...], Furtado já havia percebido a relação que ele, Osvaldo Sunkel, Fernando Henrique Cardoso e André Gunder Frank viriam a desenvolver em meados da década de 1960”.

A obra *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, por sua vez, lida com uma temática mais ampla e pode ser considerada como uma síntese das ideias de Furtado sobre desenvolvimento na década de 1950 (SZMRECSÁNYI, 2001, p. 347). Dessa obra, Joseph Love seleciona um trecho de “Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento”, em que Furtado reconstitui o surgimento do que chama de “estruturas subdesenvolvidas” a partir dos diferentes momentos de expansão da economia industrial europeia⁷.

Em perspectiva histórica, Furtado registra o surgimento de um poderoso e dinâmico núcleo industrial na Europa no século XVIII, que teria passado a “condicionar o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões da terra” (FURTADO, 1961, p. 178).

Em suas duas fases de expansão, explica Furtado (1961, p. 179), a economia industrial europeia primeiro “desorganizou a economia artesanal pré-capitalista pela progressiva absorção de fatores liberados a um nível mais alto de produtividade” e depois deslocou-se para “onde quer que houvesse terras ainda desocupadas e de características similares às da própria Europa”. Estavam postas as bases da posterior colonização da Austrália, do Canadá e dos Estados Unidos, com estruturas que Furtado (1961, p. 179-180) considerou como “simples prolongamentos da economia industrial europeia”, em função mesmo de suas semelhanças com as estruturas econômicas da Europa ocidental.

No terceiro momento, essa expansão da economia industrial europeia se voltou para outras regiões, já “densamente povoadas, com seus sistemas econômicos seculares, de variados tipos, mas todos de natureza pré-capitalista” (FURTADO, 1961, p. 171). Dessa longa interação, surgiriam “estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente” (FURTADO, 1961, p. 180), formando o tipo de estrutura dualista que, para Furtado, constituiria o fenômeno então contemporâneo do subdesenvolvimento.

O que leva Furtado (1961, p. 180) à célebre conclusão de que “o subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”. Assim, para Joseph Love, esses seriam finalmente os elementos responsáveis por fazer de Celso Furtado um dos precursores da teoria da dependência. O que não esgota a questão.

Em sentido amplo, Ricardo Bielschowsky localiza as primeiras manifestações da teoria da dependência em período anterior ao considerado por Love. Bielscho

7 No capítulo 2, “O mecanismo do desenvolvimento”, Furtado faz o contraste entre “economias desenvolvidas e subdesenvolvidas” e “economias autônomas e dependentes”, sem nenhuma preocupação maior de diferenciar os conceitos. As expressões são usadas pelo autor enquanto fala sobre a “taxa de capitalização”, indicando a impossibilidade de transferir os modelos de análises de países desenvolvidos para subdesenvolvidos (FURTADO, 1961, p. 100).

wsky (2000, p. 42) considera que a ideia de “dependência”, em seus sentidos financeiro, comercial e tecnológico, “esteve presente na Cepal, desde as suas origens, ainda que a expressão propriamente dita não fosse utilizada”⁸.

Nesse sentido, observa-se que em *Uma economia dependente*, livro a que se refere Furtado na entrevista, o termo *dependente* é propriamente utilizado em mais de uma ocasião, de maneira a enfatizar o sentido da dependência financeira de uma economia majoritariamente exportadora de produtos primários. É nessa acepção que, no segundo capítulo da obra, Furtado (1956, p. 24) faz uso do termo *economia dependente* para caracterizar a economia do café brasileira como “primárias-dependentes”, sendo “exportadora de capitais em épocas de depressão”.

Já o sentido tecnológico da dependência seria abordado em *A economia brasileira*, primeira obra de teoria econômica de Furtado, publicada em 1954. Na ocasião, o economista ressaltou a importância da assimilação de técnicas de produção e conhecimentos científicos estabelecidos nas economias desenvolvidas e chamou a atenção para o fato de que, nos países subdesenvolvidos, a deficiente utilização desses fatores de produção se devia à escassez do fator capital: “desperdiça-se um fator – mão de obra – porque o outro é insuficiente – capital” (FURTADO, 1954, p. 194)⁹.

Somente em versão posterior desse mesmo texto, publicada em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, é que Furtado avança o raciocínio e parece extrair todas as consequências do efeito da diferença de tecnologias e técnicas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. No livro de 1961, Furtado procura ressaltar o contexto histórico de surgimento das tecnologias de produção. No caso clássico de industrialização, o da economia inglesa, o desenvolvimento dessas tecnologias ocorreu, em uma primeira fase, em um contexto de uso intensivo do fator trabalho, que era liberado a partir da desarticulação da economia artesanal. Somente quando praticamente toda a mão de obra então disponível foi absorvida é que esse desenvolvimento tecnológico se voltou para o aumento do grau de mecanização, visando deter a tendência de alta nos salários pela substituição da mão de obra (FURTADO, 1961, p. 163-177).

Já o sentido comercial da dependência é abordado por Furtado na obra de 1956, em que o autor destaca o esforço organizado dos cafeicultores brasileiros na articulação de um mecanismo de valorização do preço de seu produto nos mercados internacionais, o que levaria à instituição de uma longa política de formação interna de estoques de café, visando a maior controle sobre a flutuação dos preços do artigo, bem como de suas condições de venda, o que acabaria por estabelecer uma situação privilegiada aos cafeicultores brasileiros no comércio internacional (FURTADO, 1956, p. 41-42).

8 Bielschowsky (2000b, p. 31), no intuito de mostrar a coerência analítica da Cepal, entende que o argumento da vulnerabilidade externa, tese central da instituição, acompanhou as cinco décadas de reflexão de seus economistas, mas ganhando na década de 1960 a denominação de “dependência financeira e tecnológica” e na década de 1970 a de “enriquecimento analítico da “dependência”, por meio do exame do papel das transnacionais nas economias periféricas.

9 Versão anterior desse texto é encontrada em artigo de 1952 em que Furtado comenta as conferências de Ragnar Nurkse no Brasil (FURTADO, 1952, p. 15).

Ocorre que as falhas e desvantagens dessa política de valorização não demoraram a se manifestar. A elevação artificial do preço do café aumentava também artificialmente a rentabilidade dessa atividade, estimulando o aumento da produção acima do que o mercado internacional era capaz de absorver. Adicionalmente, lembra Furtado, não foram levadas em conta as “características próprias de uma atividade econômica de natureza tipicamente dependente como era a produção de café no Brasil” (1956, p. 44), que avançaria internamente até que todos os fatores de produção disponíveis fossem esgotados, ou até que o mercado internacional estivesse saturado.

Isto é, mesmo o mecanismo de sustentação de preços do café não poderia mitigar a tendência de longo prazo de deterioração relativa dos preços do café, segundo o economista. Não bastasse, ao sustentar as cotações internacionais do produto, o Brasil fomentava a produção de países concorrentes, além do considerável esforço financeiro que o financiamento das compras de estoques impunha à economia do país. Assim, uma política que nascera com o intuito de mitigar a dependência do país quanto às oscilações de mercado de seu principal produto de exportação acabou por acarretar efeitos negativos de longo prazo, precipitando e aprofundando a crise do “sistema de economia dependente no Brasil” (FURTADO, 1956, p. 45).

Os efeitos e as consequências da política de valorização do café se fizeram sentir de maneira mais aguda na crise de 1929. A queda do preço do produto nos mercados internacionais, somada à súbita desvalorização cambial, à dificuldade de financiamento externo e ao já considerável volume imobilizado de estoques, colocou em posição difícil os exportadores brasileiros. A resposta encontrada foi a de intensificar a política de compra de estoques de café a ponto de parte expressiva do café acumulado ter de ser queimado ou destruído para evitar uma pressão sobre os preços futuros do café. Essa ação acabou por agir como o equivalente a uma política anticíclica de sustentação do nível da demanda interna e contribuiu para a manutenção do nível de emprego da economia brasileira no período de crise, segundo Furtado.

Sobre esse episódio, já décadas mais tarde, em seminário acadêmico realizado em setembro de 1980 na cidade do Rio de Janeiro, Furtado rememorou uma conversa com Osvaldo Aranha, então membro do governo Vargas, responsável pela política de queima do café. Conta Furtado que Osvaldo Aranha deixou claro que essas ações não foram tomadas como parte de um projeto ou plano econômico estruturado, mas sim como respostas quase desesperadas às consequências da crise econômica de 1929. A ponto de Aranha então declarar, segundo Furtado, que só havia entendido o sentido dessas políticas econômicas após conhecer a explicação do economista em *Formação econômica do Brasil* (FURTADO, 1983, p. 717).

Nesse esforço para garantir a sobrevivência da economia brasileira, houve audácia política e ação guiada para além dos dogmas da política econômica ortodoxa, acreditava Furtado, para quem as elites da época foram capazes de conceber soluções em desacordo com o que pregavam as ideias estabelecidas no pensamento e na prática econômica. Mesmo a reflexão sobre a consciência política e os interesses das elites locais já em alguma medida figurava nos trabalhos de Furtado na década de 1950. Em *Formação econômica do Brasil*, o economista já chamava a atenção para as diferenças na formação e nas características das classes dirigentes da economia do açúcar e do café no Brasil.

As elites do açúcar teriam se formado imersas em uma atividade econômica cujos dirigentes de fato, os que tomavam as decisões fundamentais do negócio, estavam situados em Portugal ou na Holanda. De modo que, isolados no Brasil, os dirigentes locais “não puderam desenvolver uma consciência clara de seus próprios interesses” (FURTADO, [1959] 2007, p. 171).

Na economia do café o processo foi distinto. Essa nova classe dirigente agiu para controlar todas as fases da produção e do comércio do café, gestando uma elite dirigente que se diferenciava de outros grupos dominantes do passado por ter agora uma “consciência clara de seus próprios interesses” (FURTADO, [1959] 2007, p. 172).

A mesma orientação aparece em obras de Furtado mais voltadas para o diálogo com o seu próprio contexto político. Em *A pré-revolução brasileira* (1962), publicado no mesmo ano em que Furtado assume o posto de ministro do Planejamento, é claro o entusiasmo do economista com as possibilidades abertas pela “conquista dos centros de decisão”, em que a economia brasileira não mais seria comandada “de fora para dentro”, tampouco forçada a seguir “os ziguezagues de um destino de povo dependente” (FURTADO, 1962, p. 115).

O reconhecimento do papel político na definição dos usos dos recursos gerados pelas exportações, todavia, ainda é insuficiente para admitir que Furtado já estivesse adiantando seus próprios argumentos sobre o sentido de dependência¹⁰. O projeto político do autor naquela oportunidade defendia a atuação do Estado no sentido de definir, por meio do planejamento, as prioridades do país para ampliar a poupança que viabilizasse o investimento industrial (FURTADO, 1958). Uma política de elevação das exportações, de estímulos para a elevação da produtividade do trabalhador e de ruptura com os gastos supérfluos resultantes do “efeito demonstração”, que liquidava com os limitados recursos para os investimentos numa política de desenvolvimento. Em suma, mesmo que a crítica sobre o padrão de consumo das elites já estivesse presente em sua análise – argumento comum ao debate dos anos 1950 –, a leitura enfatizava a fragilidade do balanço de pagamentos de uma economia periférica, isto é, voltava os olhos para o caráter reflexo da economia subdesenvolvida no comércio internacional¹¹.

A dimensão de dependência escrutinada na obra de Furtado até 1964, portanto, revela um sentido ainda bastante próximo das teses estruturalistas da Cepal, de uma periferia em posição subordinada no sistema capitalista internacional, dependente de capital e de tecnologia. A aposta na industrialização como formadora do sistema econômico era ainda a aposta para a superação da condição de dependência, isto é, do subdesenvolvimento. Todavia, o entendimento de que as teses da dependência já

10 Em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* o autor valoriza a conquista dos centros de decisão que se apoiavam nas indústrias em contraposição aos grupos ligados ao setor externo, “*par excellence* grupos dependentes”. A afirmação da mentalidade “desenvolvimentista” permitia a concentração dos escassos recursos do país para uma política industrial e nacional, isto é, encontrando a racionalidade do planejamento cepalino como instrumento de superação do subdesenvolvimento (FURTADO, 1961, p. 215).

11 A discussão sobre as condições de superação do desenvolvimento ganhou importante relevância para Furtado a partir de seu debate com Ragnar Nurkse, autor que desenvolveria o conceito de efeito demonstração como emulação do padrão de consumo por parte das elites dos países subdesenvolvidos (LOVE, 1998, p. 369-370).

estavam presentes desde suas formulações dos anos 1950, como sugere o autor em *Conversas com economistas* (BIDERMAN; COZAC; REGO, 1996) ou mesmo em *Os ares do mundo*, tende a dar maior coerência e continuidade à sua trajetória do que a história de suas ideias econômicas parece indicar¹². Em suma, o estruturalismo cepalino era necessário, mas não suficiente para apreender a dimensão política e social que a teoria da dependência absorveria.

Pouco tempo depois, a crise da industrialização por substituição de importações e a crise política no Brasil colocariam à prova as ideias da Cepal e de Furtado dos anos 1950. A ascensão dos governos militares em toda a América Latina acelerou o processo de crítica das interpretações do desenvolvimento latino-americano da década de 1950, passando-se então a uma visão bem menos otimista, com maior ênfase em pensar os obstáculos políticos e o papel das elites nacionais na manutenção da situação de dependência da região. Como sugerimos a seguir, a incorporação do sentido de dependência em Celso Furtado deve ser entendida como uma ruptura em sua trajetória intelectual, desenvolvida a partir de seu exílio, que produziria uma interpretação renovada e mais ampla sobre o sentido do subdesenvolvimento.

INDUSTRIALIZAÇÃO SUBDESENVOLVIDA: DA ESTAGNAÇÃO À DEPENDÊNCIA

A década que separa a publicação de *Dialética do desenvolvimento* (1964) e *O mito do desenvolvimento econômico* (1974) marcou significativa modificação no perfil da produção de Celso Furtado. Eventos como o golpe militar, que impôs o seu exílio, o esgotamento do ciclo de crescimento da industrialização por substituição de importações e a nova dinâmica econômica internacional, com crescente presença das multinacionais no país, exigiram do autor uma revisão de algumas de suas teses. Para captar os sentidos e tendências da trajetória da economia brasileira naquela quadra histórica, Celso Furtado daria nova amplitude a sua interpretação, aprimorando a mobilização da dimensão sociopolítica no intuito de compreender a dinâmica das economias subdesenvolvidas¹³.

Então dominantes no debate público, os economistas de matriz nacional-desenvolvimentista encontraram o auge de sua participação no governo de Juscelino

12 Em sua *Obra autobiográfica*, ao discutir a passagem “da dependência tecnológica à cultural”, Celso Furtado (2014, p. 412-413) é vacilante. Reconhece uma “nova dimensão [...] em conexão com o comportamento da demanda”, mas reforça que a noção da dependência (tecnológica, no caso) já estava na essência das teses cepalinas. Esse esforço de coerência interpretativa fica ainda mais evidente quando Furtado (2014, p. 91) rememora sua passagem pelos Estados Unidos, em 1951, e o contato com os professores Bert Hoselitz e Melville Herskovits, que teriam estimulado seu olhar para a compreensão do desenvolvimento “de um ângulo interdisciplinar”, com preocupação com a dimensão da cultura. Para o tema da cultura em Celso Furtado, ver: Cunha; Brito, 2011, p. 20.

13 Mallorquín (2005, p.16; p. 216) defende que esse é o momento em que Furtado singulariza sua abordagem estruturalista; Bielschowsky (2000b, p. 37) compreende essa reorientação, para as contribuições sociológicas, como uma tendência de toda a Cepal nos anos 1960, tendo José Medina Echavarría como um dos principais mentores.

Kubitschek. Presentes na formulação das diretrizes do Plano de Metas, no Conselho de Desenvolvimento Econômico, na Sudene, entre outras instâncias governamentais, vestiam uma aura otimista de expectativas para a transformação da sociedade brasileira via planejamento e industrialização. A esperança advinha dos resultados do ciclo de política de substituição de importações, que, todavia, toparia com seus limites, ilustrados pela expansão da inflação, pelos gargalos da balança de pagamentos e pela queda do crescimento do início dos anos 1960 (BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 410-413).

Na segunda metade da década de 1960, no instaurado cenário de crise, a política econômica nacional-desenvolvimentista seria combatida por diferentes matrizes ideológicas. Economistas ortodoxos questionavam as teses estruturalistas, atacando os efeitos das práticas protecionistas da política de substituição de importações, assim como advogando a favor das concepções monetaristas de combate à inflação. Para Love (1998, p. 431-433; p. 439), a esquerda, por seu turno, lançava as primeiras teses em torno dos limites e dos exageros da política de substituição de importações, fosse por conta da natureza intensiva de capital, poupadora de mão de obra, fosse pelos estrangulamentos provocados pela introdução da diversificada estrutura industrial.

O golpe militar de 1964 provocou repercussões no ambiente intelectual, decretando a crise do “ciclo ideológico do desenvolvimentismo”¹⁴. A partir de então, economistas e cientistas sociais opositores ao regime formulariam suas ideias de maneira mais acabada sobre a crise dos anos 1960, integrando o projeto de “desenvolvimento, distribuição de renda e justiça social”, herdado do desenvolvimentismo nacional, “em novos modelos de interpretação do desenvolvimento capitalista brasileiro (modelos de dependência e estagnacionismo)” (BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 422)¹⁵.

Tendo o projeto nacional-desenvolvimentista sido abortado, a interpretação de Celso Furtado vai expondo, de maneira cada vez mais aberta e crítica, que as trajetórias econômicas nacionais dependiam, antes de tudo, de escolhas e decisões políticas. O golpe de 1964 era a materialização dessa relação entre escolhas políticas e as ações econômicas. Em 1968, com a publicação do livro *Um projeto para o Brasil*, afloram os primeiros traços de sua discordância ao novo *sentido* do projeto nacional empreendido pelo governo militar. A obra publicada meses antes do AI-5 apresentava alguns traços que seriam refinados posteriormente em obras como *Análise do “modelo” brasileiro* (1972) e o *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), constituindo um bloco de textos voltados para a reflexão sobre os limites do desenvolvimento dependente.

Antes, contudo, as reflexões de Celso Furtado estavam mais centradas no caráter da crise do modelo de substituição de importações e da nova conjuntura da economia internacional. Exilado após o golpe militar de 1964, e antes de seguir para os Estados Unidos, onde permaneceria um ano em Yale, Celso Furtado passou uma

14 Reconhecemos que a ideia de “fim do desenvolvimentismo” pode ser problematizada, mas entendemos que o autor estabelece um recorte dentro de seu estudo, avaliando o ciclo do desenvolvimentismo no ambiente democrático. Para o estudo sobre o conceito do desenvolvimentismo, ver: Fonseca, 2015.

15 João Manuel Cardoso de Mello (1975, p. 12-13) ilustra a posição de como a industrialização não teria cumprido com a promessa de superação do subdesenvolvimento: “E assim chegamos aos meados da década dos 1960, quando a morte do movimento social nacional-desenvolvimentista ficou evidente”.

breve temporada em Santiago do Chile. Voltava à cidade sede da Cepal, ambiente de encontro com outros intelectuais latino-americanos, naquela que seria a atmosfera de formulação da teoria da dependência (LOVE, 1998, p. 443; MALLORQUIN, 2005, p. 208).

No Chile, Furtado aproveitou a oportunidade para promover um ciclo de seminários no Instituto Latino-americano de Planificação Econômica e Social (Ilpes). Conforme registrado em suas memórias, ao oferecer um balanço das contribuições da Cepal e uma análise da conjuntura de crise das economias latino-americanas, teria submetido à discussão duas teses: uma sobre a forma de propagação do progresso técnico dos países centrais para a periferia; outra sobre o caráter da industrialização subdesenvolvida, que, ao se apropriar de tecnologia de elevada produtividade e de padrão de consumo dispendioso, provocava tendências que freavam a industrialização na periferia (FURTADO, 2014, p. 410-411).

Essas duas teses apareceriam de maneira sistematizada em 1966, com a publicação de *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. A obra produziu significativo debate em torno da tese estagnacionista, recebendo relevantes críticas – tais como as de Maria da Conceição Tavares e José Serra ([1971] 2000)¹⁶ –, que, de alguma forma, seriam absorvidas em suas obras posteriores (MALLORQUIN, 2005, p. 221)¹⁷.

Quase como um divisor de águas na interpretação furtadiana, é possível observar em suas obras, entre os anos de 1966 e 1968, tanto a incorporação de novos conceitos, como a construção de uma nova abordagem sobre os desafios do subdesenvolvimento latino-americano. Assim como ocorrera com a “revolução cepalina”, quando uma nova interpretação emergiu no debate público e intelectual dos anos 1950, os anos finais da década de 1960 observam o nascimento da teoria da dependência. Uma teoria que surgiu no ambiente de outros debates – absorvendo algumas de suas proposições –, como aquelas sobre o caráter da burguesia nacional, sobre a atuação das multinacionais na economia mundial e sobre a crise do processo de substituição de importações.

Em *Subdesenvolvimento e estagnação*, a problemática central para Celso Furtado era a de compreender a dimensão da crise dos anos 1960, tendo como principal variável de análise o caráter da desigual propagação do progresso tecnológico. Assim, para o autor, as causas da crise ainda eram encontradas em variáveis mais econômicas do que sociológicas: a dinâmica da industrialização subdesenvolvida, ao alcançar a produção de bens duráveis e de capital, encontraria sensíveis tendências ao desequilíbrio. Absorvendo uma tecnologia poupadora de mão de obra e atendendo um mercado restrito com produtos diversificados, a substituição de importações

16 Para Plínio de Arruda Sampaio Jr. (1999, p. 49- 53), “Além da estagnação”, de Tavares e Serra ([1971] 2000), marca uma ruptura no debate ao restringir a discussão sobre desenvolvimento aos aspectos da acumulação de capital e do crescimento econômico.

17 Para Maurício Coutinho, todavia, a interpretação de Celso Furtado na década de 1970, preservou sua leitura sobre a dinâmica da economia latino-americana: “os novos temas e desenvolvimentos trazidos pelos trabalhos do início dos anos setenta não deixam de ser compatíveis com variantes da abordagem histórico-estrutural apresentadas em textos de anos anteriores, especialmente *Subdesenvolvimento e Estagnação*” (COUTINHO, 2019, p. 754).

produzia o “monopólio ou o oligopólio e uma progressiva concentração da renda” (FURTADO, 1966, p. 39).

Celso Furtado, à luz das evidências econômicas daquele momento, inicia sua revisão das teses da Cepal no sentido de questionar a capacidade da industrialização e da diferenciação do sistema produtivo em produzir as condições para a superação do subdesenvolvimento. Acreditando na capacidade do Estado de reverter a estagnação latino-americana, essa de “caráter estrutural”, oferece na parte final da obra instrumentos de planejamento para o enfretamento da crise (FURTADO, 1966, p. 89).

A leitura de *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*, publicado em 1973 no Brasil, é um relevante exercício para avaliar o percurso interpretativo do autor. A obra era resultado de algumas revisões dos ensaios produzidos para *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1966) e para *Um projeto para o Brasil* (1968)¹⁸. Mesmo que o autor indique que as alterações fossem meramente “formais”, vale ressaltar como Furtado incorpora em sua nova versão o conceito de “dependência externa”, termo que seria central para o autor avaliar o subdesenvolvimento tanto em sua dimensão de difusão do progresso tecnológico, como em sua dimensão sociológica e cultural¹⁹.

Na “nota introdutória” da obra, o autor remete essa “explicação teórica global” sobre os fenômenos do subdesenvolvimento e da dependência aos textos “Dependencia externa y teoría económica” (1971) e *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967) (FURTADO, 1973, p. 2). Se para o artigo de 1971 a ideia de “dependência” já estava significativamente lapidada, em *Teoria e política*, obra que retoma suas teses presentes em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, o economista apresenta o quadro mais geral sobre a teoria do subdesenvolvimento, recolocando sua teoria histórico-estruturalista. Todavia, uma inovação relevante no capítulo “Dependência externa e subdesenvolvimento” de *Teoria e política* é a ideia de “enclaves sociais”, isto é, da existência nas economias subdesenvolvidas de grupos culturalmente dependentes de subsistemas dominantes, alegando que o “dualismo” teria início numa dimensão cultural, que se traduzia em termos econômicos, pela descontinuidade da estrutura produtiva (FURTADO, 1967 [1977], p. 249).

Ademais, a chave explicativa para apreender a nova perspectiva do autor sobre a dependência deve ser encontrada na primeira nota de rodapé de *A hegemonia dos*

18 A obra foi publicada em inglês e francês em 1969, recebendo nova revisão para a edição em português. Furtado (1973, p. 1-2) reconhece que as críticas recebidas pelo texto o ajudaram a abordar o tema com mais clareza.

19 Reproduzindo as ideias de *Um projeto para o Brasil*, Furtado reafirma em *A hegemonia dos Estados Unidos*: “As duas dimensões de desenvolvimento – a econômica e a cultural – não podem ser captadas senão em conjunto” (FURTADO, 1973, p. 129). Mallorquin (2005, p. 238) conclui, ao comparar *Subdesenvolvimento e estagnação* com *Um projeto para o Brasil e Análise do “modelo” brasileiro*, que: “os conceitos da relação produto/capital e coeficiente de capital perdem proeminência, convertendo-se em algo secundário para explicar o funcionamento específico do capitalismo brasileiro, levando à dianteira, desta vez, os aspectos políticos institucionais”. Tais ideias de ampliação do escopo da análise são reafirmadas em outros trabalhos: Bianconi, 2016; Bugelli; Pires, 2011.

Estados Unidos, quando Furtado indica o livro *Análise do “modelo” brasileiro* para uma leitura mais “compreensiva do problema da dependência” (FURTADO, 1973, p. 8)²⁰.

Ao cotejar o primeiro capítulo de *Subdesenvolvimento e estagnação* com o de *A hegemonia dos Estados Unidos*, encontramos o mesmo ensaio introdutório sobre o quadro econômico internacional, com revisões mais do que “formais”, como teria sugerido o autor. Apesar dos títulos dos capítulos terem sido bastante alterados – “Em busca de uma ideologia do desenvolvimento” (1966) e “O subdesenvolvimento no quadro do capitalismo industrial” (1973) –, os ensaios analisam a construção do cenário do capitalismo contemporâneo, explicando a essência do fenômeno do subdesenvolvimento. Algumas mudanças percebidas são sugestivas.

No primeiro capítulo da obra da década de 1970, Furtado substitui em alguns momentos a denominação dos países latino-americanos como países subdesenvolvidos, supostamente por falar agora para um público ainda mais amplo. Ademais, o capítulo da década de 1960 possui quatro páginas finais voltadas para uma discussão sobre os “caminhos à ação política na América Latina”. Essas páginas, suprimidas em 1973, são substituídas por um curto fechamento: “A inadequação desses esquemas ideológicos é particularmente grave, em razão da preeminência dos problemas a que aludimos. Um trabalho criador neste plano é essencial e urgente” (FURTADO, 1973, p. 18).

Mas a alteração de fundo que merece ser observada aparece na nova redação dos parágrafos iniciais. Depois do primeiro parágrafo da obra ter sido ligeiramente reescrito, Furtado insere no segundo parágrafo uma ideia-chave para o novo ensaio, completamente ausente no livro de 1966. Partindo da mesma explicação sobre a origem do subdesenvolvimento como criação do próprio desenvolvimento – isto é, da divisão do trabalho erigida a partir da revolução industrial –, o ensaio complementa: “As relações que se estabelecem entre esses dois tipos de sociedades envolvem formas de dependência que tendem a autoperpetuar-se” (FURTADO, 1973, p. 8).

O termo *dependência*, inexistente em sua obra sobre a estagnação, torna-se central na compreensão da permanente “armadilha” do subdesenvolvimento. Vale reforçar que, em *Um projeto para o Brasil*, Furtado (1968, p. 20-23) já dedica uma seção para descrever “as características do desenvolvimento dependente”, as quais indicavam o caráter reflexo da economia periférica ao “progresso tecnológico presente nos polos dinâmicos da economia mundial”. Em 1973, mesmo mantendo o sentido de subordinação das economias periféricas sobre o controle do progresso tecnológico, isto é, a tradicional noção de dependência alicerçada numa determinada divisão social do trabalho, o economista enfatiza a ideia de uma dependência que “teve como ponto de apoio principal o controle, por grupos integrados nas economias dominantes, daquelas atividades produtivas, instaladas nas economias dependentes” (FURTADO, 1973, p. 8).

20 Na apresentação do “quadro estrutural mais amplo”, de *Análise do “modelo” brasileiro*, Celso Furtado (1972, p. 3D) indica que o fluxo de novos produtos e de inovações tecnológicas, emitidas a partir dos países centrais, são os principais instrumentos de preservação das relações de dominação e dependência, isto é, “um efeito de dependência que decorre da forma como atualmente o progresso tecnológico se propaga do centro para a periferia do mundo capitalista”.

A dependência externa, relacionada ao padrão financeiro e tecnológico, era um diálogo direto com as teses cepalinas sobre a propagação do progresso tecnológico ou, como quer Joseph Love (1998, p. 461), vinculando-se às teses do estruturalismo latino-americano sobre a perspectiva do centro-periferia e das trocas desiguais. O papel desempenhado pelas multinacionais nas economias periféricas abria um novo campo de estudos. Em *Subdesenvolvimento e estagnação* a presença das multinacionais é notada e problematizada, quando o autor se pergunta qual seria o tipo de organização política compatível com o novo sistema econômico regional controlado por “poderosas sociedades anônimas norte-americanas” (FURTADO, 1966, p. 43).

Furtado se vale de autores como Andrew Hacker e Adolph Berle para discutir o novo caráter das grandes corporações na economia internacional, temática que seria mais bem desenvolvida em seus dois últimos ensaios reunidos em *Um projeto para o Brasil*. Nessa obra Celso Furtado apontava para a “reestruturação da economia internacional” e para o “fenômeno da conglomeração”, isto é, para a nova dinâmica política e econômica mundial, consequência da massiva presença das multinacionais na América Latina. Antes de se instalar em Paris, Furtado passou um ano no Centro de Estudos sobre o Crescimento Econômico da Universidade de Yale. Tendo como colega de trabalho o economista Stephen Hymer (1976), autor de *The international operations of national firms: a study of direct foreign investment*, Celso Furtado acabou por assimilar nova temática que emergia sobre os estudos da economia internacional. Hymer foi um dos pioneiros autores, como reconhece Furtado (2014, p. 469-470), a destacar a importância do papel das empresas transnacionais na dinâmica econômica do período²¹.

Esse processo de instalação das empresas multinacionais nas economias subdesenvolvidas passaria a cumprir papel relevante na interpretação de Celso Furtado a partir de então. Para o economista, a presença das multinacionais reduzia ainda mais os sistemas de decisão nacionais, processo acentuado nos últimos anos no país. Se a instalação dos conglomerados já era realidade no Brasil desde o Plano de Metas, com o golpe militar a estratégia de industrialização via investimento estrangeiro se aprofundaria. Para o autor, a conjuntura de crise econômica latino-americana dos anos 1960 teria aberto maiores oportunidades para a entrada dos investimentos estrangeiros.

Assim, mesmo com a industrialização de países da América Latina, como Argentina e Brasil, Celso Furtado (1968, p. 114) argumentava que a pauta de exportação desses países, ainda dependentes das velhas estruturas exportadoras de matérias-primas, demonstrava a dimensão da nova forma de dependência do exterior. A crescente presença das empresas multinacionais nas economias estagnadas agravava a crise estrutural da capacidade de importar, por conta das remessas de lucros e dividendos,

21 Sobre Hymer, Furtado lembra em sua biografia: “Os seus trabalhos foram seminais para a compreensão da transnacionalização como forma emergente de organização das atividades econômicas. Foi para mim de grande importância tomar contato com os trabalhos de Hymer e ter podido discutir amplamente com ele sobre o fenômeno da transnacionalização das empresas. Graças a isso, foi-me possível captar nos anos seguintes a verdadeira natureza do sistema bancário internacional, o qual viria a ser o elemento determinante na evolução da economia capitalista a partir dos anos 1970” (FURTADO, 2014, p. 469-470).

reduzia a capacidade de integração do setor industrial com atividades exportadoras e produzia debilidade do processo de formação dos centros nacionais de decisão.

A reflexão de Furtado indicava que o estreitamento da capacidade de ação dos Estados nacionais, assim como do papel das classes empresariais nacionais, decorria do caráter dependente das estruturas periféricas, reiterado pela expansão das empresas transnacionais. A classe de empresários brasileiros, assumindo tarefas auxiliares aos setores industriais absorvidos pelas multinacionais, renunciava ao sentido de um desenvolvimento nacional.

Essa nova dimensão de sua análise sobre a presença das multinacionais interferindo nos centros de decisão nacionais inseria o autor no debate sobre o caráter da burguesia nacional. Nas palavras do autor: “A redução a um papel de dependência da classe de empresários nacionais, interrompeu na América Latina o processo de desenvolvimento autônomo de tipo de capitalista, o qual chegara apenas a esboçar-se” (FURTADO, 1968, p. 132-133). Para Furtado, o enfraquecimento do Estado como centro autônomo de decisões não abria espaço para a iniciativa privada, mas limitava a formação de um sistema econômico nacional, isto é, um uma economia que atendesse os interesses da coletividade nacional.

No livro de 1968, Celso Furtado parece incorporar a ideia dos limites do papel do empresariado brasileiro na condução de um projeto nacional de desenvolvimento. Ainda que Furtado não se valha do conceito de revolução brasileira, há relevantes semelhanças entre suas ideias e aquelas que podem ser encontradas nos trabalhos sobre o empresariado nacional de Fernando Henrique Cardoso (1964) e Luiz Carlos Bresser-Pereira (1963; 1964)²². Para esses autores, a burguesia brasileira não teria cumprido seu papel histórico de produzir um projeto nacional, mas, ao assumir as franjas de uma industrialização liderada pelas empresas multinacionais, conduziu o país a nova dependência.

Derivada da análise da fragilidade da burguesia nacional, é possível encontrar outra identidade entre a produção de Celso Furtado e a produção de Cardoso, nesse caso *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1970), obra publicada com Enzo Faletto. Conforme os autores, era preciso produzir uma análise integrada do processo histórico, isto é, uma análise econômica do desenvolvimento, associada à análise sociológica, partindo dos condicionantes econômicos mundiais, passando pela estrutura do sistema produtivo nacional e seu vínculo com o mercado externo, e a configuração histórica estrutural de tais sociedades – das relações de poder e movimentos políticos sociais (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 23-24).

A temática da perda de autonomia do Estado nacional naquela conjuntura, como resultado da expansão das empresas multinacionais no Brasil, exigia

22 Caio Prado Jr. discute também o caráter da burguesia nacional, mais tarde, em *A revolução brasileira* (1966).

Francisco de Oliveira (2003, p. 26) defende que Fernando Henrique Cardoso teria acertado em sua sugestão de uma articulação entre a burguesia nacional e o capital estrangeiro, indicando “a ausência de um projeto nacional”, valendo-se do método marxista e da identificação dos atores concretos das transformações.

uma análise da industrialização também por meio de determinantes internos²³. Reconhece Furtado (2014, p. 416) que “Fernando Henrique Cardoso chegou a conclusão similar [à de Furtado]²⁴ pela mesma época quando introduziu o conceito internacionalização do mercado interno”.

Em meio aos seminários de Santiago do Chile, em julho de 1964, os autores teriam tido oportunidade de discutir a nova realidade latino-americana, na qual se reconhecia a perda de autonomia de decisão, em que a industrialização produz uma forma mais complexa de dependência (FURTADO, 2014, p. 416-417). Evidentemente que essa identidade de análise sobre o processo de industrialização dependente não aproxima Furtado no sentido profundo da interpretação de Cardoso e Faletto, isto é, na possibilidade de compatibilizar o processo de desenvolvimento com uma situação de dependência.

No momento em que Celso Furtado, ao que parece, se armava intelectualmente para enfrentar o debate teórico sobre a dependência, que aflorava no debate latino-americano, o economista procura manter sua independência intelectual para seguir um percurso particular de análise. A nova formulação é coroada com as obras *Análise do “modelo” brasileiro* e *O mito do desenvolvimento econômico* e o conceito de modernização nelas mobilizado. As economias periféricas, com industrializações dependentes, não alçavam o “verdadeiro desenvolvimento” – com homogeneização dos benefícios do progresso técnico –, mas sim uma espécie de modernização, “a assimilação do progresso tecnológico nos padrões de consumo” (FURTADO, 1972, p. 11)²⁵.

Em suma, se a dimensão da desigual difusão do progresso técnico continuava como base de sua análise, agora, contudo, a dimensão das modificações do padrão de consumo teria papel decisivo para esclarecer os limites do crescimento econômico periférico. Para os países subdesenvolvidos o processo de difusão da revolução industrial ocorria, acima de tudo, por meio da transformação dos padrões de consumo para uma minoria da população. Sendo a renda *per capita* incompatível com o nível de acumulação desejada pelas classes abastadas, a concentração da renda tornava-se peça central na engrenagem do subdesenvolvimento.

O “modelo” brasileiro, materializado pelas elevadas taxas de crescimento do milagre, para Furtado, era a materialização desse processo: uma rápida

23 A introdução da tese de João Manuel Cardoso de Mello ilustra essa proposição. Para o autor a economia política da Cepal teria como tema a “problemática industrialização nacional, a partir de uma situação periférica”, de forma que a análise sobre a industrialização prescindia de qualquer esquema endógeno de acumulação, existindo apenas impactos internos decorrentes da importação de certa tecnologia (MELLO 1975, p. 9-11).

24 Ao comentar a similaridade entre as visões, a proposição de Furtado (2014, p. 416) em suas memórias era a de que “os homens mais capazes surgidos nas indústrias locais puderam ser cooptados para integrar a nova classe gerencial a serviço dos conglomerados. A ação empresarial nacional ficou restringida a setores secundários ou decadentes, ou ao trabalho pioneiro, isto é, à abertura de novas frentes a ser mais adiante ocupadas pelas grandes organizações estrangeiras”.

25 Na síntese de 1974, modernização é o “processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos” (FURTADO, 1974, p. 81).

industrialização, alicerçada pela instalação das empresas transnacionais com elevada estrutura tecnológica, poupadora de mão de obra, que garantia para uma concentrada parcela da população o acesso aos bens de consumo mais “modernos” do capitalismo. Em suma, quanto mais rápida e diversificada fosse a assimilação do consumo – para países com limitados recursos financeiros e estruturas sociais tão desiguais –, mais lenta seria a difusão do progresso tecnológico.

Na primeira metade da década de 1970, portanto, depois de uma fase de acelerado crescimento econômico no Brasil, Celso Furtado parece se afastar da polêmica sobre a estagnação, mas agora faz sua crítica às teses que associam dependência e desenvolvimento. Ainda que suas obras do período fossem uma crítica direta à política econômica do governo militar, Celso Furtado, mesmo sem explicitar, está produzindo uma significativa crítica às posições defendidas por autores como Cardoso e Faletto, ou mesmo Tavares e Serra, a respeito da noção do “desenvolvimento” capitalista brasileiro.

Nesse sentido, é preciso considerar que existe uma diferença sensível na qualificação do termo “desenvolvimento” entre os autores. Enquanto Cardoso e Faletto, como também os representantes do capitalismo tardio, por exemplo, Maria da Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello, apreendem a noção de desenvolvimento dentro da tradição marxista do desenvolvimento das forças produtivas, o conceito para Furtado assume uma proposição “valorativa”, sendo que fazem parte do processo de desenvolvimento as transformações voltadas à garantia da distribuição de renda e da homogeneização social. Por isso, para Cardoso e Faletto o desenvolvimento não é incompatível com a condição de dependência, visto que o desenvolvimento do capitalismo é em si concentrador de renda, excludente e gerador de crises. Para Furtado, por outro lado, a problematização do conceito de desenvolvimento e sua polarização com o termo de modernização definem a incompatibilidade entre desenvolvimento e dependência (ALMEIDA, 2009)²⁶.

Se, por um lado, Furtado (1972, p. 28) assimilava as críticas sobre a estagnação, admitindo que não existia “evidência de correlação negativa entre o grau de concentração da renda e o nível de produtividade industrial”, por outro lado, substituía o conceito de “desenvolvimento” pelo de “modernização” para caracterizar o novo ciclo de crescimento econômico brasileiro, concentrador de renda e autoritário. Os limites para a superação do atraso já não eram apenas econômicos, mas a dimensão da dependência era cultural, um “tipo semelhante de colonização cultural” dos grupos que se apropriavam do excedente da economia (FURTADO, 1974, p. 82-84).

O questionamento da perspectiva do desenvolvimento associado, não obstante, mesmo que numa leitura bastante crítica do cenário político nacional, não aproximaria Celso Furtado da interpretação ou do projeto social dos autores dependentistas de vertente marxista. Mesmo que o enquadramento mais geral das relações desiguais entre países centrais e periféricos na economia capitalista se assemelhassem

26 É ilustrativo, nesse sentido, o prefácio da edição americana de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, em que os autores explicitam as contradições intrínsecas do desenvolvimento capitalismo, indicando que a superação dessas contradições somente poderia ser alcançada por meio do socialismo (CARDOSO; FALETTO, 2008).

entre Furtado e André Gunder Frank, a posição marxista era de uma inevitável imposição externa sobre as estruturas internas, negando qualquer condição de um desenvolvimento autônomo na periferia, cabendo a revolução socialista como solução (PALMA, 1978, p. 900; LOVE, 1998, cap. 12; BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 32)²⁷.

Mesmo que Celso Furtado reconhecesse o caráter da burguesia nacional como dependente – alienada e cosmopolita –, mantinha a expectativa de reconstruir um projeto de desenvolvimento nacional, por conta do caráter relativo e contraditório dessa dependência (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 38) –, o que poderia permitir a reversão do quadro de dependência, não mais somente pelo progresso técnico, mas agora por meio da cultura. Assim, Celso Furtado abriria uma terceira perspectiva interpretativa da teoria de dependência, a nacional-dependente, como diz Bresser-Pereira (2010, p. 34), na qual Furtado entende que a luta contra a dependência deveria passar pela retomada do controle nacional dos recursos não renováveis do país e do mercado interno, assim como a criação de meios para superar a dependência financeira e a dinâmica de incorporação do progresso tecnológico (LOVE, 1998, p. 442).

Nos anos 1970, a concepção de desenvolvimento de Celso Furtado não estava limitada mais ao campo dos economistas, a nova dimensão da dependência o levou a explorar outras fronteiras do conhecimento²⁸.

CRIATIVIDADE E DEPENDÊNCIA: AS CONEXÕES FUNDAMENTAIS²⁹

Na segunda metade de década de 1970 a reflexão furtadiana assume nova orientação, no que será considerada a face “filosófica” de sua trajetória intelectual. Como destaca Francisco de Oliveira (2003, p. 32), a nova direção permitia a Furtado escapar dos estreitos limites técnicos e teóricos da ciência econômica, como também possibilitava ao economista conciliar o ecletismo e a criatividade – marcas de seu estilo de pensar, com a reflexão histórica de maior alcance.

Orientação bem expressa em *Criatividade e dependência na civilização industrial*, de 1978, obra em que Furtado passa pela história de longa duração para explorar os momentos de emergência e difusão da civilização industrial pelo mundo. Trata-se de

27 Vale lembrar que a posição de Rui Mauro Marini sobre a superexploração e o subimperialismo avançava na interpretação de Frank ao identificar a luta de classes internas aos países dependentes, mas reiterava a revolução como única saída para superar a dependência.

28 Sampaio Jr. (1999, p. 174) defende que a teoria da dependência para Furtado estuda os nexos externos da subordinação econômica e política da periferia, estruturando a dependência em três condicionantes do processo de acumulação: dependência cultural, dependência tecnológica e financeira e dependência dos fluxos de renda.

29 O subtítulo faz referência ao segundo capítulo de *O mito do desenvolvimento econômico*, de mesmo título, ensaio em que Furtado procurou evidenciar uma “teoria da dependência que se afasta das simples afirmações doutrinárias pois pode ser submetida a teste”, partindo da constatação de que os países dependentes, exportadores de produtos primários “absorvem tecnologia mais rapidamente no nível dos produtos finais do que dos processos produtivos” (D’AGUIAR, 2013, p. 12), como Furtado afirmaria posteriormente em carta enviada a Joseph Love já no início da década de 1980.

um “antilivro acadêmico”, nos termos do autor, escrito com a intenção declarada de recompor a visão global que já não caberia nos “tubos de ensaio das ciências sociais” (FURTADO, [1978] 2008, p. 34)³⁰.

No livro em questão, Celso Furtado retoma suas análises anteriores e as coloca em um quadro mais amplo: as estruturas híbridas e de caráter dualista que constituíam o fenômeno do subdesenvolvimento são agora pensadas em um contexto histórico ampliado. Assim, por exemplo, há grande diferença entre as industrializações tardias, como as ocorridas na Rússia, no Japão e na América Latina.

Nos casos russo e japonês, o processo de assimilação da civilização industrial teria ocorrido como resultado da “tomada de consciência do atraso na acumulação e da ameaça de dominação externa” (FURTADO, [1978] 2008, p. 69). Na Rússia, a assimilação iniciada pelo regime czarista no século XIX teria sido acelerada a partir da revolução bolchevique, feita sob rígido sistema de controle social, o que levou o Estado a um papel central na vida econômica e social do país, produzindo o que Furtado considera um verdadeiro esgarçamento do “tênuo tecido da sociedade civil” (FURTADO, [1978] 2008, p. 68).

No Japão, o transplante da civilização industrial foi encarado como condição de sobrevivência do país como nação soberana, o que foi feito a partir de uma aliança entre o Estado e a aristocracia tradicional, afirma Furtado ([1978] 2008, p. 67), criando um tipo específico de empresa capitalista que atuava como “uma projeção dos grupos sociais tradicionais”. Nesses dois casos, a civilização industrial foi absorvida a partir de objetivos nacionais bem delimitados.

O caso da América Latina é diferente. A via latino-americana de acesso à civilização industrial pode mesmo ser considerada como um subproduto da dominação externa, segundo Furtado. Trata-se de uma via de acesso condizente com o quadro então vigente da divisão internacional do trabalho – de um centro industrializado e uma periferia exportadora de produtos primários, que acabaria por conduzir toda a região a uma “situação de dependência estrutural” (FURTADO, [1978] 2008, p. 69).

Essa via indireta de acesso da América Latina condicionou o sentido da integração da região nos mercados internacionais, assim como as subseqüentes modernizações nos padrões de consumo locais e mesmo as mudanças na paisagem urbana. Processo cujas fontes de financiamento locais eram insuficientes, por contar com não mais do que “um excedente extraído de exportações originárias de uma agricultura extensiva ou da alienação de recursos não renováveis” (FURTADO, [1978] 2008, p. 93).

A partir daí se compreende, por exemplo, o sentido do processo de industrialização por substituição de importações na região, que Furtado vê como um subsistema descolado do nível de produtividade local, com alta densidade de capital e pequena capacidade de geração local de empregos. Isto é, um subsistema estruturalmente vinculado a economias mais avançadas que acaba por renovar e aprofundar as relações de dependência (FURTADO, [1978] 2008, p. 75).

Entendem-se também os obstáculos ideológicos que esse tipo de dependência

30 No prefácio à edição mais recente da obra, Alfredo Bosi (2008, p. 13) destaca a originalidade da interpretação furtadiana, assim como sua “vigorosa síntese histórica e conceitual da civilização industrial”.

estabelece, uma vez que valores como o racionalismo e o liberalismo, que surgiram visando à superação do Antigo Regime, quando transpostos para as situações de dependência adquirem outro significado e transformam-se em instrumento de reforço mental e ideológico da dependência (FURTADO, [1978] 2008, p. 71).

Em certo sentido, já durante o processo de redemocratização, a perspectiva de Furtado sobre a dependência seria a base para sua crítica aos rumos da integração econômica que o Brasil passaria a vivenciar entre os anos 1980 e 1990. Isto é, enquanto a visão da teoria da dependência associada mostrava-se vitoriosa politicamente, ilustrada com a eleição de um de seus principais teóricos para presidência da república, a perspectiva marxista da dependência sobreviveria fundamentalmente nos meios acadêmicos, perdendo espaço no campo político com a crise do socialismo.

A leitura nacional dependente de Celso Furtado, ao longo dos anos 1980, reforçava a centralidade da democracia como instrumento político para a construção de um projeto nacional, sustentado por uma coalizão de classes. No quadro econômico, reiterava a necessidade de retomada dos centros internos de decisão como instrumento central para viabilizar uma política mais autônoma efetivamente voltada aos interesses nacionais. Em *A nova dependência*, por exemplo, no quadro do endividamento externo latino-americano, Furtado (1982, p. 46; p. 59) sustentava a ideia de que os países devedores deveriam criar uma organização para negociar em bloco com as instituições credoras.

A reflexão cultural seria novamente mobilizada por Furtado nos anos 1980. *Cultura e desenvolvimento em época de crise* (1984), redigido dois anos antes de assumir o posto de ministro de Cultura, tem o objetivo mais imediato de procurar saídas para uma crise econômica que anunciava o que viria a ser uma década perdida. Como membro da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, estabelecida no ano de 1992 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Furtado ([1995] 2012, p. 116) parece concluir que a própria sobrevivência da civilização dependia da solidariedade entre povos e culturas e de mecanismos de cooperação internacional plurais e participativos.

Mesmo no final da década de 1990, sua questão para o Brasil seria ainda a de ter ou não acesso à criatividade (FURTADO, 1999, p. 67). Afinal, como concluía antes, a luta contra a dependência seria parte de um processo mais amplo de desenvolvimento, que de fato somente poderia ocorrer “com a liberação da capacidade criadora de um povo” (FURTADO, [1978] 2008, p. 162), também expressa em sua capacidade de pensar seus próprios desígnios.

Assim, a totalidade da reflexão cultural de Furtado parece recompor todo o sentido da obra do economista ao explicar as situações de dependência. A superação da dependência passava pela construção de um projeto nacional autônomo, em que os objetivos econômicos e sociais atendessem aos interesses do país. Nessa orientação, é possível distinguir as faces do servidor público do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), do economista da Cepal, do diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), do superintendente da Sudene, do ministro do Planejamento, do teórico do subdesenvolvimento, do ministro da Cultura, entre tantas outras.

Ao apresentar o todo quando visto da periferia, ao seguir o rastro de vidas e fés

destruídas pela difusão da civilização industrial, na citação de Eliot³¹, o intérprete do Brasil, da América Latina e da dependência agora se torna intérprete do mundo, que se descortina como fantasia organizada. Ao final do percurso, Furtado parece terminar por onde começou, isto é, pela tarefa de interpretar a realidade e despertar as consciências para a luta contra o subdesenvolvimento.

SOBRE OS AUTORES

RÔMULO MANZATTO é economista (FEA/USP) e mestre em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (DCP/FFLCH/USP).

romulo.manzatto@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0814-7392>

ALEXANDRE MACCHIONE SAES é professor do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e bolsista Produtividade CNPq-2.

alexandre.saes@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-4274-1993>

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. E. D. *Subdesenvolvimento e dependência: uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso*. Tese (Doutorado em Economia). 205 p. Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- BIANCONI, R. Estagnação latino-americana e estratégia brasileira de desenvolvimento: análises do início do exílio de Celso Furtado. *História Econômica e História de Empresas*, v.19, n. 1, 2016, p. 155-188.
- BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000a.
- BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. V. I. Rio de Janeiro: Record, 2000b.
- BOSI, A. Prefácio. In: FURTADO, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 9-31

31 Estamos nos referindo à epígrafe de *Criatividade e dependência*, em que Furtado ([1978] 2008) cita trecho de *The rock*, de T. S. Eliot: “*The broken standards, the broken lives/ The broken faith on one place or another*”.

- BRESSER-PEREIRA, L. C. O empresário industrial e a revolução Brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 2, n. 8, jul., 1963, p. 22-27.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Origens étnicas e sociais do empresário paulista. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 3, n. 11, 1964, p. 83-103.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. As três interpretações da dependência. *Perspectiva*, São Paulo, v. 38, jul.-dez. 2010, p. 17-48.
- BRITO, L. O. B. de. *Marxismo como crítica da ideologia*: um estudo sobre os pensamentos de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.
- BUGELLI, A. H.; PIRES, J. M. Uma revisão da teoria da estagnação de Celso Furtado e a crise econômica dos anos 1960. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 6, n. 9, 2011, p. 19-41.
- CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Difel, 1964.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1970.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina. In: SORJ, B.; CARDOSO, F. H.; FONT, M. (org.). *Economia e movimentos sociais na América*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. p. 4-20.
- COUTINHO, M. Furtado e seus críticos: da estagnação à retomada do crescimento econômico. *Economia e Sociedade*, v. 28, n. 3, 2019, p. 741-759.
- CUNHA, A. M.; BRITTO, G. When development meets culture: the contribution of Celso Furtado in the 1970s. *Textos para Discussão Cedeplar-UFMG 429*, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.
- D'AGUIAR, R. F. Apresentação. In: D'AGUIAR, Rosa Freire (org). *Essencial Celso Furtado*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013, p. 7-18.
- FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. *Texto para discussão – Ipea*, 2103, Brasília, julho, 2015.
- FURTADO, C. Formação de capital e desenvolvimento econômico. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, set. 1952, p. 7-45.
- FURTADO, C. *A economia brasileira*: contribuição à análise do seu desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ed. A Noite, 1954.
- FURTADO, C. *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.
- FURTADO, C. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Iseb, 1958.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, C. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, C. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Editora Nacional, 1967.
- FURTADO, C. *Um projeto para o Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- FURTADO, C. Dependência externa y teoría económica. *El Trimestre Económico*, v. 38, n. 150 (2), abril-junio 1971, p. 335-349.
- FURTADO, C. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- FURTADO, C. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

- FURTADO, C. *A nova dependência, dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- FURTADO, C. A Revolução de 1930 em perspectiva: Estado, estrutura e poder e processo político. (Debatedor). In: A REVOLUÇÃO de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Vargas. Rio de Janeiro, setembro de 1980. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. (Coleção Temas Brasileiros 54).
- FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. I. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, C. *O longo amanhecer*: reflexões sobre a formação do Brasil. I. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FURTADO, C. (1959). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FURTADO, C. (1978). *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- FURTADO, C. (1959). A Operação Nordeste. In: FURTADO, C. *O Nordeste e a saga da Sudene: 1958-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2009, p. 29-71. (Arquivos Celso Furtado 3).
- FURTADO, C. (1995). Cultura e desenvolvimento. In: FURTADO, C. *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura*. I. ed. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2012. (Arquivos Celso Furtado 5).
- FURTADO, C. *Obra autobiográfica*. Edição definitiva. Coordenação de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- HYMER, S. *The international operations of national firms: a study of direct foreign investments*. Cambridge, MA: MIT Press, 1976
- KAY, C. As contribuições latino-americanas para a teoria crítica do desenvolvimento. *Cad. CRH*, Salvador, 31, dezembro 2018, p. 451-461.
- LOVE, J. Economic ideas and ideologies in Latin America since 1930. In: BETHEL, L. *Ideas and ideologies in 20th century Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- LOVE, J. *A construção do Terceiro Mundo*: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MALLORQUIN, C. *Celso Furtado*: um retrato intelectual. Tradução de Célia Regina Barbosa Ramos. São Paulo: Xamã/Contraponto, 2005.
- MELLO, J. M. *O capitalismo tardio*: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. Campinas. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1975.
- MANTEGA, G. *Economia política brasileira*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- OLIVEIRA, F. A *navegação venturosa*: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- PALMA, G. Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment?. *World Development*, Elsevier, 6, 1978, p. 881-924
- PRADO JR., C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- SAMPAIO JR., P. A. *Entre a nação e barbárie*: os dilemas do capitalismo dependente. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SILVA, I. P. A *teoria da dependência de Celso Furtado*. 118 p. Dissertação (Mestrado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.
- SZMRECSÁNYI, T. Celso Furtado. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001, p. 347-362.
- TAVARES, M. da C.; SERRA, J. (1971). Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente. In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

A história vista pelas lentes das ciências sociais: uma interpretação de *Economia colonial brasileira nos séculos XVI e XVII*, de Celso Furtado

[*History seen through the lens of the social sciences: an interpretation of "Economia colonial brasileira nos séculos XVI e XVII" by Celso Furtado*

Roberto Pereira Silva¹

RESUMO · O artigo propõe uma leitura da tese de doutorado de Celso Furtado, intitulada *Economia colonial brasileira nos séculos XVI e XVII*, defendida na Universidade de Paris em 1948. Embora seja considerado o trabalho mais historiográfico de Celso Furtado, argumentamos que seu contato com a história, nesse momento, foi orientado por questões colocadas pelas ciências sociais. Para tanto, examinamos alguns temas de sua tese indicando como a análise é inspirada por questões originadas da sociologia e da economia. · **PALAVRAS-CHAVE** · Celso Furtado; Escola dos Annales; história econômica

brasileira. · **ABSTRACT** · The article proposes a reading of Celso Furtado's doctoral thesis, entitled *Economia colonial brasileira nos séculos XVI e XVII*, defended at the University of Paris in 1948. Although it is considered the most historiographical work of Celso Furtado, we argue that his contact with history, at that time, was guided by issues arising from the social sciences. To this end, we examine some themes in his thesis, demonstrating how analysis is oriented by questions originating from sociology and economics. · **KEYWORDS** · Celso Furtado; Annales School; economic history of Brazil.

Recebido em 1º de setembro de 2020

Aprovado em 21 de dezembro de 2020

SILVA, Roberto Pereira. A história vista pelas lentes das ciências sociais: uma interpretação de *Economia colonial brasileira nos séculos XVI e XVII*, de Celso Furtado. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 78, p. 206-222, abr. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v11i78p206-222>

1 Universidade Federal de Alfenas (Unifal, Varginha, MG, Brasil).

Uma das grandes contribuições de Celso Furtado ao campo da economia foi, sem dúvida, a incorporação da perspectiva histórica para explicar o fenômeno do subdesenvolvimento e captar as formas de interação das sociedades humanas com o sistema capitalista. Essa importância primordial da história, evidente em seus escritos, caminha lado a lado com sua análise econômica, social e cultural, reforçando a historicidade dos fenômenos examinados. A história está no centro da originalidade furtadiana: é a espinha dorsal de sua teoria do desenvolvimento econômico, o lastro de suas reflexões sobre as possibilidades de autonomia dos estados nacionais, a força latente capaz de fazer frente aos impasses da globalização e uma fonte vital na luta pela construção da nação.

Pensamento extremamente rico e profundo, que guarda também certos mistérios. Se ele realiza agudas análises a respeito do desenvolvimento econômico, se percebe os diferentes contextos e condições nos quais a industrialização pode romper estruturas subdesenvolvidas, se identifica a força dos traços culturais no perfil de consumo das sociedades e o papel da criatividade como energia libertadora, suas reflexões raramente dirigem-se para questões metodológicas que revelem os bastidores conceituais de suas interpretações. No caso da história, especificamente, ela está em toda parte, mas recolhe-se e desaparece tão logo tentamos delimitar o local específico que ocupa na paisagem dinâmica de seu pensamento.

Seria somente na década de 1970 que Celso Furtado começaria a nos fornecer pistas a respeito da constituição e formação de seu pensamento. Elas fazem parte de seus textos estritamente autobiográficos, escritos a partir de 1973, com *Aventuras de um economista brasileiro* e, depois, em *A fantasia organizada* de 1985, ou de outras retrospectivas de sua trajetória, como as que aparecem em *O capitalismo global*, de 1999, e *Em busca de novo modelo*, de 2002.

Mas o momento decisivo nesse desvelamento da importância da história em sua obra ocorreu em 2001, com a publicação de sua tese de doutorado, *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*, defendida em 1948 na Faculdade de Direito da Universidade de Paris². Esse trabalho permitiu pela primeira vez uma avaliação mais segura de seus conhecimentos históricos sob diversos ângulos: as referências

2 Para um panorama da recepção dessa publicação entre os intérpretes de Celso Furtado, ver: Saes, 2020.

bibliográficas que seriam omitidas em *Formação econômica do Brasil* (SZMERACSÁNY, 1999), o diálogo com o pensamento social brasileiro (RICUPERO, 2005) e com a historiografia brasileira e europeia (VIEIRA, 2007; PAULA, 2015), o uso de procedimentos metodológicos próprios do historiador, como o método comparativo (SILVA, 2011) e as aproximações com a Escola dos *Annales* (SILVA, 2011; BOIANOVSKY, 2015).

Mais recentemente, publicações levadas a cabo por Rosa Freire d’Aguiar à frente do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, vieram complementar e ampliar o material disponível aos intérpretes para examinar o papel da história no pensamento de Furtado. A publicação, em 2014, de *Anos de formação – 1938-1948*, sexto volume da coleção Arquivos Celso Furtado, traz à luz textos anteriores a seu ingresso na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), entre artigos na imprensa, inéditos e uma pequena seleção de cartas do autor. Mais recentemente, *Diários intermitentes* (2019) tornou acessíveis seus diários pessoais, nos aproximando ainda mais de sua relação com a história, que remonta aos 18 anos, quando registrou, no dia 20 de agosto de 1938, a ideia de “escrever uma História da Civilização Brasileira” (FURTADO, 2019, p. 48).

Esse conjunto de trabalhos abriu caminho à compreensão de um período de intenso convívio com a história, durante os anos passados na França, entre 1946 e 1948, enquanto escrevia seu trabalho de doutoramento. Nesse momento, Paris era o epicentro de uma imensa renovação nos estudos históricos, sintomaticamente chamada por Peter Burke (1997) de “a Revolução Francesa da historiografia”. Vivendo nesse ambiente revolucionário, escrevendo uma tese sobre a economia brasileira nos séculos XVI e XVII na Universidade de Paris, contando com a “belíssima coleção de livros sobre o Brasil” (FURTADO, 1997a, p. 113) da biblioteca do Museu do Homem, Celso Furtado teria entrado em sintonia com o “estado da arte do melhor da historiografia europeia”, considerando-se os “autores e fontes que utilizou, pelo enquadramento dos problemas teóricos e historiográficos que fez” (PAULA, 2015, p. 158). Esse contato não se restringiu à produção europeia, mas também foi ocasião para adquirir “amplo conhecimento das fontes e historiografias do Brasil e de Portugal” (PAULA, 2015, p. 151). Exposto ao modo revolucionário de fazer história na França, ele teria tido um forte contato com a disciplina, cuja marca se faria sentir não somente no texto apresentado em 1948, mas em sua produção posterior.

A HISTÓRIA SOB AS LENTES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Hoje nos parece inegável a importância desse período francês na obra de Celso Furtado. Contudo, não se deve exagerar o impacto dessa estadia pois nosso autor chega à cidade-luz com uma formação já avançada em ciências sociais e uma consciência clara da função e do papel do intelectual na sociedade³. Seu contato com a história não foi o mesmo que esperaríamos de alguém que se profissionalizava no ofício de historiador. Ao contrário, sua aproximação tinha como ponto de fuga as ciências

3 Cabe destacar, sob esse aspecto, a importância da leitura de Karl Mannheim, que Celso Furtado (1997a) considera fundamental em sua trajetória. Ver: Vieira, 2007; Bianconi, 2014.

sociais, estas sim, seu principal foco de interesse nessa época. É isso que podemos ler na carta que escreveu a seu pai, Maurício Furtado, em 23 de março de 1947:

[...] quase todo o trabalho de pesquisa é feito dentro do método histórico e fundado numa imensa erudição. Falta, entretanto, o ar novo da pesquisa sociológica. Nas ciências sociais, que é o terreno a que me refiro, navega-se mais pelas águas do passado que pelas do presente. O que me está interessando, presentemente, é a pesquisa histórica, coisa que no Brasil quase não se faz. (FURTADO, 2014, p. 315).

Em outra missiva, agora a Jacques Billard, no mês seguinte, lemos:

[...] o gosto pela pesquisa histórica é indubitavelmente o traço característico do estudo. E neste ponto eu gostaria de fazer uma observação: há uma tendência marcada para a cultura livresca, afastada dos problemas da realidade. Trata-se, em parte, de uma questão de método: abusa-se do método histórico. Tenho a impressão de que uma verdadeira revolução será feita aqui quando criarem na universidade uma faculdade de sociologia. (FURTADO, 2014, p. 376).

Nesses dois testemunhos, percebemos que o estudo da história, em si mesmo, não lhe interessava, sendo imprescindível o contato com as ciências sociais, sob o risco do conhecimento se tornar “livresco”. Além disso, a reflexão sobre o passado deveria ter olhos no presente, nos “problemas da realidade”. Em 1947, portanto, ao iniciar seu doutoramento, Celso Furtado sonha com o impacto das ciências sociais sobre a história. Mas a qual ciência social em particular estaria se referindo? Meses depois, em 30 de setembro, início do ano letivo na Europa, anota em seu diário: “estou pensando em dedicar este ano estritamente aos estudos de economia: farei o curso superior na universidade e tentarei uma defesa de tese de doutorado” (FURTADO, 2019, p. 108-109). A dedicação à economia, sabemos hoje, será duradoura em sua obra⁴.

A percepção de Celso Furtado nos incita a refletir sobre o contexto historiográfico do momento. Desenrolava-se a renovação da história pelo contato com as ciências sociais, projeto central da Escola dos *Annales*. Segundo Peter Burke (1997, p. 11-12), essa renovação passaria pela “substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema”, pelo abandono da história política e, em terceiro lugar, pela “colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social e tantas outras”. A essas características, François Dosse (2003, p. 100) acrescenta que “a interrogação do passado a partir do presente tem para os *Annales* valor heurístico”. Já Fernando Novais e Rogério Silva (2013, p. 9) definem a Escola dos *Annales*, precisamente pelo diálogo com as ciências

4 Tamás Szmrecsányi (1999, p. 209) notou muito bem a comunhão desses dois interesses nesse período parisiense ao indicar que a tese de doutorado é um trabalho “desenvolvido no contexto mais genérico de uma ciência social voltada tanto para a história quanto para a economia”. Outros autores (COUTINHO, 2008; ALCOUFFE, 2009) também apontam os anos de estudos parisienses como o momento de aprofundamento na teoria econômica.

sociais, sendo esse diálogo o marco divisório na história da historiografia, entre a história tradicional e a história moderna, inaugurada pela escola francesa.

Dessa forma, ecoando uma insatisfação partilhada pelos fundadores daquela revista, mas sem dar indícios de que tinha consciência da revolução em curso, o trabalho de doutoramento de Celso Furtado traria as marcas particulares de alguém que adentra nos labirintos da história tendo as ciências sociais como guia.

Como formularia muito mais tarde em seu livro *Em busca de novo modelo*:

[...] ao introduzir a dimensão histórica, fui levado também a colocar uma questão metodológica: que contribuição podiam dar as ciências sociais, em particular a economia, ao estudo da história? Pergunta similar vinha sendo feita pelos historiadores europeus da *École des Annales*. Eles buscavam ajuda nas ciências sociais, e nós, partindo destas, buscávamos a resposta na história. (FURTADO, 2002, p. 73)⁵.

O interesse pelas ciências sociais, auxiliadas pela história, foi em direção contrária à da escola francesa, o que nos leva ao problema desse artigo. Como nosso autor, partindo de questões específicas do campo das ciências sociais, interrogou a história em sua tese de doutorado? Como podemos captar, nesse trabalho de 1948, uma problemática típica das ciências sociais que “busca resposta na história”?

Como já apontamos, parte da solução decorre de Celso Furtado já possuir uma bagagem intelectual suficientemente ampla para direcionar e hierarquizar seus interesses de pesquisa. As leituras no campo das ciências sociais remontam à sua graduação em direito no Rio de Janeiro e, talvez, mesmo antes disso. Desde os inícios da década de 1940 ele produzia artigos sobre teoria da organização, administração pública, modelos de planejamento, estudos no campo da ciência política e textos sobre conjuntura econômica internacional⁶. A isso, deve-se acrescentar o desejo de compreender o presente, *leitmotiv* retomado com diversas variações em sua obra e perceptível em *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*.

Quanto a esse interesse pelo presente, destaquemos que sua ideia original nunca foi escrever uma tese de doutorado como parte de um ritual acadêmico que o conduziria à docência, mas sim viajar pela Europa e assistir à reconstrução econômica e social por que passava o continente. Após ver malogradas algumas alternativas de viabilizar a estadia na Europa, percebeu que “a alternativa era fixar-me em Paris, obter uma

5 Estabelecer as formas de diálogo possíveis entre a história e as ciências sociais ou a distinção entre uma problemática originada de um ou outro domínio disciplinar não são problemas simples. Segundo Novais e Silva (2011) a história se vale das ciências sociais quando preserva suas características principais: estabelecimento de uma narrativa dos acontecimentos, compreensão da totalidade do acontecer humano e criação de uma memória social. Para William Sewell Jr. (2017), por sua vez, o domínio exclusivo do historiador é a reflexão sobre a temporalidade, enquanto os cientistas sociais buscam resultados normativos. Um diálogo entre elas seria pela inserção da temporalidade nos campos do saber sociais e por maior discussão teórica e conceitual no trabalho dos historiadores.

6 Ver o volume que reúne o conjunto dessa produção (FURTADO, 2014). Para uma análise desses escritos, ver: Silva, 2011. Renata Bianconi (2014) apresenta a melhor reconstituição das fontes e leituras de Celso Furtado no período anterior à Cepal.

matrícula universitária que justificasse minha permanência e, a partir daí, viajar pelo continente convulsionado onde já eram visíveis as primeiras emanações da Guerra Fria” (FURTADO, 1997b, p. 98)⁷.

A matrícula na Universidade de Paris, portanto, não foi o objetivo principal, mas o meio pelo qual realizaria o desiderato de vivenciar um continente em reconstrução. Essa problemática maior foi um norte e um filtro para a assimilação dos conhecimentos históricos, que jamais se cristalizaram em seus escritos como erudição histórica⁸, mas se constituíram em elementos capazes de dar substância e permitir a problematização de questões nascidas nas ciências sociais, sobretudo a economia e a sociologia.

Ora, como vimos, Celso Furtado espanta-se com a forte presença do método e da erudição histórica que caracteriza o ambiente intelectual parisiense. Ele contrapõe a isso “o ar novo da pesquisa sociológica”, antídoto que permitiria concatenar a atividade de pesquisa com os problemas do presente. Preocupações que estão expressas no próprio subtítulo de sua tese: “elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais”. Por isso, *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII* é fundamental para compreender como a história o auxiliou na compreensão de “problemas econômicos e sociais”. Assim, propomos examinar dois momentos desse trabalho, as partes I e III, onde as questões por nós levantadas aparecem de maneira cristalina.

Da primeira parte destacaremos a formação do Estado português e seu papel nas grandes navegações como um exemplo da problemática da relação entre classes sociais, interesses econômicos e poder político. Da última parte do texto de doutoramento, por sua vez, iremos reter a análise sobre os “atavismos coloniais” que atravessaram séculos e colocam problemas no presente. Esses dois elementos, nos parece, permitirão apreender como Celso Furtado aproximou-se da história sob as lentes das ciências sociais.

7 Celso Furtado prossegue: “A verdade é que, na época, em nada me atraíam os títulos, particularmente os universitários. Não via sentido em perder tempo estudando para preparar exames, desviando a atenção do mar de coisas importantes que estavam ocorrendo no mundo real diante de meus olhos” (FURTADO, 1997b, p. 101-102).

8 Podemos considerar erudição histórica, na acepção corrente no século XIX, como o domínio das fontes – aliás, mecanismo imprescindível para a escrita da história – e a discussão de problemas, o estabelecimento de um dado ou de uma informação controversa a partir do manejo da documentação. Nessa segunda acepção, apareceria como uma interrupção na narrativa, de tal maneira que “algumas narrativas poderiam ser eruditas em função de seu lastro documental e da maneira como combinavam narrativa com momentos de resolução de dúvidas” (SANTOS, 2014, p. 83).

AS CLASSES SOCIAIS NA FORMAÇÃO DO ESTADO PORTUGUÊS

Logo no início de sua tese, o autor explica sua hipótese de trabalho: “a burguesia comercial marítima portuguesa, precocemente desenvolvida, foi a força propulsora do movimento das descobertas” (FURTADO, 2001, p. 14). Essa premissa teria origem na obra do intelectual português António Sérgio, desenvolvida posteriormente por Jaime Cortesão. Contudo, Furtado (2001, p. 14-15) destaca que, “abandonando o método estritamente histórico – que é o dos autores citados – encaramos os mesmos problemas de um ponto de vista sociológico. [...] procuramos reconstituir a marcha geral dos acontecimentos e captar-lhes o sentido”⁹.

O abandono do método histórico e a opção por uma abordagem sociológica nos colocam diante, não de uma narrativa de acontecimentos, mas sim da delimitação de um movimento de conjunto.

De fato, António Sérgio chegou à sua “hipótese” de trabalho através da interpretação da *Crônica da tomada de Ceuta por el Rei D. João I*, escrita por Gomes Eanes de Zurara em 1453. Para o ensaísta português, três fatores embasam sua proposição: a sugestão da tomada do território africano teria partido do “financista e vedor da fazenda do rei”, João Afonso, que se contrapõe à ideia do soberano de organizar um torneio para armar seus filhos como cavaleiros; João Afonso, por sua vez, seria um representante “da burguesia do comércio marítimo, com caráter cosmopolita”; em terceiro lugar, a origem dos recursos para a empresa provinha dos comerciantes burgueses (SÉRGIO, 1980, p. 266-269)¹⁰.

Conforme anunciada, a interpretação de Celso Furtado se descola da narrativa dos eventos para buscar os fundamentos sociais do processo. Para tanto, caberá um papel fundamental à definição de feudalismo proposta por Henri Pirenne, que conformará a interpretação furtadiana da peculiaridade da burguesia e do Estado português. Celso Furtado, em outro momento, mencionou o impacto causado pela obra do historiador belga, que propõe uma história atravessada pela sociologia e pela economia¹¹. Ao relembrar as leituras de seus anos de graduação em direito, nos diz que:

[...] ampliei minhas leituras no campo da sociologia, principalmente da sociologia alemã: Max Weber, Tönnies, Hans Freyer, Simmel. Também nessa época tomei contato com Henri Pirenne, que será de importância definitiva para mim. São os trabalhos desse autor sobre a história medieval europeia, bem como os de Sombart, Sée e

9 Segundo Furtado (2001, p. 15 “A. Sérgio induziu sua ‘hipótese’ da análise de um trecho do cronista Zurara”.

10 Em outros textos (1971, 1980) António Sérgio defenderia sua tese de críticos como David Lopes e mesmo Jaime Cortesão, nos quais reforçaria os dois últimos pontos de sua hipótese. Em seu ensaio “Sobre a revolução de 1383-1385”, por sua vez, acentua ainda mais a proximidade da burguesia com a nova casa reinante, pois considera que “cabe o nome de burguesa a uma revolução qualquer quando é o burguês como burguês quem dirige a luta, quem dela se aproveita; quando o burguês é, não soldado, mas meneur e político” (SÉRGIO, 1971, p. 135). Para uma discussão sobre essa interpretação. Ver: Silva, 2011, p. 114-118.

11 Segundo Thoen e Vanhoute (2011), Henri Pirenne, influenciado pela Escola Histórica Alemã, incorporou conceitos oriundos da economia, da sociologia e da psicologia em sua obra. Além disso, ele seria o grande responsável por espalhar a concepção de uma história econômica fora dos países germanófilos da Europa.

outros sobre as origens do capitalismo, e, afinal, os de António Sérgio sobre a história portuguesa, que me permitirão ver a importância dos estudos de economia para melhor compreender a História. (FURTADO, 1997a, p. 19-20).

Ora, é importante destacar que, embora historiador, Henri Pirenne deu grande atenção aos fenômenos econômicos, e essa proximidade entre história e ciências sociais, aliás, é o que explica que Marc Bloch e Lucien Febvre, nas duas ocasiões em que trabalharam para criar a revista dos *Annales*, o tenham convidado para dirigir o periódico (BURKE, 1997, p. 32-33)¹². Dele, Celso Furtado irá reter, nessa primeira parte da tese, a definição de feudalismo, que se mostrará fundamental para captar a dinâmica social do reino português antes dos descobrimentos.

Para Pirenne, o feudalismo é resultado da interrupção do comércio no Mediterrâneo, o que forçou a sociedade europeia a se reorganizar em novas bases: economia agrária autossuficiente em unidades de produção fechadas – os feudos –, involução da escravidão para a servidão como resultado de uma economia baseada na terra, diminuição até quase o desaparecimento das trocas mercantis e substituição por trocas *in natura*. Em consequência, as cidades, centros de comércio na Antiguidade, perdem sua função mercantil, tornando-se locais de administração civil ou religiosa. O mesmo acontece com a burguesia comercial, que perde importância ou é jogada às margens dessa sociedade para dar lugar a uma aristocracia ligada à terra, dependente do trabalho servil para sua própria reprodução social (PIRENNE, 1936, p. 58-68)¹³.

Esse processo mudaria completamente a face da Europa, marcando uma ruptura muito mais radical com o mundo antigo do que as invasões bárbaras. No entanto, segundo Furtado, seu impacto foi muito restrito em Portugal, onde a presença moura, o intercâmbio social e as trocas econômicas, sobretudo com a costa africana, jamais cessaram durante o medievo lusitano, o que impediu “a formação de um sistema econômico fechado, autárquico, que teria que ser o fundamento mesmo da ordem feudal” (FURTADO, 2001, p. 21). Além disso, a burguesia nascente se formou em oposição ao caráter agrário de Castela. Assim, enquanto a nobreza agrária tinha sua origem na apropriação de territórios conquistados aos mouros, a burguesia originava-se dos portos e se fortaleceu tão logo foi possível retomar ou ampliar o comércio marítimo com Flandres e Inglaterra, ao norte e com os portos do Levante a partir dos séculos XII e XIII. Se, para Pirenne, a contradição entre campo e cidade se instala na Europa medieval nos séculos XIII e XIV, na sociedade portuguesa essa oposição jamais se apresentou com a mesma radicalidade. No interior do continente, onde os fundamentos sociais e econômicos do feudalismo vigoraram por mais de três séculos, o sistema resistiu às mudanças, enquanto em Portugal a burguesia não encontrou uma forte aristocracia: “a monarquia lusitana [...] se afirmou através de uma vitória da cidade sobre o campo – a burguesia sobre uma fraca aristocracia feudal” (FURTADO, 2001, p. 21). Em outras palavras, a peculiaridade portuguesa reside em que, ao contrário do resto do continente, as instituições feudais jamais

12 O papel de Pirenne como um dos pioneiros da história econômica é assinalado por outros autores, tais como François Dosse (2003) e Pierre Racine (1997).

13 Para uma síntese das teses de Pirenne, ver: Verhulst, 1989.

se cristalizaram, e mesmo os latifundiários não possuíam raízes na sociedade, pois sua riqueza e seus territórios vinham da Reconquista e eram, portanto, recentes. Em consequência, as instituições feudais não estavam sedimentadas o suficiente para refrear a expansão do comércio e da burguesia urbana.

Observando o movimento da análise, vemos que Celso Furtado retoma as origens sociais de Portugal e seu processo de independência frente a Castela não a partir de batalhas e intrigas palacianas e tampouco recorrendo a uma narrativa de eventos, mas sim observando a composição social da nação. Ao identificar latifundiários e burgueses, encontra nessas duas classes um traço de origem moura que as unificaria, e uma ausência de valores feudais que também diminuiria os conflitos entre elas, se comparadas à forte oposição entre cidade e campo que marca o fim do feudalismo e o surgimento do capitalismo no resto da Europa.

Outra característica marcante da trajetória portuguesa foi “a identificação da cidade, da população marítima, com o espírito de independência nacional” (FURTADO, 2001, p. 27). As classes ligadas ao comércio se uniram para impedir uma reunificação com Castela, e desse confronto surgiu a Revolução de Avis. Para Furtado, o Estado português nasce burguês, com a ascensão dessa classe à sua direção. Ela não possuía ligações com o passado feudal, e sua liderança foi facilitada pela ausência de instituições feudais. Enquanto França e Inglaterra atravessaram um processo secular de assimilação da burguesia pela nobreza através de casamentos, a sociedade portuguesa se caracterizou pela ausência de laços de sangue, mobilidade social – como exemplificado pela participação dos judeus nos empreendimentos comerciais nos primeiros séculos – e a preponderância da riqueza móvel sobre os bens fundiários. Esses elementos aproximavam o reino português das cidades italianas, onde também se “implantarão a supremacia definitiva da classe burguesa, isto é, dos núcleos urbanos” (FURTADO, 2001, p. 27).

Dessa forma, a precoce ascensão política da burguesia e sua capacidade de incorporar os interesses das classes agrárias em seu projeto de expansão estão na origem e são a causa da expansão marítima. Para ele, o infante d. Henrique representava “a fusão definitiva das duas classes no espírito de expansão e conquista do Estado português” (FURTADO, 2001, p. 30). Em outras palavras, “as expansões marítimas portuguesas, bem como a colonização que delas resultou, são fenômenos diretamente ligados à ascensão da classe comercial no pequeno reino ibérico, ascensão ocorrida precocemente por motivos sociais e econômicos mencionados” (FURTADO, 2001, p. 31).

Com isso, Celso Furtado acompanhou a formação da nacionalidade portuguesa e a expansão marítima sob a ótica das classes sociais que a compõem e das tensões e modificações entre elas. Abandonando a história factual, o recurso à análise social tem em sua base a definição de feudalismo de Henri Pirenne¹⁴. Ao optar por essa

14 Embora a análise centrada nas classes sociais portuguesas seja fundamental para Celso Furtado, ele não explicita qual conceito de classe está utilizando. No entanto, nos parece ser possível aplicar para o caso a mesma observação que Thoen e Vanhaute (2011, p. 344 – tradução nossa) fizeram sobre o historiador belga: “Para Pirenne e muitos outros historiadores e economistas que eram seus contemporâneos, este [o termo classe] era um termo geral para designar um grupo social”.

abordagem das navegações, percebemos um distanciamento da erudição histórica e a aproximação de interpretações que mobilizam as ciências sociais. A concepção feudalismo é fundamental para a caracterização da dinâmica social e econômica que dará origem tanto ao Estado português, quanto às expedições comerciais. A observação dessa dinâmica social e econômica, por sua vez, dispensa Celso Furtado do exame da cronologia das batalhas e das intrigas palacianas, pois o processo histórico tem como motor a dinâmica da sociedade e os interesses econômicos. É assim que podemos entender o abandono do “método estritamente histórico” e a opção por uma abordagem dos problemas centrada em “um ponto de vista sociológico” (FURTADO, 2001, p. 14-15). É a formação e a dinâmica das classes sociais que impulsionam e dão a direção e o sentido das transformações analisadas: tanto a Revolução de Avis quanto a expansão marítima resultam de processos políticos, sociais e econômicos amplos, e não de figuras individualizadas. A compreensão do fenômeno é feita pelo “movimento de conjunto”. Essa interpretação, vale dizer, causou impacto em seu diretor de tese, o economista Maurice Byé. Em um dos poucos comentários que registou em seu diário a respeito da seção de defesa, anota: “o Byé disse-me que minha tese tinha concorrido para que ele mudasse seu ponto de vista relativamente ao estado de desenvolvimento histórico de Portugal à época da Reconquista, e por aí adiante” (FURTADO, 2019, p. 117).

A HERANÇA COLONIAL E A PERMANÊNCIA DAS ELITES ECONÔMICAS NO PODER

Na terceira parte de sua tese de doutorado, intitulada “Atavismos coloniais do Brasil atual”, também é possível captar como a problemática das ciências sociais organiza e interroga o conhecimento histórico. Na introdução de seu trabalho, Celso Furtado (2001, p. 20) anuncia: “na última parte da presente tese fazemos uma tentativa de aplicação da teoria de Henri Pirenne de correlação dos períodos da história social do capitalismo com a formação de novas elites dirigentes”.

Aqui podemos encontrar o que João Antônio de Paula classificou, em referência aos *Annales*, como uma típica história-problema que, ademais, restará como uma interrogação permanente na obra de Celso Furtado¹⁵. Mais ainda, a compreensão do presente como ponto de chegada de qualquer investigação – algo apontado como ausente no método histórico que encontrou na década de 1940 na França – aparece com nitidez nesse momento do texto, que se refere, não mais aos séculos XVI e XVII, mas ao Brasil “atual”, em uma visada de longa duração¹⁶. Dessa forma, Furtado estabelece uma interface entre o passado e o presente que rompe as balizas

15 Para o historiador mineiro, “Celso Furtado organizou sua obra, o fundamental de seu trabalho como economista, historiador e homem público, a partir de um problema, que está posto desde sua tese de doutorado e que ali aparece como a permanência dos ‘atavismos coloniais’ do Brasil” (PAULA, 2015, p. 157).

16 Essa análise da longa duração, na qual Celso Furtado percebe as consequências, no presente, de processos sociais e econômicos surgidos no início da colonização, é apontada por Mauro Boianovsky (2015, p. 14-18) como um ponto em comum entre nosso autor e a Escola dos *Annales*.

cronológicas e efetua aquilo que acreditava ser fundamental na produção do conhecimento: a preocupação com os problemas de seu tempo¹⁷.

Por sua vez, a referência a Henri Pirenne nos aproxima novamente da percepção de Celso Furtado a respeito do uso das ciências sociais como uma ferramenta indispensável ao historiador, tal como explicitada pelo autor de “As etapas sociais do capitalismo” (PIRENNE, 1914). Importante, nesse sentido, é verificar a aplicação da tese de Pirenne para compreender as elites dirigentes no Brasil. Para ele,

[...] não é do grupo de capitalistas de uma época dada que sai o grupo de capitalistas da época seguinte. A cada transformação do movimento econômico se produz uma solução de continuidade. Os capitalistas que até então desenvolveram suas atividades se reconhecem, digamos, incapazes de se adaptarem às condições que exigem habilidades até então desconhecidas e que requerem métodos ainda não utilizados. Eles se retiram da luta para se transformarem em uma aristocracia cujos membros, se ainda intervêm no manejo dos negócios, só o fazem de forma passiva, na qualidade de sócios comanditários. (PIRENNE, 1914, p. 4 – tradução nossa).

Segundo Pirenne (1914), cada grupo de capitalistas, formado a partir de um conjunto de atividades comerciais dentro de limites estabelecidos pela conjuntura econômica, política e social na qual se encontram, retira-se das atividades comerciais ao atingir determinado nível de recursos, ou quando seus negócios começam a sofrer restrições econômicas ou concorrência de novos grupos. Esses capitalistas então extraem seus recursos do circuito comercial e os canalizam para investimentos em terra ou propriedades urbanas, fazendo, ao mesmo tempo, movimentos para se integrarem à nobreza. Por sua vez, uma nova classe de capitalistas entra em cena, contornando a concorrência e as regulamentações anteriores, ampliando o escopo dos negócios, até que, por fim, também se retira para dar lugar a outros capitalistas. Assim, cada etapa é caracterizada por forte dinamismo nas fases iniciais e, em seguida, pelo conservadorismo. Esse movimento seria uma característica constante desde os comerciantes varejistas das cidades medievais até os empreendedores da Revolução Industrial no século XVIII. Ele expressaria, também, a própria resistência das estruturas e dos valores sociais do feudalismo europeu. Durante todo esse período, a aristocracia feudal, firmemente constituída, seria um campo de atração, absorvendo esses homens cuja fortuna criada no comércio de longa distância não se enquadrava na divisão social tripartite típica do feudalismo¹⁸.

Essa interpretação, que trata da dicotomia entre vanguarda e conservadorismo, é o instrumento com o qual Celso Furtado interroga a história econômica brasileira. Observando o que chamou de “persistência da monocultura”, estabelece paralelos entre a evolução da colônia e da Europa, no que se refere às relações entre classes sociais e poder econômico. No Brasil, cada ciclo econômico em crise provoca

17 Para uma análise da obra de Celso Furtado centrada na transtemporalidade, argumentando que sua interpretação da economia brasileira exigiu a inter-relação entre presente, passado e futuro, ver: Silva, 2015. Sobre o conceito de transtemporalidade, ver: Arruda, 2014.

18 Para um balanço da influência da tese de Pirenne, ver: Thoen e Vanhaute (2011, p. 335-345).

a desorganização produtiva de sua respectiva região, muito embora as classes senhoriais consigam manter seu poder social e político. Em suas palavras, “ocorre aqui fenômeno semelhante ao que observou Pirenne na história social do capitalismo na Europa” (FURTADO, 2001, p. 146).

Contudo, essa permanência assume uma dimensão muito mais grave no caso brasileiro. Com efeito, a monocultura continuou sendo a principal forma de atividade econômica no país. Essa estrutura produtiva e as classes senhoriais que dela se nutriam sobreviveram até mesmo à independência política. O café reiterou esses elementos, pois, a despeito do assalariamento que provocou, “a célula da vida política do país continua a ser o grande domínio monocultural” (FURTADO, 2001, p. 147).

Essa interpretação é ampliada com o exame da cultura canavieira nordestina. Celso Furtado discute a modernização dessa produção no século XX, com o surgimento das usinas e o conflito travado com os tradicionais senhores de engenho da região. A solução encontrada, dada a “resistência das tradições seculares” (FURTADO, 2001, p. 149) da monocultura, foi um arranjo que centralizava o processamento do açúcar nas usinas, mas estas eram impedidas de possuir terras, estando obrigadas a moer a cana dos antigos engenhos, cujas técnicas de plantio e colheita eram arcaicas. Com isso, surge uma discrepância entre a capacidade de produção e processamento das unidades industriais frente ao arcaísmo das formas de plantio e de colheita herdadas da economia colonial. Nesse conflito, Furtado identifica um gargalo no processamento industrial do açúcar, dado pela permanência do controle da terra pelos antigos engenhos. A elite agrária criou um mecanismo extraeconômico de defesa, o que lhe permite compará-la ao “fenômeno social que se passou na Europa com a eclosão da burguesia. A aristocracia dominante, de origem feudal, possuía elementos de defesa contra os quais as armas de ataque da burguesia nem sempre eram eficazes” (FURTADO, 2001, p. 150).

Dito de outra forma, Celso Furtado detecta a forte resiliência dos senhores de engenho, que conservam o poder social e econômico. A despeito de inovações tecnológicas e da nova inserção do Brasil no mercado internacional no século XX, eles foram capazes de lutar contra o capital internacional que financiava essa modernização produtiva (FURTADO, 2001, p. 150-151). Assim, se na Europa a resistência aristocrática, segundo Pirenne, não bloqueava o avanço do capitalismo e a entrada de novos capitalistas, no Brasil, ao contrário, a persistência dessa elite impedia a modernização das atividades econômicas.

O mesmo ocorria com a agricultura em geral. Celso Furtado encontrou no século XX a mesma divisão – já observada por Caio Prado Júnior na Colônia – entre grande lavoura e agricultura de subsistência. A resolução desse atavismo não poderia ser feita de maneira uniforme, pois colocava problemas diferentes. Para a monocultura, a única solução é a racionalização dos processos produtivos, pois não é mais possível seu crescimento em extensão, dada a queda de demanda no mercado internacional em razão de “crises e guerras sucessivas” (FURTADO, 2011, p. 162). Já a agricultura de subsistência deverá expandir-se pela multiplicação de pequenas unidades, contornando as dificuldades de acessar recursos dos grandes produtores e dos centros financeiros internacionais. Para tanto, o caminho principal para essa

expansão é “a entrega da terra a quem nela trabalha, que assim se verá livre do peso que presentemente representa o grande latifúndio rentista” (FURTADO, 2011, p. 162).

Aqui, portanto, vemos Celso Furtado saindo do diagnóstico dos problemas do presente e avançando para uma efetiva proposta de intervenção na realidade, através de uma política distributiva de terras. Nesse momento, cristaliza-se na análise o *continuum* passado e presente, e a ele soma-se um projeto de transformação, de ruptura: uma proposta de futuro.

A continuidade da monocultura, de suas técnicas de produção e de suas elites econômicas provocará, ainda, outro problema, ao impedir o surgimento de uma consciência e participação democráticas. O domínio colonial brasileiro apresentou uma “extrema polarização social” entre senhores e escravos. Ao contrário dos Estados Unidos, onde esse domínio desapareceu, predominando um tipo de sociedade cuja origem encontra-se nas antigas colônias de povoamento do Nordeste estadunidense, no Brasil, a sobrevivência da monocultura perpetuou o patriarcalismo, consolidando uma sociedade baseada em senhores e escravos e excluindo todos aqueles que não se enquadrassem nessa mescla de exploração econômica e social que caracterizava a grande propriedade monocultora¹⁹.

Essa preponderância continuou após a República, com o regime municipal. Este “será uma expressão puramente exterior. Por trás estará o senhor todo-poderoso do domínio, de quem todos dependem e a quem todos obedecem”. Assim, o município brasileiro jamais dará origem à “formação de uma mentalidade política e de uma consciência de coletividade” (FURTADO, 2001, p. 168-169).

Persistência da monocultura, atraso técnico, controle social e político nas mãos dos senhores de terra, baixa produtividade agrícola, ausência de mentalidade democrática, tais são os atavismos coloniais do Brasil atual de Celso Furtado. Todos decorrem dessa forma de produção típica da colônia. Dela derivam o atraso técnico e a perpetuação de elites com poder político, social e econômico, tal como os senhores de engenho nordestinos, que resistiram às fortíssimas crises sofridas pelo açúcar desde a segunda metade do século XVII. Ainda que o redirecionamento da produção açucareira para o mercado interno tenha dado um pequeno fôlego a esse sistema econômico, a preservação social, política e econômica de sua classe dirigente mostra o poder de resiliência da estrutura social criada no Brasil. Essa força, por sua vez, cristalizou-se no monopólio do poder político, que impede o surgimento de uma “mentalidade democrática”.

Nessa percepção da descontinuidade dos ciclos econômicos e da continuidade das formas de poder social das elites senhoriais está o grande problema do Brasil moderno. Para ele,

19 Importante destacar que, nesse momento, Celso Furtado retoma seu ensaio de 1946, escrito ainda no Brasil, intitulado “Trajetória da democracia na América” (FURTADO, 2014, p. 219-241). O argumento geral desse trabalho é que a crescente penetração de técnicas de administração e de gerenciamento do Estado feito a partir de critérios técnicos e militares pode colocar em risco a existência da democracia nos Estados Unidos. Esse processo viria em contraposição à formação da cultura democrática cuja raiz está na participação comunitária nas decisões políticas, cuja célula política seria o município em seu modelo surgido nas colônias do Nordeste norte-americano. Ver, sobre isso: Silva, 2011, p. 77-82.

[...] a eliminação desse ativismo colonial – a monocultura – se apresenta ainda hoje como um problema fundamental para o Brasil. Transplantar para dentro do país o eixo de sua vida econômica, superar o regime de colônia agrícola estritamente exportadora de alimentos exóticos: eis o problema brasileiro. (FURTADO, 2001, p. 147).

Retomando as considerações de Henri Pirenne, temos que esse imobilismo é a contrapartida social do problema econômico:

[...] os interesses criados em torno de uma determinada forma de produção consolidam posições e hierarquizam valores. Desaparecida aquela forma de produção, os valores sociais cristalizados a seu redor apresentam menor fluidez que sua base material. Daqui a persistência através dos séculos de todo um grupamento social ligado a certos valores, vivendo de glórias passadas e em completa estagnação. (FURTADO, 2001, p. 148).

A comparação entre as etapas de um sistema econômico e a correlação de sua composição social, tal como colocada pelo historiador belga, abrem para Celso Furtado uma interpretação original sobre o passado brasileiro. De um lado, temos a permanência social de uma classe econômica desligada das principais correntes do comércio internacional “vivendo de glórias passadas”. Por outro lado, e aqui reside a inovação trazida por Celso Furtado, o principal problema econômico e social brasileiro não reside, necessariamente, na crise de uma atividade monocultura, mas, sim, na passagem de um ciclo econômico a outro. Embora tenha analisado, ao longo de sua tese, a produção açucareira, o problema que se coloca para o Brasil moderno e que emerge sem dúvida alguma da problemática levantada por Pirenne reside na transição entre os sistemas produtivos e no que esse processo deixa de fixo, de imutável social, econômica e culturalmente nas atividades em decadência.

Em suas palavras,

[...] a substituição de uma cultura agrícola por outra exigirá profundas modificações na estrutura social. Muitas vezes o centro da economia do país se deslocará de uma região para outra. Elementos audaciosos tomarão a iniciativa do novo trabalho. A classe senhorial ligada à atividade econômica decadente ficará vegetando e vivendo de glórias passadas. (FURTADO, 2001, p. 145-146).

Essa última parte da tese, portanto, demonstra em que medida a história foi utilizada por Celso Furtado para clarificar os problemas do presente. No entanto, nossa análise ficaria incompleta se não discutíssemos os resultados analíticos trazidos por esse procedimento metodológico.

Ao examinar os “atavismos coloniais do Brasil atual” e apresentar os problemas do país no século XX, Celso Furtado extrapola a cronologia proposta em sua tese, evidenciando o movimento dialético em que passado e presente se explicam mutuamente. Notemos, ainda, que, ao enfatizar a resistência social do grande senhor patriarcal, Furtado acessa uma realidade e um processo social diverso daquele examinado por Pirenne em sua história social do capitalismo. Para o historiador belga, a cada nova etapa, o espírito da nova classe de empreendedores supera os entraves e

os limites especulativos da geração anterior, fazendo com que o sistema capitalista ganhe força. Ao contrário, a sociedade patriarcal que se formou no Brasil bloqueia qualquer tipo de inovação e dá lugar somente a novas formas de produção (elas também, monocultoras) quando o sistema exportador entra em crise. Ainda nesses casos, o prestígio político, social e econômico desses senhores permanece, impedindo renovações. Essa persistência ou esse atavismo condena o país ao atraso econômico, social e político. Daí, portanto, a ênfase que nosso autor joga sobre a passagem de um ciclo econômico a outro como o grande problema a ser enfrentado no presente.

CONCLUSÕES

Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII nos mostra o contato que Celso Furtado teve com a história enquanto esteve em Paris. Em um ambiente de intensa renovação historiográfica, aprofundou suas leituras a respeito da história econômica brasileira, o que deixou marcas duradouras em sua obra. Quisemos chamar atenção para a formação intelectual madura de Celso Furtado no campo das ciências sociais, que lhe permitiu interrogar a história partindo de preocupações oriundas das disciplinas que investigam a sociedade e a economia. Em certos aspectos, o resultado de sua tese tem as marcas desse interesse, ainda que não nos tenha sido possível adentrar nas correntes de pensamento econômico e sociológico que ele utilizou. De toda forma, sinalizar esse interesse e esse direcionamento nos parece essencial para compreender os desdobramentos e as direções que sua obra tomará.

Nos temas abordados neste artigo foi possível observar a transmutação de questões históricas em problemas sociais e econômicos. A formação do Estado português e as Grandes Navegações foram examinadas pelo viés das classes sociais que comandaram esses dois processos. Na terceira parte, o abandono dos marcos cronológicos para delinear os problemas do presente também resultou na observação da perpetuação das classes senhoriais e de seu poder político e econômico, travando a modernização do país. As duas pontas da tese, portanto, são ligadas por essa preocupação com a participação das classes sociais no Estado.

Finalmente, é preciso compreender que a importância inegável da história na obra de Celso Furtado não significa que ela tenha tido o mesmo peso e a mesma utilização ao longo de suas análises. Em seu trabalho de doutorado, ela foi interrogada sob uma problemática das elites sociais e econômicas. Em outros escritos ela será mobilizada de outras formas, partindo de outros problemas, de outros arranjos teóricos e metodológicos, o que exigirá dos pesquisadores um tratamento sempre cauteloso e particular a essa questão.

SOBRE O AUTOR

ROBERTO PEREIRA SILVA é professor do Bacharelado em Ciência e Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Alfenas (Unifal).

roberto.silva@unifal-mg.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-8194-5086>

REFERÊNCIAS

- ALCOUFFE, Alain. Furtado, o Brasil e os economistas franceses: influências cruzadas. In: COELHO, Francisco Silva; GRANZIERA, Rui Guilherme (org.). *Celso Furtado e a Formação econômica do Brasil*. Edição comemorativa dos 50 anos de publicação (1959-2009). São Paulo: Atlas, 2009.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. Historiografia: consciência crítica da produção histórica. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Historiografia: teoria e prática*. São Paulo: Alameda, 2014.
- BIANCONI, Renata. *L'oeuvre de Celso Furtado à Paris: le parcours d'un intellectuel et homme d'État*. Thèse de doctorat/Histoire moderne. Université Paris-Sorbonne, 2014.
- BOIANOVSKY, Mauro. Between Lévi-Strauss and Braudel: Furtado and the historical-structural method in Latin American political economy. *Journal of Economic Methodology*, v. 22, n. 4, 2015, p. 1-26. <https://doi.org/10.1080/1350178x.2015.1024879>
- BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- COUTINHO, Maurício C. A teoria econômica de Celso Furtado: *formação econômica do Brasil*. In: LIMA, Marcos Costa; DAVID, Maurício Dias (org.). *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*. Goiás: Verbena, 2008.
- D'AGUIAR, Rosa Freire. Introdução – Os anos de formação. In: FURTADO, Celso. *Anos de formação – 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra o doutorado*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2014, p. 7- 28. (Arquivos Celso Furtado 6).
- DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Bauru: Edusc, 2003.
- FURTADO, Celso. Aventuras de um economista brasileiro. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Tomo II. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, 1997a, p. 9-26.
- FURTADO, Celso. A fantasia organizada. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Tomo I. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, 1997b, p. 87-360.
- FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, 1997c. 3 t.
- FURTADO, Celso. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2001.
- FURTADO, Celso. *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FURTADO, Celso. *Anos de formação – 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra o doutorado*.

- Organização de Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2014. (Arquivos Celso Furtado 6).
- FURTADO, Celso. *Diários intermitentes: 1937-2002*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire D'Aguiar. Prefácio de João Antonio de Paula. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério F. Introdução. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério F. (org.). *Nova história em perspectiva*. V. 1. São Paulo: Cosac e Naify, 2013.
- PAULA, João Antonio de. Celso Furtado, a história e a historiografia. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 17, p. 144-165, jul.-dez. 2015.
- PIRENNE, Henri. Les périodes de l'histoire sociale du capitalisme. *Bulletin de l'Academie royale de Belgique, classe de lettres*, n. 5, 1914, p. 1-25. Disponível em: <https://bit.ly/32XjOLO>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- PIRENNE, Henri. *Histoire de l'Europe: des invasions au XVIe siècle*. 4. ed. Paris: Alcan ; Bruxelas: NSE, 1936.
- RACINE, Pierre. Henri Pirenne et Marc Bloch, un nouveau regard sur l'histoire médiévale. In: DEYON, Pierre et al. *Marc Bloch, l'historien et la cité*. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg, 1997, p. 79-88.
- RICUPERO, Bernardo. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, 2005, p. 371-377. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100024>.
- SAES, Alexandre Macchione. Celso Furtado, 100 anos: *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII (1948)*. *Informações Fipe*, n. 476, maio de 2020, p. 55-63.
- SANTOS, Pedro Afonso Cristovão. *Cobiçando o Amazonas: erudição histórica e diplomacia na questão dos limites entre Brasil e França no Segundo Reinado (1858-1863)*. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014 .
- SÉRGIO, António. Sobre a Revolução de 1383-1385. In: SÉRGIO, António. *Ensaio*. T. VI. 1. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1971.
- SÉRGIO, António. A conquista de Ceuta. Anotações (1919). In: SÉRGIO, António. *Ensaio*. T. I. 3. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.
- SEWELL Jr. William H. *Lógicas da história: teoria social e transformação social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.
- SILVA, Roberto Pereira. *O jovem Celso Furtado: história, política e ideologia (1941-1948)*. Bauru: Edusc, 2011.
- SILVA, Roberto Pereira. *Celso Furtado, entre a história e a teoria econômica (1948-1959): uma interpretação historiográfica*. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015. <https://doi.org/10.11606/T.8.2015.tde-12112015-163949>.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. Sobre a formação da *Formação econômica do Brasil* de C. Furtado. *Estudos Avançados*. São Paulo: EDUSP, v. 13, n. 37, 1999, p. 2017-214. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141999000300011>.
- THOEN, Erik ; VANHAUTE, Eric. *Pirenne and economic and social theory: influences, methods and reception*. *Belgisch Tijdschrift voor Nieuwste Geschiedenis*. n. 3-4, 2011, p. 323-353.
- VERHULST, Adrian. The origins of towns in the Low Countries and the Pirenne thesis. *Past & Present*, Oxford, n. 122, p. 3-35, fev, 1989. <https://doi.org/10.1093/past/122.1.3>
- VIEIRA, Rosa Maria. *Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950-1964)*. São Paulo: Educ, 2007.

Celso Furtado e a antropologia: notas para o diálogo entre economia política e estudos culturais

[*Celso Furtado and anthropology: notes for the political economy and cultural studies dialogue*

César Bolaño¹

RESUMO • Celso Furtado é, no interior da escola histórico-estrutural latino-americana, o autor mais envolvido com a problemática cultural. Assim sendo, torna-se uma referência importante para o diálogo entre a economia política da comunicação e da cultura brasileira e os estudos culturais ingleses. Este artigo apresenta algumas possibilidades nesse sentido, tomando por base o pensamento de Furtado. A título de exemplo, faz algumas comparações com a perspectiva de Stuart Hall. • **PALAVRAS-CHAVE** • Economia política; estudos culturais;

Furtado; Stuart Hall. • **ABSTRACT** • Celso Furtado is the author, the most involved with the problem of culture in the Latino-American historical-structuralism. He became, thus, an important reference for a possible dialogue among Brazilian political economy of communication and culture and the British cultural studies. This article presents some possibilities in this sense, based on Furtado's thinking. As an example, it traces some comparisons with Stuart Hall's perspective. • **KEYWORDS** • Political economy; cultural studies; Furtado; Stuart Hall.

Recebido em 1^a de setembro de 2020

Aprovado em 27 de janeiro de 2021

BOLAÑO, César. Celso Furtado e a antropologia: notas para o diálogo entre economia política e estudos culturais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 78, p. 223-239, abr. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i78p223-239>

¹ Universidade Federal de Sergipe (UFS, Aracaju, SE, Brasil).

Permito-me iniciar este artigo retomando a confissão – na apresentação de meu livro sobre o conceito de cultura em Celso Furtado – do objetivo estratégico do estudo, iniciado em 2010, depois de três décadas empenhado na construção de uma economia política da comunicação e da cultura (EPC), lembrando tratar-se de “um caso único de intelectual do campo da economia política – fundador, aliás, desse campo no país – que percebe” (BOLAÑO, 2015, p. 23) a centralidade da questão cultural para o equacionamento da problemática do desenvolvimento, como bem haviam explicitado já autores como Alfredo Bosi (2010) ou Octavio Rodríguez (2006; 2009). Este último deixa clara inclusive a posição especial de Furtado como principal expoente no estudo da cultura no interior da ampla bibliografia que define como o “estruturalismo latino-americano”. Minha preocupação, à época, era com “a realidade do capitalismo dos nossos dias, caracterizada por uma reestruturação profunda dos processos produtivos, de consumo e das relações sociais em geral, em que os setores da informação e da comunicação ganham uma relevância inusitada” (BOLAÑO, 2015a, p. 23).

Discutia-se então no Brasil a problemática da chamada economia criativa, ou das indústrias criativas, com forte influência dos formuladores australianos e especialmente ingleses dessas ideias, muito vinculadas à perspectiva da chamada terceira via entre keynesianismo e neoliberalismo, proposta pelo primeiro-ministro britânico Tony Blair. Mas o aspecto estratégico mais geral da leitura sistemática da obra teórica de Furtado na chave do seu conceito de cultura estava relacionado às disputas de ordem epistemológica, visando fortalecer, no interior do campo da comunicação, a posição da EPC e, no interior desta, em especial da escola latino-americana, a perspectiva brasileira. Assim, o pouco estudado conceito furtadiano de cultura mostrava-se capaz de “constituir-se em rica contribuição para o futuro da EPC brasileira e para o debate teórico internacional nesse campo, ajudando, aliás, a explicitar a especificidade daquela, cuja originalidade se deve precisamente a suas raízes no pensamento brasileiro” (BOLAÑO, 2013, p. 125).

No interior do conjunto de perspectivas teóricas com que a EPC dialoga, dentro e fora do campo da comunicação, destacam-se os chamados estudos culturais, que surgem, em nível internacional, fortemente ligados também ao marxismo,

mas que se afastarão dele no momento da deriva linguística, influenciada pelo pós-estruturalismo e pelo pós-modernismo, que ganharão enorme relevância a partir dos anos 1980 e sobretudo nos 1990. No caso dos estudos culturais latino-americanos – sobre os quais já me debrucei antes (BOLAÑO, 2015b), comparando, por exemplo, o conceito de mediação social de Jesus Martín-Barbero (1997; 2002), seu maior expoente, com a minha própria definição (BOLAÑO, 2000) –, a vinculação original com o marxismo era muito mais tênue, já desde o início, o que talvez explique o fato de nunca se ter estabelecido aqui um verdadeiro diálogo entre estudos culturais e economia política, como no Reino Unido, onde ambas as escolas tiveram uma origem comum².

Minha intenção neste artigo é definir alguns pontos de interesse para um diálogo da economia política brasileira com os estudos culturais ingleses, considerando, ao lado de Furtado, o trabalho de um dos fundadores daquela escola, o jamaicano Stuart Hall. Trata-se de uma opção metodológica que poupa uma extensa revisão bibliográfica³, focalizando a análise nos aspectos específicos que interessa ressaltar numa primeira abordagem. O livro de Hall (2003) escolhido, ademais, é particularmente interessante porque se trata de uma coletânea de textos muito representativos, escolhidos pelo próprio autor, que abrange um período de vinte anos, entre 1980 e 2000, *grosso modo*, acompanhando as mudanças de perspectiva da própria escola.

Na segunda parte deste artigo, tratarei de concentrar-me na leitura dos capítulos anteriores à “virada linguística”, como ele prefere dizer, mas antes, na primeira parte, traço algumas considerações sobre dialética, estruturalismo e antropologia em Furtado, importantes para o diálogo proposto. Na terceira parte, a título de conclusão, trato de indicar uma única pista de análise histórica comparativa, explorando brevemente, no interior de uma perspectiva geral furtadiana, a problemática da diáspora, do pensamento negro, que Hall representa.

2 O que também ajuda a entender a falta de resistência, no interior dos estudos culturais latino-americanos, ao avanço do pensamento pós-modernista, assim como a sua enorme capacidade de difusão no mundo ibero-americano – consequência do inteligente *tour de force* representado pela definição de um conceito particular de mediação social (BOLAÑO, 2015b) –, mas também a dificuldade de expandir suas fronteiras para além dos estudos de recepção.

3 Para uma introdução aos estudos culturais ingleses, por importantes autores da economia política, ver: Armand Mattelart e Erik Neveu (2003). Sobre o debate inglês entre economia política e estudos culturais, ver a importante antologia de Marjorie Ferguson e Peter Golding (1998). Neste artigo, concentro-me apenas no próprio livro de Hall (2003), que apresenta uma boa análise histórico-crítica da escola que ajudou a fundar e cujo desenvolvimento acompanhou por toda a vida como participante privilegiado.

ESTRUTURALISMO, DIALÉTICA E DEPENDÊNCIA

Muito haveria para ser dito a respeito da influência da antropologia no pensamento de Furtado⁴. Boianovsky (2015), por exemplo, procura enfatizar o papel de Lévy-Strauss, traçando uma ponte entre o estruturalismo francês e o estruturalismo histórico latino-americano, cujas diferenças, no entanto, foram explicitadas pelo próprio Furtado nos seguintes termos:

O que se entende por pensamento “estruturalista” em economia não tem relação direta com a escola estruturalista francesa, cuja orientação geral tem sido privilegiar o eixo das sincronias na análise social e estabelecer uma “sintaxe” das disparidades nas organizações sociais. O estruturalismo econômico (escola de pensamento surgida na primeira metade dos anos 50 entre os economistas latino-americanos) teve como objetivo principal pôr em evidência a importância dos “parâmetros não econômicos” dos modelos macroeconômicos. (FURTADO, 1983, p. 72).

Esse esclarecimento é feito por Furtado no bojo de uma crítica aos modelos macroeconômicos, de “caráter a-historicista”. Ao contrário, afirma, os autores do estruturalismo histórico latino-americano, “retomaram a tradição do pensamento marxista, na medida em que este último colocou em primeiro plano a análise das estruturas sociais como meio para compreender o comportamento das variáveis econômicas” (FURTADO, 1983, p. 73). A leitura de Boianovsky, ao contrário, enfatiza a influência do estruturalismo francês, minimizando aquela do marxismo sobre o pensamento de Furtado. O autor lembra que a denominação “método histórico-estrutural” – reconhecido fruto do impacto sobre a produção intelectual da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), do clássico estudo de Furtado (1959) sobre a formação econômica do Brasil, somando-se à perspectiva original de Prebisch (2011)⁵ a respeito da dinâmica centro-periferia – aparece nos trabalhos de Osvaldo Sunkel (1970) e de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto ([1969] 2004), produzidos no Instituto Latino-Americano

4 A relação de Furtado com a antropologia remonta à sua leitura de *Casa-grande e senzala*, aos 17 anos de idade. A esse respeito, afirmou, nas suas memórias, que “o livro de Freyre pouco ou nada me influenciou no que respeita [...] à interpretação do processo histórico brasileiro. Sua importância esteve em que nos revelou todo um instrumental novo de trabalho” (FURTADO, 1997a, p. 16). O método antropológico foi, portanto, influência precoce, que o acompanharia pelo resto da vida. O norte-americano Herscovitz, e em especial o conceito de difusão cultural, por exemplo, teve importância na análise da difusão da civilização industrial, que fundamenta sua teoria do subdesenvolvimento e da dependência (BOLAÑO, 2015).

5 Trata-se de uma coletânea publicada pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, contendo, segundo o prefácio de Ricardo Bielschowsky (2011, p. 7), a “tradução para o português de boa parte da primorosa coletânea organizada por Adolfo Gurrieri, em espanhol, e editada pela Cepal e pelo Fondo de Cultura Económica, do México”, incluindo uma alentada introdução de Gurrieri e os principais textos de Prebisch, fundadores do pensamento cepalino, inclusive o primeiro, chamado *Manifesto latino-americano*, de 1949.

de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), como crítica à Cepal, no contexto da produção das teorias da dependência⁶.

A crítica de Cardoso ([1969] 2004) representaria, para o autor, “uma rejeição do estruturalismo de Lévi-Strauss [de Furtado e da velha Cepal] em favor da dialética” (BOIANOVSKY, 2015, p. 415 – tradução minha), não obstante a clara divisória traçada por Furtado nos trechos citados acima, em que procura situar o estruturalismo latino-americano na tradição de Marx, outro importante estudioso, como se sabe, dos fundadores da antropologia⁷. É claro que Furtado lia e citava Lévi-Strauss, o que poderia, aliás, constituir outra linha de tangência entre o estruturalismo histórico de Furtado e o marxismo, nesse caso o estruturalismo marxista de Althusser, que influenciou importantes desenvolvimentos posteriores, como a escola francesa da regulação, a qual, por sua vez, apresenta interessantes pontos de contato como já notei em outra ocasião (BOLAÑO, 2003) com a escola dos economistas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), herdeira destacada de Furtado, Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa e das melhores tradições do pensamento brasileiro.

Boianovsky (2015, p. 422) oferece elementos que poderiam levar a esse tipo de aproximação, como quando se refere, contrapondo-se a ela, à afirmação da distância em relação ao estruturalismo francês feita por Furtado no trecho aqui citado, lembrando que a utilidade da sua noção de estrutura estava relacionada justamente aos elementos – “instituições, recursos naturais, tecnologias, padrões de comportamento” – responsáveis pela estabilidade do sistema, funcionando, do

6 Carlos Mallorquin (2005, p. 127) nota, da sua parte, que “para além do debate sobre a suposta ‘originalidade’ de Frank ou de Cardoso [...], muitos anos antes Furtado mencionava [...] a relação dicotômica conceitual desenvolvimento/subdesenvolvimento, sustentáculo inicial do discurso dependentista”. Mallorquin (2005, especialmente na p. 59, nota 17, mas também em outros momentos, como na nota 6, p. 127, aqui referida) enfatiza em particular a dívida intelectual não reconhecida de Gunder Frank com Furtado. Lembra ainda que grande parte das ideias desenvolvidas por Furtado (1965) em *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* foi apresentada no Ilpes a partir de junho de 1964, em um seminário assistido, entre outros, por Fernando Henrique Cardoso, R. Cibotti, N. Gonzalez, José M. Echevarría, Oswaldo Sunkel, Pedro Vuscovic e Francisco Weffort. E segue: “em meados de 1965, na mesma sede, começou a circular um manuscrito de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falletto [...] cuja culminação teórica pode ser vista em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*” (MALLORQUIN, 2005, p. 208). De fato, o livro de Cardoso e Falletto só viria a ser publicado em 1969, mas, segundo os autores, no prefácio à edição de 2004, “as versões iniciais foram feitas, provavelmente, em 1965, mas o texto só tomou forma a partir de 1966” (CARDOSO, 2004, p. 7). Na verdade, a teoria da dependência de Furtado não é apenas anterior às de Gunder Frank, Cardoso, Falletto e outras, mas tem a característica ainda de ser, na origem, uma sofisticada teoria da dependência cultural, que não se confunde com as teorias da dependência cultural posteriores, derivadas daquelas (BOLAÑO, 2015a; 2015b).

7 Como se vê, para não ir mais longe, em Engels (1884), no prefácio à primeira edição de *A origem da família, da propriedade privada e do estado*, ou na leitura dos cadernos extraídos dos Grundrisse (MARX, 1857-1858), editados por Hobsbawm (1964), sob o título de *Formações econômicas pré-capitalistas*, com uma extensa e fundamental introdução do editor. Darcy Ribeiro (1973), da sua parte, inclui Marx e Engels entre os fundadores dos estudos antropológicos. Ver também: Krader (1983), editor dos cadernos etnográficos de Marx, publicados em 1974. Vale conferir ainda o trabalho mais recente de Anderson (2010). Ver ainda: Turatti (2011).

ponto de vista metodológico (como as invariantes estruturais dos regulacionistas franceses), que articulam os modelos abstratos dos economistas com os elementos históricos concretos que cabe explicar. E conclui:

Apesar das suas referências críticas ao estruturalismo francês clássico, no seu apêndice metodológico de 1970 e em outros lugares, Furtado foi influenciado pela distinção de Lévi-Strauss entre estrutura e processo. O sentido de “histórico-estrutural” de Furtado difere do sentido original do conceito tal como introduzido por Sunkel (1970) e Cardoso e Falletto (1969) sob o impacto do existencialismo e da dialética. (BOIANOVSKY, 2015, p. 430 – tradução minha).

Essa afirmação de uma oposição entre o estruturalismo de Furtado e a dialética de Cardoso desconsidera a complexa problemática da recepção de Marx pelo primeiro⁸, e esquece *Dialética do desenvolvimento*, em que Furtado (1964) detalha sua leitura de Hegel e, entre outras coisas, faz uma defesa da metáfora da base e da superestrutura, considerada uma “audaciosa simplificação”, que teria permitido a Marx apresentar “o primeiro modelo dinâmico da realidade social, dando à dialética uma extraordinária eficácia como instrumento explicativo dos processos históricos” (FURTADO, 1964, p. 16), o que influenciaria positivamente o desenvolvimento das ciências sociais:

O esforço de elaboração teórica das ciências sociais nos últimos decênios orientou-se, fundamentalmente, no sentido de construção de modelos capazes de proporcionar uma percepção totalizante dos processos históricos, e neste sentido houve um amplo reencontro com os elementos básicos do pensamento dialético, na forma em que este foi desenvolvido por Marx. Com efeito, ao colocarem-se os conceitos de cultura e de organização social no centro das preocupações da antropologia e da sociologia, abriu-se o caminho para concepções totalizantes afins com o pensamento dialético. (FURTADO, 1964, p. 17).

Furtado contrapõe o modelo base-superestrutura ao seu sucedâneo, na antropologia, o da oposição entre cultura material e cultural não material, o qual ele próprio utiliza com frequência, apontando a superioridade do primeiro pela sua capacidade de oferecer uma adequada hipótese ordenadora do processo histórico, definido como “aquilo que necessariamente se encontra em desenvolvimento”. Assim,

8 Ver, a respeito: Bolaño (2015). O próprio Boianovsky explicita, ao final do seu artigo, citando Godelier, após analisar as influências de Braudel e dos historiadores (citando autores fundamentais, como Pirenne, Dosse ou Perroux), a proximidade de Furtado com Marx, no que este rompe com o historicismo ao postular que “o estudo da gênese de uma estrutura só pode se dar/acontecer uma vez que o conhecimento do funcionamento e existência dessa estrutura seja/esteja estabelecido. [...] Nessa perspectiva, o estruturalismo é mais útil como um método investigativo de regularidades históricas – como feito por Furtado [...] – do que como um modo de entender as mudanças de uma estrutura para outra” (BOIANOVSKY, 2015, p. 431 – tradução minha).

A ideia de desenvolvimento surge como uma ideia ordenadora do processo histórico – como “síntese de várias determinações, unidade da multiplicidade”, na expressão de Marx – a partir da qual é possível realizar um esforço eficaz de identificação de relações entre fatores e de seleção desses fatores com vistas à reconstrução desse processo através de um modelo analítico. (FURTADO, 1964, p. 22).

Não obstante, finaliza o raciocínio em chave crítica, apontando a necessidade de avançar em relação a Marx, cuja “hipótese simplificadora”, apesar da sua “extraordinária importância como ponto de partida para o estudo da dinâmica social”, não tendo sido, até o momento, “substituída por outra de maior eficácia explicativa ao nível de generalidade em que foi formulada”, padeceria justamente de um excesso de generalização que anularia o seu valor como “instrumento de orientação política. E o objetivo da ciência é produzir guias para a ação prática” (FURTADO, 1964, p. 24). Uma crítica, aliás, que só se justifica se considerarmos a “ação prática” na perspectiva reformista de Furtado, pois Marx estava profundamente envolvido, como se sabe, com a prática política revolucionária. Seja como for, três décadas depois, Furtado ainda definia “o conceito de desenvolvimento econômico [como] caso particular [daquele antropológico] de mudança social que nos aproxima da visão hegeliana da História como dotada de sentido” (FURTADO, 1997a, p. 280).

Em outra ocasião, Furtado critica em Hegel o fato de que “nele o conceito de homem não tem bases antropológicas, e sim metafísicas” (FURTADO, 1997b, p. 306), o que o aproxima mais uma vez de Marx no seu intuito de romper “com o preconceito antievolucionista da antropologia” (FURTADO, 1997a, p. 280). Na sequência dessa frase, deixa claro o sentido que daria ao diálogo entre economia política e antropologia – especialmente no momento em que se propõe, nos anos 1970, a fundamentar a construção de uma ciência social unificada –, explicitando o papel articulador do conceito de excedente, fundamental tanto para a antropologia como para a economia clássica:

Da ideia de mudança social parte-se para a de conflito, resistência à mudança, e para conflito entre classes quando existe a propriedade privada dos meios de produção. O aumento do produto, que decorre da introdução de inovação tecnológica, assume a forma de excedente, cuja utilização abre opções à comunidade. Também a esse respeito, a propriedade privada dos bens de produção desempenha papel fundamental, orientando o excedente, total ou parcialmente, para a acumulação. (FURTADO, 1997a, p. 280).

Aqui nos encontramos diante de elementos centrais do pensamento de Furtado. É claro que muito haveria ainda por dizer, na perspectiva de uma filosofia antropológica, por exemplo, sobre a problemática da transmutação de meios em fins, que ele remete, a certa altura, a Kant, para quem “a própria ideia de razão implica a de fins”, mas a sua solução aproxima-se novamente de Marx quando critica o sistema pelo fato de que “a atividade criadora na sociedade passa a subordinar-se ao processo acumulativo” (FURTADO, 1997b, p. 306; 307) e não à satisfação das necessidades humanas. Mas não é possível, nos limites deste artigo, avançar mais nessas considerações.

STUART HALL E OS ESTUDOS CULTURAIS INGLESES: NOTAS PARA UMA RESENHA CRÍTICA

Armand Mattelart e Erik Neveu (2003, p. 36 – tradução minha) lembram, em sua interessante introdução aos estudos culturais ingleses, que os seus três pais fundadores, “de fato, à semelhança dos mosqueteiros de Dumas, são quatro”. Assim, após situar Hoggart, Williams e Thompson, referem-se a Hall nos seguintes termos:

O trio dos pais fundadores se completará com um quarto nome: Stuart Hall. Ainda que este só tenha oito anos a menos que Thompson, pertence sem embargo a outra geração, que não participou diretamente na Segunda Guerra Mundial. Correia de transmissão das revistas da nova esquerda intelectual, Hall também encarna essa dinâmica geracional pelo fato de que sua produção científica só alcança maturidade no umbral dos anos setenta. (MATTELART; NEVEU, 2003, p. 42 – tradução minha).

Trata-se do grande representante da transição da própria escola que, com exceção de Hoggart, vem de uma ativa tradição marxista, mas, entre os anos 80 e 90 do século passado, trilha uma trajetória de progressivo afastamento daquele referencial, tornando-se caso emblemático da virada linguística pós-estruturalista⁹. Segundo Hall, em um artigo de 1980 intitulado “Estudos culturais: dois paradigmas”, os estudos culturais ingleses dividem-se entre dois grupos.

O primeiro, “culturalista”, é representado pelos primeiros trabalhos de Hoggart – *As utilizações da cultura*, de 1957 –, Williams – *Cultura e sociedade*, de 1958, e *The long revolution*, de 1965 – e Thompson – *A formação da classe operária inglesa*, de 1963 –, que significam uma ruptura em relação às definições “idealista” e “civilizadora” das abordagens anteriores, demarcando o novo terreno dos estudos culturais.

No caso de Williams, há também uma crítica “à operação literal da metáfora base/superestrutura, que no marxismo clássico conferia o domínio das ideias e significados às “superestruturas”, concebidas como meros reflexos determinados de maneira simples pela base e sem qualquer efetividade social própria” (HALL, 2003, p. 150), e o desenvolvimento de um “interacionismo radical”, com categorias como estrutura de experiência, ou estrutura de sentimento, modo de vida e hegemonia. Analisando o debate entre Williams e Thompson, a partir das críticas deste a *The long revolution*, Hall conclui que ambos constituem um mesmo paradigma, que resume e critica nos seguintes termos:

Williams junta esses dois aspectos – definições e modos de vida – em torno do próprio conceito de cultura. Thompson reúne os dois elementos – consciência e condições – em torno do conceito de “experiência”. Ambas as posições envolvem certas oscilações complicadas em torno dessas palavras-chave. Williams absorve tão completamente

9 Ao contrário de Furtado, que lutou na Segunda Guerra Mundial e era dois anos apenas mais novo que Hoggart, mais velho que Williams um ano, Thompson, quatro, e Hall, doze. Não podendo ser definido como marxista propriamente, dialoga e recebe influência de Marx, de quem vai-se aproximando ao longo da vida, sem a necessidade, portanto, de nenhuma ruptura ou revisão.

as “definições de experiência” ao nosso “modo de vida”, e ambos em uma indissolúvel prática-em-geral, real e material, a ponto de perder de vista qualquer distinção entre “cultura” e “não cultura”. (HALL, 2003, p. 155-156).

Já o segundo paradigma, “estruturalista”, cuja grande vantagem, segundo o autor, seria dar a devida consideração ao conceito de ideologia, ganha proeminência sob o influxo da obra de Althusser, mas seria um erro condensá-lo em torno do impacto causado por esse autor “e tudo o que se seguiu na onda de sua intervenção [...] e omitir a importância de Lévi-Strauss”, pois “em termos estritamente históricos, foram Lévi-Strauss e a semiótica inicial que operaram a primeira ruptura. E embora os estruturalismos marxistas os tenham suplantado [ao menos até aquele momento, acrescento], seu débito [...] para com a obra de Lévi-Strauss foi e continua sendo enorme” (HALL, 2003, p. 158). E segue, explicitando a importância que este teria sobre o próprio Althusser:

Foi o estruturalismo de Lévi-Strauss que, em sua apropriação do paradigma linguístico, após Saussure, ofereceu às “ciências humanas da cultura” a promessa de um paradigma capaz de torná-las científicas e rigorosas de uma forma inteiramente nova. E quando, na obra de Althusser, os temas marxistas mais clássicos foram recuperados, Marx continuou sendo “lido” – e reconstituído – pelos termos do paradigma linguístico. (HALL, 2003, p. 158).

Seria interessante comparar as diferenças na recepção de Lévi-Strauss por Althusser e Furtado, seguindo inclusive as pistas de Boianovsky, acima referido, mas não há espaço aqui para tal. Hall faz uma boa revisão da obra de Althusser em *Significação, representação, ideologia*, de 1985, em que valoriza, no interior da produção althusseriana, uma “virada no argumento” que abriria “uma longa trilha [...] para dentro da psicanálise e do pós-estruturalismo (finalmente abandonando a problemática marxista)”, afastando a “ideia de que a ideologia é simplesmente um processo sem sujeito” (HALL, 2003, p. 195; p. 194). O que Hall procura, nessa revisão, é “reaver uma forma bem mais simples e mais produtiva de se começar a pensar a ideologia, que também percebo na obra de Althusser, embora não em sua parte mais famosa” (HALL, 2003, p. 205). Nessa linha chega a Bakhtin/Volochinov. Por outro lado, segundo Hall, a corrente estruturalista dos estudos culturais ingleses

[...] compartilhou com o culturalismo a ruptura radical com os termos da metáfora base/superestrutura, derivada de *A ideologia alemã*. E embora fosse “a essa teoria das superestruturas, quase intocada por Marx” que Lévi-Strauss aspirava a contribuir, sua contribuição significou uma ruptura radical em todo o seu termo de referência, assim como fizeram definitiva e irrevogavelmente os culturalistas. (HALL, 2003, p. 159).

Isso não obstante, Thompson prefere operar “com uma distinção mais ‘clássica’ do que o faz Williams entre ser social e consciência social” (HALL, 2003, p. 153) ao invés dessa adesão crítica, mas adesão *quand même*, à polêmica metáfora arquitetônica. A unidade entre as duas correntes é assim sintetizada pelo autor:

Aqui – e devemos incluir Althusser nessa caracterização – tanto os culturalistas quanto os estruturalistas atribuíram aos domínios até então definidos como “superestruturais” tal especificidade e eficácia, tal primazia constitutiva, que os empurrou para além dos termos de referência da “base” e “superestrutura”. Lévy-Strauss e Althusser eram também antirreducionistas e antieconomicistas em suas formas de raciocínio e atacaram criticamente aquela causalidade transitiva que, por tanto tempo, havia se passado como “marxismo clássico”. (HALL, 2003, p. 159).

Não cabe entrar aqui na análise das contraposições e identidades entre as duas correntes que o autor desenvolve, mas vale uma referência à conhecida (demolidora) crítica de Thompson (1978) a Althusser, que atinge parte fundamental da obra do próprio Marx, que já tive a oportunidade de analisar em outra ocasião (BOLAÑO, 2003). Hall aborda a questão valendo-se da “Introdução” aos *Grundrisse* (MARX, [1857] 1980), à qual ele próprio já havia dedicado um artigo importante (HALL, 1977), para afirmar que o método de, “por sucessivas abstrações de diferentes magnitudes, *mover-se em direção* à constituição, à *reprodução* do ‘concreto no pensamento’ como efeito de uma certa forma de pensar [...] não é apresentado adequadamente nem no absolutismo da *Prática teórica* do estruturalismo, nem na posição do antiabstracionismo de *Miséria da teoria*” (HALL, 2003, p. 165). E de passagem critica Foucault, citando a célebre asserção de Marx a que Furtado (1964) também se havia referido no trecho da *Dialética do desenvolvimento*, acima referido, para defender o conceito de autonomia relativa:

Foucault e outros pós-althusserianos tomaram esse caminho tortuoso em direção à autonomia absoluta, não à relativa, das práticas, através da postulação de sua necessária heterogeneidade e da sua “não correspondência necessária”. Mas a ênfase na unidade-na-diferença, na unidade complexa – a “unidade de múltiplas determinações” que define o concreto em Marx – pode ser trabalhada numa outra e, em última instância, mais frutífera direção: a problemática da autonomia relativa e da “sobredeterminação”, e o estudo da *articulação*. (HALL, 2003, p. 166-167).

Por essa via, o autor chega, na busca por “formas pelas quais o campo da ideologia pode ser adequadamente concebido como um terreno de lutas” (HALL, 2003, p. 168), a Gramsci, a quem dedicará, entre outras coisas, um artigo fundamental, também de 1985, “A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade”, em que as diferenças entre o filósofo italiano e Marx se explicitam no fato de que conceitos como modo de produção, forças produtivas e relações de produção “foram cunhados por Marx no nível mais geral de abstração [...] são ‘epicais’ em seu alcance e referência” (HALL, 2003, p. 330). Assim, “Gramsci compreendeu que, quando esses conceitos tiverem que ser aplicados a estágios específicos do desenvolvimento do capitalismo, o teórico deverá descer [...] para outro nível de aplicação, mais baixo e mais concreto” (HALL, 2003, p. 330).

Não há dúvidas de que estamos aqui, sem entrar no mérito, diante de uma problemática legítima do método de Marx, ligada à questão dos níveis de abstração e das mediações teóricas. Mas, mesmo no artigo de 1992, “Estudos culturais e seu

legado teórico”, que tem o claro objetivo de minimizar a importância do marxismo na história dos estudos culturais e de buscar a maior distância possível de Marx¹⁰, o autor permanece fiel a Gramsci, que se torna – como também Bahktin – uma das linhas de força da sua perspectiva teórica. Infelizmente não há espaço aqui para analisar as especificidades da apropriação de Gramsci por Hall, pois este poderia ser um ponto de articulação com a contribuição de Furtado, quem apresenta – sem usar o conceito de Gramsci – uma teoria da hegemonia com base em categorias como a de “poder econômico”, que pode ser definida, para ser sintético, como

A capacidade que os grupos que o detêm possuem de impor “rupturas no plano da racionalidade”¹¹, provocando, assim, inovações sociais em seu favor, ou seja, que ampliam a sua capacidade de apropriar-se de uma parte do excedente. Trata-se, portanto, de uma definição totalmente dependente de sua noção de cultura, ainda que, no final das contas, o que esteja em jogo seja sempre a acumulação de poder político e de riqueza material. (BOLAÑO, 2015-b, p. 133-134).

A definição de poder econômico não se limita aos atores hegemônicos, mas é antes uma questão de grau, em que, no nível mais baixo, encontram-se atores sem poder econômico, cujas ações serão sempre meramente adaptativas mas, entre uns e outros, há diferentes tipos de agentes capazes de responder com estratégias, digamos, contra-hegemônicas, como seria o caso dos grandes sindicatos de trabalhadores. Assim, embora a questão esteja em geral posta em termos de relações internacionais,

10 Assim, por exemplo, em “nenhum momento os estudos culturais e o marxismo se encaixaram perfeitamente, em termos teóricos. Desde o início [...] já pairava no ar a sempre pertinente questão das grandes insuficiências, teóricas e políticas, dos silêncios retumbantes, das grandes evasões do marxismo – as coisas de que Marx não falava nem parecia compreender, que eram o nosso objeto privilegiado de estudo: cultura, ideologia, linguagem, o simbólico” (HALL, 2003, p. 224). Tanto nesse artigo como em “Para Allon White: metáforas de transformação”, de 1993, o autor se vale de Gramsci e principalmente de Bahktin para distanciar-se do que chama “marxismo clássico”, dos teóricos da Segunda Internacional. Não faz parte dos propósitos deste artigo estudar a trajetória de Hall na sua relação com o marxismo, embora já deve ter ficado clara a tendência da discussão sobre a “Introdução de 1857” à viragem linguística que, nesse caso, segue ainda no campo do marxismo, valorizando autores como Gramsci e Bahktin, passando por Althusser. Se fosse esse o caso, seria mais indicado analisar em detalhe um artigo de 1983, “O problema da ideologia: o marxismo sem garantias”, que apresenta, em diálogo direto com Marx, inclusive a crítica da economia política, o seu marco teórico alternativo.

11 Sobre os conceitos de ruptura no plano da racionalidade e poder econômico em Furtado, ver Bolaño (2015b). Tomando, por outro lado, o exemplo da consolidação da hegemonia internacional dos Estados Unidos, a dinâmica do desenvolvimento no pós-guerra estrutura-se em padrões de consumo e estilos de vida apoiados não apenas num determinado padrão distributivo e na constituição de um robusto sistema de crédito ao consumo, mas também na expansão “da publicidade, sobre a base de meios de comunicação de massa, que transformam as condições de construção da hegemonia, na medida em que a forma capital acaba por introduzir-se na própria produção simbólica” (BOLAÑO, 2015b, p. 134) – como pude explicar em detalhe (BOLAÑO, 2000) em outra ocasião –, indicando que culturas material e não material formam uma totalidade que inclui, aliás, a criatividade no plano político-institucional (RODRÍGUEZ, 2009).

desenvolvimento e subdesenvolvimento, a certa altura, discutindo a problemática da autonomia cultural, o próprio Furtado a coloca, referindo-se a Marx, em termos de classe social, nos seguintes termos:

A ideia formulada por Marx, segundo a qual um processo crescentemente agudo de luta de classes, no quadro da economia capitalista, operaria como fator decisivo na criação de uma nova sociedade, essa ideia, para ser válida requer, como condição *sine qua non*, que as classes pertinentes estejam em condições de gerar visões independentes do mundo. Em outras palavras: a existência de uma ideologia dominante (que, segundo Marx, seria a ideologia da classe dominante em ascensão) não deveria significar a perda total de autonomia cultural pelas outras classes, ou seja, a colonização ideológica delas. (FURTADO, 1974, p. 84-85).

A problemática da hegemonia aparece, portanto, em Furtado, como de autonomia cultural, e assim se pode também estender para o plano da luta de classes a sua noção de dependência – que é, na origem, dependência cultural (BOLAÑO, 2015b) – e dar-lhe um conteúdo classista. Uma confrontação entre Furtado e Gramsci nessa linha ainda está por ser feita. A partir dela poder-se-ia, dadas as especificidades da apropriação de Gramsci por Hall – que não puderam ser explicitadas aqui, mas podem ser intuídas a partir das próprias especificidades da disciplina que Hall desenvolve e do nível de abstração em que situa, como vimos, a contribuição gramsciana em relação a Marx –, sinalizar uma possível complementaridade entre a economia política da comunicação e da cultura brasileira – e o seu conceito de mediação social – e os estudos culturais ingleses, tomando por base, de início, o trabalho desses dois autores representativos. O interesse numa aproximação desse tipo pode ser explicitado através do exemplo de um esboço de análise comparativa como a que se propõe no próximo item.

BRASIL E CARIBE: RAÇA, CLASSE E HEGEMONIA CULTURAL

No artigo “Notas sobre a desconstrução do ‘popular’”, de 1981, Hall problematiza o método de periodização, explorando a questão da formação e da cultura popular na construção da hegemonia, o que remete a temas caros a Furtado, a Thompson, aos historiadores marxistas britânicos, a Gramsci, que poderiam servir aos nossos propósitos comparativos, mas, no espaço que ainda resta, prefiro tomar brevemente, a título de ilustração, a discussão sobre a diáspora, que notabiliza Hall no interior do pensamento negro. Num artigo de 1998, “Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior”, discorrendo especificamente sobre problemas da cultura popular caribenha, refere-se à questão do mito fundador como fundamento da identidade:

Possuir uma identidade cultural nesse sentido é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical é o que chamamos “tradição”, cujo teste é o de sua fidelidade às origens, sua presença constante diante de si mesma, sua “autenticidade”. (HALL, 2003, p. 32).

As disputas em torno da tradição se dão em redor da construção da hegemonia. No caso do Caribe, o autor se refere às temáticas do sincretismo, do hibridismo, tão conhecidas também dos estudos culturais latino-americanos, lembrando que “a fusão, na fornalha da sociedade colonial, de diferentes elementos culturais africanos, asiáticos e europeus” constitui um “resultado híbrido [que] não pode mais ser facilmente desagregado em seus elementos ‘autênticos’ de origem” (HALL, 2003, p. 34), e esclarece, em seguida, a lógica colonial presente nessa hibridez, no caso caribenho, lembrando que

O receio de que, de alguma forma, isso faça da cultura caribenha nada mais do que um simulacro ou uma imitação barata das culturas dos colonizadores não precisa nos deter, pois obviamente este não é o caso. Mas a lógica colonial em funcionamento aqui é evidentemente uma “crioulização” ou do tipo “transcultural” [no sentido, citando Mary Louise Pratt, de que] “grupos subordinados ou marginais selecionam e inventam a partir dos materiais a eles transmitidos pela cultura metropolitana dominante”. (HALL, 2003, p. 34).

O autor remete à ideia, muito presente no pensamento negro e no pensamento pós-colonial, de que o colonizador produz o colonizado e vice-versa, o que não elimina o fato de que essa formação sincrética é assimétrica, sustentando “relações de dependência e subordinação” que, nos “momentos de independência e pós-colonial”, seguem sendo “de luta cultural, de revisão e de reapropriação” (HALL, 2003, p. 38).

Retrabalhar a África na trama caribenha tem sido o elemento mais poderoso e subversivo de nossa política cultural no século vinte. E sua capacidade de estorvar o “acordo” nacionalista pós-independência ainda não terminou. Porém, isso não se deve principalmente ao fato de estarmos ligados ao nosso passado e herança africanos por uma cadeia inquebrantável, ao longo da qual uma cultura africana singular fluiu imutável por gerações, mas pela forma como nos propusemos a produzir de novo a “África”, dentro da narrativa caribenha. (HALL, 2003, p. 44).

A luta cultural apresenta-se assim claramente como luta de classes, no sentido da construção de uma perspectiva contra-hegemônica, incluindo todas as questões referentes à identidade, à ancestralidade e outras que dividem o pensamento e o próprio movimento negro e que podem ser pensadas através de conceitos como o de comunidades imaginadas (ANDERSON, 1983), bem lembrado por Hall, mas também o das tradições inventadas (HOBSBAWN; RANGER, [1997] 2008).

No Brasil, por outro lado, segundo Furtado, a fusão colonial barroca, que constituiu os cimentos da cultura brasileira – uma cultura “portuguesa em sua temática e estilo”, mas que incorporava “não apenas motivos locais, mas também valores das culturas dominadas” (FURTADO, 2012, p. 37) –, era também assimétrica, pois, ao longo de todo o período colonial, o elemento português “continuou a alimentar-se de suas fontes culturais europeias”, enquanto os africanos e os indígenas “havia sido isolados de suas matrizes culturais respectivas e, ao serem posteriormente privados das próprias línguas, perdiam o senso da identidade cultural” (FURTADO, 1984, p. 20).

Diferentemente do que ocorreria na região caribenha – onde se aplica a ideia de O *Atlântico negro*, de Paul Gilroy (1993), que representa, segundo Hall (2003, p. 39), “uma potente contranarrativa à inserção discursiva do Caribe nas histórias nacionais europeias, trazendo à tona as trocas laterais e as ‘semelhanças familiares’ na região como um todo, que ‘a história nacionalista obscurece’” –, o Brasil, no século XIX, sofrerá a influência da difusão da civilização industrial nascida na Inglaterra, no plano cultural, como ruptura daquela unidade que o barroco colonial representava, por ação das elites brancas locais que promovem o que Furtado denomina “divórcio entre elite e povo”.

Assim, “a modernização dependente fez que a ruptura da síntese barroca conduziu a padrões de comportamento imitativo” (FURTADO, 1984, p. 23) da parte das classes dominantes, de modo que aqui sim se pode falar, parafraseando Hall acima, em “simulacro ou imitação barata das culturas dos colonizadores”, mas não da parte do povo brasileiro. Este, paradoxalmente, “desprezado pelas elites [...] continua seu processo formativo com considerável autonomia, o que permitirá que as raízes não europeias de sua cultura se consolidem e que sua força criativa se expanda menos inibida em face da cultura dominante” (FURTADO, 1984, p. 23), consolidando-se, ao longo do século XX, como a cultura nacional-popular sobre a qual se assenta a hegemonia do capital industrial brasileiro a partir de 1930. O Caribe do século XIX, ao contrário,

[...] foi um dos cenários chave, dentro do qual lutou-se pela estabilização do sistema europeu de Estados-nação, alcançado em uma série de acordos imperiais. O apogeu do imperialismo no final do século dezenove, as duas guerras mundiais e os movimentos pela independência nacional e pela descolonização no século XX marcaram o auge e o término dessa fase. (HALL, 2003, p. 39)¹².

Em 1984, Furtado apresenta, da sua parte, um panorama do processo cultural brasileiro ao final do século XX, destacando “o crescente papel da indústria transnacional da cultura, que opera como instrumento da modernização dependente”, frente a um amplo horizonte em que se perfila a “massa popular sobre a qual pesa crescente ameaça de descaracterização” (FURTADO, 1984, p. 24). Entre ambos, uma “classe média assediada pelos valores que veicula essa indústria” (FURTADO, 1984, p. 24), a qual inclui evidentemente todo o oligopólio dos meios de comunicação de massa do país, independentemente da origem do seu capital ou das suas estratégias produtivas e de comunicação.

Furtado (1984, p. 24) confiava na consciência crítica de setores dessa classe média

12 Além das particularidades, do *blend*, da fusão cultural brasileira e caribenha, há uma evidente decalagem nos processos de descolonização e diferenças óbvias na inserção de cada uma das duas regiões na divisão internacional do trabalho, nos diferentes papéis que assumiram no interior do sistema colonial mercantil escravista e nos processos de desenvolvimento posteriores, que sugerem a necessidade, para efeito de comparação, de retomar contribuições fundamentais como a de Furtado (1959), ou de Novais (1979), se quisermos entender o “Atlântico sul negro” que sugere Gilroy (2012) no prefácio à edição brasileira do seu famoso livro, sobre uma adequada base materialista.

“para elevar o grau de percepção dos valores culturais de origem popular, criando áreas de resistência ao processo de descaracterização”. E arremata: “uma nova síntese, capaz de expressar a personalidade cultural brasileira, depende, para definir-se, da consolidação dessa consciência crítica, pois somente ela pode preservar os espaços de criatividade que sobrevivem na massa popular” (FURTADO, 1984, p. 24-25). O otimismo, naquele momento, em relação à classe média não deve ser exagerado. A questão chave aqui é a da mediação social, que envolve o papel dos grandes meios de comunicação, inclusive a internet, os *sites* de redes sociais e as plataformas digitais, e as possibilidades de construção de outra mediação possível. Trata-se, portanto, da problemática do poder econômico e do sistema global de cultura, na perspectiva do próprio Furtado ou, em última instância, da hegemonia, que envolve sempre a luta contra-hegemônica.

Para Furtado, é na cultura popular – e na democracia direta, acrescentemos, que ele defende em 1978 – que se deve buscar a alternativa. É nesse sentido que deveria atuar aquela classe média progressista que participava, na época, da reconstrução democrática do país. Dadas as características distintivas da cultura e do povo brasileiro, ganham especial relevância, na construção dessa alternativa, as relações entre classe e raça. Fica clara, assim, a importância da incorporação não eclética dos avanços dos estudos culturais ao marco mais geral da economia política crítica, se quisermos escapar, parafraseando Hall, da dependência e da subordinação – tema fundamental do estruturalismo histórico latino-americano –, definindo, com base na cultura popular brasileira, nos termos de Furtado, o novo horizonte utópico da emancipação para o século XXI, a nova África que nos propusermos a produzir.

SOBRE O AUTOR

CÉSAR BOLAÑO é professor titular do Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e coordenador do Grupo de Trabalho em Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura do Colégio Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) e do grupo Obscom/Cepos, do CNPq. bolano.ufs@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5756-7049>

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
ANDERSON, K. *Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais*. São Paulo: Boitempo, 2019.

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Prefácio – Prebisch e Furtado. In: PREBISCH, Raúl. *O manifesto latino-americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011, p. 7-14.
- BOIANOVSKY, Mauro. Between Lévy-Strauss and Braudel: Furtado and the historical-structural method in Latin American political economy. *Journal of Economic Methodology*, v. 22, n. 4, 2015, p. 413-438. <http://dx.doi.org/10.1080/1350178X.2015.1024879>.
- BOLAÑO, César. *Indústria cultural, informação e capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- BOLAÑO, César. *Da derivação à regulação: para uma abordagem da indústria cultural*. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, v. 5, n. 3, 2003, p. 60-93.
- BOLAÑO, César. Celso Furtado: na origem e no futuro da EPC brasileira. In: MELO, José Marques de; MELO, Patrícia Bandeira de (org.). *Economia política da comunicação: vanguardismo nordestino*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2013, p. 125-140.
- BOLAÑO, César. *O conceito de cultura em Celso Furtado*. Salvador: EDUFBA, 2015a.
- BOLAÑO, César. *Campo aberto: para a crítica da epistemologia da comunicação*. Aracaju: Edise, 2015b.
- BOSI, Alfredo. *Ideologia e contraideologia: temas e variações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETTO, Enzo. (1969). *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1969). Prefácio à nova edição. In: CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 7-12.
- ENGELS, F. (1884). *El origen de la familia, la propiedad privada y el Estado*. Barcelona: Editorial Sol 90, 2010.
- FERGUSON, M.; GOLDING, P. (ed.). *Economía política y estudios culturales*. Barcelona: Bosh, 1998.
- FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- FURTADO, Celso. *Prefácio a nova economia política*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- FURTADO, Celso. (1959). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).
- FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, Celso. A fantasia desfeita. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Tomo II. Organização de Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Paz e Terra, 1997a, p. 27-306.
- FURTADO, Celso. Os ares do mundo. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Tomo III. Organização de Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Paz e Terra, 1997b, p. 41-390.
- FURTADO, Celso. *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2012. (Arquivos Celso Furtado 5).
- GILROY, P. (1993). *O Atlântico negro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.
- HALL, Stuart. *Marx’s notes on method: a “reading” of the “1857 Introduction”*. *Working Papers in Cultural Studies* 6. Birmingham: University of Birmingham, 1977, p. 132-171.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- HOBSBAWM, E. (1964). Introdução. In: MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (ed.). (1997). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

- KRADER, L. Evolução, revolução e Estado: Marx e o pensamento etnológico. In: HOBBSAWN, E. (org.). *História do marxismo*. Volume 1: O marxismo no tempo de Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- MALLORQUÍN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Ofício de cartógrafo: travesías latinoamericanas de la comunicación em la cultura*. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- MARX, K. (1857). *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*. México: Siglo XXI, 1980.
- MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MATTELART, A.; NEVEU, E. *Introducción a los estudios culturales*. Barcelona: Paidós, 2004.
- NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- PREBISCH, Raúl. *O manifesto latino-americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.
- RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- RODRÍGUEZ, Octavio. Furtado y la renovación de la agenda del desarrollo. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2006, p. 177-211.
- RODRÍGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SUNKEL, Oswaldo. *El subdesarrollo latino-americano y la teoría del desarrollo*. México: Siglo XXI, 1970.
- THOMPSON, E. A. *miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TURATTI, M. *Antropologia, economia e marxismo: uma visão crítica*. São Paulo: Alameda, 2011.

Leituras em competição (à distância): dois experimentos de pesquisa a partir da obra de Celso Furtado

[*Readings in competition (at a distance): two research experiments based on the work of Celso Furtado*]

Antonio Brasil Jr.¹

Lucas Carvalho²

Karim Helayel³

RESUMO · O impacto da obra de Celso Furtado e a disponibilidade de uma imensa quantidade de dados que permitem mensurar os padrões de produção científica levaram à proposição de dois experimentos de pesquisa. O primeiro, uma exploração cientométrica das bases Web of Science e SciELO, procurou detectar os principais temas e áreas de pesquisa que interagem com os textos de Furtado. O segundo, uma análise do fluxo de visitas entre os verbetes da Wikipédia dedicados ao economista paraibano em diferentes idiomas, pretendeu cartografar as principais controvérsias “públicas” quanto ao seu legado · **PALAVRAS-CHAVE** · Celso

Furtado; cientometria; humanidades digitais.

· **ABSTRACT** · The impact of Celso Furtado’s work, as well as the availability of an immense amount of data that allows to measure scientific production patterns, motivated two research experiments. The first, a scientometric exploration of two databases, Web of Science and SciELO, sought to detect the main themes and research areas that interact with Furtado’s texts. The second, an analysis of the flow of visits between Wikipedia entries dedicated to Furtado in different languages, with the aim of mapping the main “public” controversies about his legacy. · **KEYWORDS** · Celso Furtado; scientometrics; digital humanities

Recebido em 1^a de outubro de 2020

Aprovado em 18 de dezembro de 2020

BRASIL JR., Antonio; CARVALHO, Lucas; HELAYEL, Karim. Leituras em competição (à distância): dois experimentos de pesquisa a partir da obra de Celso Furtado. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 78, p. 240-272, abr. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1178p240-272>

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil).

2 Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, RJ, Brasil).

3 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil).

A OBRA DE CELSO FURTADO EM PERSPECTIVA

Não restam dúvidas de que a extensa e multifacetada obra de Celso Furtado (1920-2004) compõe o panteão dos clássicos do pensamento social no Brasil e na América Latina. Seja pela importância dos temas que abordou – alguns deles repostos continuamente pelo processo social –, seja pela abordagem multidisciplinar de que foi prócere e ainda hoje é fonte de inspiração para muitos, seja ainda pela rara e profícua relação entre interpretação e atuação política, fato é que a obra furtadiana é incontornável para a compreensão dos dilemas históricos da realidade brasileira e latino-americana. Como todo clássico – e o caso de Celso Furtado é exemplar nesse sentido –, suas interpretações são revisitadas à luz dos impasses vividos em diversos contextos históricos, servindo como inspiração àqueles que enfrentam o desafio de descortinar no presente os laços que o ligam ao passado.

Muito já se falou sobre a importância dos clássicos na constituição de um estoque de conhecimento que auxilia na constituição de uma linguagem comum no interior de uma área de pesquisa, permitindo, assim, a composição de linhas de continuidade, críticas e criativas, entre a produção científica do passado e a do presente (ALEXANDER, 1999; BOTELHO, 2013; GIDDENS, 1997). Submetidas a recorrentes reconstruções dos seus sentidos heurísticos, as releituras dos clássicos constituem um dos principais índices de como a produção científica de determinado contexto se organiza e busca pensar os problemas sobre os quais se debruça. O presente texto procura justamente compreender como a obra de Celso Furtado foi e continua sendo catalisadora de um vasto conjunto de pesquisas que, com ela – e por vezes contra ela –, tem pensado temas variados. Além disso, buscaremos aqui indicar também como nessas releituras da obra furtadiana se articula uma compreensão que é reapropriada por um público que extravasa o universo estritamente científico, fazendo-a circular por circuitos mais amplos e altamente disputados.

Desenvolveremos os dados coletados a partir de dois eixos analíticos que revelam perspectivas distintas, porém, em alguns sentidos, complementares, das (re)leituras da obra furtadiana: 1) utilizaremos um amplo e variado conjunto de metadados contidos nas principais plataformas de indexação de produção científica que fazem referência – direta ou indiretamente – à obra de Celso Furtado; 2) analisaremos a

recepção de seu pensamento por um público mais amplo através de dados extraídos da Wikipédia. Por perspectivas distintas, pretendemos perseguir as discussões que animam o pensamento de Celso Furtado e o mantêm atual.

Porém, antes de seguirmos, vale a pena refletir um pouco sobre como este trabalho se liga à reflexão coletiva amadurecida na área de pesquisa em “pensamento social no Brasil”, na qual nos inserimos. Numa definição simples, podemos arriscar dizendo que essa especialização interdisciplinar se debruça sobre as interpretações da sociedade brasileira e seus produtores, bem como sobre os seus efeitos (sociais, culturais, políticos etc.) no processo social (BASTOS; BOTELHO, 2010; BRASIL JR., 2015; 2020a; 2020b). Nas duas últimas décadas, ampliou-se e se diversificou consideravelmente não só o que se entende por “interpretações da sociedade brasileira” mas também o que se considera “intelectual”. O que levou, como não poderia deixar de ser, a um debate bastante sofisticado, feito em diálogo com outras áreas de pesquisa, a respeito de novos modos de pensar a relação entre texto e contexto, sobre o alargamento da própria noção de intelectual e sobre o efeito (variado e em múltiplos sentidos) de suas ideias na (re)modelagem de relações sociais (BOTELHO, 2015). E, atravessando tudo isso, questões mais amplas, como a crise do Estado-nação – e a consequente problematização do “brasileiro” ou “no Brasil” – e a consciência mais aguda quanto ao caráter estruturante da ordem racial e de gênero, por exemplo, vêm suscitando ângulos novos para a leitura dos textos “clássicos” ou criando o contexto para a discussão franca de textos pouco lidos ou até então quase desconhecidos (BOTELHO, 2019; BOTELHO; STARLING, 2017; CHAGURI; MEDEIROS, 2018).

Trata-se, pois, de uma área de pesquisa que vem sabendo se renovar e fazer frente aos desafios teóricos, metodológicos e empíricos postos pelas ciências sociais contemporâneas. Embora a análise de Celso Furtado se justifique quase que “por si mesma”, haja vista seu impacto longo e multifacetado no campo das ciências humanas e sociais no Brasil e no mundo, este artigo se insere nesse esforço de renovação teórico-metodológica da área de “pensamento social no Brasil”, em particular em um aspecto que reputamos decisivo: o desafio de lidar com um volume imenso de dados, questão que está se colocando fortemente para as ciências sociais (cf., por exemplo, BURROWS; SAVAGE, 2014). E nada mais desafiador que justamente começar com a tentativa de observar o impacto científico, cultural e político, tanto na produção de artigos acadêmicos quanto na cartografia das controvérsias em torno de seu legado na Wikipédia, de uma obra com alcance, polêmicas e ressonâncias globais.

A necessidade de lidar com um conjunto imenso de dados, englobado geralmente sob o termo *big data*, vem levando a uma verdadeira revolução nas infraestruturas da pesquisa científica, com consequências ainda em aberto para as ciências humanas (ESPOSITO, 2019). Afinal, grandes organizações públicas ou privadas geram diariamente volumes cada vez maiores de informações sobre os mais variados aspectos da vida social, o que vem suscitando o surgimento e a popularização crescente de ferramentas computacionais que permitem tratar esse material empírico através da anotação ou da codificação de textos, bem como pela disponibilização de metadados – literalmente, dados sobre os dados (ALAIMO; KALLINIKOS, 2017; KALLINIKOS, 2006a). Para a área de pesquisa em “pensamento social no Brasil”, vale explicitar a provocação contida na

formulação da possibilidade de uma leitura à distância, ou de uma “leitura distante” (*distant reading*), na acepção dada por Franco Moretti (2013) ao termo. Levar a sério a concepção de que a *distância* em relação ao texto pode ser uma condição do conhecimento na área de pesquisa que é o campo por excelência da “leitura cerrada” ou “em profundidade” (*close reading*) certamente parece instigante. Contudo, não se trata de traçar uma linha de ruptura ou muito menos sugerir qualquer superioridade da leitura distante em relação aos protocolos mais estabelecidos de pesquisa com textos. Pelo contrário, a leitura distante não está em posição de concorrência com a leitura em profundidade, pois ela constrói um novo objeto de pesquisa, que não possui qualquer comensurabilidade com os textos tomados individualmente. O que está em jogo diante da tarefa de pesquisar *em conjunto* cem, quinhentos, mil (ou muito mais) textos não é a leitura exaustiva de cada um deles – decerto frustrante e impossível –, mas a busca de estratégias para simplificá-los e codificá-los, permitindo o manejo de ferramentas de visualização de dados e de mensuração estatística de seus conteúdos (CARVALHO; BRASIL JR, 2020a). Vale destacar o papel fundamental que, em nossa área de pesquisa, a Biblioteca Virtual do Pensamento Social vem desempenhando, entre outros, na promoção da interlocução da área com o campo emergente das “humanidades digitais”, especialmente ao estimular a formulação de novos modos de observação dos efeitos das “interpretações do Brasil” na vida social e da própria dinâmica científica deste campo (BRASIL JR; JACKSON; PAIVA, 2020; CARVALHO; BRASIL JR., 2020a; JOSIOWICZ; BRASIL JR., 2019)

Como assinalado por Franco Moretti no livro justamente intitulado *Distant reading* (2013), a leitura à distância, ao selecionar aspectos muito específicos ou codificáveis dos textos – para dar alguns de seus próprios exemplos: tamanho dos títulos, presença de certos elementos estilísticos, frequência de determinados tempos verbais, conexões entre entidades, dentre vários outros –, permite, ao tratar em conjunto esses aspectos selecionados, ir para muito além do próprio texto. Pois, ao tornar manejáveis e mensuráveis as relações formadas entre esses aspectos textuais, cuja seleção e homogeneização reduzem brutalmente a complexidade inerente a cada texto considerado individualmente, torna-se igualmente possível construir um objeto novo de conhecimento, que é o sistema de relações formado por esses textos. Numa formulação paradoxal cara à teoria dos sistemas sociais, a redução de complexidade é condição para o aumento da complexidade (LUHMANN, 1988). Pois a ultrassimplificação de um texto, de modo a codificá-lo a partir de determinados elementos, é a condição de possibilidade para a construção desse novo objeto do conhecimento.

Algumas modalidades de “leitura distante” serão ensaiadas nas duas seções que compõem este artigo, cada uma com um experimento de pesquisa. O termo experimento aqui não é fortuito, posto que assumimos o desafio de lidar com novas ferramentas de extração e de análise de dados e com um volume de informação ainda pouco frequentes em nossa área de pesquisa. A seguir, nosso primeiro experimento está voltado para a exploração do longo e multifacetado impacto da obra de Celso Furtado em algumas das principais bases indexadoras de artigos científicos. Para tal, usaremos sobretudo as técnicas de análise de coocorrência de termos e a análise de citação a fim de traçar a evolução e a

pluralização dos temas nos textos que cite diretamente (ou indiretamente) a obra de Celso Furtado em suas referências bibliográficas.

AS (RE)LEITURAS DE UMA OBRA CLÁSSICA: EXPLORAÇÕES CIENTOMÉTRICAS

A revolução informacional que vem remodelando as sociedades contemporâneas (KALLINIKOS, 2006b) tem uma de suas importantes precursoras nas práticas de indexação da produção científica, em particular na criação de bases e de índices de citação (BORNMANN, 2016). O avanço contínuo do conhecimento e a necessidade de observar um conjunto cada vez maior de artigos, teses, livros etc. levaram à criação de estratégias de visualização e de leitura dos dados que pudessem dar conta de uma produção que cresce vertiginosamente. Aqui, vamos nos concentrar na produção científica relativa a Celso Furtado em duas bases indexadoras de artigos científicos: a tradicional Web of Science (WoS), da empresa Clarivate Analytics, tomada quase sempre como referência de indexação criteriosa e seletiva de periódicos – a despeito de seus muitos e conhecidos vieses (VISSER; VAN ECK; WALTMAN, 2020) –, e a Scientific Electronic Library Online (SciELO), base regional com forte penetração na América Latina e que promove o acesso aberto e as práticas da ciência aberta como parte de sua missão institucional, sendo a sua coleção brasileira a mais volumosa (VELEZ-CUARTAS; LUCIO-ARIAS; LEYDESDORFF, 2015). A escolha das duas bases buscou, de um lado, aumentar o volume de artigos dedicados a Celso Furtado – ou que pelo menos o citassem em suas listas de referências – e, de outro, permitir contrastes entre os artigos do ponto de vista de seus temas e objetos de pesquisa. Sabemos, entretanto, dos limites desse material e temos a plena consciência de que, caso optássemos por outras bases, outros resultados seriam obtidos⁴.

No total, localizamos 1.640 documentos indexados nas duas bases. O critério de identificação foi o mesmo tanto na WoS quanto na SciELO e envolveu uma tripla operação de seleção: 1) os documentos que mencionassem explicitamente o termo “Celso Furtado” em seus títulos, resumos ou palavras-chave – foram localizados 37 na WoS e 56 na SciELO; 2) os documentos que citassem esses artigos anteriormente identificados, num procedimento de *snowball sampling* (JOHNSON, 2014) – o que adicionou mais 66 textos na WoS e 16 na SciELO; 3) os documentos que citassem pelo menos uma vez Celso Furtado em suas referências bibliográficas – acrescentando mais 992 textos na WoS e 585 na SciELO. O total de 1.640 foi encontrado após a limpeza de duplicações entre as duas bases por meio do campo “título” dos metadados, cuja extração se realizou, após diferentes tentativas anteriores, em 1º de setembro de 2020.

4 Caso usássemos outras bases indexadoras, como Scopus, JSTOR, Crossref, Microsoft Academic ou mesmo um grande agregador de citações como o Google Scholar – este último possui, de longe, a maior cobertura para o campo das ciências humanas e sociais (MARTÍN-MARTÍN et al., 2020) –, outros resultados teriam sido encontrados. Porém, a escolha da combinação Web of Science e SciELO se deveu às suas políticas e perspectivas muito distintas de indexação e, especialmente, à facilidade de operar conjuntamente com os metadados extraídos, que possuem a mesma forma de organizar a informação, graças à incorporação da SciELO como uma das bases regionais da WoS em 2014 (PACKER, 2014).

Nas duas imagens a seguir, vemos a distribuição temporal desses documentos, bem como a densidade de suas frequências anuais de acordo com o idioma da publicação. *Nessas bases*⁵, o interesse por Celso Furtado conhece uma “primeira onda” entre meados dos anos 1960 até meados da década de 1980, recebendo depois forte incremento a partir dos anos 2000, numa espécie de “segunda onda”, com maior pico em 2018, revelando o poder de interpelação de sua obra na produção científica contemporânea. No que diz respeito aos idiomas de publicação, a frequência da produção em inglês é relativamente contínua e acompanha a curva mais geral da distribuição, ao passo que a publicação em português e em espanhol reforça sobretudo o volume da “segunda onda” de interesse sobre Furtado, que se inicia na virada para os anos 2000⁶. Os documentos publicados em francês não chegam a ter um volume expressivo, concentrando-se basicamente na primeira onda.

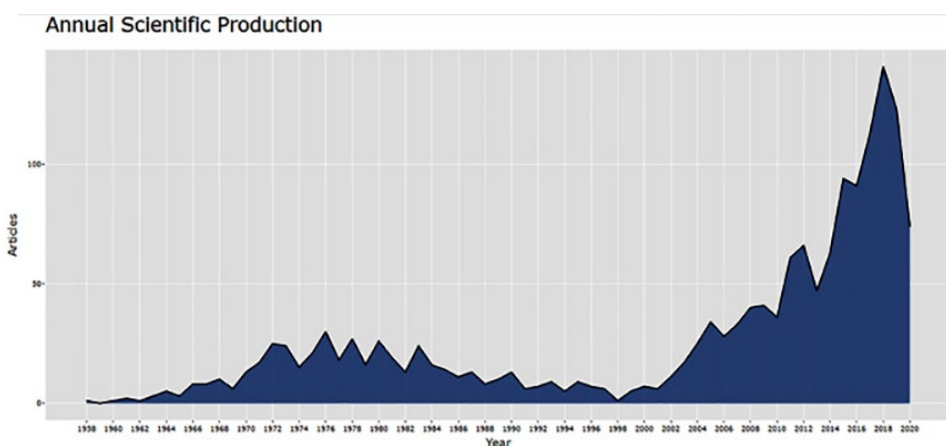


Figura 1 – Volume anual da produção científica relativa a Celso Furtado. Fonte: WoS & SciELO. Elaboração dos Autores

5 As análises relativas à distribuição temporal da produção indexada que, de modo direto ou indireto, interage com a obra furtadiana refletem as coberturas das duas bases selecionadas. Se a cobertura da WoS remonta, para o caso dos documentos de nossa amostra, a fins da década de 1950, para a base SciELO só foi possível recuperar artigos a partir de 2002, em função da disponibilidade dos metadados em formato estruturado para os principais programas bibliométricos somente a partir deste ano.

6 De novo, é difícil separar se o crescimento significativo a partir de 2002 tem a ver com o crescimento geral da produção científica que interage com a obra de Celso Furtado ou é efeito da disponibilidade dos metadados da base SciELO a partir de 2002. Parece inegável, no entanto, que essa curva temporal reflita as duas coisas.

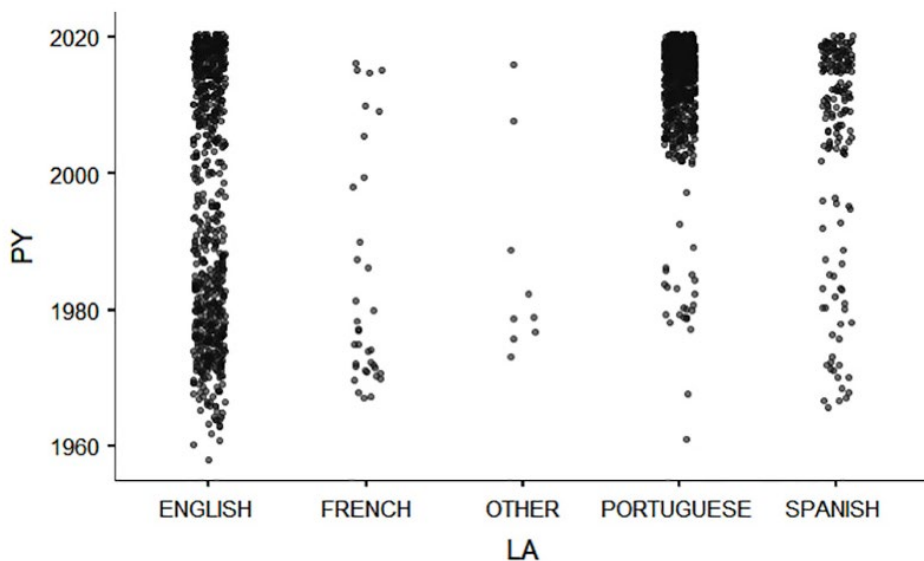


Figura 2 – Densidade anual da produção científica relativa a Celso Furtado por ano e idioma (cada ponto é um documento). Fonte: WoS & SciELO. Elaboração dos Autores

Uma vez caracterizado como foi constituído o material básico de pesquisa – os metadados de 1.640 documentos –, passemos às explorações cientométricas. Um exemplo bem assentado de procedimento que permite uma forma de *leitura distante*, nos termos de Moretti (2013), é a análise de coocorrência, técnica há muito utilizada no campo da cientometria (CALLON et al., 1983; LEYDESDORFF, 1989). Aliás, a cientometria pode ser vista como um dos vetores de composição do emergente, plural e heterogêneo campo das chamadas “humanidades digitais” (CARVALHO; BRASIL JR., 2020b). Trata-se de identificar como, em um conjunto de documentos, um termo se liga a outro de acordo com certo padrão de frequência e regularidade, o que se revela estratégico para a construção de mapeamentos temáticos e cognitivos. Quando o conjunto de documentos são artigos científicos, ou melhor, seus metadados – um arquivo que organiza as informações indexadas, como título, resumo, palavras-chave, referências citadas, áreas de pesquisa etc. –, podemos eleger um de seus campos para a construção de uma matriz de coocorrência de termos. Neste trabalho, faremos uso basicamente das palavras-chave do autor, isto é, da lista de termos que cada autor oferece que, de acordo com os seus próprios critérios, melhor descrevem o documento.

Vale ressaltar que o uso de palavras-chave não se encontra isento de graves limitações, como, por exemplo, a precariedade de um vocabulário controlado de termos no campo das ciências humanas e sociais. Isso resulta no fato de que a maioria dos termos só possui uma única ocorrência, ao passo que pouquíssimos termos apresentam uma elevada frequência de uso. Se essa forma de distribuição (bastante generalizada) das palavras-chave (YI; CHOI, 2012) ajuda, em certo sentido, na limpeza dos dados e na interpretação – posto que ilumina com clareza quais são os termos centrais de determinado conjunto de documentos, bem como suas principais coocorrências –, por outro, pode levar a graves distorções, como a sub-representação

de determinadas áreas de pesquisa (justamente as que possuem menos consenso sobre seu próprio vocabulário). Uma das várias formas de mitigar esse problema é a construção de diagramas estratégicos de termos (COBO et al., 2011), que permite a sua agregação em subconjuntos e sua visualização de acordo com as suas relações recíprocas. A partir do pacote “Bibliometrix” (desenvolvido para a linguagem R), é possível construir esses diagramas a partir da detecção das palavras-chave mais relevantes em cada conjunto de dados (ARIA; CUCCURULLO, 2017).

Nos diagramas estratégicos a seguir, que representam as principais palavras-chave do conjunto de documentos de nossa amostra, os termos são ordenados em comunidades temáticas, a rigor, grupos de termos que coocorrem com certa regularidade. Para chegar a essa visualização, o mapa é definido por dois eixos: um vertical (métrica de densidade das palavras-chave) e outro horizontal (métrica de centralidade das palavras-chave). A métrica de densidade mede a força dos laços internos entre todas as palavras-chave que descrevem determinado tema. Por sua vez, a métrica de centralidade fornece medidas de como a comunidade se posiciona em relação às demais – se se trata de um tema mais central, que se liga a outros temas, ou mais periférico. O mapa temático é uma forma de visualização que une frequência – o tamanho dos círculos revela a quantidade de termos associados a cada comunidade de palavras-chave – e posição relacional em um campo semântico – a localização de acordo com os eixos densidade e centralidade. O resultado é disposto em quatro quadrantes. O quadrante superior à direita é o que reúne as temáticas com as maiores métricas de centralidade e densidade e, portanto, com alto grau de laços internos entre as palavras-chave e de laços externos com outros temas. Os termos que se encontram no quadrante superior à esquerda têm laços internos fortes, mas são menos centrais no conjunto, pois, quanto mais distantes do centro do mapa, menor a conexão com o restante das outras comunidades temáticas. No quadrante inferior à esquerda se localizam os agrupamentos temáticos com baixa centralidade e densidade. Assim, podem indicar tanto a marginalidade ou o descenso de temas no conjunto da produção analisada. Por fim, no quadrante inferior direito, encontram-se aqueles termos que configuram agrupamentos temáticos com baixa densidade e alta centralidade. No limite, são termos que, embora possam ser agrupados em comunidades, sua principal característica reside na transversalidade de seus termos por todo o *corpus* de nossa amostra.

Na Figura 3, temos o diagrama estratégico de palavras-chave dos 1.640 documentos. Vemos que há seis grandes subconjuntos de termos, cujos rótulos são dados pela palavra-chave com maior número de ocorrências no interior de cada subconjunto. O maior deles, que gravita em torno do termo “desenvolvimento” (102 ocorrências), traz igualmente os termos “neoliberalismo” (25), “Estado” (25), “democracia” (24) e “economia brasileira” (21), dentre vários outros. O segundo maior se agrupa em torno de “América Latina” (55 ocorrências), aos quais se ligam igualmente “desenvolvimento econômico” (46), “estruturalismo” (15), “industrialização” (12) e “Cepal” (12), entre outros. O subconjunto de termos ligados a “desenvolvimento” é ao mesmo tempo muito central e dotado de pouca densidade interna (por isso, se situa no quadrante inferior direito), ou seja, são termos que se ligam rapidamente a outros termos do conjunto, em que pese o fato de suas relações internas de coocorrência não serem

muito fortes – daí sua transversalidade. Já o subconjunto ligado a “América Latina”, ligeiramente menos central, mas consideravelmente mais denso, revela a força das conexões internas de seus termos, que igualmente estão a pouca distância dos demais temas – na notação dos diagramas estratégicos, são os “temas motores” (localizados no quadrante superior direito). Outro subconjunto expressivo, embora menos central que os dois primeiros, se reúne em torno do termo “Brasil” (99 ocorrências), onde também se localizam os termos “Celso Furtado” (38) e “desenvolvimento regional” (24). Outros três subconjuntos se destacam, em ordem de centralidade: o do “crescimento econômico” (17 ocorrências) – que também traz consigo com força o termo “modernização” (10) –, o da “historiografia” (14) – onde também estão fortemente acoplados (alta densidade) os termos “escravidão” (14) e “capitalismo” –, e, por fim, o da “desigualdade” (16) – que se articula frouxamente (baixa densidade) com “distribuição de renda” (12) e “mercado de trabalho” (9). Em uma observação sincrônica dos 1.640 artigos selecionados nas bases WoS e SciELO, esses seriam os principais assuntos de pesquisa relacionados de modo direto ou indireto à obra de Celso Furtado entre 1958 e 2020.

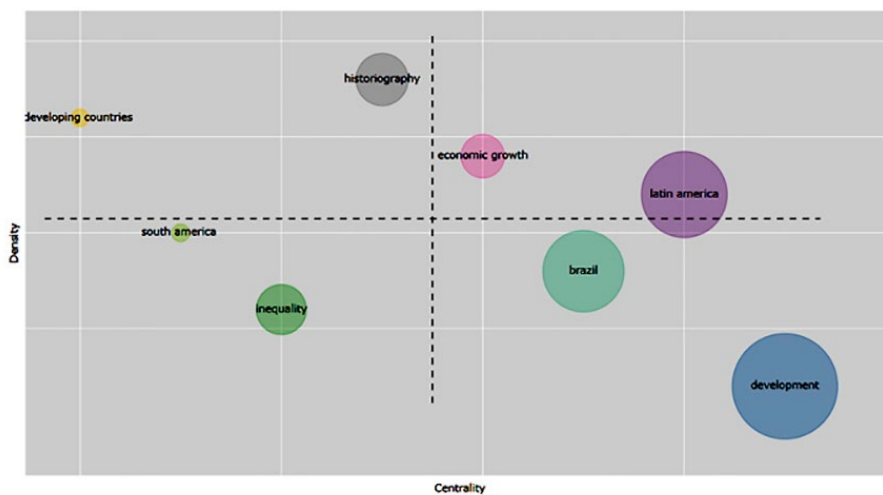


Figura 3 – Diagrama estratégico de palavras-chave do autor. Fonte: WoS & SciELO. Software: bibliometrix. Elaboração dos Autores

Como nossa amostra é composta de duas bases indexadoras, que possuem inclusive pouca sobreposição entre si, é possível criar segmentos mais específicos no nosso conjunto de documentos e perceber como WoS e SciELO distribuem de modos distintos os assuntos na produção científica relacionada a Celso Furtado. Para acentuar ainda mais o contraste, fizemos mais dois filtros: os artigos da WoS sem autores de afiliação institucional brasileira (Figura 4) – 685 documentos, sendo que 443 (65%) se distribuem entre 1958 e 1998 (com maior pico em 1976), quer dizer, recaem sobretudo na “primeira onda” de interesse sobre a obra do economista paraibano – e os artigos da coleção brasileira da SciELO (Figura 5) – 474 documentos,

todos distribuídos a partir de 2002 em razão de limites da própria base, ou seja, todos localizados na “segunda onda”. O interesse na comparação está na identificação de diferentes interesses temáticos ou objetos de pesquisa na produção feita fora e dentro do Brasil, além de permitir indiretamente caracterizar diferentes contextos temporais, haja vista a distribuição dos documentos em cada base.

Na WoS, quatro grandes temas se destacam, de acordo com sua centralidade, nesta ordem: “América Latina” (24 ocorrências) – que se acopla frouxamente com os termos “desenvolvimento” (20), “Brasil” (18), “neoliberalismo” (12), dentre outros –, “neoestruturalismo” (5) – que se liga também frouxamente com termos como “Chile” (4), pós-neoliberalismo” (3), “Bolívia” (3) e “Argentina” (3) –, “capitalismo” (4) – que se agrega com força aos termos “escravidão” (3) e “subdesenvolvimento” (3) – e “desenvolvimento econômico” (7) – fortemente acoplado com os termos “política econômica” (3) e “industrialização” (3), dentre outros. Percebe-se claramente que os dois primeiros temas (mais transversais) se ligam ao debate mais recente, ao passo que os dois últimos (temas motores) descrevem assuntos com forte presença na “primeira onda”. Vale notar a presença de vários países da América Latina – e o próprio termo “Brasil” deixa de ser um agrupamento temático próprio, como aparecia na Figura 3 –, bem como a detecção de agrupamentos menores de assuntos que gravitam em torno de determinados países, como Equador, China e Espanha.

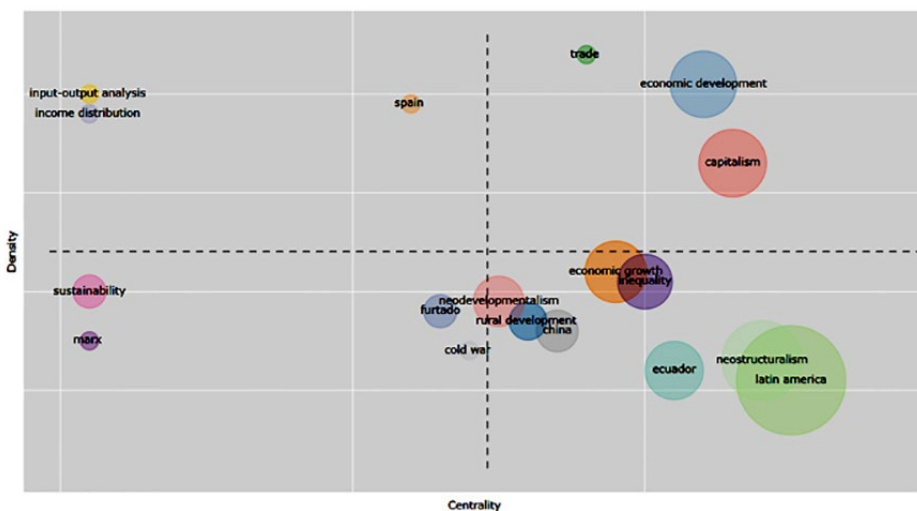


Figura 4 – Diagrama estratégico de palavras-chave do autor (WoS sem autores de afiliação institucional brasileira). Fonte: WoS. Software: bibliometrix. Elaboração dos Autores

Já na coleção brasileira da SciELO, logo de saída vemos que não aparecem

países além do Brasil no conjunto das palavras-chave mais relevantes; aliás, o termo “América Latina”, que encabeçava o principal agrupamento da coleção da WoS, aqui está subsumido, com apenas 7 ocorrências, no subconjunto de “desenvolvimento econômico” (24), ao lado de “Cepal” (7), “história econômica” (7) e “estruturalismo” (5). O subconjunto mais central e transversal está descrito pelo termo “desenvolvimento” (45 ocorrências), que se desacopla do adjetivo “econômico” e se liga frouxamente a “economia brasileira” (19), “desenvolvimentismo” (13), “Estado” (10), “democracia” (10), dentre outros. Dois outros agrupamentos importantes, centrais e transversais (conexões pouco densas) são identificados pelos termos “Brasil” (29) – conectado a “crescimento econômico” (8), “mercado de trabalho” (7), dentre outros – e “desenvolvimento sustentável” (10) – ligado a “políticas públicas” (7), “desenvolvimento local” (6) etc. Além da transversalidade, esses quatro agrupamentos mais centrais revelam, no contexto brasileiro, a pluralidade semântica associada ao termo “desenvolvimento” e suas diferentes adjetivações e termos correlatos (como “crescimento econômico”), característica bem menos acentuada na WoS. Isso sem falar no próprio grupo de termos liderado por “desenvolvimento regional” (13 ocorrências), menos central, porém ligado de modo relativamente denso a “desigualdade regional” (3), “desigualdade social” (3) e “políticas sociais” (3). Também se nota maior diversidade de assuntos e objetos de pesquisa, como nos seguintes subconjuntos, por ordem de centralidade, nomeados pelos seus termos principais: “pobreza” (5 ocorrências), “meio ambiente” (7), “política industrial” (5), “historiografia” (6), “mercado” (4), “saúde pública” (4), “escravidão” (6), dentre outros cada vez menos centrais. Chama a atenção, na SciELO-Brasil, a presença de um agrupamento nucleado em torno do próprio termo “Celso Furtado” (20 ocorrências), conectado a outros como “mudança estrutural” (7), “Sudene” (4), “desenvolvimento endógeno” (2), “Cepal” (2), “questão agrária” (2) e “Nordeste” (2). E também um conjunto ligado ao termo “pensamento social brasileiro” (5 ocorrências), que demonstra um interesse na análise da obra e da trajetória intelectual de Celso Furtado e seu lugar no repertório das chamadas “interpretações da sociedade brasileira”.

Por contraste, as leituras feitas sobre e/ou em diálogo com a obra de Furtado na coleção brasileira do SciELO chamam a atenção para o seu impacto em diferentes temas e disciplinas das ciências humanas e sociais, bem como o foco na sociedade brasileira e suas interpretações, ao passo que o diagrama da WoS parece mais centrado nas discussões econômicas e nas perspectivas globais, comparadas ou com foco mais regional.

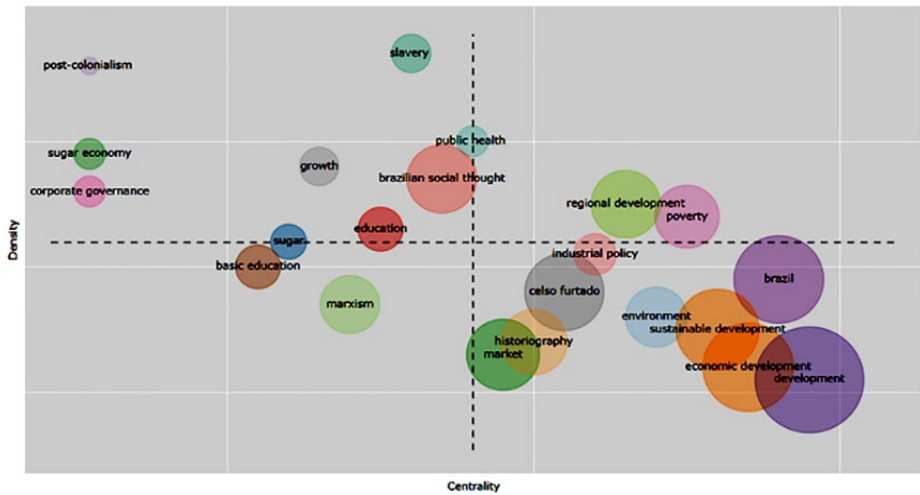


Figura 5 – Diagrama estratégico de palavras-chave do autor (somente coleção SciELO Brasil). Fonte: SciELO. Software: bibliometrix. Elaboração dos Autores

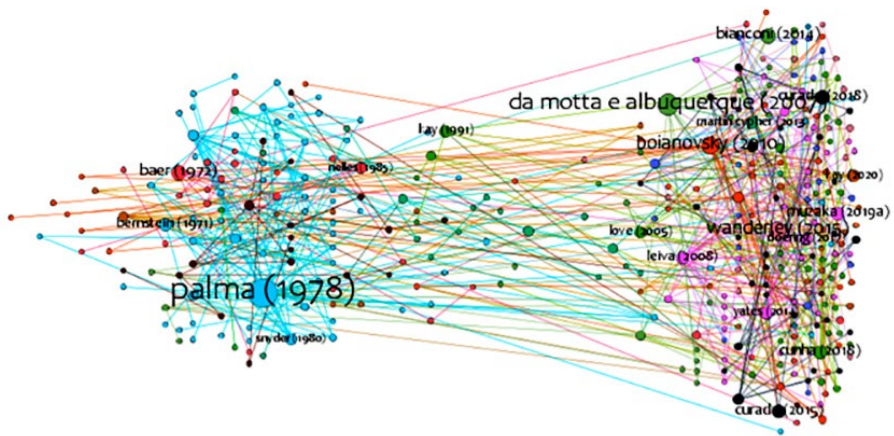


Figura 6 – Rede de citação direta entre artigos (*timeline*). Fonte: WoS & SciELO. Software: Gephi. Elaboração dos Autores

Até aqui, usamos basicamente variações da técnica (bastante simples) da coocorrência de termos – palavras-chave do autor – a fim de detectar os principais assuntos relacionados a Celso Furtado nas duas bases. Porém, vale a pena também destacar, do conjunto de 1.640 documentos, alguns que possam ser estratégicos para visualizar mais diretamente e “por dentro” alguns dos temas e/ou especializações interessados na obra furtadiana. Um modo bastante simples de fazê-lo é modelar uma rede de citação direta entre os artigos que compõem a amostra, conforme a Figura 6, não importando se o artigo é *citante* ou se *foi citado* – para facilitar a visualização, as

relações da rede não são direcionadas. Para tal, usamos os programas VOSViewer (VAN ECK; WALTMAN, 2010) e Gephi (BASTIAN; HEYMANN; JACOMY, 2009). As cores foram definidas por um algoritmo de detecção de comunidades, calculando quais conjuntos de artigos tendem a se conectar preferencialmente entre si (BLONDEL et al., 2008) – cada cor define uma das 12 comunidades encontradas com mais de dois documentos. Na medida em que a nossa amostra comporta duas “ondas” de interesse pela obra de Furtado, localizamos todos os artigos (que são os “nós” da rede) em um eixo horizontal temporal (*timeline*), quer dizer, a localização à direita ou à esquerda diz respeito ao ano de publicação do documento. A rede acima, modelada a fim de realçar a dimensão temporal dos artigos, revela como as duas “ondas” compõem relações que se concentram no interior de cada período – há muito mais citações entre textos publicados na mesma “onda” do que cruzando os dois momentos de interesse na obra de Furtado. Mesmo assim, procuramos identificar quais são os textos que, de certa maneira, contribuem para que a rede encontre alguma coesão geral, o que é possível fazer a partir de um algoritmo de detecção de centralidade que identifica o valor de “intermediação” (*betweenness*) de cada elemento, ou a sua importância para ligar o conjunto dos nós que compõem a estrutura de relações (BRANDES, 2001). Para tal, deixamos visíveis os nomes dos(as) primeiros(as) autores(as) e o ano de publicação dos 20 artigos com maior *betweenness* de todos os 359 que compõem essa rede de citação direta.

Desses 20 artigos, os que mais se aproximam do “buraco estrutural” (CHEN et al., 2009) formado entre as duas “ondas” são “Reflections on the Latin American contribution to development theory” (1991), de Cristóbal Kay, e “The rise and decline of economic structuralism in Latin America: new dimensions” (2005), de Joseph Love, ambos dedicados ao balanço do debate econômico na América Latina e que localizam explicitamente a obra de Furtado no interior do debate latino-americano. Não por acaso, como veremos ao final deste trabalho, são dois intérpretes influentes sobre o sentido da obra furtadiana na literatura acadêmica de língua inglesa. O texto com a maior de centralidade de “intermediação” é “Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment?” (1978), de Gabriel Palma, que realiza um longo e amplo debate a respeito das diferentes vertentes da perspectiva da dependência, incluindo o debate anterior no campo do marxismo e as contribuições da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) – o que não se dá por acaso, haja vista o minucioso e extenso trabalho de identificação da literatura até então disponível feito pelo autor. O segundo mais central é “‘Inadequacy of technology’ and innovation systems at the periphery: notes on Celso Furtado’s contributions for a dialogue between evolutionists and structuralists” (2007), de Eduardo da Motta e Albuquerque, que procura combinar, via Celso Furtado, os aportes do estruturalismo com as perspectivas da teoria evolucionária. Já o terceiro é “A view from the tropics: Celso Furtado and the theory of economic development in the 1950s” (2010), de Mauro Boianovsky, que discute a importância de Furtado para a emergência do campo de pesquisa em economia do desenvolvimento na década de 1950. Esses cinco artigos aqui enumerados, por suas respectivas posições estruturais, revelam alguns temas que conectam globalmente a rede de citação direta.

Outro interesse em modelar a rede em formato de *timeline* é ver que comunidades

de artigos que se citam ficam concentradas na primeira ou na segunda “ondas”, bem como aquelas que conseguem ligar documentos dos dois períodos. A fim de representar cada uma das 12 comunidades de artigos relevantes, vamos listar os textos que possuem maior centralidade de “autovetor” (*eigenvector*) (DIALLO et al., 2016) – que mede o elemento com as melhores conexões – no interior de cada comunidade. De um lado, temos as comunidades praticamente exclusivas da “primeira onda”, como aquelas ligadas ao debate sobre crescimento econômico – em que o artigo mais central é “Issues and evidence on recent Brazilian economic-growth” (1977), de Edmar Bacha – sobre substituição de importações –, centralizado em “Import substitution and industrialization in Latin America: experiences and interpretations” (1972), de Werner Baer – sobre dependência e desenvolvimento –, que gravita ao redor de “Dependency analysis of Latin America: some criticisms, some suggestions” (1976), de C. Barth e D. James. De outro lado, temos as comunidades praticamente exclusivas da “segunda onda”, como as que discutem: o novo desenvolvimentismo – nucleada em “A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo” (2012), de Pedro Bastos; a análise das organizações, em interface com o campo da administração pública – centrada em “Estudos organizacionais, (des)colonialidade e estudos da dependência: as contribuições da Cepal” (2015), de Sergio Wanderley; a saúde pública – em que o artigo mais central é “Desenvolvimento, complexo industrial da saúde e política industrial” (2006), de Carlos Gadelha; os sistemas de inovação – representada por “Inadequacy of technology and innovation systems at the periphery: notes on Celso Furtado’s contributions for a dialogue between evolutionists and structuralists” (2007), de Eduardo da Motta e Albuquerque; e sobre neoliberalismo e pós-neoliberalismo – comunidade na qual o artigo mais central é “Toward a critique of Latin American neostructuralism” (2008), de Fernando Leiva. Por fim, temos as comunidades de artigos que enlaçam as duas ondas: o debate sobretudo em língua inglesa sobre desenvolvimento periférico – que gravita em torno de “The end of peripheries? On the enduring relevance of structuralism for understanding contemporary global development” (2015), de Andrew Fischer; as contribuições da história intelectual e as interpretações sobre Celso Furtado – centradas em “Celso Furtado and the structuralist-monetarist debate on economic stabilization in Latin America” (2012), de Mauro Boianovsky; a discussão sobre o legado de Furtado e do estruturalismo latino-americano – nucleada em “When development meets culture: the contribution of Celso Furtado in the 1970s” (2018), de A. Cunha e G. Britto; e também a respeito das perspectivas comparadas ou globais sobre desenvolvimento – representadas por “Long-run development and the legacy of colonialism in Spanish America” (2003), de James Mahoney.

Continuando a provocação de Franco Moretti (2013) sobre a “leitura distante”, o que está em jogo ao destacar esse conjunto de 17 textos não é dizer que a sua leitura substituiria a análise do conjunto – sem dúvidas preciosa, mas cansativa e demorada – dos 359 artigos que compõem a rede de citação direta, mas construiria uma forma de observá-los a partir de certas posições estruturais-chave. Aqui, eles não importam necessariamente por sua qualidade intrínseca, mas como espécies de “atalhos” que permitem um rápido sobrevoo sobre os temas e/ou especializações que compõem a nossa amostra. Servem, em resumo, como pontos de partida bem informados e

(esperamos) bem fundamentados para a *leitura cerrada* da produção que interage com a obra de Celso Furtado.

Feita a exploração cientométrica, dedicada ao ambiente estritamente científico da circulação da obra furtadiana, passemos agora à análise de seu impacto para além das revistas acadêmicas. Como veremos, tomando como material de pesquisa a Wikipédia, diferentes contextos nacionais e linguísticos também importam para a cartografia dos temas de interesse e do próprio sentido assumido pelos textos de Celso Furtado.

RECEPÇÃO E CONTROVÉRSIA: O PENSAMENTO DE CELSO FURTADO NA WIKIPÉDIA

O estudo da circulação e recepção das ideias para além dos muros da academia é sempre um desafio metodológico. Em nosso país, a área de “pensamento social no Brasil” tradicionalmente se dedica ao assunto e vem produzindo trabalhos fundamentais que buscam analisar, através de materiais empíricos diversos, como determinadas interpretações sobre a sociedade brasileira se relacionam com o substrato social que lhe dá vida (BASTOS; BOTELHO, 2010). Recentemente, a essa discussão vêm se juntando novas abordagens dedicadas a capturar a dinâmica de interações da Web 2.0, termo que designa uma ampla rede de comunidades e serviços oferecidos na internet com ativa participação de seus usuários, a exemplo das mídias sociais. Nesse novo campo de possibilidades empíricas que se abre à área de “pensamento social no Brasil”, a análise da plataforma Wikipédia é uma das mais promissoras. Com a proposta de ser uma enciclopédia *on-line*, a Wikipédia reúne e disponibiliza, através da colaboração de seus usuários, informações sobre os mais variados temas de interesse científico e de conhecimento geral. A editoração e a organização dos artigos contidos na plataforma dependem da participação constante de seus usuários através de discussões em fóruns, definição de conteúdo, sistematização de referências bibliográficas e a localização de *links* entre os verbetes (*interlinks*). A particularidade da Wikipédia em relação a outras plataformas de divulgação do conhecimento reside justamente em uma série de critérios que precisam ser cumpridos por seus editores para que o conteúdo disponibilizado seja confiável. Frequentemente ocorrem disputas entre versões de editores à frente de um mesmo verbete, os quais recorrem ao conhecimento científico especializado para validação ou refutação de argumentos. Por esses motivos, a plataforma se constitui como um ambiente propício para a análise da recepção e circulação das ideias acadêmicas, o que é reforçado quando analisamos as estatísticas referentes à visualização e os *interlinks* dos verbetes. De acordo com portal Alexa⁷, a Wikipédia.org é o décimo quarto *site* mais acessado no Brasil, com média de três acessos a seu conteúdo por usuário, tendo em torno de 769 mil *links* de *sites* direcionados a ele. Somente no mês de agosto de 2020, o Brasil foi responsável por aproximadamente 282 milhões de visualizações a artigos da

7 Disponível em: <https://www.alexa.com/topsites/countries/BR>.

Wikipédia em português, de um total de 403.759.964 de visualizações, incluindo usuários de outros países. Em um ano, entre agosto de 2019 e agosto de 2020, a versão em português atingiu 4,9 bilhões de visualizações.

Tendo em vista o importante lugar que a Wikipédia ocupa atualmente na circulação do conhecimento, analisaremos as interpretações sobre a trajetória e a obra de Celso Furtado contidas nos verbetes a ele dedicados escritos em diferentes idiomas, particularmente em português, inglês e espanhol⁸. Com isso, percorreremos o circuito cujo ponto de partida foi a análise realizada na seção anterior sobre a produção acadêmica relacionada à obra furtadiana, destacando agora a sua recepção por um público mais amplo e não necessariamente especializado em sua obra ou nos assuntos a ela relacionados. Veremos especificamente como as diferenças entre os verbetes em cada idioma se ligam a controvérsias acadêmicas, indicando como as diferentes interpretações acerca da obra do economista paraibano informam não só os conteúdos disponibilizados pelos editores, mas também, e em grande medida, a possível leitura do público que os acessam.

Na Figura 7, podemos acompanhar as visualizações ao artigo “Celso Furtado” em português, inglês e espanhol entre os meses de janeiro a agosto de 2020. No total, foram 35.857 visualizações ao verbete em português, 5.413 ao verbete em inglês e 4.899 ao verbete em espanhol ao longo do período destacado⁹. O pico em julho reflete provavelmente o interesse pelo autor no mês do centenário de seu nascimento.

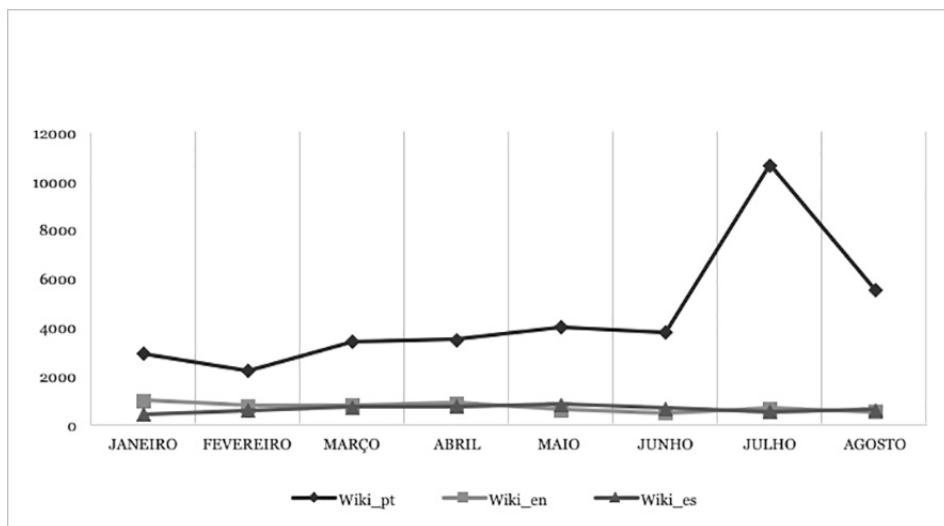


Figura 7 – Visualizações ao artigo “Celso Furtado”. Fonte: Wikipédia (janeiro a agosto de 2020). Elaboração dos Autores

As listagens dos *interlinks* que estão no interior do verbete de Celso Furtado nos

8 Ver os endereços do artigo em português, inglês e espanhol em Wikipédia (CELSO FURTADO, 2020),

9 Os dados são fornecidos pela própria Wikipédia (VISUALIZAÇÕES..., 2020).

dão pistas importantes do conteúdo que os editores desejam transmitir aos leitores. Na Tabela 1, disponibilizamos os *interlinks* indexados no verbete que foram clicados ao menos dez vezes entre janeiro e agosto de 2020. A interpretação da obra de Celso Furtado fornecida pelo verbete vincula os preceitos teóricos do economista àqueles do keynesianismo e aos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), de raiz estruturalista. Nota-se o interesse do público por conceitos associados a essa teoria, como “desenvolvimento econômico”, “consumo conspícuo”, “substituição de importações” e “subdesenvolvimento”, todos *interlinks* disponíveis no corpo do texto principal do verbete. As exceções são “desenvolvimentismo” e “teoria da dependência”, que se encontram em seção à parte do texto intitulada “Ver também”. Aparentemente um detalhe, mas é importante notar que a disposição dos *interlinks* e mesmo as suas repetições ao longo do verbete podem orientar a leitura dos usuários, chamando a atenção para informações importantes ou as deixando em segundo plano. O exemplo mais paradigmático é a palavra “Cepal” e suas variações (“pensamento cepalino” e “cepalinos”) mencionada dez vezes no verbete, das quais quatro são *interlinks* ao verbete “Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe”.

VERBETE DE ORIGEM	VERBETE DE DESTINO	CLIQUEs
Celso Furtado	Academia Brasileira de Letras	818
Celso Furtado	Formação econômica do Brasil	743
Celso Furtado	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe	474
Celso Furtado	John Maynard Keynes	470
Celso Furtado	Roberto Campos	359
Celso Furtado	Pombal (Paraíba)	317
Celso Furtado	Biblioteca Celso Furtado	236
Celso Furtado	Lúcio de Mendonça	170
Celso Furtado	Lista de ministros do Planejamento do Brasil	159
Celso Furtado	Hugo Napoleão do Rego Neto	142
Celso Furtado	Desenvolvimento econômico	132
Celso Furtado	Consumo conspícuo	129
Celso Furtado	Ordem Militar de Sant’iago da Espada	128

Celso Furtado	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	95
Celso Furtado	Raúl Prebisch	84
Celso Furtado	Subdesenvolvimento	84
Celso Furtado	Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social	77
Celso Furtado	Lista de ministros da Cultura do Brasil	75
Celso Furtado	Aluísio Pimenta	63
Celso Furtado	Teoria da dependência	54
Celso Furtado	Ato Institucional n. 1	46
Celso Furtado	Substituição de importações	39
Celso Furtado	Sorbonne	37
Celso Furtado	Fagundes Varela	31
Celso Furtado	Plano de Metas	28
Celso Furtado	Nicholas Kaldor	21
Celso Furtado	Desenvolvimentismo	16
Celso Furtado	Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales	15
Celso Furtado	Força Expedicionária Brasileira	15
Celso Furtado	Fundação Getulio Vargas	14
Celso Furtado	Lyceu Paraibano	13
Celso Furtado	Hélio Jaguaribe	12
Celso Furtado	Juscelino Kubitschek	11

Tabela 1 – *Interlinks* indexados no verbete “Celso Furtado” em português por números de cliques. Fonte: Wikipédia. Elaboração dos Autores

Quando invertemos a direção dos *interlinks*, destacando os verbetes da Wikipédia que levam ao verbete “Celso Furtado”, vemos como a estrutura de conexão entre os artigos (que representam conceitos, instituições, intelectuais,

localidades etc.) não se altera substancialmente. Observa-se a presença, sobretudo, de economistas ligados a Furtado que esposavam muitas de suas ideias ou mesmo compartilhavam de seus pressupostos teóricos sobre o desenvolvimentismo. Instituições pelas quais passou ou teve papel fundamental são outras fontes que levam os leitores a acessarem o verbete “Celso Furtado”. Tanto em um sentido quanto em outro, os *interlinks* e os cliques sugerem semelhanças no fluxo de informações que leva ao interesse pela obra de Furtado no verbete em português, cuja especificidade só é trazida à tona se comparamos com os verbetes em outros idiomas.

VERBETE DE ORIGEM	VERBETE DE DESTINO	CLIQUE
Maria da Conceição Tavares	Celso Furtado	729
Roberto Campos	Celso Furtado	415
Lista de ministros da Cultura do Brasil	Celso Furtado	376
Economista	Celso Furtado	304
Paraíba	Celso Furtado	215
Comissão Econômica para a América Latina	Celso Furtado	152
Formação econômica do Brasil	Celso Furtado	128
Filosofia da economia	Celso Furtado	85
João Goulart	Celso Furtado	84
Ginásio Pernambucano	Celso Furtado	74
Carlos Lessa	Celso Furtado	68
26 de julho	Celso Furtado	66
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	Celso Furtado	64
Economia estruturalista	Celso Furtado	46
Ignácio Rangel	Celso Furtado	34
Lista de agraciados na Ordem do Mérito Cultural	Celso Furtado	22

Economia heterodoxa	Celso Furtado	15
Ato Institucional n. 1	Celso Furtado	12
Maria Adélia Aparecida de Souza	Celso Furtado	12
Os economistas	Celso Furtado	11
Reforma agrária	Celso Furtado	11
Saturnino Braga	Celso Furtado	11
Florestan Fernandes	Celso Furtado	10
Hugo Napoleão do Rego Neto	Celso Furtado	10
Lista de membros da Academia Brasileira de Letras	Celso Furtado	10
Lista de ministros do Planejamento do Brasil	Celso Furtado	10
Plano de Metas	Celso Furtado	10

Tabela 2 – Origem dos *interlinks* que levam ao verbete “Celso Furtado” por número de cliques. Fonte: Wikipédia. Elaboração dos Autores

Estamos sugerindo que a disposição dos *links* feita pelos editores no texto do verbete em certa medida guiam os cliques e, portanto, a leitura dos usuários – no fundo, ela pressupõe uma interpretação (que pode ser cronicamente disputada pelos editores da Wikipédia) sobre o sentido e o lugar da produção furtadiana. Isso é perceptível quando comparamos o verbete em português dedicado a Celso Furtado com as suas versões em inglês e espanhol. Como não poderia deixar de ser, a estrutura mais geral das conexões – e das possíveis interpretações a elas subjacentes – nas duas versões é semelhante à versão em português ao vincular Furtado ao tema do desenvolvimentismo, aos preceitos da economia estruturalista e à teoria cepalina. Mas uma diferença chama a atenção, sobretudo quando notamos a presença do verbete “teoria da dependência” no campo semântico e de *interlinks* que orientam as leituras do verbete. Enquanto, nas versões em espanhol e em inglês, o sentido de orientação da leitura é o mesmo – do verbete “teoria da dependência” ao verbete “Celso Furtado” –, na versão em português, o sentido é inverso, conforme as tabelas 3 e 4.

VERBETE DE ORIGEM	VERBETE DE DESTINO	CLIQUES
Desarrollismo	Celso Furtado	264
Teoría de la dependencia	Celso Furtado	120
Celso Furtado	Desarrollismo	114
Celso Furtado	Movimiento Democrático Brasileño (1980)	84
Celso Furtado	Raúl Prébisch	84
Fuerza Expedicionaria Brasileña	Celso Furtado	39
João Goulart	Celso Furtado	11
Celso Furtado	Comisión Económica para América Latina	10
Celso Furtado	John Maynard Keynes	10
Celso Furtado	Luiz Inácio Lula da Silva	10
Estructura centro-periferia	Celso Furtado	10

Tabela 3 – Fluxo de cliques entre os verbetes conectados ao verbete “Celso Furtado” na versão em espanhol. Fonte: Wikipédia. Elaboração dos Autores

VERBETE DE ORIGEM	VERBETE DE DESTINO	CLIQUES
Celso Furtado	Structuralist economics	146
Structuralist economics	Celso Furtado	135
Celso Furtado	Raúl Prebisch	118
Import substitution industrialization	Celso Furtado	87
Celso Furtado	United Nations Economic Commission for Latin America	75
Prebisch–Singer hypothesis	Celso Furtado	66
Autarky	Celso Furtado	49

Dependency theory	Celso Furtado	49
Raúl Prebisch	Celso Furtado	24
Development economics	Celso Furtado	20

Tabela 4 – Fluxo de cliques entre os verbetes conectados ao verbete “Celso Furtado” na versão em inglês. Fonte: Wikipédia. Elaboração dos Autores

Provavelmente estamos diante de compreensões distintas sobre o que seja “teoria da dependência” e por isso buscamos rastrear os *interlinks* do verbete dedicado ao tema nos diferentes idiomas. Na Tabela 5, é possível perceber que a compreensão de autores e obras que compõem a “teoria da dependência” difere na versão em português e nas versões em inglês e espanhol. Nos verbetes nesses dois últimos idiomas, Furtado é tido como um dos principais teóricos da teoria da dependência, recebendo 146 e 48 cliques no *interlink* nos verbetes em espanhol e em inglês, respectivamente. Corrobora a interpretação da associação entre pensamento cepalino e teoria da dependência a presença de Raúl Prebisch na lista dos mais acessados. Quanto ao verbete em português dedicado à teoria da dependência, não há sequer menção e tampouco *interlink* que direcione ao verbete “Celso Furtado”, que é tomada “em contraposição às posições marxistas convencionais dos partidos comunistas e à visão estabelecida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)”¹⁰. De todo modo, escapa às diferentes versões dos verbetes sobre “teoria da dependência” e também sobre “Celso Furtado” uma avaliação mais matizada das etapas da obra do economista paraibano, sobretudo aquela desenvolvida a partir dos anos 1960, em que passa a rever a sua aposta na industrialização como saída da situação de dependência na periferia (SAWAYA, 2008).

TEORIA DA DEPENDÊNCIA		
Português		
POSIÇÃO	VERBETE	CLIQUE
1	Ruy Mauro Marini	305
2	Theotônio dos Santos	262
3	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe	251
4	Vânia Bambirra	225

¹⁰ Conforme Wikipédia (TEORIA da dependência, 2020).

5	André Gunder Frank	217
6	Divisão Internacional do Trabalho	134
7	Fernando Henrique Cardoso	40
8	Imperialismo	39
9	Desenvolvimento econômico	33
10	Teoria do sistema-mundo	23
//	<i>Celso Furtado</i>	<i>não há link</i>
Espanhol		
1	Teoría del desarrollo	936
2	Comisión Económica para América Latina	860
3	André Gunder Frank	437
4	Theotônio dos Santos	373
5	Enzo Faletto	316
6	Keynesianismo	312
7	Raúl Prébisch	276
8	Ruy Mauro Marini	233
9	Desarrollismo	229
10	Subordinación	202
14	<i>Celso Furtado</i>	146
Inglês		
1	Modernization theory	1.842
2	World-system	1.107

3	Raúl Prebisch	740
4	Development theory	649
5	World-systems theory	636
6	Prebisch–Singer hypothesis	492
7	Hans Singer	458
8	Andre Gunder Frank	447
9	Structuralist economics	392
10	Import substitution industrialization	305
47	Celso Furtado	48

Tabela 5 – *Interlinks* indexados no verbete “Teoria da dependência” em três idiomas por número de cliques. Fonte: Wikipédia. Elaboração dos Autores

Como podemos notar, trata-se de definições distintas sobre o que se convencionou chamar de “teoria da dependência” e se nela Furtado estaria integrado ou não. As controvérsias das diferentes versões da história da “teoria da dependência” encontram longo lastro nas discussões acadêmicas – aqui, vamos apenas destacar muito brevemente algumas delas, a fim de compreender a estrutura das conexões entre os verbetes da Wikipédia.

Em livro intitulado *Latin American theories of development and underdevelopment*, publicado originalmente em 1989, Cristóbal Kay (2011) efetua um balanço das principais correntes teóricas que se debruçaram sobre a problemática do desenvolvimento e do subdesenvolvimento na América Latina. Ao tratar das diferentes perspectivas e abordagens da “teoria da dependência”, o autor propõe uma divisão entre o que ele entende ser as vertentes “marxista” e “reformista” do debate. Na vertente “marxista”, Kay localiza intelectuais como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Andre Gunder Frank, Vânia Bambirra, Aníbal Quijano, dentre outros, ressaltando como especificidade de seus trabalhos a mobilização da abordagem marxista e o prognóstico político de que apenas a revolução socialista poderia superar a dependência (KAY, 2011, p. 127-128). Na vertente oposta, qualificada como “reformista”, na qual figuram intelectuais vinculados à Cepal, Celso Furtado aparece ao lado de Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Osvaldo Sunkel, Helio Jaguaribe, Aldo Ferrer e Aníbal Pinto, compartilhando as expectativas de resolução do problema da dependência através da reforma do sistema capitalista (KAY, 2011, p. 127).

Ao discutir a contribuição de Furtado enquanto “dependentista”, Kay destaca a imposição ou o transplante de certos padrões de consumo dos países centrais para os

periféricos como o aspecto crucial da interpretação do economista paraibano, cuja proposta teria em vista a problemática da persistência do subdesenvolvimento e da dependência na periferia. Ao tratar da noção de “dependência externa”, Kay ressalta que Furtado teria concedido ênfase à relação externa, uma vez que sua análise sustentaria que o crescimento econômico na periferia se encontraria condicionado pelas mudanças nas economias centrais. Além disso, destaca que o modo pelo qual o capitalismo se realiza na periferia teria como base, na perspectiva de Furtado, um efeito-demonstração, posto que seria entendido como imitativo, ao emular o tipo de consumo levado a cabo nos países centrais (KAY, 2011, p. 133). Ou seja, malgrado não deixar de entender a perspectiva de Furtado como “estruturalista”¹¹, Kay parece possuir um entendimento algo amplo do debate da dependência, chamando a atenção para a participação do economista paraibano como um teórico que, a seu ver, pode ser qualificado também como “dependentista”.

Em decorrência da morte de Celso Furtado, Kay (2005) escreve artigo em sua homenagem, assinalando que, além de ter sido um dos principais nomes da “escola estruturalista latino-americana do desenvolvimento”, que viria a despontar na Cepal, o economista brasileiro teria sido um dos primeiros cientistas sociais a mobilizar a noção de “dependência”. Para o intérprete, Furtado teria dado uma grande contribuição à “teoria da dependência”, cuja ampla difusão teria sido contundente tanto dentro quanto fora da América Latina entre os anos 1960-1970 (KAY, 2005, p. 1205). Kay reforça seu argumento de que as proposições de Furtado desempenharam papel significativo para a constituição do repertório identificado ao debate da dependência, não deixando de sublinhar sua anterioridade em relação às formulações de Andre Gunder Frank, especialmente no que se refere à articulação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Nas palavras do autor: *“Like Andre Gunder Frank, but well before him, Furtado argued that development and underdevelopment are part of the same historical process, just different sides of the same coin of the global system”* (KAY, 2005, p. 1.205).

Se passarmos ao balanço proposto pelos economistas suecos Magnus Blomström e Bjorn Hettne (1984), poderemos constatar que a análise mais detalhada da perspectiva de Furtado figura no capítulo “The Latin American dependency school”. Para os autores, Furtado teria sido, ao lado do economista chileno Osvaldo Sunkel, um dos mais influentes intelectuais que contribuíram para a radicalização da abordagem da Cepal. Furtado teria apontado, em seu momento mais pessimista em relação à questão do crescimento da produtividade, que a estratégia de industrialização da Cepal teria recrudescido a dependência ao invés de reduzi-la, uma vez que os bens de consumo importados teriam sido substituídos pelos bens de capital importados, imprescindíveis à estrutura industrial (BLOMSTRÖM; HETTNE, 1984, p. 57). A abordagem de Furtado seria representativa da existência de teóricos da dependência que não consideravam o desenvolvimento na periferia apenas como mero reflexo do centro, posto que visaria ao exame da interação entre fatores externos e internos, cuja ênfase incidiria sobre o plano interno (BLOMSTRÖM;

¹¹ Kay (2011) localiza Furtado tanto diante das diferentes abordagens da dependência quanto em relação à chamada “escola estruturalista do desenvolvimento”.

HETTNE, 1984, p. 58). Furtado se voltaria, nessa direção, sustentam os intérpretes, para o papel fundamental jogado pela estrutura social, deixando de lado sua análise mais centrada em fatores econômicos. Assim como Kay (2005), Blomström e Hettne aproximam Furtado de Gunder Frank, entendendo a perspectiva do economista paraibano, portanto, como uma contribuição decisiva para o debate da dependência. Para o duo, ao pensar as diferenças entre o desenvolvimento capitalista nos países centrais e periféricos, Furtado teria procedido de maneira similar à operada pela escola da dependência (BLOMSTRÖM; HETTNE, 1984, p. 57). Os autores afirmam, dessa maneira, que o impacto de Furtado não se encontraria confinado ao debate latino-americano, tendo logrado ampla ressonância, com traduções para as línguas inglesa, francesa e espanhola. Nos termos de Blomström e Hettne (1984, p. 58), “*Furtado played an important role, not only in the Latin American debate, but, together with André Gunder Frank, as the most important proponent of the dependency perspective outside of Latin America*”.

De forma semelhante, Joseph Love (1998) afirma que, além de ter sido o mais original e prolífico dos autores da vertente estruturalista no Brasil, Furtado teria sido o primeiro intelectual a se debruçar sistematicamente, na América Latina, sobre a problemática da dependência. De acordo com ele, Furtado “foi o primeiro dos analistas da dependência latino-americanos, e também o primeiro a afirmar, especificamente, que desenvolvimento e subdesenvolvimento fazem parte do mesmo processo de expansão da economia capitalista internacional” (LOVE, 1998, p. 359). Love (1998, p. 386) lembra, de modo contraintuitivo, que Furtado se voltaria para a articulação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento por meio de uma análise sobre o “colonialismo interno” ao discutir as relações entre o Nordeste e o Centro-Sul no Brasil, antecipando-se ao que seria desenvolvido, ao longo da década de 1960 – diga-se de passagem, de formas distintas – por ele próprio, Andre Gunder Frank, Fernando Henrique Cardoso e Osvaldo Sunkel. Ele considera que, em 1961, quando Furtado publica *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, que esse seria o trabalho através do qual o autor formalizaria efetivamente o vínculo entre o estruturalismo e a “teoria da dependência” (LOVE, 1998, p. 365). A despeito de não desenvolver a discussão, Love ressalta que, por conta de sua demissão da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em decorrência da instauração da ditadura civil-militar no Brasil, em 1964, Furtado parte para o exílio, passando um curto período de tempo no Chile, onde teria contribuído de forma significativa para o aparecimento da análise da dependência (LOVE, 1998, p. 365).

Discutindo o processo de constituição da “teoria da dependência”, Love (1998, p. 427) destaca que sua formação se sucedeu com base na articulação entre o marxismo e o estruturalismo, embora enfatize que a segunda vertente teórica tenha sido a sua fonte decisiva. Em outras palavras, ao defender o estruturalismo como fonte fundamental da “teoria da dependência”, a perspectiva de Furtado acaba ganhando centralidade, reforçando o argumento do intérprete de que o economista paraibano teria sido o pioneiro na análise sistemática da dependência (LOVE, 1998, p. 391). Não à toa, além de dedicar um capítulo para a discussão da obra e da trajetória de Furtado, Love retoma a sua leitura no capítulo intitulado “Os caminhos rumo à dependência”, passando por trabalhos como *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*,

Dialética do desenvolvimento e Acumulação e desenvolvimento. Love (1998, p. 439) sustenta, desse modo, que Furtado teria sido, ao lado de Sunkel, um dos teóricos cepalinos a questionar as teses da própria Cepal, contribuindo para tornar célebre a chamada “teoria da dependência”. Portanto, Furtado teria ido além do interesse de Raúl Prebisch pelos ciclos econômicos da América Latina ao historicizar de modo consistente a perspectiva estruturalista (LOVE, 1998, p. 502).

Nesse sentido, talvez seja interessante discutir, por contraste, como Furtado é visto entre os próprios intelectuais brasileiros imediatamente envolvidos no debate da dependência, uma vez que as controvérsias locais certamente modelaram a versão “pública” com maior circulação sobre a teoria entre nós – pensando, é claro, no número de leituras que o verbete da Wikipédia possui. Em dois pequenos textos recolhidos na coletânea *Pensadores que inventaram o Brasil*, publicada em 2013, Fernando Henrique Cardoso discute as formulações de Furtado, voltando-se principalmente para a potente interpretação do país codificada em *Formação econômica do Brasil*. Tanto em “O descobrimento da economia”¹² quanto em “A propósito de *Formação econômica do Brasil*”¹³, ambos presentes na coletânea, Cardoso discute a contribuição de Furtado, chamando a atenção para os seus vínculos pessoais¹⁴ e intelectuais com o economista paraibano, sem, no entanto, atrelá-lo diretamente ao debate da dependência. Furtado aparece, para Cardoso (2013b, p. 213), como um intelectual “admirado e respeitado por seus colegas de jornada na formação da ‘escola estruturalista latino-americana’”. Já em artigo publicado menos de um mês após a morte de Furtado, intitulado “A vida e a obra de Celso Furtado”, Cardoso (2004b) ressalta a capacidade de interpelação cognitiva de sua obra, mas sem fazer menção à sua suposta contribuição para a “teoria da dependência”. Em outras palavras, malgrado tratar da importância e da interpelação exercida pela perspectiva de Furtado sobre sua geração (CARDOSO, 2013a), Cardoso vincula seus trabalhos à “escola estruturalista”, não discutindo, em momento algum, nesses trabalhos, qualquer participação direta que o economista paraibano possa ter tido para a constituição da “teoria da dependência”.

Contudo, não custa lembrar que, já no exílio, Cardoso participa de seminário realizado, entre maio e junho de 1964, no Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), órgão vinculado à Cepal, no qual estiveram presentes Celso Furtado, Osvaldo Sunkel, Enzo Faletto, Francisco Weffort e Aníbal Pinto (CARDOSO, 2004a; 2004b; 2013). A contribuição do seminário, que tinha em vista reavaliar os trabalhos produzidos pela Cepal, alega Cardoso (2004a; 2004b; 2013), teria sido decisiva para o surgimento de seu famoso *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, livro que viria a publicar alguns anos depois, em 1969, em colaboração com

12 “O descobrimento da economia” (CARDOSO, 2013a) foi publicado originalmente em 1978 na revista *Señor Vogue*.

13 Texto originalmente publicado como prefácio da coletânea *Celso Furtado e a formação econômica do Brasil: Edição comemorativa dos 50 anos de publicação (1959-2009)*, organizada por Francisco da Silva Coelho e Rui Guilherme Granziera.

14 Já em seu exílio, em Santiago, antes de Ruth Cardoso e seus filhos chegarem ao Chile, Fernando Henrique Cardoso divide uma casa com Celso Furtado, Francisco Weffort e Wilson Cantoni, seus colegas na Cepal (2014, p. 102-103), período também revisitado em “A propósito de *Formação econômica do Brasil*” (CARDOSO, 2013b, p. 213).

o sociólogo chileno Enzo Faletto¹⁵. Entretanto, ao tratar do pensamento de Furtado nos textos recolhidos em *Pensadores que inventaram o Brasil* e em “A vida e a obra de Celso Furtado”, a despeito de lembrar do seminário do Ilpes, Cardoso não vincula o economista diretamente ao debate da dependência, entendendo-o como participante fundamental da “escola estruturalista latino-americana”.

Já Theotônio dos Santos (2000) não parece questionar, em seu balanço da teoria da dependência, a inclusão de Celso Furtado entre os chamados autores “dependentistas”. Ainda que enxergue limites no modo pelo qual Blomström e Hettne entendem a vertente “neomarxista” do debate, Santos (2000, p. 28) qualifica a proposta dos economistas suecos como “a que mais se aproxima de uma descrição correta das tendências teóricas principais que conformaram a teoria da dependência”. Entretanto, ao se remeter ao levantamento empreendido por Andre Gunder Frank, Santos (2000, p. 28) lembra que o economista alemão teria destacado a dispersão algo flagrante na maneira pela qual os dependentistas seriam enquadrados nas diferentes escolas de pensamento. Apesar de não questionar o tipo de classificação proposta pelos economistas suecos, Santos (2000, p. 81) confere maior atenção, ainda que breve, a Celso Furtado apenas no capítulo “A Cepal e a substituição de importações” de seu balanço da “teoria da dependência”, chamando a atenção para o seu argumento de que “a política de financiamento dos estoques de café no Brasil manteve a renda média do país durante a crise de 1929 e, portanto, a demanda interna”.

Já em revisão bibliográfica sobre a “teoria da dependência”, publicada na revista *Estudos Avançados*, Santos (1998, p. 141) elenca o livro *O mito do desenvolvimento econômico*, de Furtado, o que nos permite inferir que, para ele, diferentemente de Cardoso, o economista cepalino talvez possa ser ligado diretamente aos debates sobre a dependência. O que parece ser corroborado em artigo dedicado à reflexão de Furtado, no qual Santos (2015) destaca como aquele teria incorporado a noção de “capitalismo dependente”, para mensurar a diferenciação entre a experiência histórico-social norte-americana e a da América Latina¹⁶. Santos discute o contexto de fundação da Asociación Internacional de Economistas del Tercer Mundo, da qual participa junto a Furtado, cujo primeiro congresso teria tido lugar, em fevereiro de 1976, na Argélia. De acordo com Santos (2015, p. 20), a associação teria levado em consideração a problemática da dependência, procurando formular um pensamento econômico capaz de articular tanto o ponto de vista quanto os interesses dos países terceiro-mundistas. O intérprete destaca ainda o artigo “Creatividad cultural y desarrollo dependiente”, de Furtado, trabalho que seria, a seu ver, “*el punto de partida para la total incorporación de sus reflexiones al campo de la crítica al eurocentrismo y al economicismo que prevalecieron en las Ciencias Sociales hasta muy recientemente*” (SANTOS, 2015, p. 21). Assim, sugerimos que, em contraste com os balanços estrangeiros aqui discutidos, nos quais Celso Furtado surge como um elo crucial

15 Afrânio Garcia Jr. (2016) endossa a visão de Cardoso, ressaltando que o seminário organizado por Celso Furtado como um contraponto crítico aos primeiros textos produzidos pela Cepal nos anos 1950 teria sido decisivo para os trabalhos que lograram sucesso como “teoria da dependência”.

16 Aspecto reafirmado por Theotônio dos Santos (2016) em livro que confecciona em homenagem a Celso Furtado, cuja discussão não teremos tempo de empreender dados os limites do artigo.

para a “teoria da dependência” ou mesmo como um precursor do debate, a posição de Fernando Henrique Cardoso e Theotônio dos Santos parece ser mais tímida, não conferindo o grau de centralidade que Kay, Love e os intérpretes suecos Blomström e Hettne atribuem ao economista paraibano.

Não pretendemos, por óbvio, sugerir aqui um balanço exaustivo da relação controversa, a depender do contexto linguístico em jogo, das relações entre Celso Furtado e a teoria da dependência, tal qual sugerida pelos fluxos de visitas aos seus verbetes na Wikipédia. Mas ilustrar como as controvérsias científicas quanto ao sentido e o lugar da obra furtadiana extravasam o debate acadêmico e ganham concretude nessa forma móvel, dinâmica e altamente disputada do debate público que ocorre na chamada Web 2.0. Nesse movimento entre a pesquisa científica e a circulação “pública” do conhecimento, nexos semânticos (com efeitos políticos variados) vão emergindo, trazendo novas agendas de pesquisa. Essa foi a principal motivação desse segundo experimento de pesquisa ensaiado aqui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poucas obras têm a capacidade de ir além de seu tempo e participar de um debate de longa duração. O pensamento social e econômico de Celso Furtado é uma delas e se revela em instância reflexiva de uma série de temas, como desenvolvimentismo, dependência e estruturalismo econômico. Chama atenção ainda o interesse recente pelas interpretações de Furtado no pensamento social e econômico brasileiro, latino-americano e mundial. O que não é nada trivial, levando em conta que se trata de um intelectual dedicado a pensar questões caras à realidade do capitalismo periférico.

A partir dos dados coletados, evidencia-se como essa ampla circulação da obra furtadiana pelos níveis local, continental e global não corresponde a uma interpretação homogênea de seu público, acadêmico e não acadêmico. E isso em dois sentidos: primeiro, é possível observar através dos dados cientométricos como, ao longo do tempo, sua obra passa por releituras que dizem respeito ao contexto em que ela é recuperada, mostrando-se como fonte vigorosa de questões; segundo, as interpretações do que há de essencial e característico na obra furtadiana – dependentista ou desenvolvimentista estruturalista – variam também conforme, por assim dizer, o contexto linguístico, como deixam entrever os dados extraídos da Wikipédia. De modo mais geral, se entre os anos 1970-1980 podemos constatar a ligação dos trabalhos de Furtado com discussões vinculadas ao debate sobre crescimento econômico, desenvolvimento e dependência – algo que procuramos apresentar detalhadamente no artigo –, nos anos 2000, seus trabalhos parecem ter sido mobilizados numa outra chave, com ênfase na problemática do neo/novo-desenvolvimentismo, do estruturalismo e de um neoestruturalismo, bem como em outros campos emergentes ou interdisciplinares, como sistemas de inovação, estudos organizacionais, saúde pública, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, e pensamento social. Como sugerimos, é exatamente nesse entrecruzamento de interesses cognitivos diversos a que é submetida a releitura de sua obra que encontramos o núcleo de força e atualidade do pensamento furtadiano.

SOBRE OS AUTORES

ANTONIO BRASIL JR. é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

antoniobrasiljr@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0001-8653-668X>

LUCAS CARVALHO é professor do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

lucascorreiacarvalho@id.uff.br

<http://orcid.org/0000-0003-0118-7762>

KARIM HELAYEL é pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

khelayel@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5680-4556>

REFERÊNCIAS

- ALAIMO, C.; KALLINIKOS, J. Computing the everyday: social media as data platforms. *The Information Society*, v. 33, n. 4, 2017, p. 175-191.
- ALEXANDER, J. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (org.). *Teoria social hoje*. Tradução de Gilson Cesar Cardoso dos Santos. São Paulo: Unesp, 1999.
- ARIA, M.; CUCCURULLO, C. bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. *Journal of Informetrics*, v. 11, n. 4, November 2017, p. 959-975.
- BASTIAN, M.; HEYMANN, S.; JACOMY, M. Gephi: an open source software for exploring and manipulating networks. Third International ICWSM Conference, 2009, p. 361-362.
- BASTOS, E. R.; BOTELHO, A. Horizontes das ciências sociais: pensamento social brasileiro. In: MARTINS, C. B.; MARTINS, H. H. T. de S. (org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia*. São Paulo: Anpocs, 2010, p. 475-496.
- BLOMSTRÖM, M.; HETTNE, B. *Development theory in transition – the dependency debate and beyond: the Third World responses*. London: Zed Books, 1984.
- BLONDEL, V. D. et al. Fast unfolding of communities in large networks. *Journal of Statistical Mechanics: Theory and Experiment*, v. 2008, n. 10, p. P10008, out. 2008.
- BORNMANN, L. In: Scientific revolution in scientometrics: the broadening of impact from citation to societal. [s.l.] De Gruyter Saur, 2016, p. 347-359.

- BOTELHO, A. O universo dinâmico dos clássicos da sociologia. In: BOTELHO, André (org.). *Essencial Sociologia*. I. ed. São Paulo: Penguin, 2013, p. 9-29.
- BOTELHO, A. Un programa fuerte para el pensamiento social brasileño. *Prismas: revista de historia intelectual*, n. 19, 2015, p. 151-162.
- BOTELHO, A. O retorno da sociedade: política e interpretações do Brasil. I. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.
- BOTELHO, A.; STARLING, H. M. (ed.). *República e democracia: impasses do Brasil contemporâneo*. I. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.
- BRANDES, U. A faster algorithm for betweenness centrality. *The Journal of Mathematical Sociology*, v. 25, n. 2, 1 jun. 2001, p. 163-177.
- BRASIL JR., A. As ideias como forças sociais: sobre uma agenda de pesquisa. *Sociologia & Antropologia*, v. 5, n. 2, 2015, p. 553-574.
- BRASIL JR., A. Intelectuais, cultura e poder: uma agenda brasileira de pesquisa. In: FAZZI, R. de C.; LIMA, J. A. de (org.). *Campos das ciências sociais: figuras do mosaico das pesquisas no Brasil e em Portugal*. I. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020a, p. 339-356.
- BRASIL JR, A.; JACKSON, L.; PAIVA, M. O pequeno grande mundo do Pensamento Social no Brasil. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, v. 91, jan.-abr. 2020b, p. 1-38.
- BURROWS, R.; SAVAGE, M. After the crisis? Big Data and the methodological challenges of empirical sociology. *Big Data & Society*, v. 1, n. 1, p. 205395171454028, 2014.
- CALLON, M. et al. From translations to problematic networks: An introduction to co-word analysis. *Social Science Information*, v. 22, n. 2, 1 mar. 1983, p. 191-235.
- CARDOSO, F. H. Prefácio à nova edição. In: CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.
- CARDOSO, F. H. A vida e a obra de Celso Furtado. *Exame*, ed. 832, ano 38, n. 24, 8 de dezembro de 2004b, p. 52-54.
- CARDOSO, F. H. O descobrimento da economia. In: CARDOSO, F. H. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013a, p. 207-211.
- CARDOSO, F. H. A propósito de *Formação econômica do Brasil*. In: CARDOSO, F. H. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013b, p. 212-224.
- CARDOSO, F. H. *O improvável presidente do Brasil*: recordações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- CARVALHO, L.; BRASIL JR., A. Mapeando a área de pensamento social no Brasil: uma análise preliminar de sua produção em artigos. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, v. 14, n. 3, 2020a, p. 597-618.
- CARVALHO, L.; BRASIL JR., A. Por dentro das ciências humanas: um mapeamento semântico da área via base SciELO-Brasil (2002-2019). *Revista de Humanidades Digitales*, v. 5, 2020b, p. 149-183.
- CELSO FURTADO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Página editada pela última vez às 19h26min de 18 de novembro de 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Celso_Furtado&oldid=59826397. Acesso em: ago. 2020.
- CELSO FURTADO. In *Wikipédia, The Free Encyclopedia*. Retrieved 15:04, August 9, 2020, from https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Celso_Furtado&oldid=953516859.
- CELSO FURTADO [en línea]. Wikipedia, La enciclopedia libre, 2020 [fecha de consulta: agosto del 2020]. Disponible en https://es.wikipedia.org/w/index.php?title=Celso_Furtado&oldid=131231603.
- CHAGURI, M.; MEDEIROS, M. (ed.). *Rumos do sul: periferia e pensamento Social*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.
- CHEN, C. et al. Towards an explanatory and computational theory of scientific discovery. *Journal of Informetrics*, v. 3, n. 3, 2009, p. 191-209.

- COBO, M. J. et al. An approach for detecting, quantifying, and visualizing the evolution of a research field: a practical application to the Fuzzy Sets Theory field. *Journal of Informetrics*, v. 5, n. 1, 1 jan. 2011, p. 146-166.
- DIALLO, S. Y. et al. Identifying key papers within a journal via network centrality measures. *Scientometrics*, v. 107, n. 3, 1 jun. 2016, p. 1005-1020.
- ESPOSITO, E. The impact of Big Data. In: MAEGAARD, B. et al. (ed.). *Stay tuned to the future: impact of research infrastructures for social sciences and humanities*. Roma: Istituto per il Lessico Intellettuale Europeo e Storia delle Idee; Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2019, p. 27-31. (Lessico Intellettuale Europeo CXXVIII).
- GARCIA JR., A. R. "Ares do mundo" e meditações sobre centros de decisões internacionais: o valor heurístico da "obra autobiográfica de Celso Furtado". *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, n. 45, julho-dezembro de 2016, p. 251-284.
- GIDDENS, A. *Política, sociologia e teoria social*. São Paulo: Unesp, 1997.
- JOHNSON, T. P. Snowball sampling: introduction. In: Wiley StatsRef: Statistics Reference Online. [s.l.] American Cancer Society, 2014.
- JOSIOWICZ, A.; BRASIL JR., A. Pensamento social e pesquisa informacional: o caso da Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS). *Revista Brasileira de Sociologia – RBS*, v. 7, n. 16, maio-ago. 2019, p. 5-128.
- KALLINIKOS, J. Information out of information: on the self-referential dynamics of information growth. *Information Technology and People*, v. 19, n. 1, 2006a, p. 98-115.
- KALLINIKOS, J. *The consequences of information: institutional implications of technological change*. Northampton: Edward Elgar, 2006b.
- KAY, C. Celso Furtado: pioneer of structuralist development theory. *Development and Change*, v. 26, n. 6, 2005, p. 1201-1207.
- KAY, C. *Latin American theories of development and underdevelopment*. New York: Routledge, 2011.
- LEYDESDORFF, L. Words and co-words as indicators of intellectual organization. *Research Policy*, v. 18, n. 4, 1 ago. 1989, p. 209-223.
- LOVE, J. *A construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- LUHMANN, N. Tautology and Paradox in the self-descriptions of modern society. *Sociological Theory*, v. 6, n. 1, 1988, p. 21-37.
- MARTÍN-MARTÍN, A. et al. Google Scholar, Microsoft Academic, Scopus, Dimensions, Web of Science, and OpenCitations' COCI: a multidisciplinary comparison of coverage via citations. *Scientometrics*, 2020.
- MORETTI, F. *Distant reading*. 1. ed. London; New York: Verso, 2013.
- PACKER, A. SciELO Citation Index no Web of Science. *SciELO em Perspectiva*. February 28, 2014. Disponível em: https://blog.scielo.org/blog/2014/02/28/scielo-citation-index-no-web-of-science/#.X5d_5lhKhPY. Acesso em: 26 out. 2020.
- SANTOS, T dos S. Por uma bibliografia sobre a teoria da dependência. *Estudos Avançados*, v. 12, n. 33, 1998, p. 137-146.
- SANTOS, T dos S. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SANTOS, T dos S. La crítica al eurocentrismo y la propuesta de un desarrollo propio en América Latina: las aportaciones de Celso Furtado. *Estudios Latinoamericanos*, Nueva Época, n. 36, julio-diciembre, 2015, p. 15-26.
- SANTOS, T dos S. *Desenvolvimento e civilização: homenagem a Celso Furtado*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.

- SAWAYA, R. R. Celso Furtado: criatividade e dependência na periferia. *Estudos Avançados*, v. 22, n. 64, dez. 2008, p. 327-334.
- TEORIA da dependência. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Página editada pela última vez às 18h24min de 7 de setembro de 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Teoria_da_depend%C3%Aancia&oldid=59288560. Acesso em: ago. 2020.
- VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. *Scientometrics*, v. 84, n. 2, 2010, p. 523-538.
- VELEZ-CUARTAS, G.; LUCIO-ARIAS, D.; LEYDESDORFF, L. Regional and Global Science: Latin American and Caribbean publications in the SciELO Citation Index and the Web of Science. arXiv:1510.02453 [cs], 6 nov. 2015.
- VISSER, M.; VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. Large-scale comparison of bibliographic data sources: Scopus, Web of Science, Dimensions, Crossref, and Microsoft Academic. arXiv:2005.10732 [cs], 21 maio 2020.
- VISUALIZAÇÕES da página. Comparação das visualizações entre várias páginas. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, jan.-ago. 2020. Disponível em: https://pageviews.toolforge.org/?project=en.wikipedia.org&platform=all=-access&agent=user&redirectso=&start=2020-01&end=2020-08&pages=Celso_Furtado. Acesso em: ago. 2020.
- YI, S.; CHOI, J. The organization of scientific knowledge: the structural characteristics of keyword networks. *Scientometrics*, v. 90, n. 3, 1 mar. 2012, p. 1015-1026.

Quarta capa:

Muitos foram os estudiosos da nossa realidade que nos deixaram obras que têm sido objeto de frutuosa reflexão dentro e fora do país. Contudo, esse esforço de compreensão do processo histórico de construção deste país continental tem-se tornado menos eficaz à medida que as forças do processo de globalização tendem a prevalecer. A tradição tem sido pensar o Brasil como um ente histórico que se formou sob a impulsão de fatores endógenos, quando na verdade este país surgiu como uma feitoria comandada de fora para dentro e evoluiu ao sabor da conjuntura internacional. Ocorre que estamos vivendo uma mutação nas relações internacionais de conseqüências particularmente graves em países com agudas desigualdades sociais como é o nosso.

Esta é a problemática de que se ocupa *O longo amanhecer - reflexões sobre a formação do Brasil*, livro que se inscreve na linha de reflexão/das obras mais recentes de Celso Furtado.

Biografia:

Celso Furtado nasceu em 1920 no estado da Paraíba. Formou-se em Direito pela Universidade do Brasil, doutorou-se em Economia pela Universidade da Sorbonne e fez pós-doutoramento em Cambridge, Inglaterra. Ao lado do economista argentino Raul Prebisch, integrou ^{em 1948} o núcleo inicial da CEPAL (Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina), onde permaneceu durante dez anos. Em 1959 criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Foi o primeiro ministro do Planejamento do ^{Brasil} governo ^{de João Goulart} brasileiro. Privado de direitos políticos pelo governo militar, em 1964, dedicou-se à pesquisa e ensino em universidades européias e norte-americanas. Com a redemocratização, foi embaixador junto à Comunidade Européia e ministro da Cultura. É membro da Academia Brasileira de Letras.

Textos de composição da obra

O longo amanhecer nos quais se vê, novamente, a troca do título do livro.

Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-LA-002

Volta às fontes batismais: Celso Furtado e a profecia da Sudene

[Back to baptismal fonts: Celso Furtado and Sudene's prophecy]

Darlan Praxedes Barboza¹

Elisabete Marin Ribas²

Agradecemos a Rosa Freire d'Aguiar, pelo apoio e orientações generosas no presente ensaio e em inúmeras outras oportunidades; ao professor Alexandre de Freitas Barbosa, pela confiança e entusiasmo; à equipe técnica do Serviço de Arquivo IEB/USP (Denise de Almeida Silva – supervisora; Adriano de Castro Meyer; Patrícia Godoy Gomes Dollay, pelo suporte incondicional de sempre; e a Paulo José de Moura, pelas reproduções digitais ágeis e precisas de parte dos documentos que ilustram este artigo). Ainda em relação às imagens e seus protocolos de reprodução, agradecemos também a Ivanise de Oliveira, pela gentileza e profissionalismo ímpar. Por fim, agradecemos à equipe da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*.

RESUMO • O presente artigo pretende ilustrar e discutir, a partir de documentos selecionados do arquivo pessoal de Celso Furtado, doado em 2019 ao Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), duas facetas da trajetória profissional de seu titular: a atuação no contexto da criação e da gestão da Sudene e o papel que teve como formador e inspirador da juventude de sua época. Espera-se que esta breve exposição estimule o interesse de outros pesquisadores pelo acervo de Celso Furtado, composto de milhares de itens que exprimem uma vida e uma obra dedicadas a pensar e transformar o Brasil. • **PALAVRAS-CHAVE** • Celso Furtado; Sudene; IEB; arquivos pessoais. • **ABSTRACT** • Resorting to selected

documents from Celso Furtado's personal archive donated to the Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) in 2019, this article's goal is to present and discuss two aspects concerning Furtado's professional career: his work on the creation and administration of Sudene and the role he had as a teacher and inspiration model for the youth of the period. We hope that this short presentation may encourage other researchers to be interested in Celso Furtado's archive – a collection composed by thousands of documents expressing a life and an intellectual production devoted to think and transform Brazil as a nation. • **KEYWORDS** • Celso Furtado; Sudene; IEB; personal archive.

Recebido em 8 de fevereiro de 2021

Aprovado em 15 de fevereiro de 2021

BARBOZA, Darlan Praxedes; RIBAS, Elisabete Marin. Volta às fontes batismais: Celso Furtado e a profecia da Sudene. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 78, p. 274-301, abr. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.vii78p274-301>

1 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

2 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil); Universidade Estadual Paulista (Unesp, Marília, SP, Brasil).

Sinto-me, na verdade, como se tivesse um novo evangelho nas mãos.
(Celso Furtado, *Diários intermitentes*, 2019, p. 154).

Neste texto temos a alegria de trazer a público uma pequena mas significativa amostra dos materiais inéditos do acervo pessoal de Celso Furtado, que, desde 2019, se encontra sob a guarda do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP). A equipe técnica responsável pelo tratamento desses documentos se viu na contingência de readequar a marcha de suas atividades e prazos em virtude da excepcionalidade do ano de 2020, o que não a impediu de avançar quanto foi possível em seu trabalho. Dito isso, é com grande satisfação que este texto dá a largada na publicização de alguns dos documentos do arquivo pessoal de Celso, com atenção especial a itens relativos à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e à questão Nordeste.

A seguir apresentaremos alguns desses materiais relacionando-os ao compromisso sempre em dia de Celso com as novas gerações. Como é sabido, Celso foi um homem de pensamento e ação, que, nutrido do sentimento de responsabilidade política, tomou posição por diversas vezes nas lutas do paroquial mundo político para romper as barreiras do atraso e das desigualdades (inclusive as regionais). Para tanto, o economista engajou as novas gerações em seus ideais e projetos. No Brasil ou no exterior, Celso sempre esteve rodeado pela juventude universitária. Seus livros e exemplo republicano exerciam – e exercem! – particular fascínio e atração sobre ela. E foi assim também porque ele se empenhou para atualizar a formação dos estudantes e para engajá-los no sonho responsável, se assim podemos chamar, de planejar as mudanças econômicas e sociais que elevariam os padrões de vida dos segmentos excluídos e alargariam as margens da democracia no Brasil, de maneira que as novas gerações que se formaram na esteira das oportunidades abertas por ele – na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e na Sudene – passaram a vê-lo como seu professor e mestre.

Na Cepal, os jovens economistas latino-americanos trabalharam com espírito de grupo, devoção e o sentimento de que cumpriam uma missão: desenvolver,

superar as velhas estruturas políticas e administrativas e distribuir renda. Nesse esforço, uma das prioridades foi preparar jovens especialistas e planejadores para reformar essas estruturas e promover o desenvolvimento. Celso Furtado foi uma das peças-chave desse experimentalismo cepalino, e esse período de quase dez anos na Cepal certamente influenciou seu gosto pelo trabalho em equipe, inspirado em propósitos elevados e movido pelo desejo de mudança da juventude. Como mostram os telegramas que constam do acervo, já durante o périplo latino-americano na década de 1950 Celso ergueu pontes com jovens pesquisadores brasileiros fundando com eles o Clube dos Economistas e a *Revista Econômica Brasileira* e aproveitando-os no Grupo Misto Cepal-BNDE em 1953. A partir de iniciativas como essas, Celso tornou-se pouco a pouco o líder natural desses jovens economistas, especialmente aqueles da “corrente desenvolvimentista nacionalista do setor público” (BIELSCHOWSKY, 1988). Somem-se a isso os embates de Celso e de Raúl Prebisch (o secretário-executivo da Cepal) com o mandarinato da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da *Revista Brasileira de Economia* no começo da década de 1950 e se torna compreensível a importância que ele adquiriria entre os mais moços.

Celso levou a sério a renovação do pensamento e a formação de quadros técnicos competentes, de cabeça arejada, livres de preconceitos ideológicos e também do pessimismo congênito de parcela das classes dominantes brasileiras acerca das potencialidades econômicas do país e do Nordeste. O nome de Celso se vinculou às novas gerações de intelectuais e universitários – das ciências sociais e de outras áreas –, antes e depois dos acontecimentos de 1964, tornando-o um emblema para a juventude que desde a década de 1950 ele convocou para sentar à mesa com seus ideais e qualificações e assumir responsabilidades efetivas pelos destinos do país e do Nordeste. Essas gerações logo alçariam Celso ao lugar de mestre cujos ideais e exemplo se constituíam numa espécie de reserva utópica – nunca esgotada – das aspirações de uma nação ainda por ser feita. Dentre tantos depoimentos a esse respeito, são esclarecedores o da escritora Nélida Piñon e o do historiador José Murilo de Carvalho:

Sua biografia, intimamente enlaçada a este país, a este continente, parecia orgulhosamente nos representar. Fazia-nos maiores do que éramos de fato. Sua história permitia que nos alimentássemos da ilusão de que um dia o Brasil cresceria, ganharia maturidade, reverberaria, estaria finalmente à altura deste brasileiro singular, ao alcance de nós próprios. (PIÑON, 2005, p. 390).

Para mim e para toda a geração que entrou na universidade no começo dos anos 60, ele foi sempre uma figura próxima, quase íntima, um irmão mais velho, um conselheiro, um mestre. Ele falava para nós e falava por nós. (CARVALHO, 2005, p. 422).

Esse sentimento agudo de responsabilidade com a coisa pública e compromisso com a formação de jovens pesquisadores vai ao encontro da missão do Arquivo IEB/USP de preservar e difundir a memória de alguns dos mais destacados artistas e intelectuais brasileiros cujos acervos se encontram sob sua guarda, estimular e apoiar a produção de novas pesquisas e propiciar, especialmente aos jovens pesquisadores

que ali chegam, o conhecimento das noções e técnicas do trabalho de conservação e extroversão de acervos pessoais.

Na próxima seção discutiremos um aspecto mais geral e que nos parece ser um fio da meada importante para pensar a atração exercida pela liderança de Celso no período da Sudene: sua juventude. Na última seção, passaremos à apresentação de alguns dos documentos do acervo procurando ressaltar o ar de novidade e o surgimento avassalador de Celso Furtado e da Sudene na cena política brasileira entre as décadas de 1950 e 1960 e sublinharemos seu papel como um reformador educacional do Nordeste – da alfabetização à pós-graduação – que multiplicou as oportunidades de formação para as gerações de jovens pesquisadores e planejadores.

“COMPROMETO-ME COMIGO MESMO A SER JOVEM”³

*Todo começo é involuntário
Deus é o agente
O herói a si assiste, vário
E inconsciente
À espada em tuas mãos achada
Teu olhar desce.
“Que farei eu com esta espada?”
Ergueste-a, e fez-se
(Fernando Pessoa, 2007, p. 33).*

Depois da temporada de estudos em Cambridge, Celso Furtado regressou ao Brasil em agosto de 1958 como diretor para o Nordeste do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e chefe do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Logo se tornaria o homem da Operação Nordeste (Openo) e publicaria *Formação econômica do Brasil (FEB)*. O país atravessava um período de aceleradas transformações econômicas e respirava um clima de otimismo e esperança. O bossanovismo e o “desenvolvimentismo a caneladas” do governo Juscelino Kubitschek (1955-1960) abriam espaço na rígida estrutura de poder para jovens que, a exemplo de Celso, buscavam modernizar a administração pública e mover os ponteiros do relógio em direção ao futuro contra o derrotismo e o agrarismo de parcela das classes dominantes brasileiras.

Nesse momento, eram poucos os vínculos de Celso com o mundo social da Paraíba. Seus pais e irmãos haviam se mudado para o Rio de Janeiro havia bastante tempo. Da sertaneja Pombal dos tempos de infância restavam as imagens de um mundo catastrófico (secas e enchentes) e violento dos coronéis e do cangaço, espectro de uma fatalidade a rondar a imaginação de Celso e contra a qual lutaria ao longo da vida. No Rio de Janeiro, ele inspirava respeito no pequeno círculo de jovens economistas das correntes desenvolvimentistas nacionalistas dos setores público e privado do BNDE,

3 Extraído da reportagem “Omladinska Pruga: com uma brigada internacional nas montanhas da Bósnia” (FURTADO, 1947, p. 15).

da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) (BIELSCHOWSKY, 1988) – e mesmo na FGV de Eugênio Gudin e Octávio Gouveia de Bulhões. Aos olhos deles, Celso era o brasileiro jovem e brilhante da Cepal de Prebisch – um mestre de todos e já uma figura antológica. A ascensão de Furtado seria veloz como velozes eram os anos kubitschekianos.

Mas deixemos momentaneamente de lado esses aspectos contextuais, aos quais voltaremos na próxima seção, para explorar as percepções de Celso acerca da juventude que seus adeptos e adversários atribuíam-lhe para acentuar o viço de sua liderança ou acusar seu verdor e presumido despreparo. Esse aspecto é ainda mais interessante ao nos darmos conta de que, embora não esbanjasse jovialidade, Celso exibía uma vitalidade que não escapou a seus contemporâneos. Vejamos como ao longo da vida ele elaborou o paradoxo de um homem austero e dono de uma energia vital e uma “paixão tranquila e racional pelo Nordeste” (OLIVEIRA, 2003) ou uma “paixão medida” (BRESSER-PEREIRA, 2001).

Celso era um rapaz determinado – “Gosto de coisas difíceis!” –, de aguda e sutil inteligência, culto, discreto, contemplativo (acalentava a vida de romancista), amante das artes, absorvido pela ideia de encontrar “um programa de vida” – “Eu sem um programa de vida sou um homem morto!” – e de realizar um futuro, “a grande e total vocação inspirada por um motivo altíssimo” (FURTADO, 2019). Essa ideia o envolvia de tal maneira que ainda adolescente tomou a seguinte nota:

Aos meus quatorze anos sofri a minha primeira crise espiritual – crise de angústia cósmica. Então eu senti pela primeira vez que a vida de cada homem era uma obra a ser realizada em função de um fim. Olhei abismado para o futuro e chorei apavorado ante a ideia de que talvez não pudesse atingir aquele fim. (FURTADO, 2019, p. 75).

Pouco confortável em sua meninice e “sedento de orientação”, Celso buscou contornar a “crise de angústia cósmica” disciplinando a própria vida, sacrificando-se a um rígido “programa de estudos” e ponderando a respeito do “destino” – atemorizava-lhe a perspectiva de “um futuro estreito” ou “ao léu da sorte” (FURTADO, 2019, p. 77). Aos 25 anos, lamentava a “consciência do tempo perdido” e a “indisciplina mental”, incompatíveis com o “senso de responsabilidade” de quem esperava ter “um papel a desempenhar sob o sol” e que deveria ter em alta conta os “problemas superiores do país” (FURTADO, 2019, p. 63). Com humor e sabor literário, escreveu uma reportagem para a *Revista da Semana* narrando o embaraço que sua fisionomia prolecta causara entre os jovens franceses, que, como ele, se voluntariavam na brigada internacional para a reconstrução do leste europeu em 1947:

Mais de cem pessoas já estavam reunidas. Eram rapazes e moças de short, sapatos de campo, saco nas costas. Sorrateiramente fui escondendo o meu chapéu de feltro na valise, tirando a gravata, pondo o paletó no braço, arreganhando as mangas... Assoviei um samba para me sentir mais à vontade: “tira o seu anel de dotô pra não dá o que falar...”. E fiz a minha *entrée* no grupo.

Quando souberam que eu era brasileiro, os franceses me bombardearam com perguntas: “como vivem os jovens no Brasil, que organizações de juventude há, que

fazem, que pensam...”. [...] fazia a mim mesmo essa pergunta ainda mais desconcertante: será que eu sou um jovem? 27 anos incompletos... Será que no Brasil algum dia a gente também é jovem? Nunca me ocorreu na vida dar-me esse título. Ser jovem sempre me pareceu uma profissão para vadios... (FURTADO, 1947).

A luta áspera de um rapaz sertanejo consigo mesmo para “superar a estreiteza de certa condição primária” e a “escravidão do homem a certas contingências”, os esforços para escapar à “mediocridade”, “boçalidade” e “incapacidade”, em suma, a quase obsessão por “se elevar acima da média” e recusar os “prazeres fáceis” (FURTADO, 2019, p. 115), em nada lembravam uma centelha de juventude. A prerrogativa da juventude não vestia bem no sertanejo premido pelo dever de batalhar por um futuro inspirado nos grandes ideais e que parecia escapar-lhe quanto mais dele se aproximava. É revelador desse estado de coisas o episódio de sua nomeação para chefiar a Diretoria de Desenvolvimento da Cepal, que provocou resistências nas Nações Unidas em virtude da mocidade do postulante:

Eu completara trinta anos e me considerava tão velho quanto se pode ser antes da senilidade. Para quem nascera no sertão, na época em que nos refugiávamos na caatinga para escapar das incursões de Lampião, e aprendera como primeira língua estrangeira o latim, o tempo vivido me parecia incomensurável. Arregalava os olhos quando me tratavam de “jovem”. Contara-me Prebich que, quando assumira a direção do Banco Central, tinha apenas 34 anos, o que não contribuía para firmar sua autoridade junto à comunidade bancária, na época extremamente conservadora, no país e no exterior. Decidira-se, então, a tomar um pouco de peso, pois a gordura confunde as idades. Não era essa uma saída para mim: era um jogador de tênis inveterado e queimaria qualquer excesso de calorias que ingerisse. (FURTADO, 1985, p. 227).

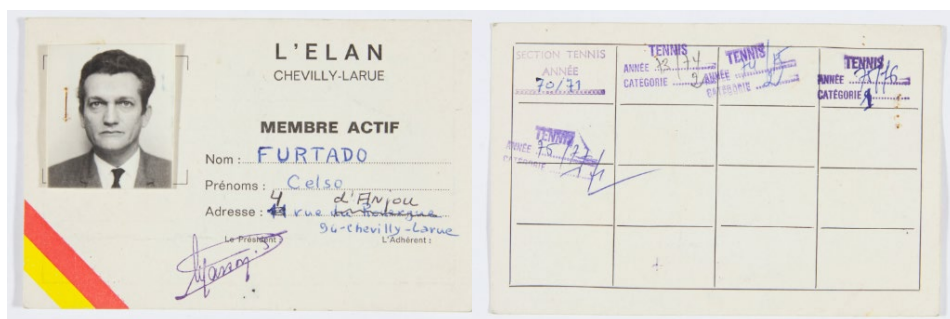


Figura 1 – Credencial de identificação de Celso Furtado como integrante do clube de tênis L’Elan. À direita, detalhe do verso: registro das datas das partidas. Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-TENIS-001

A espessura da vida interior de Celso e o complexo de suas experiências sertanejas alteraram a percepção da passagem do tempo e lhe infundiram uma longevidade insuspeitada a olhos nus. O porte atlético e a disposição física de “um jogador de tênis inveterado” disfarçavam a densidade de sua idade espiritual, por assim dizer.

Excluída a hipótese da perda de peso, Celso procurou contornar o empecilho da idade e firmar sua autoridade trabalhando obcecadamente e reforçando sua feição austera, que causava uma forte impressão. Apresentava-se também como um especialista objetivo em problemas do desenvolvimento latino-americano e portador de uma mensagem nova (da ideologia do desenvolvimento) assentada no evangelho da razão:

A sinceridade também é uma forma de demagogia. Se bem utilizada. Afirmando categoricamente que não faço promessas. Não alimento ilusões. Trato de fazer com que todos entendam meu ponto de vista. [...] Cada vez mais me convenço de que a razão é um poderoso instrumento de dominação, mesmo das multidões. O evangelista da razão. (FURTADO, 2019, p. 155).

A força potencial de sua liderança, a convicção que transmitia, o ardor contido e a capacidade de persuadir e influenciar outras pessoas foram desentranhados no processo de luta pela criação da Sudene. Celso deixou o Nordeste em 1939 em busca de horizontes mais vastos – *Os ares do mundo* (FURTADO, 2014) – e retornou vinte anos depois confiante para reintegrar o mundo da infância num novo e audacioso sonho, o da Sudene. É esse Celso convicto, determinado e ciente de sua própria grandeza que avistamos na seguinte passagem:

Essa impressão de resistência ao embate que dou às outras pessoas é que me permite liderar. A essência da liderança está na confiança que inspira, na sensação de segurança que irradia. A maioria dos que estão perto de mim confia em que eu realmente sei aonde vou, sei o que quero. E na verdade cada dia tenho mais confiança em mim mesmo nessa luta. Se me derem as armas eu chegarei aonde quero, e tenho fé em que mudarei o curso das coisas no Nordeste. (FURTADO, 2019, p. 172).

A batalha da Sudene significou o desabrochar da liderança idealista, segura, tenaz, entusiasmada e com fervor missionário. Talvez surpreendamos nessas qualidades a personalidade audaz que empolgou Kubitschek a respeito da necessidade de adotar uma nova política para o Nordeste, conjugando o aspecto ecológico com as estruturas socioeconômicas. O diagnóstico cristalino, o sentido de urgência, o tino político, a linguagem do desenvolvimento, o impacto de uma descoberta dramática e desafiadora – “as crescentes disparidades regionais constituirão o mais grave problema do nosso país nesta segunda metade do século XX” (FURTADO, 2009, p. 30) – impactaram Kubitschek, entusiasmado também ante a chance de fazer da “questão nordestina” outra grande realização de seu governo.

Celso foi investido de vastos poderes para reconstruir o Nordeste e passou ao outro lado do balcão para negociar no campo político seus planos de desenvolvimento na região em situação explosiva. Como veremos no próximo item, nos desdobramentos dos conflitos no Nordeste passou a ser jogada a sorte do equilíbrio de poder nacional e da Guerra Fria – para o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy (1961-1963), “no area in this hemisphere is in greater or more urgent need of attention than Brazil’s vast

northeast” (apud SZULC, 1961a)⁴. O Nordeste saía do secular entorpecimento para figurar como um centro geopolítico dos conflitos mundiais. A seca de 1958 – a primeira a ser televisionada – e os flagelados, Francisco Julião e as Ligas Camponesas, a Sudene e Celso Furtado eram manchete no país e no exterior. Nesse contexto de entusiasmo e também de conflagração social e política, Celso convocou a juventude universitária nordestina para a batalha da Sudene, e seu chamado foi prontamente atendido.

OS ANOS DOURADOS DA SUDENE

*Nesta região, não há ninguém que,
entre acordar e dormir, não pense em
alguma coisa, não use alguma coisa que
não esteja relacionada com o que foi
feito a partir da criação da Sudene.
(Cristovam Buarque, 1995, p. 94).*

No acervo pessoal de Celso Furtado encontram-se os primeiros registros na imprensa da aparição do economista como diretor para o Nordeste do BNDE e um especialista da questão regional. Em 5 de novembro de 1958, depois de viajar pelo Nordeste, ele foi a João Pessoa participar de um ciclo de debates sobre os problemas da região. Convidado por Claudio Santa Cruz, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba, o economista, que ainda era relativamente pouco conhecido no país quando se tem em vista o nome público que adquiriria com a criação da Sudene, palestrou sobre o desenvolvimento econômico do Nordeste e foi apresentado aos leitores do *Correio da Paraíba* da seguinte maneira:

Técnico da ONU, especializado no estudo dos processos de elaboração da riqueza em numerosos países que têm visitado, ultimamente convidado para o cargo (que aceitou) de diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o jovem conterrâneo atraiu um público numeroso e seletivo ao salão nobre daquele estabelecimento de ensino superior. E, mais do que isso: agrônomos, sociólogos, investigadores dos problemas regionais, tomaram parte na exposição de ideias do orador, através de interpelações e debates que a transformaram num inesperado parlamento. [...] Disse ele que não ia pronunciar uma conferência, mas apenas expor reações pessoais, modos particulares de ver os problemas ligados ao desenvolvimento econômico do Nordeste. Todavia, sua palavra de técnico, credenciado por tantos títulos: Sorbonne, planificação da economia do Peru, observações e estudos em quase todos os países áridos do mundo, viagem ao México, estada de um ano inteiro na Inglaterra, dois livros publicados – não podia deixar de revestir-se de autoridade. (DEBATE na Faculdade..., *Correio da Paraíba*, 9/11/1958).

4 Entre os senadores norte-americanos o sentimento era o mesmo: “*Because of Brazil’s immense importance in the hemisphere, these dangers are not lightly dismissed by the policy makers here*” (SZULC, 1962).



Figura 2 – Artigo publicado no jornal *A União* em 6/11/1958. Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-SUD-MP-042. O documento foi selecionado por se tratar do primeiro registro de Celso Furtado como diretor para o Nordeste do BNDE e como especialista no desenvolvimento regional

Celso acabara de assumir a chefia do GTDN e colocava-se a par de seus trabalhos. O estudo “Uma política para o desenvolvimento econômico do Nordeste” seria apresentado no Palácio do Catete a Kubitschek apenas em 17 de fevereiro de 1959, data do lançamento da Openo. Celso escolheu a Paraíba, mundo de sua infância e terra de “uma das piores classes dominantes de todos os tempos” (OLIVEIRA, 2003, p. 56), para estrear e testar a força de suas primeiras teses e planos de ação para um Nordeste arrasado pela seca de 1958. Ele apresentou seus pontos de vista, “algo revolucionários” segundo o repórter, como “reações pessoais” e “modos particulares” de ver os problemas do desenvolvimento do Nordeste numa exposição “de improviso” (DEBATE na Faculdade..., *Correio da Paraíba*, 9/11/1958). Deixando os ouvintes “aterrados”, Celso

se referiu ao Nordeste como “a região mais pobre da América Latina” e apresentou com ineditismo a tese de que os desequilíbrios regionais entre o Nordeste e o Centro-Sul ameaçavam a unidade nacional. Causou espanto, também, ao sustentar que, em vez das secas, a ruína da região deveria ser creditada à sua fragilidade econômica e social (descapitalização, baixíssima produtividade e falta de alimentos), que provocava o cenário de colapso da produção e miséria. Nesses termos, a solução da baixa oferta de alimentos no sertão superpovoado impunha o abandono da política de açudagem e a adoção de um plano de despovoamento e colonização, proposta que soou estapafúrdia para os agrônomos presentes. Para a zona da mata, a saída era industrializar e multiplicar empregos.

Um aspecto interessante da estreia de Celso foram as reações do agrônomo e ambientalista Lauro Pires Xavier, presidente da Federação das Associações Rurais do Estado da Paraíba, que usou argumentos da mesma cepa dos que, mais tarde, seriam esgrimidos pelos opositores dos planos da futura Sudene no Congresso e na imprensa – particularmente por Argemiro Figueiredo. No artigo “Agrônomos x economistas (À margem da conferência do professor Celso Furtado)” (XAVIER, 1958), Lauro afirmaria ser o plano de Celso para a reconstrução do Nordeste “simplista”, “infeliz” e “fora de nossa realidade”. Celso dividiria o Nordeste entre “Mata” e “Sertão”, teria olhos apenas para a implantação de indústrias à beira-mar e descartaria como “antieconômicos” os esforços de décadas de agrônomos e políticos – os também paraibanos Epiácio Pessoa e José Américo de Almeida – para acumular água e criar uma classe regante na zona seca. Frente à presumida preferência de Celso pela “orla marítima” e ao desalento com o “interior”, Lauro chegou a recomendar ao ilustre visitante “com a cabeça recheada de teorias estrangeiras” leituras para informar-se sobre os problemas do Nordeste – livros de José Augusto Trindade e José Guimarães Duque, estudos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) sobre a recuperação de terras semiáridas e, inclusive, *Os sertões*, de Euclides da Cunha.

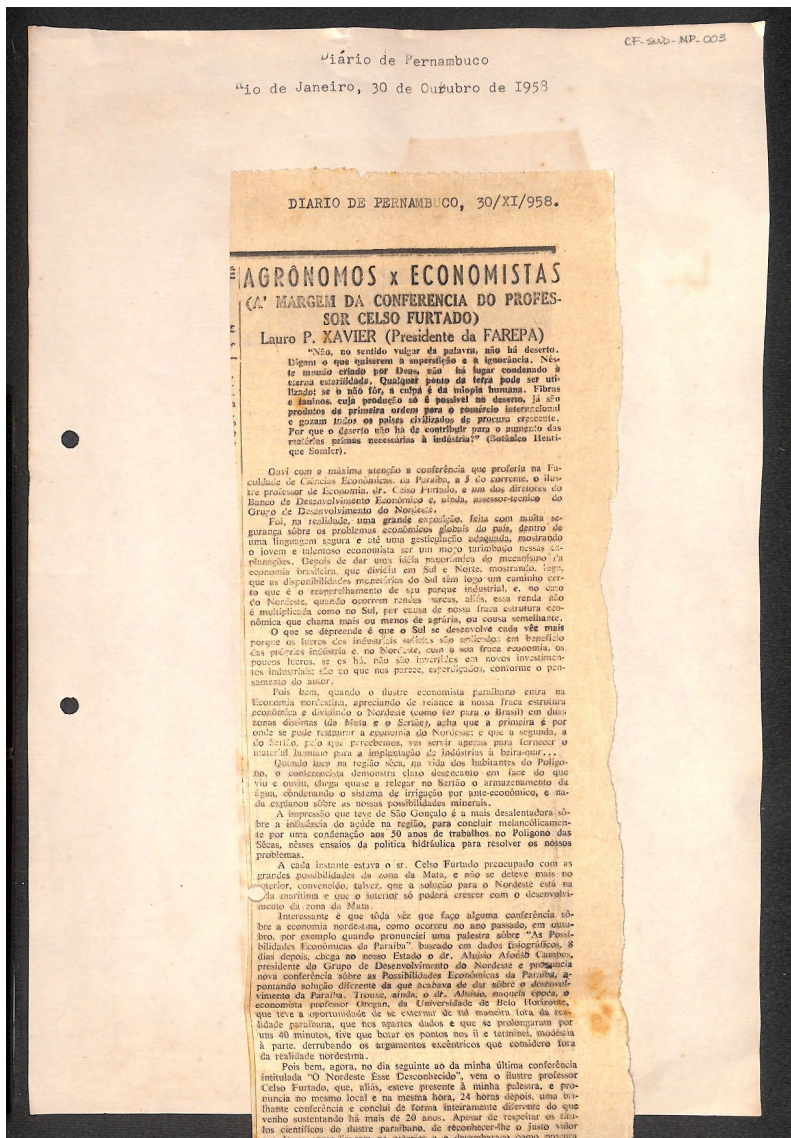


Figura 3 – Artigo publicado no *Diário de Pernambuco* em 30/10/1958. Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-SUD-MP-003

Algum tempo depois, em 13 de janeiro de 1959, e após a reunião em Petrópolis com Kubitschek e *experts* em 6 de janeiro, Celso estreou na imprensa do sul numa entrevista de primeira página no *Correio da Manhã*. O jornal de Paulo Bittencourt se lançaria numa cruzada a favor da Sudene e de Celso e contra a “indústria (e os industriais) das secas” e seus representantes no Congresso e no governo – o governista PSD foi a pedra no sapato de Celso e da Sudene. Vale mencionar de passagem que Kubitschek se importava especialmente com a cobertura que esse jornal fazia do

governo e com as opiniões de seus editorialistas. Vejamos como o *Correio da Manhã* apresentou Celso à opinião pública:

É com alegria que vemos esta antiga posição do Correio da Manhã tomando agora a forma de um enérgico Plano de Ação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. O supervisor técnico desse grupo chama-se Celso Furtado. Em pouco tempo seu nome estará dispensando apresentações. Paraibano, jovem doutor em Economia pela Universidade de Paris e com estudos econômicos feitos também em Cambridge, o sr. Furtado já chefiou a seção de Desenvolvimento Econômico da Cepal, o organismo econômico das Nações Unidas. É agora diretor do Banco de Desenvolvimento Econômico, com o fim de dirigir, ali, os estudos sobre o Nordeste. Seu Plano de Ação para o Nordeste está pronto. [...] Simples de jeito, positivo nas respostas, suas palavras não exteriorizam a paixão que nutre[m] seus estudos sobre o Nordeste. Sua paixão se torna visível no próprio Plano que elaborou. E do qual vai ser o executor. (PLANO DE AÇÃO..., *Correio da Manhã*, 13/1/1959).

“Jovem”, “enérgico”, “simples”, “positivo”, autor e executor de um plano redigido com “paixão” – o repórter notava a dissonância entre a verve que animava as peças de diagnóstico e intervenção e o ar circunspecto de seu criador –, Celso foi apresentado como o agente da revolução copernicana na forma tradicional de pensar e propor saídas para o Nordeste. Impactado pela liderança promissora de Celso e pelo ineditismo de sua política para o Nordeste, o repórter iniciava a entrevista com a seguinte observação: “Conversando com Celso Furtado e tomando notas, o redator reparou ao cabo de algum tempo que a palavra ‘seca’, acento tônico de tudo quanto se diz sobre o Nordeste, ainda não aparecera. A palavra ‘desenvolvimento’ sim, surgia a todo momento” (PLANO DE AÇÃO..., *Correio da Manhã*, 13/1/1959). O “problema Nordeste” deixaria de ser apreendido nos âmbitos hidrológico e geológico e segundo os interesses da “política de açudagem”. O “x” da questão a partir do qual Celso desfiaria tudo o mais era a escassez de alimentos, que abria o flanco da iníqua e atrasada estrutura agrária e permitia visualizar seus efeitos inibidores sobre o sistema econômico do Nordeste. Em uma de suas sínteses magistrais e com alto poder persuasivo, Celso jogaria a pá de cal sobre a “indústria da seca”: “O que chamamos seca é um traço fundamental do Nordeste. O necessário é criar uma economia adaptada à região e portanto à seca” (PLANO DE AÇÃO..., *Correio da Manhã*, 13/1/1959). Com isso, conquistava, por um lado, a adesão quase irrestrita da opinião pública do sul à Opepo e a seu nome para a “revolução fria” (FURTADO, 2019) no âmbito do governo federal – travaria uma luta selvagem contra o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) –, e, por outro, se preparava para o embate de vida e morte contra as oligarquias agroexportadoras do complexo algodão-pecuária e do açúcar.

Cabe aqui uma ponderação. Celso sabia que se metera numa briga sem tréguas pelo desenvolvimento do Nordeste contra latifundiários, coronéis e a velha estrutura de poder. Por isso mesmo, ele não subestimava a resiliência e a capacidade de cooptação dos grupos oligárquicos contra os quais lutou. Quem leu *FEB* sabe que essa observação não é anacrônica. Celso conhecia bem as classes dominantes nordestinas – a da Paraíba era seu termômetro. Ou a Sudene lograva surfar sobre uma caudalosa

e favorável onda de opinião pública para transformar a realidade do Nordeste, ou ele não embarcaria numa canoa furada e de naufrágio à vista. É com esse espírito que tomou a seguinte nota no contexto da reunião do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno) de 2 de junho de 1959:

Em certo momento tive que declarar que se é para repetir o passado não aceitaria a direção desse órgão. Tenho grande curiosidade em saber quanto tempo essa bola quente ficará em minhas mãos. Sinto que existe um imenso trabalho a realizar. Mas não sinto um verdadeiro apego a essa tarefa. Não que me falte amor a essa gente. Mas talvez porque sinto que a tarefa ainda não é realizável. (FURTADO, 2019, p. 156).

A consciência aguda do desafio de confrontar a força inercial de um passado cristalizado nas rígidas estruturas econômicas, sociais e políticas, assim como a necessidade de impulsionar a maturação de um novo campo gravitacional de forças nucleado pela Sudene e amalgamado por seus planos de transformação do Nordeste explicam a mirada estratégica de Celso para a questão da comunicação na saga da Sudene. O ex-repórter da *Revista da Semana* e ex-suplente de revisão do *Correio da Manhã* estabeleceu pontes especialmente com os jornais do sul; ciceroneou repórteres e autoridades (brasileiras e estrangeiras) nas expedições pelo *hinterland* nordestino nos lendários *jeeps* Rural Willys da Sudene; liberou o acesso irrestrito da imprensa às reuniões mensais do Codeno – espécie de ágora itinerante do Nordeste integrada por nomes como Celso Furtado, Gilberto Freyre, Romulo Almeida e José Guimarães Duque, dando ao que ali era discutido maior transparência e ampla repercussão na mídia; tornou-se uma figura conhecida na televisão ao participar de debates sobre o Nordeste e popularizar as temáticas do desenvolvimento e da planificação – os aparelhos televisivos já eram realidade entre as classes acomodadas; utilizou-se também de *A voz do Brasil*, o programa oficial de rádio criado por Getúlio Vargas, para difundir seus planos e realizações no Nordeste; concedeu inumeráveis entrevistas coletivas entre os embarques e desembarques nos aeroportos de Guararapes, Santos Dumont e de Brasília – a rotina intensa de viagens de Celso no período em que acumulou os cargos de ministro do Planejamento (1962-1963) e superintendente da Sudene (1959-1964) lhe valeu a fama de *globetrotter*; montou a Divisão de Revistas e organizou uma série de publicações com os planos e o balanço dos trabalhos das diversas divisões da Sudene, que eram enviadas às repartições públicas (federais, estaduais e municipais) e às universidades, além de servirem de suporte didático para os cursos a cargo da própria autarquia federal; *last but not least*, idealizou a produção de curtas-metragens sobre o Nordeste e as ações da Sudene, que foram exibidos nos cursos acima referidos (nas capitais e nos interiores) e também para os brasileiros de outras regiões e estrangeiros que visitavam a Sudene com o intuito de inteirar-se dos planos de desenvolvimento para a região – como evidenciam a movimentação (inclusive de curiosos) nos corredores do último andar do edifício Tereza Cristina, a estrondosa repercussão midiática, a entronização da sigla como tema da música popular nordestina (do baião de Luiz Gonzaga às marchinhas de carnaval do Recife), a Sudene – e o Nordeste – era *pop*.

Fluente em inglês e francês e ex-oficial de ligação entre as tropas brasileiras e o 5º Exército americano nas trincheiras da Itália em 1945, Celso buscou na imprensa

internacional outro aliado de peso na luta pela Sudene. O destaque que a região e a autarquia federal passaram a ter no noticiário estrangeiro era inédito, e para lá se deslocou um enxame de repórteres de diversos jornais e cinegrafistas da British Broadcasting Corporation (BBC), da American Broadcasting Company (ABC) e da National Broadcasting Company (NBC). A ABC e a NBC filmaram, respectivamente, *Brazil – The troubled land* (1961) e *The rude awakening* (1962)⁵. Como se sabe, foi enorme a repercussão particularmente daquele primeiro documentário nos Estados Unidos, que, receosos de que surgisse uma nova Cuba no Brasil, serviram-se dele como peça de propaganda para alavancar a Aliança para o Progresso⁶. Com Celso e os sudenianos como guias, os gringos viajaram e descobriram o “Northeast” brasileiro – “*an area three times France’s size*” (SUDENE Program..., 1961) e com 22 milhões de habitantes; avistaram a gente severina da “*drought-plaged region*” (BRUGSMA, 1962) de “*subhuman misery*” (KEELY, 1962a) – “*Small boys, many no more than three years old, can be seen on the roads carryng pint-sized machetes and loads of sticks or grass on their heads*” (KEELY, 1962a); informavam-se do “*feudal system of land*” (KEELY, 1962a) e seus “*absentee landlords*” (TAYLOR, s. d.), useiros e vezeiros no emprego do terror armado para obstar qualquer mudança – “*No changes ever!*”⁷; e constatavam a “*catastrophic situation*” e o “*chronic underdevelopment*” (SZULC, 1961b) – “*For most, no schools, no doctors, no priests, no hope... only for an early death*” (SZULC, 1961b). Diante do quadro de seca, de camponeses e operários desempregados e famintos, procissões fúnebres, residências de gente rica contrastadas com choças e mocambos miseráveis – “*houses of slave*” (SZULC, 1961b) –, os repórteres e cinegrafistas estrangeiros prefiguravam uma “*pre-revolutionary*

5 Encontra-se no acervo uma cópia do roteiro de um documentário da NBC sobre o Nordeste brasileiro exibido em julho de 1962 no programa *This is NBC News*. O cinegrafista da NBC filmou a expedição Bohan-Sudene pela selva e vales úmidos maranhenses em novembro de 1961, e as imagens foram exibidas no documentário junto a outras da área seca e da zona da mata pernambucana.

6 Em *Brazil – the troubled land*, Celso já se mostrava independente e cauteloso quanto à “ajuda” dos americanos ao Nordeste condicionando-a aos planos e aspirações da sociedade brasileira. Essa mesma contun-dência seria observada em novembro de 1962, no México, quando o então ministro chefiou a delegação brasileira no Conselho Interamericano Econômico e Social e criticou duramente os americanos e a Aliança para o Progresso, ecoando o sentimento dos delegados latino-americanos e afirmando a soberania da região para levar a cabo o desenvolvimento: “Cumpre-nos partir da comprovação simples de que a Aliança somente tem sentido à medida que se apoiar nos profundos anseios de progresso dos nossos povos. [...] Não teria sentido a humanística da Aliança independentemente da mística que já existe a respeito do progresso em nossos povos. Não necessitamos de uma promoção publicitária para criar progresso, e por ele lutar a América Latina. [...] o essencial para todos nós é identificar o sentido e, adequadamente, orientar as forças profundas que trabalham em nossos povos e que se traduzem no propósito e na exigência do progresso. Não podemos deixar de reconhecer que essas forças, no estágio do desenvolvimento latino-americano, se exercem no sentido da afirmação dos valores próprios de cada povo num processo de autoidentificação. É por essa razão que a mística do desenvolvimento tem entre nós uma dimensão nitidamente nacionalista. Não reconhecer um sentido positivo nesse nacionalismo e emprestar-lhe ações agressivas de outros processos históricos é estar incapacitado para a identificação dos elementos irreduzíveis da nossa realidade social” (DESENVOLVIMENTO..., *O Globo*, 18/11/1962).

7 Extraído do roteiro de um dos documentários da NBC exibido nos Estados Unidos em 1962.

situation” (BRUGSMA, 1962): “*The situation in the Northeast is desperate!*” (KEELY, 1962a); “*It is a tinder-box of discontent and potential revolution!*” (TAYLOR, s. d.); “*An area of ferment*” (SZULK, 1961); “*And time is running out*” (KEELY, 1962a). A figura de Julião, “*Castro’s pupil*” (TAYLOR, s. d.) e líder das Ligas Camponesas – “*a revolutionary political moviment*” (KEELY, 1962a) –, era antagonizada à de Celso, “*another hero*” (KEELY, 1962a) e “*a dedicated chief with lots of nerve*”⁸, que levaria a efeito “*a legal revolution by fundamental structural reforms*” (BRUGSMA, 1962).

Ao passo que os repórteres e agentes de inteligência americanos apreendiam os acontecimentos no Nordeste e a razão de ser da Sudene na viseira da Guerra Fria e da infiltração comunista, Celso buscava canalizar as energias sociais difusas e orientar as forças políticas disruptivas no sentido da reconstrução das estruturas econômicas e sociais do Nordeste, apertando o cerco contra a velha oligarquia agrária e alargando os limites estreitos da também velha estrutura política de base patrimonial. Para acelerar o lento processo de modernização dos marcos políticos e econômicos do Nordeste, Celso caminhou na corda bamba e arcou com os custos da tentativa arriscada e de alta voltagem política de atrair o reforço da opinião pública internacional para o projeto da Sudene. Não obstante o fogo cruzado de setores da opinião comunista e nacionalista, Celso obteve sucesso na tentativa de conquistar a atenção internacional para o “*Northeast problem*” e granjear a adesão da imprensa gringa, que reverberou a “*Nueva Tierra Prometida*” (NERY, 1963) dos planos da Sudene.

If the communists do not capture Brazil’s vast Northeast, the credit will belong to an energetic young man with big plans and small funds. He is in a race against time. Celso Furtado, 41, is the head of Sudene. Sr. Furtado’s agency is the first real government attempt to right the wrongs suffered by the Northeast’s people. Sr. Furtado and his staff are working ‘round the clock’. Sitting behind a seven-foot-long desk piled high with maps, charts, documents, and books, the young economist outlined a “five-year plan”. Two hundred projects are already underway. (KEELY, 1962b).

[...] *le jeune ministre du plan administrateur général de la Sudene (Superintendance pour le développement Nord-Est), M. Celso Furtado. Avec lui pas d’envolées lyriques, mais une conviction, une foi tout aussi inébranlables, nourries d’arguments, de comparaisons, de chiffres. Un technocrate, si l’on veut, qui a étudié le marxisme et mesure combien le maintien de la double structure féodale du Brésil, la rurale et l’industrielle, l’ancienne et la nouvelle, offrait de prise à la propagande communiste, surtout parmi les étudiants.* (SIRIUS, 1963).

Its creator (a development plan) is Celso Furtado, aged 43, an economist who has surrounded himself with a team of young, dedicated and able assistants. He is in charge of Sudene... and has devised a programme of fundamental rehabilitation. [...] He has persuaded industrialists to invest in new factories. And he has placed before Congress a controversial proposal for amendment of the constitution to allow part expropriation of private sugar plantations to provide land for more varied crops. He has refused offers of financial aid from political organizations out for gain, and by so doing has been called everything from Communist to

8 Extraído do roteiro de um dos documentários da NBC exibido nos Estados Unidos em 1962.

Fascist. But he has survived all onslaughts, and the reason is that he is the one man in Brazil with a plan for the northeast, and the one man who is conscientious enough to see it through.
(TAYLOR, s. d.).

Além dos aliados e simpatizantes dos planos da Sudene, encontramos também no acervo pessoal de Celso Furtado artigos na imprensa de alguns de seus adversários. Esse material é valioso para os pesquisadores porque permite rastrear algumas das críticas e dos oponentes dos novos planos para a “salvação” do Nordeste aos quais Celso prestava atenção – não propriamente pela pertinência de suas opiniões mas pela repercussão delas. A causa da Sudene despertou a hostilidade e mesmo a ira de muita gente graúda e influente ligada ao *statu quo* e que, surpreendida pela argúcia política, inflexibilidade ética e clareza de propósitos do – a seus olhos – novato superintendente, ou buscou estrategicamente esvaziar o projeto da Sudene por dentro e cooptar Celso (os governadores nordestinos Cid Sampaio, Aluísio Alves, Parsifal Barroso e Virgílio Távora, por exemplo), ou assumiu uma posição de relativa indiferença diante da questão regional (Gudin e Bulhões), ou, ainda, partiu abertamente para a ofensiva (Assis Chateaubriand, Argemiro Figueiredo, Amaral Peixoto, José Cândido Pessoa, Gileno de Carli, dentre outros). Além do artigo de Lauro Xavier, já referido, encontramos no acervo textos de Eugênio Gudin, Assis Chateaubriand e Argemiro Figueiredo. A quase unanimidade em torno da Sudene nos anos iniciais e o frescor de uma liderança nova – sem antecedentes político-partidários, com credenciais universitárias e profissionais de monta, sob a roupagem do “especialista econômico” e com respaldo de Kubitschek – dificultariam a vida dos contendores.

Eugênio Gudin, o ortodoxo ex-ministro da Fazenda e um antigo adversário de Celso, repisaria a tese segundo a qual, no país, assim como no Nordeste, as dificuldades econômicas adviriam da adoção de uma política econômica orientada para os interesses dos setores urbanos e da “indústria artificial” (custosa e improdutiva) em paralelo ao abandono do setor rural e dos trabalhadores agrícolas, que pagariam caro pela política aduaneira e pelo câmbio de custo concedido à importação de equipamentos para alavancar o crescimento da indústria nacional. Estaria nessa diferença de tratamento a explicação para o atraso econômico do interior do país, reflexo da baixa produtividade da agricultura e da miséria do homem do campo. O “slogan da industrialização” (GUDIN, 1963) e as “manifestações de nacionalismo imbecil” (GUDIN, 1962) teriam desvirtuado o diagnóstico e a terapêutica da pobreza no Nordeste, cuja raiz se ligaria aos problemas do abastecimento de água e à falta de assistência técnica e de saúde aos trabalhadores rurais. Gudin voltou suas baterias também contra o I Plano Diretor da Sudene, que conferiu à autarquia a prerrogativa de nomear representantes para os Conselhos da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Cofap) e de Política Aduaneira, sobrepondo ao “critério nacional” o “critério regional” (GUDIN, 1961) e deformando a política bancária e monetária segundo os interesses regionalistas.

Assis Chateaubriand passaria de uma postura de indiferença a Celso e à Sudene – por conveniência e por guardar mágoa de Kubitschek, que o fizera embaixador em Londres mas rejeitara a indicação do senador e ex-ministro da Agricultura

Apolônio Sales para a Sudene – à mais renhida e verbosa oposição a partir de setembro de 1962, quando Jango nomeou Celso seu ministro do Planejamento e arquiteto do Plano Trienal. Chateaubriand se referiria a Celso como um “esquerdizante” (CHATEAUBRIAND, 1962b), “uma encarnação de Stálin” “com o coração em Cuba” (CHATEAUBRIAND, 1962c) e “um inimigo público do povo do Nordeste” (CHATEAUBRIAND, 1963b). Ele afirmaria que Celso – “o cavalo de Tróia chinês” (CHATEAUBRIAND, 1963a) –, o “marxista-leninista” (CHATEAUBRIAND, 1962c) Francisco de Oliveira e os “comunistas da Sudene”, com “polpudos empregos” e “gastos suntuários”, pretendiam, sob o disfarce da planificação, “comunizar a Nação” (CHATEAUBRIAND, 1962a). O magnata das comunicações se referiria aos pendoros “antiamericanos”, “estatistas”, “anti-Occidente” (CHATEAUBRIAND, 1963d) e contrários à iniciativa privada da Sudene e de Celso, que agiriam no intuito de sabotar e implodir a Aliança para o Progresso – “A Aliança para o Progresso somente encontrará o seu ímpeto criador na hora em que se mobilizarem os anti-Furtados, os anti-Arraes e os anticretinos da Sudene” (CHATEAUBRIAND, 1963c).

Argemiro Figueiredo (PTB-PB) foi “o inimigo público nº 1 da Sudene” (J. J. & J., 1962) e de Celso e um ardoroso defensor do Dnocs. Alinhado à concepção hidráulica, ele atribuía a pobreza do Nordeste à irregularidade climática e às secas periódicas e vislumbrava como solução a construção de novas barragens por toda a zona semiárida e seu aproveitamento agrícola. O problema se resumiria ao binômio água e irrigação. Coerente com essa perspectiva, Argemiro denunciava o que acreditava ser o abandono da agricultura e do trabalhador do campo pela Sudene, que teria olhos exclusivos para a industrialização dos centros urbanos. Na cruzada que moveu contra a incorporação do Dnocs e de seus recursos aos planos da Sudene, o senador e ex-governador da Paraíba denunciou o “arbitrio” (FIGUEIREDO, 1963a) de Celso, que organizara “um exército de funcionários sob seu comando ideológico” (FIGUEIREDO, 1963b), teria concentrado em suas mãos e da Sudene os poderes de planificação e execução e desprestigiado os demais órgãos federais na região, provocando a “duplicidade de funções e órgãos” (FIGUEIREDO, 1963a) – com o mesmo argumento, os governadores denunciariam nas reuniões do Codeno a “interferência” da Sudene nos Estados e a falta de coordenação com os órgãos estaduais e municipais⁹. Celso mal se recuperara do susto do desengavetamento na Câmara de uma velha lei de irrigação por parlamentares ligados à “indústria das secas”, em agosto de 1959, quando o político paraibano – e relator do projeto de lei da Sudene na Comissão de Justiça do Senado – tentou emendar a lei para retirar da Sudene o controle do Dnocs e esvaziar a política de planejamento global. Depois da árdua batalha envolvendo pessedistas e Kubitschek, a derrota dos “argemiros” (ÚLTIMO recurso, *Correio da Manhã*, 1961) no Congresso colocou uma cunha nos interesses da “indústria das secas” e deu a largada para a reforma administrativa dos órgãos federais no Nordeste acalentada por Celso. No final de 1961, nas discussões do I Plano Diretor no Congresso, Argemiro voltou à carga pregando em Celso o velho bordão de “comunista fichado” (PARLAMENTO Nacional, *Correio da Manhã*, 1961) e referindo-se ao I PD como “um plano subversivo” (DEBATE decisivo..., *Correio da Manhã*, 1961). Contra as “emendas anti-Sudene” (NORDESTE todo..., *Correio da Manhã*, 1961) de Argemiro, organizou-se um amplo e heterogêneo

9 Ver a respeito: Lima (2009).

movimento de apoio à Sudene congregando setores e lideranças tão avessos entre si quanto os estudantes e sindicalistas e os usineiros, Miguel Arraes e Paulo Guerra – este último encabeçaria a caça às bruxas às Ligas Camponesas e aos sudenianos acusados de comunistas ao ser empossado governador de Pernambuco pelos golpistas de abril de 1964. A “concentração-monstro” (CONCENTRAÇÃO-monstro..., *Correio da Manhã*, 1961) e o comício nas ruas do Recife no dia 6 de dezembro de 1961 em apoio à Sudene selariam, nas palavras de Celso, a “vitória da consciência nova” (DISCUTIDA a aplicação..., *Correio da Manhã*, 1962).

Esses tensionamentos e embates protagonizados por Celso nos albores da Sudene atraíram e reforçaram o entusiasmo das primeiras gerações de técnicos recrutados para lutar a seu lado pela questão nordestina. O “programa quase quimérico” e “visionário” (OLIVEIRA, 2003) do relatório do GTDN e dos PDs I e II anunciava um novo tempo para o subdesenvolvido Nordeste e foi ao encontro do idealismo de uma geração de jovens nordestinos embebidos nas esperanças e nos novos horizontes da década de 1950 e que alcançou a maturidade num período de espantoso crescimento econômico e de extraordinária fermentação social. Excetuados Mário Magalhães, Estevam Strauss e Luis Vasconcelos, todos do primeiro time, e Antonio Baltar, que ingressou na equipe no final de 1959, os primeiros sudenianos eram meninos com pouco mais de 20 anos. A Sudene conseguiu a proeza de aglutinar uma pequena e coesa equipe de moços nordestinos – paraibanos e pernambucanos em sua maioria –, recém-saídos dos bancos universitários, de especialidades as mais diversas, nutridos de entusiasmo e ideais, talentosos, audaciosos, disciplinados, competentes, desprendidos – trabalhavam noite e dia, com consciência regional e com a filosofia do desenvolvimento da Cepal de Prebisch e Celso na cabeça. Mais do que uma repartição pública, a Sudene logo se tornou “uma espécie de religião” (FURTADO, 2011) e teve em Celso seu “profeta secular” (ROSAS, 2019). Trabalhar no edifício Tereza Cristina – e no da avenida Dantas Barreto – significava a realização de um sonho e a chance de ingressar numa batalha pelo futuro a um só tempo do Nordeste e do país. Soava surpreendente e despertou muitas reações a emergência de uma geração de técnicos na flor da idade com papéis tão relevantes e poder para influir sobre os rumos de uma região inteira. A Sudene foi ao mesmo tempo a pós-graduação, o partido, a trincheira e o ganha-pão desses jovens sudenianos, que amadureceram nela e com ela. Os depoimentos seguintes são ilustrativos a respeito do significado da Sudene e da figura nuclear de Celso para essa geração:

Eu não tinha trajetória nenhuma antes da Sudene [...] não havia nada antes da Sudene [...] eu cheguei na Sudene como uma página em branco. (OLIVEIRA, 2020, p. 74; p. 75).

[...] [eu] era um menino. Como meninos da minha idade eram (quase) todos os que faziam a Sudene. (CARVALHO, 2020, p. 114).

Eu fui aluno de Celso Furtado [no curso TDE]... Eu fui me construindo com ele. (MIRANDA, 2020, p. 171).

[...] a exposição de Dr. Celso [no curso TDE] era igual à conversa de meu pai, nos ouvidos da gente. (VILAR, 2020, p. 244).

Nos cursos intensivos de Técnico em Desenvolvimento Econômico (TDE) oferecidos a partir de 1961 pela Divisão de Educação de Base e de Recursos Humanos da Sudene (chefiada por Nailton Santos) em parceria com a Cepal, BNB e BNDE, formaram-se gerações de técnicos de todos os estados da região e que rapidamente foram incorporadas à “equipe de fanáticos da racionalidade” (FURTADO, 1995, p. 23). Frente à falta de capital, pesquisas e pessoal técnico no Nordeste para levar a cabo a transformação de sua fisionomia socioeconômica, Celso se empenhou em recrutar e treinar um batalhão de técnicos recém-egressos das universidades e escolas técnico-científicas da região nos princípios do planejamento e na nova mentalidade e postura do desenvolvimento. O modesto *staff* de 25 técnicos de nível superior que ele reuniu no final de 1958 e começo do ano seguinte (quatro engenheiros, um agrônomo, onze economistas e nove especialistas das Nações Unidas) cresceu para 32 em meados de 1959 com a incorporação dos técnicos da cooperação francesa; através do curso TDE e de iniciativas como a “Semana da Sudene”, evento anual realizado nas universidades da região para expor os planos da autarquia e estimular os estudantes a ingressar em seu corpo técnico, a equipe chegou a 250 especialistas em 1961; atingiu o número impressionante de 400 técnicos ao final de 1962; em maio de 1964, a Sudene dispunha de um montante de aproximadamente 600 técnicos e outros 100 funcionários administrativos. Afora a formação meteórica de especialistas em desenvolvimento econômico, a Sudene firmou convênios de assistência técnico-científica e financeira com organismos das Nações Unidas – Cepal, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e Fundo Especial das Nações Unidas –, organizações interamericanas – Organização dos Estados Americanos (OEA), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e *United States Agency for International Development* (Usaid-Aliança para o Progresso) –, Fundação Ford e com governos de diversos países (França, Israel, Japão, Alemanha, Holanda, EUA, Chile e México), promovendo o intercâmbio e o afluxo de técnicos e cientistas para o Nordeste; modernizou as universidades da região ao formar pessoal especializado e conceder câmbio de custo para a importação de materiais e equipamentos; em 1962, apresentou à Secretaria de Assistência Técnica das Nações Unidas o projeto de criação de um Instituto de Tecnologia Tropical; organizou seminários e conferências com intelectuais e especialistas estrangeiros e da própria região com a finalidade de disseminar novos conhecimentos, experiências e tecnologias; financiou o aperfeiçoamento técnico de pesquisadores e planejadores nordestinos no exterior e no Centro-Sul; firmou convênio com o Ministério da Educação e da Cultura (MEC) para reequipar e elevar as matrículas nas escolas técnicas industriais, ampliando a oferta de mão de obra qualificada demandada pelas novas indústrias; distribuiu bolsas aos doutorandos e integrou-os a seu *staff* técnico; estruturou cursos pré-vestibulares para os cursos de engenharia e agronomia e ofertou bolsas aos jovens de famílias modestas (em 1963, por exemplo, foram concedidas 500 bolsas) – como bem lembra Tânia Bacelar (2020, p. 264), “a Sudene era a Capes da época, mas para a graduação”; promoveu diversos cursos intensivos nas sedes regionais para o aperfeiçoamento técnico de funcionários públicos estaduais e municipais (economia agrícola, administração, desenvolvimento econômico, liderança e chefia, estrutura e análise de balanços, estatística, inglês e

francês, matemática e orçamento); no escopo dos projetos de irrigação e colonização dos vales úmidos do São Francisco e do Maranhão, previu a articulação entre os planos de educação de base e de colonização para a escolarização primária das crianças, o ensino de técnicas agropecuárias e a educação sanitária visando à formação de um novo tipo de trabalhador rural nas aldeias comunitárias.

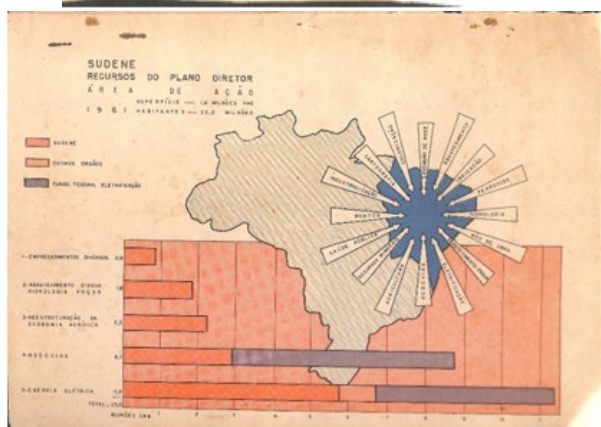


Figura 4 – Capa e contracapa do Plano Diretor em Execução – Sudene, 1962. Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-SUD-PDO62

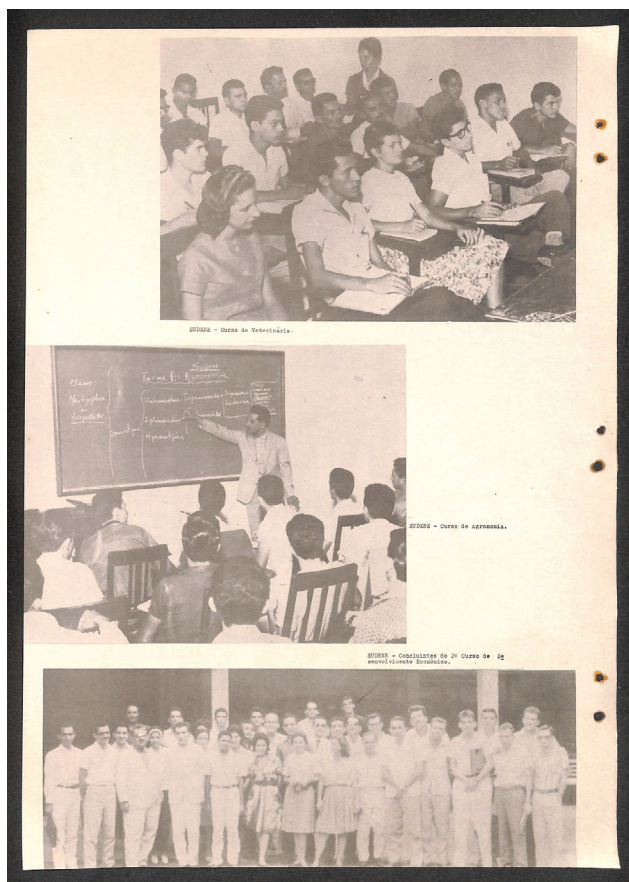


Figura 5 – Alunos em cursos promovidos pela Sudene, [1962].

Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-SUD-PD062

Também no que diz respeito a seu papel formativo, e tendo em vista as prioridades do II PD de eliminar o analfabetismo e ampliar a oferta de pessoal técnico, a Sudene apresentou em 1962 um plano estrutural de educação – em cooperação com os governos estaduais, a Usaid-Aliança para o Progresso e o MEC –, projetando: a criação de escolas radiofônicas para a educação das massas nas áreas rurais e urbanas e para alfabetizar toda a população urbana em idade escolar no prazo de cinco anos e um milhão de nordestinos até 1970; a construção e o reequipamento de dezenas de escolas (normais, agrícolas e industriais), laboratórios de ciências básicas e a abertura de milhares de salas de aula; o oferecimento de cursos de capacitação educacional para funcionários das secretarias estaduais e municipais de educação e também para preparar educadores primários e de nível médio para o ensino de ciências; por fim, investimentos nos institutos universitários, ampliação das matrículas nos centros universitários, promoção de cursos de pós-graduação e envio de pessoal para o exterior e o Sudeste. Como se pode ver, a programação educacional não era concebida e executada pela Sudene de forma fragmentária e isolada. Ela integrava o

planejamento global de todos os projetos e se vinculava à política de desenvolvimento regional, que, no essencial, buscava fazer os nordestinos partícipes das benesses do desenvolvimento econômico.

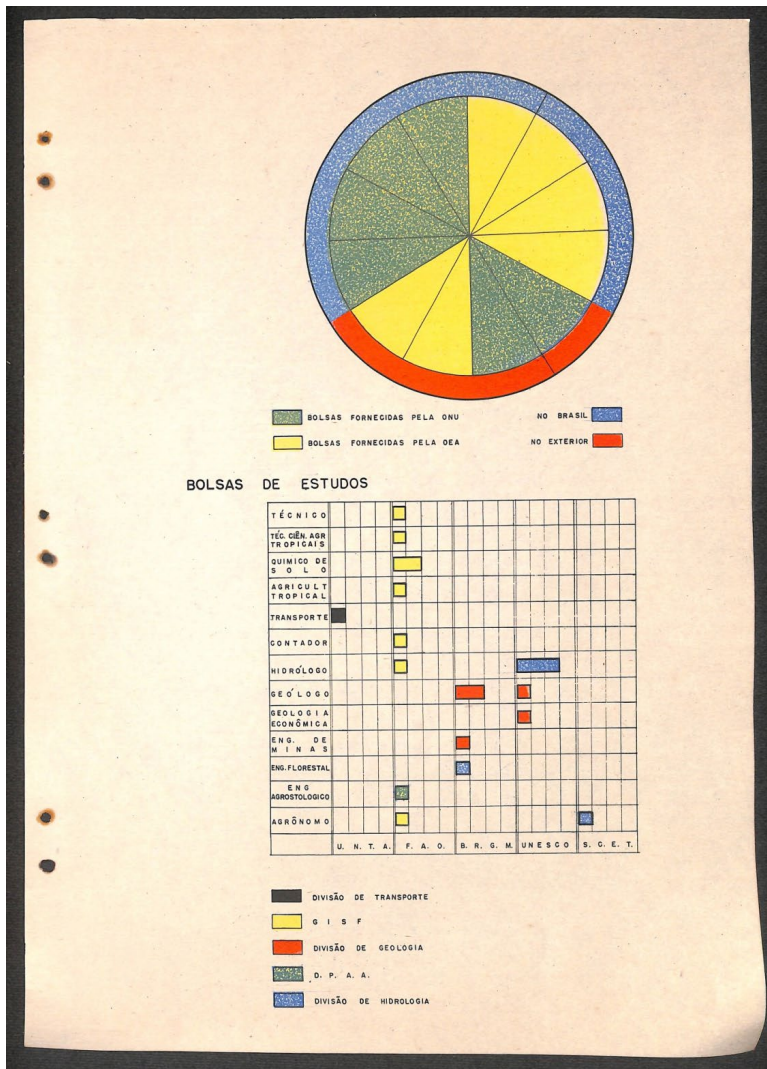


Figura 6 – Gráficos de investimento em formação – Sudene, [1962].
 Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-SUD-PDo62

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desejo – ou a obsessão – que norteou a vida de Celso foi o de transformar o Brasil. Foi essa a fonte de sua inesgotável capacidade de lutar. Celso foi um esperançoso, um utopista do concreto e das grandes realizações humanas. Sua enorme imaginação, sua fé e sua obstinação por conquistar um futuro e construir uma nação integrada e radicalmente republicana se corporificaram na Sudene. Foi ela sua obra-prima. É a ela que será sempre preciso voltar. Não para nos lamentarmos pela interrupção de seu projeto generoso, mas para cobrá-lo. A Sudene é a fonte de águas cristalinas de uma região e de um país ainda por se fazer. Sabemos da poderosa atração que ela e Celso exerceram e continuam a exercer sobre as novas gerações. É prova disso o fato de que, nesse período, Celso foi paraninfo e patrono de um sem-número de formandos de diversos cursos.

Gostaríamos de concluir este texto presenteando os leitores com o convite de formatura da turma de veterinária de 1967 da Escola de Medicina Veterinária da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que escolheu Celso para patrono. Celso não pôde comparecer por razões evidentes – estava exilado –, mas guardou o convite que encerra a mensagem de esperança e coragem deixada por ele e pela Sudene.

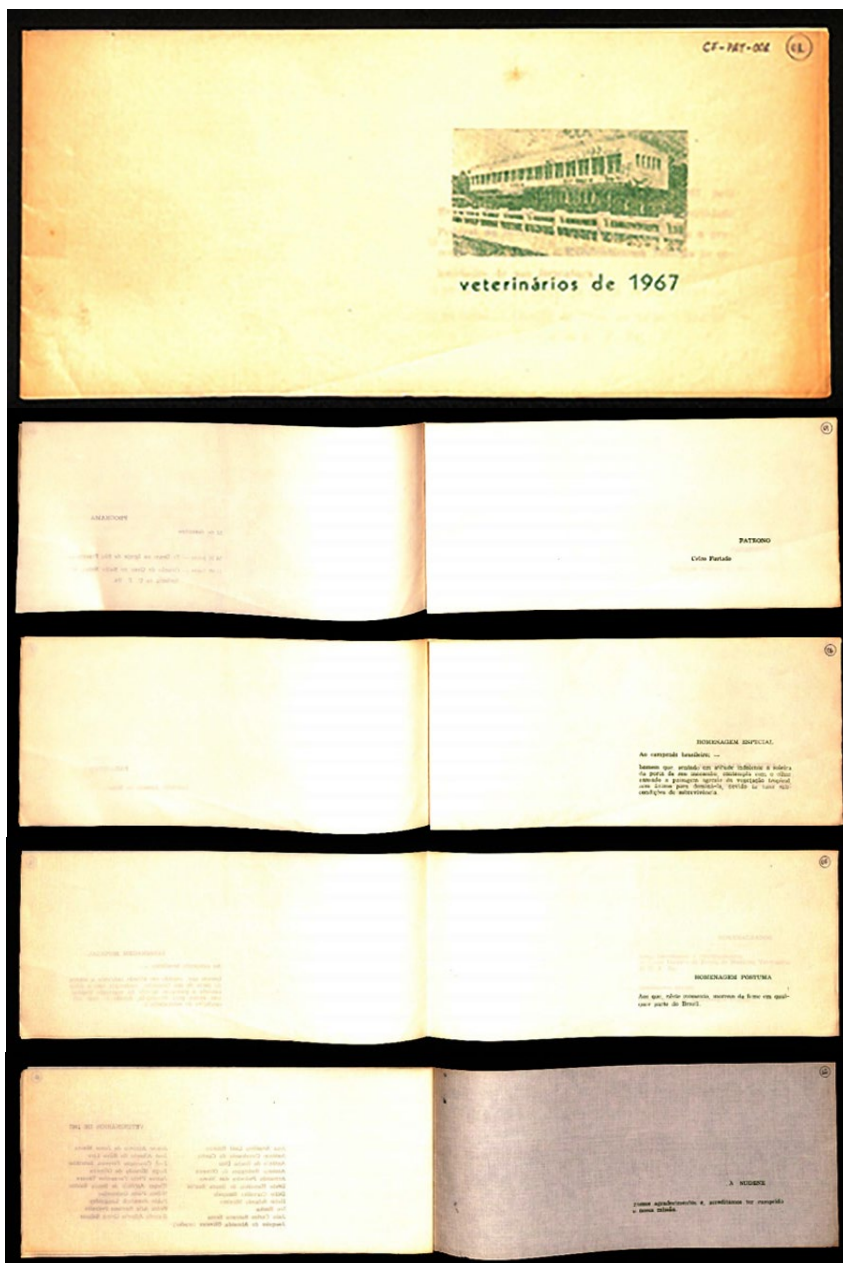


Figura 7 – Detalhes do convite de formatura da turma de 1967 da Escola de Medicina Veterinária da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-PAT-002

Patrono: Celso Furtado

Homenagem especial: Ao camponês brasileiro, homem que, sentado em atitude indolente à soleira da porta de seu mocambo, contempla com o olhar cansado a paisagem agreste da vegetação tropical, sem ânimo para dominá-la, devido às suas subcondições de sobrevivência.

Homenagem póstuma: Aos que, neste momento, morrem de fome em qualquer parte do Brasil.

À Sudene: Nossos agradecimentos, e acreditamos ter cumprido a nossa missão.

Envolvido por esse vigor de Celso Furtado, o presente texto foi escrito. A nós parece importante destacar que sua feitura e publicação se deram em meio à pandemia de covid-19, que teve início oficialmente no Brasil em 2020. O acervo de Celso Furtado chegou ao IEB no fim de 2019. As atividades técnicas de tratamento documental para abertura pública e o recebimento presencial de pesquisadores precisaram ser alterados de forma drástica. Foi preciso nos reinventar. Entretanto, inspirada por Celso, que, como dito anteriormente, à frente da Sudene montou a Divisão de Revistas e organizou uma série de publicações com os planos e o balanço dos trabalhos das diversas divisões do órgão, a presente publicação busca inaugurar a publicização dos documentos do arquivo pessoal de Celso Furtado. Enquanto isso, nossas equipes multidisciplinares, compostas de técnicos do IEB, professores e pesquisadores do Instituto e os jovens estagiários e bolsistas – que atuam conosco por meio dos programas de formação continuada junto ao acervo –, seguimos trabalhando. Espera-se que, estabilizadas as condições sanitárias, os pesquisadores interessados na vida e na obra de Celso Furtado possam vir novamente, de forma presencial ao IEB, que, como sempre, aguarda a todos. Mas, de forma especial, aguarda os jovens pesquisadores. Nosso mestre Celso Furtado tem muito ainda a nos ensinar. Sua voz está registrada para sempre em sua obra e em seu acervo. Nós a ouvimos, e foi ela que nos entusiasmou a compartilhar estas amostras com o público. Que ela siga ecoando, nos ensinando e nos motivando a fazer jus à *res publica* e democrática no Brasil.

SOBRE OS AUTORES

DARLAN PRAXEDES BARBOZA é doutorando em Sociologia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e integrante do Núcleo de Sociologia da Cultura (NSC/FFLCH/USP).

darlan.barboza@usp.br

<https://orcid.org/0000-0001-9907-4656>

ELISABETE MARIN RIBAS é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e especialista em Organização de Arquivos pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), onde compõe a equipe técnica de funcionários do Serviço de Arquivo.

elisabete.ribas@usp.br

<https://orcid.org/0000-0001-8918-8676>

REFERÊNCIAS

- BACELAR, Tania. Celso Furtado: um intelectual com o pé no chão. [Entrevista concedida a] João Moraes de Sousa e Andrea Carla de Azevêdo. In: SOUSA, C. M. de; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. (org.). *Celso Furtado: a esperança militante* (depoimentos). v. 2. Campina Grande: EDUEPB, 2020, p. 247-269.
- BIELCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1988.
- BRAZIL – The troubled land. Direção de Helen Jean Rogers. EUA, 1961. (25 min.).
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Método e paixão em Celso Furtado. In: BRESSER-PEREIRA, L.; REGO, J. M. (org.). *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- BRUGSMA, Willem. Brazil's Northeast: explosive as Cuba. *The Washington Post*, 12/8/1962. Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-SUD-MP-046.
- BUARQUE, Cristovam. Depoimento de Cristovam Buarque. In: FORMIGA, Marcos; GAUDÊNCIO, Francisco de Sales; (org.). *Era da esperança: teoria e política no pensamento de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 94-98.
- CARVALHO, José Murilo de. Homenagem ao Acadêmico Celso Furtado. *Anuário 2002-2006*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005.
- CARVALHO, Otamar de. Das secas, açudagem e lavouras xerófilas ao desenvolvimento do Nordeste. [Entrevista concedida a] Milena Barros Marques dos Santos e Cidival Moraes de Sousa. In: SOUSA, C. M. de; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. (org.). *Celso Furtado: a esperança militante* (depoimentos). v. 2. Campina Grande: Eduepb, 2020, p. 109-140.
- CHATEAUBRIAND, Assis. O esforço pertinaz de comunicação da Sudene na esfera algodoeira. 21/10/1962a.
- CHATEAUBRIAND, Assis. A insuperável reserva. *Diário de Pernambuco*, 16/12/1962b.
- CHATEAUBRIAND, Assis. O homem e um fantasma. *Diário de Pernambuco*, 22/12/1962c.
- CHATEAUBRIAND, Assis. Os vermelhos meridionais. *Diário de Pernambuco*, 8/2/1963a.
- CHATEAUBRIAND, Assis. Os consertadores da panela furada. *Diário de Pernambuco*, 19/2/1963b. Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-SUD-MP-037.
- CHATEAUBRIAND, Assis. Um americano de verdade no meio do vigarismo cubano. *Diário de São Paulo*, 19/2/1963c. Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-SUD-MP-035.
- CHATEAUBRIAND, Assis. O porco Estado socialista. *Diário de São Paulo*, 1/5/1963d. Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-SUD-MP-034.
- CONCENTRAÇÃO-monstro paralisa Recife em defesa da Sudene. *Correio da Manhã*, 7/12/1961.
- DEBATE decisivo sobre o Plano Diretor da Sudene. *Correio da Manhã*, 26/11/1961.

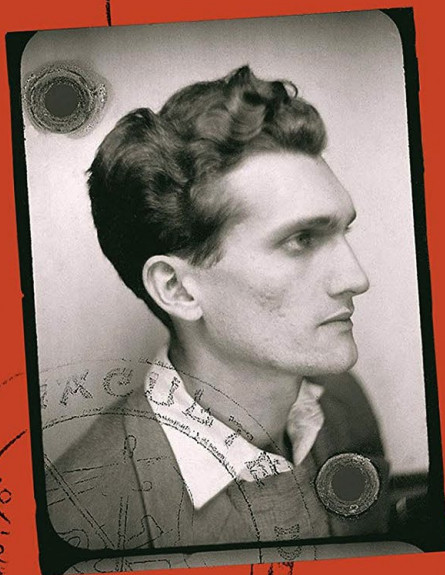
- DEBATE na Faculdade de Ciências Econômicas. *Diário da Paraíba*, 19/11/1958. Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-SUD-MP-043.
- DESENVOLVIMENTO econômico do Brasil: discurso do Ministro Celso Furtado no CIES. *O Globo*, 18/11/1962.
- DISCUTIDA a aplicação do plano diretor da Sudene. *Correio da Manhã*, 14/1/1962
- FIGUEIREDO, Argemiro. A Sudene e a sua estruturação administrativa. *O Jornal*, 1/2/1963a. Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-SUD-MP-036.
- FIGUEIREDO, Argemiro. Estruturação criminosa. *O Jornal*, 2/2/1963b. Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-SUD-MP-010.
- FURTADO, Celso. Omladinska Pruga: com uma brigada internacional nas montanhas da Bósnia. (Especial para a “Revista da Semana”). *Revista da Semana*, 22/11/1947.
- FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FURTADO, Celso et al. *Era da esperança*. Teoria e política no pensamento de Celso Furtado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- FURTADO, Celso. A operação nordeste. In: *O Nordeste e a Saga da Sudene 1959-1964*. Coleção Arquivos Celso Furtado. (Organização, Introdução e Notas de Rosa Freire d’Aguiar). Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Celso Furtado, 2009.
- FURTADO, Celso. Entrevista a Eduardo Kugelmas. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 6, n. 8, 2011, p. 375-415.
- FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. Edição definitiva. Coordenação de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- FURTADO, Celso. *Diários intermitentes: 1937-2002*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d’Aguiar. Prefácio de João Antonio de Paula. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- GUDIN, Eugênio. O regional se sobrepondo ao nacional. *Diário de Pernambuco*, 15/7/1961.
- GUDIN, Eugênio. O problema do nordeste. *O Globo*, 31/1/1962.
- GUDIN, Eugênio. A filosofia de Celso Furtado II. *O Globo*, 22/4/1963.
- J. J. & J. Velho gagá. *Correio da Manhã*, 6/12/1961, segundo caderno, p. 1.
- KEELY, Charles. Is it too late to save Brazil? If this is communism we need more of it. *The Washington Daily News*, 12/3/1962a. Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-SUD-MP-040, CF-SUD-MP-050.
- LIMA, Marcos Costa. O Conselho Deliberativo da Sudene. In: FURTADO, Celso. *O Nordeste e a saga da Sudene 1958-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2009. (Arquivos Celso Furtado 3).
- MIRANDA, Carlos Luiz de. Não dá para imaginar um Nordeste (e o Brasil) sem Celso Furtado. [Entrevista concedida a] Milena Barros Marques dos Santos e Cidoval Moraes de Sousa. In: SOUSA, C. M. de; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. (org.). *Celso Furtado: a esperança militante (depoimentos)*. v. 2. Campina Grande: EDUEPB, 2020, p. 167-175.
- NERY, Emmanuel. Nordeste del Brasil: Nueva Tierra Prometida. *El Mercurio*, Santiago, 1/3/1963. Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-SUD-MP-039.
- NORDESTE todo mobilizado contra emenda anti-Sudene. *Correio da Manhã*, 5/12/1961.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de. Celso Furtado: um republicano exemplar. [Entrevista concedida a] Marcos Costa Lima e Angela Nascimento. In: SOUSA, C. M. de; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. (org.). *Celso Furtado: a esperança militante (depoimentos)*. v. 2. Campina Grande: EDUEPB, 2020, p. 71-107.
- PARLAMENTO Nacional. No Senado. *Correio da Manhã*, 5/12/1961.

- PIÑON, Néida. Homenagem ao Acadêmico Celso Furtado. In: *Anuário 2002-2006*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005.
- PLANO DE AÇÃO para o Nordeste. Uma entrevista com Celso Furtado, supervisor do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – A escassez é de comida e não de água – Industrialização da zona úmida – Integração regional de um novo Nordeste. *Correio da Manhã*, 13/1/1959.
- PESSOA, Fernando. *Mensagem*. Organização de Caio Gagliardi. São Paulo, Hedra, 2007.
- ROSAS, Clemente. VIII – Celso Furtado. *Revista Será? Penso, logo duvido*. Postado por Clemente Rosas. 27/9/2019. Disponível em <https://revistasera.info/2019/09/eu-e-eles-ecos-de-memoria-politica-clemente-rosas-7>. Acesso em: fev. 2021.
- SIRIUS. II. - Conquête et révolution. *Le Monde*, 25/7/1963. Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-SUD-MP-038.
- SUDENE Program, abundant rains helping Northeast. *Brazilian Bulletin*, n. 401, v. XVII, 1961.
- SZULC, Tad. Northeast Brazil poverty bleeds threat of a revolt. *The New York Times*, 22/10/1961. Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-SUD-MP-041.
- SZULC, Tad. New Latin Accord is offered by U. S. Nations get outline of Alliance for Progress. *The New York Times*, 14/7/1961a. Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-SUD-MP-049.
- SZULC, Tad. Marxists are organizing peasants in Brazil. *The New York Times*, 24/11/1961b.
- SZULC, Tad. U. S. in quandary on aid to Brazil. Regime believed incapable of carrying out reforms. *The New York Times*, 24/2/1962. Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-SUD-MP-048.
- TAYLOR, Frank. Brazil too has its North-East problem. *Jornal [?]*, s. d. Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-SUD-MP-045.
- ÚLTIMO recurso. *Correio da Manhã*, 30/11/1961.
- XAVIER, Lauro P. Agrônomos x economistas (À margem da conferência do professor Celso Furtado). *Diário de Pernambuco*, 30/10/1958. Arquivo IEB/USP, Fundo Celso Furtado, código de referência CF-SUD-MP-003.
- VILAR, Manelito. Celso Furtado, a Sudene e o semiárido: enfrentando a seca social. [Entrevista concedida a] Andreza Dantas Albuquerque e Walter Wasconcelos. In: SOUSA, C. M. de; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. (org.). *Celso Furtado: a esperança militante (depoimentos)*. v. 2. Campina Grande: EDUEPB, 2020, p. 239-246.

CELSO FURTADO DIÁRIOS INTERMITENTES 1937-2002

RESENHAS • BOOK REVIEWS)

ORGANIZAÇÃO E NOTAS
ROSA FREIRE D'AGUIAR




COMPANHIA DAS LETRAS

Signature du Titulaire :

Celso Monteiro Furtado

Celso Furtado, os *Diários intermitentes* e o Brasil: as memórias de um intelectual público

[Celso Furtado, “*Diários intermitentes*” and Brazil: the memories of a public intellectual

Rafael Pacheco Mourão¹

[FURTADO, Celso. *Diários intermitentes: 1937-2002*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, 448 p.

RESUMO • A presente resenha aborda os diários pessoais de Celso Furtado. Esses diários cobrem a sua vida dos 17 até seus 82 anos, sendo importantes para reafirmar não apenas a coerência ética do autor, mas para aclarar o sentido nuclear de seu pensamento enquanto intelectual e homem público. Nesse sentido, trata-se de uma obra com potencial para abrir caminhos para releituras e novas interpretações do pensamento furtadiano.

• **PALAVRAS-CHAVE** • Celso Furtado;

memórias; intelectual público. • **ABSTRACT** • This review covers Celso Furtado’s personal diaries. These diaries cover his life from 17 to 82 years of age, being important to reaffirm not only the author’s ethical coherence, but to clarify the core meaning of his thinking as an intellectual and public man. In this sense, it is a work with the potential to open paths for reinterpretations and new interpretations of furtadian thought. • **KEYWORDS** • Celso Furtado; memoirs; public intellectual.

Recebido em 1^o de dezembro de 2020

Aprovado em 8 de fevereiro de 2021

MOURÃO, Rafael Pacheco. Celso Furtado, os *Diários intermitentes* e o Brasil: as memórias de um intelectual público. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 78, p. 303-314, abr. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v11i78p303-314>

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil).

Os “diários” são produtos da modernidade (LIMA; SANTIAGO, 2010). Produtos característicos que ao serem divulgados ao público recolocam as individualidades sempre em novos e renovados processos de reavaliação e reposicionamento. Isso porque não se pode desprezar o que as facetas íntimas podem revelar sobre a essência e os fundamentos que caracterizam o diarista. É nesse sentido que esse precioso material inédito que compõe os *Diários intermitentes* tem um lugar muito especial na obra de Celso Furtado, sendo um importante complemento aos três volumes que integram a sua obra autobiográfica² e dando um tom distinto, mais intimista e, certamente, mais desvelador em sua faceta memorialista. É então uma obra que abre caminho para releituras e novas interpretações do pensamento furtadiano.

Os *Diários intermitentes: 1937-2002*, conjuntamente aos seis volumes dos Arquivos Celso Furtado³ publicados recentemente, sem dúvida são obras que revelam muito do ser humano, do humanista, do ético homem público que foi Furtado. Mas, sobretudo, aclaram a coerência de fundo de sua obra, o sentido nuclear de seu pensamento e, principalmente, um projeto de republicanização do país que compreendeu todo o seu esforço como intelectual público e como ator político.

Encontramos em seus diários muito de suas disputas, de suas lutas travadas ao longo de sua vida, lastreamos neles suas frustrações e conquistas, sonhos, realizações, tristezas e alegrias. Como um autor longevo de grande fôlego, e absolutamente relevante no plano nacional e internacional, podemos reconstituir a partir dos seus diários os momentos-chave da história política brasileira, que compreendem os anos finais do primeiro governo Vargas até o fim do governo Fernando Henrique Cardoso, perpassando as administrações Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, João Goulart

2 Os três volumes de autobiografia são: *A fantasia organizada* (1985), *A fantasia desfeita* (1989) e *Os ares do mundo* (1991). Esses três volumes integram a edição definitiva republicada em 2014 com o título *Obra autobiográfica* (2014).

3 Faço referência às publicações: Arquivos Celso Furtado 1 – *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas* (2008); Arquivos Celso Furtado 2 – *Economia do desenvolvimento: curso ministrado na PUC em 1975* (2009); Arquivos Celso Furtado 3 – *O Nordeste e a saga da Sudene* (2009); Arquivos Celso Furtado 4 – *O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento* (2011); Arquivos Celso Furtado 5 – *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura* (2012); Arquivos Celso Furtado 6 – *Anos de formação – 1938-1948* (2014).

(Jango), a ditadura civil-militar e o governo José Sarney. Do mesmo modo, é possível reconstituir historicamente fatos cruciais da conjuntura internacional ao longo dos 65 anos abrangidos por sua obra memorialista.

Nesse sentido, seus diários estão repletos de análises, impressões, diagnósticos e, ainda, opiniões muito pessoais sobre o caráter de algumas figuras públicas que conviveram com ele durante sua vida, dentre elas: Villa-Lobos, Raúl Prebisch, Juscelino Kubitschek, Roberto Campos, Josué de Castro, Tancredo Neves, José Serra, Mário Covas, Leonel Brizola, Ulysses Guimarães, Waldir Pires, dom Helder Câmara, Roland Corbisier, Fernand Braudel, dentre outros.

Trata-se de uma bela publicação, que, além de desvelar a intimidade intelectual de um grande pensador, está repleta de imagens de documentos oficiais, documentos pessoais, fotografias de páginas manuscritas dos diários originais, cartas, fotos de Furtado junto a várias personalidades políticas, manchetes de jornais, artigos etc. Todas essas ilustrações incluídas na edição dão um sabor diferente e tornam a leitura dos *Diários* ainda mais rica e prazerosa.

Os diários furtadianos foram denominados “intermitentes” por conterem hiatos que fogem à estética regular de um diário. Rosa Freire d’Aguiar, idealizadora e organizadora do livro, ressalta que os diários eram para Furtado o lugar no qual ele assinalava, quando o tempo e o motivo eram adequados, aquilo de mais relevante ele havia fixado naquele momento em específico. Ela afirma que os diários foram para Furtado um lugar de diálogo com ele mesmo.

Realizada esta breve apresentação da obra, passemos então aos dez capítulos que compõem os *Diários intermitentes*. O primeiro texto, “João Pessoa e Recife, 1937-1939”, nos conta o período final de estudos no Liceu Paraibano, em João Pessoa, sua jornada para conseguir o certificado de reservista do exército, sua mudança para Recife, onde cursou o pré-jurídico no Ginásio Pernambucano, e sua volta para João Pessoa, abrangendo ainda o período de estudos no Instituto de Educação.

Esses anos de formação revelam muitas leituras – Platão, Schopenhauer, Marx, Weber e outros mais –, bem como deixam explícito o gosto pela literatura que o acompanhara durante toda a vida. Nesse momento o autor conta ter lido *O guarani* e *Diva*, de José de Alencar, *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Quincas Borba*, de Machado de Assis, *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, e *Joseph Fouché: retrato de um homem político*, de Stefan Zweig.

Esse capítulo indica a sua primeira experiência como professor. Como um dos destaques do Centro Estudantil do Liceu Paraibano, Celso Furtado foi designado para lecionar geografia e história na periferia de João Pessoa no ano de 1937. Sabemos ainda, que incentivado pela Cruzada Nacional da Educação⁴ criada por Getúlio Vargas, Furtado alfabetizou adultos dando aulas noturnas no quintal da casa de seus pais. Comparece ainda uma passagem premonitória relevante: Furtado, em 20 de agosto de 1938, registra a ideia de escrever uma história da civilização brasileira.

4 Essa campanha foi criada por Getúlio Vargas em 1932 e incentivava estudantes e professores a organizar cursos de alfabetização de adultos.

O segundo texto, “Rio de Janeiro, 1940-1946”⁵, registra o intenso período em que residiu na capital do Brasil. No Rio de Janeiro cursou Direito na Faculdade Nacional de Direito, trabalhou como jornalista na redação da *Revista da Semana* e como assistente de revisor no *Correio da Manhã*. No Rio foi também servidor público no Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) – após prestar concurso –, e cursou o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) durante dois anos. Trata-se de um momento muito extenuante para o jovem Furtado, ele relata que alguns dias chegou a trabalhar por até 15 horas. Todavia, é também um rico período de descobertas culturais. Furtado relata as suas várias idas aos concertos, dos quais selecionava os gratuitos, já que a sua condição financeira não lhe permitia pagar por esse prazer cultural. Quando ocorriam os concertos com figuras e obras “imperdíveis”, lutava para “juntar o dinheiro necessário para aproveitar” (p. 59). Percebemos que Furtado compreendeu desde cedo o valor da cultura para a formação e a felicidade humana. Nesse período conheceu Villa-Lobos, a quem admirava.

Em abril de 1942 Furtado faz a sua primeira visita a Ouro Preto, encantando-se pela cidade, pelos tipos locais e curiosidades dali. Durante a sua estadia ele escreve: “Tem-se a impressão de que se recuou no mínimo duzentos anos. Eu me esqueci de que há guerra no mundo, de que há misérias, de que há muito para fazer, de que há homens que sofrem a vida inteira, só porque não se lhes permite trabalhar no seu verdadeiro lugar; esqueci tudo” (p. 60).

Nesse capítulo comparecem pela primeira vez as primeiras linhas sobre política. Furtado critica a atuação dos parlamentares na Assembleia – “estão desinteressados ou divorciados da realidade brasileira” (p. 72) –, bem como critica a carência e a pauperização dos serviços públicos no Rio de Janeiro – a angustiante falta de água e a deficiência dos transportes. Seu interesse pelo planejamento já estava presente, desejava ir à França, à Suíça e à União Soviética para estudar planificação econômica e social.

O terceiro capítulo, “A guerra na Itália, 1945”, descreve o período em que Furtado esteve na Europa como oficial do Exército na Segunda Guerra Mundial. Nas suas palavras: “A guerra é essencialmente duas coisas: trabalho e destruição” (p. 83). Servindo na Itália, Furtado analisa que o fascismo corrompeu a moralidade da Nação, fragmentando-a de tal modo que ela perdeu o seu sentido de coletividade. Nosso autor descreve que durante a guerra esteve em Nápoles, Roma, Milão e Paris. Visitou ainda duas cidades que o encantaram bastante: Pompeia – segundo Furtado (p. 83), “um espetáculo indescritível” – e Florença – “aqui foi queimado Savonarola, [...] morou Dante, [...] está o túmulo de Maquiavel...”⁶. São páginas muito reflexivas, nas quais ele questiona a razão da sua existência e busca encontrar para si um plano de vida. Furtado confessa seu desejo – e vocação pessoal – para escrever sobre “política, administração, ciências sociais” (p. 88).

O quarto capítulo, “Paris, 1947-1948”, cobre a ida de Furtado à França para

5 Esse texto, em função da organização editorial, exclui o período no qual Celso Furtado participa da Segunda Guerra Mundial em 1945.

6 Esses lugares e os convívios ali experimentados certamente inspiraram o seu primeiro livro, *De Nápoles a Paris: contos da vida expedicionária*, de 1946.

cursar o doutorado em economia e a volta para o Brasil. Essas páginas também trazem um balanço do trabalho de recuperação da economia inglesa, bem como da vida em Londres. Do mesmo modo, traz um relato da vida política e cotidiana na capital da França no pós-guerra, descrevendo as dificuldades da reconstrução, que passavam pelo controle diário do consumo de alimentos pelo governo e pela relação salário-custo de vida dos cidadãos franceses – momento lido por ele como o “mais agudo de sua grande crise social” (p. 98).

Durante seus estudos em Paris, Furtado teve vários professores ilustres, como René Courtin (um dos fundadores do jornal *Le Monde*) e o notável economista François Perroux. Do mesmo modo, assistiu no Institut d'Études Politiques a cursos de grandes figuras do pensamento marxista⁷ – Jean Baby e Auguste Cornu –, do célebre historiador da política Jean-Jacques Chevallier e de Charles Morazé, integrante importante da Escola dos Annales⁸. Ele chega a destacar que o trabalho de pesquisa na França era construído “dentro do método histórico e fundado numa imensa erudição” (p. 93). Furtado cursou o doutorado em economia sob orientação de Maurice Byé na Faculté de Droit et des Sciences Économiques da Universidade de Paris. Encontramos um relato orgulhoso da sua defesa de tese – “atravessei o boulevard Saint-Michel [...] montado numa nuvem” (p. 117) –, não apenas pelos elogios e honras concedidos pela banca, mas também pela discussão detida e atenciosa que a tese suscitou.

Mesmo distante e profundamente envolvido em seus estudos, Furtado não deixou de ter preocupação com o Brasil. Ele revela ter comprado um rádio Philips de quatro válvulas, no qual ouvia a *Hora do Brasil* para se inteirar do dia a dia do país. Há belos relatos de sua viagem à Tchecoslováquia e à Bósnia – Jugoslávia –, passando pela Alemanha e Hungria, tendo como destino o Festival Mundial da Juventude, que ocorreu em Praga, em agosto de 1947. Antes de retornar a Paris, essa viagem ainda teve uma estadia de alguns dias em Londres. Furtado visita então a London School of Economics.

O quinto capítulo, “América Latina, 1951-1958”, revela que, ao voltar ao Brasil, inicia-se um período intenso, de muito trabalho: no Dasp, na revista *Conjuntura Econômica*, na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), no Grupo Misto Cepal-BNDE⁹, empreitada que dá a Furtado a oportunidade de conhecer a realidade latino-americana. Encontramos relatos de suas viagens à Costa Rica, Bolívia, Panamá, Venezuela, México, Equador, Brasil, e também à França, Turquia e Inglaterra. Furtado também pontua sobre seu período na King's College da Universidade de Cambridge entre 1957-1958 – onde escreveu *Formação econômica do Brasil* (1959) e lecionou seminários para estudantes já graduados em economia.

O sexto capítulo, “Brasil, 1958-1964”, traz talvez o que de mais importante e

7 Furtado (p. 97) relata ter comprado nesse período toda a bibliografia essencial marxista em francês, bem como as obras filosóficas e políticas completas de Marx (16 volumes), obras de Engels (17 volumes), parte das obras econômicas de Marx e ainda 30 volumes de obras de crítica ao marxismo.

8 Segundo João Antonio de Paula (2019, p. 1076) o Institut d'Études Politiques contribuiu para que Furtado tivesse uma “sólida formação em economia política, história econômica, economia social comparada e estatística econômica.”

9 Esses trabalhos serviram de base para o Plano de Metas do governo JK.

singular encontramos nos *Diários*: a vida e a atuação política de Celso Furtado antes do golpe civil-militar de 1964. Nessa seção temos o relato do incansável trabalho político de convencimento realizado por Furtado em prol da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). É apresentada por ele toda a articulação política para a criação e aprovação da entidade, bem como o jogo político articulado pelos governadores do Nordeste, pelos deputados e pela presidência da república, e ainda a sua repercussão na opinião pública¹⁰. Como *locus* importante de poder no Nordeste, a Igreja também mereceu nota em seus diários, sobretudo, no que diz respeito à profunda transformação que a Sudene buscava realizar. Furtado externou a preocupação da Igreja com a atuação do governo JK no Nordeste, sendo até mesmo sabatinado no primeiro Encontro dos Bispos do Nordeste em 1959 em Natal. Há inclusive uma instigante e dura nota sobre dom Helder Câmara na qual Furtado classificou a sua personalidade como sendo de um autêntico tartufo e demagogo¹¹ (p. 155).

Furtado revela que, além dos latifundiários e coronéis do Nordeste, dois outros setores faziam forte oposição a sua figura: primeiro, os cafeicultores, sobretudo, pela crítica de Furtado à falácia do confisco cambial que era defendido e disseminado por esse setor; e, segundo, pela indústria automobilística, que conhecia a defesa de Furtado de uma legislação que regulasse a remessa de lucros para fora do país.

Confirmando sua relevância e seu prestígio nesse período, encontramos passagens importantes nas quais Furtado descreve várias conversas no Palácio Laranjeiras¹² com o presidente Juscelino Kubitschek – muitas vezes reservadas e em tom confidente¹³ – e com figuras que faziam parte da cúpula do governo, nas quais foram discutidas com ele a reforma cambial, a balança de pagamentos, o preço do

10 Durante o duro processo de aprovação da Sudene, que, como sabemos, se deu em um período de radicalização política, circulou entre os deputados uma ficha policial que apresentava Furtado como agente da Internacional Comunista. Ele relata que as calúnias eram constantes, sendo chamado ora de comunista, ora de agente de Wall Street. Nesse momento Furtado se recusou a concorrer ao cargo de governador de seu estado natal, pois, segundo ele, isso poderia atrapalhar a sua empreitada de unir o Nordeste.

11 É importante ressaltar que, embora houvesse o reconhecimento da importância da Sudene por parte de alguns bispos do Nordeste, dom Helder não se posicionou a favor da sua criação. Cabe, no entanto, uma consideração sobre a percepção e julgamento de Celso Furtado sobre dom Helder. Em sua autobiografia, especificamente em *A fantasia desfeita*, embora ainda seja perceptível uma reticência de Furtado em relação à figura de Dom Helder, há o reconhecimento em pelo menos duas passagens do seu apoio à empreitada da Sudene no Nordeste – ver Furtado (2014, p. 240; p. 250). Talvez o tempo e o distanciamento do seu trabalho no governo Kubitschek tenham contribuído para que Furtado tivesse um julgamento mais favorável de dom Helder Câmara em sua autobiografia.

12 Juscelino Kubitschek não quis residir no Palácio do Catete após o suicídio de Getúlio Vargas em 1954. O Palácio Laranjeiras foi então residência oficial da presidência, sendo ocupado por Juscelino Kubitschek até 1960, quando foi inaugurado o Palácio da Alvorada em Brasília.

13 Essas conversas nos permitem recuperar as dificuldades e problemas enfrentados durante o governo JK.

café e as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre o plano de estabilização monetária¹⁴.

Furtado também escreve uma interessante análise político-partidária do Brasil até o início dos anos 1960¹⁵ – com a constatação de que o jogo político esteve sempre à direita. Do mesmo modo, há um diagnóstico dos limites das “forças nacionalistas” a partir da dissecação da figura de Roland Corbisier, das disputas internas no ISEB e da crítica à falta de uma orientação para a ação dos fundamentos metafísicos do nacionalismo de Guerreiro Ramos. É um momento em que a admiração intelectual nutrida por Roberto Campos vai ganhando um tom crítico cada vez mais forte, sobretudo, no seu conservadorismo¹⁶, na sua submissão aos interesses do FMI e na sua ortodoxia (neo)liberal¹⁷ carente de “[...] uma crítica em profundidade” (FURTADO, 2019, p. 163). Furtado faz uma forte crítica à ideia ortodoxa da crença no automatismo do mercado e também à corrente monetarista. Essas páginas expressam uma categórica furtadiana: o subdesenvolvimento não é apenas econômico, o problema do subdesenvolvimento é político muito mais que econômico – afirmação que comparece em seus diários como também defendida por Arthur Lewis. Daí ele escreve após uma palestra ministrada em Tel Aviv, que “[...] uma efetiva política de desenvolvimento pressupõe a conquista dos centros de decisão” (FURTADO, 2019, p. 200). Essa categórica fica clara quando Furtado descreve a estratégia do “*approach* indireto” que é aplicado pela Sudene em seu trabalho no Nordeste¹⁸. Furtado deixa claro que o problema da região era político. Ele questiona de forma argumentativa: quem faz a política? Como é feita? Para quem a política era feita no Nordeste? E é justamente a partir do redirecionamento do lócus do poder que Celso Furtado conduz as transformações nas estruturas socioeconômicas do Nordeste – a própria industrialização da região visava constituir “uma fonte autônoma de poder fora da agricultura”¹⁹. De maneira triste, mas certo do papel importante que cumpriu a Sudene sob o seu comando, o capítulo se encerra com uma passagem que informa

14 Questão de grande polêmica no final da década de 1950 que gerou grandes embates públicos entres os denominados monetarista e estruturalistas.

15 Ao longo dos *Diários* percebemos que Furtado era um arguto analista de contextos e conjunturas.

16 Ver por exemplo o duro desabafo de Furtado sobre Campos com relação a uma questão da *Revista Econômica Brasileira* (p. 170-171).

17 Furtado associa Roberto Campos ao neoliberalismo – “Campos representa o neoliberalismo” (FURTADO, 2019, p. 165) –, chegando a afirmar que “[...] entre a posição dele e a do velho Gudin já não existe diferença perceptível.”

18 Sobre a estratégia do “*approach* indireto”, ver p. 207-209.

19 Furtado revela ao final desse capítulo que a lógica de ação da Sudene era primeiro constituir um outro polo de poder com a industrialização no Nordeste, para em seguida abordar a fundo a questão agrária. As reformas de bases propostas posteriormente no Plano Trienal, dentre elas a reforma agrária, corroboram o seu argumento.

sobre o decreto de intervenção militar da Sudene em 27 de abril de 1964. Inicia-se então o seu exílio²⁰.

O capítulo “Exílio, 1964-1983” reverbera em suas páginas o sentimento de fracasso. Sentimento que advém da derrota do projeto democrático pelo autoritarismo excludente, não apenas no Brasil, mas também no Chile. Esse texto traz um triste relato do autor sobre o golpe ocorrido no Chile, balanços críticos sobre o Dasp, sobre o marxismo no Brasil²¹ e sobre a atuação da Sudene sob sua direção²² e também no regime militar. Já em 1976 Celso Furtado identifica uma série de contradições que levariam ao esgotamento do regime militar no Brasil, e a partir daí vai apontando as inúmeras dificuldades que a hegemonia autoritária e concentradora de renda traria ao país – entraves econômicos, sociais, culturais, mas, sobretudo, políticos²³. Esse capítulo nos permite mapear a sua jornada no exílio²⁴: New Haven²⁵, Paris – onde residiu por largo tempo –, Cambridge, Caracas, Puerto La Cruz, Cidade do México, Buenos Aires, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, João Pessoa, Kyoto, Adis Abeba (Etiópia), Ulan Bator (Mongólia) e China.

O retorno à vida política brasileira²⁶ – que aumentou o trânsito constante entre a França e o Brasil –, a partir de 1982, é marcado pela descrença em várias figuras que se dispunham a tomar as rédeas dos centros de decisão do país. Muitos políticos da Arena – partido de sustentação da ditadura –, vendo o esfacelamento do sistema

20 O nome de Furtado comparece no AI-1, tendo cassado os seus direitos políticos e civis e sendo demitido do Dasp. Furtado só retornou ao Brasil quase vinte anos depois.

21 Furtado conclui que o marxismo não chegou a penetrar no Brasil como uma “escola de pensamento” (p. 256) e que aqui “o marxismo era muito mais uma arma de denúncia do que um instrumento para abordar a realidade e elevar o nível de reflexão sobre esta. Indubitavelmente ele elevava a consciência crítica e apontava para uma reflexão a partir de problemas substantivos. Mas a sua própria ortodoxia, a censura mais ou menos velada que destilava da ‘linha do partido’, castrava a imaginação criadora dos seus seguidores” (p. 257-258).

22 Furtado relembra a ação política desempenhada pelo trabalho da Sudene, que, apesar de operar dentro da ordem social estabelecida, produziu um papel relevante na transformação das estruturas de poder que dominavam o Nordeste. Segundo ele, essa luta política empreendida pela Sudene agia em detrimento do poder dos latifundiários abrindo espaço inclusive para o empoderamento das Ligas Camponesas, dos camponeses e trabalhadores urbanos.

23 Furtado, que entendia que a ação política sem a consciência do que se objetivava para o país como nação era extremamente deletéria no fim da ditadura civil-militar brasileira, chega a escrever: “Melancólico espetáculo que dão os economistas, perdidos em dimensões tecnicistas sobre a ‘coerência do *pacote*’, quando o que interessa são os fins, aonde vamos. [...] Por toda a parte domina um clima de corrupção e de inconsistência com respeito aos interesses das maiorias” (p. 264)). Furtado relata que o Brasil se distanciara por demais do que fora pensado para o país e das lutas de sua geração.

24 Com exceção dos três meses que residiu no Chile, logo que foi exilado, que não comparecem nos diários.

25 Furtado foi professor da Universidade Yale e Colúmbia nesse período.

26 O retorno à vida política rendeu inclusive uma sondagem para disputar o cargo de senador ou governador na Paraíba. Furtado havia recebido anistia política em 1979.

de dominação autoritário, literalmente estavam trocando de lado²⁷. Por isso Furtado tinha dúvidas se o sistema político teria “capacidade” para fazer as mudanças necessárias, pois para ele o “desenvolvimento político está intimamente ligado à própria essência de transformação da sociedade” (p. 276).

Algo que não poderia ficar de fora desta resenha, já que a sua faceta amorosa íntima não comparece em nenhuma outra passagem de sua obra autobiográfica, é o breve, mas apaixonado reconhecimento de Celso Furtado do forte impacto que Rosa²⁸ trouxe para a sua vida. Nas suas palavras, Rosa contribuiu para que ele redescobrisse “o maravilhoso das coisas simples. Que coisas belas se redescobrem e se reencontram, esquecidas ou perdidas que estavam. O tempo recupera espessura e solidez” (p. 265). Reencontrar o amor e estar apaixonado era algo que Furtado não esperava nesse momento da sua vida – foi uma bela surpresa. Esse capítulo termina com uma belíssima análise memorialista de Josué de Castro e sua obra mais importante, *Geografia da fome*.

O capítulo “Redemocratização, 1984-1985” é riquíssimo, sobretudo, por trazer os bastidores do processo político em torno da construção do consenso para a eleição indireta sob a égide de Tancredo Neves, bem como os trabalhos da Comissão para o Plano de Ação do Governo (Copag), que foi responsável por elaborar as ações para os primeiros 100 dias do governo Tancredo, e as disputas por cargos e posições-chave no governo federal e ainda as disputas eleitorais nos estados e nas capitais. Várias figuras que tiveram papel relevante nas discussões e rumos do país comparecem no convívio com Celso Furtado, dentre eles: os economistas João Manuel Cardoso de Mello, Luiz Gonzaga Belluzzo, Luciano Coutinho, Maria da Conceição Tavares, Dércio Munhoz, José Serra, Carlos Lessa, entre outros; os políticos Ulysses Guimarães, Fernando Henrique Cardoso, Renato Archer, José Gregori, Waldir Pires, Severo Gomes, Pedro Simon, Euclides Scalco, Franco Montoro, Jarbas Vasconcellos, Miguel Arraes, Roberto Gusmão, Fernando Gasparian, Edgar Amorim etc. Outras figuras relevantes, de forma indireta, também comparecem nas páginas desse denso texto, dentre elas: Lula, Delfim Netto, Leonel Brizola, Paulo Maluf, Olavo Setubal, Dilson Funaro, Dirceu Pessoa e outros mais.

Celso Furtado nos apresenta uma crítica e lúcida análise do caráter da Aliança Democrática. E revela também uma campanha de intrigas – articulada dentro e fora do PMDB (partido ao qual se filiara em agosto de 1981) –, que visava inviabilizar o nome de Celso Furtado para qualquer cargo-chave no governo Tancredo Neves²⁹. De forma modesta, Furtado escreve: “Meu único trunfo é o nome nacional que tenho,

27 Furtado estava convencido de que era necessária uma renovação dos quadros políticos.

28 Rosa Freire d’Aguiar é responsável pela reedição de várias obras de Furtado, publicação de textos inéditos, organização dos seis volumes dos Arquivos Celso Furtado, organização dos *Diários intermitentes* e das correspondências (ainda no prelo por causa pandemia da covid-19). Além disso, foi responsável pela curadoria e organização do arquivo privado e da biblioteca pessoal de Celso Furtado, sendo figura central para a consolidação do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

29 Essas intrigas são frutos da sua ativa vida política no período, na elaboração de programas, campanhas eleitorais, conferências e debates. Sua postura firme sobre a questão da dívida externa, da inflação e em defesa da recuperação da soberania nacional no plano internacional era vista de forma negativa pelos interesses financeiros, locais e internacionais constituídos.

a confiança que inspiro a muita gente como alguém que reúne competência e honestidade e não está ligado a grandes interesses econômicos” (p. 293) – o que lhe dava credibilidade diante da opinião pública. Furtado via como absolutamente necessário superar o projeto de “modernização” autoritário e excludente, sobretudo, pois um dos resultados deletérios do regime militar – profundamente corrupto – foi produzir “o descrédito do Estado como instrumento de engenharia social” (p. 322). Ao confirmar a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985, Celso Furtado relata: “Senti-me recompensado dos esforços e lutas de 20 anos” (p. 306). Era também uma vitória sua o processo de redemocratização do Brasil.

O capital político de Furtado foi utilizado pelo governo eleito. Celso foi nomeado por José Sarney – que havia assumido a presidência com a morte de Tancredo Neves – embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia. Novamente Furtado se instalaria na Europa, agora em Bruxelas. Como embaixador, há uma passagem que revela muito da sua posição intelectual. Furtado revela ter discordado em uma reunião do Centro de Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) da visão neoliberal Reagan-Thatcher, que havia se tornado hegemônica no centro do capitalismo. Segundo ele o grande entrave era a forte tendência dessa ortodoxia a relegar as dimensões social e nacional “em benefício de uma mítica ‘razão de mercado’” (p. 326). O texto é finalizado com o relato de um encontro entre Celso Furtado e Fernand Braudel.

O penúltimo capítulo, “Ministério da Cultura, Constituinte, 1986-1988”, nos permite perceber o incansável trabalho político-partidário e ministerial realizado por Furtado. Nesse período de grande articulação político-partidária – sobretudo, ao lado de Ulysses Guimarães –, Furtado revela as concessões que fez no intuito de garantir a reconstitucionalização e democratização do Brasil. Era necessário fazer o que fosse preciso, já que ele analisava que as forças antiprogressistas e de manutenção do *statu quo* continuavam atuando e tendo um forte peso na política nacional³⁰. Furtado relata também as disputas internas no PMDB, que culminaram no seu racha antes da votação do texto da Constituinte, surgindo dessa dissidência o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)³¹. O autor narra ainda os entraves partidários do governo Sarney e as dificuldades do processo da Constituinte. Acompanhada *in loco* por Celso Furtado, tem-se uma ampla visão dos bastidores

30 Nas palavras de Furtado (p. 334): “Agora tudo é mais claro porque essa cortina de fumaça ideológica se dissipou. Tudo é transparente: a tentativa de redistribuição de renda, o esforço de reforma agrária, o ensaio de independência vis-à-vis dos interesses financeiros internacionais, as veleidades de autonomia no campo da informática – a revolta é contra tudo isso. Trata-se de restabelecer o *statu quo ante* e acabar de vez com as veleidades reformadoras surgidas na fase da confrontação com o autoritarismo militar”.

31 O texto traz inclusive uma conversa com Fernando Henrique Cardoso, que lhe confia a intenção dele e de alguns dissidentes de fundar um novo partido para fazer oposição ao PMDB – oposição que segundo Cardoso estava monopolizada por Brizola. Isso ocorreu em 1988. Cardoso, Franco Montoro e Mário Covas tornaram-se as lideranças do PSDB naquele momento.

do processo da Constituinte³². Argutamente, ele observa a força míope da mídia sobre os temas centrais, a discussão em torno da descentralização dos recursos, bem como o dissenso sobre as questões de tempo de mandato e sobre parlamentarismo ou presidencialismo. Esse período aponta inúmeras discussões, análises e conselhos sobre os desafios do Plano Cruzado, da dívida externa e da inflação. Celso Furtado era constantemente consultado pelo presidente Sarney e pelas várias figuras que ocuparam postos-chave na condução da política econômica no período. O texto ainda relata o incansável e frutífero trabalho de organização do Ministério da Cultura. Sua gestão cria a primeira legislação brasileira de incentivos fiscais à cultura, trabalhando em novas formas de descentralizar e democratizar a política cultural no país³³.

O último capítulo, “Balanços, sínteses, 1988-2002”, tem início com a autoconsciência da sua tarefa intelectual: produzir ideias que servissem à nova geração. Cobrindo o final de sua trajetória, além de balanços sobre a sua vida, esse capítulo traz várias sínteses de temas abordados por ele. Furtado escreve então sobre o papel da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) – que foi sendo paulatinamente erodida –, sobre os males da modernização periférica ao patrimônio cultural e ecológico, sobre a institucionalidade política e governabilidade do país, sobre a vulgarização da teoria da dependência – numa dura crítica à teoria da dependência. Do mesmo modo, em defesa do Estado nacional, Furtado realiza uma forte crítica ao processo de globalização – para ele, um desenvolvimento apoiado na transnacionalização do sistema de decisão poderia conduzir à atrofia das instituições políticas guardiãs dos direitos fundamentais do homem (p. 411). Furtado reitera em seus diários a defesa do desenvolvimento ancorado no mercado interno brasileiro em oposição a uma política de abertura indiscriminada – que segundo Furtado resultaria na marginalização crescente de parcelas da população através do aumento considerável do desemprego e do subemprego. Ele inclusive mapeia alguns aspectos que corroboraram para um declínio paulatino da hegemonia dos Estados Unidos desde os anos 1980.

No contexto do referendo de 1993, Celso Furtado defende para o caso brasileiro a república e o parlamentarismo como sistema de governo. No mesmo período, há uma passagem importante que reflete uma posição do autor ao longo de toda a sua vida: a defesa de uma verdadeira “política econômica pública”. Esse último texto traz uma forte crítica ao governo de Fernando Henrique Cardoso, com destaque para o feroz processo de liquidação do patrimônio nacional e de sua atuação frente à crise do câmbio em 1999³⁴. Essa crítica leva o autor a defender a necessidade da luta por uma reestruturação do sistema financeiro internacional. Por fim, uma reflexão sobre a centralidade da luta pela nossa soberania nacional para a garantia do autogoverno e de nossa autonomia encerra os *Diários intermitentes*.

Finalizamos esta resenha ressaltando que nossas questões fundamentais enquanto nação cruzam a trajetória de vida do relevante homem público e intelectual

32 Furtado foi membro da Comissão de Estudos Constitucionais presidida pelo senador Afonso Arinos, contribuindo na elaboração do projeto da nova Constituição.

33 Como nos informa Rosa Freire d’Aguiar, logo no primeiro ano o Ministério da Cultura realizou 5 mil projetos culturais em todo o país e dobrou o orçamento dedicado à cultura.

34 Furtado avalia que Cardoso aceitou qualquer risco de dano à economia do país para garantir a reeleição.

público que foi Celso Furtado. Daí a indiscutível importância dessa obra, sobretudo, por seus diários contarem a história da sua luta pela republicanização do Brasil, a luta pela construção de uma verdadeira república democrática.

SOBRE O AUTOR

RAFAEL PACHECO MOURÃO é doutorando em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais e integrante do Centro de Estudos Republicanos Brasileiros (Cerbrás).
rafael.p.mourao@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7002-8269>

REFERÊNCIAS

- FURTADO, Celso. *De Nápoles a Paris: contos da vida expedicionária*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- FURTADO, Celso. *Contos da vida expedicionária / A fantasia organizada*. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Record, 1997.
- FURTADO, Celso. *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2008. (Arquivos Celso Furtado 1).
- FURTADO, Celso. *Economia do desenvolvimento: curso ministrado na PUC em 1975*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2009. (Arquivos Celso Furtado 2).
- FURTADO, Celso. *O Nordeste e a saga da Sudene (1958-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2009. (Arquivos Celso Furtado 3).
- FURTADO, Celso. *O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2011. (Arquivos Celso Furtado 4).
- FURTADO, Celso. *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2012. (Arquivos Celso Furtado 5).
- FURTADO, Celso. *Anos de formação – 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2014. (Arquivos Celso Furtado 6).
- FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- LIMA, Nádia; SANTIAGO, Ana. O diário íntimo como produto da cultura moderna. *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, p. 22-34, abr. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 2 nov. 2020.
- PAULA, João Antonio de. Cultura e desenvolvimento: 100 anos de Celso Furtado, um intelectual cosmopolita. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 29, n. E, 2019, p. 1075-1089.

Destecer os 60 anos de *Formação econômica do Brasil*

[*Unweave the 60 years of “Formação econômica do Brasil”*]

Gustavo Louis Henrique Pinto¹

SAES, Alexandre Macchione; BARBOSA, Alexandre de Freitas (org.). *Celso Furtado e os 60 anos de Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Sesc/Publicações BBM, 2021.

RESUMO • *Formação econômica do Brasil* completou 60 anos de publicação em 2019, e Celso Furtado é uma vez mais empunhado na reflexão sobre a história e a economia do Brasil, ressignificando os horizontes possíveis de interpretação desse clássico, as influências deixadas (o legado), as críticas historiográficas e econômicas, bem como o seu lugar no pensamento político, social e econômico brasileiro. *Celso Furtado e os 60 anos de Formação econômica do Brasil* (2021), livro objeto desta resenha, organizado por Alexandre Macchione Saes e Alexandre de Freitas Barbosa, traz 16 análises, em diferentes perspectivas, reforçando a necessidade e a atualidade de se voltar à obra e ao pensamento de Furtado. • **PALAVRAS-CHAVE** • *Formação econômica do Brasil*; Celso Furtado; 60 anos. •

ABSTRACT • The book “*Formação econômica do Brasil*” completed 60 years of publication in 2019, and Celso Furtado is once again engaged in reflecting on the history and economy of Brazil, re-signifying the possible horizons of interpretation of this classic, the influences left (the legacy), historiographical and economic criticisms, as well as its place in Brazilian political, social and economic thought. “*Celso Furtado e os 60 anos de “Formação econômica do Brasil”*” (2021), book which is object of this review, organized by Alexandre Macchione Saes e Alexandre de Freitas Barbosa, brings 16 analyses, in different perspectives, reinforcing the need and the current moment to turn back the attention to Furtado’s work and thinking. • **KEYWORDS** • *Formação econômica do Brasil*; Celso Furtado; 60 years.

Recebido em 15 de janeiro de 2021

Aprovado em 8 de fevereiro de 2021

PINTO, Gustavo Louis Henrique. Destecer os 60 anos de *Formação econômica do Brasil*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 78, p. 315-321, abr. 2021.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1178p315-321>

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG, Uruaçu, GO, Brasil).

Formação econômica do Brasil tem a dimensão das análises de interpretação do Brasil que constituiu uma epistemologia, na direção apontada por Fonseca no artigo “Celso Furtado e o estruturalismo como método”, como um conhecimento de profundo impacto sobre as ciências sociais e a economia principalmente (e não exclusivamente nessas áreas do conhecimento), que carrega um método específico, ao mesmo tempo que é possuidora de força para a ação política, com finalidades para o presente de 1959, explorando um instrumento de análise histórica, em que as dinâmicas (econômicas e das estruturas de poder) possibilitam orientar mudanças estruturais. Rememorar um clássico que perdurou no tempo histórico é balizar os meios pelos quais a obra se tornou clássica, transformando Furtado em intérprete do Brasil, e fez as gerações posteriores signatários do economista paraibano.

Celso Furtado e os 60 anos de Formação econômica do Brasil é resultado de evento homônimo do referido livro – ambos organizados pelos pesquisadores Alexandre Macchione Saes e Alexandre de Freitas Barbosa, iniciativa da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin e do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) – realizado em novembro de 2019 no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc, em São Paulo. Um fato especial circundou todo o evento e as instituições envolvidas, representado na participação de Rosa Freire d’Aguiar, que divulgou que o acervo pessoal de Celso Furtado passaria à guarda do IEB, como de fato ocorreu ainda em 2019. Portanto, novas perspectivas se abrem com a pesquisa no arquivo e biblioteca de Furtado.

O impacto dessa possibilidade de pesquisa pode ser observado no trabalho de Elisabete Marin Ribas, intitulado “O arquivo pessoal de Celso Furtado: relações e relacionamentos para além dos bastidores da história econômica”, a respeito da transferência do arquivo pessoal de Furtado para o IEB, ao dizer sobre a importância desses arquivos: “Eles são mais um recurso de inspiração e orientação para nós que, seja organizando-os seja consultando-os, somos convidados a repensar nosso país e ‘re-sonhar’ um futuro que cabe a nós construirmos” (p. 458).

Os 60 anos tinham outros dois ingredientes que favoreciam o ambiente e a

convergência de disposições para o diálogo em torno de *FEB*²: por ser realizado no final de 2019, o evento traçou algumas linhas argumentativas para o centenário de nascimento de Furtado, em 2020, data vindoura naquele momento e aguardada com muita expectativa, e que não foi frustrada pela pandemia, rememorada em forma de publicações, seminários, palestras e dossiês sobre o centenário; por fim, junto à realização do evento, d'Aguiar havia acabado de publicar *Diários intermitentes – 1937-2002* (FURTADO, 2019), livro que rapidamente se configurou em material de grande importância sobre Furtado, composto de escritos pessoais ainda não conhecidos pelos pesquisadores e que permeou diversos momentos do evento com elucidativas passagens quase como que “reveladas” pela leitura de Alexandre Freitas Barbosa diante do ineditismo da publicação naquele momento, com poucas semanas à disposição do público.

Os 50 anos de *FEB* em 2009 já haviam sido significativos para os pesquisadores e interessados na obra, principalmente com a publicação da edição comemorativa de *FEB* (FURTADO, 2009) por Rosa Freire d'Aguiar, que contém uma fortuna crítica de 21 trabalhos de brasileiros e estrangeiros por ela selecionados, que se tornou referência obrigatória para os pesquisadores de 2019 que participaram do livro resenhado.

O caminho foi buscar eixos em comum que perpassaram as análises sobre os 60 anos de *FEB*, em suas diversas medidas, recepções e interesses sobre a obra. Há perspectivas em múltiplas direções, desde a presença de *FEB* na trajetória acadêmica dos pesquisadores, com gerações sendo formadas pela obra, ou enquanto problema de agenda de pesquisa, ou os significados dessa obra na forma do projeto político furtadiano, sendo possíveis mediações que permitem avaliar a extensão da obra e, principalmente, das suas ideias. Nessa direção, André Botelho, em “Um certo ‘ar de família’: formação, inserção, linhagens, sequências”, acena para o desafio de “pensar as ideias como forças sociais reflexivas” ao tratar “as ideias não apenas como produtos sociais, mas também, reflexivamente, produtoras do social” (p. 35).

Tomando de empréstimo o desafio de André Botelho, alguns pontos em comum foram identificados nos trabalhos que compõem o livro, entre outros que são possíveis: a recepção (imediate e ao longo dos 60 anos) e suas gerações de furtadianos; o método; as influências sobre *FEB*; a política; os usos possíveis de *FEB* 60 anos depois. Esses pontos foram selecionados em aproximação (flexível) com as seis partes do livro: I. *FEB* e o gênero de “formação”; II. Da economia brasileira para a história econômica: os debates historiográficos herdados de *FEB*; III. Teoria e método em *FEB*; IV. Da história econômica para a economia brasileira: o projeto político de *FEB*; V. A atualidade de *FEB*; VI. O arquivo de Celso Furtado no Instituto de Estudos Brasileiros.

A recepção de *FEB* como obra de história econômica e de flagrante atualidade, em sua dinâmica de intervenção na realidade, rapidamente atingiu extensão nos meios universitário e acadêmico assim como na luta política. Saes e Rômulo Manzatto realizaram, no artigo “Os 60 anos de *Formação Econômica do Brasil*: pensamento, história e historiografia”, importante sistematização a partir da pergunta sobre

2 A partir de agora será adotado o acrônimo *FEB* para a obra *Formação econômica do Brasil*, apesar de Rosa Freire d'Aguiar nos relatar, no evento que resultou no livro resenhado, que “*FEB*”, na vida privada com Furtado, se referia à Força Expedicionária Brasileira, à qual ele pertenceu como combatente na Segunda Guerra Mundial.

como “diferentes gerações leram e debateram” *FEB*, apontando uma periodização ao longo das décadas. Entre os anos de 1959 e 1970, *FEB* teve “rápida disseminação”, com três edições até 1960, traduções para sete idiomas (até 1975), e ampla repercussão mediante seus críticos; os trabalhos de Fernando Novais (1961) e de Iglesias (1963)³ são apontados como aqueles que “parecem extrair os elementos centrais nas interpretações posteriores” (p. 84). A década de 1970 representa o momento em que *FEB* se torna um “cânone”, ao mesmo tempo que se torna “um roteiro básico para cursos de história econômica do Brasil”, referência nacional e internacional. Na década de 1980, seguindo Chico de Oliveira (2003) em *A navegação venturosa*, *FEB* estava relegada somente aos cursos de história econômica, como algo do passado, aparentemente não mais disputando o presente. A década de 1990 demonstra sua retomada na construção nacional, chegando ao século XXI com novo vigor para a ideia de desenvolvimento, a partir de elementos como a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, a indicação para o Nobel de economia (2003) e a criação do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (2005).

As gerações de furtadianos nesses 60 anos, leitores de *FEB*, enquanto recepção e trajetória da própria obra, formaram escolas, aglutinando linhas de interpretação sobre *FEB* que vigoraram por décadas. Chico de Oliveira é, sem dúvida, a grande ausência entre os furtadianos – no evento e no pensamento social brasileiro principalmente –, sendo figura que inspira uma chave de leitura para *FEB* das mais significativas e, talvez, de maior presença nas análises realizadas pelos pesquisadores nos 60 anos. O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), com a célebre publicação de *A economia brasileira: crítica à razão dualista* (OLIVEIRA, 1972), e o Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com seus “autores pós-furtadianos”, como aponta Barbosa no artigo “*Formação Econômica do Brasil*, sessenta anos depois”, “deram continuidade ao legado de Furtado” (p. 418), com intelectuais como Maria da Conceição Tavares, João Manuel Cardoso de Mello, José Serra, Guido Mantega, entre outros. Já Fernando Rugitsky, em “Luta de classes inibida? Furtado e a especificidade da estrutura social brasileira”, fala dos “jovens furtadianos de esquerda”, como Chico de Oliveira e Paul Singer (p. 334).

Toda efeméride como essa, de uma obra clássica do pensamento brasileiro, passa necessariamente pelo balanço de interpretação, um “teste” histórico, critérios alinhavados, nesse caso, ao acúmulo acadêmico e científico da “Nova Historiografia Econômica Brasileira”, (p. 164), conforme relata Saes em “*Formação Econômica do Brasil* e a Nova Historiografia Econômica Brasileira”.

Em “*Formação Econômica do Brasil*: Celso Furtado como historiador econômico”, Flávio Rabelo Versiani se pergunta como a “estrutura de análise” foi afetada pelos avanços da história econômica (p. 122), assim como Flávio Saes aponta as “correntes críticas” e realiza um “balanço do estado atual das polêmicas interpretativas (p. 163). Versiani assinala várias passagens de *FEB* que, do ponto de vista historiográfico, sofreram forte crítica da literatura especializada, como a ideia de um papel passivo dos produtores de açúcar em relação aos comerciantes, ou as diferenças postas em

3 Rosa Freire d’Aguilar, no “Prefácio”, afirma que, “aos olhos de Furtado”, Iglesias foi quem melhor capturou “a noção de ‘esboço’” (p. 13).

FEB de protagonismo dos produtores do café em detrimento da acepção de rentistas ociosos para os produtores de açúcar. O capítulo 15 de *FEB*, “Regressão econômica e expansão da área de subsistência”, sobre a desagregação da economia mineira e a ideia de estagnação das primeiras décadas do século XIX, segundo Versiani e Saes, resultou em ampla revisão crítica⁴.

A pergunta a respeito do método utilizado em *FEB* é capilar entre as análises dos 60 anos, já que a não explicitação do método histórico-estrutural por Furtado, como em um capítulo metodológico, é característica, talvez, desse gênero de formação, ou também segue a constatação de Fonseca de que os “clássicos’ do estruturalismo latino-americano não nos deixaram estudos que detalhassem o método que embasa sua visão teórica” (p. 226). Vários autores se empenharam em trazer à luz algum aspecto do método de Furtado e da metodologia aplicada em *FEB*.

Fonseca (p. 232) remonta à obra de Furtado (1967) *Teoria e política do desenvolvimento econômico* a fim de analisar o Anexo Metodológico do capítulo 6, e aponta para o método estruturalista de Furtado de “dinamizar os parâmetros” dos modelos econômicos a fim de considerar os “fatores não econômicos”. Em “Os usos da história em *Formação econômica do Brasil*”, Roberto Pereira Silva direciona para as especificidades dos “usos” da história em *FEB* exatamente pelas inovações metodológicas que essa obra traz, distintas da tese de doutorado de Furtado ([1948] 2001) e *A economia brasileira* (1954), obras que foram pontos de partida para *FEB*, além de serem retomadas textualmente em determinados momentos de *FEB*⁵.

Silva aponta, no artigo “Os usos da história em *Formação econômica do Brasil*”, que a forma como a colonização é tratada através da dialética interno/externo, no impacto produzido em ambos os espaços (da história europeia e do espaço americano), bem como as interações entre os dois sistemas, a economia açucareira e a pecuária, apresentadas de forma estrutural (de curto e longo prazo) em uma “perspectiva dinâmica” são apostas metodológicas “consideravelmente diversas neste trabalho de 1959”. Nesta direção, Maurício Coutinho, em “*Formação econômica do Brasil: economia e história*”, afirma que “uma das características mais marcantes” de *FEB* foi a “aplicação de modelos econômicos à história” (p. 237). Pedro Paulo Zahluth Bastos, em “Modelo analítico e projeto político de *Formação econômica do Brasil* de Celso Furtado”, sintetiza a percepção sobre o método: “Este talvez seja o principal significado do método histórico-estrutural: a estrutura tem história, e a história é periodizada pelas mudanças de estrutura” (p. 299).

As influências que atuaram sobre *FEB* foram captadas em rumos diversos: a trajetória de Furtado no estruturalismo cepalino de base keynesiana seguramente é a influência mais significativa sobre *FEB* que, para Bastos, ressoa na influência de Prebisch sobre Furtado, e a rejeição de ambos ao “individualismo metodológico

4 Como as noções de “arcaísmo como projeto”, observando as relações internas na formação econômica nacional, de Fragoso e Florentino, os estudos de Stuart Schwartz sobre escravidão na Bahia, e as pesquisas sobre a economia mineira de Alcir Lenharo e Roberto Borges Martins.

5 Silva (p. 265) inclusive distingue as “preocupações metodológicas” dos trabalhos de 1948 e 1954, que os tornam, “menos que complementares”, distintos; a tese de doutorado de 1948 traz os “determinantes sociais e políticos da expansão marítima”, enquanto, no trabalho de 1954, a “construção de modelos” econômicos sobressai.

típico da economia neoclássica” e ao “nacionalismo metodológico”, já que “a unidade de análise da perspectiva estrutural cepalina não é a nação, mas o sistema supranacional” (p. 298). A presença dos intérpretes do Brasil também instiga profundamente os pesquisadores, desde a paradoxal ausência de Caio Prado Jr., “a referência inexistente”, como foi lembrado por d’Aguilar no “Prefácio” (p. II), omitido junto a outras referências da “bibliografia histórica brasileira”, até a presença de Roberto Simonsen, e as sombras de Gilberto Freyre, entre outros. A redação de *FEB* em Cambridge, no período de 1957 e 1958, traz também as leituras principalmente dos keynesianos, como Furtado (2019) atesta em seus *Diários intermitentes – 1937-2002*: “Cambridge, 17.5.58. Tenho vontade de escrever um trabalho maior sobre o desenvolvimento recente (os últimos dez anos) da ‘dinâmica econômica’, principalmente as contribuições de Harrod, Joan Robinson e Kaldor”.

A ponte entre a interpretação histórica do subdesenvolvimento e a construção política do futuro aparece com centralidade entre os pesquisadores e o próprio campo acadêmico das ciências sociais e humanas, que reconhecem diante do atual esvaziamento do espírito da formação também os óbices da disputa pública e da coletividade pelos projetos políticos nacionais. Essa ponte é o verdadeiro elemento aglutinador dos trabalhos realizados sobre *FEB*, tratando-se de uma intersecção entre interpretação e diagnóstico que aponta “uma agenda ampla de investigação sobre os problemas nacionais” (p. 63), na expressão de Vera Alves Cepêda em “História, economia e projeto político em *Formação Econômica do Brasil*”, uma “narrativa” que legitima “intervenções políticas sobre estruturas [...] para concentrar poder, pela argumentação racional, para agir” (p. 300), segundo Bastos, “um vaivém permanente entre impossibilidades do passado, incompletudes do presente e potencialidades do futuro” (p. 410) na definição de Barbosa. Nas palavras de Gilberto Bercovici, em “A dimensão de futuro em *Formação econômica do Brasil*”, há algo prospectivo em *FEB*, “no qual o Estado era o agente do projeto de construção nacional” (p. 395).

Os desafios postos ao futuro dos furtadianos e, do mesmo modo, a permanência futura do pensamento de Furtado passam pela desconstrução das intervenções políticas planejadas e do desfalecimento das utopias de construção nacional. Se o método histórico-estrutural de interações dinâmicas de natureza histórica e econômica, aplicado às estruturas sociais e políticas, ainda forma parte de um horizonte político, será pela diferenciação dessa unidade – entre o método de Furtado e as incursões dos furtadianos na construção política nacional – que se poderá, primeiro, diagnosticar o tempo presente, nas novas perspectivas do subdesenvolvimento, para em seguida constatar a força do projeto político de base furtadiana, democrático, republicano, de enfrentamento das desigualdades, pela transformação estrutural. A luta é por não ser o novo “bonde perdido” do desenvolvimento, na expressão de Fernanda Graziella Cardoso utilizada em “O bonde perdido do desenvolvimento: complexidade econômica e a atualidade de *Formação Econômica do Brasil*”. É importante identificar como o “horizonte de expectativas” construído em *FEB* “vai atingindo um tom mais amargo” (p. 361), da construção interrompida, segundo Carlos Alberto Cordovano Vieira, em “Sessenta anos de *Formação econômica do Brasil*: da pré-revolução brasileira à construção interrompida”. Se as ideias têm força reflexiva sobre o social, parece que o desafio de Furtado ao

escrever *FEB*, nas palavras de Cepêda, deve ser redimensionado no presente, na necessária combinação entre análise histórica e diagnóstico, ao afirmar sobre as estratégias utilizadas por Furtado em *FEB*: “observa as possibilidades e os limites que se abrem para uma possível superação do subdesenvolvimento” (p. 56).

SOBRE O AUTOR

GUSTAVO LOUIS HENRIQUE PINTO é doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), *campus* Uruaçu.

gustavo.pinto@ifg.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-1832-2038>

REFERÊNCIAS

- FURTADO, Celso. *A economia brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Editora Nacional, 1967.
- FURTADO, Celso. (1948). *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2001.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*: edição comemorativa – 50 anos. Organização de Rosa Freire d’Aguiar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FURTADO, Celso. *Diários intermitentes: 1937-2002*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire D’Aguiar. Prefácio de João Antonio de Paula. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003.

revista



REVISTA DO
**INSTITUTO
DE ESTUDOS
BRASILEIROS**

**CRITÉRIOS PARA PUBLICAÇÃO
E ORIENTAÇÕES AOS AUTORES***



*As normas e orientações atualizadas podem ser
acessadas no link abaixo / The updated standards and
guidelines can be accessed at the link below:

<http://www.ieb.usp.br/rieb>